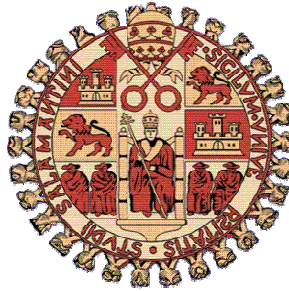


UNIVERSIDAD DE SALAMANCA
FACULTAD DE EDUCACIÓN
DEPARTAMENTO DE TEORIA E HISTORIA DE LA EDUCACIÓN



TESIS DOCTORAL

Juventude, políticas públicas de meio ambiente e educação
ambiental: Um estudo do coletivo jovem de meio
ambiente, Salvador-Bahia-Brasil

Autora: Zanna Maria R. de Matos

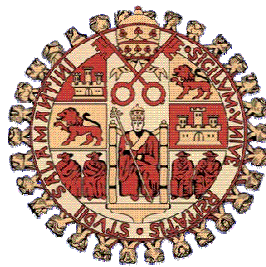
Directores: Dr. José Maria Hernández Díaz y

Dr. Valentin Cabero Dieguez

SALAMANCA - ESPANHA

2010

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA
FACULTAD DE EDUCACIÓN
DEPARTAMENTO DE TEORIA E HISTORIA DE LA EDUCACIÓN



TESIS DOCTORAL

Juventude, políticas públicas de meio ambiente e educação
ambiental: Um estudo do Coletivo Jovem de Meio
Ambiente - Salvador-Bahía-Brasil

Autora: Zanna M^a Rodrigues de Matos Director: Dr. José Maria Hernandez Diaz

Director: Dr. Valetín Cabero Dieguez

SALAMANCA - ESPANHA

2010

Dedico esta tese, a uma mulher que me deixou muitos ensinamentos muitas lições de vida.. Com ela aprendi a lutar pela vida, exemplo de garra, força e determinação, minha fonte de inspiração e que com certeza estará dizendo

" Zanna Maria!!!! Vibrando esta vitória.

A querida e eterna Tia Dina,

Muita Paz e luz pra você!

AGRADECIMENTOS

Esta talvez seja a tarefa mais difícil de escrever em uma tese, pois são anos de dedicação e por este caminho nos encontramos com muitas pessoas que foram importantes para esta caminhada, e aí a difícil tarefa de não esquecer ninguém. E se isso acontecer me perdoe, agradeço a TODOS de coração.

Para começar a nomear quero agradecer a oportunidade de realizar um sonho, cruzar o oceano atlântico sempre foi um desejo. Olhar o meu país desde outra perspectiva, conhecer o velho mundo, outras culturas, naquele momento necessitava viver algo novo. Assim em 2007 com uma poupança um pouco gorda e o carro vendido “cruzei o charco” rumo a Salamanca a Universidade de Salamanca. Assim para seguir com os estudos só pude concretizar-lo graças a Agencia Espanhola de Cooperación Internacional e Desenvolvimento – AECID que me concedeu uma bolsa de estudo para seguir o curso de doutorado por dois anos. Também quero agradecer a oportunidade do Banco Santander me conceder por 6 meses já na fase final para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos professores da Universidade de Salamanca, do Programa de doutorado “El medio Ambiente Natural e Humano en las Ciencias Sociales”, com os quais me proporcionou muitos momentos de reflexão profunda sobre o sentido de estudar o meio ambiente desde uma perspectiva, antropológica, psicológica, biológica, social, econômica, física enfim, uma visão surpreendente e integradora de meio ambiente. Dentre tantos, especial agradecimento aos coordenadores do curso Profa Ângela Baron e Prof Valetin Cabero por sempre estarem dispostos a ajudar os alunos em todos os temas.

Aos meus diretores de tese:

Ao Prof Dr José Maria Hernandez Diaz a disponibilidade, a competência, a disciplina, amabilidade, paciência, todos os adjetivos necessário para lidar com tantos alunos com demandas diferentes.

Ao Prof. Dr Valentin Cabero Dieguez, uma irreverência acadêmica, uma sabedoria curiosa, relacionada com o mundo de dentro da universidade mas também com o mundo de fora. Graças a eles percorremos “los senderos” espanholes relacionamos a teoria com a pratica, descobrindo a geografia humana e cultural nas paisagens naturais ou construídas na Espanha.

Aos meus pais, Uilma Rodrigues e Nestor Amazonas sempre as referências, os espelhos da minha vida, maiores incentivadores que eu me lançasse no mundo, que buscasse novos desafios.

Aos meus irmãos Nara, Nestor e Yana, a saudade mata, mas a distancia nos uniu muito mais.

Ao meu sobrinho João Pedro, sua chegada representou a esperança de viver, a oportunidade de ser tia e sentir no seu sorriso que a vida sempre vale a pena.

A principal inspiração para realização desta tese, o objeto de estudo o qual os conheço desde sua criação, o que me traz a vontade de seguir acreditando que somos capazes de ter um mundo melhor. Ao GRUPO PEGADA JOVEM muito obrigada por todo o apoio dado para a realização deste trabalho. Comparto com vocês esta etapa.

Aos amigos que ficaram do outro lado, companheiros de trabalho, confidentes, mas que sempre recebi as energias positivas e que apostaram em mim. Ludmila Cavalcanti, Luciano Vaz, Sandra Furiam, Áurea Clateaubriand, Luiz Ferraro, Silvio Orrico, Lilite Cintra, Renato Cunha, Silvana Canário, Larissa Silveira, Álamo Pimentel

Aos amigos que fiz do lado de cá... nossa foram muitos !!!!

Aos amigos latinoamericanos, com eles e vivendo na Espanha me senti que também sou latina. Obrigado pela oportunidade de me fazer enxergar que somos vizinhos e que temos muitas coisas em comum e que me desperta a vontade de ganhar o mundo agora pelo lado de lá. Viva!! aos amigos chilenos, venezuelanos, colombianos, mexicanos, hondurenhos, guatematecos, portoriquenhos, paraguayos e tantos outros.

As minhas mexicanas preferidas Monse, Sol e Iselita com elas aprendi o jeito “padre” de ser.

Aos amigos de Espanha, especialmente Jero e Raquel pela atenção prestada durante todos estes anos, sempre quando precisava ou não precisava.

A Juan Vicente Bachiler o primeiro espanhol mais brasileiro que conheci no ano que cheguei.

A Maribel obrigada por todo o cuidado e carinho de mãe.

A Agustín Sanchez, (Agus) como diz a primeira lei da espiritualidade Indiana: ninguém que chega em nossas vidas por acaso, todas as pessoas que estão nos

nossos caminhos é para algo, para fazermos aprender e avançar no nosso caminho. Mais que um amigo, mais que um companheiro, uma fonte de incentivo a seguir adiante e que me fez acreditar que sempre há oportunidades para AMAR.

A Trakilha, minha companhia na fase crucial de elaboração desta tese.

Aos amigos brasileiros, vixe!!! Que tem muitos em Salamanca. Mas enfim quero agradecer em especial aqueles com os quais passamos muitos momentos juntos.

A Vizi (Thais, uma grande amiga), Cláu (reencarnação de Nara minha irmã), Nanda TO (com ela aprendi a arrumar mala), Kênia (uma figura muito especial), Sabrina (Mi Sab, minha parte geminiana) e a Bruno Lobão (grande figura!!)

A Daniela Araújo que passou de amiga a irmã aqui na Espanha. Obrigado pelos momentos alegres, tristes, as conversas, os silêncios, as trocas, as não trocas, obrigado por conviver....

Ao casal Alexandre e Agostinha Oliveira e a pequena chica, a família, o apoio, os passeios a amizade pra sempre construída.

Aos companheiros de doutorado: Sabrina, Leo, João, Roberta, Natalia, Paulo (japonês), Marta, Sergio,

A um especial encontro. Marilda morena Marilda você me pintou.... a sabedoria que se mistura com simplicidade, com competência, com disponibilidade e a vontade de viver a vida. Um encontro que tenho certeza que tivemos em algum lugar do passado, mas que tive a fortuna de retomá-lo nesse novo tempo. O meu muito obrigado.....

Ainda teria muito que agradecer, agradecer a Deus, aos deuses, aos orixás, aos protetores, ao anjo da guarda, e as pessoas que já passaram para outro lado da vida, mas que com certeza estão vibrando comigo por mais um passo dado.

Muita Paz e bem!

INDICE

	pág
1 SIGLAS E ABREVIATURAS	xv
2 LISTA DE QUADROS	xix
3 LISTA DE FIGURAS E MAPAS	xxi
4 INTRODUÇÃO	23
5 PARTE I – MARCO TEÓRICO	
6 CAPÍTULO I - A JUVENTUDE O PRINCIPAL SUJEITO DA HISTÓRIA	
1.1. Histórico da emergência juvenil cenário político ambiental mundial	65
1.1.1 - Década de 70 - Início do movimento ambientalista brasileiro	84
1.1.2 – Os Ecos do movimento ambientalista juvenil na atualidade	99
1.2. Fórum Global da Juventude para o Meio Ambiente	105
1.2.1. A Bahia no Fórum Global	107
1.3. Reflexões Sobre o Conceito- E o que é Juventude?	111
1.4. A juventude como sujeito social, sujeito de direito e sujeito ecológico	121
7 CAPITULO II- FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
2.1. Breve relato histórico da emergência da Educação Ambiental e sua evolução no tempo.	141
2.2. A institucionalização da Educação Ambiental no Brasil	161
2.3. De que EA estamos falando? Algumas abordagens conceituais e epistemológicas da Educação Ambiental.	178
2.3.1 A Década da Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável (2005 - 2014)	203
2.4. A Educação Ambiental na União Européia	212
2.4.1 A Educação Ambiental na Espanha	220

8	CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS A CHAVE PARA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE	
	3.1 O Conceito e o papel do Estado	229
	3.1.1- O estado e as políticas públicas	234
	3.1.2 – O Estado Brasileiro e a Política Pública Ambiental	237
	3.2. Um breve passeio das Políticas Públicas de Juventudes na América Latina.	241
	3.3 – Políticas Públicas de Juventude no contexto brasileiro	267
	3.3.1 – O CONJUVE – Os avanços e as perspectivas	285
	3.3.2 - O Conselho Estadual de Juventude do Estado da Bahia- CEJUVE- BAHIA	293
	3.4 – As Políticas Públicas de Juventude no Contexto Europeu	303
	3.4.1 - O caso da Espanha	307
9	CAPÍTULO IV – JUVENTUDE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	
	4.1. A Sociedade Civil Organizada e Juventude – um casamento necessário para as Políticas Públicas.	341
	4.2 - A Juventude Brasileira e as Políticas Públicas Ambientais	354
	4.2.1 – Política Nacional de Educação Ambiental e sua implementação a partir da participação juvenil.	359
	4.3 - Grupo Pegada Jovem – Um caminho a sustentabilidade	408
	PARTE II – CONSTRUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO	
10	CAPÍTULO V - Buscando caminhos para a avaliação	419
	5.1- Trajetória metodológica	421
	5.2- Análises das entrevistas	443
	5.3. Grupo de Discussão- Grupo Pegada Jovem	550

5.3.1 - Traçando o perfil sócio econômico e político do Grupo Pegada Jovem	551
5.3.2 - Reconstruindo a História do Grupo Pegada Jovem.	557
5.4. Avaliando nossas ações	564
5.5 - Olhando para o futuro	571
5.5.1. Projeto Agenda 21- Olhando para o futuro desde uma perspectiva local	573
11 CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	585
12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	629
ANEXOS	643

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
APAs	Áreas de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano e Desenvolvimento
CEJUVE	Conselho Estadual de Juventude
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPRAM	Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CIEA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CISEA	Comissão Intersetorial de Educação Ambiental
CJ	Coletivo Jovem
CNEA	Conferência Nacional de EA
CNIJMA	Conferencia Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente
CNMA	Conferência Nacional de Meio Ambiente
COEA	Coordenação-Geral de Educação Ambiental
COEA	Coordenação-Geral de Educação Ambiental
COEs	Comissões Organizadoras Estaduais
COMEEA	Comissão Estadual de Educação Ambiental
Com-Vidas	Comissão de meio Ambiente e Qualidade de Vida
CONAJU	Conselho Nacional da Juventude do Peru
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONFINT	Conferencia Internacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CT	Câmara Técnica
DF	Distrito Federal
EA	Educação Ambiental
EADS	Educação Ambiental para o desenvolvimento Sustentável
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
ECA	Estatuto da Criança e da Adolescência
EDS	Educação para o desenvolvimento Sustentável
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FJ	Frente de Juventude
FNAUP	
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FUNDEF	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEP	Instituto de Estudos Políticos
IMJ	Instituto Mexicano de Juventude
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INJ	Instituto Nacional da Juventude

INJUVE	Instituto de Juventude
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministerio de Educação
MINC	Ministerio da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude, Identidades Cultura e Cidadania
NPEJI	
ODMs	Objetivos do Milênio
OEMAs	Órgãos do Estado de Meio Ambiente
OG-PNEA	Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
OIJ	Organização Iberoamericana de Juventude
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OJE	Organização Juvenil Espanhola
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
OPS	
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PEA-BA	Política Estadual de Educação Ambiental
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PJMA	Programa de Juventude e Meio Ambiente
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNLEM	Programa Nacional de Livro Didático para o Ensino Médio
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNPE	Programa Nacional Primeiro Emprego
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Pluri Anual
	Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina
PRADJAL	
PROEJA	Programa Educação Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROMED	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
ProUni	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
RAEA	Rede Acreana de Educação Ambiental
Rea/Pb	Rede de Educação Ambiental da Paraíba
REABA	Rede de Educação Ambiental da Bahia
REABRI	Rede de Educação Ambiental do vale do Itajaí
REASul	Rede de Educação Ambiental da Região Sul

REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
REDE AGUAPÉ	Rede Pantanal de Educação Ambiental
REJUMA	Rede de Juventude pelo Meio Ambiente
REMTEA	Rede Matogrossense de Educação Ambiental
REPEA	Rede Paulista de Educação Ambiental
RME	Região Municipal de Ensino
RMEA	Rede Mineira de Educação Ambiental
	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECAD	
SECULT	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer e Esporte
SEDUCs	Secretarias de Educação das unidades federativas
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMARH	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEU	Sindicato de Estudantes Universitários
SIBEA	Sistema Brasileiro de Informação Ambiental
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UE	União Européia
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNAIDS	Unidas sobre HIV/AIDS
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação
UNE	União Nacional dos Estudantes
	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESCO	
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WWF	World Wildlife Foundation
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE QUADROS

pág

Quadro nº 1	– Categorias de políticas	237
Quadro nº 2	– Resumo das ações realizadas pelo governo para América Latina e Caribe para a implementação do Programa de Ação das Nações Unidas até o ano 2000 e os anos subsequentes.	245
Quadro nº 03	- Organismos internacionais e os principais programas da América Latina e Caribe.	249
Quadro nº 04	- Instituições Governamentais das Políticas e Programas de Juventude na América Latina e Caribe, segundo informação da OIJ e da Unidade de Juventude da ONU.	250
Quadro nº 05	- Jovens de 15 a 29 anos, segundo países, projeções 1970 –2050 (milhar)	269
Quadro nº 06	- Número de escolas e municípios que têm Com-vida, por Unidade Federativa (UF), segundo dados de 2007.	383
Quadro nº 07	- Matriz das Entrevistas Realizadas	432
Quadro nº 08	- Resultados Alcançados como o Projeto Agenda 21 escolar do Município de Salvador-Ba.	581

LISTA DE FIGURAS

pág

Figura nº 01	- Linha do tempo do CEJUVE-Ba	298
Figura nº 02	- As principais organizações parceiras do CJ	403
Figura nº 03	- O desenho da investigação	442

LISTA DE MAPAS

pág

Mapa nº 01	- As principais organizações parceiras do CJ	34
Mapa nº 02	- Representação espacial do panorama da sociedade civil que atuam na área de juventude no Município de Salvador-Bahia.	352
Mapa nº 03	- Número de coletivos jovens formados em cada Unidade Federativa do Brasil.	379
Mapa nº 04	- Distribuição de Com-Vidas implantadas nos estados brasileiros	385
Mapa nº 05	- Escolas do município de Salvador onde foi executado o Projeto Agenda 21 escolar.	415
Mapa nº 06	- Pirâmide demográfica do Brasil, ressaltando a população jovem.	424
Mapa nº 07	- Pirâmides demográficas do Estado da Bahia e do Município de Salvador, ressaltando a população jovem.	425
Mapa nº 08	- Representação das entrevistas realizadas durante o período de agosto e setembro de 2009.	431

“Escrever é traduzir.

Mesmo quando estivermos a utilizar a nossa própria língua.

Transportamos o que vemos e o que sentimos para um código convencional de signos, a escrita... e deixamos às circunstâncias e aos acasos da comunicação a responsabilidade de fazer chegar à inteligência do leitor, não tanto a integridade da experiência que nos propusemos transmitir,... mas uma sombra, ao menos, do que no fundo do nosso espírito sabemos bem ser intraduzível, por exemplo... a emoção pura de um encontro, o deslumbramento de uma descoberta, esse instante fugaz de silêncio anterior à palavra que vai ficar na memória como o rasto de um sonho que o tempo não apagará por completo.”

José Saramago

INTRODUÇÃO

A presente tese trata-se de uma inquietação pessoal¹ a partir de uma temática bastante inovadora e com uma demanda cada vez mais crescente. Também é bastante evidente que num país como Brasil, com a dimensão e com todos os problemas sociais existentes, os jovens constituem uma categoria que requer uma atenção bastante especial. Uma categoria que se encontra localizada no meio da pirâmide populacional e até pouco tempo desassistida no campo legal desse país.

¹ Esta primeira parte da introdução a autora trata-se de apresentar as razões de pesquisar o tema juventude na atualidade, justificando através da sua trajetória de vida e de formação profissional. Para tanto o texto foi redigido em primeira pessoa.

A inquietação pessoal veio a partir da associação da história de vida. Uma trajetória que em principio um pouco confusa de entender, pois se inicia com a graduação em engenharia civil, passando por um mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos e atualmente por um doutorado em Meio Ambiente nas Ciências Sociais, com foco na educação. Uma trajetória sinuosa, mas que se complementam perfeitamente porque tratava de ser uma busca a respostas de questões que foram sendo feitas pela pesquisadora ao longo deste período. Tratava-se de uma inquietude juvenil que perpassava as fases de maturidade do ser humano culminando na fase adulta com o doutorado na Universidade de Salamanca.

E esta inquietação teve início ao estudar o curso de engenharia civil na Universidade Federal de Viçosa, durante os anos de 1992-1997. Uma jovem que não estava conformada em que a engenharia fosse simplesmente uma prática de quebrar a cabeça com cálculos estruturais e tinha o sentimento que a engenharia havia muito mais que isso. Assim, descobri a área de saneamento e foi o meu primeiro contato com a área ambiental e daí começaram a surgir as primeiras respostas as minhas inquietações.

Convém esclarecer que o tempo nos permitiu trilhar um percurso profissional por outros campos do conhecimento e por outros temas ambientais, sempre na perspectiva de encontrar alternativas para o saneamento básico no país como por ocasião da Dissertação do Mestrado desenvolvida na Universidade de Brasília, cujo tema estava centrado na melhoria tecnológica de saneamento para ser aplicadas a pequenas comunidades. Isso significa a continuidade e reforço do recorte sócio ambiental desta trajetória profissional, estabelecendo elos e buscando vínculos com o tema.

A experiência docente na Universidade Estadual de Feira de Santana, no município de Feira de Santana, estado da Bahia, veio carregada de um contato mais intenso com o setor da educação e com as políticas públicas de meio ambiente do país. A sala de aula permitiu o contato com as demandas dos jovens que estudavam engenharias e suas inquietudes. Algumas delas se somavam as mesmas que me suscitaram refletir nos anos 90, dentro de uma formatação de um curso de ciências exatas, em que os números são prioritários na formação e esquece-se que existem outros aspectos que estão envolvidos, sobretudo aspectos sócio ambientais que interferem no labor de um engenheiro. Nesse momento a minha inquietação enquanto docente era talvez a mesma, mas com um novo olhar, olhar este de quem estava participando de um processo formativo. E ainda que não exercesse mais ao pé da letra a profissão, a minha missão era de contribuir para a formação desse jovem, futuro engenheiro.

Visto que no campo das ciências exatas ainda se tem uma visão bastante romântica de meio ambiente, tomando como referencia o meio físico, com as espécies que devem ser protegidas e conservadas e esquecendo que a própria engenharia interfere no meio ambiente gerando conflitos sócios ambientais. Tudo isso reforçou o interesse de pensar como inserir o jovem nesta temática socioambiental, dentro dos cursos de ciências exatas, tanto do ponto de vista da formação profissional como na formação como cidadãos, como sujeitos, já que nos parecia que a universidade estava distante deste papel de formar um profissional com uma visão mais integradora do ambiente.

A universidade, por outro lado, me aproximou dos espaços de discussão e elaboração de políticas públicas ambientais, sobretudo no que se referia à educação ambiental. Também o fato de estar participando dos espaços de construção e

organização das conferências de meio ambiente a partir de 2003 me mostrou caminhos de relacionar os temas: educação ambiental, juventude e políticas públicas, no campo do ensino dos cursos das engenharias. O contato com grupos de jovens, os coletivos jovens de meio ambiente criados em 2003, os CJs de meio ambiente, para organização da primeira Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente, possibilitou acreditar numa outra perspectiva de formação desse sujeito, que perpassa as demandas de vários setores e que proporciona uma formação, sobretudo humana, por meio da participação. Uma formação que completa a formação da sala de aula.

A partir daí, o processo de envolvimento com binômio juventude e meio ambiente foi crescente cada vez mais engajada e acreditando num processo de formação de jovens como sujeitos históricos, especificamente no estado da Bahia e no município de Salvador culminou no ano de 2006 com a experiência do Grupo Ambientalista da Bahia no projeto Observatório de Políticas Públicas Ambientais.

Portanto, a trajetória profissional que conduziu ao presente estudo foi decisiva e tem este estudo o intuito de contribuir para a compreensão do fenômeno de formação de jovens no âmbito da participação da política de educação ambiental brasileira. Assim, em 2007 iniciado os estudos no programa de doutorado “El Medio Ambiente natural y Humano en las Ciencias Sociales” na Universidade de Salamanca, por ser um programa que tem como eixo central a característica interdisciplinar e que atendia então os requisitos necessários para estudar este tema no contexto brasileiro. Um tema ainda bastante novo, carente de estudos no meio acadêmico, com uma carência de pesquisas na área, por isso esta tese pode contribuir para o avanço na elaboração e na implementação de políticas públicas ambientais no Brasil. Obviamente como todo trabalho de pesquisa existem suas lacunas que não são

preenchidas, mas que servirão para indicar futuras linhas de pesquisas e recomendações para trabalhos futuros.

Portanto, sem perder a identidade profissional, a contribuição mais importante desta investigação está voltada para a formação dos jovens futuros engenheiros, como sujeitos sociais e de direitos. Lutar por uma formação que possa expressar a existência de outras formas de formação que não são ensinadas na sala de aula de uma universidade e que são espaços com um potencial educativo e que são adquiridas pela participação no sentido mais pleno do vocábulo PARTICIPAÇÃO.

O Brasil tem cerca de 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, dos quais 34 milhões têm entre 15 e 24 anos (IBGE, 2000²). Apesar de ser considerado um país de jovens, o debate da juventude só veio a público na década de 90, quando pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis, passaram a enfatizar a singularidade da experiência social desta geração de jovens, com suas vulnerabilidades e potencialidades. Atualmente o termo “juventude”, no Brasil, está em alta cotação e vem tomando espaço no debate político e social, crescendo a participação em ações políticas tanto de investigação como de participação política.

Na área ambiental, a participação de jovens, - por meio da sua participação em movimentos e organizações de denúncia e combate à degradação ambiental e poluição - é histórica. Esse envolvimento, entretanto, não ocorria no âmbito de um movimento de juventude, mas sim através da atuação de pessoas jovens engajadas na temática. No entanto, mais recentemente, com a Constituição de 1988, a questão ambiental passou a ser assumida como direito universal e, especialmente depois da

² IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão responsável pelo censo demográfico do Brasil. Este censo é realizado de 10 a 10 anos, portanto os dados que estão na presente tese são retirados dos dados oficiais publicados no censo de 2000. Houve uma recontagem de população em 2007 e atualmente está sendo realizado o censo 2010.

ECO-92 passou a ser incorporada em vários setores da sociedade, incluindo o setor jovem.

O interesse da juventude pelas questões ambientais veio tomando espaço social e político, ao longo da história, em função das expressões, críticas, reivindicações, posicionamento que contribuíram e contribui para a emergência da sensibilidade ecologista no mundo, destacando o movimento estudantil de maio de 68 em Paris e o movimento dos hippies nos Estados Unidos.

O envolvimento do jovem pelo tema ambiental no contexto brasileiro, ainda não ocorre no âmbito de um movimento de juventude, mas através de pessoas jovens engajadas na causa ambiental como já dissemos anteriormente. Pesquisas realizadas em 2003³ indicam uma desinformação do jovem com relação ao tema, que possui uma visão fragmentada do conceito de meio ambiente e desconectada das questões sociais, econômicas, culturais etc. Paradoxalmente, é a temática ambiental que vem atraindo os jovens o que demonstra que o tema tem um potencial mobilizador nesse setor demográfico. Atualmente, a juventude brasileira se insere em um cenário de maior complexidade cuja problemática ambiental necessita de análises mais integradas. Não se trata apenas de um problema de controle de poluição, mas de questões sociais, culturais, éticas e políticas. Não é mais possível abordar a temática sem relacioná-la com o modelo de sociedade, de civilização e de desenvolvimento. Tanto os jovens quanto suas organizações, coletivos e movimentos têm cada vez mais percebido essa complexidade de relações na área, e percebem que os desafios atuais e futuros são bem maiores do que sua própria capacidade de enfrentá-los. Isso, no entanto, tem ajudado a

³ PROJETO JUVENTUDE (2003). Pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania. Perfil da Juventude Brasileira. Disponível no site .

retroalimentar seus anseios e perspectivas de atuação política, cidadã e profissional na área.

A juventude a cada dia incorpora a suas demandas e interesse pela temática ambiental, ainda com uma visão limitada de meio ambiente, mas é o que demonstra a última pesquisa realizada pelo Instituto Polis e o Ibase. As principais demandas identificadas pelos jovens sul-americanos, segundo este documento são: educação pública e de qualidade, acesso ao mercado de trabalho e emprego digno e criativo, acesso aos bens culturais e aos meios de produzi-los, preservação do meio ambiente e acesso à mobilidade.

O tema é caracterizado pela inexistência de políticas públicas específicas que relacione Juventude e meio ambiente. Os jovens se encontram de maneira difusa nos instrumentos legais vigentes. Assim carência de pesquisas e de levantamento de informações sobre a inserção da juventude na temática ambiental confirma a justificativa de pesquisar o tema. São diversas as dificuldades identificadas por se tratar de um assunto recente. Ao mesmo tempo, nos levantamentos disponíveis sobre a juventude evidencia-se a relevância de obter estudos e investigações que possam contribuir e incentivar um investimento em políticas, programas e ações direcionados especificamente com o tema Juventude e meio ambiente, com especial atenção à educação ambiental.

Em suma, a falta de uma cultura de diálogo e investimento voltada para a conexão entre juventude e meio ambiente, acreditamos que são elementos historicamente responsáveis por esse hiato entre juventude e meio ambiente. No entanto, há sinais de inovadoras perspectivas quando observamos no cenário político brasileiro atual a presença de ações como: Consolidação de grupos de jovens organizados na temática socioambiental (coletivos, redes, movimentos, organizações etc.); inserção

dos jovens em instâncias do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA): conselhos municipais e estaduais de meio ambiente; a potencialização de parcerias entre organizações de juventude pelo meio ambiente e instituições governamentais e não-governamentais voltadas à área de educação e de meio ambiente. A tendência positiva em curso aponta para a constituição de um movimento de juventude pelo meio ambiente no país, articulado com políticas e programas federais.

Merece destaque ainda as ações voltadas à participação política da juventude em processos consultivos e deliberativos do meio ambiente, como a Conferência Nacional de Meio Ambiente e a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. São essas ações desencadeadas por este processo que foram as fontes estimuladoras para o objeto de estudo da presente investigação. Não se trata de analisar os documentos produtos destas conferências, mas sim compreender como a juventude respondeu ao convite a participar na elaboração e implementação das políticas públicas de meio ambiente nesse país.

Alguns instrumentos legais são relevantes para a área e merecem ser destacados:

a) Lei 6.981/81 que institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), mas não menciona o segmento juventude como sendo um dos componentes desse sistema. b) A Constituição Federal de 1988 cujo artigo 225 estabelece que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. c) A Lei 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental estabelece que a educação ambiental não deva ser uma disciplina no ensino básico, devendo ser trabalhada de forma transversal. Define também que a educação ambiental não

se restringe ao ensino formal, mas também é implementada na sociedade como um todo, por meio do poder público, de instituições educativas, meios de comunicação, empresas e organizações da sociedade.

Porque os estudos são escassos e porque agora no contexto brasileiro está se iniciando uma proposta mais efetiva com o meio ambiente é que o nosso estudo intitulado “Juventude, Políticas Públicas de Meio Ambiente e Educação Ambiental: Um estudo do coletivo jovem de meio ambiente Salvador-Bahia- Brasil, e diante deste contexto, conhecer, compreender e avaliar a política Pública de Meio Ambiente, em especial, a Política Nacional de Educação Ambiental a partir da participação da juventude. Como principais focos as ações desencadeadas e estimuladas pelo governo Federal a partir de 2003, com o governo Lula quando se incentiva o processo de democratização das instancias de elaboração de políticas públicas, ações estas que foram efetivadas por meio das conferencias; municipais, estaduais e nacionais de meio ambiente.

Os nossos objetivos são:

- ✓ Analisar o jovem com sujeito social ou sujeito de pleno direito, baseado na nova concepção sociológica contemporânea abordada por Bourdieu (2000) e Torraine (2003) a sustentação teórica indireta desta investigação e baseada diretamente na discussão do conceito do jovem como sujeito ecológico defendida por Isabel Carvalho, ao analisar o interesse do jovem a questão ambiental, a partir do momento que ela toma uma vertente política, constituem-se nos eixos de sustentação teóricos do trabalho ora apresentado.
- ✓ Entender o coletivo jovem de meio ambiente como estruturas potencialmente educadoras, ou seja, como espaço de participação onde o exercício da representatividade e o exercício do aprender participando têm contribuído

para a formação do jovem no espaço não formal da educação. Com a nova política governamental, os governos dos estados brasileiros criaram conselhos, comissões ou colegiados, com o objetivo de implementar as ações previstas nas políticas públicas federal. Esses conselhos, colegiados ou comissões são compostos por representantes de todos os setores da sociedade. Assim, a juventude vem ganhando espaço e assentos para participar dessas instancias de debate e tomada de decisões. Esses espaços de participação são estruturas que tem um alto potencial educativo, nos quais jovens são sujeitos responsáveis pela inserção do “olhar juvenil” em diversos temas, mas ao mesmo tempo estão aprendendo. E isso denominamos formação fora da sala de aula e de pessoas que aprendem participando⁴. Os termos estruturas e espaços educadores servem para abarcar algumas das dimensões pertinentes à Educação Ambiental, crítica, popular, emancipatória e transformadora e de onde todos os sujeitos são participantes e executores dos processos de reflexão e ação, tomando as decisões coletivamente, a efetiva práxis.

- ✓ Estudar os coletivos jovens como um projeto político pedagógico do ensino não formal e baseado no princípio do “jovem educa jovem” e “uma geração aprende coma outra”. Esses são os princípios que nortearam todas as ações de Educação Ambiental estimuladas pelos Ministérios de Educação e Meio Ambiente e executadas pelo coletivo jovem em cada estado brasileiro, nas proposições políticas do governo. Esses princípios estão baseados no

⁴ Pessoas que aprendem participando (PPP) princípio básico adotado pelo Ministério de Meio Ambiente para o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais denominados de Coletivos Educadores. Este programa se baseia na formação de educadores ambientais através de um conjunto de instituições ligadas a educação no contexto territorial que articuladas viabilizam a implementação de políticas públicas, por meio de processos educacionais continuados que levem a reflexão crítica, instrumentalização para ação, pro atividade de seus participantes e articulação institucional de modo a percolar todo o tecido social da região foco.

protagonismo juvenil, na idéia do jovem como sujeito e ao mesmo tempo agente da própria ação, criando assim nessa troca uma comunidade de aprendizagem. Acreditando que as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender. Este diálogo é aspecto fundamental para fortalecer os movimentos em prol do meio ambiente.

- ✓ Levantar as instâncias de participação da juventude na cidade de Salvador e verificar se estas instancias fortalecem ou enfraquecem a emergência de um movimento de juventude pelo meio ambiente para o enfrentamento da crise sócio ambiental, foi outro desafio enfrentado. A reflexão sobre a qualidade do trabalho realizado e sua legitimidade no âmbito destes espaços de participação é uma questão que poderá promover uma transformação socioambiental e que possibilitará a emergência de um movimento de âmbito nacional pelo meio ambiente
- ✓ Identificar e compreender o olhar de outros setores envolvidos com a temática, tais como universidades, ONGs, instituições governamentais, líderes juvenis e outros movimentos relacionados direta ou indiretamente com o tema foi bastante importante para avaliar a participação da juventude nas diversas instancias coletivas sob a perspectiva institucional. A ação juvenil, como instrumento de transformação social, tem ou não influenciado nas tomadas de decisões, nos processos de ensino e aprendizagem no âmbito dos espaços de participação, esta foi uma questão debatida e avaliada no âmbito das organizações e instituições.
- ✓ Promover o intercâmbio de experiências entre Espanha e Brasil para aprofundar teoricamente o debate sócio ambiental na categoria juvenil e

contribuir para elaboração de Políticas Públicas que relacione de/para/ com a juventude e meio ambiente.

Onde?

O estudo foi realizado na cidade de Salvador, estado da Bahia, localizado no Nordeste Brasileiro, onde ocupa uma área de 567.295 km² e se abre para o oceano Atlântico numa extensão de 932 km. Limita-se a nordeste por Sergipe e Alagoas, ao norte por Pernambuco e Piauí, a oeste por Goiás e Tocantins e ao sul por Minas Gerais e Espírito Santo. Ver a seguir mapa nº 01 – Mapa de localização do município de Salvador.



Mapa nº 01 – Mapa de localização do Município de Salvador.

A Bahia mantém a posição de estado mais populoso do Nordeste, com cerca de 14,1 milhões de habitantes no ano de 2007, isto é, 27% da população nordestina, sendo o quarto mais populoso do país, abrigoando 7,4% dos brasileiros. Esses dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2007 e divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, autarquia da Secretaria de Planejamento. No que se refere à estrutura etária, a tendência de envelhecimento da população assume, cada vez mais, visibilidade. A idade mediana da população do estado aumentou 5,5 anos num intervalo de 15 anos. Nessa mesma pesquisa revela que em 2007, a população baiana com mais de 60 anos (os idosos) já alcançava 1,4 milhão de pessoas e correspondia a 9,9% do total. Em relação a população jovem, aproximadamente, 28,3% da população baiana é formada por adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos de idade, cerca de 3,98 milhões de pessoas.

A população jovem baiana soma uma total de 4.095.536 jovens, sendo que 2.843.366 (69,4%) têm entre 15 a 24 anos, dos quais 50,3% são mulheres e 81,2% são negros e negras (GT Juventude, 2008).

A cidade de Salvador possuía uma população de 2.443.107 habitantes segundo o censo de 2000 (IBGE, 2000), sendo que aproximadamente 785 139 jovens na faixa etária de 15 a 29 (IBGE, 2000), cerca de 32% da população. Dados bastante significativos para a importância do tema na atualidade, tendo em vista também as condições sócios ambientais que vivem esses jovens na cidade de Salvador.

Os problemas ambientais da cidade de Salvador, não são recentes e hoje, em pleno século XXI, o que se vê é o agravamento destes problemas, gerado pela ação predatória do homem sobre os recursos naturais. As questões ambientais atuais são

conseqüências, principalmente, do acelerado e desordenado processo de urbanização, aliado a práticas que comprometem a qualidade dos seus recursos ambientais. A educação ambiental vem se destacando como um instrumento fundamental de mobilização e participação da sociedade, sobretudo da categoria juvenil, em ações que visam à tomada de consciência das causas e conseqüências dos problemas ambientais, bem como das possibilidades de solução.

Muitos são os problemas e conflitos ambientais no município de Salvador que vem agravando o quadro sócio ambiental da cidade dos quais podemos destacar: A poluição dos rios, a degradação de áreas de preservação ambiental a exemplo de parques urbanos, o uso e ocupação do solo, a falta de saneamento básico, desmatamento, conflito pelo acesso a água e outros.

O estudo foi realizado no coletivo jovem de meio ambiente do município de Salvador cujo nome é grupo Pegada Jovem. Esse grupo possui aproximadamente 15 membros onde a participação de cada um nas ações do grupo é de maneira intermitente. O grupo executa, dentre outras ações, ações previstas pelo Programa Nacional de Juventude e Meio ambiente elaborado pelo Ministério de Educação e de Meio Ambiente, a partir do ano 2003. Especificamente no Estado da Bahia, o coletivo jovem teve sua formação em 2003 assim como os demais coletivos nos demais estados brasileiros. Inicialmente esse grupo foi formado por jovens da cidade de Salvador e Região Metropolitana. Naquela ocasião, a denominação era de Conselhos Jovens de Meio Ambiente que, embora com nome diferente, sua concepção estava plenamente sintonizada com a proposta de um coletivo de jovens. Não era benéfica à ação do grupo permanecerem com o nome que não refletisse a realidade. Daí então passou a chamar-se Grupo Pegada Jovem. Esse grupo de

jovem busca então sensibilizar outros jovens com a temática sócio ambiental e com atuação mais específica no município de Salvador.

Vem ampliando cada vez mais seu leque de ações, que além das atividades demandadas pelo Governo Federal, no âmbito dos Ministérios de Meio Ambiente e de Educação, desenvolvem atividades como, por exemplo, participação ativa na construção da Política Estadual de Educação Ambiental, participação em Seminários de Educação Ambiental como palestrantes, elaboração e execução de projetos em convênio com a Secretaria de Educação do Município de Salvador para implantação da Agenda 21 escolar⁵, dentre outras atividades que não dependem de demandas governamentais apenas e sim de demandas do próprio segmento juvenil da sociedade.

A presente tese está estruturada em duas partes. Na primeira parte trata-se de apresentar o marco teórico divididos em capítulos. Esse marco teórico foi construído na tentativa de desenhar um percurso dos principais debates relacionados e de relevância para subsidiar esta investigação. Portanto foi desenhado de tal forma que o leitor terá uma compreensão do tema e que justifica o objeto de estudo. Assim, a parte I inicia-se no capítulo I com uma abordagem histórica da emergência do movimento juvenil no cenário político mundial com um todo. Abre-se também para a discussão sobre o conceito de juventude. No capítulo II tratamos dos fundamentos da EA na escala mundial e no contexto brasileiro. No capítulo III abordamos o contexto das políticas públicas como chave para a participação da juventude. No

⁵ A Agenda 21 é o principal documento da Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano), que foi a mais importante conferência organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em todos os tempos. Esse documento foi assinado por mais de 100 países, inclusive o Brasil, anfitrião da conferência. A Agenda 21 Escolar é a proposta que resulta do estudo das Agendas 21 Global, Brasileira, Estadual e Local e dos diagnósticos levantados, a fim de ser implementada nos meios de influência da escola, tanto nos seus próprios recintos quanto no meio familiar e social, onde tal influência é exercida. A Agenda 21 escolar é um processo em que a comunidade escolar, procura o consenso na preparação de um Plano de Ação para melhorar a qualidade de vida do meio escolar.

capítulo IV estabelecemos relações entre Juventude, Educação Ambiental e Políticas Públicas.

A segunda parte ou parte II constitui-se dos conteúdos referidos aos caminhos percorridos para avaliação, ou seja, a trajetória metodológica adotada neste estudo. Assim, no Capítulo V trata-se da descrição metodológica adotada e a avaliação das entrevistas e dados coletados para esta pesquisa. E para finalizar no capítulo VI fazemos as considerações finais com algumas recomendações para pesquisas futuras. Visando uma maior compreensão do leitor sobre estrutura desta tese, a seguir apresentamos com mais detalhadamente o conteúdo abordado em cada capítulo.

No capítulo I trata-se de situar conceitualmente a juventude como sujeito da história. Para isso levanta-se o histórico do movimento juvenil, dentro do cenário político ambiental, com especial destaque ao movimento de maio francês nos anos 60 que foi o precursor do nascimento do movimento ecologista na Europa e que serviu de referencia para o surgimento de outros movimentos juvenis em outros lugares do mundo. Depois se traça para o contexto brasileiro, o inicio do movimento ambientalista brasileiro na década de 70 e seus ecos na atualidade, com destaque para o surgimento da juventude brasileira na temática ambiental com o surgimento dos coletivos jovens de meio ambiente. Nesse capítulo um evento que marcou a história do movimento juvenil e ambientalista brasileiro, que foi o Fórum Global da Juventude para o Meio Ambiente ocorrido no ano de 1994 na cidade de Salvador-Bahia. Esse evento foi um compromisso acordado pela juventude que esteve reunida na ECO 92 e onde um dos acordos da Agenda 21 era realizar este evento de caráter mundial.

A Prefeitura de Salvador através da Secretaria de Meio Ambiente, portanto organizou o evento que marcou na iniciativa de envolver a juventude na problemática ambiental e discutindo a relação entre a categoria e o meio ambiente, com vistas à implantação do Parlamento Mundial da Juventude que seria criado pela ONU no ano de 1995. Foi o primeiro evento realizado no estado da Bahia com este objetivo específico tão jovem e de cunho eclético para discutir questões ambientais.

Também neste capítulo I da primeira parte, se discute um pouco sobre o conceito de juventude, um tema que já foi bastante discutido entre os pesquisadores. No entanto, nesta investigação consideramos o termo juventude como “juventudes”, de acordo com a construção conceitual que existem muitas juventudes, associadas a distintos contextos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Assim, os jovens constituem determinados modos de ser específicos que não devem ser e estar generalizados a todos os jovens, por isso falar do termo no plural –juventudes - é conveniente para enfatizar a diversidade de modos de ser jovens e articular a noção de juventude à de sujeito social.

Assim refletimos sobre o conceito do jovem como sujeito de direito, sujeito social e ainda refletimos sobre a nova concepção do jovem como sujeito ecológico que apesar de ser uma concepção na qual existem muitas contradições que refletem nada mais que o exercício do jovem cidadão, de ter seus direitos e deveres para com a sociedade.

Nesse sentido a juventude é parte de um processo mais amplo da constituição do sujeito, cujas especificidades marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume um sentido em si mesma.

Assim, buscamos compreender as referências conceituais como categorias sociais, compreendendo o jovem como sujeitos de direitos sociais, com o objetivo de identificá-los, conhecer suas particularidades e seu perfil, de acordo com Tourraine (2003) e Bourdieu (2000).

Retomando a concepção de sujeito ecológico segundo Isabel Carvalho a idéia do jovem como sujeito ecológico, demarca um campo de ideais disponíveis para a formação identitária do jovem que ingressa na esfera pública e que partilha, em algum nível, de um projeto político emancipatório. A idéia de mudanças radicais cultivada pelo ideário ecológico abarca não apenas uma nova sociedade, mas também um novo sujeito que se vê como parte dessa mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo incluindo os estilos de vida pessoal. Na dimensão política das práticas ambientais, evoca o núcleo de crença na mudança radical de que é portadora a promessa ecológica.

A participação e o protagonismo são duas palavras que se complementam. Uma não pode existir sem a outra. Falar de protagonismo é falar de participação. É por meio da participação que se promove ações de mudanças e com diferentes estratégias.

No capítulo II ainda na primeira parte tratamos do fundamento teórico da Educação Ambiental, como tema central de uma política pública neste caso, a Política Nacional de Educação Ambiental.

Procuramos traçar uma linha do tempo da Educação Ambiental tendo em vista os principais fatos históricos que marcaram a evolução da EA desde sua emergência, com a Conferência de Estocolmo, a ECO 92 e todas as cumbres mundiais que trataram do tema até ao presente milênio.

A partir da evolução histórica passamos para a institucionalização da EA no Brasil com destaque para a publicação da Política Nacional de Educação Ambiental baseada nos princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, no ano de 1999. Contudo, a implementação da política demorou 3 anos para acontecer e tomou mais força com a entrada do Governo Lula em 2003.

Ainda no capítulo II foram feitas algumas inserções conceituais de caráter epistemológico da educação ambiental, com o objetivo de esclarecer de que educação ambiental estamos nos referindo no âmbito desta investigação.

Segundo Sosa et al (1998) o conceito de educação ambiental surge nos anos sessenta unido a um sentimento de preocupação pela proteção da natureza. Na Conferencia das nações Unidas sobre o meio ambiente, celebrada em Estocolmo em 1972, se reconhece no âmbito internacional a necessidade de uma educação ambiental. Em 1975 a UNESCO e o Programa para o meio ambiente das nações Unidas colocam em desenvolvimento o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Em 1976 a UNESCO e o Programa das Nações Unidas organizam o colóquio de Belgrado em que se realiza um intercâmbio de projetos internacional e como conseqüência disso surge às diretrizes da educação ambiental. Neste mesmo ano, diferentes regiões do mundo, África, Ásia, Latino América, Caribe e Europa, se reuniram onde examinaram as recomendações feitas por Belgrado a partir das necessidades de cada região. Partindo destas reuniões e do intercâmbio de projetos, em 1977 em Tbilisi apresentam-se as bases da educação ambiental e se estabelece que o objetivo seja o desenvolvimento de comportamentos do homem adequados com o seu meio ambiente, ou seja, a interação humano no contexto ambiental que vive, com suas características específicas. E também como influencia

as atividades que o homem realiza neste meio, ou seja, se devem compreender as relações que se estabelecem entre o homem e seu meio ambiente.

Trata-se, portanto, de uma educação ambiental crítica, emancipatória, política, de cunho social e com visão integradora do meio ambiente. Princípios herdados do legado do grande educador brasileiro Paulo Freire. Uma das referências fundadoras do pensamento crítico na educação brasileira, Paulo Freire, insiste em toda sua obra, na defesa da educação como formação de sujeitos sociais emancipados, isto é, autores de sua própria história. A metodologia de alfabetização baseada em temas e palavras geradoras, por exemplo, religa o conhecimento do mundo à vida dos educandos para torná-los leitores críticos do seu próprio mundo. Inspirada nessas idéias-força que posicionam a educação imersa na vida, na história e nas questões urgentes de nosso tempo, a educação ambiental acrescenta uma especificidade: compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais.

Ainda nesse capítulo sobre a EA também destacamos um pouco da educação Ambiental na União Européia sua trajetória e com destaque ao fato de que suas ações se concentram quase que exclusivamente na educação formal, ou seja, nas escolas, deixando uma lacuna no âmbito não formal que é preenchida no caso da Espanha pelas associações ou organizações ecologistas.

No Capítulo III, da primeira parte, tratamos da juventude e sua participação nas políticas públicas. Para se compreender políticas públicas é necessário entender o papel do estado. Faz-se necessário, então, colocar em evidência, também, o lugar de onde se originam tais políticas, quais seus propósitos e a quem se destinam. Ou seja, deve-se ter clareza da concepção de Estado, em que princípios se baseia e

quais contornos ideológicos estão assumindo as ações do Governo num determinado período histórico e em determinada sociedade.

Apoiando-nos em Dallari (2003) entendemos o Estado, neste estudo, como uma instância capaz de agrupar um conjunto de instituições permanentes, órgãos que possibilitam a ação do Governo de acordo com o seu projeto político adotado.

São, portanto, essas instâncias que constituem o Estado, que darão o suporte e possibilitarão aos diversos estratos e às classes sociais receberem e proporem idéias aos governos, e, assim, oportunizar a todos os mesmos direitos e deveres de cidadãos, numa democracia, de fato, constituída e não apenas de direitos formais perante a lei.

Antes, porém, de tratar da questão do Estado, fez-se necessário algumas referências à estrutura de poder até então vigente no período colonial-escravista durante o Império e, finalmente, no Brasil republicano, quando se pode falar em um Estado brasileiro e pode ser possível compreender melhor o tipo de Estado forjado a partir do esboço de sociedade, com uma estratificação social vivenciada na recém colônia portuguesa.

Também tratamos de relacionar o estado com a política pública ambiental onde meio ambiente como política pública, no Brasil, surge após a Conferência de Estocolmo, em 1972, devido à inserção do tema por parte das Nações Unidas nas agendas dos governos e a partir daí foi se concretizando de várias maneiras a depender do contexto, alguns em instituições, outras em legislações específicas etc. Mas foi a partir da Constituição de 1988 que o estado brasileiro avança na legislação e na gestão administrativa do país no sentido do contexto sócio ambiental, de modelos de gestão públicas, de democracia participativa estado de direito no Brasil do século XXI. Entende-se que o modelo estrutural de Estado, propugnado pela Constituição

Brasileira de 1988 pode ser entendido, como o de um estado Social e Democrático de Direito, e dada à relevância para o eixo ambiental e sua interface social e econômica, que pode ser entendido como estado sócio ambiental de direito. Com isso, um novo modelo de gestão que vai de encontro com o tipo de gestão pautada por critérios de legitimação democrático-participativa

Uma vez feita essa discussão conceitual de Estado passamos a refletir, no capítulo III, sobre as políticas públicas de juventude especificamente, na America Latina. Não é fácil resumir o estado da arte nos estudos de juventude de um a outro lado do oceano Atlântico. Em ambas as margens há um movimento de migração de jovens, uma como terra de saída e a outra como terra de chegada. A construção das identidades juvenis também é um tema de forte debate tanto na Península Ibérica como na América Latina, não como divagação, mas como parte essencial nas trajetórias juvenis e na sua simbolização do que é a realidade. O passo da dependência a autonomia não são nada evidentes em nenhum dos lados, seja porque o trânsito é menos fluido, ou seja, porque passa por outros códigos, ritmos e mecanismos. Igualdade de oportunidade e negociação na vida dos jovens são os dois lados da mesma moeda. E a moeda roda também na reflexão e na elaboração de políticas de ambos os lados do oceano.

De acordo com Abad (2002) historicamente a evolução das políticas públicas de juventude na America Latina tem sido determinada por problemas de exclusão dos jovens da sociedade e como facilitar a transição e integração para o mundo adulto.

Na America Latina existem numerosas iniciativas e programas para os jovens, provenientes tanto do setor governamental, como do privado e como do não governamental. A heterogeneidade destas ações se soma a diversidade de

objetivos, derivados das múltiplas situações que afetam a juventude, segundo características de gênero, raça, classe social, zona de residência, emprego e outras. Após este recorrido feito pela América Latina, vale ressaltar o avanço do tema em muitos países latinos com exceção do Brasil que a discussão é antiga entre os teóricos, mas a execução das políticas é bastante recente, passamos para as Políticas públicas no contexto brasileiro e no contexto europeu no caso da Espanha. As estatísticas demográficas de projeção demonstravam que haveria uma evolução crescente no número de população desta faixa etária na América Latina se confirmou atualmente. Com isso ressalta uma preocupação para estes governos, sobretudo no que diz respeito a ser um segmento de população bastante ativo em vários sentidos e economicamente também, o que chama atenção para políticas que incorporem esta categoria no atendimento de suas demandas e que também, por sua vez, contribuirão no desenvolvimento econômico desses países.

A discussão sobre a questão dos jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude só recentemente avançou no Brasil, apesar dos esforços da Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), a partir dos anos 90, de colocar o tema nas agendas governamentais. Grande parte desse esforço deve-se à visibilidade conquistada pelos jovens, nos processos de democratização, ocorridos na América Latina na década de 80.

Apesar da preocupação mais sistemática dos governos brasileiros, a partir dos anos 90, em formular e implementar políticas específicas voltadas para os jovens, a maior mobilização para discutir uma Política Nacional de Juventude só foi realmente acontecer nos últimos cinco anos, com vistas a elaborar um Plano Nacional de Políticas Públicas – que contemple e aprofunde as questões que afetam os jovens – e um Estatuto dos Direitos da Juventude.

Neste item, também descrevemos como está sendo a estratégia de governo para a implantação da política de juventude a nível nacional e nos estados brasileiros, a exemplo do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude) e o CEJUVE (Conselho Estadual de Juventude).

A ausência de políticas para esta categoria não quer dizer que não existiam demandas, no entanto a questão da não existência incide então numa invisibilidade produzida, numa descredibilidade construída de modo a apontar cenários sem alternativas.

Boaventura Souza Santos (2003)⁶, procura desmostrar com a Sociologia das ausências que aquilo que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, como uma alternativa não-credível ao que existe. A Sociologia das Ausências procura “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (Santos, 2003, p 743).

A idéia do jovem como problema, como gerador de uma gama de problemas sociais, como eram vistos anteriormente pelos interesses dos governantes, era conveniente tê-los dentro da lógica da não existência, o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. No momento em que o invisível torna visível e que existe a

⁶ Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison e Global Legal Scholar da Universidade de Warwick. É igualmente Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Director do da mesma Universidade e Coordenador Científico do . O Centro de Estudos Sociais (CES), criado em 1978 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, é uma instituição científica vocacionada para a investigação e formação avançada na área das ciências sociais e humanas. Ao longo dos últimos anos, o CES tem conhecido uma assinalável expansão da sua atividade científica, o que é observável no alargamento do quadro dos seus investigadores, na sua progressão académica, na multiplicação dos projetos de investigação em que estes têm estado envolvidos, no alargamento das redes de cooperação internacional, nas atividades de cooperação com o meio exterior e na vitalidade dos seus principais instrumentos de divulgação científica. Em Fevereiro de 2002, foi concedido ao CES o estatuto de Laboratório Associado pelo Ministério da Ciência com base em duas premissas centrais: em primeiro lugar, a capacidade demonstrada de desenvolver investigação inovadora sobre a sociedade portuguesa nas suas diferentes vertentes, bem como sobre as transformações atuais a nível mundial, com destaque para as sociedades semiperiféricas e do Hemisfério Sul, particularmente nos países de língua oficial portuguesa; em segundo lugar, o envolvimento do Centro com questões de interesse público, nomeadamente as políticas públicas e as novas formas de regulação; as relações entre o saber científico e a participação dos cidadãos; e o sistema legal e a reforma da administração da justiça.

possibilidade de corroborar com o sistema hegemônico, este se torna visível. Perante isto, o resgate da visibilidade destas realidades subalternizadas, que faz reaparecer outras totalidades, traz consigo uma cautela ousada.

A idéia do jovem como aquele que está de fora, as margens da sociedade, como problema e alvo de preocupação, reforçava a criação de programas de caráter assistencialista e não davam espaços aos jovens a participar desta elaboração, ou seja, não davam subsídios para empoderar de argumentos que realmente atendessem suas demandas.

Mesmo com a juventude sendo durante muito tempo silenciosa , o silêncio trás à tona muitas vozes e que estão aparentemente sem vozes, nas quais se pode fazer-se voz e subversão, articulam-se muitas vozes - e criam formas transgressivas de lidar com a ideia da subalternidade, transformando-as em estratégias de lutas de resistências. Nesta medida, o silenciamento pode transformar-se num murmúrio transgressor capaz de subverter as condições de subalternidade. O silêncio pode ser também um ensurdecedor grito de luta (LAGE, 2005, p 264).

Daí a importância da construção da identidade do jovem como sujeito social, como sujeito relacional, que possuem os direitos e reconhece que o outro também o possui.

Diferente do que se passou no Brasil esse tema na Espanha e em toda União Européia já tem sido debatido há muitos anos e as políticas de juventude implementadas já vêm desempenhando o seu papel fundamental do desenvolvimento dessa categoria juvenil. Atualmente a Espanha possui cerca de 9 milhões de jovens para faixa etária de 15 a 29 anos.

A Espanha constrói seu percurso de construção histórica das políticas públicas seguindo o contexto europeu, portanto oficialmente a partir da Constituição na

década de 70, embora houvesse muitos indícios de políticas ou programas voltados para a juventude e que até hoje não é reconhecido como.

No capítulo III parte I, também foi descrito um pouco da evolução histórica das Políticas Públicas de Juventude na Espanha, desde a época do Franquismo até os dias atuais. Não é objetivo de esta tese fazer um estudo aprofundado das políticas públicas de Juventude espanhola, mas sim uma recopilação resumida para que tenhamos uma referencia teórica da evolução do tema no país.

A Política de Juventude na época do Franquismo se articulou sobre três concepções, que representam três momentos conjunturais, que se superpõe a própria evolução do regime.

A primeira etapa da ditadura, na década dos anos 40, chamada de “la etapa Del frente de Juventudes” se caracterizou por uma política cujo objetivo principal era o enquadramento, a adesão ou a submissão ideológica num contexto de repressão e rejeição. A execução dos programas correspondeu essencialmente à execução dos programas correspondeu essencialmente a organizações juvenis do regime, em particular a Frente de Juventude (FJ) e a Seção feminina do mesmo, assim como o Sindicato de Estudantes Universitários (SEU), criados para a formação e o enquadramento das forças juvenis e promover em termos ideológicos o sistema político franquista.

A segunda fase ou etapa, chamada de etapa nacional- catolicismo, na década de 50. A explicação é simples: Até o final da Segunda Guerra Mundial as relações do regime franquista e a igreja católica era muito cautelosa apesar do apoio prestado durante a Guerra Civil. Com a derrota da Itália e da Alemanha, as coisas mudaram e o regime se tornou essencialmente católico.

A terceira etapa, chamada etapa dos planos de desenvolvimento coincidiu com o plano de estabilização em 1959, identificaram como a crise da hegemonia ideológica com a conformação da tecnocracia e o fim do discurso das ideologias. Em todo caso, o crescimento econômico daquela época supôs priorizar as políticas de integração sócio laboral dos jovens frente as políticas mais ideológicas nas décadas anteriores. Para conseguir este desenvolvimento econômico se requeria dispor de um capital humano melhor preparado, desde trabalhadores especializados até titulados superiores passando por técnicos a nível médio, e para alcançar este objetivo se dirigiram aos maiores esforços do Regime. Foi esta massa de jovens mais formados, muitos deles procedentes de classes sociais que de forma tradicional não havia tido possibilidade de chegar aos níveis médios e superiores de estudos, que apoiaram o processo de transição da democracia no país e com isso promoveu uma ruptura cultural, social e política.

O mais relevante dessa transformação social, se refere ao fato do protagonismo histórico que correspondeu aos próprios jovens, apesar da história não reconhecer muito isso. Assim, a maioria dos novos trabalhadores manuais e empregados das multinacionais que se instalaram na Espanha eram jovens menores de 30 anos, sendo estes emigrantes internos e externos.

No Capítulo IV da parte I, une os três grandes temas investigados nesta tese. Trata-se de refletir sobre Juventude, Educação Ambiental e Políticas Públicas e com isso como que isso esta acontecendo no Brasil numa perspectiva mais geral e específica com o estudo de caso, no município de Salvador com o Coletivo Jovem de Meio Ambiente, o Grupo Pegada Jovem.

Assim, no primeiro item desse capítulo (capítulo IV) destacamos a atuação da sociedade civil organizada que independente de uma ação governamental, já se

dedicam de exercer na prática políticas de juventude por meio de seus projetos. Tratam –se de associações, organizações, movimentos, diversas experiências desenvolvidas por entidades da sociedade civil que representam os jovens vêm ao longo das últimas décadas mostrando um acúmulo considerável de alternativas de inclusão social da juventude brasileira. O amadurecimento dessas entidades as tornam preparadas para contribuir com a elaboração e a execução de políticas públicas que, de fato, consigam combater e eliminar a exclusão social e a conseqüente falta de oportunidades que muitos jovens enfrentam no país. Os instrumentos legais são condições necessárias, mas não suficientes para que se construa uma política pública.

Assim a sociedade civil organizada, a não organizada e os movimentos sociais vem conquistando espaço na gestão pública atualmente no Brasil, sobretudo em espaços de gestão das políticas públicas. A origem desta representação é a mais diversa possível e muitas vezes não estão estruturadas como uma Organização não governamental. Muitas destas iniciativas sociais partem de grupos de igrejas, como as pastorais, associação dos vizinhos ou até mesmo um grupo de amigos. Assim, estas iniciativas também têm sua relevância no que se refere à gestão de temas que são demandadas pela sociedade. No tema juventude isso acontece com bastante frequência, são várias as iniciativas que trabalham com o tema no país antes deste entrar na agenda governamental. Hoje, elas estão representadas nos conselhos da gestão pública, no entanto, estas iniciativas já existiam muito antes de serem reconhecidas pelo poder público, ou seja, já faziam política pública ser uma realidade.

Neste item foram elencadas algumas das iniciativas organizadas ou não organizadas, que atuam no município de Salvador com a temática juventude durante

muito tempo e que vem desenvolvendo experiências bastante relevantes contribuindo para as políticas públicas de juventude e de meio ambiente. A maioria delas trabalham com temas setoriais que demandam a juventude, como trabalho e renda, também o tema da cultura destacando o hip hop como expressão da cultura, ou questões étnicas raciais e muitos outros.

Continuando o capítulo IV, fizemos uma reflexão sobre a juventude brasileira e as políticas públicas ambientais, a relevância da participação da juventude na implementação delas e quais as estratégias governamentais estão sendo utilizadas para esta implementação.

A ocupação dos espaços coletivos de participação pelos jovens tem sido motivada por parte dos órgãos competentes governamentais e os jovens por sua vez têm respondido positivamente a esta participação. Claro que não foi de uma hora para outra que estruturas tão forte e conservadoras dos governos, seja ele federal estadual ou municipal se abriram para a participação da sociedade civil, tem sido uma luta constante de conquistas desse lugar, de exercer os direitos e cumprir com os deveres.

Tanto os jovens quanto suas organizações, coletivos e movimentos têm cada vez mais percebido essa complexidade de relações na área, e percebem que os desafios atuais e futuros são bem maiores do que sua própria capacidade de enfrentá-los. Isso, no entanto, têm ajudado a retroalimentar seus anseios e perspectivas de atuação política, cidadã e profissional na área.

Nesse capítulo foi dada uma ênfase maior a relação da Juventude com a Política Nacional de Educação Ambiental, com destaque de como as estruturas governamentais estão se organizando para inserir a participação juvenil nestes espaços coletivos e como a juventude está inserindo-se no Estado da Bahia. Como

que os programas desenvolvidos pelo Governo Federal sendo executados nos estados e como os estados estão pensando nas estratégias estaduais de implementação da política específica nos municípios.

Como vimos no capítulo II onde tratou da evolução da EA no Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental publicada em 1999, sua implementação tomou mais corpo em 2003 com a entrada no novo Governo que direcionou a gestão pública tornasse mais participativa possível. Assim, os ministérios de Educação e o Ministério do meio Ambiente a través do Órgão gestor, começaram a lançar ações e programas de implementação da PNEA, foi instituído em junho de 2003, com a missão de materializar a Lei nº 9.795/1999 e o Decreto nº 4.281/2002. Assim no neste item do capítulo IV, uma reflexão sobre os espaços que foram criados para incentivar a participação de jovem na implementação da PNEA e no enraizamento da EA. Todos estes espaços sejam chamados de conselhos, comissões, conferências são espaços que antes de mais nada existem para exercer o papel de espaço educador ou estruturas educadoras. Todas essas estruturas precisam estar sintonizadas na missão de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis. Neste item vale a pena refletir o conceito de ensino não formal, partindo do pressuposto teóricos destas estruturas educadoras. Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) (GOHN, 2006).

A educação não- formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a

priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.

O aprendizado das diferenças; aprende-se a conviver com demais; socializa-se o respeito mútuo; adaptação do grupo a diferentes culturas, reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, trabalha o “estranhamento”; construção da identidade coletiva de um grupo; balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente, são características específicas da educação não formal e, portanto estas características que devem ter os espaços de participação da juventude desempenhando o papel de estruturas educadoras. E com base nisso estes espaços criados para participação da juventude, são considerados como estruturas de formação e, portanto funcionam na prática como educação não-formal que completadas com as escolas, ou seja, os espaços formais viabilizam mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo, afirma Gohn (2006).

É preciso olhar com mais atenção as estratégias de formação desenvolvidas pela sociedade civil organizada no campo da educação não formal, para que a escola possa entender que há neste outro espaço um novo modelo civilizatório com o qual se pode relacionar e complementar o modelo convencional de educar.

A existência destes conselhos, coletivos, comissões, redes etc são urgentemente necessários, no entanto não são suficientes para que exerçam sua função

educadora. É necessário uma preparação contínua, permanente de atividade de reflexão e ação e que seja um projeto político pedagógico capaz de formar cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com particularismos, é retomar as utopias e priorizar a mobilização e a participação da comunidade educativa na construção de novas agendas.

Dentro deste conceito de estruturas educadoras para as sociedades sustentáveis foi apresentado algumas que se destacaram a participação da juventude nas Políticas Nacional de Educação Ambiental. Dentre elas estão as conferencias Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, os Coletivos Jovem de meio Ambiente, a Rede de juventude e Meio ambiente (REJUMA), os encontros Nacionais de Juventude e as CIEAs. Também foi apresentado Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente importante ferramenta para consolidar a juventude como sujeito das ações e a inserção em outros espaços e o que reúne as ações realizadas pela juventude.

Com isso, tivemos um panorama de todas as estratégias do governo federal para inserção da juventude no enraizamento da educação ambiental no país e que resultaram medidas bastante positivas com uma mobilização interessante da juventude para o enfrentamento da crise socioambiental. Sem sombra de dúvida, os processos de conferências foram fundamentais para a emergência de um movimento de juventude e meio ambiente no país e empregaram um poder mobilizador impressionante.

Também o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) tem demonstrado, ao longo da história dos movimentos sociais no mundo e, sobretudo na América Latina, como uma ferramenta de atração de sujeitos para criação ou

sustentação destes movimentos sociais para emergir e potencializar as idéias do movimento.

Atualmente destacamos a REJUMA, uma rede que potencializou bastante o movimento e as ações que os grupos em todo o país vêm desenvolvendo. A possibilidade de trabalhar em rede atrai os jovens como uma nova forma de participar, como um novo desafio a ser alcançado e com isso o engajamento vem pela sedução às novas tecnologias, uma geração que está sendo reconhecida como a sociedade do conhecimento. Informação e conhecimento são geralmente considerados como idênticos e sinônimos. O conhecimento, no final das contas, é paradigmático.

Porém quando se divulgam os inegáveis avanços que a crescente utilização da internet provoca, há que diferenciar informação de conhecimento já estamos falando de formação de sujeitos. Portanto, a educomunicação ambiental surgiu com uma maneira de tornar os espaço virtual ou os usos da TICs numa perspectiva da formação desses jovens em temas relacionadas com os contextos sócios ambientais. Educomunicação Ambiental, um conceito novo, que vem se afirmando como campo de intervenção social, o qual inclui os meios comunicação no processo de mediação educacional, discutindo dessa forma as questões ambientais. Muitas oficinas de educomunicação ambiental têm sido demandas pelos jovens, como forma de estimular e socializar o debate sobre as questões ambientais e suas problemáticas, de forma a despertar nos alunos uma visão crítica e responsável sobre o tema.

O ultimo item deste capítulo (capítulo IV) dedicamos a descrever com bastante detalhe o grupo de jovens, objeto de estudo desta tese, o grupo Pegada Jovem. Nesta ocasião descrevemos desde sua criação até os dias atuais, ressaltando as

ações desenvolvidas pelo grupo desencadeadas pela mobilização obtida com as Conferências e a importância do mesmo para a elaboração de uma política pública de juventude e Meio ambiente.

Como encontrar jovens protagonistas e ambientalistas? Como fazer com que estes jovens se conheçam? Como produzir a mobilização destes jovens? Como gerar a sensibilização de jovens para a temática socioambiental? Como aproximar jovens do movimento de base que já acontece? Como fazer com que a ação do jovem seja reconhecida e apoiada?

Estes questionamentos permeiam até hoje a mente dos jovens que participam do Grupo Pegada Jovem, um grupo que surgiu da vontade de realizar o que se imaginava ser impossível. Pessoas de diferentes realidades, históricos e expectativas responderam a um chamado e curiosos foram verificar como poderiam participar de uma mobilização nacional de jovens pelo meio ambiente. Naquela ocasião nenhum deles poderia prever o que aconteceria depois daquele encontro. A diversidade de opiniões e experiências gerou um grupo crítico e proativo, disposto a superar os desafios que lhes foram propostos.

Nascido em 2003, como Conselho Jovem da Bahia (CJE), o grupo de 12 jovens que atuava na mobilização de crianças e jovens para a participação nas Conferências Nacionais Infância Juvenil e Adulta pelo Meio Ambiente (CNIJMA) reunia-se regularmente para se conhecer e determinar uma forma de ação eficiente. Foram muitos os encontros, e neste processo novos jovens eram envolvidos enquanto que outros se afastavam.

Além das ações propostas pelo órgão gestor da Educação Ambiental do Governo Federal, o grupo pegada jovem por seu próprio mérito e de conhecido foi convidado pela Prefeitura de Salvador para implementar as Agendas 21 escolar no sistema de

ensino municipal. Este projeto foi talvez o que houve muitas dificuldades e enfrentamentos onde o grupo pode estar num processo intenso e mútuo de ensino e aprendizagem.

Essa proposta promoveu a inclusão social, a valorização, o respeito à cidadania e à diversidade, bem como a responsabilidade socioambiental com a participação da juventude valorizando o princípio que norteia a atuação do CJ, no qual jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra. Pensando assim, as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender – esse diálogo é um aspecto fundamental para o fortalecimento dos movimentos.

Baseado nos princípios de “jovem educa jovem” e “uma geração aprende com a outra” estão pautados na atuação da juventude como sujeitos sociais que atuam e intervêm no momento presente e não em um futuro próximo. Assume-se, então, que o processo educacional pode e deve ser construído a partir das experiências dos próprios jovens, por meio de Comunidades de Aprendizagem.

A formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) e a implantação da Agenda 21 nas escolas, revelam-se como instrumentos singulares diante da possibilidade de integração de toda a comunidade escolar em uma ação que prioriza e, acima de tudo, valoriza todos os saberes reconhecendo sua magnitude para a construção de um ambiente escolar democrático, participativo e saudável.

Sabemos que diante da realidade baiana atual, não podemos dizer que existe um movimento de juventude pelo meio ambiente na Bahia, mas podemos dizer que ainda de maneira bastante, tímida, há um grupo de jovens preocupados com a temática ambiental, interessados em envolver e seduzir a outros jovens, a buscar alternativas por mundo melhor. O movimento é ainda tímido, bastante reduzido

fisicamente restrito ao município de Salvador, mas que possuem um potencial agregador bastante interessante para o enfrentamento da atual crise socioambiental.

Na segunda parte da tese no capítulo V apresentamos os caminhos utilizados para a coleta de dados com os sujeitos envolvidos com a temática.

Esta etapa metodológica, considerada o coração da pesquisa, foi dividida, por sua vez em duas fases: uma individual e outra coletiva.

A fase individual consistiu em uma etapa em que se buscou uma avaliação da participação da juventude na elaboração e na implementação das políticas públicas de Juventude e na de Educação Ambiental no país e no estado da Bahia, bem como a inserção do jovem nos espaços de coletivos de construção de políticas, sob as perspectivas dos gestores públicos, das ONG's, das universidades, dos líderes juvenis e do movimento social. Para executar esta avaliação de cada uma destas categorias, foi utilizada como estratégia metodológica, a entrevista aberta, com perguntas orientadoras para levantar reflexões sobre o tema.

Segundo Callejo Gallego (2002), o desenho da investigação quando é utilizada a entrevista, o principal passo é a seleção dos informantes. Dessa perspectiva, não importa tanto o número e sim a posição que é ocupada por cada um dos entrevistados com relação ao fenômeno observado. Portanto, para esse estudo a escolha foi feita com pessoas estratégicas e importantes que tratavam do assunto desde o ponto de vista da gestão pública até coordenadores de projetos, na escala nacional e local. Foram entrevistados gestores públicos responsáveis pela elaboração de programas ou das políticas públicas de juventude e de juventude e meio ambiente, pesquisadores sobre o tema, organizações não governamentais com experiências com o tema, lideranças juvenis e movimentos sociais que tenha a categoria juvenil inserida. Algumas dificuldades foram encontradas em contatar com

os entrevistados, sobretudo a categoria ONG que para surpresa do investigadora das 26 contatadas, apenas uma aceitou fazer a entrevista por completo e uma outra pela metade, ao todo foram 24 entrevistas realizadas. Algumas realizadas diretamente com o entrevistado, ou por meio do correio eletrônico ou também por ligações telefônicas. Para isto, todos os entrevistados foram contatados anteriormente e marcados os dias para a realização da entrevistas. Todas as entrevistas foram gravadas com auxílio de um gravador de voz e posteriormente transcritas para proceder às análises.

A fase coletiva consistiu no trabalho realizado com o coletivo Jovem de Meio Ambiente de Salvador - Grupo Pegada Jovem. Neste momento só haviam 10 membros ativos no grupo e participando de maneira mais concreta do projeto Agenda 21 escolar, tendo em vista a sazonalidade da participação dos jovens no grupo, em função de se envolverem em outros caminhos para atender a suas demandas, sobretudo do ponto de vista econômico. Para isso foi escolhido como metodologia de trabalho o método grupo de discussão como a forma de viabilizar o estudo de caso. Portanto, se trata de uma combinação de dois métodos para alcançar os objetivos da presente investigação.

O mais importante do desenho é ter representado nos grupos de discussões, determinadas relações sociais que se pretendem explorar na investigação. Portanto a seleção de números de grupos responde a critérios estruturais e não estatísticos.

Para esta investigação a etapa da construção do marco teórico, juntamente com estas duas etapas de coleta de dados, as entrevistas e o grupo de discussão, permitiu uma confirmação das hipóteses levantadas inicialmente validando os métodos escolhidos, aplicando assim o princípio da triangulação.

Os procedimentos qualitativos como os grupos focais ou as entrevistas individuais capacitam o investigador para se alinhar com o participante e descobrir como a pessoa ver a realidade. Igual a outros procedimentos das ciências sociais, a validade do grupo focal depende dos procedimentos usados e do contexto que são usados.

No caso deste estudo foi utilizado um questionário que serviu para caracterizar o grupo com o qual foi o objeto de estudo e muitas das perguntas foram transformadas em qualitativas e analisadas qualitativamente. Ou seja, o questionário serviu para adquirir um diagnóstico do grupo Pegada Jovem no momento de realização do estudo de caso e para complementar as análises realizadas nos encontros com o grupo de discussão. Também, não foi utilizado nenhum método estatístico para analisá-los visto que o número de questionários obtidos não eram suficientes para configurar uma amostra representativa.

Para realização dessa etapa metodológica foram realizados seis encontros com o grupo Pegada Jovem. O primeiro encontro teve como objetivo apresentar os objetivos do projeto já conhecido por muitos dos membros do grupo. E segundo encontro correspondia a primeira parte de aplicação dos questionários e ao primeiro momento que denominado de “Quem somos nós?”. O terceiro encontro, denominado de “Reconstruindo a história do grupo Pegada Jovem”. O quarto encontro, chamado “Avaliando nossas ações”. O quinto encontro denominado “Olhando para o futuro” e o sexto encontro “Olhando para o futuro desde uma perspectiva local”. Todos os encontros configuraram o grupo de discussão propriamente dito, cujo objetivo avaliar as ações do grupo ao longo dos anos, desde 2003 até aquele momento, avaliar e discutir novas perspectivas para o programa

Juventude e Meio Ambiente e avaliar o projeto Agenda 21 nas escolas municipais de Salvador.

Para analisar as entrevistas foi utilizada a teoria do campo léxico onde parte do princípio que a partir do vocabulário se pode explicar uma sociedade ou mesmo explicitar uma ideologia. De acordo com García Crespo (1983), o léxico desempenha um papel de primeira ordem, é necessário considerá-lo parte integrante de um conjunto, com seus correspondentes conteúdos semânticos. Assim, sem dúvida, a linguagem exerce uma influência no pensamento. Um campo semântico não reflete apenas as idéias, os valores e as perspectivas da sociedade contemporânea e sim, os cristaliza e perpétua para as seguintes gerações. É importante ressaltar que na lingüística a elaboração de um campo léxico é um objeto principal de uma investigação determinada, para esta investigação foi utilizada como ferramenta para alcançar outro objetivo e dar um subsídio teórico metodológico para analisar as respostas dadas às entrevistas realizadas.

Em cada resposta foram selecionadas palavras chaves que eram palavras que se repetiam e que tinham significados comuns, ou seja, foram agregadas palavras do mesmo grupo semântico, sinônimos a cada grupo de palavras chaves. Uma vez feito isto, foram agregados os adjetivos que dava algum sentido semântico e por ultimo os antônimos. A partir daí foram classificadas em categorias cada grupo de palavras-chaves, que foi chamado de campos de interpretação, onde foram interpretadas as respostas dadas à pergunta em questão.

Para avaliar o grupo de discussão tomou como base as sistematizações dos encontros que foram feitos pelo investigador e o conteúdo dos discursos dos jovens, de maneira a está mais próxima da realidade.

No capítulo VI e último estão as considerações finais e as recomendações para futuros trabalhos, tendo em vista que um trabalho de investigação nunca esgota o tema. Ao contrário, com relação ao tema de juventude e meio ambiente se tem muito que investigar e publicar. No entanto foram traçadas algumas considerações finais com relação ao objeto de estudo investigado. Alguns caminhos podemos traçar:

Os aspectos de ensino aprendizagem que estão presentes nos coletivos jovens em todos os projetos desenvolvidos, a pesar de muitas dificuldades, as vezes de preconceitos ou de falta de prática neste sentido.

É um processo de ensino-aprendizagem que consideramos explícita, onde se coloca em exposição os acertos e os erros e se aprendem com tudo isto. Sem contar com a legitimação dos princípios que regem toda a metodologia de trabalho com os Coletivos Jovens. A prática destes princípios, quando se trabalhar com jovens é praticamente automático, pois isso é diretamente posta pela maneira desse jovem de agir e de colocar suas idéias.

Vemos que a juventude atual é uma geração absolutamente estratégica para a mitigação e adaptação da crise socioambiental em tempo hábil, transformando aos poucos os sistemas de consumo, produção e aprendizagem. O que se compreende por juventude atual é basicamente os indivíduos nascidos nas décadas de 80 e 90, as duas décadas nas quais se concentraram os maiores desastres ambientais causados pela ação humana e ao mesmo tempo o maior número de informações, eventos, políticas voltadas às questões ambientais. E percebemos que todas as estratégias, políticas e ações para o enfrentamento da crise socioambiental global são essencialmente intergeracionais.

Percebemos também que a geração mais estratégica para a transformação socioambiental necessária em curto prazo é justamente a parte da população com

os maiores índices de vulnerabilidade social, menos proteção e atenção da sociedade e menos oportunidades de formação e estruturação social. É uma perigosa combinação para uma sociedade ameaçada.

É uma grande oportunidade de reverter a dívida histórica com a juventude compreendendo-a e tratando-a como o agente principal para a construção de sociedades mais sustentáveis, de modo que as Políticas Públicas de Juventude prevejam o enfrentamento da crise ambiental como ação prioritária. Desta maneira, os processos formativos para estas gerações devem ser estruturantes, baseados na Educação Integral com foco socioambiental, devem gerar uma nova cidadania, com oportunidades sustentáveis de trabalho e renda, conhecimentos e práticas alternativas de qualidade de vida e formas inovadoras de aprendizagem à altura dos desafios socioambientais que se configuram.

Daí a construção da identidade do jovem como sujeito social, como sujeito relacional, que possui os direitos e reconhece que o outro também o possui. A importância de definir o eu na sua afirmação como sujeito social capaz de conhecer o mundo. Se assim é, o sujeito só se pode relacionar com o mundo como um experimento, se for constituído por uma identidade que lhe sirva de passaporte para transitar na vida social.

Desta maneira, sabendo quem é e quem é o outro, o sujeito consegue se estabelecer numa perspectiva relacional que irá definir a hierarquia de cada um na teia. Porém, a inserção na vida social, orientada pela perspectiva do questionamento sobre o mundo e da ação transformadora sobre esse mesmo mundo, também cobra que o sujeito possua uma representação identitária que lhe permita suportar a dúvida sobre si mesmo para poder visualizar outras possibilidades sobre si e sobre o

mundo. Sem esta condição, estará destinado a permanecer à margem da vida em sociedade.

No entanto, a juventude deve se dar conta deste caminho a ser trilhado, a fim de que não perca de vista a construção de políticas públicas que realmente retratem e exerçam este tão difícil exercício de ser sujeito social, de direitos e pertencente a esta história.

Diante da realidade baiana atual, não podemos dizer que existe um movimento de juventude pelo meio ambiente na Bahia, mas podemos dizer que ainda de maneira bastante, tímida, há um grupo de jovens preocupados com a temática ambiental, interessados em envolver e seduzir a outros jovens, a buscar alternativas por mundo melhor. Este mundo logicamente não está sustentado apenas na utopia, mas esta dá argumentos necessários para seguir conquistando espaços. Não se trata de problemáticas distantes onde as soluções eram difíceis de serem imaginadas. Trata-se de problemas ambientais que fazem parte de todo cotidiano e que afetam de imediato nossas vidas. São muitos os jovens baianos, com realidades bastante diversificadas, mas que se unem nas mesmas demandas.

Também vale ressaltar que existem outras iniciativas nos municípios, de cunho não governamental que há muitos anos tratam das demandas juvenis e que a educação ambiental pode ser incorporada nas agendas destas iniciativas e agregando a outros jovens e seguir regando a esperança de transformação.

Assim todos os caminhos aqui percorridos nos levaram para uma única direção e apontam que as estratégias utilizadas para inserção da juventude a participar da implementação de Políticas Públicas foram exitosas. No entanto, estas políticas públicas devem ser fortalecidas, ampliadas e garantidas para as seguintes gerações numa perspectiva de construção de uma sociedade sustentável.

CAPÍTULO I – A JUVENTUDE O PRINCIPAL SUJEITO DA HISTÓRIA

1.1 - Histórico da emergência juvenil no cenário político ambiental mundial

Até 1960 se pensava que nas sociedades industrializadas as linhas de ruptura eram de caráter ético, estavam vinculadas as classes sociais. Mas os anos 60 nos ensinaram que os conflitos sociais podiam também originar-se no enfretamento das gerações. Nesta década os jovens se afirmaram como sujeitos históricos de um movimento coletivo primeiro nos Estados Unidos e depois na Europa. Segundo Simonnet (1983) e Alberoni (1983), esses movimentos deram origem a separação dos jovens com relação aos adultos e sua rebelião contra o sistema político e produtivo organizados pelos próprios adultos. Nessa época a juventude estava praticamente confinada nas universidades e isolada do mundo do trabalho. A juventude produziu uma utopia social e um estilo próprio de como enxergar o mundo. A entrada repentina da juventude como tal no cenário social se caracterizou diante de tudo como uma aventura cultural. Pela sua própria dinâmica foi se transformando em um desafio a ordem estabelecida.

Não devemos esquecer que os jovens que protagonizaram os movimentos dos anos 60, eram crianças durante 1945 ou 1950, ou seja, período pós 2ª guerra mundial. Época otimista. Havia uma esperança de um novo mundo cheio de perspectivas. Esses jovens foram educados por pais confiantes numa sociedade e no potencial humano e acreditavam em um mundo melhor. Estavam certos que o desenvolvimento da democracia, da economia e da educação faria desaparecer os males da sociedade e assim transmitiam suas idéias aos seus filhos. Dessa forma,

os jovens, durante sua infância, foram imbuídos de um otimismo e uma confiança em uma sociedade igualitária.

Nesse mesmo período começaram a ter as primeiras manifestações com temas ecológicos a pesar desse movimento só ter tido visibilidade na década de 70. Começaram, então, as primeiras mobilizações contra ao armamento nuclear, através das campanhas de desarmamento e contra a guerra do Vietnã.

Para Vaquero (2005, p 87) numa publicação em que faz uma avaliação do movimento estudantil dentro da perspectiva histórica diz que:

La Segunda Guerra Mundial había terminado. La alegría y la ilusión se mezclaban con el temor y el cansancio en la mayoría de la población tras un conflicto que supuso la derrota del Fascismo, pero también 50 millones de muertos, el Holocausto y la destrucción de una buena parte de Europa y de Japón.

No entanto, essa juventude logo se decepcionou. Veio a instalação da Guerra Fria. O mundo foi dividido em duas partes, uma liderada pelos Estados Unidos e a outra pela União Soviética. Chegou assim à hora das desilusões, das dúvidas. Mas foi essa mesmo juventude que se sentiu fascinada pelos movimentos de liberação e antiimperialista do terceiro mundo, o que desenvolveu um sentimento de solidariedade alcançando um ponto culminante nos protestos contra a Guerra do Vietnã.

También los sesenta son una etapa de renovación cultural que afecta al cine, el teatro, la poesía, la literatura, la música, la pintura, el cómic. Surge los movimientos contraculturales y Underground .Las costumbres sexuales van cambiando y la moralidad pública es puesta en cuestión. Las formas de vestir reflejan esos cambios. Incluso la Iglesia católica realiza su particular puesta al día con el Concilio Vaticano II, que va a tener una influencia determinante en el surgimiento de la Teología de la Liberación.Esa

efervescencia cultural y política choca con estructuras anquilosadas. La provocación, las acciones, el happening intentan mostrar a los ciudadanos las contradicciones y la hipocresía social (VAQUERO 2005, p 89).

Ainda nessa época houve um fenômeno social que contribuiu para sensibilidade ecologista certamente foi a aspiração libertadora dessa juventude ocidental que conheceu seu ponto culminante em Paris no Maio de 68. De acordo com Simonnet (1983) maio de 68 reuniu de uma só vez os esquerdistas das políticas materialistas e a espontaneidade libertaria e subversiva da corrente situacionista.

Maio de 68 foi Maio de 68 foi antes de tudo uma obra da juventude estudantil e intelectual contra o mundo triste e senil, comenta Simonnet(1983).

Muitos consideram o Maio Francês como o símbolo da luta estudantil contra a atualidade da época, mas para Vaquero (2005) vai muito mais, além disso, foi um tempo de rebelião, de esperança, de mudanças que atingiu todo o planeta.

Houve também na Espanha alguns conflitos dos trabalhadores e dos estudantes que levaram o governo do ditador Franco a declarar em janeiro de 1969 o primeiro Estado de alerta em todo o território nacional.

“ Rejuvenecer el mundo, despertar la sociedad” essa era a ambição da geração dos anos 70 e dos estudantes que foram protagonista em 68 e ecologista nos anos 70. A sociedade de consumo estava instalada e levada a miséria da vida cotidiana. A alienação crescente dos indivíduos por valores econômicos, um lugar deserto, o individualismo do pequeno burguês.

Já em 68 a juventude advertia: “Consumid más, viviréis menos”.

No que se refere à aparição dos movimentos de cunho ecologista e pacifista, vêm desde a década de 50 no Ocidente, surge com diversas formas de protestos e mobilizações que vão constituir numa forma específica de ação política para os

jovens universitários da geração nascida depois da Segunda Guerra Mundial (REVILLA, 2005).

Las movilizaciones contra la guerra de Vietnam en Estados Unidos y Europa y el movimiento estudiantil de mayo del 68 como lucha emancipatória de los jóvenes frente al control de la familia, la escuela y la sociedad. Entre estas movilizaciones de finales de los 50 y los 60 y la aparición en la escena europea del ecologismo y del pacifismo se está fraguando el desarrollo de un movimiento alternativo que se alimenta de la movilización estudiantil del 68 y nutre culturalmente y en términos de identidad a los nuevos movimientos sociales. Se expresa en la rebeldía contra cualquier forma de autoridad y el rechazo de los cánones clásicos de desarrollo personal. Se constituye sobre dos bases: por un lado, el ejemplo de las comunidades de producción y vida del socialismo temprano, y por otro lado, los modelos religiosos de vida comunitaria y el modelo de los "bohemos", conjugándose ambos como reacción ante modernista (BRAND, BUSSEY y RUCHT, 1986 *apud* REVILLA, 2005, p 172).

As mobilizações nesse momento estavam centradas em atos de solidariedade, no desenvolvimento de atividades ecológicas, na descentralização e na transformação das estruturas familiares. Assim para difusão do seu ideário dispõe de uma publicidade alternativa baseado em pequenos ideários socialistas e na imprensa de esquerda.

No que diz respeito ao movimento ecológico, ele, manifestou-se por meio de três distintos pontos e interdependentes: Movimento pacifista, Movimento ecologista e Os Verdes, este último como partido político. São distintos porque propõem estratégias distintas, mas se alimentam entre si e são interdependentes porque expõem questionamentos de ordem político e econômico internacional. É o modelo de desenvolvimento ocidental implantado, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial.

A degradação crescente da natureza motivou o crescente número de grupos de defesas durante os anos 60. As associações apoiadas e animadas por científicos se comprometeram rapidamente em verdadeiras batalhas em defesa da natureza. Assim, para alguns, o movimento ecologista surge a partir da luta contra a energia nuclear.

Por exemplo, na década de 70 a grande bandeira dos jovens franceses era disseminar informações sobre a energia nuclear. Formam comitês locais, acumulam informações e publicam em periódicos, divulgam em palestras. Esta batalha de informações prossegue em 1974 com as eleições presidenciais, quando a primeira candidatura de René Dumont permite tornar público a existência dos ecologistas e desenvolver mais ainda o movimento.

É importante fazer um parêntese para explicar um pouco sobre a distinção entre meio ambientalismo e ecologismo que se tinha nessa época. Para Castells (1998) o meio ambientalismo fazia referência a todas as formas de conduta coletiva que no seu discurso, e na prática, em como objetivo corrigir as formas de relação destrutiva entre a ação humana e o seu entorno natural, fazendo oposição a lógica estrutural e institucional dominante. Já o ecologismo, entende o autor, como uma série de crenças, teorias e projetos que consideram a humanidade um componente de um ecossistema mais amplo e evolucionista. Para ele o meio ambientalismo é a ecologia posta em prática e a ecologia é o meio ambientalismo em teoria.

En las décadas de los sesenta y los setenta, los grupos ecologistas eran, básicamente, de carácter conservacionista, dedicando sus esfuerzos hacia la defensa de especies y espacios. Aún hoy, saliendo ya de la última década de este siglo, la conservación continúa siendo una de las líneas básicas de trabajo ecologista, y todas las organizaciones dedican una buena parte de su tiempo a estos menesteres. Pero, poco a poco, el ecologismo ha ido introduciendo elementos socioeconómicos y entendiendo que los procesos de degradación del medio y la desaparición de especies

no pueden ser interpretados al margen de un profundo conocimiento del sistema social en el que se producen (DAVID,1997, p 5).

Também podemos fazer referência, na década de 60 e 70, ao movimento do Escotismo, ou Escultismo em espanhol, considerado movimento educativo jovem, que teve bastante teve bastante ampliação durante essa época e até os dias atuais. Suas atividades se baseavam na busca do desenvolvimento físico, mental e espiritual dos jovens, para que desenvolva um papel construtivo em na sociedade. Assim o associativismo juvenil perde espaço para outras formas de socialização da juventude como foram os movimentos juvenis da década de 70 e 80 como o escotismo que teve repercussão em toda a península. Para alguns autores o escotismo contribuiu entre outras coisas, para preparar os jovens dos anos 60 a 80, para as novas políticas de juventude que estavam chegando. Assim se refere Hernández Díaz a esse respeito:

El escultismo que generalmente ha sido un movimiento de rápida y fuerte expansión desde sus origen en todo el mundo, alcanza en España su mayor auge en la década de los ochenta. En Castilla y León las mayores tasas de asociacionismo scout, se contabilizan entre los años 1985 a 1993 y a partir de entonces se registra un leve y constante descenso. El escultismo en Castilla y León en los años setenta sienta las bases, mejor que ninguna otra asociación juvenil, y desde la pedagogía del ocio y el tiempo libre, para la organización de instrumentos autónomos de los jóvenes, y hacia la defensa real y práctica de los intereses de los niños y jóvenes organizados, al margen de cualquier opción partidista, pero con un claro sentido de la política, de la ciudadanía. En el momento que se producen traspasos de las políticas de juventud desde el Estado central a las Comunidades Autónomas, sean varios los líderes scouts que ocupan posiciones destacadas en organismos como Consejos de Juventud regionales, locales y hasta nacionales (por ejemplo el que fue primer presidente del consejo de la juventud de España,) Enrique López Viguria, era líder del MSC, del escultismo, y formó parte activa durante algunos años de los scouts de Castilla y León. (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2006, p 164)

O contexto político que havia se instalado nos anos 70 deixava para a geração de jovens dos anos 80 um cenário de muitas mudanças importantes e com isso uma perspectiva de uma nova luta. Alguns fatos políticos importantes foram: 1- A guerra fria política de distinção entre os países do mundo, promovido pelos Estados Unidos; 2- A crise do petróleo em 73 e suas conseqüências na economia mundial e a construção de centrais nucleares; 3 - Por ultimo, as primeiras reações em relação ao crescimento econômico instalado depois da Segunda Guerra Mundial, o informe do Clube de Roma em 1972. A primeira Conferencia Internacional de Meio Ambiente realizada em Estocolmo relata as primeiras informações sobre os efeitos da industrialização frente à deteriorização dos recursos naturais.

Segundo Ander-Egg (1983), o movimento ecologista nasce como denuncia as conseqüências e efeitos da agressão ecológica, mas sua configuração é influenciada também pelos rescaldos que ficaram do movimento estudantil do começo da década de 70, que levaram às discussões que iam para além da pauta ambiental. O autor ainda diz que o ecologismo e juventude são dois fenômenos bem próximos.

Diante desse contexto, a juventude da década de 80, decepcionada com o modelo econômico implantado, começava a falar sobre os limites de crescimento, da escassez de energia e direciona para o espaço urbano, que estava cada vez mais opressivo. Nessas condições reforçam o movimento meio ambientalista e conservacionista que começam a dissociar das estratégias político-trabalhistas dos partidos políticos clássicos. “Sem partido político e sem recursos financeiros, a ideologia ecologista vai adquirindo uma grande capacidade de influencia sociopolítica e de mobilização sobre vários setores da sociedade”, segundo uma reflexão de Frutos García (1980, p 115).

A geração dos anos 80 enfrentou um conjunto de problemas novos que as gerações anteriores apenas suspeitavam: o desenvolvimento do planeta, a escassez absoluta dos recursos, a contaminação etc. As crianças dessa geração nascem muito mais independentes, nascem como cidadãos do mundo, antes de serem do seu próprio país ressalta Alberoni (1983). As crianças dos anos 80 aprendiam na infância o que os adultos descobriram na fase adulta. Embora a geração anterior previsse esse fenômeno sua maneira de abordar muito antiquada.

Os jovens dos anos 80 parecem aceitar mais passivamente o anonimato das grandes estruturas burocráticas, a explosão das indústrias e a monotonia do trabalho. Mas já pensavam na descentralização através da criação de pequenas empresas e cooperativas, na prática da autogestão, no aumento dos centros culturais, na mobilidade social, ainda que fosse bem difícil ressuscitar o espírito competitivo dos anos 50-60.

Foi nesse contexto que para alguns se começou a delinear uma etapa de esfriamento político e de fragmentação social. Assim os anos 90 foi demarcado como um ano de apatia e conformismo. As razões que tem deixado a juventude na inércia, na apatia são pontuadas por Balbontín Arteaga (1983), quando se refere a:

- a) o desenho financeiro da economia internacional transformando nossa sociedade em extremamente consumidora e manipulável;
- b) segundo ponto o meios de comunicação como forma de manipulação da informação;
- e c) a privação da inteligência pelo uso das tecnologias.

Segundo os autores Albarracín et al (1995) o entusiasmo rejuvenescedor se acabaria no fim dos anos 90 que parece coincidir com o novo desapego da política que nessa ocasião poderia atingir os jovens. Continua o autor, dizendo que despolitização juvenil, como fenômeno recente, do ponto de vista convencional

reflete em uma apatia e um desafeto em relação à política. Contudo essa situação não impediu que essa juventude fosse considerada solidária ou comprometida. Nesse momento uma pesquisa espanhola registrava opiniões de jovens que dizia: Política para que?

Para Alberoni (1983) é possível que essa nova geração conserve muitos componentes de novas formas de socialização imaginadas pela geração anterior, isso não quer dizer que vão formar grandes partidos de massas. É provável, segundo o autor, que se desenvolvam formas de associação difusa, movimentos que se mobilizem em pós objetivos determinados ou ainda grupos de pressão que se façam porta vozes de um protesto.

O movimento estudantil cumpriu um papel muito importante na história da participação da juventude na construção política mundial. Os jovens que participaram e estavam inseridos nos diversos contextos descritos anteriormente estavam em universidades e ali aconteciam as grandes discussões sobre os temas que eram relevantes para cada época. A universidade era um espaço político e de amadurecimento dos ideais de luta ao longo dessa história. Foi nesse espaço que se concebeu o espírito da ação coletiva como o principal fator determinante para a juventude dos anos oitenta.

Essa discussão toma grande dimensão, como avalia o autor Vaquero (2005, p 127) :

Esta discusión, que se da con fuerza hasta 1985, refleja la realidad de fondo de la evolución de las redes organizativas: su diversificación. Se empiezan a constituir grupos por facultad (asociaciones, plataformas, colectivos), que agrupan a un conjunto más o menos amplio de estudiantes, que tienen un carácter más o menos unitario (en un primer momento suele existir uno por facultad, pero inmediatamente se diversifican en base a orientaciones, intereses e ideologías), que realizan actividades variadas (reivindicativas, culturales, políticas, sociales, institucionales) o específica (nacen para un tema concreto participación institucional, feministas, ecologistas) y que tienden a coordinarse con otros centros y con grupos y redes fuera de la universidad.

No Brasil, é em contraste com essa imagem que a juventude dos anos 80 vai aparecer como patológica porque oposta à da geração dos anos 60: individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática. Uma geração que recusa se a assumir o papel de inovação cultural que agora, depois da reelaboração feita sobre os anos 60, passava a ser atributo da juventude como categoria social. O problema relativo à juventude passa então a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e de compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema. Tematizada por aqueles que fizeram parte da geração dos anos 60 e 70, a juventude aparece aqui como depositária de certo medo relativo ao “fim da História”, uma vez que nega seu papel como fonte de mudança.

No período de 1970-1980 foi para muitos a década ecologista. Ninguém pensava que o movimento do trabalhador iria perder o seu protagonismo no conjunto do movimento social tomando lugar os postulados e as reivindicações de uma maior qualidade do entorno e melhores condições de vida. Na fase industrial moderna se caracteriza uma etapa para o desenvolvimento onde prevaleciam à utilização de novas fontes de energias (carbono, petróleo e gás) associado ao processo de inchamento os grandes centros urbanos, a introdução de novas tecnologias e a interferência das atividades humanas nos ciclos naturais (biogeoquímicos) e no meio natural. É a partir da Segunda Guerra Mundial quando se aceleram as mudanças mais substanciais qualitativamente e quantitativamente gerando uma ampla tipologia de impactos diretos no meio e nas condições de vida das pessoas.

De acordo com Herrero I Gomar (1995) foi entre as décadas dos 70-80 se desenvolveram na Europa os chamados Novos movimentos sociais (ecologistas, feministas, pacifistas, antinucleares); se inicia a tradução dos movimentos sociais em novas organizações políticas: partidos verdes, nova esquerda e grupos libertários. Entre os partidos verdes, em meados dos anos 80 se produz uma diversificação entres os Verdi-Verdes (Inglaterra, Francia e Bélgica), que não se auto definem de esquerda e priorizavam a ecologia desde o conservacionismo apolítico e os Verdes-vermelhos ou alternativos que confluem o movimento ecologista e a corrente marxista libertária dos anos 60. Esse ultimo, relacionam questões ecológicas com problemas sociais e analisam o problemas das espécies e de classe ligados a dominação capitalista que explora os recursos do planeta, os países dos Sul e gera uma desigualdade e extrema pobreza e ameaça destruir a vida humana na Terra.

Estas são as causas principais, segundo Frutos García (1980), que desencadearam ao final dos anos 60, o nascimento e o desenvolvimento de uma dinâmica social, por amplos setores da juventude sensibilizados diante do deteriorização do meio ambiente.

Segundo Ander-Egg (1983), o movimento ecologista nasce como denuncia as conseqüências e efeitos da agressão ecológica, mas sua configuração é influenciado também pelos rescaldos que ficaram do movimento estudantil a começos da década de 70, que levaram discussões e iam para além da pauta ambiental. O autor ainda diz que o ecologismo e juventude são dois fenômenos bem próximos.

Até meados do século XX a degradação do meio ambiente nunca foi tida como um problema. Apenas uns anos depois, no começo dos anos 70, a necessidade de

atender seria e organizadamente os problemas ecológicos foram se transformando em uma das preocupações dominantes da terra (ANDER-EGG, 1983).

Para Viola (2003) foi no clima de crise do marxismo, na década de 70, que os movimentos ecológicos se desenvolveram. Três fatores principais estão na base da crise do marxismo, tanto enquanto modelo explicativo do funcionamento da sociedade, como enquanto referencial normativo para sua transformação: o caráter totalitário do socialismo real, a complexidade sócio-política do capitalismo contemporâneo e a crise ecológica.

O modelo de desenvolvimento que começa a ser implantado nessa época é baseado na visão antropocêntrica do universo e caracterizada por uma filosofia que respeita os limites de crescimento sustentados na exploração não finita dos recursos naturais. Com isso, houve uma enorme ebulição das atividades industriais, como o progressivo abandono do meio rural. Ao passo que vai ocorrendo o inchamento dos grandes centros urbanos, onde as populações emigradas do meio rural se estabelecem em baixas condições de infra-estrutura, sanitária desencadeando uma série de modificações no meio urbano e conseqüentemente impactos ambientais diretos. Ao passo que o meio rural abandonado, começa a entrar na filosofia desenvolvimentista, implantando novas tecnologias agrárias para sustentar a população que cada vez mais crescia e se concentravam nas cidades, substituindo as práticas tradicionais de matéria orgânica por outra intensiva utilizando pesticidas, herbicidas e fertilizantes. O resultado disso tudo, um caos ambiental. As cidades estavam gerando uma série de problemas ambientais desde o ponto de vista da pobreza, da saúde pública até a contaminação dos rios, dos solos, do alimento provocados também pelo meio rural.

Na década de 70, no Estado espanhol surgem os primeiros grupos de proteção ao meio ambiente, a impugnação do desenvolvimento e os efeitos da contaminação industrial. Assim mesmo, apenas na década de 80 que surgiu os partidos verdes no estado espanhol, que aparecem fragmentados e desconectados do movimento ecologista. “La falta inicial de conexión con el movimiento ecologista y las confrontaciones por las diversas listas han sido factores determinantes para explicar porqué, después de una década, los Verdes del Estado español aún no hayan llegado al Parlamento de Madrid o al Estrasburgo” (HERRERO I GOMAR, 1995 p110).

La década de los setenta se caracterizó por ser un periodo donde las acciones en defensa del ambiente se hicieron más visibles y estuvieron mejor diseminadas entre la sociedad en su conjunto. Numerosos estudios han revisado esas acciones considerándolas como un movimiento ecologista en el que participaban muchos individuos representantes de las diferentes esferas de lo social. Una particularidad interesante que diferencia al me de otros movimientos sociales y políticos y, por lo tanto, asigna mayor valor a su proceso de análisis, es precisamente su singularidad: la inexistencia de un cuerpo social definido (GUIMARÃES & NOAL, 2001, p 22).

Frente aos alarmantes destruições e degradações ambientais do meio e os desequilíbrios produzidos na natureza, uma nova consciência ecológica foi despertando em todos aqueles que querem que a terra seja um lugar onde se possa viver em harmonia com a natureza. Eram os chamados ecologistas os porta vozes dos gemidos da biosfera agredida. “Estamos arruinando nosso importante patrimônio: a natureza planetária” (ANDER-EGG, 1983, p 22).

No entanto, é o tema da energia, sobretudo da nuclear, o grande desastre ambientais que aparecem depois da Segunda Guerra Mundial, que provocou uma

grande inquietude social, geradas a partir do segmento de juventude e da sociedade, gerando o aparecimento de uma série de grupos ecologistas diante dessa situação de crise ambiental. Sem dúvida foi o tema da energia nuclear considerado o grande cavalo de batalha do movimento ecologista da época (FRUTOS GARCÍA, 1980).

Diante do quadro de exacerbada degradação social e ambiental em escala planetária, o movimento ecológico propõe um novo sistema de valores sustentado no equilíbrio ecológico, na justiça social, na não-violência ativa e na solidariedade diacrônica com as gerações futuras. O meio ambiente surge para o movimento ecológico como uma dimensão fundamental do desenvolvimento, através da idéia-força de eco desenvolvimento. A grande maioria dos ecologistas (exceto uma minoria romântica) era favorável a um desenvolvimento ecologicamente equilibrado que inclui a utilização prudente da maioria das tecnologias contemporâneas, rejeitando somente aquelas intrinsecamente predatórias (VIOLA, 2003).

Assim a juventude europeia decepcionada com o modelo econômico implantado, começava a falar sobre os limites de crescimento, da escassez de energia e direcionada ao espaço urbano, onde este estava cada vez mais opressivo. Nessas condições reforçam o movimento meio ambientalista e conservacionista que começam a dissociar das estratégias político-trabalhistas dos partidos políticos clássicos. Sem partido político e sem recursos financeiros, a ideologia ecologista vai adquirindo uma grande capacidade de influência sociopolítica e de mobilização sobre vários setores da sociedade.

A desconexão existente, no princípio, entre ecologismo e ecologia como ciência, vai sofrer um processo de aproximação gradual e formando o que mais tarde deram

origem aos partidos verdes e os movimentos ecologista. Esse partido arrasta uma porção de jovens para o movimento, sobretudo na Grã-Bretanha e na Itália.

O Movimento ecologista surge quando a ciência ecológica que estuda as relações que existem entre o meio ambiente e os organismos que o habitam e os movimentos de ação ecológica ligados estreitamente à juventude, que são os pacifistas, os alternativos, auto gestionários, os movimentos contracultura, se unem em defesa do meio ambiente. Nesse momento há uma relação forte que existe entre as tendências mais nobres, profundas e mais significativas da juventude atual e o movimento ecologista. Assim como teve como os movimentos pacifistas e as manifestações dos verdes na Europa Ocidental.

De acordo com Ander-Egg (1983) os ecologistas passaram a ser os porta vozes da natureza. O aporte da juventude alternativa não era só defender a natureza, mas lutar contra o modelo econômico que estava se instalando, mas também ao modelo tecnológico e de sociedade que nos trouxe para a situação atual. A situação atual não é outra coisa que o fruto de uma civilização de consumo excessivo de um desenvolvimento sem finalidade humana e de existências de pessoas sem sentido da vida. O ecologismo e os alternativos não ficavam apenas na denuncia, mas era o anúncio do amanhecer era uma revolução cultural. São eles que nos convidam a entrar no século XXI com um convite a esperança e a utopia, que é um convite à vida.

Em 1988 na Bélgica foi fundada a Federação de Jovens Verdes Europeus - FYEG agrupa associações juvenis ecologistas de toda a Europa com o fim de favorecer o entendimento mútuo e a ação conjunta para a promoção de uma Europa verde. Na atualidade, a FYEG acolhe a 30 organizações de todas as regiões da Europa. O tamanho das organizações varia de 70 a milhares de membros; as organizações

podem ser a organizações juvenis do Partido Verde do país de origem ou uma ONG ecologista juvenil. Todos os membros têm menos de 30 anos e todos nossos eventos são planejados e levados a cabo por jovens ativistas europeus de forma voluntária.

A federação acredita no empoderamento da juventude para que tenha um papel ativo na sociedade civil europeia em vez de consumir de forma passiva eventos organizados pelos adultos. Querem que a Europa do futuro seja desenvolvida para e pela juventude, com oportunidades para expressar-se, apoiadas na justiça, no meio-ambiente e social.

Durante os últimos anos, está centrada na expansão da rede na Europa Central e do Leste, o que vem refletindo para chegada de novos membros de outros países.

Nos anos 90 a visibilidade social dos jovens muda um pouco em relação aos anos 80: já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, a maior parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (ABRAMO, 1997).

Diante do que foi exposto, diríamos que há uma tendência de que estão formando adequadamente ao jovem no conhecimento e nos valores fundamentais, no entanto a materialização satisfatória na vida cotidiana está longe no Ocidente e há uma distancia incalculável no mundo menos desenvolvido. O mal estar e a dissonância que produzem essa contradição explica o distanciamento dos jovens em relação às instituições oficiais e sua proximidade as organizações não governamentais. As instancias não governamentais são representantes de uma pratica democrática e mais próximas dos ideais para transformação da sociedade rumo a universalização

dos valores, valores esses que ligam aos direitos humanos fundamentais ao conjunto do planeta. A busca desse objetivo nos tornará mais felizes e aos nossos jovens contribuirá manter longe do fundamentalismo perigoso.

Independientemente de la valoración que se quiera hacer de estas propuestas, la acción colectiva estudiantil y juvenil de esos años ha dejado su huella, no sólo en la universidad en su estructura, metodología, relaciones...-, sino también en la cultura; en el surgimiento de los movimientos sociales de esos años, aportando ideas y recursos humanos para estos; en la Nueva Izquierda y los grupos políticos revolucionarios; en el desarrollo de nuevos paradigmas e investigaciones en las ciencias sociales y humanas; en la ampliación de la agenda política institucional; incluso en algunos avances tecnológicos (VAQUERO, 2005, p 101).

O cenário dos anos 90 foi caracterizado pela apatia e uma passividade, que a juventude se orientou a construção de que alguns chamaram de privado harmônico, onde o consumo material, o individualismo e o não pensar constituíam a norma, como reação e evidente frustração e impotência de gerações anteriores que não puderam realizar as mudanças na ordem social como rejeito a suas formas de fazer política, dizia Dominguez (2006). Continua o autor, os estudos realizados nessa década permitiram concluir que os jovens europeus preferem mais que nada se afiliar a grupos de interesses gerais, particularmente os ligados a desportos e a menos aqueles que atuam com interesses específicos, como é o caso dos sindicatos, dos partidos políticos ou as associações.

A pesar de ese retraimiento, las energías juveniles comenzaron a canalizarse en otras direcciones a través de movimientos ecologistas, culturales, comunitarios y, en algunos casos, de mayor compromiso social como la defensa de derechos humanos, la solidaridad y la ayuda contra la pobreza. De ahí que especialistas en el tema juvenil llamaran a considerar la participación de este sector de la sociedad no solo desde su relación de

empoderamiento respecto del mundo adulto, sino a reconocer las formas propias de empoderamiento que construyen y las transformaciones que se han dado en la expresión de los contenidos de la participación juvenil” (Krauskopf, 2000 *apud* (DOMINGUEZ, 2006, p 72).

É no final do século XX e o início do atual que estamos vendo um renascimento das resistências frente ao capitalismo neoliberal e seus efeitos de crescimento da pobreza e as desigualdades, assim como frente a ofensiva guerrista que hoje se vive novamente.

A partir daí surgiram as primeiras discussões sobre a uma ecologia que refletisse um visão política. E política no sentido de uma visão transformadora e com interesses da coletividade.

A ecologia política busca a sustentabilidade e a justiça e por tanto contra as próprias bases dos sistemas socioeconômicos. Propõe uma mudança radical de rumo a longo de uma dimensão profundamente transformadora e revolucionária. Ao mesmo tempo, não rejeita a reforma no dia dia, nem a transformação política nos pequenos passos. A ecologia política escolhe caminhos do pacifismo e da democracia participativa.

A expectativa dos ecologistas para o 3º Mundo é que haja um processo de desenvolvimento ecologicamente auto-sustentado e socialmente justo, o que elevaria consideravelmente, o nível de consumo material das grandes massas populares, ao mesmo tempo em que se estagnaria e racionalizaria o consumo das classes médias (e, obviamente, reduzir-se-ia o consumo das classes altas). Esse padrão de desenvolvimento exige uma reestruturação do poder mais drástica que nos 1º e 2º Mundos. No 3º Mundo a difusão da consciência ecológica deveria implicar também uma introdução generalizada de valores pós-materialistas na

população, ainda que com características diferenciadas: alterando os hábitos efetivos sobre o consumo dos setores altos e médios; mudando os componentes predatórios das expectativas de consumo dos pobres (gerados pelo efeito de demonstração) e reduzindo seu crescimento demográfico.

O movimento ecológico enfrenta no hemisfério sul maiores desafios que no hemisfério norte, devido à explosiva combinação dos problemas de degradação ambiental e injustiça social. Existe uma complexa tensão entre a justiça social (que pode implicar, valorizar a distribuição sobre a ecologia) e o ecologismo (que pode implicar valorizar a ecologia sobre a distribuição). Os movimentos ecológicos do 3º mundo têm sua base social reduzida aos setores médios e enfrentam dificuldades, apesar de alguns esforços desenvolvidos, em penetrar os setores populares. Os setores populares do Sul (movimento sindical, movimentos populares urbanos e rurais) mantêm-se distantes do discurso ecologista, apesar de que alguns dos objetivos mais importantes destes movimentos são profundamente ecologistas: luta por condições de trabalho; por saneamento básico, por melhoria dos serviços de saúde pública, propriedade da terra para quem a trabalha.

No Estado espanhol os coletivos ambientalistas e ecologistas denominados na atualidade de ONGs têm desempenhado nas últimas décadas um papel protagonista na sensibilização e conscientização ambiental na de acordo com Benayas, Gutierrez y Hernández (2003). Ainda na atualidade continua sendo os coletivos mais ativos nesta temática, respondendo por 73% das ações em defesa do meio ambiente que aparecem nos meios de comunicação, seguidos, ainda com muita distancia das associações de moradores com aproximadamente 14%. Nos últimos anos houve evolução nos discursos dessas associações que estão muito mais maduras e busca de uma postura menos folclórica e mais comprometida com a busca de soluções e

possivelmente pela incorporação de novas gerações nestes coletivos. Mas também é certo que na última década, se abriram novos espaços para participação cidadã e os coletivos sociais (conselhos, assessorias, etapas de participação pública e outros) contudo com o funcionamento bastante desigual. Alguns deles, como os programas de voluntariado ambiental desenvolvidos por algumas comunidades autônomas como Valencia, Múrcia e Andaluzia estão recebendo uma boa resposta cidadã.

1.1.1 - Década de 70 - Início do movimento ambientalista brasileiro

O Movimento Ambientalista no Brasil

No Brasil o movimento ambientalista surge na década de 70. A grande crise do petróleo no mundo provocou um movimento contra a implantação da energia nuclear como alternativa de suprir a demanda energética. Diante dessa situação foram surgindo, em várias partes do mundo, manifestações, protestos contra esse modelo energético que estava sendo implantado. Podemos afirmar que, inicialmente, o movimento tinha como sua principal forma de atuação a denúncia, ou seja, o movimento era contrário ao modelo das políticas governamentais e industriais e a sua forma de protesto era através das militâncias no sentido de contestar a ordem estabelecida. Essa característica era reflexo de diversos movimentos que já existiam em países mais desenvolvidos, principalmente da Europa.

Outra característica bastante interessante da emergência deste movimento que foi protagonizado pela juventude dessa década. Uma juventude estudantil, de sua

maioria de classe média e que estavam atentos aos problemas ambientais ocorridos no mundo e com conseqüências no Brasil.

As raízes do movimento ambientalista no mundo, porém, surgem de uma preocupação em nível mundial em relação a conservação do meio ambiente como forma de perpetuação do planeta e conseqüentemente da espécie. Enquanto que no Brasil se atrelava a preocupação ambiental os problemas sociais intimamente relacionados.

Segundo Jacobi (2003^b) houve forças externas e internas que motivaram o movimento tomar uma dimensão maior nessa época. A Conferência de Estocolmo em 1972 e a volta dos presos políticos para o Brasil em 1979 foram forças externas. As forças internas foram representadas por aqueles que lutavam pela superação do mito desenvolvimentista, pela diminuição da devastação amazônica, e pela formação de uma nova classe média, influenciada pelos novos debates sobre a qualidade de vida, e o malogro dos movimentos armados de esquerda.

No Brasil, as primeiras iniciativas ambientalistas se originam nas ações de grupos preservacionistas na década de 50. Em 1955 é fundada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) pelo naturalista Henrique Roessler em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, e em 1958 é criada no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) com objetivos e modo de atuação estritamente conservacionistas, que centrava suas atividades na preservação da fauna e da flora, com particular ênfase naquelas ameaçadas de extinção. Na década de 70 a FBCN com a colaboração da União Mundial para a Conservação – IUCN – e o Fundo Mundial para Natureza - WWF- começaram um programa de financiamento em colaboração com agências ambientais.

Em 1966 é iniciada a Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (CNNDA) no esforço de mobilizar a sociedade para a preservação da Amazônia. Em 1971 é criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) que tem um perfil mais abrangente do que as outras organizações que lhe precederam, destacando-se pela ousadia em formular um programa de promoção da ecologia e de questionamento dos impactos predatórios da poluição causada pelas indústrias.

Na segunda metade da década de 70 surgem diversos grupos ambientalistas, que se estruturam no momento em que se inicia o processo de liberalização política, e pelo estímulo gerado para a questão ambiental pela Conferência de Estocolmo em 1972. Nessa ocasião cresceram as acusações de alguns países desenvolvidos em relação à postura predominante em países em desenvolvimento a respeito da ausência de normas para controlar os graves problemas ambientais.

Ao mesmo tempo, a diplomacia brasileira liderava em parceria com a China perante o mundo, na Conferência de Estocolmo em 1972, a posição de que era necessário poluir para que pudesse haver um desenvolvimento econômico. Estava claro que estava por vir um período de forte desenvolvimento do nosso parque industrial em detrimento da conservação dos recursos naturais. Nesse contexto, vários centros químicos e petroquímicos se instalaram em zonas litorâneas altamente populosas. Jacobi (2003 b) destaca que no Brasil, por exemplo, as restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energéticos - minerais. É importante ressaltar que a postura brasileira coincide com o período de auge de crescimento econômico do país, atingindo 10% ao ano.

Segundo Viola (2003) o Brasil é o país da América Latina em que os movimentos ecológicos nascem mais cedo e adquirem uma relevância maior até o momento e sua hipótese é de que há três períodos na história do movimento ecológico no Brasil. Uma primeira: fase que se denomina ambientalista, de 1974 até 1981 caracterizada pela existência de dois movimentos paralelos auto-identificados como apolíticos: os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e nas comunidades alternativas rurais. Uma segunda fase que pode ser chamada de transição, de 1982 até 1985, caracterizada pela confluência parcial e politização explícita progressiva dos dois movimentos acima assinalados, além de uma grande expansão quantitativa e qualitativa de ambos. Uma terceira fase denominada de opção eco política, começa em 1986, quando a grande maioria do movimento ecológico autoidentificava-se como político e decide participar ativamente na arena parlamentar.

Ainda assim, em 1973 as agências ambientais passam a integrar o cenário nacional com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA -, vinculada ao Ministério do Interior, com a função de traçar estratégias para conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais. E começam a surgir nos estados as agências estaduais de meio ambiente. Tudo isso, antes de ser verdadeiramente um comprometimento político do governo brasileiro. Foi para atenuar um pouco sua imagem externa diante da posição tomada em Estocolmo, pois predominava a idéia da exploração dos recursos naturais em prol da política desenvolvimentista.

O sentido comum "desenvolvimentista estreito" ou "desenvolvimentista predatório" é muito forte e difundido na sociedade brasileira e isto penetra também na intelectualidade crítica. O fato de o Brasil ser um país continental com vastas áreas populacionalmente vazias criou um "sentido

de impunidade desenvolvimentista", de custos toleráveis altíssimos para o crescimento econômico (VIOLA, 2003, p 8).

Influenciados pelo pensamento em nível mundial, após a Conferência de Estocolmo, quatro principais correntes de pensamento se destacaram. A primeira corrente, os preservacionistas, passou a defender o desenvolvimento zero, baseado em documentos técnicos como "Limites do Crescimento", resultado do Clube de Roma, que apresentava previsões negativas sobre a preservação ambiental, através do crescimento populacional e conseqüentemente da fome. A segunda corrente trata-se dos marxistas, baseados no mesmo documento e no manifesto pela sobrevivência, que atribuíam ao sistema capitalista o ônus da destruição ambiental e pretendiam substituir a produção de produtos "supérfluos" por produtos considerados básicos ou essenciais. Os fundamentalistas, baseados na teoria de Gaia, atribuída a James Lovelock pregavam que o ser humano não teria o direito de influenciar o meio natural, por ser apenas um ser vivo dentro de um sistema altamente complexo. Os eco tecnicistas completam a quarta corrente, que afirmando que os problemas ambientais se resolveriam através do desenvolvimento econômico e de novas tecnologias.

Pode-se afirmar que o modo de atuação do movimento ambientalista era baseado em denúncias e em forma de militância de combate à ordem estabelecida. A sua atuação está centrada nesse período de implantação e consolidação na denuncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, principalmente com enfoque local, e em alguns casos desenvolvem campanhas de abrangência regional e mesmo nacional, como é o caso da campanha de denúncia contra o desmatamento na Amazônia em 1978, a luta contra a inundação de Sete Quedas no

Rio Paraná (1979-1983), a luta contra a construção de usinas nucleares (1977-1985), a luta pela aprovação de leis do controle e de estímulo ao uso intensivo de agrotóxicos (1982-1985). Muitas dessas lutas obtiveram bastante repercussão no exterior, e foram referência relevante para a multiplicação de pressões contra o governo brasileiro durante os anos finais do regime autoritário, sendo que a maioria das práticas eram pautadas pelo voluntarismo dos militantes mais engajados (JACOBI, 2003).

Durante a fase ambientalista o movimento ecológico brasileiro esteve constituído por dois movimentos paralelos e independentes entre si : os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e as comunidades alternativas rurais. Ambos movimentos se autodefinem como apolíticos, ainda que o conteúdo desse apoliticismo seja diferente. No caso das comunidades alternativas rurais trata-se de uma rejeição de interação com a sociedade global, e essa esta interação é avaliada como contaminadora e degradadora do esforço alternativo. Nos casos de movimentos de denúncia da degradação ambiental, que agem no interior da sociedade e interagem com associações da sociedade civil e agências estatais, a rejeição da política tem as seguintes denotações: uma visão dos desequilíbrios ecológicos que tende a ser dissociada dos problemas da organização do poder e da propriedade no interior da sociedade, um modo de proteção das associações contra os efeitos divisionistas que uma eventual introdução do debate político partidário teria no interior delas, uma visão da atividade política e do campo político partidário marcados pela impureza, desonestidade e corrupção, o que contrasta com o caráter de pureza auto-atribuído à visão ecológica do mundo e à militância ecologista.

A partir de 1979 o debate cultural brasileiro ganha em amplitude com a entrada de alguns esquerdistas voltados do exílio como Fernando Gabeira que introduz valores

pós-materialistas na cultura de massas, em particular na juventude. Essa oxigenação cultural criará um clima social muito mais favorável para as atividades do movimento ecológico. Um setor significativo da população de nível cultural médio e alto vai passando de uma situação de desinformação com respeito a questões de meio ambiente e a conseguinte percepção do movimento ecológico como minoria folclórica, para uma postura de certa atenção para a relevância do problema e conseqüente respeito dos ecologistas. Também nesse mesmo ano surge o movimento em defesa da Amazônia, em função da voraz degradação que estava passando a região desde o início da década. Esse movimento encontra simpatia difusa na opinião pública e, apesar de não gerar nenhum ganho pontual no curto prazo, estimulou uma mentalidade mais inclinada à defesa ambiental nas agências estatais amazônicas.

Avançando para a década de 80 inicia-se um processo de reforma do Estado e o surgimento de muitos grupos ambientalistas, passando de aproximadamente 40 para mais de 400 na segunda metade dessa década. Em geral, as pessoas que compunham esses grupos eram pesquisadores e pessoas com boa escolarização, com noções de cidadania e política. É pouco freqüente o engajamento de setores circunscritos à mão de obra desqualificada ou aos setores mais carentes da população. Esses, no geral, se fazem presentes através da representação de Associações de Vítimas, que no geral tem à sua frente pessoas oriundas da classe média ou militante do movimento operário. “No geral não são ações ou condutas espontâneas que emergiram do seio dos setores de baixa renda, atingidas imediatamente pela pobreza e pela degradação ambiental” (JACOBI, 2003b, p 7).

Porém, a simples denúncia não implicava no desenvolvimento de uma consciência ecológica. O movimento ambientalista entra definitivamente na cena política na

segunda metade da década de 80, onde alguns candidatos que abraçavam a causa do movimento conseguiram se eleger.

A partir da segunda metade da década de 80 a temática ambiental assume um papel bem mais relevante no discurso dos diversos atores que compõem a sociedade brasileira. Já desde o início dos anos 80 surgem inúmeros grupos ambientalistas, mas a sua contabilização é muito difícil, na medida em que muitos têm vida efêmera. O seu crescimento ao longo da década é muito expressivo. Muitas das associações adquirem visibilidade pela atuação de um núcleo ativo composto por um número restrito de integrantes, sendo que em geral existem catalisadores da ação institucional em virtude de visibilidade pública, autoridade nas decisões do grupo, acesso aos meios de comunicação e acesso às agências estatais.

O ambientalismo se expande e penetra em outras áreas e dinâmicas organizacionais estimulando o engajamento de grupos sócio-ambientais, científicos, movimentos sociais e empresariais, nos quais o discurso do desenvolvimento sustentado assume papel de preponderância.

O maior interesse da opinião pública em relação à temática ambiental representa um importante incentivo para a multiplicação das organizações ambientalistas. Aproximadamente 90% das associações ambientalistas têm sua sede no sul e sudeste, sendo composta majoritariamente por universitários e pessoas com renda superior à média nacional.

Mas começa a ocorrer certa disseminação no Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Nessa fase, as organizações ainda não eram reconhecidas como interlocutoras por parte do setor público e privado e suas ações se continuam a se concentrar na mobilização contra fábricas poluidoras e degradação de áreas verdes, como parques nacionais, estaduais e municipais. Na realidade, as conquistas dessas organizações

para reverter efetivamente a degradação do meio ambiente foram bastante restritas. No entanto, é inegável sua relevância para despertar a conscientização sobre a problemática ambiental, nos mais diversos setores da sociedade brasileira, embora a tônica de seu discurso permanecesse a mesma. Ocorre uma crescente inovação na cultura ambientalista brasileira. As entidades transcendem a prática da denúncia e têm como objetivo central a formulação de alternativas viáveis de conservação e /ou de restauração de ambientes danificados. “O sócio-ambientalismo se torna parte constitutiva de um universo cada vez mais amplo de organizações não governamentais e movimentos sociais” (JACOBI, 2003).

A importância da vertente sócio-ambientalista pode ser verificada pelo crescimento do número de entidades não governamentais, movimentos sociais e sindicatos que incorporam a questão ambiental na sua agenda de atuação. A presença destas práticas aponta para a necessidade de pensar modelos sustentáveis, revelando uma preocupação em vincular intimamente a questão ambiental à questão social.

Entre os diversos atores pode-se destacar a aproximação com os seringueiros da Amazônia e o apoio das ONGs à criação das reservas extrativistas, internacionalmente conhecido depois do assassinato de Chico Mendes⁷; a interação das ONGs com o movimento indígena, acoplando à luta tradicional dos índios pela proteção de suas terras, a preservação do meio ambiente; a aproximação com setores do Movimento dos Sem Terra, incluindo a variável ambiental na luta pelo

⁷ Chico Mendes nasceu no Acre em 1944 e adquiriu notoriedade como líder durante os embates, quando os trabalhadores florestais formavam verdadeiras barreiras humanas para impedir o desmatamento pelos novos colonos assentados. Em 13 anos de movimento tornou-se o alvo principal de fazendeiros e empresários bem sucedidos, policiais corruptos, advogados, juizes e políticos que viam nele um obstáculo para seus objetivos comerciais. Em 22 de dezembro de 1988 foi morto durante uma emboscada no quintal da sua própria casa em Xapuri no Acre. Sua morte causou uma repercussão não só no Brasil como no mundo.

acesso a terra e, por fim, uma aproximação junto a diversas associações de bairro, que incluíram a qualidade ambiental em suas demandas.

O ano de 1982 é crucial na transição democrática brasileira na medida em que o processo, até o momento restrito à liberalização, adquire uma dimensão de democratização política com a realização de eleições competitivas para os governos estaduais. Um setor minoritário do ecologismo decide participar diretamente na arena política nas eleições de 1982 apoiando candidatos que levantam bandeiras ecológicas para deputado estadual.

O segundo momento de envolvimento político das associações ecológicas acontecerá no começo de 1984 por ocasião da campanha pelas diretas. À diferença das eleições de 1982, a grande maioria dos ativistas ecologistas decide participar nas mobilizações em favor de eleições diretas para presidente da República.

No Brasil, é em contraste com essa imagem que a juventude dos anos 80 vai aparecer como patológica porque oposta à da geração dos anos 60: individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática. Uma geração que recusa assumir o papel de inovação cultural que agora, depois da reelaboração feita sobre os anos 60, passava a ser atributo da juventude como categoria social. O problema relativo à juventude passa então a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e de compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema. Tematizada por aqueles que fizeram parte da geração dos anos 60 e 70, a juventude aparece aqui como depositária de certo medo relativo ao “fim da História”, uma vez que nega seu papel como fonte de mudança.

Na realidade, tudo parece indicar que a chamada “apatia juvenil” se relaciona com a desilusão que estariam produzindo instituições que funcionam cada vez mais ligadas a graves problemas relacionados com a corrupção e a falta de transparência e eficácia na gestão, e se aprofunda ainda mais diante das crises de governabilidade em que se encontram vários países da região. O que estaria indicando que se trata de um problema ligado a essas instituições e sua dinâmica específica na sociedade atual e não de um questionamento antidemocrático dos jovens. O certo é que quando os jovens percebem possibilidades reais de incidir nas decisões, participam com grande entusiasmo, como ocorreu com os jovens colombianos na ocasião da Assembléia Nacional Constituinte em 1990; com os jovens paraguaios na crise de março de 1999 em que foram atores principais do enfrentamento às tentativas frustradas de golpe de Estado; ou com a participação dos jovens brasileiros por eleições diretas (o movimento das “Diretas Já”, em 1984), os estudantes apoiaram a Assembléia Constituinte, e o *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992. (UNESCO, 2004). O movimento dos Caras Pintadas foi movido pela ética e pelo patriotismo, estudantes de todo o Brasil pintaram o rosto de verde-amarelo, vestiram-se de preto e tomaram as ruas para colocar para fora o então presidente da república.

Segundo Viola (2003), podemos dizer que seis fatores explicam globalmente a emergência e o desenvolvimento do movimento ecológico no Brasil:

1º) o caráter fortemente internacionalizado do movimento ecológico mundial devido ao caráter planetário da degradação sócio-ambiental processada nas últimas quatro décadas;

2º) o fato de o Brasil ser um país ascendente do 3.º Mundo, com forte internacionalização do seu sistema produtivo e de comunicações;

3º) a intensidade de degradação sócio-ambiental produzida nas últimas quatro décadas, contrapartida do extraordinário crescimento econômico e conseqüente ascenso no sistema mundial;

4º) o caráter excessivamente predatório (mais que a média mundial) da visão de mundo e das políticas implementadas pelas elites do regime autoritário (1964-1985);

5º) a profunda crise em que mergulhou a esquerda brasileira depois da fracassada experiência guerrilheira de 1968-1973, crise esta que, por sua vez, vincula-se com a crise geral do marxismo no interior da esquerda ocidental;

6º) o processo de transição democrática, iniciado com a liberalização (a partir de 1974) e continuado com a democratização (a partir de 1982), criou um contexto sócio-político cada vez mais favorável para a organização de movimentos sociais e para o debate de novas idéias. Três questões parecem fundamentais no futuro imediato do movimento ecológico:

1ª) consolidação de estruturas organizacionais de nível estadual e nacional;

2ª) penetração mais ampla nas classes populares;

3ª) colocar-se como um interlocutor legítimo no grande debate sobre o presente e o futuro da sociedade brasileira.

Entre 1985 e 1991 ocorre um boom de novas entidades ambientalistas, entretanto a maior parte delas não sobrevive devido sua incapacidade em aglutinar grupos de militantes e voluntários. Em relação às ONGs, que representavam 700 em 1989, mudanças importantes também foram observadas. Embora a maior parte dessas entidades continuassem a funcionar de forma amadorística e voluntarista, algumas organizações procuraram se reestruturar buscando uma maior profissionalização de suas atividades. A abertura de escritórios de importantes organizações internacionais como a *Greenpeace* e a *Friends of Earth* também contribuiu para a

evolução dessas organizações. Muitas deixaram de lado o objetivo genérico de estimular a conscientização ou de se concentrarem nas denúncias contra à agressão ambiental, para atuarem em objetivos específicos para preservação e recuperação ambiental. Dessa forma, as novas organizações se estruturaram em torno de objetivos claros como melhoramento da qualidade da água e do ar, educação ambiental etc. Além disso, trataram de ampliar sua sustentabilidade financeira através de mecanismos diversos de financiamento: organismos internacionais, órgãos públicos, doações de empresas e mensalidades dos associados.

Vale notar que as mudanças na forma de atuação do movimento ambientalista brasileiro é complementada com a transformação de seu discurso dominante nesta década. O agravamento da crise econômica, a aproximação com outros movimentos sociais e o relatório Nosso Futuro Comum contribuíram para que o tema desenvolvimento econômico, rejeitado pelos ambientalistas brasileiros até início dá década de 80, fosse incorporado no discurso ambiental.

É importante destacar também o surgimento e fortalecimento de numerosos conselhos, consultivos e deliberativos, em várias áreas e em todos os níveis (federal, estadual e municipal) com a participação ativa de representantes de ONGs e movimentos sociais. As instâncias de gestão que agregam estes atores são conselhos de meio ambiente, os comitês de bacias e a áreas de proteção ambiental (APAs). Entretanto, freqüentemente “são instâncias bastante formais, sem poder influenciar no processo decisório, e onde a representação assume muitas vezes caráter bastante contraditório” (JACOBI, 2003b,p 15).

Essas novas idéias do ambientalismo brasileiro vão se fortalecer durante a preparação da Rio-92, inserindo cada vez mais o movimento ambiental nacional

numa rede internacional, ao mesmo tempo em que possibilita a maior interação das entidades ambientalistas, em 1990, a partir da constituição do Fórum Brasileiro do ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

A maior consistência das idéias das organizações ambientais e a maior visibilidade de suas ações contribuem diretamente para que outros atores se incorporem mais efetivamente no debate ambiental: grupos científicos e parte do empresariado. A presença da comunidade científica se multiplica e diversos centros de pesquisa interdisciplinares e instituições acadêmicas interdisciplinares de pós-graduação em meio ambiente desempenham papel relevante em programas e parcerias com agências governamentais, ONGs e empresas privadas, visando a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Setores do empresariado contribuem de forma crescente no apoio financeiro a diversas entidades ambientalistas e participam mais ativamente dos debates públicos em torno da sustentabilidade

Com o fim da Rio 92 ocorre um ponto de inflexão para o ambientalismo brasileiro, na medida em que desaparece o principal marco de referência simbólica e organizativa da conjuntura. Isto se observa no seio da própria sociedade civil, que recebera um bombardeio massivo de informação sobre a questão ambiental através dos meios de comunicação. Do que diz respeito à percepção da população brasileira face ao meio ambiente e desenvolvimento sustentado, revelou que, passados cinco anos da Rio-92, os cidadãos brasileiros continuavam pouco informados sobre os problemas ambientais.

Por fim, Jacobi (2003b) conclui que o movimento ambientalista é caracterizado por uma diversidade. Esse amplo espectro de práticas e atores lhe confere um caráter multissetorial, que congrega inúmeras tendências e propostas que orientam suas ações, considerando valores como equidade, justiça, cidadania, democracia e

conservação ambiental. O ambientalismo ingressa nos anos 90 constituindo-se como um ator relevante que embora carregue consigo as marcas do seu processo de afirmação, assume um caráter ampliado, baseado num esforço cada vez mais claramente planejado de diálogo com outros atores sociais. As questões que o movimento coloca estão hoje muito associadas às necessidades de constituição de uma cidadania para os desiguais, à ênfase dos direitos sociais, ao impacto da degradação das condições de vida decorrentes da degradação socioambiental, notadamente nos grandes centros urbanos, e à necessidade de ampliar a assimilação pela sociedade de reforçar práticas centradas na sustentabilidade.

O salto qualitativo do movimento ambientalista ocorre na medida em que se cria uma identidade crescente entre o significado e dimensões das práticas, com forte ênfase na relação entre degradação ambiental e desigualdade social, reforçando a necessidade de alianças e interlocuções coletivas.

O ambientalismo do século XXI, afirma o autor, tem uma complexa agenda pela frente. De um lado, o desafio de ter uma participação cada vez mais ativa na governabilidade dos problemas socioambientais e na busca de respostas articuladas e sustentadas em arranjos institucionais inovadores que possibilitem uma “ambientalização dos processos sociais”.

Se de um lado o contexto no qual se configuram as questões ambientais é marcado pelo conflito de interesses e uma polarização entre visões de mundo, as respostas precisam conter cada vez mais um componente de cooperação e de definição de uma agenda que acelere prioridades para a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento.

1.1.2 – Os ecos do movimento juvenil ambientalista brasileiro na atualidade.

Na área ambiental, a participação dos jovens, - por meio da sua participação em movimentos e organizações de denúncia e combate à degradação ambiental e poluição - é histórica. No Brasil, esse envolvimento, entretanto, não ocorria no âmbito de um movimento de juventude, mas sim através da atuação de pessoas jovens engajadas na temática. Mais recentemente com a Constituição de 1988, a questão ambiental passou a ser claramente assumida como um direito universal, especialmente após a Eco-92 (ou Rio-92) ela passou a ser incorporada por diversos setores da sociedade. A juventude brasileira se insere, portanto, na atualidade, num cenário de maior complexidade cuja problemática ambiental necessita de análises mais integradas. Não se trata apenas de um problema de controle de poluição, por exemplo, mas sim de questões sociais, culturais, éticas e políticas. Não é mais possível abordar a temática sem relacioná-la com modelo de sociedade, de civilização e de desenvolvimento. Tanto os jovens quanto suas organizações, coletivos e movimentos têm cada vez mais percebido essa complexidade de relações na área, e percebem que os desafios atuais e futuros são bem maiores do que sua própria capacidade de enfrentá-los. Isso, no entanto, têm ajudado a retroalimentar seus anseios e perspectivas de atuação política, cidadã e profissional na área.

Alguns instrumentos legais são relevantes para a área e merecem ser destacados: Lei 6.981/81 Institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), mas não menciona o segmento juventude como sendo um dos componentes desse sistema. A Constituição Federal de 1988 (artigo 225) estabelece que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, bem de uso comum do povo e

essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A Lei 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental estabelece que ela não deve ser uma disciplina no ensino básico, devendo ser trabalhada de forma transversal. Define também que a educação ambiental não se restringe ao ensino formal, mas também é implementada na sociedade como um todo, por meio do poder público, de instituições educativas, meios de comunicação, empresas e organizações da sociedade.

Verifica-se que o segmento juventude encontra-se difuso nos instrumentos legais existentes e vigentes. A área é caracterizada pela inexistência de políticas específicas para a juventude. Diversas dificuldades são identificadas por se tratar de uma área recente. Meio Ambiente e Juventude relacionada à falta de circulação de informações sobre o tema e sobre oportunidades e formulação e implementação de programas e ações na área.

Decorrente da ausência de marcos legais identifica-se a quase inexistência de instâncias e espaços de participação da juventude no Sistema Nacional de Meio Ambiente. Nesse sentido, explicam-se as restrições ao trabalho conjunto e em parcerias entre organizações juvenis e instituições da área ambiental. A carência de pesquisas e levantamentos de informações e dados sobre a inserção da juventude na área ambiental confirma tais restrições. Ao mesmo tempo, nos levantamentos disponíveis evidencia-se a insuficiência de investimento em políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais. Em suma: falta uma cultura de diálogo e investimento voltada para a conexão entre juventude e meio ambiente.

No entanto, há sinais de inovadoras perspectivas quando observamos a consolidação de grupos de jovens organizados na temática socioambiental

(coletivos, redes, movimentos, organizações etc.); inserção dos jovens em instâncias do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA): conselhos municipais e estaduais de meio ambiente; potencialização de parcerias entre organizações de juventude pelo meio ambiente e instituições governamentais e não-governamentais voltadas à área de educação e de meio ambiente. A tendência positiva em curso aponta para a constituição de um movimento de juventude pelo meio ambiente no país, articulado com políticas e programas federais. Merecem destaque ainda as ações voltadas à participação política da juventude em processos consultivos e deliberativos do meio ambiente, como a Conferência Nacional de Meio Ambiente e a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

No presente trabalho damos um destaque especial à proposta do coletivo Jovem de Meio Ambiente, uma iniciativa criada a partir dos processos de Conferências Nacionais de Meio Ambiente, desenvolvida pelos Ministérios de Meio Ambiente e Ministério de Educação para mobilizar jovens e retomar o movimento de jovens em função da causa ambiental. Este é um dos mais recentes exemplos de mobilização de jovens no Brasil, com uma perspectiva sócio ambiental e que tem tomado uma amplitude bastante importante e em direção a configurar-se um movimento de juventude pelo meio ambiente propriamente dito. Não se pode dizer que existe atualmente um movimento de Juventude pelo meio ambiente no Brasil, numa realidade de quase 42 milhões de jovens. Contudo, coletivos de jovens pelo meio ambiente têm-se configurado importantes caminhos e tomado bastante espaços, espaços de participação e de tomada de decisões em relações as políticas públicas de meio ambiente no país.

A temática ambiental passou a ser um atrativo para o jovem atual, talvez por ser um tema que tem despertado bastante interesse no atual sistema econômico, ou talvez

por ser um tema que leva a uma sensibilização em relação aos cuidados com a vida. Vemos hoje no Brasil uma crescente tendência à um movimento juvenil pelo meio ambiente. Juventude essa que está composta não só por estudantes universitários, mas jovens secundaristas, jovens engajados em outros movimentos sociais ligados a luta pela terra e as lutas das mulheres, voltados para a cultura, dentre outros, mas todos com ideais sócio políticos diante da problemática ambiental.

Assim, em 2003, foram convocados jovens para incorporarem esse grupo em cada estado brasileiro. Jovens vindos de organizações não governamentais, instituições de ensino, secretarias estaduais e municipais de educação e outros movimentos sociais, para mobilizarem jovens a participar do **Conselho Jovem**. Como a temática ambiental é sensível ao interesse dos jovens dessa década, logo os estados brasileiros se mobilizaram e constituíram conselhos jovens em cada unidade federativa do Brasil. Eram jovens em sua maioria de 16 a 25 anos, composto por diferentes organizações e movimentos de juventude. Esses espaços constituídos são espaços de participação, onde é depositada nesse jovem uma esperança de ação que vem dessa nova forma de compreender, viver e fazer a política. A idéia do jovem como sujeito ecológico traz a perspectiva do protagonismo juvenil inserida na pauta das questões socioambientais.

A juventude, como coletivo componente da sociedade civil, no exercício da democracia participativa pode e deve reivindicar seu direito à participação direta nos processos políticos, sociais e econômicos que lhe afetem.

A idéia desses Conselhos Jovens, denominados depois de Coletivos Jovens (CJ's) se configura em um interessante movimento de envolvimento e na organização de jovens num processo de engajamento e atuação junto às questões sócio ambientais. Além de envolver os que já atuavam na área ambiental, os CJs podem favorecer a

“chegada” de outros jovens nesse processo, por exemplo, aqueles que já ouviram falar sobre meio ambiente, mas que ainda não sentiram vontade de se envolver com esse assunto. Os coletivos são redes locais que dentre outras ações e realizações, articulam pessoas e organizações, circulam informações de forma ágil, pensam criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejam e desenvolvem ações e projetos, produzem e disseminam propostas que apontam para sociedades mais justas e eqüitativas, dentre outras ações e realizações. Baseiam suas ações em três princípios: Jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra. Mais adiante dedicaremos um item detalhando a constituição do coletivo jovem e especificamente ao município de Salvador-Bahia.

Também 2003, com esses jovens foi constituído a Rede de Juventude pela Sustentabilidade, incentivados pelos dois Ministérios de Meio Ambiente e de Educação. A rede tinha como objetivo reunir jovens brasileiros e promover a troca de idéias, realidades e experiências acerca das questões ambientais e da sustentabilidade, dependendo unicamente dos membros o crescimento da rede. Trata-se de um espaço de discussão, articulação, participação da juventude a nível local, regional, nacional e internacional, no que diz respeito às decisões relativas à política nacional do meio ambiente. O principal ponto de partida dessa ação é garantir a democratização dos direitos à formulação de políticas executivas nacionais, tendo como ponto de partida a igualdade de participação nas contribuições relativas ao funcionamento dos órgãos executivos federais.

Em 2004/2005 surge o Programa Juventude e Meio Ambiente com o objetivo de contribuir para fortalecer pessoas, organizações e movimentos de juventude do país com foco na educação ambiental e juventude, com especial atuação junto aos Coletivos Jovens; Incentivar e aprofundar o debate socioambiental com foco em

políticas públicas, deflagrando um processo de formação de jovens e de fortalecimento dos seus espaços de atuação e, ainda, ampliar a formação de jovens lideranças ambientalistas.

Pode-se dizer que se dá o atendimento de uma demanda reprimida de incorporar a temática ambiental no âmbito dos jovens, além de proporcionar a construção de um espaço de diálogo e de estabelecer esses espaços como estruturas potencialmente educadoras de participação. É importante avaliar o potencial pedagógico que existe nesses espaços de participação e como eles vêm contribuindo para a implementação de outras políticas públicas como a Política Nacional Meio Ambiente e a de Educação Ambiental. Para as políticas de jovens na contemporaneidade do contexto brasileiro consideramos um momento rico em oportunidades, para conhecer essa categoria em evidência e atuando como sujeito de direitos sociais (BOURDIEAU, 2000).

De outro lado, a reflexão sobre Meio Ambiente e Juventude é recente e necessita de mais atenção e embasamento. Ainda que essa nova abordagem tenha sinalizado para perspectivas interessantes. Ao mesmo tempo, o meio ambiente é também o reflexo de nossas ações e não deve ser entendido como banco de recursos limitados ou ilimitados que servem de insumos aos processos humanos. O meio ambiente, além de direito difuso, é uma responsabilidade de todos. A participação é essencial à qualidade de vida dos jovens. As juventudes devem ser chamadas à participação nas instâncias e processos de decisão de programas de meio ambiente, conservação, planejamento e educação ambiental.

1.2 - Fórum Global da Juventude para o Meio Ambiente

Após a realização da Eco 92 no Rio de Janeiro e com a elaboração dos compromissos concentradas na Agenda 21 e baseada nos princípios da Carta do Rio, a juventude reunida neste ano se compromete em realizar o fórum global da Juventude para o Meio Ambiente, ratificado pelas Nações e Estados signatários. O evento foi organizado pela ONU, pelo Governo Brasileiro e pela Cúpula Global da Juventude, organização não governamental que tinha sede em Brasília. O evento foi realizado em Brasília durante o período de 28/07 a 5 de agosto de 1994. O objetivo do Fórum foi reunir representantes dos jovens de todo o mundo para avaliação dos princípios estabelecidos na Agenda 21 da juventude e a elaboração do plano de ações efetivas para a juventude e o desenvolvimento sustentável. Este fórum foi considerado uma etapa importante para a criação do Parlamento Mundial da Juventude na ONU em 1995. Paralelo a isso será o ponto de partida para a criação do Centro Internacional da Juventude para o desenvolvimento sustentável, proposto no Rio 92, que tinha a intenção de ser a espinha dorsal para novos projetos internacionais que visavam a socialização do conhecimento e maior equidade na partilha dos recursos globais. Foram convidados para o evento cerca de 70 países com a participação de mais ou menos 1200 jovens. Durante o fórum foram discutidos questões de qualidade de vida nos países em desenvolvimento; intercambio de experiências sobre projetos e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. O fórum serviu de importante instrumento para formação de lideranças mundiais e para fomentar o envolvimento da juventude no Brasil, bem como na America Latina. O

publico alvo do encontro eram jovens entre 16 e 30 anos, oriundos das seguintes áreas:

1. organizações de estudantes secundarista e universitários, grupos ambientalista e esportivo, empresas juniors, entidades sociais de filantropia, juventude de partidos políticos, etc.
2. organizações culturais, grupos de dança, teatro, poesia etc.
3. grupos de religiosos

Antes da realização do Fórum Global da Juventude para o Meio Ambiente, que deveria ocorrer em Brasília-Brasil foram realizadas etapas regionais e locais de preparação para o evento principal. Foram realizados 5 fóruns regionais um em cada região geográfica brasileira. Após a realização da etapa Regional houve uma etapa nacional que foi realizada em Goiânia.

O evento teve repercussão em vários jornais nacionais e locais destacando a relevância do tema que seria discutido e incentivando a participação do jovem como sujeito de mudança e da transformação da realidade, tendo em vista que nos anos 90 já estava configurada a preocupação com o futuro ambiental mundial. Também foram convidados importantes nomes, autoridades e especialistas em meio ambiente que tinham bastante destaques na época para participar do evento. Nomes como Al Gore, ex vice presidente dos EUA, Jacques Cousteau, pesquisador e oceanógrafo, Gro-Harlen Brundtland primeira ministra da Noruega e muitos outros. Na etapa local, merece destaque ao encontro realizado em Salvador-Bahia, envolvendo todo o estado da Bahia, sendo o primeiro evento a ser realizado no município de Salvador acerca da temática ambiental e juventude.

1.2.1 - A Bahia no Fórum Global

A Prefeitura de Salvador através da Secretaria de Meio Ambiente, organizou no ano de 1994 o Fórum Estadual de Juventude para o Meio Ambiente, realizado na cidade de Salvador. Esse evento foi o primeiro que marca uma iniciativa de envolver a juventude na problemática ambiental, discutindo a relação entre a categoria e o meio ambiente, com vistas à implantação do Parlamento Mundial da Juventude que seria criado pela ONU no ano de 1995. O primeiro evento realizado no Estado da Bahia com esse objetivo específico, tão novo e de cunho eclético para discutir questões ambientais. A Prefeitura desta época estava sendo administrada por Juca Ferreira, um jovem ambientalista, fundador do partido verde na Bahia e estava bastante engajado na organização do evento preparatório. Como estratégia de mobilização, a prefeitura enviava cartas convites a diversas instituições, ambientalista, culturais, religiosas, para participarem da organização do evento preparatório.

As reuniões preparatórias contavam com a presença aproximadamente de 50 entidades de estudantes secundaristas, universitários, grupos de jovens de igrejas, ambientalistas, grupos culturais de Salvador e do interior da Bahia. Nas reuniões se estabeleceu os critérios de participação onde qualquer jovem, sem distinção política, nem religiosa poderia participar do evento com direito a voto. Os temas que foram debatidos durante o evento foram: O Jovem e a Natureza – uma abordagem geral do estado dos ecossistemas da região; Jovem e Desenvolvimento e Jovem e a Sociedade. Nesse evento saíram 33 delegados que foram escolhidos como representantes do Estado para a próxima etapa regional que seria realizada em Recife no mesmo ano.

Em função de uma greve do setor transporte escolar na cidade de Salvador, o Fórum Estadual foi adiado do mês de março para o mês de abril de 1994. Assim, nos dias 8, 9 e 10 de abril de 1994 foi realizado o I Fórum Estadual da Juventude pelo Meio Ambiente da Bahia, recebendo mais de 150 pessoas da capital, do interior e de outros estados. Ao todo participaram um total de 500 jovens de 208 entidades e de 35 cidades baianas. Do interior da Bahia compareceram jovens representantes de todas as regiões do estado. A grande participação de jovens de outros municípios do estado demonstrou que o tema da ecologia desperta interesse e preocupa as gerações futuras.

Como produto do fórum, os jovens elaboraram uma carta chamada de Carta da Bahia. Nela os jovens expressavam sua opinião em relação as questões ambientais discutidas no fórum, bem como pensaram a definição de princípios que nortear o plano de ação. Também foi elaborado e firmado um termo de compromisso da juventude baiana pelo meio ambiente. “Somos parte da terra e ela faz parte de nós”, essa é a introdução da referida carta. Esse documento demonstra nada mais que a reflexão dos jovens baianos reunidos sobre os temas discutidos e a preocupação com um futuro melhor para o planeta. Já se percebe ao ler a carta, uma visão mais holística do conceito de meio ambiente, incluindo no conceito aspectos culturais, sociais, econômicos, espirituais, ecológicos e científicos. Ressalta-se também na carta discussões relacionadas ao desenvolvimento, direitos humanos e cidadania. Além dos aspectos estaduais discutem aspectos de cunho mundial como a preservação do planeta e aspectos que haviam sido discutidos durante a Eco 92, sobretudo no que se diz respeito às ações aprovadas na Agenda 21. Vale lembrar que nenhum governo signatário havia cumprido, até aquele momento, a Agenda 21 e a participação do jovem era muito importante, afirmava um dos jovens participante

do evento. Envolver o jovem na discussão dessa temática era um dos principais objetivos do evento, já que se configurava um quadro nada favorável para o desenvolvimento e o bem estar da população. Contudo, ainda, possível de ser modificado. Com a sensibilização dos jovens e seu engajamento no processo de conscientização da humanidade era fundamental para o início da mudança, dizia o Secretário de Educação de Meio Ambiente e organizador do evento. Sem contar o destaque do protagonismo do jovem no processo, isto é, ser a juventude o principal sujeito das lutas ambientais e responsável pela mobilização e a condução dessa luta.

O secretário também avaliava que o evento teve bastante êxito em função do número de pessoas inscritas e participantes e o alto nível de participação. “o debate não se prendeu a denúncias, mas também a busca de alternativas, dentro daquela idéia de agir localmente e pensar globalmente”, completa o secretário. A carta também era uma estratégia de cobrar dos governantes atitudes mais efetivas em relação a preservação dos recursos. O documento também trata de temas como liberação de verbas para criação de cinturões verdes nas áreas industriais, tratamento de resíduos industriais e urbanas, resíduos hospitalares e etc. A carta uma vez redigida pelos grupos de trabalho foi levada para assembléia e decidido o texto final do documento.

Na ocasião do evento foi criada a Rede da Juventude Baiana para o Meio Ambiente. Essa rede foi criada como uma articulação permanente descentralizada de entidades de jovens de todos os segmentos culturais, políticos, estudantis, religiosos, sexuais, ambientais, comunitários etc; para discussão, divulgação e promoção de ações destinadas à preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Nasceu com o objetivo de facilitar o intercambio das entidades

cadastradas, difundindo seus objetivos e ações promovendo uma maior e melhor inter-relação entre as mesmas. Naquele momento, com 200 integrantes, cada membro da rede possuía um cadastro de todos os demais membros, que era para ser utilizado para a difusão de informações e articulações municipais, regionais e estaduais. Cada região/município deveria ter entidades referenciais para facilitar a articulação estadual. A rede começou com o cadastro das entidades que participaram do Fórum da Juventude para o meio ambiente e estava aberta a novas entidades que desejassem integrar. Cabe ressaltar a criação da rede como uma perspectiva de articulação que naquele momento significou um avanço bastante importante, pois a partir dessa época começam a surgir as redes de educação ambiental no país, no sentido de articular os educadores ambientais do país para pensar nos princípios do tratado de educação ambiental elaborados pelas ONGs durante a Eco 92.

Assim, começam a surgir as redes como alternativas de configurar e fomentar o surgimento do movimento ambientalista no país. No anexo nº01 se pode ver na íntegra a Carta da Bahia e o termo de compromisso firmado pela juventude baiana pelo meio ambiente naquele momento. Também se pode ver no anexo nº 02 o Tratado da Juventude, documento elaborado pela juventude, durante a Rio 92, acerca dos problemas globais e o qual serviu de base para as discussões no Fórum baiano e na elaboração da Carta da Bahia.

O evento foi bastante divulgado em todos os meios de comunicação da época, destacando a importância do jovem discutir o futuro ambiental e avaliar a situação do estado, fazendo um diagnóstico e pensando nas possíveis soluções.

1.3 - Reflexões Sobre o Conceito- E o que é Juventude?

Para alguns, a juventude é um tema específico de pesquisa, para outros é apenas um segmento da sociedade que se busca conhecer e transformar. E para outros tantos é uma categoria que requer uma avaliação de cunho filosófico, antropológico, sociológico e psicanalítico.

Na concepção das sociedades clássicas greco-romanas a juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos. *Juvenis* vem de *aeoum*, cujo significado etimológico é “aquele que está em plena força da idade”. Naquela cultura, a deusa grega *Juventa* era evocada justamente nas cerimônias do dia em que os mancebos (adolescentes) trocavam a roupa simples pela toga, tornando-se cidadãos de pleno direito.

A juventude de acordo com Redoli Morchón (2004) é definida como o período em que se passa da vida dependente própria da infância para as formas de independência dos adultos. Em outras palavras: a juventude e a fase biológica de transição entre a infância (heteronomia) e a maturidade (TRISTÃO, 2005). A transição durante a que se inicia a projeção social independente da pessoa no contexto de sua comunidade.

Lo que hoy entendemos por “juventud” es un concepto relativamente nuevo, resultado de una serie de acontecimientos históricos habidos en occidente durante los últimos 300 años (surgimiento de los Estados-nación, Revoluciones americana, inglesa y francesa, Revolución Industrial, guerras mundiales, posmodernidad...). Como fruto de nuestras circunstancias históricas, se ha institucionalizado un orden social que tiene muy en cuenta la estructura de edades de sus ciudadanos, a los que se les atribuyen expectativas, pautas de comportamiento, conductas sociales e, incluso, legislaciones específicas, en función de la franja de edad en la que se encuentren ubicados (REDOLI MORCHÓN, 2004, p 307).

A partir de enfoques biológicos e psicológicos, a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social. Mas, nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo, daí que a partir da sociologia e da ciência política se insiste na necessidade de se incorporarem outras dimensões de análise. A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural. Contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e ressalta-se que há elementos comuns a todos os jovens, portanto há regularidades no modo jovem de ser e estar no mundo. No continente europeu nem sempre a juventude teve o mesmo significado nem mesmo sempre teve a mesma faixa etária. Durante a Idade Média e o Antigo Regime a juventude se definia como uma condição de gênero masculino e pertencente às classes mais altas da sociedade. A juventude foi um período de tempo no qual se formavam os futuros nobres e aristocratas para reproduzir os costumes da sua categoria. Mais tarde a juventude se converteu em categoria de idades e a educação deveria influir muito intensamente para a juventude aprender e treinar as virtudes cívicas e potencializar o desenvolvimento de ser jovem. Com o iluminismo, a juventude passa a se conceber como uma categoria de idade, na qual a educação deveria intervir para treinar as virtudes cívicas e potencializar as capacidades dos jovens.

A principios del siglo XIX la juventud, se describía como un colectivo generacional inconformista y abanderado de la razón por encima de los sentimientos. Décadas después, en el periodo prefordista, sólo se podría

hablar de juventud asociada a la burguesía, puesto que en las clases obreras la adolescencia daba paso inmediato a la vida laboral, sin periodo transicional de ningún tipo. Entrado el siglo XX, la juventud, producto de la sociedad de consumo de masas en los países industrializados, pasó a ser el motor de cambios históricamente muy significativos y se diversificó a través de subculturas juveniles con sistemas de valores y elementos simbólicos propios (REDOLI MORCHÓN, 2004, p 307).

Iniciado o século XX, a juventude é produto da sociedade de massa e consumo nos países industrializados. Passou a ser o motor de mudanças históricas, políticas e sociais muito significativas e partir daí se diversificou através de subculturas juvenis, com sistemas de valores e elementos simbólicos próprios.

No século XXI os efeitos do processo da globalização econômica e a iniciação da ordem pós-moderna, impõem mudanças sociais alterando as pautas e papéis que afetam inclusive as estruturas de idades das gerações.

A complexidade do mercado, a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho, o surgimento de novas estruturas, a constante redefinição das identidades pessoais e coletivas, a desestruturação de instituições tradicionais, são apenas alguns processos novos que afetam, hoje, os jovens e os velhos. Porém, os jovens estão em maior evidencia, uma vez que foram praticamente suprimidas de suas vidas as oportunidades de trabalho, como jamais em outros períodos da história ocorreram.

El periodo de juventud resulta hoy extremadamente largo. De esta manera, “ser joven” está comenzando a dejar de ser un estado de transición relacionado con unas determinadas edades (como había venido siendo desde mitad del siglo XX), para convertirse en un estado, en un “estar en la juventud”, estado caracterizado ya no por la edad, sino por experimentar una situación de inestabilidad y de dependencia y por las dificultades existentes para emanciparse plenamente y llegar a la “edad de adulto autónomo”. Llegar a la fase en la que debería obtenerse la independencia personal y producirse la autonomía del individuo a través de la adquisición

de responsabilidades, derechos y deberes frente a la sociedad, se ha convertido en una ingente tarea (MARTÍN SERRANO, 2002, p 104).

A definição de “juventude” pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida. Como uma faixa etária, um período de vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração. Mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre infância e a maturidade. Ainda que esses limites não possam ser definidos rigidamente é a partir dessa dimensão de ciclo de vida, que são tomados os recortes para análises demográficas, no conjunto da população.

A juventude é marcada pela ambivalência, pela convivência contraditória dos elementos de emancipação e de subordinação que entram em choque e negociação.

Os focos de atenção tradicionalmente predominantes nos estudos sobre juventudes na América Latina tiveram como eixo considerações demográficas, biológicas e psicológicas. Nas últimas duas décadas, no entanto, os enfoques sociológicos e políticos vêm sendo adotados de forma crescente, bem como outras contribuições provenientes de perspectivas culturais e antropológicas.

Segundo o Relatório da CEPAL realizado em 2004 diz que tradicionalmente há duas etapas: a infância e a adulta. Dessa maneira entende a juventude como um processo de transição, em que as crianças vão se transformando em pessoas autônomas. Na linguagem do cotidiano, jovem era sinônimo de imaturidade, incapazes de assumir responsabilidades adequadamente; seu papel se concebia como moratória e aprendizagem para o trabalho, a constituição de uma família e a autonomia da vida adulta. Hoje em dia, à medida que se difunde na estética o culto

ao rejuvenescimento e a vitalidade, ser jovem está cada vez mais apreciado pelos adultos, a ponto de muitos não quererem perder a sua condição juvenil.

Desde a perspectiva sociológica, a juventude se inicia com a capacidade do indivíduo para reproduzir a espécie humana e termina quando adquire a capacidade para reproduzir a sociedade.

Do ponto de vista bio-psico-social o início da juventude, o início da juventude se associa à puberdade e à adolescência, com todas as mudanças hormonais, como a identificação sexual e o desenvolvimento das características sexuais primárias e secundárias, a busca da autonomia e da independência, o projeto de vida pessoal entre outras características que definem essa fase. Assim, é difícil estabelecer limites analíticos claros e permanentes com respeito a juventude, afirma CEPAL (2004). Ainda mais, não são válidos para todos os países, nem grupos sociais, e não se pode falar de uma juventude homogênea, senão em uma etapa em que seus integrantes vivem os processos de mudança e cujo desenvolvimento se sucedem em etapas diferenciadas.

Para maioria dos organismos internacionais, considera-se como jovem a faixa etária de 15 a 24 anos. Para a UNESCO (2004), do ponto de vista demográfico, os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade. No caso de áreas rurais ou de pobreza extrema, o limite se desloca para baixo e inclui o grupo de 10 a 14 anos; em estratos sociais médios e altos urbanizados se amplia para cima para incluir o grupo de 25 a 29 anos. Segundo diversas circunstâncias particulares, identificam-se, como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos.

Tomando como critério demográfico, a CEPAL (2004, p 17) diz que:

Las Naciones Unidas han establecido un rango de edad para definir a la juventud como a los hombres y mujeres de entre 15 y 24 años. Sin embargo, distintos países de Iberoamérica amplían dicho rango, iniciándolo a los 12 años (Colombia y México) y terminándolo a los 29 años (México, Portugal y España).

Segundo o autor Dávila León (2004) convencionalmente se tem utilizado a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência; e para a juventude, aproximadamente entre os 15 e 29 anos de idade, divididos em três níveis: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Inclusive para o caso de designar o período juvenil, em determinados contextos e por usos instrumentais associados, esse se amplia para baixo ou para cima, podendo estender até o máximo dos 12 aos 35 anos, como se observa em algumas formulações de políticas públicas dirigidos ao setor juvenil.

De acordo com os dados do “Libro Blanco de la Juventud Europea”, documento de ponto de partida para as políticas de juventude na União Européia publicado em 2001:

La Europa ampliada contará con 75 millones de jóvenes de entre 15 y 25 años de edad. Se considera juventud al período de la vida que se extiende entre los 15 y los 25 años de edad, por analogía con lo que decidieron el Parlamento y el Consejo para el Programa Juventud. Por Europa ampliada se entienden los países de la Unión Europea y los 12 países candidatos a la adhesión. (COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2001,p 6)

A construção do conceito de juventude toma uma dimensão complexa que vai além da dimensão etária, como viemos discutindo. Para alguns autores passa por uma construção social, dentro de uma perspectiva de cunho cultural. As transformações biológicas podem ser universais, no entanto, há uma série de outras variáveis que são elementos que variam ao longo do tempo e da sociedade. De acordo com Dayrel & Carrano (2002) não se pode modular o conceito de juventude com tendência a homogeneização. A pluralidade e as circunstâncias típicas da vida juvenil exigem que os estudos se realizem considerando a diversidade e as possibilidades múltiplas.

Para entender os processos sociais que os jovens se envolvem é necessário recorrer a forma como se expressam seus comportamentos. A história a tradição e a cultura contribuem muito para a expressão dos seus valores.

Dada essa diversidade do conceito de juventude e os vieses históricos e culturais que o perpassam, nenhum corte etário seria por si só, perfeito ou impassível de ressalvas. Mesmo assim, serve como denominador comum disponível para a coleta de dados e comparações entre determinadas micro e macro regiões acerca da juventude.

Para Bourdieu (2000), os limites entre a velhice e a juventude é objeto de lutas de todas as sociedades. Cada uma delas se constrói socialmente nas lutas entre as duas categorias. Para o autor, o estabelecimento dos limites por meio dos dados pode ser completamente manipulável. Qualquer que seja a divisão estabelecida entre os jovens e os velhos é divisão de poderes, que vem sempre a ser imposições de limites e produção de uma ordem que todos devem se manter cada um em seu lugar. A representação ideológica entre os jovens e os velhos dá ao mais jovem as coisas que em contrapartida foram retiradas dos mais velhos. Por isso, a relação

entre a idade social e a idade biológica é muito complexa. Segundo o autor, falar dos jovens como uma unidade social, a partir de um grupo constituído dotado de interesses comuns e referir-se a esse grupo com uma idade biologicamente definida, já constitui uma manipulação evidente. Deveremos analisar ao menos as diferenças entre as juventudes ou entre as duas juventudes.

Outro importante aspecto que envolve o conceito de juventude está relacionado à questão da identidade coletiva. Trata-se, nesse caso, do debate entre os que a concebem como "quase grupo", dotado de uma identidade latente, de uma "categoria", ou seja, um simples contingente populacional com características comuns (UNESCO, 2003).

Como una concepción más compleja e integral, el concepto de adolescencia, en una perspectiva conceptual y aplicada, también incluye otras dimensiones de carácter cultural, posibles de evolucionar de acuerdo a los mismos cambios que experimentan las sociedades en cuanto a sus visiones sobre este conjunto social (DÁVILA LEÓN, 2004, p 88).

Também há um conceito de transição que se utiliza a respeito da juventude como equivalente a transitoriedade. Implicitamente isso nega aos jovens o reconhecimento como sujeitos sociais e sua incompletude se justifica com o termo imaturidade. São invisíveis pelo potencial, e visíveis quando alteram a ordem social. Assim também são estigmatizados como problema, ou melhor, reduzidos a uma etapa problema.

A categoria juvenil tem sido construída com uma construção social, histórica, cultural e relativa, para designar a dinâmica e permanente evolução do mesmo conceito. De acordo com Dávila León (2004), é preciso ter em conta que a conceituação da juventude passa por um enquadramento histórico, a medida que a categoria é uma

construção histórica, que responde às condições sociais específicas que se deram com as mudanças sociais que produziram o capitalismo, o qual outorgou o espaço simbólico produzido pela juventude. A definição da categoria juventude pode ser articulada em função de dois conceitos: o juvenil e o cotidiano. O juvenil nos remete ao processo psicossocial de construção da identidade e o cotidiano ao contexto de relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. A potência desta ótica reside substancialmente em ampliar a visão sobre o ator, incorporando a variável sociocultural à demográfica, psicológica ou a categorizações estruturais que correspondem às que tradicionalmente têm-se utilizado para sua definição. Então o que inclui é a variável vida cotidiana que define a vivência e experiência do período juvenil (DÁVILA LEÓN, 2004).

A partir de enfoques biológicos e psicológicos, a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social. Mas, nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo, daí que a partir da sociologia e da ciência política se insiste na necessidade de se incorporarem outras dimensões de análise. A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural. Contudo, não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens.

Em suma, podemos resumir a categoria juvenil em uma etapa onde se assume condições como características específicas para delimitação dessa categoria.

Segundo a UNESCO (2004), existem, pelo menos, cinco elementos cruciais para a definição da condição juvenil em termos ideais-objetivos maior de políticas: i) a obtenção da condição adulta, como uma meta; ii) a emancipação e a autonomia, como trajetória; iii) a construção de uma identidade própria, como questão central, iv) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e v) as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização.

Adotando uma perspectiva conceitual da sociologia contemporânea ou pós estruturalista, o trabalho terá como substrato teórico, as concepções de Categorias, como processo que tende a compreender o entorno de grupos de pessoas, de objetos, de acontecimentos, segundo suas semelhanças, base para as ações, as intenções e as atitudes subjacentes.

As categorias, como constructo da filosofia sempre foram entendidas como formas, mas gerais do SER e do pensamento e é em Aristóteles as “formas fundamentais do ser da predicação e o marco da teoria e da analogia do ser”.

Para o estudo das categorias de jovens como compreendem o “novo sujeito” na sociedade pós-moderna, buscando no enunciado freireano, uma articulação com esse sujeito de cultura e também sujeito do processo do conhecimento, ou seja, os sujeitos para os quais são pensadas as políticas de juventude na contemporaneidade no Brasil.

A sociedade atual esta constituída por novos sujeitos, novos agentes sociais, novos atores. Refletir sobre o novo sujeito social significa relacionar as mudanças culturais, os câmbios com as quais se constituem esses agentes sociais hoje, suas características suas linguagens seus costumes.

Essa sociedade está tipicamente constituída por uma heterogeneidade, caracterizada pela pluralidade de posição do sujeito. As diferentes posições do Sujeito moderno ou pós-moderno requer uma inversão dos papéis tradicionais, onde o sujeito oferece significado ao mundo. Essas diferentes posições do sujeito contemporâneo estão dispostas e obrigadas a conviver com um novo tipo de conhecimento reconhecido agora por sua natureza mutável, provisória, interdisciplinar, global e local.

1.4 - A juventude como sujeito social, sujeito de direito e sujeito ecológico.

A juventude é parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. “Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (DAYRELL, 2003, p 43). Assim, os jovens constituem determinados modos de ser específicos que não devem ser generalizados a todos os jovens, por isso falar do termo no plural, juventudes é conveniente para enfatizar a diversidade de modos de ser jovens e articular a noção de juventude à de sujeito social.

Geralmente, a noção de sujeito social é tomada com um sentido em si mesma, sem a preocupação de defini-la, como se fosse consensual a compreensão do seu significado. Outras vezes é tomada como sinônimo de indivíduo, ou mesmo de ator social. Para alguns, “falar em “sujeito” implica uma condição que se alcança,

definindo-se alguns pré-requisitos para tal; para outros, é uma condição ontológica, própria do ser humano “(DAYRELL, 2003, p 42).

O sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. Para o autor, o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere.

A noção do sujeito é constituída pelas próprias condições antropológicas que constitui o ser humano, ou seja, iguais a todos como espécie, mas que possui uma singularidade. Dessa maneira o ser social não é um dado e sim uma construção. A condição humana é vista como um processo, um constante tornar-se por si mesmo, no qual o ser se constitui como sujeito à medida que se constituem como humanos com o desenvolvimento das potencialidades que o caracterizam como espécie.

Discute-se o enfoque que tem os jovens como “grupo de risco”; aquele que considera os jovens como sujeitos de direitos; o que advoga que os jovens devem ser considerados como atores do desenvolvimento e o que enfatiza a construção do capital social e o empoderamento dos jovens. O enfoque que associa juventude a risco se apóia nos indicadores econômicos e sociais que mostram a precária situação estrutural em que crescem e amadurecem as novas gerações nos diferentes países da região. Muitos programas e projetos nas últimas décadas se orientam por essa perspectiva. O enfoque do “grupo de risco” mostrou a existência de amplos setores juvenis excluídos, vivendo em condições extremamente precárias e enfrentando limitações. Justificaria esse enfoque: as elevadas taxas de fracasso escolar; a falta de acesso à escola; os altos e persistentes níveis de desemprego e

subemprego juvenil, associados a condições de vida, ao grupo familiar, à moradia, e à comunidade.

O enfoque de “grupo de risco” não faz nenhuma referência à condição cidadã dos jovens e aos direitos inalienáveis que lhes correspondem. Segundo a UNESCO (2004) essa perspectiva condicionou que muitos desses programas permanecessem limitados ao desenvolvimento de iniciativas que tendem a contribuir com o acesso a serviços, em geral, mas incentivados com critérios paternalistas, que geram certa rejeição entre os beneficiários e avaliações críticas que o enfoque de “grupo de risco” não prioriza o desenvolvimento de iniciativas que tentam fomentar a participação dos jovens na dinâmica social, econômica, política e cultural dos diferentes países que o adotaram, portanto, não respondendo a demandas dos jovens, nem contribuindo para a construção da autonomia.

Reconhecendo as limitações do enfoque de “grupo de risco” e, adotando, em grande medida, como base as estratégias introduzidas em relação às crianças e adolescentes desde a aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (em 1990) começou a se desenvolver uma nova perspectiva, que considera os adolescentes e os jovens como sujeitos de direito. Nessa perspectiva, e sem desconhecer que os jovens enfrentam agudas e evidentes situações de risco, se assume que eles são cidadãos e têm – partindo dessa condição – direitos que a sociedade e o Estado devem respeitar, procurando que tenham a mais extensa e profunda vigência efetiva em todos os níveis. Dito de outra maneira, o acesso a serviços não deve ser visto como uma concessão do Estado para com os jovens, mas sim como um direito a ser assegurado.

A mudança de paradigma é relevante, na medida em que permite encarar as posturas paternalistas e clientelistas que, com freqüência, são adotadas no enfoque

de “grupo de risco”, assim como as perspectivas de submissão de parte dos próprios beneficiários frente ao Estado, que nem sempre assumem sua condição de sujeitos de direito e, de certa maneira, legitimam ou, pelo menos, toleram as práticas clientelistas.

Assim como o enfoque de “grupo de risco” foi introduzido, sobretudo, a partir da prática de diversos organismos públicos, como as secretarias e ministérios da área social, o enfoque de sujeito de direitos foi estimulado a partir das dinâmicas de diversas ONGs especializadas, apoiadas no desenvolvimento de experiências no âmbito da defesa dos Direitos da Criança.

Ao tornar explícito o enfoque na própria concepção da Convenção, passou-se a mencioná-la fazendo referência aos Direitos da Criança e do Adolescente e, ao mesmo tempo, durante a última década, tentou-se fazer com que a Declaração Universal se concretizasse na aprovação de Códigos Nacionais da Infância e da Adolescência, influenciando o conjunto das políticas públicas relacionadas com essas dinâmicas particulares.

Diversos organismos internacionais (UNESCO, UNICEF, o UNFPA e a OPAS, dentre outros) colaboraram decisivamente com esses processos e as avaliações que têm sido realizadas têm demonstrado avanços significativos em várias áreas relevantes, embora ainda existam muitas pendências.

Mas também esse enfoque apresenta limitações, na medida em que promove a participação dos jovens como outro direito, sem a realização de uma leitura rigorosa das eventuais contribuições e obrigações que os jovens podem oferecer à sociedade. De certa maneira, a extrapolação excessivamente mecanicista desse enfoque, pensando na infância, não considerou devidamente as evidentes

diferenças entre crianças e jovens e entre os jovens, dentre as quais se destaca a ênfase na participação.

O homem se constitui como ser biológico, social e cultural, dimensões totalmente interligadas, que se desenvolvem com base nas relações que estabelece com o outro, no meio social concreto em que se insere. Podemos concluir que o pleno desenvolvimento ou não das potencialidades que caracterizam o ser humano vai depender da qualidade das relações sociais desse meio no qual se insere.

Tomar os jovens como sujeito de direitos significa, portanto, em primeiro lugar, reconhecer a especificidade de sua condição e a singularidade da sua experiência geracional; significa também olhar suas demandas como relevantes e pertinentes ao debate público. Exige, como aconteceu no caso das crianças e adolescentes, que se vá além da ótica que apreende os jovens como risco ou problema social, assim como da perspectiva que os situa apenas como sujeitos voltados para o futuro, negligenciando a sua vida e necessidades no presente. Implica, necessariamente, incorporar a participação de seus interlocutores (aqueles que expressam esta experiência e condição singular) nas disputas que definem as formulações sobre os direitos e sobre as políticas. Ou seja, significa abrir um debate público democrático sobre tal pauta de demandas e sobre o modo como podem e devem ser respondidas pelo estado e pela sociedade.

A noção de que o jovem deve ser tomado como sujeito de direitos vem sendo cada vez mais acionada por aqueles que tomam a defesa dos jovens no Brasil, afirma Abramo (2006). Esta afirmação ganha magnitude na medida em que busca deslocar a perspectiva, ainda dominante na opinião pública, do jovem como problema para si mesmo e para a sociedade, assim como a ótica que o toma apenas na sua dimensão de sujeito em preparação para o futuro. “Tomar o jovem como sujeito de

direito é reconhecer sua condição específica e a singularidade da sua experiência geracional “ diz a autora.

No Brasil, essa noção ganhou força e legitimidade por meio de uma importante e longa mobilização de diversos atores, no processo de luta contra a ditadura militar e seus efeitos mais perversos.

Para se contrapor a uma crescente onda de repressão e violência contra tais “menores de idade”, foi desencadeado, nos últimos anos da ditadura militar, um movimento envolvendo uma série de atores (entre juristas, funcionários públicos, militantes de movimentos sociais e comunitários), demandando a defesa dos direitos destas crianças, para que passassem a ser tratados como sujeitos de direitos e não como elementos perigosos para a sociedade, e não como sujeito de risco.

O quanto conseguimos garantir estes direitos é uma questão ainda em aberto, mas não há dúvida de que foi operada uma importante mudança de postura com relação à infância no Brasil, e que é essa mudança de postura, e o vigor desta idéia sobre os direitos das crianças e adolescentes, que podem funcionar como força para a execução de políticas que garantam o cumprimento destes direitos. Nesse sentido, é preciso lembrar que a luta continua em curso, em torno da polêmica que tem polarizado a sociedade: a questão do limite de idade para a imputabilidade penal. E os avanços dos direitos para a juventude é o resultado de uma construção social ao longo de muitos anos a partir da construção do que é essencial para uma sociedade. Hoje, vivemos um período de expressão das demandas das diferentes subjetividades, ou dos “sujeitos singulares”: as mulheres, os negros, os deficientes físicos, os idosos. São situações de vida, atravessadas por vários planos de diferenças e desigualdades, que demandam o estabelecimento de regras e medidas sociais para serem incluídos na condição de cidadania.

Atualmente no Brasil, vivemos em um momento que a questão da juventude entrou para a pauta política e ganhou canais institucionais de resolução, que se materializam na criação de mecanismos institucionais e canais públicos de diálogo, reconhecendo os direitos desse tão importante sujeito da sociedade.

Segundo Arendt (2003), a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir. Para a autora designa como uma vida ativa três atividades: labor, trabalho e ação. A condição humana do labor é a própria vida. O trabalho é a produção da artificialidade da vida. E a ação corresponde à condição da pluralidade, a condição de toda vida política. Das três atividades e suas respectivas condições tem íntimas relações com as condições mais gerais da existência humana. No entanto a ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos cria condição para lembranças, ou seja, para a construção da história. Além disso, segue a autora, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade pode ser a categoria central do pensamento político, pois a cada ação significa um novo começo, um nascimento.

Desde esta perspectiva la figura de la multitud aparece con un perfil post-político, o contrapolítico, o impolítico: lo imprevisible frente a lo previsible, lo inédito frente a lo repetitivo, lo generador frente a lo inocuo, la desobediencia posible frente a la domesticación naturalizada: lo impensado frente a lo legitimado.

La multitud sería entonces ese “sujeto” indefinido e informe, que se funda a si mismo a partir de hacer aparecer lo absolutamente escaso en los actuales regímenes democráticos: sería la acción política pública, exterior, contingente, nucleante, confrontadora, y precisamente por eso, acción capacitada coyunturalmente para superar viejos disciplinamientos productivos en desuso, tanto en el campo del trabajo, en de la vida cotidiana, como también y fundamentalmente en el de la participación política clásica y delegada que masifica (CASULLO, 2002, p 5).

Ao longo de toda a história dos movimentos sociais, ecológicos e ambientais vemos que a preocupação ambiental no mundo vem aumentando e se constituindo como aglutinadora de um campo de relações sociais. Para Carvalho (2004), a constituição do ambiental em um campo traduz os tensionamentos éticos e políticos acerca de uma nova ordem societária e torna possível falar de um sujeito ecológico. Investido da crítica ecológica contra cultural à sociedade instituída, o sujeito ecológico, enquanto um tipo ideal remete a um *modo instituinte de ser*, posicionado à margem (alternativo) e animado pela pretensão libertária de deslocar as fronteiras entre militância e estilo de vida, intimidade e esfera pública, opções individuais e transformação coletiva, constituindo parte de um novo horizonte para a ação política ambiental. A política aqui é tomada no sentido de Arendt (2003) como esfera publica espaço por excelência da ação humana enquanto convivência com os outros humanos e partilha das decisões sobre destinos dos bens comuns. Nesse sentido, os bens ambientais vêm adquirindo status de bens comuns na esfera publica de grande relevância para sociedade. Como tal, reforça Carvalho (2004) a questão ambiental tem alcançado um lugar destacado nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana, vinculando as atuais e as novas gerações numa esfera de negociação de projetos de sociedade e modos de engajamento político.

A autora destaca que na juventude brasileira uma geração que, em seu percurso de sociabilidade política, tem acesso à esfera pública no coração da crise da política. Diferentemente das gerações anteriores que trazem em suas histórias de vida experiências de participação política baseadas nos ideais revolucionários socialistas, na ação sindical e na organização dos trabalhadores face ao conflito de classes, a inquietude política dos jovens encontra hoje outro ambiente de recepção. O campo da ação política hoje se apresenta menos nucleado pelo confronto ideológico da sociedade de classes. Traz as marcas da redefinição das fronteiras entre as esferas pública e privada, da valorização da cultura, das identidades e do meio

ambiente como novos espaços de expressão política (CARVALHO, 2004, p 55).

A valorização da natureza e a preocupação como futuro do planeta tem se mostrado particularmente atrativa para formação de grupos jovens para ação ambiental, como se pode ver pela forte presença jovem entre voluntários e ativistas de grandes ONGs ambientalistas como *Greenpeace*, Amigos da Terra, World Wildlife Foundation (WWF) entre outras. O que parece atrair aos jovens para ação ecológica é sua centralidade de problemas concretos, em contradição ao debate ideológico; A atração pelas causas planetárias, ultrapassando os conflitos locais; e a valorização de uma dimensão ético-moral que percebem como ausente das práticas políticas tradicionais (CARVALHO, 2006b).

A ecologia é um dos grandes exemplos de uma indignação moral. Ela implica nos preocuparmos com mais do que a humanidade. Está levando a redefinir os direitos, e mesmo os direitos humanos, que hoje são uma espécie de pedra de toque do modo de pensar as relações políticas e sociais, o fundamento maior da *polis*: pois qual a razão de protegermos os animais? Qual a base filosófica para defendermos os direitos relativos à natureza? Até pouco tempo atrás, era claríssimo que somente humanos, fossem eles indivíduos ou coletividades, podiam ser titulares de direitos; então a luta contra o efeito estufa ou pela preservação da mata virgem era justificada pelos benefícios para nós. Mas essa visão jurídica antropocêntrica não corresponde às ações ou crenças dos militantes nessas áreas. O cerne de um movimento com o ecológico está na versão expandida da ética, que vai além do humano, rumo ao natural e talvez mesmo ao cósmico. E isso dá muita força aos ecologistas (RIBEIRO, 2004, p 29).

Retomando a idéia de que a preocupação ecológica reconfigura os estilos disponíveis para as formas de sociabilidade política, em que medida esta se agenciaria com uma renovação do laço de engajamento político, no sentido de uma inserção dos jovens na política; ou, em tempos de crise da esfera pública,

privatização dos bens ambientais e dos anseios de participação, o engajamento ecológico poderia sinalizar, para os jovens, uma espécie de entrada na política num tempo pós político. Ou ainda, “o exercício de uma *política da saída da política*”, ressalta Carvalho (2004, p 70).

A atração da juventude pela democracia, pela participação nos processos políticos tem sido algo crescente nos últimos tempos, ressaltando o interesse pelo tema em diversos campos, isso é o que retrata uma pesquisa realizada em novembro de 2003 pelo Instituto pela Cidadania intitulada de “Perfil da Juventude Brasileira”. Sem dúvida, a sociedade moderna busca ampliar as possibilidades de integração social da juventude, principalmente através da sua participação gradual nos recursos culturais e processos decisórios, que caracterizam o regime democrático de governo. Isto passou a acontecer no Brasil nas últimas décadas, com a democratização do país iniciada nos anos 80 de acordo com Krischke (2004).

Nessa mesma pesquisa mostra uma visão superficial dos dados sobre cultura política desta pesquisa sobre a juventude brasileira sugere, logo à primeira vista, índices elevados de participação política dos jovens, tanto em suas formas de ação convencional como nas não-convencionais. Por exemplo, a identificação partidária dos entrevistados, a aprovação do governo, a confiança nos partidos, a participação em protestos, movimentos sociais, etc são numericamente equivalentes, ou até superiores, aos observados recentemente entre os jovens da Europa, afirma Krischke (2004).

O fenômeno que descrevemos como “paradoxos da autonomia”, destaca esta tensão entre ações que buscam ampliar os espaços de *autonomia no mundo* (emancipação política) e, no limite, ações pós-políticas, isto é, investidas de um desejo de *autonomia do mundo (renúncia do político)*. Esta questão repõe o debate sobre a contribuição da ação ambiental para a

esfera pública e para os caminhos de expressão política da juventude, ora ampliando o campo da cidadania e dos direitos, ora restringindo-o com a ameaça de uma excessiva subjetivação e individualização das questões públicas (CARVALHO, 2004, p 70).

É neste sentido que, dentre as múltiplas formas disponíveis de subjetivação das questões políticas contemporâneas, podemos identificar, no campo ambiental, a emergência de um *sujeito ecológico*. Longe de ser uma solução final para as tensões apontadas esta posição de sujeito traz um desdobramento, uma saída provisória, um lugar possível dentro da negociação entre as antinomias do eu e do nós na crise da política. Este sujeito, concebido enquanto um tipo ideal traduz uma subjetividade ambientalmente orientada, capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contra cultural, tributário de um ideal de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável. O chão que situa e torna possível o sujeito ecológico é, sem dúvida, a constituição do *ambiental* enquanto um campo de relações sociais que, como vimos, toma parte entre as tentativas de ressignificar os agenciamentos da experiência individual e coletiva (CARVALHO, 2004, 2006^a).

Segundo a autora, são diversos os caminhos pelos quais os jovens podem se aproximar dos valores ecológicos, identificando-se em diferentes níveis com os ideais do sujeito ecológico, uma vez que não se trata de uma identidade totalizante. Nomear-se ecologista ou, ao menos, ecologicamente sensibilizado/simpatizante, pode ganhar os sentidos de adesão a um ideário de ação militante; pode ser uma opção de engajamento grupal pontual e distintiva; ou ainda signo descritor de um interesse ambiental que pode combinar em diferentes gradações a sensibilidade política com a escolha da formação profissional/intelectual.

Assim, o sujeito ecológico demarca um campo de ideais disponíveis para a formação identitária do jovem que ingressa na esfera pública e que partilha, em algum nível, de um projeto político emancipatório. A ideia de mudanças radicais cultivada pelo ideário ecológico abarca não apenas uma nova sociedade, mas também um novo sujeito que se vê como parte desta mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo incluindo os estilos de vida pessoal. Na dimensão política das práticas ambientais, evoca o núcleo de crença na mudança radical de que é portadora a promessa ecológica. Esta promessa de uma transformação não apenas política, mas *da política*, isto é, da maneira de compreender, viver e fazer política, parece ser um ponto de atração para uma juventude em busca de mudanças, acenando com novos trânsitos e também com novos riscos para a própria esfera política (CARVALHO, 2004, p 71, 2006b, p 63).

Hoje a participação política da juventude não chama atenção como no passado. Falando-se dos jovens de 1968 ou de 1984, a primeira imagem que virá são de passeatas na rua; a maior parte deles podia ter outros sonhos, mas a imagem é essa. Que não é o que se tem nos jovens atuais, quando a ênfase parece estar em outras relações, mais grupais, menos totalizáveis, de vínculos que vão e vem de experiências, aponta Ribeiro (2004).

Para Abramo (1997) atenção sobre os jovens como emblemas dos problemas sociais, muitas vezes não conseguimos enxergá-los e entendê-los propriamente; e, como consequência, nos livrar de uma postura de desqualificação da sua atuação como sujeitos. Se os jovens que mais se aproximaram de uma atuação política reconhecida, como os militantes de esquerda dos anos 60, acabam por, ao fim e ao cabo, serem desqualificados como incapazes de uma ação com eficácia real, isso se acentua com os sujeitos juvenis de agora, atuando num plano comportamental e cultural sempre vizinho aos planos do hedonismo, por um lado, e da violência, por outro — e dessa maneira ajudando a compor a impressão geral de que a juventude hoje está confinada a proceder através de comportamentos de desregramento social.

Na conjuntura atual, dos anos 90, é muito presente e forte a imagem dos jovens que assustam e ameaçam a integridade social. Vítimas do processo de exclusão profunda que marca nossa sociedade e, ao mesmo tempo, do aprofundamento das tendências do individualismo e do hedonismo, se comportam de forma desregrada e amoral, promovendo o aprofundamento da fratura e do esgarçamento social que os vitima. Podem tornar-se, assim, junto com o medo, objeto da nossa compaixão e de esforços para denunciar a lógica que os constrói como vítimas e de ações para salvá-los dessa situação. Mas dificilmente como sujeitos capazes de qualquer tipo de ação propositiva, como interlocutores para decifrar conjuntamente, mesmo que conflituosamente, o significado das tendências sociais do nosso presente e das saídas e soluções para elas, de acordo com Abramo (1997).

“A juventude é um precioso patrimônio da sociedade atual”, afirma Serrano (2006, p 94). É depositada nesse jovem uma esperança de ação que vem dessa nova forma de compreender, viver e fazer a política. O protagonismo juvenil talvez seja a maneira da concretização de como exercer essa política, nas tomadas de decisões numa perspectiva de mudança. A idéia do jovem como sujeito ecológico traz a perspectiva do protagonismo juvenil⁸ inserida da pauta das questões socioambientais. Por meio desse tipo de ação, o adolescente adquire e amplia seu repertório interativo, aumentando assim sua capacidade de interferir de forma ativa e construtiva em seu contexto escolar e sócio-comunitário. Na perspectiva do protagonismo juvenil é imprescindível que a participação do adolescente seja de fato

⁸ COSTA, ANTONIO CARLOS GOMES da. “Protagonismo Juvenil: O que é e como praticá-lo”, disponível em . A palavra protagonismo é formada por duas raízes gregas: proto, que significa o primeiro, o principal; agon, que significa luta. Agonistes, por sua vez, significa? Lutador. Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal, ator principal. Uma ação é dita protagônica quando, na sua execução, o educando é o ator principal no processo de seu desenvolvimento. Para outros autores o conceito é entendido como “criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso”

autêntica e não simbólica decorativa ou manipulada. Essas últimas são, na verdade, formas de não-participação. Tais formas desviadas de participação podem causar danos ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens, além de minar a possibilidade de um convívio autêntico entre eles e seus educadores. A participação é a atividade mais claramente autocriadora, ou seja, formadora do ser humano, tanto do ponto de vista pessoal como social.

Educar para a participação é criar espaços para que o educando possa empreender, ele próprio, a construção de seu ser. Aqui, mais uma vez, as práticas e vivências são os melhores caminhos, já que a docência dificilmente dará conta das múltiplas dimensões envolvidas no ato de participar segundo Lima (2003).

A participação e o protagonismo são duas palavras que se complementam. Uma não pode existir sem a outra. Falar de protagonismo é falar de participação. É por meio da participação que se promove ações de mudanças e com diferentes estratégias.

El objetivo estratégico de la participación ciudadana, es lograr que cada persona sea sujeto /agente des su propio destino histórico. Pero en la acción cotidiana que realizamos, debemos saber que lo que realmente podemos hacer, es tender hacia ese objetivo, procurando que el mayor numero posible de personas, utilicen su derecho y su poder de decisión. (ANDER-EGG, 1996, p 22)

Para o autor não nascemos sabendo como participar. Não existe um cromossomas da participação. Nosso processo de socialização/educação nos leva ao mundo competitivo e não para sermos cooperativos. É necessário aprendermos a participar e isso é uma opção pessoal.

Participar ou não, é uma questão que se relaciona com algumas variáveis. O jovem pode não participar por falta de estímulo dos pais, por sua construção histórica, por estar inserido em um sistema de ensino que não estimula a prática da participação e outros. Pode ser também por uma relação entre a situação de vida e a participação social e política. De acordo com Carrano (2007) as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pela maioria da população jovem brasileira incidem diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e das incertezas quanto à vida futura. É num quadro de crescente instabilidade e desesperança frente às capacidades do Estado em promover direitos, bem estar social e segurança que se estabelecem os principais entraves para o desenvolvimento da cidadania e da participação juvenil.

A adesão à perspectiva pedagógica do protagonismo juvenil vai muito além da assimilação pelo educador de algumas noções e conceitos sobre o tema. Antes de tudo, essa adesão deve traduzir-se em um compromisso de natureza ética entre o educador e o adolescente. O protagonismo deve ser vivido como participação do adolescente no ato criador de ação educativa em todas as etapas de sua evolução.

Além de um compromisso ético, a opção pelo desenvolvimento de propostas baseadas no protagonismo juvenil exige do educador uma clara vontade política no sentido de contribuir, através de seu trabalho, para a construção de uma sociedade que respeite os direitos de cidadania e aumente progressivamente os níveis de participação democrática de sua população, de acordo com Lima (2003).

A noção de sociedade como uma totalidade fechada, constituída pelas identidades do sujeito moderno, compreendida como uma essência preexistente e unificada, alheia ao papel constituído do social e da linguagem do homem, vem sendo questionada na atualidade.

A sociedade atual esta constituída por novos sujeitos, novos agentes sociais, novos atores. Refletir sobre o novo sujeito social significa relacionar as mudanças culturais, os câmbios com as quais se constituem esses agentes sociais hoje, suas características suas linguagens seus costumes.

Substituindo a clássica noção de identidade de classes, relação sujeito/objeto, por uma nova teorização de signos, esses autores identificam na sociedade atual uma crise de identidades, e vem colaborando e transformando essas reflexões em objeto de investigação sócio-antropológica, engendrando estudos acerca das novas identidades, os novos sujeitos, vistos como descentramentos, diásporas e hibridismo. Isso esta provocando o surgimento de argumentações radicalmente novas adotadas por conflitos sociais e pelas novas demandas do sujeito moderno.

Para alguns autores, a sociedade atual esta tipicamente constituída por uma heterogeneidade, caracterizada por uma pluralidade de posição do sujeito. As diferentes posições do sujeito moderno ou pós-moderno requer uma inversão dos papéis tradicionais, onde o sujeito oferece significado ao mundo. Essas diferentes posições do sujeito contemporâneo estão dispostos e obrigados a conviver com um novo tipo de conhecimento reconhecido agora por sua natureza mutável, provisória, interdisciplinar, global e local.

Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos (SPOSITO & CARRANO, 2003, p 18).

El sujeto que me interesa situar en términos cultural-político, y en relación a las características de las nuevas subjetividades y sensibilidades metropolitanas en el sentido más abarcador e incluyente posible, aún reconociendo sus nítidas diferencias. Sujeto a pensar en cuanto a su emergencia cultural, es decir, referido a las condiciones de vida en tanto otorgante colectivo de sentido, espacio social de conocimiento y procurador de fines, en el marco de un nuevo tipo de sociedad histórica que cobra cuerpo. Sujeto político en estado larval, complejamente identificable como protofigura desde tales problemáticas que hacen a subjetividades con sus memorias y desmemorias, con sus distintas relaciones sociales y geográficas. (CASULLO, 2002, p 3)

Para os autores Dayrell & Reis (2006) foi a partir do final dos anos 90 que assistimos no Brasil uma ampliação significativa das políticas públicas de juventude nos níveis federal, estadual e municipal, mesmo que ainda apresente uma abrangência limitada em relação ao conjunto do universo juvenil. Ao mesmo tempo vem crescendo também a presença de Organizações Não Governamentais que, com financiamento próprio ou em parcerias com o poder público, vem ampliando sua presença nas periferias dos grandes centros urbanos. Tais ações, resguardando as suas especificidades, se propõem geralmente a desenvolverem ações educativas para jovens, voltadas ora para a formação da cidadania, ora para profissionalização, como também para uma formação geral muitas vezes através de conteúdos artísticos culturais, apostando em uma metodologia que enfatiza o protagonismo juvenil.

No âmbito do Brasil, estudos realizados pela UNESCO, desde 1997, têm permitido construir um retrato dos jovens, seus anseios e necessidades, a partir de suas próprias palavras, subsidiando debates mais aprofundados sobre temas atuais que, direta ou indiretamente, se relacionam com as juventudes. O interesse pela temática também tem respaldo no enorme contingente populacional compreendido pela população jovem no Brasil. Segundo dados do Censo Demográfico de 2000, a população de jovens entre 15 a 24 anos no Brasil é composta de mais de 34

milhões, número que por si só justifica, de forma incontestável, a necessidade de políticas específicas. Além disso, nos tempos atuais, os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violências, desemprego, gravidez não-desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer e esporte. Este quadro se mostra particularmente grave ao se considerar que os jovens, além de uma promessa de futuro, são uma geração com necessidades no presente e, fundamentalmente, uma geração estratégica no processo de desenvolvimento de um país (UNESCO, 2004).

Diante desse contexto, constitui-se meu objeto de tese uma avaliação de programa destinado às jovens na perspectiva das questões sócio ambientais, que hoje estão refletindo na construção de políticas públicas de, para e com a juventude. Esse programa Juventude para o Meio Ambiente reflete o atendimento de uma demanda reprimida de incorporar a temática ambiental no âmbito dos jovens, além de proporcionar a construção de um espaço de diálogo e de estabelecer esses espaços como estruturas potencialmente educadoras de participação. É importante avaliar o potencial pedagógico que existe nesses espaços de participação e como eles vem contribuindo para a implementação de outras políticas públicas como a Política Nacional Meio Ambiente e a de Educação ambiental. Para as políticas de jovens na contemporaneidade do contexto brasileiro consideramos um momento rico em oportunidades, para conhecer essa categoria em evidencia e atuando como sujeito de direitos sociais segundo BOURDIEAU (2000).

La juventud como generación, en el marco del aumento de las acciones colectivas y convivencia de movimientos sociales de múltiples orientaciones. Se toman en cuenta dos dimensiones: su peso en el marco de movimientos

que involucran a distintos sujetos y cuyas reivindicaciones tienen un alcance más general, así como en qué medida, en tanto jóvenes, se convierten en actores sociales específicos, reconocidos (y autorreconocidos) como sujetos en sí mismos. Se constata que la juventud en esta etapa no ha constituido de manera significativa movimientos sociales con marcado carácter generacional y se formula la hipótesis de que el acelerado ritmo de los cambios que están teniendo lugar en nuestra época, imprimen un mayor dinamismo al contexto en que se configuran las generaciones y limitan las posibilidades de conformarse como tal, con una identidad colectiva definida, frente a otros criterios estructurantes de mayor estabilidad como el género o la etnia o frente a conflictos sociales más visibles y generales como la defensa de los derechos humanos o del medio ambiente. Sin embargo, la juventud constituye una relevante masa crítica dentro de movimientos sociales de diferente carácter, tiene particular protagonismo en algunos de ellos y su presencia resulta vital pues representan la perspectiva de futuro. (DOMINGUEZ, 2006, p 67) pero también de presente.

O reconhecimento dos jovens como atores estratégicos leva a sua inclusão nas políticas públicas como fator de desenvolvimento de suas sociedades. Isto torna relevante enfrentar a exclusão através da articulação das políticas públicas com um enfoque de transversalidade e equidade. Assim se firmam as bases para o desenvolvimento das políticas de juventude incluintes, como parte da implementação do paradigma da cidadania juvenil (KRAUSKOPF, 2005).

CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1 - Breve relato histórico da emergência da Educação Ambiental e sua evolução no tempo.

Nesse item iremos descrever um pouco da história da evolução da Educação ambiental ao longo do tempo, destacando os momentos mais importantes e que foi fundamental para construção conceitual da Educação ambiental discutida e refletida na atualidade.⁹ Com isso contextualizar em que momento dessa construção estamos mediante a temática de juventude e meio ambiente e sua relação com a política pública.

No século XX, o acelerado avanço tecnológico e as necessidades que a humanidade criou romperam com o equilíbrio existente entre esta e o meio natural, afetando profundamente a dinâmica dos sistemas ecológicos.

A atual crise ecológica que o mundo atravessa, está estreitamente ligada ao modelo de desenvolvimento que a sociedade capitalista desenvolveu neste século. Este fator conduziu ao aparecimento de problemas ambientais locais, inclusive nos

⁹ Este capítulo foi baseado nas Notas de Aulas do Curso de Formação de Educadores Ambientais promovido pela Associação Espanhola de Educação Ambiental, realizado em Madrid maio de 2009. BRASIL. (1998). *Implantação da Educação Ambiental no Brasil* (1 ed.). Brasília: Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto.

ALEA GARCÍA, A. (2005). Breve historia de la educación ambiental: del conservacionismo hacia el desarrollo sostenible. *Revista Futuros*, 12(3), 11p.

Ministerio do Meio Ambiente, & Diretoria de Educação Ambiental. (2004). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília- Brasil: MMA.

FOLADORI, G., & GONZALÉZ GAUDIANO, E. (2001). En Pos de La História de la Educación Ambiental. *Tópicos en Educación Ambiental*, 3(8), 28-43.

DÍAZ, A. P. (1994). Educación Ambiental en la Unión Europea. In R. M. Castellón (Ed.), *ACTAS DE LA VIII AULA DE ECOLOGÍA EDUCACIÓN AMBIENTAL* (pp. 11-32). Almería-España: Instituto de Estudios Almerienses.

próprios países que o sustentam; problemáticas que atravessam fronteiras e se impõem globalmente, em todo o planeta; gerou, assim mesmo, uma elevada pobreza que se toma como causa principal da crise ecológica do mundo de hoje.

Ao longo de todo este século, a consciência de uma problemática ambiental foi aumentando progressivamente. A partir das bases sociais, passou-se de uma abordagem conservacionista a outra mais ambientalista, desenvolvendo-se plenamente, na década de 90, uma nova visão ecologista. Nesta última, natureza e sociedade constituem dois subsistemas intimamente relacionados e indissociáveis que obrigam a humanidade a repensar e a redefinir, seriamente, as formas atuais de medir a riqueza e o crescimento econômico, as tecnologias atuais, a redistribuição da riqueza mundial.

O aumento da consciência à volta das questões ambientais constituiu, nos anos 70, um motor para o empreendimento de novas políticas ambientalistas, destinadas a diminuir os problemas surgidos com a finalidade de manutenção do modelo de desenvolvimento econômico vigente. Todavia, estas constituíram medidas conjunturais que ocultam a verdadeira origem do problema ambiental mundial e reforçam o lucro de uma minoria. As mesmas deslocam os problemas ambientais para os países do Sul que, submetidos ao poder dominante do Norte, se vêm forçados a acolher as suas indústrias poluentes; a explorar os seus territórios, suplantando os meios existentes para a subsistência da população local, o que aumenta a pobreza e produz danos ecológicos irreversíveis e a endividarem-se até limites impossíveis.

A juntar a estas posições, e após um período de inúmeras tentativas, surgem novas propostas políticas que estabelecem novos parâmetros de análise e atuação. Por volta dos finais do século XX nasce uma nova política ecológica que reclama a

consideração da indissociável relação entre natureza e sociedade, preconiza um modelo de desenvolvimento que permita uma participação equitativa de todos os países, defende o desenvolvimento de uma tecnologia diferente, argumenta por um modelo de vida que não pode basear-se apenas num modelo de crescimento indefinido e ilimitado.

É um fato que a humanidade passou do pensar e agir localmente, para atuar localmente, pensando globalmente e, finalmente, pensar localmente, agindo globalmente.

Cronologia de Reuniões que marcaram a adoção de Políticas no Âmbito da Educação Ambiental no contexto Internacional e no Brasil

Década de 40

Os primeiros registros da utilização do termo “Educação Ambiental” em 1948 num Encontro da União Internacional para a conservação da Natureza em Paris.

Década de 60

Em 1962 é publicado o livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson - alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, como por exemplo, o uso de pesticidas. No livro a bióloga quis mostrar os danos causados pelo uso de pesticidas nas plantações e que esse componentes químicos iriam atingir os níveis tróficos de a cadeia alimentar. Isso poderia chegar a uma primavera silenciosa, ou seja, sem os pássaros. O silêncio do livro também se referia a s empresas que não divulgavam os componentes dos pesticidas para que as pessoas não deixassem de consumir. O silêncio também das autoridades políticas de permitir

campanhas publicitárias enganosas das grandes indústrias químicas e permitir que o consumo seguisse crescendo nos países em vias de desenvolvimento.

Primavera silenciosa foi e é um clássico da literatura meio ambiental. Rachel Carson sem dúvida foi pioneira em contribuir nas discussões sobre o meio ambiente se converteram em um dos assuntos mais importantes – senão o mais importante- para amplias camadas da sociedade mundial no século XXI.

Em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, da Inglaterra, colocou-se pela primeira vez a expressão Educação Ambiental, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos. Porém, os participantes do evento ainda definiam educação ambiental, como "conservação, ou ecologia aplicada, e o veículo seria a biologia". Vale lembrar que, no mesmo ano de 1965, Albert Schweitzer, um dos lutadores pela ética ambiental, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz.

Em 1968 nasce o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido. Neste mesmo ano, surge o Clube de Roma que em 1972, produz o relatório “Os Limites do Crescimento Econômico” que estudou ações para se obter no mundo um equilíbrio global como a redução do consumo tendo em vista determinadas prioridades sociais.

Foi no ano de 1968 que começa há mudar um pouco a concepção de educação ambiental. A partir de um estudo realizado pela UNESCO com os seus países membros, sobre meio ambiente e escola, ficou claro que a EA não poderia ser uma disciplina específica no âmbito escolar, pela sua complexidade e interdisciplinaridade. Neste momento o ambiente começa a ser encarado não só como ambiente físico, mas também incorporando aspectos culturais, sociais, econômicos etc. Também o estudo do meio ambiente começa a ser estudado o

entorno e progressivamente começa a descobrir os ambientes mais distantes. Do local para o global.

Foi a partir dos anos sessenta que surge o conceito da educação ambiental unido a um sentimento de preocupação pela proteção da natureza. Dizia que a Educação Ambiental era um processo de reconhecer valores e esclarecer conceitos com o objetivo de estimular atitudes necessárias para compreender e apreciar as inter-relações entre o homem sua cultura e o meio biofísico, segundo Canovas Martín, (2002).

Década de 70

Em 1970 entidade relacionada à revista britânica *The Ecologist* elabora o “Manifesto para Sobrevivência” onde insistiam que um aumento indefinido de demanda não pode ser sustentado por recursos finitos.

Em 1972 a Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano promovida pela ONU, onde se atribui a inserção da temática da Educação Ambiental na agenda internacional. Os principais resultados formais do encontro constituíram a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo que expressa a convicção de que "tanto as gerações presentes como as futuras, tenham reconhecidas, como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado "(Tamanes - 1977). Alguns aspectos relevantes desta conferência:

- Confronto entre os países desenvolvidos preocupados com a poluição industrial, a escassez dos recursos energéticos, etc. e os países não desenvolvidos preocupados com a pobreza;
- Adoção do lema "uma Terra só";

- Proposto o conceito de Ecodesenvolvimento (definido por Maurice Strong - primeiro diretor executivo do PNUMA);

- Ainda como resultado da Conferência de Estocolmo, neste mesmo ano, a ONU criou um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, sediado em Nairóbi.

Os 113 países assinaram a "Declaração da ONU sobre o Ambiente Humano", cujo artigo 19 diz: "É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens, como os adultos, dispensando a devida atenção aos setores menos privilegiados, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana".

No Brasil, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul cria o seu primeiro curso de pós graduação em Ecologia do país, o que reflete a chegada da preocupação como destino ambiental também no meio acadêmico.

Em 1975, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, A UNESCO promoveu em Belgrado (Iugoslávia) um Encontro Internacional em Educação Ambiental onde criou o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA que formulou os seguintes princípios orientadores: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.

A Carta de Belgrado constitui um dos documentos mais lúcidos e importantes gerados nesta década. Fala sobre a satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra. Propõe temas que falam que a erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e

dominação, devam ser tratados em conjunto. Nenhuma nação deve se desenvolver à custa de outra nação, havendo necessidade de uma ética global. A reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento. A juventude deve receber um novo tipo de educação que requer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidade, entre o sistema educacional e sociedade. Finaliza com a proposta para um programa mundial de Educação Ambiental.

Em 1976 no Brasil algumas outras Universidades começam a criar e instalar os cursos de pós-graduação em Ecologia como, por exemplo, na Universidade do Amazonas, Brasília, Campinas, São Paulo e São José dos Campos.

Cinco anos após Estocolmo, em 1977 foi realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi na Geórgia. (ex-URSS) organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA. Foi o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em 1975.

Na conferencia de Tbilisi se estabelece que o objetivo da Educação ambiental é o desenvolvimento de comportamentos adequados do homem para com o seu meio ambiente. Isto significa uma nova forma de pensar e de atuar. É preciso conhecer bem as características do meio que vive e estabelecer relações, elaborar opiniões e valores pessoais que levem ao desenvolvimento de uma ética ambiental, segundo Martín Sosa (1989).

Foi deste encontro firmado pelo Brasil, que saíram os objetivos, as características da EA, assim como as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional.

É claro que foram necessários vários anos de preparo para que, num único evento de treze dias, se chegasse a recomendações tão duradouras. Os próprios organizadores do evento de Tbilisi sempre reconheceram que ele

foi um prolongamento da Conferência de Estocolmo, de 1972, e que se tornou o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental (o PIEA, que fora sugerido em Estocolmo, mas iniciado só em 1975, a partir da reunião de Belgrado, onde aliás já se propusera que a educação ambiental deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para interesses nacionais). Sim, porque esta "primeira fase" contou com uma série de atividades, fundamentais para o sucesso de Tbilisi, tais como a organização de reuniões regionais entre 1975 e 77 na África, nos Estados Árabes, na Europa e na América Latina; a promoção de estudos experimentais sobre educação ambiental nestas regiões, além de uma pesquisa internacional sobre o tema (BRASIL, 1998, p 30).

No Brasil, o Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a disciplina Ciências Ambientais em cursos universitários de Engenharia.

Em 1978, os cursos de Engenharia Sanitária já haviam inserido as disciplinas de Saneamento Básico e Saneamento Ambiental nos currículos.

Década de 80

Em 1985, o MEC (Ministério da Educação do Governo Brasileiro) reforça a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a “formação da consciência ecológica do futuro cidadão”. Nesse mesmo ano, a UNESCO declara o Ano Internacional da Juventude, marco histórico onde começaram a desenvolver em alguns países políticas específicas para a juventude.

Em 1987 a estratégia internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90 - documento final do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio ambiente, realizado em 1987 em Moscou, Rússia, promovido pela UNESCO. Neste evento foi ressaltado a formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da EA e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis. O Plenário do Conselho

Federal de Educação aprovou por unanimidade, a conclusão da Câmara de Ensino a respeito do parecer 226/87 que considerava necessária a inclusão da Educação Ambiental dentre os conteúdos a serem explorados nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus, bem como sugeria a criação de Centros de Educação Ambiental.

Nesse mesmo ano a UNESCO/PNUMA realizou em Moscou o Congresso Nacional sobre Educação e Formação Ambientais - UNESCO/PNUMA onde foram analisadas as conquistas e dificuldades na área de EA desde a conferência de Tbilisi e discutido uma estratégia internacional de ação em educação e formação ambientais para a década de 90.

Em 1988 a Constituição da República Federativa do Brasil, adquire um patamar importantíssimo, dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, Inciso VI, determina ao “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;” Foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental no Rio Grande do Sul e também o primeiro Fórum de Educação Ambiental promovido pela CECAE/USP, que mais tarde foi assumido pela Rede Brasileira de Educação Ambiental.

Em 1989, realizou-se da 3º Conferência Internacional sobre Educação Ambiental para as Escolas de 2º Grau com o tema Tecnologia e Meio Ambiente, em Illinois/USA.

Década de 90

Em 1990, A Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, aprovada na Conferência Mundial sobre

Educação para Todos, realizada Jontien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, reitera: “confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, lingüística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente....”

Em 1991, o MEC determinou que a educação escolar devesse contemplar a Educação Ambiental permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Foi enfatizada a necessidade de investir na capacitação de professores. Também instituiu em caráter permanente um Grupo de Trabalho de EA com o objetivo de definir com as Secretarias Estaduais de Educação, as metas e estratégias para a implantação da EA no país e elaborar proposta de atuação do MEC na área da educação formal e não-formal para a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a Educação Ambiental, promovido pelo MEC e SEMA com apoio da UNESCO/Embaixada do Canadá em Brasília, com a finalidade de discutir diretrizes para definição da Política de Educação Ambiental.

Em 1992, Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO -92. O MEC promoveu em Jacarepaguá um workshop com o objetivo de socializar os resultados das experiências nacionais e internacionais de EA, discutir metodologias e currículos. Do encontro resultou a Carta Brasileira para a Educação Ambiental ou o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e Responsabilidade Global. Este documento recomenda que o MEC, em conjunto com as instituições de ensino superior, defina metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos a fim de estabelecer um marco fundamental para implantar a EA no nível

de ensino superior. O MEC ainda está devendo para a sociedade brasileira o cumprimento dessa recomendação. Face a isso, as poucas iniciativas existentes não seguem uma orientação comum.

Também resultou desta Conferência, vários outros documentos que se tornaram referências, tais como: A Carta da terra; três convenções a da Biodiversidade, da Desertificação, e das mudanças Climáticas, uma declaração de princípios sobre Floresta; e a Agenda 21 (base para que cada país elabore seu plano de preservação do meio ambiente) e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Este Tratado, elaborado pela sociedade civil, se tornou referência para a Educação Ambiental onde foram definidos os princípios e diretrizes para o compromisso de implementar a Educação Ambiental em todo país, no qual a Educação Ambiental foi entendida como um processo de aprendizado permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida e que contribua para a formação de uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada. Esse Tratado de adesão aberta a qualquer cidadão de qualquer lugar apresenta os seguintes princípios: a Educação Ambiental deve basear-se num pensamento crítico e inovador; ter como propósito formar cidadãos com consciência local e planetária; ser um ato político, baseado em valores para a transformação social; envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar; e deve estimular a solidariedade, o respeito aos direitos humanos e a equidade.

Este tratado tem bastante relevância por ter sido elaborado no âmbito da sociedade civil e por reconhecer a Educação Ambiental como um processo político dinâmico, em construção permanente, orientados por valores baseados na transformação social.

A Agenda 21, documento concebido e aprovado pelos governos durante o RIO 92, é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Além do documento em si, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado ou município, região, setor e planeja o futuro de forma socialmente sustentáveis.

Nesse mesmo ano e em virtude da elaboração do Tratado de Educação Ambiental, foi incentivada, pela Rede Brasileira de Educação Ambiental já criada nessa altura, a criação das Redes de Educação Ambiental nos estados brasileiros com o objetivo de divulgar e discutir o referido documento. Assim, em muitos estados varias instituições governamentais e não governamentais, assim como educadores e outros, foram se juntando para constituir a rede de educação ambiental local, surgindo assim, um novo instrumento bastante importante para a implementação da política publica de Educação Ambiental que foi publicada anos depois.

Nessa época, a rede atuou participando de atividades e realizando eventos para divulgar e discutir o tratado. Para a implantação da Rede foi firmado um convênio entre várias instituições incluindo as principais universidades baianas. No entanto isso não garantiu a continuidade das suas ações, por enfrentar várias dificuldades operacionais e pouca facilidade para o funcionamento de uma rede virtual.

Em 1993, com a Portaria 773/93 do MEC, institui em caráter permanente um Grupo de Trabalho para EA com objetivo de coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias para a implementação da EA nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades - concretizando as recomendações aprovadas na RIO -92.

Em 1994 a proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, elaborada pelo MEC/MMA/MINC/MCT com o objetivo de “capacitar o sistema de educação formal e não-formal, supletivo e profissionalizante, em seus diversos níveis e modalidades.”

Em 1995 foi criada a Câmara Técnica temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, determinante para o fortalecimento da Educação Ambiental.

A Lei nº 9.276/96 que estabelece o Plano Plurianual do Governo 1996/1999, define como principais objetivos da área de Meio Ambiente a “promoção da Educação Ambiental, através da divulgação e uso de conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentável dos recursos naturais”, procurando garantir a implementação do PRONEA. A Coordenação de Educação Ambiental promove 3 cursos de Capacitação de Multiplicadores em Educação Ambiental - apoio do Acordo BRASIL/UNESCO, a fim de preparar técnicos das Secretarias Estaduais de Educação, Delegacias Regionais de Educação do MEC e algumas Universidades Federais, para atuarem no processo de inserção da Educação Ambiental no currículo escolar.

Em janeiro, é promulgada a Lei 9.433/97 (Lei das Águas), que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. A EA está prevista como componente do novo um sistema de recursos hídricos do país, que se completará com a criação da Agência Nacional de Água, em 2000, quando será aprovada a Lei 9.984/00 (Ação em Rede). Entre 07 e 10 de outubro, a I Conferência Nacional de EA (I CNEA) atrai quase 2,9 mil participantes para a na Capital Federal. O documento final, “Declaração de Brasília para a Educação Ambiental” tem cinco áreas temáticas: 1- EA e as vertentes do desenvolvimento sustentável; 2- EA formal: papel, desafios, metodologias e

capacitação; 3- Educação no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação; 4- EA e as políticas públicas: Programa Nacional de EA, políticas de recursos hídricos, urbanas, agricultura, ciência e tecnologia; e 5- EA, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade. Será levado em dezembro à Conferência de Thessaloniki.

Em 1997, a Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: "Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade" em Thessaloniki (Grécia), de onde resulta a Declaração de Thessaloniki. Neste encontro foi reconhecido que, passados cinco anos da Conferência Rio, o progresso da EA havia sido insuficiente e os temas colocados da RIO 92 são reforçados. Chama-se atenção para a necessidade de se articularem ações de EA baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização. Entretanto esse encontro foi beneficiado pelos numerosos encontros internacionais que lhe antecederam: na Índia, Tailândia, México, Cuba, Brasil, Grécia entre outros. O Brasil apresentou o documento "Declaração de Brasília para a Educação Ambiental", consolidado após a I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Adotou os princípios e recomendações da Carta de Belgrado, de Tbilizi, da Agenda 21 e de outras reuniões das quais as principais foram aqui citadas. Reconhece que a visão de educação e consciência pública foi enriquecida e reforçada pelas conferências internacionais e que os planos de ação dessas conferências devem ser implementados pelos governos nacionais, sociedade civil (incluindo ONGs, empresas e a comunidade educativa), a ONU e outras organizações internacionais.

No Brasil é elaborado os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs com o tema “Convívio Social, Ética e Meio Ambiente”, onde a dimensão ambiental é inserida como um tema transversal nos currículos do Ensino Fundamental¹⁰.

Em 1999 foi promulgada a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a que deverá ser regulamentada após as discussões na Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no CONAMA. Lei Nº 9.795/99 que instituiu a PNEA, de forma obrigatória em todos os níveis de ensino. Esta lei regulamenta a previsão feita pela PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente), em seu artigo 9º, que considerou a educação ambiental um instrumento da política ambiental e o previsto no artigo 225 da Constituição Federal.

A Portaria 1648/99 do MEC cria o Grupo de Trabalho com representantes de todas as suas Secretarias para discutir a regulamentação da Lei nº 9795/99. O MEC propõe o Programa PCNs em Ação atendendo às solicitações dos Estados. Meio Ambiente um dos temas transversais, para ser trabalhado no ano 2000.

Apesar de no Brasil existir a idéia de leis que “não pegam”, uma lei existe para ser cumprida ou questionada, de modo que, logo após a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), foi criada no Ministério da Educação a Coordenação Geral de Educação Ambiental e no Ministério do Meio Ambiente, a Diretoria de Educação Ambiental como instâncias de execução da PNEA. Assim, a educação ambiental insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro de ambas as formas, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), pois enquanto no âmbito do MEC pode ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, no do MMA é uma função de Estado totalmente nova (SORRENTINO et al.2005, p 290).

¹⁰ Ensino Fundamental- refere-se a uma etapa do antigo sistema de ensino brasileiro. Este era dividido em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Século XXI

No século 21 o que se busca é uma Educação Ambiental integradora que deve chegar a todos os sistemas educativos (formal, não formal e informal), integrando todas as perspectivas possíveis (ecológicas, social, econômica, política) em uma nova racionalidade transdisciplinar e relacional utilizando todo o potencial crítico e criativo, que nos ajudem a mudar não só a consciência se não também o estilo de vida, consumo e o desenvolvimento, reivindicando o protagonismo cidadão para transformar a vida pública por meio da comunicação estabelecida no sistema democrático segundo Barón Ruiz (2002).

No ano de 2000, houve a Reunião Internacional de especialistas em Educação Ambiental, em Santiago de Compostela. Esta reunião foi promovida pela UNESCO e Xunta de Galícia, da qual resultou um documento propondo novas ações, que levassem a enfrentar, com êxito, os desafios ambientais do novo milênio.

Em 2002 a Conferência de Johannesburgo, Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável da qual resultaram dois documentos: uma declaração Política e um Plano de Ação. Dez anos mais tarde, a Rio+10 limitou-se a avaliar o que se implementou (ou não) dessas convenções e, principalmente, da Agenda 21. A defasagem entre a intenção e o gesto também foi motor de discursos e documentos finais da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+10, que aconteceu entre 26 de agosto a 4 de setembro daquele ano, em Johannesburgo, capital da África do Sul, com uma pauta mais modesta que a Rio 92, a referência para sua realização.

Para lembrar a conferência mundial de 1992 resultara em convenções internacionais – como a da biodiversidade e a das mudanças climáticas –, na Declaração do Rio, e na Agenda 21, um plano de ação global com mais de 2500 medidas práticas (e

respectivos custos financeiros). Tais medidas ajudariam o mundo a alcançar o desenvolvimento sustentável, para “atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”, como definira, cinco anos antes, o relatório *Nosso Futuro Comum*, produzido pela Comissão *Brundtland*, a convite da ONU.

No ano de 2003, com a entrada do Governo Lula no Brasil uma nova fase para a implementação da Política de Educação ambiental no país. Começa as discussões para a criação em cada estado brasileiros das CIEAS (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental). As CIEAS é um espaço público colegiado, legalmente constituído através de Decreto Governamental, destinado à constituir-se em uma instância de coordenação das atividades de Educação Ambiental no âmbito do Estado. Tem como objetivo de implementar a Política de EA no Estado, assim como elaborar a sua própria Política, como o Programa Estadual de EA, além de promover a articulação inter e intra-institucional buscando a convergência de esforços para implementar a EA no país. Com **poder deliberativo** para propor ações ao Governo e aos seus componentes, a CIEA deve representar todas as forças que atuam no campo da Educação Ambiental.

A CIEA é composta por representantes de instituições governamentais e não-governamentais, das esferas estaduais e municipais, do setor ambiental e educacional, do setor empresarial e dos trabalhadores, representações por biomas e populações tradicionais, representantes das Comissões Organizadoras da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e Coletivo Jovem.

Nesse mesmo ano houve as Conferências Nacionais pelo Meio Ambiente nas versões adulto e Infanto Juvenil, com o objetivo de ouvir amplamente a população brasileira sobre as questões ambientais e educação ambiental. Tem por finalidade

construir um espaço de convergência social para a formulação de uma agenda nacional do meio ambiente, por intermédio da mobilização, educação e ampliação da participação popular, com vistas ao estabelecimento de uma política de desenvolvimento sustentável para o País.

É um fórum que fez história ao tornar realidade o chamado empoderamento social aos diferentes setores da sociedade que assumem sua responsabilidade com o meio ambiente. Afinal, a definição de políticas públicas para um Brasil sustentável depende de mudanças na forma de atuação das esferas governamentais, do setor produtivo, das organizações da sociedade, chegando ao cotidiano de cada cidadão.

Para isso, é preciso rever e ampliar a nossa noção de desenvolvimento e entendê-lo como uma construção coletiva capaz de gerar qualidade de vida nas dimensões ambiental, econômica, social, cultural e ética.

Em 2003 foi realizada a primeira edição e a cada dois anos tem sido realizado outras edições até 2008 quando foi realizado a terceira da versão adulto e em 2009 a terceira da versão infanto-juvenil.

A versão Infanto juvenil trata-se de inserir a discussão ambiental nas escolas com o objetivo de: criar e fortalecer espaços de debate na escola sobre as questões sociais e ambientais da comunidade e perceber como eles se relacionam com o mundo; incentivar uma nova geração que contribua para as transformações sociais e ambientais e para o reconhecimento da diversidade étnico-racial e para que todos possam ouvir a voz dos adolescentes.

Também em 2003, com a realização da I Conferencia Nacional pelo Meio Ambiente-versão Infanto-Juvenil há um reencontro dos profissionais que atuam na área de EA e reacende-se o sonho das redes. As Redes de EA voltam outra vez a ter um papel fundamental, sobretudo de articulação e participação para implementar a Educação

Ambiental no País. Incentivadas pelo Governo Federal começam a se organizarem e ter mais estruturas para ser um instrumento importante na implementação dessa política. Partir daí, tem havido muitos encontros de redes em vários estados brasileiros com o intuito de consolidar e estruturar cada vez mais. O Governo Brasileiro vem fomentando e reconhecendo a importância do trabalho das redes, financiando encontros presenciais e também contribuindo para a formação e criação de novas redes.

Em 2003, em função da organização da I Conferencia Nacional de Meio Ambiente versão Infante Juvenil foi criado os **Conselhos Jovens**. Estes conselhos eram formados por jovens de vários segmentos da sociedade, de organizações da sociedade civil ou de instituições governamentais, com idade em sua maioria de 16 a 25 anos, que foram mobilizados para participar da organização da conferencia versão Infante Juvenil. Os princípios que orientam o trabalho dos Conselhos Jovens, que logo depois passou a ser chamado de **Coletivo Jovem de Meio Ambiente** eram: Jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra. Estes princípios são fundamentados numa educação mais ampla que se enquadra os preceitos da Educação ambiental. Os jovens além de organizar a conferencia em cada estado, também participou da escolha dos delegados estaduais e foram monitores de oficinas de educação ambiental na I Conferencia Nacional de Meio Ambiente (CNMA).

Em 2004, atendendo as demandas solicitadas pelos adolescentes que participaram da I Conferencia Estadual de Meio Ambiente Infante Juvenil, o MEC junto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através do Órgão Gestor da PNEA, promoveram uma formação de professores em Educação Ambiental para as escolas que haviam participado da I CNIJMA. Esta formação consistiu em passar para os

professores dentre outros temas, a elaboração de projetos coletivos em Educação Ambiental, com ênfase na participação da comunidade escolar.

Começado a ser pensando em 2003, elaborado em 2004 e colocado em marcha em 2005 o Coletivo Educador foi mais um programa da nova era governamental que vem marcando a história da evolução da Educação Ambiental no país e uma nova ação de estratégia de implementação da Política Nacional de Educação Ambiental. Os Coletivos Educadores são grupos formados por representantes de instituições, movimentos sociais, redes e colegiados que promovem processos formativos em Educação Ambiental, de caráter permanente, participativo e continuado, considerando o contexto socioambiental de um determinado território.

O principal objetivo de um Coletivo Educador é, por meio de processos de formação, constituir uma rede de educadores ambientais que tenham como compromisso atuar na melhoria do lugar onde vivem através de intervenções e de participação nas tomadas de decisão daquela região.

Em 2005, II Conferencia Nacional pelo Meio Ambiente nas duas versões Adulto e Infante Juvenil, reforçando essa forma de implementar Política Ambiental e de Educação Ambiental do país.

Ainda no âmbito internacional, a iniciativa das Nações Unidas de implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), cuja instituição representa uma conquista para a educação Ambiental, ganha sinais de reconhecimento de seu papel no enfrentamento da problemática sócio ambiental, na medida em que reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da Educação. A década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável potencializa as políticas, os programas e as ações educacionais já existentes, além de multiplicar as oportunidades inovadoras.

Todos os fatos aqui comentados criaram as bases conceituais da educação ambiental como instrumento para alcançar um novo tipo de desenvolvimento que passou a ser denominado de desenvolvimento sustentável.

Do exposto, pode-se verificar que a educação ambiental dispõe de um referencial conceitual tratado em termos internacionais e que deve ser internalizado nas práticas educacionais formais e não-formais de cada país, região ou localidade.

Concordamos com Caride Gomes (2007) que a cronologia apresentada demonstra uma declarada convergência, na expansão e institucionalização da EA a nível mundial. Uma trajetória plural e descontínua que nunca poderá interpretar adequadamente sem considerar as peculiaridades tanto no ensino formal, nos programas governamentais e muitas vezes se distanciando da vertente de militância, reivindicativa e inclusive desinstitucionalizadora que definiu suas origens. Um processo que de certo modo, a investigação de EA foi mudando os seus enfoques, estratégias e modalidades, dotando-se de um patrimônio mais plural de conteúdos, potencialidades e utilidades, e talvez, por isso acrescentando a capacidade problematizadora.

2.2 - A Institucionalização da Educação Ambiental no Brasil

Chegamos aos anos 70 em ritmo de "milagre econômico". Contrariando as tendências internacionais de proteção ao meio ambiente, o regime militar deu sustentação para o crescimento econômico a qualquer custo, sem nenhuma preocupação ambiental. Isto abrangia alguns megaprojetos, como Usina Nuclear de Angra, no Estado do Rio, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Transamazônica e o

Projeto Carajás, na Amazônia. Em resposta, o Brasil recebeu uma onda de críticas, do Exterior. O governo colocou-se na defensiva, espalhando a opinião de que a defesa do meio ambiente seria uma espécie de conspiração das nações desenvolvidas para impedir o crescimento do país.

Mesmo mantendo esta posição defensiva, em 1972 o Brasil mandou uma delegação oficial a Estocolmo, para a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano. Mas, no fim da Conferência de Estocolmo, o Brasil assinou, sem restrições, a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano.

O processo de institucionalização da Educação ambiental no governo federal brasileiro teve início no ano de 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada à Presidência da República. Outro passo foi dado em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação em comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Em agosto de 1981, promulgou-se a primeira lei que coloca a Educação Ambiental como um instrumento para ajudar a solucionar problemas ambientais. É a mais importante lei ambiental do Brasil, que institui a "Política Nacional do Meio Ambiente" (Lei Federal nº 6.938/81, anexo nº 03). Em relação à EA, o texto já impõe que ela seja ofertada em todos os níveis de ensino. Mas há outras definições que precisam ser conhecidas para quem atua na área ambiental, como, por exemplo, a definição do Sistema Nacional do Meio Ambiente, e a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), um órgão com poder para propor normas ambientais, com força de lei (BRASIL, 1998, p 42).

Reforçando esta tendência, a Constituição Federal em 1988, estabeleceu, no inciso IV do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 1991, a Comissão Interministerial para a preparação da Rio 92 considerou a Educação Ambiental com um dos instrumentos da política ambiental brasileira: Foram então criadas duas instancias no Poder Executivo, destinadas a lidar exclusivamente com esse aspecto: O grupo de trabalho de Educação Ambiental do MEC, quem em 1993 se transformou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (Coea/MEC) e a divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), cujas competências institucionais foram definidas no sentido de representar um marco para a institucionalização da política de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Em dezembro de 1994, em função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a Conferência do Rio, foi criado, pela Presidência da República, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), compartilhado pelo então Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e da Ciência e Tecnologia. O PRONEA foi executado pela coordenação de Educação Ambiental do Ministério de Educação e previu segundo BRASIL (2005), três componentes distintos: a) capacitação de gestores e educadores, b) desenvolvimento de ações coletivas e c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias.

Em 1995 foi criada a câmara técnica temporária de Educação Ambiental, no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que discutiu na primeira reunião o documento que tratava dos subsídios para a formulação de uma Política Nacional de Educação Ambiental, com princípios orientadores como a participação, a

descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural, e a interdisciplinaridade.

Ainda no ano de 1996, incluiu-se no Plano Plurianual do Governo Federal (1996-1999) a promoção da educação ambiental, através da divulgação e uso de conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentáveis de recursos naturais.

Considerado um indicativo do fortalecimento da EA – nesta escalada para que fosse entendida enquanto política pública –, pela primeira vez o governo federal inseriu o tema entre as ações do Plano Plurianual 96-99, ou PPA17, que consiste num instrumento legal criado pela Constituição Federal de 1988, empregado pelo governo para definir as principais ações com antecedência, sempre considerando períodos de quatro anos (BRASIL, 2009, p 21).

Em 1997, depois de dois anos de debates, foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Constituíram como um subsídio para apoiar a escola na elaboração de projetos educativos, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar bem como temas transversais como meio ambiente, ética, pluralidade cultural etc.

Em 1999 foi criada a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental vinculada a secretaria executiva do Ministério do Meio Ambiente segundo a publicação do PRONEA desenvolveu as seguintes atividades:

- Implantação do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA), objetivando atuar como um sistema integrador das informações de educação ambiental no país.
- Implantação de Pólos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis nos Estados, objetivando irradiar as ações de educação ambiental.

- Fomento à formação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) nos estados e auxílio na elaboração de programas estaduais de educação ambiental.
- Implantação de curso de Educação Ambiental a Distância, objetivando capacitar gestores, professores e técnicos de meio ambiente de todos os municípios do país.
- Implantação do projeto Protetores da Vida, objetivando sensibilizar e mobilizar jovens para as questões ambientais.

Em 1997, estavam aquecidos os debates em torno de uma futura lei para estabelecer a política nacional de EA. O projeto, com número 3.792, já tramitava desde 1993. Assim que em abril de 1997, foi aprovada a Lei nº 9795 (anexo nº 04) que dispõe da Política Nacional de Educação Ambiental. Apesar da vitória considerada pelos educadores e educadoras ambientais, a luta ainda não estava vencida, ainda faltava a regulamentação da lei e sua implementação, ou seja, que ela fosse incorporada na vida da sociedade. Havia um longo caminho para percorrer e que de fato não foi tão fácil de conseguir. A regulamentação da lei foi adiada três anos de sua publicação. Ainda hoje os processos de implementação da EA nos estados estão em andamento, dando um salto bastante significativos a partir de 2003 com o governo de Lula.

Os fatos mostram que, mesmo antes dessa regulamentação, o texto influenciou o avanço institucional do setor, guiando iniciativas de EA presentes e futuras.

Dizem que no Brasil certas leis “pegam” e outras não. Em 27 de abril de 1999, quando o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei 9.795/99, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, o fato foi festejado entre educadoras/es ambientais de todo país. No entanto, sabiam que havia um longo trajeto a percorrer para garantir uma mudança efetiva no contexto brasileiro, para levar a EA ao cotidiano de brasileiras/os (BRASIL, 2009, p 35).

O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Governo Federal a responsabilidade de “promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Indo mais longe, a nova lei, que regulamenta esse artigo, tornou obrigatória a EA como processo educativo, formal ou não-formal, para todos os atores sociais. Vale checar as principais determinações da lei:

Na escola e fora dela: já no artigo 2, a lei propõe que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Logo em seguida, no artigo 3 detalha-se a EA “como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental”.

Todos responsáveis pela EA: o mesmo artigo 3 lista as responsabilidades de cada segmento para a implementação da EA. São as responsabilidades dos respectivos segmentos:

Poder Público: definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a EA em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

Instituições educativas: promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama): promover ações de EA integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

Meios de comunicação de massa: colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

Empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas: promover programas para capacitar trabalhadores e melhorar o ambiente de trabalho, bem como o processo produtivo quanto a questões ambientais;

Sociedade como um todo: “Manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais”.

O capítulo II, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, propõe, através do artigo 8º, quatro linhas de atuação para a PNEA, relacionadas à educação em geral e à escolar, em especial:

1. capacitação dos recursos humanos
2. desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
3. produção e divulgação de material educativo, e
4. acompanhamento e avaliação.

Vale notar que, no quesito capacitação, o mesmo artigo indica a meta de incorporar a dimensão ambiental na formação, especialização e atualização, não só dos educadoras/es de todos os níveis e modalidades de ensino, como também para profissionais das demais áreas. E sugere o atendimento às demandas dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

Um caminho de críticas foi despejado sobre o artigo 10 da lei que instituiu a PNEA. Em nome da boa idéia da transversalidade da EA, boa parcela de educadoras/es entendeu que houve uma “generalização equivocada”. É que, depois de dizer, no parágrafo primeiro, que “educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”, o texto estabelece a única exceção: “Nos cursos de pós-graduação, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica” (parágrafo 2º). Houve especialistas em EA que criticaram esse

parágrafo, defendendo a disciplina de EA não apenas na pós-graduação, como também em cursos de graduação e outros promovidos por instituições de ensino superior. Em sua justificativa, a idéia de que uma disciplina específica seria importante especialmente nos cursos de licenciatura, de modo que futuras/os mestres possam aprender, da melhor maneira, as práticas de EA.

Da mesma forma, o texto alinha, entre os desafios para os estudos e pesquisas, a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação, e a criação de instrumentos que ajudem a incorporar a dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Ao mesmo tempo, a lei pede o incentivo à participação dos interessados na formulação e execução dessas pesquisas.

A proposta de formar Comissões Interinstitucionais de EA (CIEAs) foi uma das primeiras a mobilizar a equipe da nova DEA/MMA. Era a única, entre as linhas de ação, exclusivamente embasada no esforço de articulação entre os diferentes atores sociais da EA nas cinco regiões do país. Ainda em 1999, houve reuniões da equipe da Diretoria de EA em todas as unidades da Federação, para incitar a articulação das secretarias estaduais de meio ambiente com representantes de entidades governamentais, não-governamentais, setor acadêmico e produtivo (patronal e laboral).

No ano de 2000, a educação ambiental entra pela segunda vez, agora na dimensão de programa de EA e institucionalmente vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia esse processo de articulações nos estados, outro também começou a tomar forma: a articulação com as redes de EA.

Em 2001, por iniciativa dos educadores ambientais, é realizada uma reunião com o

MMA para se buscar apoio às redes de educação ambiental. A partir de então, o FNMA apoiou o fortalecimento da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e da Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA), bem como a estruturação da Rede de Educação Ambiental da Região Sul (REASul), da Rede Pantanal de Educação Ambiental (Rede Aguapé) e da Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA).

A estrutura de rede foi um elemento inovador para a articulação e enraizamento da EA no país. O espaço virtual como instrumento de trabalho era algo que poucos enxergavam como algo possível, mas que marcou uma nova possibilidade de enraizamento da EA. Dois fenômenos interligados marcaram a entrada do século 21 e influenciariam as ações que se seguiriam no campo da EA, afetando escolas, seus entornos, governos, sociedade civil. O primeiro a globalização e o segundo o avanço das tecnologias digitais que mudariam a forma das pessoas de relacionarem com o mundo. E com isso as redes de educação ambiental começaram a ser criadas e organizadas, a princípio como uma lista de discussão para levantar o debate acerca do tema e posteriormente foi tomando novas configurações e inclusive como meio de construir ou elaborar projetos, como também exercer o controle social de políticas públicas, com pessoas de vários lugares diferentes do país e de vários segmentos da sociedade. “Muitas das redes foram criadas a partir do ano 1992 pós Rio 92, onde o principal argumento era difundir o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades e Responsabilidade Global”, fruto das discussões entre ONGs do mundo inteiro todo. E nessa ocasião surgiu também a Reaba (Rede de Educação Ambiental da Bahia).

As novas tecnologias abriam cada vez mais possibilidades para quem quisesse testá-las. O avanço da internet permitiu que a concretização de um centro de

referência virtual da EA, depois de algumas tentativas realizadas desde o ano de 1999. Muitas das publicações dos MMA e do MEC foram digitalizadas e colocadas a disposição do público. E assim como também proporcionou o deslanche do Sistema Brasileiro de Informação Ambiental (SIBEA), como havia sido previsto da recém lei publicada.

Foi assim que, em 29 de agosto de 2001, iniciou-se uma reunião em Brasília para negociar a construção de estratégias de integração entre as redes de EA e o SIBEA. Para dar idéia da amplitude do evento, basta relacionar as organizações participantes. Lá estavam membros da Rebea, bem como das redes de EA paulista (Repea), mineira (Rmea), mato-grossense (Remtea), da Paraíba (Rea/Pb), do Vale do Itajaí (Reabri) e de São Carlos (SP). Esse conjunto de pessoas encerraria o evento com novas metas a cumprir. Criara-se um Grupo Gestor participativo para o SIBEA, um projeto piloto na Universidade Federal do Rio Grande (UFRG), além de um grupo de trabalho para elaborar um edital de demanda induzida pelo FNMA, visando a estruturação das redes de EA e a consolidação do SIBEA. Era a semente do projeto “Tecendo Cidadania”, que teria a dupla finalidade de estimular a organização de redes de EA – que produziriam um diagnóstico sobre o estado de arte da EA nas diferentes regiões do país

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) disponibilizou o equivalente a US\$ 500 mil para financiar projetos voltados à geração de dados. O Ministério do Meio Ambiente viu nas redes uma capilaridade que proporcionava uma fonte de alimentação de informações ambientais para o SIBEA. Assim abriu o diálogo entre o órgão gestor e a Rebea.

Em junho de 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para a sua execução.

Ponto essencial, adiado para a regulamentação da Lei, foi a definição do Órgão Gestor da PNEA, figura criada pela lei para cuidar da implementação do que o texto legal determina. Sem ele, a lei não “sairia do papel”. As disposições finais de lei previram o prazo de três meses para a regulamentação, que teria de passar pelo crivo da Câmara Técnica de EA do Conama e do Conselho Nacional de Educação. Só que se passaram mais três anos, com muitos debates e negociações políticas, até que, em 25 de junho de 2002, o Presidente da República sancionasse o Decreto Federal 4.281/02, que regulamenta a lei da PNEA (BRASIL, 2009, p 39).

No início de 2003, uma campanha das redes revelaria a força do ciberativismo, através dessas estruturas horizontalizadas. Foi a Campanha “Brasil Sustentável só com educação ambiental” que aconteceu quando o Ministério da Educação, no início do Governo Lula, cogitou extinguir sua Coordenação de EA (COEA/MEC). O “toró de e-mails” para o ministério e outras autoridades governamentais levou o governo a voltar atrás na decisão.

O ano de 2003 chegou um pouco mais cedo no Brasil. Em outubro de 2002, após tenso período eleitoral, pela primeira vez na história do país o Partido dos Trabalhadores (PT) vencera as eleições presidenciais. E, já em dezembro, durante uma surpreendente viagem para os Estados Unidos, Luis Inácio Lula da Silva, futuro presidente da República, após ser recebido pelo presidente norte-americano, anunciou o primeiro nome de sua equipe ministerial: a senadora Marina Silva. Conhecida internacionalmente por sua luta em defesa da biodiversidade brasileira e pela parceria com o seringalista Chico Mendes, que fora assassinado em 1988 no

Acre por defender as florestas naquele Estado, ela aceitara licenciar-se do cargo eletivo no Congresso Nacional para se tornar a titular da pasta do Meio Ambiente. A partir deste momento instaura-se uma nova era dentro da área ambiental do Brasil. Havia chegado o momento de transformar as políticas públicas e tornarem efetivamente públicas, com a participação de todas as experiências e reflexões acumuladas do movimento ambientalista e da EA no país desde os anos 70, com significados avanços do estado da arte. E a partir deste momento muitas outras iniciativas com o caráter muito mais dialógico e na tentativa de ampliar os espaços democráticos de implementação da política pública de EA na sociedade, foram realizados.

Um desafio imediato seria elaborar as propostas de um novo Programa Nacional de EA (ProNEA) e do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA). Mas também era urgente estimular e apoiar o MEC a ter uma equipe de EA que se co-responsabilizasse pelo ProNEA.

Em 2003, é instaurada no Ministério do Meio Ambiente a Comissão Intersectorial de Educação Ambiental (CISEA), com representação de todas as secretarias e órgãos vinculados ao MMA, criando uma instância para um processo coordenado de consultas e deliberações internamente a esse Ministério, e contribuindo para a transversalidade interna e a sinergia das ações em educação ambiental desenvolvidas pelas suas secretarias e seus órgãos vinculados.

Foi a partir de 2003 também que intensificou a criação das CIEAs nos estados brasileiros para elaboração das políticas e programas estaduais de Educação ambiental, nos moldes que haviam sido sugeridos a institucionalização da EA pelo Governo Federal. O processo de criação de cada CIEA em cada estado teve suas

características distintas e diferenciadas em função dos diversos estilos que foram implementados.

Nesse mesmo ano, o Ministério da Educação estabelece como prioridade viabilizar as ações e diretrizes da PNEA e reestruturar a Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA), que passa da Secretaria de Educação Fundamental diretamente à Secretaria Executiva.

Em 21 de julho desse mesmo ano, o MMA e o MEC promoveram a reunião de instalação do Órgão Gestor da PNEA, um passo decisivo para a execução das ações em educação ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

Em novembro de 2003, foi realizada a Conferência Nacional do Meio Ambiente, em suas versões adulto e infanto-juvenil. O documento resultante desse encontro contemplou, em um capítulo específico, deliberações para a Educação Ambiental.

Em 2004, a mudança ministerial e a conseqüente criação da SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, permitiu à CGEA maior enraizamento no MEC e junto às redes estaduais e municipais de ensino, passando a atuar de forma integrada a áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação no Campo, conferindo assim maior visibilidade à Educação Ambiental e oportunizando sua vocação de transversalidade.

A Educação Ambiental no MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada de 32 mil professores e 32 mil alunos do ensino fundamental por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, que deu continuidade ao processo de Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, como parte de uma visão sistêmica de educação ambiental. O

fortalecimento da educação ambiental no ensino público superior se dá por meio de pesquisas em parcerias com a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental (RUPEA), na proposta de criação de uma Política de Educação Ambiental no Ensino Superior, e também com a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no mapeamento de “O que fazem as escolas que fazem Educação Ambiental? Conhecendo os caminhos da educação ambiental nas escolas do Ensino Fundamental a partir do Censo Escolar”. A educação ambiental passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Também no ano de 2003, por iniciativa do órgão gestor (MMA e MEC) para organização da Conferência Infanto Juvenil pelo meio ambiente, foram criados os Conselhos Jovens de meio Ambiente que depois se tornaram Coletivos Jovens de Meio Ambiente, objeto central da presente investigação. Além de uma intensa mobilização para participação do jovem nos processos de conferências, também foi fomentado a sua participação como um dos meios da transversalização da EA no sistema formal de ensino. Através do enraizamento da EA pelo projeto da implantação da Agenda 21 escolar e da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida. Mais adiante daremos um especial detalhamento dos processos de conferências e da formação do Coletivo Jovem de Meio Ambiente.

Os processos de conferências seguiram com uma dinâmica de realização a cada 2 anos. Assim que tivemos em 2005, 2007 e 2009.

Em 2009 foi celebrado 10 anos de Política Nacional de Educação Ambiental. Para avaliar estes 10 anos de trabalho para implementar a política pública no país,

organizado pela CIEA e pelas redes de EA um debate em todo o território nacional onde foi convidado todos os sujeitos que viveram o cotidiano da política. Em forma de vídeo conferencia, por ser uma estratégia que pudesse juntar muitos sujeitos de todo o país, foram discutidos os avanços e as necessidades das mudanças de alguns artigos da lei. Também algumas estratégias de financiamento e da tramitação do projeto de lei no parlamento para as possíveis mudanças foram temas de debatidos neste vídeo conferencia. Vários eventos foram realizados no país para avaliar a política.

E a partir de agora? Qual será o rumo da EA no país em um ano eleitoral e de sucessão do Governo Federal? Fazendo um avaliação geral a EA ambiental no Brasil durante todos estes ano, usarei as minhas as palavras do educador ambiental Fabio Deboni em um artigo publicado no site <http://www.eeagorajose.kit.net/estilos/eagorajose.htm>, no dia 28 de março de 2010.

Se voltarmos alguns anos no tempo (início da década) veremos que o espaço que a Educação Ambiental ocupava no governo federal era muito restrito e tímido. Não se tinha ainda a concretização do Órgão Gestor e a EA no MEC e no MMA era mais pontual. Por incrível que pareça o MEC tinha mais pujança na área por conta da iniciativa dos Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs). Já no MMA o então "Programa Nacional de EA" era restrito a ações pontuais e que poderiam muito bem ser realizadas por uma ONG. A falta de pesquisas, publicações, uma carência de estudos que reflitam profundamente a questão é talvez um gargalo da EA no Brasil.

Se esta fotografia nos revela que a EA no final do mandato do governo FHC assumia um caráter de perfumaria, no início do governo Lula (2003-2004) o panorama sofre uma mudança radical. Inicialmente no MMA com uma grande reestruturação de programas e de equipe (2003) e em seguida no MEC (2004) com

o mesmo processo. Em 2003, é extinta a Coordenação de EA do MEC, sendo considerado um retrocesso.

A partir de 2008 com a saída da ministra Marina Silva houve um processo de desconstrução e descontinuidade das ações desenvolvidas ao longo destes anos, com a mudança da equipe sobretudo no MMA. E isso evidenciou como as políticas públicas são frágeis a ponto de serem desconstruídas num curto período de tempo. Ainda que muitos dos programas e ações permaneçam funcionando nos dias de hoje, sofreram com paralisações, saídas de pessoas da equipe, perda da memória dos processos, desconfiança quanto aos novos rumos da gestão do DEA, etc.

Ainda que seja crescente a capilaridade das redes de EA e o acesso à informação dos cidadãos, ainda há muita carência por informações estratégicas, políticas e de qualidade. Além disso, a simples disponibilidade destas informações não é condição automática para o despertar de reflexões e de tomadas de consciência e de posição sobre a realidade.

Para Fabio Deboni, alguns legados conquistados pela EA nesta década devem ser mantidos, dentre os quais:

- A manutenção, o fortalecimento e o aprimoramento do Órgão Gestor da PNEA, com a devida ação articulada entre MEC e MMA e a clareza de papéis entre ambos, e com os reflexos necessários na articulação entre OEMAs e SEDUCs nos estados;
- O incremento da inserção da EA na esfera pública como política de Estado, com locus institucional, orçamento próprio, equipe permanente e autonomia na sua gestão;
- A necessidade de uma constante revisão da Política e do Programa Nacional de EA, adequando-os às novas realidades do nosso tempo;

- O fortalecimento das redes de EA como espaços autônomos de atuação, em especial a REBEA, com uma maior presença destas nos processos de controle social das políticas de EA;
- A constante abertura da área para novos participantes, em especial os movimentos de juventude, gerando novos olhares e novas propostas.

Estes legados simbolizam apenas um ponto de partida de conquistas já trilhadas pela EA nos últimos anos e que, devem ser fortalecidos e perseguidos. Abrir mão disto é negar a própria história recente da EA e deixá-la ao sabor do acaso. O momento que antecede a disputa eleitoral de 2010 exigirá de nós muita unidade (na diversidade) e a clareza de "para onde queremos caminhar", ainda que o caminho seja árduo e sua chegada incerta.

As pesquisas no Brasil, segundo Michèle Sato, pesquisadora de EA da Universidade do Mato Grosso, estão mais ligadas ao plano educacional, propriamente dito, ainda que demais áreas dos conhecimentos possuam atuação significativa.

“De uma educação ambiental ingênua, o Brasil tornou-se referência, e vai se destacando pelas inovações, criações e essencialmente por trazer a dimensão social fortemente aliada à ambiental”. E entende que os desafios da EA são desafios antes de mais nada planetários.

2.3 - De que EA estamos falando? Algumas abordagens conceituais e epistemológicas da Educação Ambiental.

A Educação Ambiental é reconhecida como uma dimensão essencial da educação global pelo papel chave que desempenha na construção de novas atitudes, comportamentos e valores das pessoas e da comunidade com o meio ambiente (UNESCO, 1976). No entanto, através de sua história, este papel há sido abordado de modo diferente: como conteúdo, como processo, com orientação curricular, como uma matéria e como um enfoque holístico. Por um lado, a EA tem sido caracterizada por uma visão instrumentalista, centrada principalmente na resolução de problemas, para alcançar o uso mais racional dos recursos naturais e sua proteção, a fim de potencializar o seu potencial de exploração. Por outro lado, a EA tem sido abordada segundo uma visão integral, sistêmica e holística para uma construção de um novo tipo de relação com o ambiente, onde a sociedade desempenha um papel determinante. Neste caso, se põe uma ênfase no desenvolvimento das capacidades de análises crítico da realidade e dos valores individuais e coletivos que conduzem a atitudes e comportamentos responsáveis com o meio de vida segundo Orellana (2001).

Ao traçar as pegadas de uma trajetória do desenvolvimento de uma educação ambiental se constata que esta surge depois de não menos de 3 séculos de dominação de uma visão utilitarista, racionalista, e reducionista, onde a realidade tem sido percebida como uma gama de fenômenos, de eventos separados e fragmentados. Ela surge, quando os sinais de uma nova visão do mundo se notam perceptíveis em todos os âmbitos, anunciando o nascimento de um novo paradigma

que propõe uma visão integral, sistêmica e holística da realidade (ORELLANA, 2001). Sua origem se vincula ao enfoque interdisciplinar de análises dos problemas ambientais (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2006).

Como marco conceitual, o Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global, elaborado pela sociedade civil planetária de 1992 durante a Rio-92, serviu de base para nortear os princípios da educação ambiental. Marcados pelo processo de democratização que o país vivia e a recente Constituição publicada, os princípios do tratado iam de encontro a veia participativa, crítica e democrática fomentada e incentivada pelos caminhos traçados pela Carta Maior. Assim, a Lei 9795/99 criou a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), também surge tendo como marco conceitual com forte ênfase o caráter crítico, político emancipatório da Educação Ambiental, entendendo-se como instrumento de transformação social, ideologicamente comprometida com a mudança social, aponta também outro ideário desenvolvimentista: a noção de sociedades sustentáveis, construídas a partir de princípios democráticos, em modelos participativos de educação popular e gestão ambiental.

Segundo Carneiro (2006), uma educação que reconstrua relações entre pessoas, sociedade e meio natural, sob a ética da responsabilidade voltada à sustentabilidade socioambiental.

Cumprir ainda à educação ambiental fomentar processos continuados que possibilitem o aumento do poder da capacidade de autogestão das maiorias e o fortalecimento de sua resistência a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e o meio ambiente. Assim, o exercício da cidadania e a presença humana participativa na esfera pública se tornam a tônica das ações educativo-ambientais.

O paradigma da complexidade, norteador da epistemologia ambiental e sob o foco educacional, não se relaciona apenas com o aprendizado de fatos novos, mas com a desconstrução dos princípios epistemológicos da ciência moderna, envolvendo a construção dos novos saberes e de uma nova racionalidade, que permitam às atuais e futuras gerações novas maneiras de se relacionar com o mundo.

Trata-se de uma educação que ganha muitos adjetivos e pode ser interpretadas com fundamentos teóricos e metodológicos e abordagens diferentes acompanhada pelos fatos históricos. Buscam categorizar, adjetivar, qualificar a educação ambiental pela multiplicidade das trilhas conceituais, práticas e metodológicas que aí se ramificam. Aqui no presente estudo trataremos de abordar a EA a partir da definição da lei 9697/99 e pelos princípios abordados do Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Portanto, trata-se de discutir um pouco algumas interpretações dada a Educação Ambiental com o cunho crítico que fomenta a transformação social.

O conceito de Educação Ambiental, ou seja, é importante situarmos de que educação ambiental está sendo abordada e está baseada em que princípios. Visto que há uma série de conceitos de EA, mas que devemos caminhar para uma educação que visa mostrar sua força transformadora e libertária, que aponta a construção de uma sociedade democrática cujas instituições, processos e âmbitos de formação da vontade política e de tomada de decisões sejam consistentemente permeáveis à participação de cidadãos livres e autônomos (TAVOLARO, 2005)

É bastante difícil consensuar todas as diferentes abordagens dada a educação ambiental. Como sabemos, as práticas agrupadas sob o conceito de educação ambiental têm sido categorizadas de muitas maneiras: educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável,

conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas entre tantas outras. Segundo Carvalho (2004) na publicação do Ministério do Meio Ambiente, *Identidades da Educação Ambiental*, defende uma abertura de espaços para o diálogo entre diferentes abordagens. Diálogo este, que se dê é condição fundamental a explicitação dos pressupostos de cada uma das diferentes posições. Não se trata de uma traduzir ou reduzir as múltiplas orientações em uma única educação ambiental, ressalta a autora, se trata de explicitar as diferenças de modo a contribuir para o aumento da legibilidade, e conseqüentemente, a formulação e assunção de práticas de educação ambiental mais conseqüentes com sua premissas, melhorando as condições de debate do campo educativo.

Assim reinteramos, para a EA crítica que tem uma relação orgânica, onde tem uma tendência nos princípios críticos, que suscite a processo emancipatórios, políticos, coletivos de transformação social.

Porquanto, envolvendo uma educação que reconstrua relações entre pessoas, sociedade e meio natural, sob uma ética de responsabilidade voltada à sustentabilidade socioambiental. A EA, enquanto dimensão fundamental da educação contemporânea contribui para a construção crítica do conhecimento transformador da realidade socioambiental. A reflexão sobre os fundamentos epistemológicos de uma EA crítica pode ser apoiada por algumas orientações teórico-metodológico (integradas, complementares e adaptativas a níveis e tipos de ensino, sem ordem hierárquico-seqüencial entre si), para o desenvolvimento do processo educativo (CARNEIRO, 2006, p 27).

Nesta linha, segundo Carneiro (2006) quanto ao conhecimento teórico-conceitual destaca-se:

- a *compreensão de ambiente* como conjunto de inter-relações (interações, interdependências, inter-retroações) dos seres humanos entre si (meio social) e destes com a natureza não-humana (meio natural), num contexto espaço-temporal mediado por saberes locais, tradicionais e científicos.
- um *reconhecimento* do mundo a partir dos princípios fundamentais da vida (princípios ecológicos),²⁴ das leis-limite da natureza (processos entrópicos, morte)²⁵ e da cultura (finitude de padrões epocais) e, nessa perspectiva, apreender o *ambiente* como potencial ecológico.
- a apreensão unitária da *vida na terra*, interligada por *redes biológicas* (de redes metabólicas intra-celulares a teias alimentares de ecossistemas) e *redes sociais* (comunicação, simbólico-culturais e de funções diversas, inclusive de poder), as quais, se receberem perturbações significativas, podem desencadear múltiplos processos de realimentação, produzindo surgimento de uma nova ordem (mudanças inovadoras) ou um colapso de estruturas existentes.
- a *problemática socioambiental* em suas *multi-dimensões* (geográficas, históricas, sociais, ecológicas, econômicas, tecnológicas, políticas etc.) e *complexidade* (inter-relações de componentes/elementos do meio), a visão fracionada dos problemas dificulta e impossibilita a compreensão reflexiva dos mesmos.
- O fato de que a realidade socioambiental não é facilmente legível, incluindo a incerteza do real;
- O entendimento de sustentabilidade socioambiental como racionalidade orientada por novos valores e saberes, em vista de uma gestão político-econômica criteriosa das potencialidades e limites dos recursos naturais,

desde âmbito comunitário à globalidade do Planeta, sob aspectos ecológicos, sociais, culturais e tecnológicos, em vista do bem estar e da qualidade de vida das pessoas sem comprometer as gerações futuras;

- A interdisciplinaridade, como articulação integradora de diferentes disciplinas e saberes sociais (locais, tradicionais e populares) na construção partilhada do conhecimento frente a problemas socioambientais, comportando a desconstrução do pensamento disciplinar.

Ainda de acordo com este mesmo autor, no âmbito dos fundamentos metodológicos da EA crítica, podem-se apontar algumas orientações ao processo educativo. Antes de tudo urge, a construção de uma nova linguagem pedagógica de educação do pensamento capaz de raciocinar a complexidade ambiental. Para isso, dentro de uma perspectiva sistêmico-relacional, sob o enfoque crítico-social, com abertura das incertezas, incorporando simultânea reflexão e gerando a partir da complexidade do mundo, novas capacidades socioambiental.

A EA crítica demanda, fundamentalmente, a formação inicial e continuada de educadores, sob a perspectiva interdisciplinar com uma orientação de uma prática avaliativa processual e contínua baseada em três aspectos: centrando-se nas mudanças e ações pelos alunos, adotando enfoque multi e interdisciplinares nas práticas educativas e focando interações entre educadores-alunos.

Carvalho (2004) retrata o que é o ambiental na educação ambiental e confere o atributo crítico qualificando a educação ambiental como educação ambiental crítica. Cada um desses movimentos, tanto ambiental como a crítica, tem diferenças e, portanto, institui modos de compreender e fazer educação desde a perspectiva ambiental.

A autora discute que o adjetivo *ambiental* foi ganhando valor *substantivo* no caso da educação ambiental uma qualidade que não pode ser facilmente descartada sem o prejuízo da identidade do que hoje reconhecemos como educação ambiental. Contudo, de tempos em tempos vemos retornar os argumentos contrários a denominação de educação ambiental enquanto um tipo de educação. Trata-se do velho argumento de que “toda educação é ambiental, assim, toda educação ambiental é simplesmente, educação”. A educação constitui uma arena, um espaço social que abriga uma diversidade de práticas de formação de sujeitos. A afirmação desta diversidade é produto da história social do campo educativo, onde concorrem diferentes atores, forças e projetos na disputa pelos sentidos da ação educativa. Por isto, por mais que se argumente que a idéia de educação inclui a educação ambiental, dificilmente se poderá reduzir toda a diversidade dos projetos educativos a uma só idéia geral e abstrata de educação.

Uma vez situada a educação no âmbito ambiental é necessário estabelecer que caminhos teórico metodológico, mas é um passo insuficiente para estabelecer aspectos metodológicos e avançar na práxis para poder em prática as ações, os projetos, ou seja, o posicionamento político-pedagógico. Assim, torna-se necessário situar o ambiente conceitual e político onde a educação ambiental pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade (CARVALHO, 2004).

A educação crítica tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação. No Brasil, estes ideais foram constitutivos da educação popular que rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos, convocando a educação a assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos. Paulo Freire,

uma das referências fundadoras do pensamento crítico na educação brasileira insiste, em toda sua obra, na defesa da educação como formação de sujeitos sociais emancipados, isto é, autores de sua própria história. As metodologias de alfabetização baseadas em temas e palavras geradoras, por exemplo, buscam religar o conhecimento do mundo à vida dos educandos para torná-los leitores críticos do seu mundo. Inspirada nestas idéias-força que posicionam a educação imersa na vida, na história e nas questões urgentes de nosso tempo, a educação ambiental acrescenta uma especificidade: compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais.

Falar de Educação ambiental e nos seus princípios e não falar de Paulo Freire é algo que quase impossível. Todos os princípios teóricos metodológicos da EA que advêm dos princípios marcados pelas idéias defendidas de Paulo Freire. Para o autor a educação ela é sempre política, não existe educação que seja totalmente neutra, sobretudo vivendo em uma sociedade em que convivem segmentos da população com interesses opostos e contraditórios, é impossível uma educação que seja única e que sirva para todos os grupos sociais. Coloca em discussão a conscientização política do sujeito-educando para a transformação social como principio educativo (TOZONI-REIS, 2006). Dermeval Saviani em 1943 também foi uma dos importantes teóricos da pedagogia crítica, entendendo a educação como instrumento de formação humana para a transformação social. Para a Pedagogia crítica a função da educação é a instrumentalização dos sujeitos sociais para uma prática social transformadora.

Ao afirmar que a educação é política, Paulo Freire fazia questão de dizer que não é partidária. Os partidos políticos propõem formas diferentes de transformar ou conservar os privilégios da sociedade. Reduzir a educação aos limites partidários

seria empobrecê-la, não atendendo ao objetivo de “ser mais” que os seres humanos buscam ao se educarem (BARRETO, 2004).

Tendo nascido numa sociedade fortemente marcado pelo autoritarismo, Paulo Freire se tornou desde o princípio um crítico a esta atitude que impede que as pessoas se assumam como sujeito da sua história. Assim dizia o autor, que a educação também tinha que ser baseada no diálogo.

Se a democracia é um processo, como já dissemos, e um processo de construção coletiva, a educação para democracia será também um processo, e será também coletiva. Nesse sentido, em colocar-se em atitude de abertura a mudança, em atitude de libertação, como dizia Paulo Freire. E ele acrescentava, comparando o processo educativo à libertação “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta a si mesmo: os homens se libertam em comunhão.” Assim, o educador ambiental se coloca numa atitude despojada, de aprendiz da democracia, de caminhante, de artesão. E juntos com o grupo partem para a descoberta como disseram os autores Leroy & Pacheco (2006).

Mas, no léxico do discurso da Educação Ambiental, palavras de ordem como liberdade, solidariedade, participação, emancipação, democracia, justiça ambiental, são atribuídos sentidos comunicativo e motivador que, em sua maioria, efetivamente não têm, porque, como reflete Tristão, (2005). Diz a autora, “as palavras comuns, freqüentemente utilizadas nos discursos sobre a Educação Ambiental, começam a parecer sem sabor e a soar irremediavelmente falsas e vazias. Sabor e saber têm a mesma raiz etimológica. Precisamos resgatar o sabor do saber que está no desejo de mudar a vida” (p. 253).

Tristão (2005) elege três dimensões para analisar a EA recorrentes no discurso: a dimensão ética (a solidariedade), a dimensão política (a participação) e a dimensão

estética (reencantamento). A dimensão ética ambiental não se sustenta em uma ética antropocêntrica e individualista decorrente de uma concepção dissociativa de sujeito e objeto, de natureza e cultura e outras tantas dualidades que impregnam os campos do sentido do pensamento moderno. A dimensão política (participativa) retoma os princípios do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, que chama a atenção que a educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para transformação social. Neste sentido, a EA visa, justamente, a potencializar as ações coletivas e a fortalecer o associativismo para resgatar o sentido da despolitização da vida coletiva. E a terceira dimensão, a dimensão da estética é uma a concepção da natureza em uma dada época exerceu um papel decisivo sobre os intelectuais, artistas, pintores, poetas e músicos. Embora reconheça a importância de se fazer um resgate histórico sobre a estética, seja na arte, seja nas culturas, ou seja a história da natureza, mais que nada é a influencia desta dimensão na interação sociedade/natureza, o que Tristão (2005) chama de formas sensíveis de vida cotidiana.

A Educação Ambiental estética pode nos remeter à heterogeneidade e a tensões entre diferentes formas de sistemas da vida, de múltiplas interpretações das práticas locais cotidianas e de valorização das narrativas regionais.

Essa sensibilidade romântica, surgida no século XXI, que se opõe à visão iluminista, preconiza uma natureza universal, uniforme e mecânica, em que sociedade e natureza são regidas por determinismos e leis, resultando numa narrativa que incorpora concepções utilitaristas e egoístas da própria natureza. O ambientalismo nasce no bojo da contracultura que se opõe, justamente, a essa racionalidade (TRISTÃO, 2005 p 260).

As premissas teóricas em torno do diálogo de saberes entre educação e meio ambiente, nas suas múltiplas dimensões e como campo teórico em construção, têm sido apropriadas de formas diferentes pelos educadores ambientais, que buscam uma nova transversalidade de saberes, um novo modo de pensar, pesquisar e elaborar conhecimento, que possibilite integrar teoria e prática, destaca (JACOBI, 2005b). Para o autor, a Educação ambiental se insere no contexto de desenvolvimento que condiciona uma direção pedagógica e política. Uma educação baseada em princípios de solidariedade, igualdade, respeito às diferenças, por meio de formas democráticas de atuação, de maneiras interativas e dialógicas, que denominava de uma educação para a cidadania, na formação de sujeitos cidadãos. Trata não só da capacidade do indivíduo de exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, como ainda de assegurar a sua total dignidade nas estruturas sociais, explica o autor.

A argumentação do autor está no sentido de reforçar que as práticas educativas articuladas com a problemática ambiental não devem ser vistas como um adjetivo, mas como parte componente de um processo educativo que reforce um pensar da educação orientado para refletir a educação ambiental num contexto de crise ambiental.

A formulação de Leff (2001) nos permite enfatizar que este processo educativo deve ser capaz de formar um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades socioculturais.

Isto requer um pensamento crítico da educação ambiental, e, portanto, a definição de um posicionamento ético-político.

Para a vertente crítica, a educação ambiental precisa construir um instrumental que promova uma atitude crítica, uma compreensão complexa e a politização da problemática ambiental, a participação dos sujeitos, o que explicita uma ênfase em práticas sociais menos rígidas, centradas na cooperação entre os atores (JACOBI, 2005b p 244) e (CARVALHO, 2004a)

Segundo Gonzalez-Gaudiano, (2000) trata da complexidade da Educação Ambiental trata da complexidade da EA, sobretudo para sua institucionalização, partindo da idéia que, pois segue sendo um assunto marginalizado e isolado nos sistemas escolares, apesar dos acordos internacionais. Sinaliza o autor que o que se requer é um novo paradigma da educação ambiental, com ampla legitimidade política, sólidas bases epistemológicas e financiamento para investigação e capacitação docente. Por tanto o conflito está na medida de criar um suporte conceitual inovador que domine a complexidade inerente e multidisciplinar da temática ambiental.

As articulações da EA com a educação popular tem dado lugar a uma corrente latinoamericana com o nome de educação popular ambiental que estão nas chamadas pedagogias libertárias e representam um espaço de construção diferente que tem tido a educação ambiental convencional ou institucional.

De acordo com Gonzalez-Gaudiano (2000), na educação ambiental se articulam as proposta educativas de diferentes ambientalismo; é um campo onde se confrontam e complementam diferentes perspectivas e em que a corrente popular expressa sua convicção de que são os setores populares os que podem construir uma sociedade ecologicamente sustentável, politicamente democrática e socialmente justa.

Para Foladori & González Gaudiano, (2001) frente aos problemas ambientais em vários níveis, a educação ambiental se converte em um trabalho prioritário. Isso se converte em uma problemática de divergências e coincidências, principalmente

quando se refere aos conteúdos abordados na sala de aula que a maioria estão restringidos a ciências naturais. Os problemas ambientais dentro dos currículos em sua grande maioria estão reduzidos a problemas ecológicos e mutilam a articulação com o social. Para o autor, muitos deles estão mais orientados ao ensino da ecologia ou a conservação da natureza e outros estão orientados em relação entres os problemas ambientais e o desenvolvimento econômico e entre os dois, existe um leque de possibilidades intermédias, mas onde em geral, as responsabilidades específicas sobre as causas dos problemas caem em um indiscriminado todos somos responsáveis.

La Educación Ambiental (E.A.) tiene sus orígenes en preocupaciones conservacionistas que proponían la inafectabilidad de los recursos y condenaban a un desarrollo cero a los países del sur. Sin embargo, pronto quedó claro que la conservación por sí misma era inaceptable en momentos en que se condenaba la devastación de los recursos por individuos que no tenían otra alternativa de sobrevivencia. En ese contexto, la Educación Ambiental se concibe como una dimensión que debe integrarse en las propuestas educativas dirigidas a la sociedad. La definición de Unesco incluía como algunas de las necesidades de la E.A. las de reconocer valores, aclarar conceptos y fomentar actitudes y aptitudes, con el fin de comprender y apreciar las interrelaciones entre el hombre, la cultura y el medio (GUILLÉN, 1996, p 18).

A Rio-92 foi considerado um marco histórico para o debate ambiental no mundo e marcou uma mudança conceitual no que se denominava educação ambiental até este momento. Aspectos como a segurança alimentar, a pobreza, o turismo sustentável, a qualidade urbana, as mulheres, o meio ambiente e o desenvolvimento, a saúde ambiental e a gestão de resíduos sólidos, assim como os temas mais relacionados à conservação das espécies, ou mudanças climáticas, foram temas de interesse bastante relevantes para a educação ambiental. No

entanto, a educação ambiental passa neste momento a se aproximar de outros temas que se relaciona com direitos humanos, equidade e democracia. Então há uma mudança de paradigma conceitual, como apresenta (TILBURY, 2001).

A partir daí foram elaborados muitos documentos reforçando a necessidade de uma educação ambiental que transcendesse os limites da educação formal, ou seja, os espaços escolares. Para a Tilbury (2001), isso passou a ser uma necessidade a partir da Conferencia de Tesalónica, com o objetivo de reestruturar a educação formal, incluindo a não formal, fazendo um chamado aos setores da educação publica e a comunidade com o propósito de educar para o desenvolvimento sustentável. Esta necessidade de fortalecer e compartilhar a responsabilidade de educar para estilos de vida sustentáveis entre um amplo leque de outros grupos sociais.

....es claro que La educación ambiental trasciende los límites de la educación formal. Los comercios y las asociaciones de profesionales, así como el sector voluntario, tienen papeles vitales en continuar la capacitación y la educación ambiental. El desarrollo sustentable incluye a la sociedad en su conjunto (TILBURY, 2001, p 67).

Segundo a autora, ela destaca que existem 4 componentes chaves para a ampliação da prática da educação ambiental para este novo século, demonstrando como se resignificou o seu conceito. São eles: temas sobre o desenvolvimento sustentável, educação socialmente crítica, processos participativos e organizações para a mudança. É a “la nueva visión de la educación, la concientización pública y la capacitación son elementos clave para alcanzar el desarrollo sustentable.”

(TILBURY, 2001). Assim conclui a autora que a educação ambiental é um processo de inclusão como meta principal das suas ações.

A estreita relação entre os problemas sócioeconômicos e ambientais vem sendo claramente desvendada segundo Orellana (2001). A crise ambiental é cada vez mais reconhecida antes que nada como uma crise social reitera a autora. A pulsão da vida se enfrenta a um modo de organização e de funcionamento da sociedade que coloca em perigo a própria existência da vida. Frente a esta situação, a autora enfatiza, que todos os membros da sociedade e particularmente os jovens, atores do presente e do futuro se vêem confrontados a desafios de grande envergadura que exigem tomar novas responsabilidades. Neste contexto a educação constitui uma das armas mais poderosas para modelar o futuro, para mudar o mundo. Assim nessa perspectiva a educação ambiental, a aquisição de conhecimentos não é mais concebida com um processo de transmissão, e sim como um processo complexo de construção de saberes, donde existe uma interação dos conhecimentos individuais e coletivos, cotidianos e empíricos e científicos, num marco social e histórico. “ La crisis del ambiente, que es una súper crisis mundial, exige Um nuevo abordaje para la educación ubicando a la educación ambiental como una dimensión de la educación.” (TOZONI-REIS, 2006^a, p.75).

A EA propõe pensar nos problemas ambientais como uma dimensão das múltiplas atividades humanas e como produto das formas sociais de desenvolvimento. Impulsiona o repensar social, buscando novas formas de relacionar-se com o meio ambiente. A EA promove pedagogias que fazem uma nova leitura da realidade, para redescobrir, conhecer, compreender, apreciar o meio de vida, aprendendo a atuar como parte responsável deste, contribuindo a construir um mundo sano, para as gerações presentes e futuras, de acordo com (ALZATE, 1995).

Neste sentido, espirando-se em Freire, quem percebe a toma da consciência da dimensão ambiental, a construção do conhecimento significativo e sócio culturalmente pertinente, como uma ação ética com uma conotação libertadora, crítica e renovadora em busca de uma criação e desenvolvimento de vínculos mais responsáveis e harmonioso com o meio ambiente (GOUGH, 1993). A corrente contemporânea socialmente crítica da educação ambiental adota esta postura integrando os enfoques experimental, holístico, sistêmico, interdisciplinar e cooperativo.

En el marco de una línea crítica, muchos autores coinciden en que el escenario de la discusión de la ecología como movimiento social, es la crisis civilizatoria y la crisis de los referenciales epistemológicos, filosóficos y políticos que viene sustentando la modernidad. De ahí que en el campo concreto de la educación ambiental debemos discutir la relación entre la sociedad y el ambiente, a partir de que la educación ambiental es también y ante todo educación, educación en sus varias dimensiones (TOZONI-REIS, 2006bp 78).

No campo específico da educação ambiental, a relação entre cidadania e ambiente também é discutida por Garcia (1993) que coloca como tarefa da educação ambiental a participação política para a transformação social, como um resultado da apropriação crítica e reflexiva dos conhecimentos sobre os problemas ambientais, o que poderá garantir os espaços de construção e elaboração de valores éticos para uma relação menos predatória entre os sujeitos e entre estes e o ambiente.

Da mesma forma, Veiga-Neto (1994) em um estudo acerca dos problemas e perspectivas pós-modernas para a educação ambiental, destaca as relações entre o conhecimento técnico-científico, as propostas educacionais e as decisões morais sobre o ambiente como pontos de partida para a reflexão sobre a educação ambiental.

Neste mesmo sentido, outros autores definem a educação ambiental como uma ação destinada a reformular comportamentos humanos onde a conscientização é o processo educativo fundamental para assegurar um meio ambiente saudável para todos os seres humanos e todas as formas de vida. Muitos destes autores apontam ao enfrentamento da desigualdade social como função da educação ambiental, conferindo um caráter essencialmente político.

Reigota (1995) analisa alguns aspectos que considera importantes para fundamentar uma filosofia da educação ambiental. Partindo do pressuposto de que a educação ambiental é sempre realizada a partir da concepção que se tem o meio ambiente, estabelece a necessidade urgente e radical de uma mudança de mentalidade sobre as ideais que se acercam ao modelo de desenvolvimento. Critica algumas destas concepções, argumentando a favor do que se chama da teoria da complexidade. Este novo paradigma pode, segundo o autor, explicar as relações humanas e ambientais e recomenda tomá-lo como referência teórico-epistemológico para a educação ambiental.

Grun (1996) num estudo sobre os pressupostos epistemológicos da educação ambiental demonstra a impossibilidade, que considera radical, de que a ciência moderna possa oferecer um caminho epistemológico para a educação ambiental. A definição de um novo paradigma, para este autor, a maior preocupação da educação ambiental. E ainda acrescenta que a educação ambiental também é uma educação. A educação em suas varias dimensões, por tanto, é preciso considerar a formação do ser humano num espaço educacional mais amplo e no espaço educacional mais restringido – a escola. Nos ambos sentidos é preciso levar em consideração o caráter sócio-histórico do ser humano. Dessa forma, os teóricos que fundamentam as atividades de educação ambiental. Assim desde uma perspectiva histórica de

educação ambiental, os conteúdos educativos articulam natureza, trabalho, história e conhecimento, sem contar com valores e atitudes com respeito, responsabilidade, compromisso e solidariedade. Os conhecimentos técnicos científicos sobre os processos ambientais, só tem sentido como conteúdos educativos da educação ambiental si se ligam aos significados humanos e sociais.

Para TOZONI-REIS (2001)

La educación ambiental es una dimensión de la educación, es actividad intencional de la práctica social, que imprime al desarrollo individual un carácter social en su relación con los otros seres humanos, con el objetivo de potenciar es actividad humana tornándola más plena de práctica social y de ética ambiental. Esta actividad exige sistematización a través de metodologías que organicen el proceso de transmisión/apropiación crítica de conocimientos, actitudes, valores políticos, sociales e históricos (TOZONI-REIS, 2001, p 25).

Em uma abordagem emancipatória e crítica de EA, o diálogo, em tanto no conceito, recupera seu sentido original de permuta e reciprocidade, processo que permite a conscientização como resultado da relação com o outro, assim como o movimento coletivo de descobrimento da realidade – criação conjunta. A EA é definida como a práxis social portadora de processos individuais e coletivos que contribuem para a redefinição do ser humano; o estabelecimento de uma ética que repense o sentido da vida e da existência humana; a potenciação das ações que produzam estados distintos de consciência e de intervenção política; reorganização de estruturas escolares e a vinculação das ações educativas formais, não formais e informais em processos permanentes de aprendizagem e construção de conhecimento.

Em síntese, para Loureiro, (2003 e 2005) uma práxis educativa que é em si cultural e informativa, mas também fundamentalmente política, formativa e emancipatória e por tanto transformadora das relações sociais existentes. Ao dizer emancipatória, como um movimento coletivo e individual, de liberação consciente e de superação das formas de alienação e simbólica. Educar é emancipar a humanidade. A ação emancipatória é o meio pelo qual rompemos com o modelo vigente da sociedade e de civilização, num processo que parte do contexto societário em que nos movemos, do lugar ocupado por cada sujeito estabelecendo experiências formativas, escolares ou não, onde a reflexão crítica e a problematização, apoiadas em uma ação consciente e política que propicia a construção da sua dinâmica. Assim, arremata o autor que só existe democracia de fato em uma sociedade formada por sujeitos emancipados, em condições materiais e racionais de livre escolha.

Segundo Morin (2001) ser consciente de que vivemos uma situação de emergência planetária, vai mais além: supõe haver compreendido que ditos problemas estão *estritamente relacionados* e se potencializam mutuamente, por que exigem um tratamento global.

Para Castillo (1999) da EA se espera que contribua para socialização e a realização de tais estratégias de uso, manejo e conservação dos recursos naturais, assim como, a conscientização das populações humanas sobre os problemas de meio ambiente, a importância da conservação e das possíveis formas de convívio em harmonia com a natureza. Concebida de maneira integral, a EA considera a formação de valores, atitudes e aptidões para a compressão das inter-relações entre o homem, sua cultura e o seu meio ambiente, reflete o autor.

Para os que preferem um resumo, a Coordenação de Educação Ambiental do MEC produziu o documento "Educação Ambiental", onde destacou, em uma das seções,

as principais características da Educação Ambiental sob a ótica de Tbilisi. São sete pontos que traduzem o "espírito da conferência ":

1) Processo dinâmico integrativo: a Educação Ambiental foi definida (...) como "um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir -individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais".

2) Transformadora: a Educação Ambiental possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do homem com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.

3) Participativa: a Educação Ambiental atua na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processos coletivos.

4) Abrangente: a importância da Educação Ambiental extrapola as atividades internas da escola tradicional; deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo ainda a família e a coletividade. A eficácia virá na medida em que sua abrangência vai atingindo a totalidade dos grupos sociais.

5) Globalizadora: a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.

6) Permanente: a Educação Ambiental tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se justificando

sua interrupção. Despertada a consciência, ganha-se um aliado para a melhoria das condições de vida no planeta.

7) Contextualizadora: a Educação Ambiental deve atuar diretamente na realidade da comunidade, sem perder de vista a sua dimensão planetária.

A publicação do MEC também destacou os princípios que foram listados na Recomendação nº 2 da Conferência de Tbilisi, e que até hoje são referência para quem atua no setor. Eles foram transformados em doze pequenos mandamentos, que podem guiar as "boas ações" de quem pratica educação ambiental:

1. **Considerar** o meio ambiente em sua totalidade: em seus aspectos natural, tecnológico, social, econômico, político, histórico, cultural, técnico, moral, ético e estético.
2. **Construir** um processo permanente e contínuo, durante todas as formas do ensino formal, desde o início da educação infantil.
3. **Aplicar** um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada área, de modo a se conseguir uma perspectiva global da questão ambiental.
4. **Examinar** as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional.
5. **Concentrar-se** nas questões ambientais atuais e naquelas que podem surgir, levando-se em conta a perspectiva histórica.
6. **Insistir no valor** e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional, para prevenir os problemas ambientais.
7. **Considerar** explicitamente os problemas ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento.

8. Promover a participação dos alunos na organização de todas as suas experiências de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de tomar decisões e aceitar suas conseqüências.

9. Estabelecer para os alunos de todas as idades uma relação entre a sensibilização ao meio ambiente e a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes, para resolver problemas e clarificar valores, procurando, principalmente, sensibilizar os mais jovens para os problemas ambientais existentes na sua própria comunidade.

10. Ajudar os alunos a descobrirem os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais.

11. Ressaltar a complexidade dos problemas ambientais (...), a necessidade de se desenvolver o sentido crítico, e as atitudes necessárias para resolvê-los.

12. Utilizar diversos ambientes com finalidade educativa, e uma ampla gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente, ressaltando principalmente as atividades práticas e as experiências pessoais.

Outra conclusão de Moscou, que confirma as propostas de Tbilisi, foi que "os objetivos da Educação Ambiental não podem ser definidos sem que se levem em conta as realidades sociais, econômicas e ecológicas de cada sociedade ou os objetivos determinados para o seu desenvolvimento; deve-se considerar que alguns objetivos da Educação Ambiental são comuns à comunidade internacional." O comentário do professor Genebaldo a este respeito tem o tom de recado. Ele avisa que: "não há uma receita para se elaborar um programa de educação ambiental para uma escola ou comunidade; ela dependerá das suas peculiaridades, do seu contexto sócio-ambiental-cultural e político (...). A EA tem suas grandes linhas de orientações (Tbilisi). A partir dali, traçam-se as prioridades nacionais, regionais e

locais; desenham-se as suas estratégias e recursos instrucionais que deverão ser utilizados."

Os educadores devem estar preparados para reelaborar as informações que recebem e dentre elas as ambientais para poder transmitir e decodificar para os alunos a expressão dos significados em torno do meio ambiente e da ecologia de múltiplas determinações e intersecções. A ênfase deve ser a capacitação para perceber as relações entre as áreas e como um todo, enfatizando uma formação global/local, buscando marcar a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades. Assim, a educação ambiental assume, de maneira crescente, a forma de um processo intelectual ativo, enquanto aprendizado social baseado no dialogo e interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que se originam do aprendizado da sala de aula ou da experiência pessoal do aluno (JACOBI, 2005b).

No entanto é impossível falar de educação ambiental com esta vertente libertária sem fazer a conexão com a educação não formal. Talvez atualmente é no ensino não formal que mais tem absorvido e exercido o espírito desta EA que estamos refletindo e desejando em todos os espaços.

Cabe ao ensino não formal processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e

pela mídia, em especial a eletrônica etc. A educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.

Segundo Gohn (2006) há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. E esse é um dos objetivos que busca da EA que queremos e que buscamos, na construção dos espaços de participação como estruturas educadoras. Estas estruturas trazem em si características educativas, mas é preciso trazer a intencionalidade ou seja, a intenção de propiciar aprendizagem.

A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.

A educação não-formal tem outros atributos: ela não é, organizada por séries/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do empowerment do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo (Gohn, 2006).

Ao analisarmos as possibilidades de participação da comunidade educativa em uma

escola, articulando-a aos processos de aprendizagem não-formal que os métodos de gestão participativa desenvolvem, não podemos deixar de tecer algumas considerações sobre as estruturas de participação que já existem no interior das escolas, a exemplo dos distintos e diferenciados colegiados e conselhos. Nos conselhos se entrecruzam necessidades advindas da prática da educação formal/escolar, com a educação não-formal, principalmente no que se refere a participação dos pais e outros membros da comunidade educativa nas suas reuniões.

Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.

O aprendizado das diferenças; aprende-se a conviver com demais; socializa-se o respeito mútuo; adaptação do grupo a diferentes culturas, reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, trabalha o “estranhamento”; construção da identidade coletiva de um grupo; balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente, são características específicas da educação não formal e portanto estas características que devem ter os espaços de participação da juventude desempenhando o papel estruturas educadoras. E com base nisso estes espaços criados para participação da juventude, são considerados como estruturas de formação e, portanto funcionam na prática como educação não-formal que

completadas com as escolas, ou seja, com os espaços formais viabilizam mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo, afirma Gohn (2006).

É preciso olhar com mais atenção as estratégias de formação desenvolvidas pela sociedade civil organizada no campo da educação não formal, para que a escola possa entender que há neste outro espaço um novo modelo civilizatório com o qual se pode relacionar e complementar o modelo convencional de educar.

A existência destes conselhos, coletivos, comissões, redes etc são urgentemente necessários, no entanto não são suficientes para que exerçam sua função educadora. É necessário uma preparação contínua, permanente de atividade de reflexão e ação e que seja um projeto político pedagógico capazes de formar cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com particularismos, é retomar as utopias e priorizar a mobilização e a participação da comunidade educativa na construção de novas agendas.

2.3.1 – A Década da Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável (2005 - 2014)

Com já discutimos anteriormente, “toda educação é para algo”. De fato, nos últimos anos temos a necessidade de adjetivar a educação em função dos valores ideais e de metas sociais, como que se educação por si mesma não fosse capaz de transcender a suas propostas e, sobretudo em dar respostas aos problemas que no afetam no nosso cotidiano.

Dentro dessa discussão conceitual e da diante da crise ambiental que se instalou mundialmente, e também pós cumbre realizada no Brasil em 1992, a teoria e pratica da educação ambiental surgiu mais um termo que levanta algumas reflexões, a educação para o desenvolvimento sustentável.

Não obstante, apesar do chamado feito pelos encontros internacionais, a educação não estava acompanhando a estes chamado, ainda se educavam aos jovens dentro de uma concepção reducionista dos problemas locais sem fazer alguma referência aos problemas mundiais, em resumo fazia falta uma visão coletiva do mundo. Os chamados das Cumbres pediam para que os educadores e educadoras educassem a cidadãos conscientes da grave situação emergência planetária e que estivéssemos preparados para o enfrentamento destes problemas e para a tomada de decisões (GIL PEREZ et al, 2006 e GUTIÉRREZ, et al 2006).

O “Libro Blanco” da educação ambiental em Espanha Calvo y Corrales (1999, p. 23), sinaliza que o conceito tem o acerto de esboçar uma filosofia e de apontar uma direção geral de atuação que pode ser útil, destacando como pontos básicos os seguintes:

- Deixa clara a necessidade de conservar os recursos naturais.
- Assume a existência dos limites físicos que fazem impossível o crescimento sem fim.
- Enfatiza a necessidade de alcançar objetivos sociais (satisfazer as necessidades da geração atual e das futuras), em lugar de objetivos individuais.
- Está inspirado na solidariedade intra e intergeracional.

Passados 10 anos, na segunda Cumbre da terra, em Johanesburgo em 2002, se compreendeu uma necessidade de campanha intensa de larga duração. Surgiu a idéia da Década para o Desenvolvimento Sustentável destinada a participação de

todos os educadores na formação de uma cidadania atenta a situação do planeta. E que estivessem preparados para as tomadas de decisões (GIL PEREZ et al., 2006).

Segundo a UNESCO La educación para el desarrollo sostenible (EDS) es una propuesta educativa que pretende contribuir a los necesarios procesos de cambio sociocultural para construir un futuro sostenible". Este movimiento surge en el ámbito global, lo que significa que su desarrollo conceptual y su agenda han sido promovidos en conferencias y en foros internacionales por agencias multilaterales tales como la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y la Unión Mundial para la Naturaleza (HERNÁNDEZ RAMOS & TILBURY, 2006, p 100) .

A proposta da EDS suscitou controvérsias e críticas por parte de alguns setores vinculados com o campo da educação ambiental. Um dos aspectos que se destaca freqüentemente como problemático dentro da EDS é o conceito de desenvolvimento sustentável ou algum outro relacionado com ele, tal como é o caso da sustentabilidade. Conceito esse que até os dias atuais estamos buscando um entendimento dentro do contexto e diante das diversidades de lógicas. Segundo Hernández Ramos & Tilbury (2006, p 102):

Uno de los problemas que señalan los que se inscriben dentro de la perspectiva de la eds es el de que la práctica de la EA se ha centrado por lo general en el estudio de la naturaleza, y que en la práctica hay pocos casos en los que se manifieste una educación ambiental con las perspectivas «críticas» y con la visión integradora necesaria para contribuir a los cambios que la actual situación mundial.

Como é um conceito que ainda está em construção recebeu muitas críticas no início. Há uma mística em torno do conceito que precisa ser desvendada antes que se perca de vista a noção de "contradição", inerente à sua concepção e

aplicabilidade. Desconfia-se, ainda, que tal noção seja usada para ocultar interesses e premissas, do modo capitalista de pensar que é: assegurar maior lucratividade, sem resistências, custos sociais e ambientais (ANJOS, 2005).

Desde essa década, muitas vozes críticas haviam lançado a chamada precaução e a observação dos limites naturais no nosso sistema. Desde então, a sustentabilidade ambiental ou ambientalmente sustentado tem estado na mente e é demanda de quem advertem o mundo da crise ecológica e da irreversibilidade dos processos que certas produções e consumo têm gerado.

Qualquer que seja o conceito de desenvolvimento sustentável que se tome como de referencia, a formulação da proposta de desenvolvimento sustentável supõe um ponto de ruptura ao modelo de predominante de desenvolvimento, por incorporar três premissas fundamentais segundo Erias Rey & Campana Galo (2007). São elas: em primeiro lugar integra os conceitos de desenvolvimentos, de qualidade de vida e de bem estar social; segundo lugar defende uma maior distribuição da riqueza, tanto intergeracional como intrageracional e em terceiro lugar propõe que o uso racional dos recursos naturais é uma condição básica para assegurar a habitabilidade do planeta a longo prazo.

Não obstante, são muitos os que rejeitam esta associação, e que destacam que o binômio desenvolvimento sustentável, constitui uma contradição, uma manipulação dos desenvolvimentistas, dos partidários do crescimento econômico, que pretendem fazer acreditar com sua compatibilidade com a sustentabilidade ecológica (NAREDO, 1998).

Para outros, o conceito de desenvolvimento sustentável, não passa de uma utopia, de um não lugar, definida como uma sociedade situada numa abstração do tempo e do espaço tem sido entendida como aquilo que não se consegue, que não se

alcança, e aqueles que pensarão e lutaram por construí-la são recordados com desprezo, com pobres iludidos, utópicos. Mas hoje, com todas as maquinarias do mercado, a globalização, e o neoliberalismo em vigência, com a ideologia derrubada, com a degradação ambiental e a perda dos valores, onde vamos chegar? Onde se pode ir a força juvenil sempre cheia de ideais e desejos de mudanças? É preciso construir uma nova utopia, essa realizável. Ou seja, um futuro possível e desejável que incluía os elementos do conceito, ainda confuso desenvolvimento sustentável, mas que nos dê rotas de ação coletivas (SOLÍS TRELLEZ, 2000).

A educação ambiental e a construção dessa nova utopia, tem muito que recorrer neste processo, mas a esperança do futuro se liga ao fato de que, em efeito, a educação ambiental é feita para nós mesmos, um campo de construção que podemos desenvolver de maneira social e coletiva.

Este campo para construir conjuntamente tem o núcleo fundamental sobre o que devemos enfatizar muito especialmente: a construção do saber ambiental. O processo para a construção deste saber requer um esforço investigativo que permita unir as disciplinas de maneira criativa e construir conhecimento desde a perspectiva social e natural; que impulsiona os processos inovadores e altamente criativos que propõe recriar cenários presentes, transformando-os a visão de futuro que queiramos compartilhar em uma nova sociedade. A educação ambiental tem um objetivo fundamental. Não pode ser só uma ponte entre as disciplinas ou um instrumento de gestão ambiental, ou um simples tradutor de conhecimento técnico para a população em geral.

A preocupação dos especialistas do papel da educação para a sustentabilidade reflete no lançamento da Década da Educação e Desenvolvimento Sustentável

pelas Nações Unidas designando a UNESCO à agência responsável pela promoção e implantação do programa. Mas em concreto se concede um papel determinante na definição de normas de qualidade aplicáveis a educação para o desenvolvimento sustentável, reorientando seus programas aos câmbios necessários na promoção desse desenvolvimento, de acordo com Caride Gomes (2005).

Como destaca a UNESCO:

El Decenio de las Naciones Unidas para la educación con miras al desarrollo sostenible procura promover la educación como fundamento de una sociedad más viable para la humanidad e integrar el desarrollo en sistema de enseñanza escolar en todos los niveles. El Decenio intensificará igualmente la cooperación internacional a favor de la elaboración e la puesta en común de prácticas, políticas e programas innovadores de educación para el desarrollo sostenible. En esencia, la Década de la Educación para el Desarrollo Sostenible se propone impulsar una educación solidaria que contribuya a una correcta percepción del estado del mundo, que sea capaz de generar actitudes y compromisos responsables, y que prepare a los ciudadanos para una toma de decisiones fundamentadas dirigidas al logro de un desarrollo culturalmente plural, socialmente justo y ecológicamente sostenible, que supere las posiciones antropocéntricas clásicas y que esté orientada a la búsqueda de modelos más comprensivos e inteligentes de interacción con los ecosistemas¹¹.

Esta mudança de modelos requer ações e instrumentos diversos que transformem nossas atitudes, nossos estilos de vida, nossos padrões de participação social, e nossas concepções sobre os instrumentos sociais e sobre as formas de fazer política. A provocação que tem a Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EADS) e para a investigação educativa ante estas questões é o de abordar diagnósticos amplos que permitam objetivar os avanços e avaliar os resultados das ações a curto, médio e longo prazo. As ações de alfabetização ambiental não têm por que ser estritamente individuais nem estar limitadas à

¹¹ www.oei.es/decada/accion004.htm.

intervenção escolar, porque os marcos de referência da sustentabilidade exigem intervir das coordenadas da sociedade do conhecimento, e da multiplicidade de contextos profissionais, sócio-políticos, empresariais, associativos e não governamentais de cada território (GUTIÉRREZ, BENAYAS, & CALVO, 2006)

No entanto, para Gil Perez et al. (2006) esta década poderá contribuir na medida em que para aqueles que já trabalhavam com a sustentabilidade de diversos âmbitos, saibamos convertê-la em um instrumento comum e compreendamos que se trata de uma iniciativa que não entra em competição com nada, ao contrário, pretendem conectar e difundir todas estas ações que potenciem para gerar novas iniciativas para lograr a atenção a situação de emergência planetária.

Para Vilches et al (2007), se necessita um esforço sistemático para incorporar a educação para a sustentabilidade como um objetivo chave na formação de futuros cidadãos e cidadãs. Precisa-se um esforço de atuar, frente aos problemas da nossa sobrevivência como espécie, há de contemplar um conjunto de problemas e desafios que conformam a situação de emergência do planeta. Um dos desafios que temos é o caráter sistêmico de problemas e de soluções: a estreita vinculação dos problemas que se esforçam entre si e que tem adquirido um caráter global exige um tratamento também global de soluções.

Para Tozoni-Reis (2006a), a educação ambiental para sustentabilidade, capaz de atuar na formação de sujeitos sociais críticos, participativos, se pauta pela construção de uma sociedade em que a sustentabilidade seja entendida também como democracia, equidade, justiça, autonomia e emancipação. Isso significa superar a idéia de que a educação tem que promover a mudança de comportamento dos sujeitos em busca dos comportamentos considerados corretos, como um

adestramento ambiental ou como transmissão do conhecimento na perspectiva da educação bancária de Paulo Freire (1997).

Com antecedentes e com trajetórias que estão muito longe de ser comparáveis os três pilares do novo século tem encontrado diversos itinerários pedagógicos a os que dão lugar o decênio da EDS ou a estratégias em favor de uma cultura e de uma educação para sustentabilidade. Compartindo finalidades, destinatários e metodologias, insistem em fazer um chamado educativo e cultural para mudar tendências e valores que incidem no bem estar de todos os seres humanos, na integração sistêmica dos problemas sociais e ambientais no mesmo processo de reflexão- ação e na criação de uma cultura ambiental que reconcilie a os indivíduos e a sociedade tanto na natureza como entre eles mesmos. A EDS se concebe um conceito dinâmico que deve colocar valor todos os aspectos da toma de consciência do público, da educação e da formação para dar conhecimento ou para compreender melhor os laços existentes entre os problemas relacionados com o desenvolvimento sustentável, e para fazer evoluir os conhecimentos, as capacidades, os modos de pensamento e os valores, de maneira que possa criar cada um os meios de assumir a responsabilidade de criar um futuro viável e aproveitá-lo, como refletem os autores MEIRA CARTEA e CARIDE (2006).

Para este autor, ainda que tenha seus balances críticos, tanto a EA como certas interpretações do desenvolvimento sustentável estão na mesma onda.

La primera, en congruencia con su afán por activar una praxis pedagógica y social problematizadora (y transformadora) Del mundo, promoviendo una toma de consciencia crítica y sensible respecto del medio ambiente, de sus problemáticas y de los riesgos que comporta su deterioro para el conjunto de la humanidad; así como para la diversidad y la calidad de la vida; el segundo, por lo que conlleva de esperanza depositada en un modelo de desarrollo del que se dice que debe combinar e integrar diferentes características y dimensiones: económicas, políticas, culturales, ecológicas, tecnológicas, morales, demográficas, etc.(MEIRA CARTEA y CARIDE 2006 p. 62)

Podemos dizer que o discurso da Educação Ambiental tem sido aceitado como politicamente correto e que existem claros consensos com relação a sua inserção do espaço formal de ensino. No entanto, mais além do que se deve ser, se encontra a realidade educativa de muitas maneiras a aceitar novos paradigmas de estruturas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem o seu espaço no discurso, ainda que na leitura de muitos tomadores de decisões é mecânica e pouco comprometida.

O fato de estarmos inserido num sistema capitalista onde os interesses de poucos são prioritários é bastante complicado falar de educação para o desenvolvimento sustentável onde não há um equilíbrio das forças. A origem da palavra desenvolvimento implica em não desenvolver, e assim não chegar a um envolvimento de todos do coletivo. Mais um adjetivo para o problema básico do mundo que é a educação, não resolve e não acredito que chegaremos a uma sustentabilidade sócio ambiental.

Para Calatrava e Melero (1998) dizia que o grande desafio da sociedade atual, não só da Espanha , mas de todos os países era alcançar a sociedade sustentável. Para isso é imprescindível a colaboração de todos enfatizava o autor. “La meta de la sociedad sostenible parece estar lejos de los planteamientos actuales de muchos países en que los intereses económicos prevalecen sobre los valores éticos”, ressaltava os autores.

Enquanto estamos discutindo e refletindo conceitualmente o conceito, o “desenvolvimento” segue caminhando numa maré ao contrário da coletividade.

2.4 – A Educação Ambiental na União Européia

A União Européia em maio de 1988 adota uma resolução sobre matéria de meio ambiente, na que recorre alguns dos aspectos da estratégia para os anos 90, estabelecida pelo Congresso de Moscou e trata de influenciar os outros estados membros para que pratiquem a política educativa de acordo com eles e com os problemas ambientais comunitários e também respeitando os modelos e estruturas dos respectivos sistemas educativos.

Esta resolução tinha como objetivo principal incrementar a sensibilização dos cidadãos e assentar as bases para uma participação plenamente informada e ativa dos indivíduos na proteção do meio ambiente, com a utilização prudente e racional dos recursos naturais.

As medidas propostas se agrupam em dois grandes blocos de acordo com a competência de distintos estados membros ou das próprias instituições comunitárias. O primeiro caso é importante assinalar que a Resolução faz inicialmente uma chamada a conveniência de cada Estado que tomem em consideração as características regionais e as possibilidades de cooperação com os pais dos alunos, organismos locais e outras entidades antes de passar a enumerar as seguintes medidas que se devem adotar:

- Tomar em consideração os objetivos essenciais da educação em matéria de meio ambiente na elaboração dos programas de ensino e a organização de cursos interdisciplinares.
- Fomentar atividades extra-escolares nas que se podem colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos na escola sobre o meio ambiente.
- Adotar medidas apropriadas para desenvolver os conhecimentos dos professores na sua formação inicial e permanente.

- Empreender ações concretas para colocar a disposição dos professores e alunos o material pedagógico adequado.

Como medida adicional se recomenda também elaborar, aplicar e melhorar todas as questões sinaladas, mediante a realização dos correspondentes projetos piloto e de investigação.

No bloco das medidas competências das instituições comunitárias, encontramos propostas de inclusão da educação ambiental nas atividades e programas já em curso e outras destinadas ao intercambio de informação e a melhoria da documentação, destinados a professores e alunos.

Em um informe oferecido por um balance realizado, num contexto geral o principio favorável para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental, derivado de uma crescente sensibilização da opinião publica e uma reforma nas políticas de ensino que pretende incorporar a Educação Ambiental no sistema escolar, em distintas maneiras. Ainda revela o informe, que as tendências de incorporação da EA nos estados membros é bastante favorável, no entanto, existem importantes diferenças regionais e locais que em qualquer caso há que considerá-los e muito porra fazer. Em conseqüência a comissão européia se questiona sobre os meios de passar a Educação ambiental de uma atitude voluntaria a institucionalização de cada estado membro.

As ações propostas pela União Européia eram dedicadas ao ensino formal, quase que exclusivamente. Dessa forma, os estados membros começaram a organizarem para incorporação desta para passar de uma atividade voluntariado a institucionalização da Educação ambiental.

Considerando que há diferenças nos sistemas educativos e cada estado membro e a heterogeneidade, dificulta mas ao mesmo tempo estimula a adoção de

medidas e ações de desenvolvimento da política global de Educação Ambiental, mantendo, uns princípios e finalidades assumidas por todos os estados, sejam depois adaptados a realidade e aos sistemas educativos próprios. O que se pode notar nos informes é que os sistemas educativos mais centralizados é os que têm mais dificuldades a uma verdadeira integração da educação Ambiental, adaptando e incorporando com muito mais freqüência instrumentos diferentes da prática escolar cotidiana.

A Política Ambiental e a Educação na União Européia alguns estados tem adotados nos últimos anos planos nacionais de Meio Ambiente. É o caso dos Países Baixos, França, Inglaterra e Gales. Estes últimos com uma grande colaboração das organizações não governamentais. O mais importante é que estes planos têm derivado estratégias nacionais de caráter educativo, como complemento ao conjunto de medidas contempladas em cada caso.

A Espanha quase imediatamente depois da publicação da resolução comunitária realizou um seminário cujo objetivo era traçar as linhas básicas de uma estratégia Nacional para introdução no sistema educativo, que se encontrava o debate sobre desenhos curriculares e outros aspectos da reforma educativa.

Por outro lado, os projetos derivados do âmbito estadual, existem as iniciativas do âmbito regional, cada vez mais importante, sobretudo para Espanha que assistem a uma descentralização progressiva de suas estruturas político-administrativa, descentralização que leva, desde o ponto de vista da gestão educativa, a organização de ambiciosos programas de EA na totalidade das Comunidades Autônomas.

A integração da EA nos distintos sistemas educativos a grande maioria trataram de integrar os temas ambientais nos programas escolares, seguindo as

recomendações institucionais da Conferência de Estocolmo, em todos os níveis de ensino primário e em certas disciplinas. Já nos países baixos, foi mais além do ensino primário ou secundário, foi mais além para ensino agrícola e profissional.

Na Espanha a reforma educativa promovida pela nova Lei Geral de Ordenação do sistema educativo, é ambiental nos seus pontos gerais, baseados na descentralização da gestão educativa unida a uma inovação e melhora a qualidade de ensino, na autonomia dos centros e dos professores são a melhor garantia de uma futura integração da Educação Ambiental no sistema. E esta é considerada um tema transversal que deve impregnar a tarefa educativa no seu conjunto, nos diferentes níveis e com outros temas como saúde, consumo etc.

Para Díaz (1994) trata-se de um campo de conhecimento que:

- É um fato social complexo
- Repercute na vida cotidiana dentro e fora da sala de aula
- A necessidade de solucionar os problemas dentro do seu contexto social na que aparece a consciência coletiva da problemática
- Existe uma consciência social da necessidade de atuar sobre a educação para a cidadania.

No entanto, desde o ponto de vista da reforma administrativa da Espanha, o fato de que a EA esteja presente no currículo é condição necessária, mas não suficiente para que impregnem a ação educativa de um centro no seu conjunto. Para que isso seja factível é necessário que estas reflexões estejam no projeto Educativo, no projeto Curricular e nas programações de aula.

Foi a partir da Lei Orgânica de 1990 de ordenação do sistema geral educativo que país vem implantando progressivamente, no desenvolvimento curricular dos diferentes níveis educativos e incluem dentro dos seus objetivos prioritários a educação e a conscientização dos temas ambientais, com muita ênfase a partir da Educação Infantil, a primária até ao ensino de secundária (ESTEBAN IBÁÑEZ, 2001).

Segundo o autor, a lei de 99 estabelece que a EA deve ser um dos princípios educativos que devem orientar toda a atividade educativa. Como conseqüência, tanto o ministério de Educação como as Comunidade Autônomas deverão incorporar nos programas de ensino os conteúdos que recomenda a nova normativa e que deve está presente nas diferentes áreas como ensino transversal.

Comenta o autor que existem muitos professores realizando na aula desde muitos anos, atividades inovadoras de EA sem nenhum tipo de apoio das instituições educativas. Mas é importante ressaltar, diz o autor, a forma de ampliar os princípios da EA passa na incorporação a novos programas.

Quanto aos recursos se dispõe no conjunto de países da comunidade europeia de uma importante quantidade de materiais pedagógicos especificamente elaborados para a EA, assim como esforços de aproveitamento dos materiais produzidos desde diversas estâncias.

Na Espanha, paralelo a progressiva tomada de consciência da necessidade da educação ambiental, vem sendo desenvolvida proposta de atividades de numerosos órgãos da administração e também da iniciativa privada. A maioria das atividades é do sistema educativo e formal, pois se centra na população escolar. Vale ressaltar que estas atividades ainda estão reduzidas a sala de aula, e são poucos os professores que inserem o entorno dos centros educativos nas suas praticas. Foram

surgindo ao longo do tempo, alguns equipamentos como granjas escolas, campos de aprendizagem, os centros de interpretação, constituíram e seguem constituindo uma oferta muito atraente para todos os níveis educativos.

Para Pardo Diaz (1994), como característica geral se pode afirmar que a relevância que se atribui a EA na formação inicial dos professores constitui o reflexo real do seu grau de informação na própria formação de alunos. Em qualquer caso, a formação inicial dos professores na totalidade dos estados europeus é bastante reduzidos, apesar da evolução positiva reconhece que existem lacunas a ser superadas. Quanto a formação contínua ou permanente, por regra geral, a maioria dos estados organiza seminários a diferentes níveis, para promover a formação dos professores nos mais variados níveis e planos de ação cada vez mais ambiciosos. No entanto, este tipo de formação não chega atingir um numero importante de professores, devido ao seu carácter voluntário e a falta de incentivos.

No âmbito da gestão do MEC como nas comunidades autônomas, se busca um modelo que tende a reflexão sobre a prática diária em relação com as novas formulações do desenvolvimento curricular, adequada as especificidades de cada uma das etapas educativas em que se divide o ensino obrigatório na Espanha. Ressalta o autor, a importância da colaboração das instituições e associações neste âmbito e que estão cada vez mais imprescindíveis.

As associações (ou organizações não governamentais) os agentes externos a escola, constitui um denominador comum na maior parte dos Estados da comunidade, com algumas exceções na área mediterrânea, salvo a Itália. Esta colaboração se considera essencial e também decisiva na defesa do meio ambiente. Em geral, as associações propõem projetos concretos e populares pensados para serem desenvolvidos na escola ou no entorno.

Na Espanha o papel destas associações ou ONGs não tem sido muito relevante, apesar de um grande movimento naturalista e inovador dos princípios do século, que influenciaram na adoção das primeiras disposições conservadoras do meio ambiente. O freio ao trabalho das associações veio com a ditadura após a guerra civil e um intervalo que foi colocado para os movimentos sociais espontâneos. No final dos anos 60 aparecem na Espanha as primeiras associações conservacionistas como a seção espanhola da WWF, e muitas outras.

No conjunto da Comunidade europeia as associações se ocupam também outras atividades complementares tais como a sensibilização e formação em projetos de educação ambiental, organizações de encontros, reflexões etc.

Dentro das competências dos Estados membros, os esforços realizados pela comissão consistiu, em apoiar iniciativas concretas e em facilitar os intercâmbios de informação entre os diferentes estados membros. Houve uma série de atividades desenvolvidas pelos estados e sob as recomendações da comunidade europeia. Uma das ações que podemos destacar foi a integração da EA nos programas comunitários, como por exemplo: Intercambio de jovens: centenas de jovens europeus, puderam trabalhar em temas relacionados com o meio ambiente (contaminação dos rios, meio ambiente e desenvolvimento etc), participar de atividades de conservação, Neste intercambio se contou com a participação de jovens de vários países distintos da comunidade europeia.

Outra atividade realizada bastante interessante foi intercâmbios entre especialistas de EA. Também o intercambio de estudantes do ensino superior, programa ERASMUS, além da cooperação com universidades e empresas para a formação de novas tecnologias e outros.

Ademais podemos destacar ações na linha da melhoria na qualidade da informação, pois desde o primeiro momento havia necessidade da comissão de ter um diagnóstico ou um inventário ambiental para subsidiar os futuros trabalhos. Foram convidadas a realizar este estudo as universidades, os institutos, centros de ensino superior e publicaram um guia Europa destinada ao grande público.

Também foram realizados encontros internacionais promovendo a reflexão sobre o tema e também projetos de cooperação internacional.

Conclui Diaz (1994) as estratégias do desenvolvimento da EA nos diferentes estados europeus e sua maior ou menos integração nos sistemas educativos não é outra coisa que a aplicação e interpretação conceitual dada na Conferência de Tbilisi.

A transversalidade da EA vem portanto definida por duas dimensões, derivadas do próprio conceito de meio ambiente: a dimensão pedagógica ou de desenvolvimento curricular e a dimensão institucional. A primeira segundo Diaz (1994), tem o objetivo de levar a escola e aos futuros cidadãos do mundo princípios, valores e atitudes que estão na base da EA e os conceitos e procedimentos inerentes a uma problemática complexa de relações, ou seja, um novo paradigma.

A dimensão institucional da EA é conseqüência ou complemento do anterior, pois considera o sistema educativo como subsistema, junto com outros do sistema social. A EA assim pode assumir um importante papel na hora de abrir o sistema educativo para os outros sistemas, ambientalizando-os, além de facilitar uma reforma e inserir a dimensão social. Nota-se, de uma maneira geral, que a ênfase dada a inserção da EA é no ensino formal, e em poucos momentos faz mencionar na inserção da EA em outros espaços de formação.

Os meios de comunicação de massa também tiveram seu papel relevante deste momento, contribuiu com a expansão de informações para o desenvolvimento da EA.

Atualmente no contexto europeu, passado este período de maior sensibilidade a causa ambiental (1988-1989), e com muitas realizações, a situação segue sendo desigual entre os diferentes estados membros com relação a EA e aos sistemas educativos. Talvez agora com a mudança no sistema de ensino superior da União Européia, a unificação do sistema de ensino superior, dado o tratado de Bolonha de 1999, seja um caminho para igualar um pouco esta situação pelo menos no ensino superior.

A Espanha nos planos e estratégias de formação previstas aos professores supõe em certos casos uma considerável margem de autonomia do educador para que desenvolva estratégias curriculares criativas, que vão mais além da pura reflexão pedagógica, exigindo um posicionamento ético que oriente esta reflexão.

2.4.1 – A Educação Ambiental na Espanha

A Educação Ambiental na Espanha surgiu a partir da reação da própria sociedade. Diversos grupos da sociedade e coletivos foram sendo criados como resposta as agressões ao meio ambiente. E como vimos anteriormente foi impulsionada pela lei orgânica de 1988. Pouco a pouco, graças ao impulso destas pessoas especialmente preocupadas, a relevância internacional da matéria e a nova sensibilidade da administração democrática, a educação ambiental tem sido assumida por diversos departamentos educativos, de gestão ambiental e de juventude (CALVO ROY, 2006).

Durante a década de 80, especialmente na segunda metade, se intensificaram em Espanha as atividades de educação ambiental, promovidas e realizadas pelos governos autônomos, as prefeituras, os centros de ensino e as escolas oficinas, ministérios, universidades foram entidades pioneiras em iniciar sua atividade neste campo antes da década citada (CALATRAVA & MELERO, 1998).

Segundo Clemente Cubillas (1992) é evidente o atraso que padeceu a Espanha em termos da cultura ambiental em comparação aos outros países da comunidade Européia, que estiveram apresentando grandes avanços desta área durante esta época. Depois passa a contar com um Ministério que se dedica ao tema de meio ambiente e logo os governos autônomos nos últimos anos em sua maioria começaram a criar os departamentos específicos de meio ambiente, inclusive com atribuições a educação ambiental

Segundo o Libro Blanco a história da Educação Ambiental na Espanha cabe diferenciar 3 períodos:

O início era muito diferentes em cada comunidade Autônoma. O desenvolvimento das ações do campo de ensino formal e não formal era muito diversa e a transição definitiva coincide com a transição democrática e a abertura das associações que, no campo ambiental, tem uma importante participação no movimento ecologista e conservacionista. Vale ressaltar que no âmbito escolar o movimento de renovação pedagógica, desde o século XIX, já defendia por uma educação baseada na experiência do meio e a aproximação do alunado no seu entorno. Por ultimo assinala a grande contribuição das empresas, coletivos e cooperativas de educação ambiental, neste impulso inicial e posterior desenvolvimento no país.

O segundo período foi marcado pela fase de institucionalização, que foi nos anos 80 marcados pelo desenvolvimento dos estados das Autonomias e a expansão das

unidades administrativas de meio ambiente. São criados os equipamentos de Educação Ambiental como os centros de interpretação, atividades de iniciativas públicas e privadas, granjas-escolas e outros. Dois fatos também marcam esta época: a primeira foi as Jornadas de Educação Ambiental onde se realizou a primeira avaliação das atividades desenvolvidas até o momento e a segunda as Jornadas de Educação Ambiental onde já se nota uma maturidade sobre o tema. Outro fato bastante importante foi a lei de Ordenamento Geral do Sistema de Ensino (LOGSE) em 1990, que incorpora a educação ambiental como tema transversal, dentro do currículo em todos os níveis e isso se parece um reconhecimento oficial e um comprometimento dos professores com a área.

Segundo Calvo Roy (2006), neste momento se retoma os objetivos da reunião de Tbilisi, correspondente as seguintes categorias: consciência, conhecimento, comportamentos, atitudes e participação. A educação ambiental está incluída no currículo educativo, nos objetivos gerais de cada uma das etapas, mas não como disciplina e sim como área transcurricular que deve passar por todas as disciplinas de todos os cursos.

E o terceiro momento o que pode ser chamado de re-planejamento crítico, nos idos dos anos 90 pois começa a exigir critérios de qualidade das atividades e programas e assinala a necessidade de uma educação ambiental que chegue a toda a sociedade e que aprofunde nos princípios da sustentabilidade. Assim se situam num modo mais realista e menos ingênuo do papel da educação ambiental dentro do conjunto de recursos que dispomos para enfrentar a crise ambiental (CALVO ROY & CORRALES, 1999).

Neste momento inclui a educação ambiental na gestão ambiental. Os organismos de gestão ambiental se envolveram com a educação ambiental desde o final dos anos

70. As primeiras jornadas sobre o tema foi realizada em outubro de 1983 organizada pela Direção geral de Meio Ambiente Barcelona. Desde então, tem sido criados programas, atividades e os equipamentos até chegar um ponto na atualidade de praticamente todos os organismos de gestão das comunidades autônomas e muitas prefeituras contam com departamento de dedicado a educação ambiental. As atividades são variadas ainda que grande parte delas é para apoiar o sistema educativo. Para que a educação ambiental seja efetiva é necessário definir o seu papel dentro da política geral de cada departamento, ter claro os objetivos que se pretendem e realizar avaliações continua que permitam melhorar os resultados.

Destro das organizações governamentais sempre houve um grande interesse pela educação ambiental. Muitas associações juvenis do tipo considerado tradicional têm adotado o marco da educação ambiental, na hora de desenvolver suas atividades, como o movimento escoteiros, por exemplo, e outros como a Cruz Vermelha com grande aceitação dos seus sócios.

Muitas das associações ecologistas fazem atividades educativas, às vezes unidas às campanhas de denúncia sobre diversos problemas ambientais. No entanto, é uma atividade que necessita ser enraizado e melhor incorporado nas atividades destas associações se tornando algo mais institucional.

A situação atual da Educação Ambiental na Espanha pode constatar importantes alternativas. Desde as administrações, geral, autonômicas e local, os sistemas educativo e as associações de cunho social promovem numerosas atividades e programas com temáticas variadas que atinge mais a população e a mais diversa. Para a Susana Calvo a situação da EA na Espanha mostra uma grande riqueza e variedade, própria do tipo de atividade espontânea e criativa, ainda que muitas vezes desigual e muitas vezes precárias. Se investe cada vez mais recursos e

dinheiro na sua maior parte é público, onde se faz necessário um esforço de reflexão e redefinição que facilite uma boa distribuição destes recursos e seu alcance em toda sociedade.

A literatura sobre o tema tem tido um crescimento bastante significativo e tem sido consolidado um setor profissional ligado a desenho e produção de serviços e recursos de educação ambiental. Além de que, os novos promotores que se destaca da empresa privada que estão longe do mundo educativo, vem incorporando a idéia de criar equipamentos e materiais que envolvem a temática. Nas conferencias, jornadas e programas vêm sendo colocado a educação ambiental como um instrumento imprescindível para o desenvolvimento sustentável.

Posto que o meio ambiente é uma área transversal que abarca todas as ações humanas e o seu cuidado compete a todos os cidadãos, é necessário desenvolver políticas globais que impliquem a outros setores. Assim mesmo, se deve pensar em uma estratégia para a educação ambiental que nos permita aproximar aos diversos públicos os conhecimentos e sensibilização necessários para permitir a participação pública na melhoria das relações com o meio.

Para Calvo Roy & Corrales (1999) no “Libro Blanco” reconhece que o alcance da EA todavia é limitado e sua contribuição é escassa para a efetiva solução dos problemas ou seja com uma baixa eficácia.

Sin embargo, tras 25 años de reconocimiento oficial, y a pesar de su innegable expansión, hemos de reconocer el todavía limitado alcance de la educación ambiental y su contribución escasa a la resolución efectiva de los problemas. Lo primero se explica porque, durante mucho tiempo, ha predominado un enfoque muy parcial de la educación ambiental, centrado en los aspectos naturalistas y dirigido principalmente a dos grupos destinatarios: escolares y visitantes de espacios naturales protegidos (CALVO DÍAZ & CORALES, 1999, p 9-10).

Com relação a eficácia, comenta os autores que tem relação com a reduzida conexão da ação educativa, o mundo produtivo e a gestão ambiental. Enquanto que o conhecimento e a sensibilização sobre os problemas ambientais se ampliaram, não se produziu um avanço considerável, nem em sua prevenção nem na maneira de abordá-los. Assim, a degradação do entorno se agrava assim como as conseqüências sociais. Falta muito por fazer, em todas as facetas da gestão ambiental tais como: medidas de preventivas, criação de plataformas de participação popular, produção limpa, investigação e aplicação tecnológica e outros. E a criação de uma plataforma participativa e vias concretas de participação que permitem que a população ajude a decidir sobre o funcionamento da sua comunidade e suas conseqüências ambientais, fazendo responsáveis do seu futuro e do seu entorno.

O “Libro Blanco” também faz menção a carências entre as zonas urbanas e as zonas rurais.

Las carencias detectadas afectan de modo diferente al medio urbano y al medio rural. En las ciudades se necesita una reorientación de los programas educativos que los vincule estrechamente a la gestión urbana. En el ámbito rural, tradicionalmente desatendido por la educación ambiental desarrollada hasta hoy, hay que trabajar en la promoción de las prácticas que garantizan la conservación del paisaje y el uso sostenible de los recursos, y en la prevención de los problemas asociados a las actividades recreativas y turísticas (CALVO ROY & CORRALES, 1999, p 10).

Também é necessário fazer uma reflexão sobre a qualidade das iniciativas educativas que vem sido desenvolvidas durante estas décadas e reconhecer que nem sempre tem atingido ao objetivo principal. Desenvolvidos por instituições com objetivos pouco claros, ambíguos e impossíveis de avaliar. Com certeza que o voluntariado e a falta de experiência dos primeiros anos explicam muitas destas

deficiências, mas que hoje é necessário elevar o grau de exigência e o nível de eficácia, diz Calvo Roy (1999).

Com a década da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, o país teve que estabelecer uma nova estratégia de ação, uma nova estruturação que permitisse a chegar ao modelo de uma sociedade desejável.

A estratégia espanhola para educação ambiental é um instrumento que facilita a concretização de idéias para que possam ser convertidas em ações. Uma nova estrutura que permita a participação popular e a aproximação dos diversos setores da sociedade.

De acordo com Calvo Roy (2006) as dificuldades que podem encontrar para realizar uma estratégia de educação são as seguintes:

a) Complexidade conceitual

A falta de clareza no que se refere ao modelo desejável de relações com o seu entorno.

b) Complexidade organizativa

As dificuldades derivadas da mudança de modelo de um Estado centralista a outro autônomo e as diferenças entre os problemas ambientais e culturais das diversas regiões, que implicam em diferentes formas de valorizar o papel da educação ambiental.

c) A necessidade de investigações

Antes de fazer um programa de educação ambiental é necessário conhecer o setor social que está dirigido o programa: sua percepção como meio, suas necessidades e seus conflitos, para adequar as atividades e buscar o Máximo de eficácia nas ações. Além de que, importantíssimo desenvolver investigações do sentido da avaliação

destas ações ou de programas com o objetivo de retroalimentar a própria ação com melhoria a partir dos pontos observados na avaliação.

Os objetivos da estratégia são, segundo Calvo Roy (2006):

- 1) Realizar um esforço de reflexão e de consenso que nos dote d um instrumento flexível e ágil, nos quais contenham os princípios desafiadores da educação ambiental dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável.
- 2) Animar a todos os setores sociais a participar num esforço comum por melhorar nossas relações com o meio, fomentando a participação publica.
- 3) Dispor de um marco orientativo que organize e dê sentido a todas as atividades de educação ambiental que hoje realizam de forma dispersa e desordenada.
- 4) Promover a investigação sobre os comportamentos sociais e sua incidência no meio.
- 5) Definir grupos sociais quem necessitem de atenção preferente.
- 6) Racionalizar o financiamento de projetos e realizar avaliações necessárias para garantir o cumprimento dos objetivos previstos.

Tem muito por fazer, sobretudo para atingir o objetivo de conseguir a participação dos cidadãos na resolução dos problemas ambientais. Para atingir a este objetivo é necessário realizar um processo de reflexão o mais participativo possível, com a colaboração de todos os grupos de trabalhos e este processo é por si mesmo educativo e compromete os atores no futuro do programa.

Em 2006 se comentava em constituir uma comissão para preparar a estratégia formada por representantes de grupos cuja missão era elaborar a primeira versão do programa de EA e preparar as terceiras jornadas de EA, cujo ponto principal era debater essa versão. A partir daí abriria o debate para a sociedade, como os

sindicatos, os patronais, associações de profissionais e outros profissionais até o momento pouco envolvido com a temática.

De acordo com de Alba y Gonzalez Gaudiano (1997) quando dizia que tem muito que fazer pela Educação Ambiental, mas a esperança do futuro se relaciona ao fato de que a educação ambiental foi feita para nós, um campo de construção que podemos desenvolver de maneira social e coletiva.

Este campo para construir coletivamente tem um núcleo fundamental sobre o que devemos enfatizar a construção do saber ambiental. O processo desta construção deste saber requer um esforço investigativo que permita unificar as disciplinas de criativa e construir conhecimento desde as perspectivas natural e social.

A educação ambiental tem um desafio fundamental e contínuo, não pode ser um instrumento da gestão ambiental ou uma ponte entre as disciplina ou um simples tradutor de conhecimentos técnicos para a população geral. Mas deve estar na promoção e realização de estudos que permitem construir esse novo saber de maneira participativa, para sustentar os processos educativos futuros desejáveis.

Em fim, a educação ambiental aporta uma nova utopia (TRÉLLEZ SOLÍS, 2000).

CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS A CHAVE PARA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

3.1 – O Conceito do Estado e sua formação

Para compreendermos as políticas sociais públicas em geral, faz-se necessário colocar em evidência, também, o lugar de onde se originam tais políticas, quais seus propósitos e a quem se destinam, ou seja, deve-se ter clareza da concepção de Estado, em que princípios se baseiam e quais contornos ideológicos estão assumindo as ações do Governo num determinado período histórico e em determinada sociedade.

Segundo Furtado e Gutman (2010) a análise de políticas públicas traz à tona a necessidade de investigação do lugar do estado nacional, enquanto instituição criada para implementar políticas e programas que garantam de maneira “igual” o direito de “todos” e respeite as especificidades dos cidadãos inseridos em sua esfera territorial.

De acordo com Abad (2002) consiste justamente numa atividade a qual essa sociedade reflexiona e questiona a seriedade de suas instituições, e, portanto também por suas normas e comportamentos; é obvio que esta reflexão crítica e transformadora não se produz por um passe de mágica, nem tampouco de uma concessão generosa dos poderes hegemônicos, mas também surge do empoderamento dos setores subordinados, que reconhecem sua alienação, se apropriam da capacidade para mudar o seu destino, convertendo no seu antagonismo básico por mobilização social. O autor destaca que a política pública é a forma que se concretiza a ação do Estado. Mais na América Latina que a política

publica representa o que o governo opta por fazer ou não fazer diante da situação. No entanto se admite que se delega ao Estado a autoridade para unificar e articular a sociedade, as políticas públicas que são um instrumento privilegiado de dominação. Também se refere a política publica que se supõe uma ideologia de mudança social, que é explícita ou não na sua formulação.

Una política es pública en la medida en que su formulación compromete a las instituciones del Estado en su conjunto, que asume la responsabilidad de alcanzar las condiciones requeridas para su realización, y a los jóvenes, que aportan, toman decisiones y se comprometen con ellas. También compromete a la sociedad con sus diversas organizaciones y expresiones. Por ello se requiere de una rectoría política, es decir, el respaldo de un alto nivel técnico y la organizada participación del nivel ciudadano (KRAUSKOPF, 2005 p 143).

Apoiando-nos em Dallari (2003) entendemos o Estado nesse estudo, como uma instância capaz de agrupar um conjunto de instituições permanentes, órgãos que possibilitam a ação do Governo de acordo com o seu projeto político adotado.

São, portanto, essas instâncias que constituem o Estado, que darão o suporte e possibilitarão os diversos estratos e classes sociais receber e propor idéias aos governos e assim oportunizar a todos os mesmos direitos e deveres de cidadãos, numa democracia de fato constituída e não apenas de direitos formais perante a lei.

Hofllin (2001, p.31) enfoca a questão do conceito de Estado como:

Um conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras instituições que não formam um bloco monolítico necessariamente - e possibilitam a ação do Governo; enquanto o Governo é visto como um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade, (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

A formação do Estado no Brasil tem suas definições fundamentais nas raízes históricas que marcaram o início da civilização brasileira, e toma como contorno a projeção local do Poder do Estado Português, sendo este o modelo e seu ideal a ser seguido.

Antes, porém, de tratar da questão do Estado, faz-se necessário algumas referências à estrutura de poder até então vigente no período colonial-escravista durante o Império e finalmente no Brasil republicano, quando se pode falar em um Estado brasileiro e pode ser possível compreender melhor o tipo de Estado forjado a partir do esboço de sociedade, com uma estratificação social vivenciada na recém colônia portuguesa.

Assim, tivemos no período colonial escravista um tipo de relação de Poder instalado que esteve baseado na relação de uma estratificação escravista, cujos alicerces institucionais foram a “propriedade fundiária”, ou centrada nas relações entre o senhor da casa grande e o escravo da senzala.

No regime imperial o poder continua centrado na sede do poder e no grupo que compunham a corte portuguesa. Com a vinda da família real, surgem novos estratos sociais se fazem presentes e o poder se instaura na figura do imperador cercado pela fidalguia e aristocracia dos nobres lusitanos ou de brasileiros a ele vinculados por laços de casamento ou por atos de graça e vontade do Imperador.

A presença do poder patrimonial se torna mais presente nessa estrutura social emergente e o poder, no entanto muda de mãos saindo dos agentes coloniais para uma nova burocracia nativa, mas representantes do mesmo corpo de interesses classistas mantendo as mesmas características fundamentais da estrutura anterior.

Diferente do conceito de poder pensado por Parsons, como “capacidade generalizada para servir a realização das obrigações encadeadas pelas unidades

dentro de um sistema de organização coletiva”, o poder instalado no Brasil tanto na Colônia quanto no Império, se distanciava do entendimento de “obrigações coletivas” e se aproximava mais de poder como patrimônio.

A partir dos anos 30, com a chegada da industrialização no Brasil, um novo papel do Estado passa a ser desenhado, diferente daquele Estado patrimonialista. Esboça-se um sentido de Estado nacional diante da necessidade de proteger a economia nacional e se instala a política externa para atender essa tendência e a necessidade conjuntural.

O Estado brasileiro não se manteve apenas como Estado patrimonialista, ele se transformou ,evoluiu, e em cada momento histórico assumiu formas diferentes para manter-se com certa autonomia e redesenhar novas funções. Deu saltos qualitativos dos anos trinta, passando por uma revolução cultural, a chamada revolução de 30, que mudou a feição e a cara do Estado, e uma ditadura instaurando o Estado Novo em 1945, contraditoriamente com o mesmo governo que volta ao poder pelo voto popular, chega aos anos 50 com necessidade de expandir e acelerar a economia, anunciada na proposta do slogan, “crescer 50 anos em 5” no governo de Juscelino Kubitscheck.

O crescimento dos anos 70 teve certo sentimento nacionalista que acompanhou o desenvolvimento e expansão do capitalismo. Nesse período também e em pleno regime ditatorial militar, o Estado brasileiro contraiu uma enorme dívida externa que inviabilizou a capacidade de investimento tanto na economia quanto na área social.

Analisando o papel do Estado no Brasil e se tomarmos o conceito de Estado Liberal clássico, pode-se concluir que no caso brasileiro, o Estado deu saltos esteve ligado a modelos e regimes políticos que definiam seu papel a partir de interesses de grupo, mas não chegou a ser de fato o Estado na sua totalidade, na versão liberal

clássica, pois, sempre esteve atendendo interesses de grupos detentores de poderes e interesses específicos em detrimento dos interesses coletivos.

De acordo com Sorj (2001), diferente dos Estados europeus que tiveram na escola o principal instrumento ideológico do Estado Nacional, o Brasil não teve uma escola capaz de formar esse sentimento de amor, respeito ao Estado e aos símbolos nacionais.

A constituição de um Estado representativo burguês moderno num país de industrialização tardia, como o Brasil, é contraditória, e vem se manifestando desde os anos 50 e 60, nos governos desenvolvimentistas¹².

Freqüentemente, os estudiosos das teorias do Estado como Offe (1994), O Connor (1985), colocam a impossibilidade da definição do Estado como uma instituição neutra, dado seu caráter de classe pela definição das instituições, estruturas internas e externas criadas ao longo do desenvolvimento do Estado moderno, bem como suas políticas em geral, que representam os interesses do capital e sustentam relações imediatas de produção, muitas vezes intervindo e assumindo a própria “relação abstrata” de mercado.

O entendimento das políticas universalistas levanta a questão, de uma faceta atual da crise da sociedade moderna que é a problemática da desigualdade e da exclusão. A atuação do estado moderno para garantir a unidade nacional e o “bem comum” passa, necessariamente, pela implementação de políticas universalistas que atinjam tais objetivos. Para o entendimento destas políticas universalistas

¹² Política econômica adotada no Brasil baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infra-estrutura, com participação ativa do estado, como base da economia e o conseqüente aumento do consumo. O desenvolvimentismo é uma política de resultados, e foi aplicado essencialmente em sistemas econômicos capitalistas como no Brasil, no governo do Juscelino Kubitschek e no governo militar bem como na Espanha na época do franquismo.

levanta a questão, de uma faceta atual da crise da sociedade moderna que a problemática da desigualdade e da exclusão.

Cabe ao Estado, de acordo com Furtado e Gutman (2010) enquanto artífice da coesão social numa sociedade dividida em classes e pluricultural em termos de pertencas étnico-raciais, lingüísticas, sexuais, religiosas entre outras, manter a desigualdade dentro dos limites de não inviabilidade da integração subordinada.

3.1.1- O Estado e as Políticas Públicas

No percurso da história do Brasil e pela sua sociabilidade peculiar, a adoção de políticas públicas só foi acontecer já no limiar do século XXI, apesar das iniciativas ocorridas na década de 40-50, através de campanhas de erradicação do analfabetismo.

De acordo com Furtado e Gutman (2010) a formação da sociedade atual sociedade dita moderna é marcada por constituições e rupturas que incidem diretamente sobre a configuração espacial, econômica e política inauguradas nas primeiras fases de implementação do “novo” sistema de produção: O modo de produção capitalista. Segue o autor, que a consolidação da sociedade capitalista, impulsionada pelas grandes revoluções do século XVIII respalda o Estado o controle que vai desde a gestão dos territórios, como da organização do quantitativo populacional à implementação de políticas públicas. A formação dos estados nacionais por sua vez, apresenta na modernidade como a possibilidade de gerenciar a coisa publica.

As políticas públicas entendidas como a ação do Estado dirigida ao atendimento de uma demanda da sociedade através de seus programas implantados visando atingir

um determinado setor da sociedade com um fim específico, só podemos falar muito recentemente, dada as características da formação do Estado já comentada.

Para Hoffling (2001) políticas públicas são entendidas como ações do Estado por um determinado Governo num período também determinado e com fins específicos desse governo. Governo segundo essa autora significa um conjunto de programas e projetos que a sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Já as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à redução das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento econômico social de uma determinada formação social.

Subirats (1998), afirma que até o ano de 1975 a Espanha apresentava um déficit não só de investimentos em políticas sociais como não se podia falar em políticas públicas. Há, por essa razão, um déficit de análises, reflexões e estudos sobre políticas públicas como ação de governo, sua estrutura e suas funções.

Atribuem ao período franquista, os limites do sistema político implantado que atrasou e distanciou o país das coordenadas e das idéias de efetivar o Estado do Bem Estar Social, sinalizando que só apenas alguns setores da economia se aproximavam desse ideal.

A palavra política origina-se do grego e significa limite. Política, entretanto, compreendida no seu significado clássico ou moderno como adjetivo ligado a

“polis¹³” (politikós) que significa tudo que se refere à cidade e conseqüentemente ao cidadão civil, político e sociável.

Já Arendt (2003)¹⁴, afirma que políticas são entendidas como ações relacionadas com a condição humana, destinadas a determinados grupos sociais para atender suas demandas, cujas origens podem ser de governos centrais, regionais e locais, ou ainda podem surgir da iniciativa da sociedade civil.

Para Leite et al. (2006), o termo políticas públicas não refere-se necessariamente às políticas do Estado, mas pode incluir outras ações igualmente públicas originárias de instituições não-governamentais, movimentos etc.

Para estes autores, existe uma diferenciação de políticas se formos pensar em diferentes arranjos políticos e institucionais. As políticas estariam classificadas em função da sua esfera de atuação, com a abrangência macro, de atuação regional e aquelas de perfil setorial. No primeiro caso entra a política monetária, fiscal, salarial, etc. No segundo encontramos os programas de desenvolvimento regional, as políticas de incentivos fiscais entre outras. E finalmente, na terceira categoria teríamos as políticas setoriais que operam com condições específicas que atendem as características do seu público alvo, como é o caso das políticas ambientais. O quadro n^o 01 a seguir mostra as categorias de políticas.

¹³ Dava-se o nome de polis ao muro que delimitava a cidade do campo; só depois se passou a designar polis o que estava contido no interior dos limites do muro. O resgate desse significado, como limite, talvez nos ajude a entender o verdadeiro significado da política, que é a arte de definir os limites, ou seja, o que é o bem comum.

¹⁴ Para ARENDT, H. (2003). *A Condição Humana* (10 ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. A pluralidade é a “condição pela qual” (conditio per quam) da política, implica e tem por função a conciliação entre pluralidade e igualdade. Quando entendemos política a partir da origem do termo, como limite, não falamos de regulação sobre a sociedade, mas de uma regulação dialética sociedade- Estado que favoreça a pluralidade e a igualdadesocial e política.

Quadro nº 01 – Categorias de Políticas

POLÍTICAS		
Macro	Regionais	Setoriais
Comerciais	Desenvolvimento	Agrícolas
Financeiras	Pólos Regionais	Agrárias
Fiscais	Sociais	Diferenciadas
Cambiais	Incentivos	Ambientais

Fonte : Leite et al (2006).

3.1.2 – O Estado Brasileiro e a Política Pública Ambiental

O meio ambiente como política pública, não pontual, no Brasil surge após a Conferência de Estocolmo, em 1972, devido à inserção do tema por parte das Nações Unidas nas agendas dos governos e a partir daí foi concretizando de várias maneiras a depender do contexto, alguns em instituições, outras em legislações específicas etc segundo Sorrentino et al (2005). Mas foi a partir da Constituição de 1988 que o estado brasileiro avança na legislação e na gestão administrativa do país no sentido do contexto sócio ambiental, de modelos de gestão públicas, de democracia participativa estado de direito no Brasil do século XXI. Entende-se que o modelo estrutural de Estado, propugnado pela Constituição Brasileira de 1988 pode ser entendido como o de um estado Social e Democrático de Direito, e dada a relevância para o viés ambiental e sua interface social e econômica, que pode ser entendido como estado sócio ambiental de direito. Com isso, um novo modelo de gestão que vai de encontro com o tipo de gestão pautada por critérios de legitimação

democrático-participativa. Em outras palavras a Constituição Brasileira de 1988, além de inovar no que tange à estruturação do Estado, também traçou novos rumos à administração pública no país, em que pese esforços (reformas) no sentido contrário. Para tanto, atribuiu ao Estado (e em alguns casos, também à coletividade, por meio de instituições de democracia participativa) a responsabilidade de elaboração e concretização de uma série de políticas públicas, substanciadas pelos chamados Novos Direitos (de cunho coletivo e difuso). Estes novos direitos caracterizados por uma perspectiva social e ambiental nupiosa no Direito e nas Políticas Públicas nacionais didaticamente chamadas de uma perspectiva socioambiental.

O Estado de Direito é fruto de um processo histórico e expressão da legitimidade que consagrou a modernidade. Caracteriza-se o Estado de Direito pelo princípio da legitimidade em sentido estrito, onde o poder está subordinado às leis gerais e a atividade do Estado é submetida a controle, característica de legitimação formal, e em sentido lato, através da funcionalização dos poderes a serviço da garantia dos direitos fundamentais, característica de sua legitimação substancial. É o exercício da democracia e da participação dos cidadãos de maneira plena e clara onde o povo é dono do poder político e participa de forma livre de acordo com seus ideais.

“Não há estado ativo, sem uma sociedade ativa”. A confirmação desta hipótese pode ser verificada durante a década de 90 no Brasil. Neste momento da nossa história, malgrado o desejo de uma reforma do Estado, efetivou-se uma primeira reforma da administração pública, justamente seguindo os ideais neoliberais do pensamento único. Isso foi o suficiente para criar uma democracia sem sociedade e sem Estado. Isto é, o eleitoral predominou ao político e a democracia permaneceu mais formal que substantiva. Em outras palavras, o sistema político não foi capaz de impulsionar

qualquer dinamismo superior com o qual pudessem ser alteradas as estruturas de poder, as práticas políticas e as escolhas governamentais. Como consequência desta primeira “deslegitimação”, ou “despolitização” do Estado e da administração pública, verifica-se, ainda na década de 1990, um crescimento do “Estado Paralelo” ou do “não-Estado”. Segundo, Nogueira (1997) o não-Estado cresceu – seja sob a forma de multiplicação de iniciativas do mercado e da sociedade civil (terceiro setor), seja sob a forma da consolidação de múltiplos ‘Estados’ paralelos (criminalidade, tráfico, lavagem de dinheiro, corrupção).

(...) Entre 1964 e 1984, a sociedade foi exposta a um Estado hiperativo, terrorista e burocrático, que a comprimiu quase ao limite do suportável. O ‘estatalismo’ de então impulsionou parcialmente o crescimento econômico, criou novos beneficiários de seus serviços e reorganizou as relações entre Estado e mercado, mas ao mesmo tempo, desvirtuou completamente o Estado na medida em que o dissociou da sociedade, o impregnou de privatismos e o distanciou da cidadania. Após o interregno inaugural da Nova República (1985 – 1989), a década de 1990 irá privilegiar a idéia de que seria preciso eliminar o ‘mal’ que o Estado estava causando à sociedade, ao mercado e à liberdade. Fez-se em nome disso uma reforma, que gerou outro padrão de Estado e de intervenção estatal (NOGUEIRA, 1997, p 30).

A constituição de 1988 institucionalizou princípios pautados em conceitos como participação e controle social. O texto constitucional exerceu influência determinante no formato e conteúdo das políticas públicas que se seguiram no debate sobre participação e espaços público no Brasil. Constata-se no texto constitucional aprovado em 1988, um conjunto de aspirações da sociedade civil no tocante à participação e à transparência na gestão pública, sendo o resultado dos processos de mobilização e das pressões exercidas por vários segmentos da sociedade.

A perspectiva de políticas públicas do órgão gestor da educação ambiental, hoje, inclui essas três modalidades. O MEC e o MMA em seus respectivos setores de educação ambiental, pautados pelo ProNEA — Programa Nacional de Educação Ambiental — estão implantando programas e projetos junto às redes públicas de ensino, unidades de conservação, prefeituras municipais, empresas, sindicatos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, consórcios e comitês de bacia hidrográfica, assentamentos de reforma agrária, dentre outros parceiros.

De acordo com Sorrentino et al (2005) Em lugar de imobilização lamentosa, temos a convicção de que ações educacionais participativas pela responsabilidade ambiental resultam no envolvimento e na organização de pessoas e grupos sociais nas lutas pela melhoria da qualidade vida fundamentada em valores pós-materialistas, que questionam as necessidades materiais simbólicas de consumo e desvelam outras possibilidades de felicidade, alegria e vida.

Segundo essa convicção, o papel do Estado na educação ambiental brasileira poderá ser subsidiário e definido por meio de um diálogo democrático com os diferentes sujeitos desta política.

Seguindo o princípio da publicização e democratização das políticas públicas, o Ministério do Meio Ambiente tem se orientado para programas que vislumbrem a possibilidade do envolvimento de 100% da população brasileira. Reconhecendo os limites operacionais do Estado para tal realização como intervenção direta, tem buscado formas subsidiárias que possibilitem estas políticas amplas e democráticas. Alguns dos programas e projetos voltados aos municípios e suas articulações regionais, como os consórcios e comitês de bacia hidrográfica destinados ao envolvimento de cada um dos moradores da região que precisam e podem ser potencializados nas suas lutas cotidianas.

A reforma de Estado, que implica o aumento de sua eficiência, não implica de forma alguma a sua redução, pois em setores da regulação pública como educação e ambiente é clara a necessidade de se ampliar horizontal e verticalmente o Estado brasileiro (Sorrentino et al . 2005).

3.2 – Um breve olhar nas Políticas Públicas de Juventudes na América Latina.

Não é fácil resumir o estado da arte nos estudos de juventude de um a outro lado do oceano Atlântico. Em ambas as margens há um movimento de migração de jovens, uma como terra de saída e a outra como terra de chegada. A construção das identidades juvenis também é um tema de forte debate tanto na Península Ibérica como na América Latina, não como divagação, mas como parte essencial nas trajetórias juvenis e na sua simbolização do que é a realidade. O passo da dependência a autonomia não são nada evidentes em nenhum dos lados, seja porque o trânsito é menos fluido, ou seja, porque passa por outros códigos, ritmos e mecanismos. Igualdade de oportunidade e negociação na vida dos jovens são os dois lados da mesma moeda. E a moeda roda também na reflexão e na elaboração de políticas de ambos os lados do oceano.

De acordo com Abad (2002) historicamente a evolução das políticas públicas de juventude na América Latina tem sido determinada por problemas de exclusão dos jovens da sociedade e como facilitar a transição e integração para o mundo adulto. Ainda que seja obvio, que as políticas de juventude têm sido implementadas sob vários enfoques e características institucionais, no entanto o autor destaca pelo menos 4 modelos diferentes: a) ampliação da educação e do tempo livre (1950-

1980); b) O controle social de setores juvenis mobilizados (1970 – 1985); c) Enfrentamento da pobreza e prevenção de delitos (1985-2000) e d) Inserção laboral dos jovens excluídos (1990-2000).

Na America Latina existem numerosas de iniciativas e programas para os jovens, provenientes tanto do setor governamental, como do privado e como do não governamental. A heterogeneidade destas ações se soma a diversidade de objetivos, derivados das múltiplas situações que afetam a juventude, segundo características de gênero, raça, classe social, zona de residência, emprego e outras. Também usualmente interfere nos programas de juventude diversos organismos internacionais que prestam variados apoios para seu desenvolvimento, financiamento e execução. Mas sem duvida as ações destes organismos com relação ao tema, contribuíram e contribuem para o avanço das políticas públicas e de elaboração de documentos que era escasso sobre o tema.

As políticas logicamente não surgem do nada, surgem a partir de demandas, das pressões sociais. No entanto, na America Latina e no Caribe, a juventude apresenta uma situação bastante especial e que requer uma atenção bastante especializada. Para começar, a representação nas estatísticas de jovens com relação a toda a população da America Latina, representa cerca mais de 10% da população, uma população majoritariamente urbana, predominantemente pobres e desempregados. Um capital humano por jovens é deficiente, tendo em vista que a grande parte dos jovens não completam os estudos.

Segundo Pilotti & Camacho (2003) p. 6.

La mayoría de los jóvenes latinoamericanos no cuenta con suficiente capital educativo para acceder a ocupaciones de calidad ni con el necesario capital social, este último especialmente importante para aquellos que buscan

trabajo por primera vez. Particularmente grave y demostrativa de la inequidad vigente es la brecha existente entre los hogares pobres y los de mayores ingresos, en lo que respecta la situación de los adolescentes que no trabajan ni estudian. En el caso de Brasil, por ejemplo, en 1990 el 19.4% de los jóvenes urbanos entre 13 a 17 años, de hogares ubicados en el cuartil más bajo de ingresos, no trabajaba ni estudiaba; el porcentaje correspondiente al cuartil más alto era de 3.6%.

Também o nível de violência e o índice de indeliquência é algo crescente entre os jovens especialmente nas zonas urbanas. O homicídio é uma das principais causas de morte entre os jovens. Este índice aumento segundo baixa a classe econômica em contrapartida os suicídios aumentam segundo aumenta os estratos econômicos sociais. Se observa nos informes que há também um discriminação com relação aos jovens e negros, sendo vítimas de homicídios muitas vezes de maneira injusta por parte das autoridades.

Diante deste resumo da situação do contexto da juventude na América Latina, houveram muitas iniciativas de programas que avançaram e avançam para políticas de juventude, destacando ações das Nações Unidas, Fórum Mundial da Juventude e Organização Ibero americana de Juventude.

De acordo com Pilotti & Camacho (2003) numerosas foram as iniciativas em favor da juventude durante as últimas décadas, surgem numerosas iniciativas mundiais e regionais em favor da juventude, as que aportam marcos de referência conceituais e estratégicos para a formulação de políticas e programas para os jovens.

As atividades das Nações Unidas em torno da Juventude se reportam a 1965, quando a assembléia geral da ONU endossa a declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos. Em 1979, a ONU designa o Ano Internacional da Juventude, cuja celebração gira em torno a participação, desenvolvimento e a paz. A partir de 1985, a comunidade internacional adota uma série de diretrizes para colocar em prática ações em favor

da juventude, nas que se considera um jovem como uma categoria ampla integrada por diversos subgrupos, em lugar de considerá-los como uma entidade demográfica única. Nas que se propõem medidas concreta para atender as necessidades dos subgrupos como os jovens com deficiências, jovens na zona rural e urbanas e as jovens mulheres.

Em 1990 a Assembléia Geral da ONU solicita a Secretaria Geral que elabore um Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e os anos subseqüentes, mesmo que aprovado em 1995. O programa identifica 10 pontos prioritários e um conjunto de propostas de ações para cada uma delas. As prioridades foram as seguintes: Educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, drogas, delinqüência juvenil, atividades recreativas, as crianças e as jovens e participação.

Como já mencionado anteriormente para cada prioridade havia ações definidas onde a responsabilidade de execução era dos governos, com o apoio da comunidade internacional, em colaboração com os setores não governamentais e privados. O programa fomenta ao governo a elaboração e adoção de uma política publica integrada para jovens, de caráter setorial com os objetivos concretos e prazos definidos. A cooperação internacional fomentava a criação de condições propicias a aplicação em todos os Planos de Ação. Entre os meios disponíveis se incluem os debates sobre adoção de políticas no plano intergovernamental, o seguimento dos problemas e das tendências mundial, a reunião de dados e a divulgação da informação, as investigações os estudos, planejamento e a coordenação, a cooperação técnica e estabelecimentos de vínculos e associações entre grupos interessados do setor não governamental e o setor privado.

As etapas de implementação do Programa de ação consistiram em duas: a partir da aprovação a primeira parte corresponde a execução do Programa no plano mundial

até o ano 2000 e a segunda que abarca o período compreendido entre 2001 e 2010, se centrará na continuação da execução e na avaliação dos avanços alcançados e os obstáculos vencidos. Nesta última etapa, se sugerirão adequados ajustes nos objetivos e medidas concretas para melhorar a situação dos jovens nas sociedades em que vivem.

A nível regional o Programa encarrega a comissões regionais das Nações Unidas que promovam e apoiem sua execução. O cumprimento deste mandato, a comissão Econômica para América Latina e o Caribe vem promovendo reuniões e publicando diversos estudos e informes sobre o tema. A nível mundial, a Assembleia Geral da ONU solicita informes dos progressos alcançados na implementação do programa. No seu último informe, assinala a globalização e o empoderamento dos jovens são temas prioritários da juventude para o século 21 e avalia a participação dos jovens nas Nações Unidas e os principais avanços registrados no programa incluindo um resumo das ações do governo desta área. O quadro a seguir mostra um resumo das ações realizadas pelo governo até o ano de 2003.

Quadro nº 2 – Resumo das ações realizadas pelo governo para América latina e Caribe para a implementação do Programa de Ação das Nações Unidas até o ano 2000 e os anos subsequentes.

Categoria	Número de país (total de 34)
Países que formularam uma política nacional de Juventude	27
Países que designaram um mecanismo de coordenação nacional para assuntos de juventude	30
Países que implementaram um programa de ação nacional para a Juventude.	16

Fonte: Piloti e Camacho (2003)

A Organização Ibero americana de Juventude desde 1987 as entidades responsáveis dos assuntos de juventude dos países ibero americanos se reuniram regularmente em 10 Conferencias Intergovernamentais sobre políticas de juventude. Em 1992 criam a Organização Ibero americana de Juventude (OIJ), cuja dinâmica de trabalho baseam-se nas linhas orientadoras aprovadas pelas Conferencias Ibero americanas de Ministros de Juventude e pelas decisões do Conselho Diretivo da Organização Forman, parte da OIJ e os organismos governamentais de Juventude dos seguintes países:

- Argentina
- Brasil
- Costa Rica
- Chile
- El salvador
- Guatemala
- México
- Panamá
- Peru
- Republica Dominicana
- Venezuela
- Bolívia
- Colômbia
- Cuba
- Equador
- Espanha
- Honduras
- Nicarágua
- Paraguai
- Portugal
- Uruguai

Os objetivos programáticos da OIJ a partir dos acordos alcançados na X Conferencia Ibero americana de Ministros de Juventude, realizada no Panamá no ano de 2000, concentra suas ações em torno dos seguintes pontos: formulação da Carta Ibero americana da Juventude; desenvolvimento da Comissão Internacional pelos Direitos da Juventude e da Adolescência; articulação de um marco de orientação para guiar as políticas de juventude, baseado na noção da cidadania integral; avaliação das políticas de juventude em Ibero America; fortalecimento e modernização dos organismos oficiais de juventude incluindo a formação dos recursos humanos; criação de um observatório Ibero americano de Juventude;

promoção do acesso dos jovens a novas tecnologias e incentivo ao trabalho de voluntariado.

A iniciativa de elaborar uma Carta Ibero americana de Direitos da Juventude surgiu da IX Conferencia Ibero americana De Ministros de Juventude em Lisboa em 1998, cuja finalidade é consagrar juridicamente a condição juvenil e dar resposta aos requerimentos de proteção e garantia para o exercício dos direitos por parte das novas gerações. Para cumprir com os acordos desta conferencia durante o período de 1998-2000 a OIJ facilitou um processo amplo de consultas para a elaboração de uma versão provisória do projeto da Carta, e que foi apresentado na X Conferência de Ministros de Juventude do ano de 2000. Por meio de 31 artigos, o projeto da carta define o jovem como sujeito de direito, titulares de muitos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Em julho de 1993, a III conferencia Ibero americana dos chefes de Estado e de governo, resolveu encarregar a OIJ um desenho inicial do que seria o Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina (PRADJAL). Com isso, a OIJ elaborou o marco de referencia do PRADJAL, aprovado em 1994 pela IV Conferencia Ibero americana de chefes de estado e de governo, encarregando a OIJ a execução do programa durante o período de 1995-2000. De maneira geral, os objetivos do PRADJAL consistem em estabelecer um marco de referência para guiar intervenções, a escala nacional e regional, em áreas definidas como relevantes para a juventude: Educação, trabalho, capacitação profissional, saúde, meio ambiente, participação e instituição pública, cooperação e integração regional.

A partir deste programa surgiu diversas políticas contemplando as demandas citadas, onde o PRADJAL desenvolveu um projeto de investigação cujo o título é “

Políticas de Juventude na América Latina: avaliação e reformulação. No documento avaliou as políticas de juventude da região, no que se refere a conteúdo, público-alvo e marco institucional.

Algumas das políticas que foram avaliadas deste período. Políticas educativas e o uso do tempo livre foram as políticas predominantes durante o período de 1950-1980, políticas para jovens excluídos e políticas de saúde para jovens.

E por último o Fórum Mundial da Juventude que através deles os jovens apontam suas demandas, expressam seus pontos de vista, elaboram, aprovam planos de ação e estabelecem estratégias para ser posta em prática. Os dois últimos fóruns foram realizados em Braga, Portugal (1998) e Dakar, Senegal (2001). Em Portugal aprovaram o Plano de Ação de Braga para a Juventude, na que incluem muitas esferas prioritárias do Programa de Ação Mundial das Nações Unidas, mas enfatizando a necessidade de um enfoque multissetorial e de uma ativa participação dos organismos juvenis na configuração e implementação.

Na 4ª seção do Fórum Mundial da Juventude em Dakar no ano de 2001, aprova-se a “Estratégia de Empoderamiento de la Juventud”. Nela se reafirma a vigência do plano de ação de Braga e se identifica e incentiva iniciativas para empoderar os jovens para que possam exercer um maior controle sobre seus destinos individuais e coletivos, entre elas se destacam: educação em tecnologias de informação e comunicação, participação dos jovens na conceituação, nas tomadas de decisão, implementação e avaliação de processos, redes, políticas e programas para melhorar as condições de emprego, saúde, pobreza, meio ambiente, integração social e entretenimento da juventude.

Diversas agências multilaterais e das Nações Unidas apoiam financeiramente ou tecnicamente a inúmeros programas juvenis na América Latina e o Caribe. Algumas

atividades inseridas nos planos de ações já mencionados, a maioria respondem a mandatos dos próprios corpos políticos. O quadro nº 03 a seguir mostra os organismos internacionais e os principais programas de juventude que desenvolvem na América Latina e no Caribe.

Quadro nº 03 - Organismos internacionais e os principais programas da América Latina e Caribe.

UNICEF	BID	OPS	CEPAL	UNESCO	OIT	FNAUP
Participação adolescente	Programa de desenvolvimento e alcance juvenil	Projeto de apoio ao desenvolvimento integral de jovens e adolescentes na América Latina e no Caribe	Estudos e estatísticas sobre a situação da juventude	Foros juvenis	Programa IPEC: Combate ao trabalho infantil	Saúde reprodutiva
Processos de consulta com adolescentes:				Educação formal		planejamento familiar
Pesquisa de opinião	Financiamento programas de emprego		Avaliação de programas	Infoyouth Network	CINTERFOR Documentação sobre formação para o emprego	saúde sexual
Apoio a políticas públicas para a adolescência						

Fonte: Pilotti e Camacho(2003)

Mas, no entanto, o marco da incorporação das políticas públicas de juventude desenvolvidas pelos organismos internacionais e apoiada pelos governos, se dá com a criação das novas estruturas institucionais administrativa para atender a juventude, a parte dos ministérios setoriais, da área de educação, saúde e justiça.

No quadro a seguir estão as instituições especializadas em políticas de juventude na America Latina.

De acordo com Rodriguez (2003 p.54), mientras en los años setenta y ochenta éstas recibieron amplios respaldos políticos y financieros de organismos internacionales y agencias de cooperación al desarrollo de los países altamente industrializados, en los últimos años han tenido que financiar sus actividades a partir de la "venta de servicios", lo que a su vez se ha vinculado con la apertura de los Estados nacionales, que en el marco de los procesos de tercerización de diversos componentes de las políticas públicas, han pasado a contratar con cierta regularidad a este tipo de organismos, dejando de lado los enfrentamientos del pasado. Estos procesos, no están exentos de problemas, pero lo cierto es que en la mayor parte de los casos se vienen desplegando experiencias sumamente interesantes de complementación de esfuerzos entre entidades públicas y privadas no lucrativas, que permitirán potenciar aún más en el futuro las políticas de juventud.

O que se pode perceber a grande heterogeneidade de instituições e organismos nacionais que se dedicam ao tema de juventude, cujo papel específico deve ser analisado segundo as particularidades de cada país.

Quadro nº 04 Instituições Governamentais das Políticas e Programas de Juventude na America latina e Caribe, segundo informação da OIJ e da Unidade de Juventude da ONU.

País	Institución – Informe OIJ	Institución – Youth Unit
Argentina	Subsecretaria da Juventude	Direção de Assuntos Juvenis
Brasil	s/i	Comunidade Solidária
Chile	Instituto Nacional da Juventude	Instituto Nacional da Juventude
Paraguai	Subsecretaria da Juventude	Subsecretaria da Juventude
Uruguai	Instituto Nacional da Juventude	Instituto Nacional da Juventude
México	s/i	Direção Geral de Juventude
Cuba	União das Juventudes comunista	Ministerio da Juventude

Republica dominicana	Direção geral de promoção da Juventude	Direção geral de promoção da Juventude
Honduras	Conselho Nacional da Juventude	Conselho Nacional da Juventude
Nicarágua	Instituto de Juventude e esportes	Instituto de Juventude Nicaraguense
El Salvador	Direção Nacional de Juventude	Ministério de Educação
Costa Rica	Ministério de cultura, Juventude e Esporte	Ministério de cultura, Juventude e esporte
Panamá	Oficinas de Assuntos Estudantis	Ministério da Juventude, Infância, mulher e família
Guatemala	Instituto Nacional da Juventude	Instituto Nacional da Juventude
Bolívia	Sub-secretaria de assuntos gerais	Ministério de Educação e Cultura
Colômbia	Vice. Ministério da Juventude	Instituto colombiano para a Juventude e o Esporte
Equador	Direção Nacional de Juventude	Ministério do Bem Estar Social
Peru	Direção geral de promoção educativa	Ministério da Educação Pública
Venezuela	Ministério da Juventude	Ministério da Juventude
Bahamas	s/i	Ministry of Youth, Sports and culture
Barbados	s/i	Ministry Education , Youth Development
Belize	s/i	Ministry of human Resources, Women's Affairs and Youth Development
Dominica	s/i	Ministry of Education, Sports and Youth Development
Grenada	s/i	Ministry of Youth, Sports,

		Culture and Development
Guyana	s/i	Ministry of labor
Haiti	s/i	Ministry of Education, Youth and Sport
Jamaica	s/i	Ministry of Youth, Culture and Community Development
St. Kitts and Nevis	s/i	Ministry of Youth, Sports and community affairs
Saint Lucia	s/i	Ministry of Education, Human, Resource Development, Youth and Sports
St Vincent and the Grenadines	s/i	Ministry of housing, community development, Youth and Sports.
Suriname	s/i	Ministry of Social Affairs and Housing
Trinidad e Tobaco	s/i	Ministry of Sports and Youth Affairs

Fonte: Pilotti e Camacho (2003).

Com esse breve diagnóstico e somado a avaliação de investimentos á políticas públicas de juventude nas últimas décadas, vemos uma situação de desenvolvimento e avanços.

Si fizermos uma análise da gestão institucional somada com a inversão realizada em políticas públicas nas ultimas décadas, diz Rodriguez (2003) com os estudos e avaliações de alguns países da America Latina se pode pelo menos duas tendências claras: a) o investimento na juventude é significativa mas ainda limitada em comparação a outras segmentos da população, b) e este investimento em

consonância com as prioridades fixadas nos desenhos das políticas, como trabalho, construção cidadã e prevenção da violência) se concentra na educação, recreação e do tempo livre.

É evidente a necessidade e a importância de investir na educação, mas designar recursos para outros temas que não sejam destinados a políticas educativas, que estão dos desenhos das políticas de juventude, não têm a atenção devida nos orçamentos nacionais e no rol de prioridades dos operadores institucionais, como os ministérios e instituto de juventudes. Temas como inserção ao trabalho, participação cidadã juvenil e prevenção a violência são alguns dos temas dados como prioritários nas políticas de juventude e que não são levados em consideração, seguem com a atenção a educação.

Es imperiosa la necesidad de asignar cuotas crecientes de recursos a otras políticas diferentes a las educativas, que tienen prioridad en el diseño de las políticas públicas, pero que no cuentan con la jerarquización debida en los presupuestos nacionales, como los programas de inserción laboral, de fomento de la participación ciudadana de los jóvenes y de prevención de conductas de riesgo (RODRIGUEZ, 2003, p 89).

Já no campo da saúde, vem sendo demonstrado que o investimento é mais eficiente quando se aplica na prevenção do quando está destinado a programas curativos.

As tendências em relação às políticas públicas são relevantes e parece claro que os assuntos laborais, o combate a criminalidade, a educação, a saúde, entre outras áreas devem ser analisadas a luz destes desafios. Definitivamente não é o mesmo analisar assuntos laborais desde uma lógica empresarial que desde uma lógica da incorporação das novas gerações na dinâmica da sociedade. Do mesmo modo, os desafios mudam radicalmente si a educação se passa da prioridade histórica no ensino básico para um maior respaldo ao ensino médio, atendendo as asincronias

existentes entre cultura juvenil e cultura escolar, que levam os estabelecimentos de ensino não sejam percebidos pelos jovens como atrativos para sua socialização e preparação para o futuro.

Para Rodriguez (2003) o desafio juvenil já está entre nós e terá uma vigência central nos próximos vinte anos porque deve ser atendido prioritariamente destas duas décadas-chaves.

A segunda grande oportunidade para o desenvolvimento das políticas públicas está dada pelas oportunidades das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e sua decisiva influência em todas as dimensões da dinâmica social. O mais relevante do tema é que estas novas tecnologias estão tendo a capacidade de gerar e armazenar informações, processá-las e enviá-las de forma cada vez mais rápida através das redes espalhadas em todo o mundo. As TICs estão permitindo dar mais transparências aos planejamentos, aumentar a participação política, desenvolver a educação a distância etc. Portanto é um processo que abre importantes oportunidades e que temos que aproveitar ao mesmo tempo em que gera novos riscos que terão que ser controlados.

As consequências das políticas públicas de juventude e o desenvolvimento são evidentes. Se os jovens que vivem em situação de pobreza e exclusão, devem ser o foco das políticas públicas da juventude desde o ponto de vista dos jovens como destinatários destas políticas. Já os jovens qualificados como atores estratégicos do desenvolvimento. Sem dúvida estes jovens estão protagonizando os principais processos de investigação e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que estão colaborando com o desenvolvimento de novas tecnologias e o uso dinâmico das novas tecnologias de informação e comunicação.

“La gran oportunidad para el desarrollo en general y para las políticas de juventud en particular, está dada por las potencialidades de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación, y su decisiva influencia en todas las dimensiones de la dinámica social” (RODRIGUEZ, 2008, p 93).

As redes fomentam a participação da sociedade civil, pois possuem um efeito sinérgico pela condição de organização integrada a outras múltiplas organizações. A atuação dentro de uma rede tem efeitos pedagógicos que contribuem para a formação do capital social, tal como a capacidade de sujeitar a normas proposta, a formular reivindicações especiais, acordar interesses, trabalho em equipo, tomada de decisões coletivas, formulação e negociação adequada de demandas e muitas outras. Para Abad (2002) em uma perspectiva de deslocalização, descentralização e desconcentração das funções do Estado, pontos chaves de uma política pública de juventude moderna, as redes, as ONGs e as organizações juvenis, junto com as agencias centrais do governo, terão a possibilidade de ampliar com qualidade o atendimento as demandas sociais para os jovens e adolescentes.

Las políticas de juventud no pueden ser de exclusiva responsabilidad de los jóvenes (todos estamos implicados). Nuestras instituciones especializadas tienen la responsabilidad de actuar como articuladores dinámicos de todos los esfuerzos institucionales existentes, y no como ejecutores directos (RODRIGUEZ, 2003, p 98).

O modelo de políticas públicas de juventude centrado na educação e o tempo livre, vigente no século 20, foi um enfoque adulto, conservador funcionalista, no mais estrito sentido dos termos utilizados. Na medida em que as novas gerações foram sendo integrada a sociedade, no marco das economias expansivas e dinâmicas, que asseguram certa mobilidade social ascendente, sobretudo para os jovens

integrados, mas mostrou certas limitações para responder ao problema dos jovens excluídos.

Em todo o caso o mundo tem mudado radicalmente nas últimas décadas no novo contexto internacional, se outorga uma importância crescente na formação de recursos humanos aptos para processar as mudanças que querem promover. Se trata de contar com trabalhadores altamente qualificados, com empresários modernos e dinâmicos, com cidadãos responsáveis e ativos e com estratégias pertinentes para a melhor utilização do capital humano, na busca do crescimento econômico, a igualdade social e a afirmação democrática, implementando novas estratégias de desenvolvimento. No contexto das políticas de juventude, já não tem sentido está desenhando políticas conservadoras, não tem sentido propor políticas que não proponha incorporar as novas gerações num processo de reprodução da sociedade vigente. Agora se trata de desenhar políticas que permitam incorporar as novas gerações em programas que tendem a preparar da melhor maneira os jovens, para que sejam protagonistas das mudanças, desde agora para o futuro.

Para Tommasi (2004) o cenário das políticas públicas de juventude na América Latina é bastante desalentador. Apesar de existirem em quase todos os países instituições públicas dedicadas a formular e implementar políticas de juventude, as inúmeras mudanças de rumos, de planos propostos e de programas implementados, e até de nomenclatura das instituições responsáveis, sugerem que essas políticas ainda sofrem de significativa falta de legitimidade e de extrema precariedade institucional, programática e financeira.

O fato de serem, também geralmente, eles mesmos jovens, se por um lado pode significar maior disponibilidade e sensibilidade em relação às questões que afetam o

universo juvenil, por outro lado torna bastante difícil sua inserção dentro do aparato burocrático governamental.

O dilema entre ser jovem no meio do aparato governamental e, ao mesmo tempo, ser um braço do governo no meio dos jovens torna difícil para os gestores definirem sua própria identidade e seu próprio papel, no meio de inúmeros pedidos, reivindicações, anseios, necessidades às vezes contrastantes. Como manter e ampliar a relação com a juventude organizada e, ao mesmo tempo, conquistar legitimidade dentro do aparato governamental?, indaga Tommasi (2004).

As concepções elaboradas por Miguel Abad em seu texto, depois de ter traçado um quadro histórico que sintetiza as principais orientações das políticas de juventude na América Latina, ele faz uma comparação muito interessante entre políticas de integração para e pelos jovens e *políticas afirmativas*, com e a partir dos jovens, colocando muito claramente como central a questão da necessidade de fortalecer e legitimar os jovens como atores políticos, com capacidade e possibilidade de colocar suas demandas no espaço público; e também de sensibilizar a opinião pública para que escute e considere essas demandas. Precisamos, nesse sentido, atuar ao lado dos jovens, fortalecendo sua capacidade de intervenção e organização, e, ao mesmo tempo, ao lado da sociedade em geral, para criar um entorno favorável a essa interlocução com os jovens.

Pensando na debilidade dos atores e considerando os jovens como sujeitos, pensar que os atores fundamentais para essa mobilização e formulação de demandas são os próprios jovens. Nesse sentido, é preciso indagar: Como podemos apoiar, fortalecer essa expressão das demandas juvenis? Como podemos apoiar a tradução dessas demandas, formuladas geralmente de forma não sistemática e através de

diferentes linguagens, em questões a serem colocadas no espaço público? Como podemos fortalecer os jovens para que se tornem atores políticos?

Seria interessante indagar os efeitos, os acúmulos, as aprendizagens realizadas por aquelas experiências que tem como objetivo o apoio à organização dos jovens, à construção de seus espaços de autonomia e de experimentação da cidadania, de participação na definição das políticas públicas.

La meta de la política pública de juventud consiste en ser el marco articulador de las políticas y la legislación nacional, para propiciar y concretar en un plan de acción el abordaje de los temas relacionados con las personas jóvenes de manera integral, estratégica y palpable (KRAUSKOPF, 2005,p 143).

A década de 90 marcou a época de difundir o enfoque dos direitos como ponto de referência para as políticas públicas. Desde então, vem sendo gerado um terreno fértil para a difusão desta perspectiva nos âmbitos relacionados com a juventude. A construção da cidadania juvenil do sujeito se contrapõe ao predomínio dos paradigmas tradicionais, mas ainda vigentes. A pessoa jovem deixa de ser definida desde suas incompletudes e passa a ser considerada sujeitos de direitos. Neste momento, já não se trata de uma cidadania formal, exercer o direito ao voto a partir de certa idade. Vem sendo gerado instancias e condições que favorecem o desenvolvimento de iniciativas que buscam consolidar a cidadania juvenil, como a Convenção Ibero americana dos Direitos da Juventude, destaca Krauskopf (2005). Se estende e se enfatiza a extensão das alianças que implicam na busca de articulações intersetoriais e a estruturação das relações cívicas que aproximam a diversos atores sociais, no marco da equidade e participação que necessita de uma efetiva atenção ao tema de juventude.

As políticas que se têm desenvolvidos recentemente no Brasil, Peru, Colômbia, Costa Rica, Panamá, Nicarágua e Guatemala e entre outros países, estão participativamente fundamentadas, consultadas e validadas pelas juventudes de cada país, por diversos setores estatais e da sociedade civil. A evolução dos paradigmas em políticas de juventude incorpora avançados e outros enfoques para a inclusão de outras pessoas jovens no desenvolvimento nacional. Assim como, abrem uma etapa nas respostas sociais a juventudes e seu desenvolvimento deixará contribuição às novas experiências.

Existem algumas experiências na América Latina se está em consonância com estes princípios, como é o caso de do Projeto “Jóvenes por Jóvenes”, elaborado na Argentina no curto governo De la Rúa e que, infelizmente, em virtude da sua caída, não chegou a ser implementada em nível nacional. O Projeto tinha quatro linhas de ação: fortalecimento das organizações juvenis; apoio à realização de projetos sociais por parte dos jovens; abertura de casas da juventude; estímulo à criação de “mesas de negociação” entre as organizações juvenis e com outros atores sociais. Essas quatro linhas concretizam a perspectiva de “políticas de promoção integral que consideram os jovens como seus sujeitos de direitos”.

O caso do Peru é muito interessante mesmo porque talvez seja o único que aprofunda a questão de como as políticas de juventude estão inseridas no marco vigente de políticas sociais, ou seja, as políticas neoliberais compensatórias, implementadas para “tapar buracos” provocados pelas políticas econômicas neoliberais, predatórias e excludentes.

Segundo Tommasi (2004), texto onde ele avalia a experiência do Peru, mostra também como por parte do mundo adulto são criadas representações sobre os jovens, das quais estes mesmos se apropriam. Pelo fato de os jovens terem sido

apontados, pela opinião pública e pela imprensa, como uma força política importante na oposição ao governo Fujimori, todos os quatro candidatos presidenciais colocaram, em seu programa de governo, o objetivo de criar organismos responsáveis pelas políticas públicas de juventude.

Os jovens se apropriaram dessa representação e de fato começaram a se organizar, a criar fóruns, “mesas de negociação”, espaços de discussão e de interlocução dos jovens com outros atores sociais, na perspectiva de participar na elaboração de políticas públicas de juventude.

Tanto na Argentina, como no Peru, na Colômbia e no México já existem significativas experiências acumuladas nesse sentido, que é preciso analisar, avaliar, discutir, sobretudo agora que, no Brasil, estão começando a ser criados esses organismos, como os conselhos de juventudes, os fóruns municipais etc. É necessário e urgente avaliar de que forma se fortalece a capacidade de atuação autônoma das organizações juvenis, autônoma também em relação às organizações não-governamentais; a possibilidade de os jovens se organizarem em múltiplas e diferentes formas; dialogar entre diferentes; como essas organizações terem papel ativo na definição das políticas.

É sobre o modelo de integração social que se quer impor, tentando diluir e fazer desaparecer todo e qualquer conflito social. O autor, retrata, que os jovens estão inseridos dentro de relações de poder; portanto, é dentro dessas relações de poder e dos conflitos que delas se geram que é possível conquistar efetivamente um espaço de poder na sociedade, mobilizar os jovens e fortalecer sua capacidade de atuação.

Las propuestas avanzadas de políticas de juventud buscan conjugar la acción del Estado y la sociedad civil, a fin de integrar plenamente a las mujeres y los hombres jóvenes a los procesos de transformación

económica, social, política y cultural de cada país. Aspiran a la inclusión de las juventudes en el desarrollo nacional con el objeto de que disfruten de todos los derechos sociales, culturales, políticos, civiles y económicos. Es importante que incorporen sus lineamientos en el marco general de las políticas socioeconómicas, de tal modo que se favorezca el trabajo integral y se creen oportunidades y condiciones para la población joven (KRAUSKOPF, 2005, p 152).

Verifica-se avanços muito importantes nas políticas de juventude. A Participação efetiva da categoria conduz a uma redistribuição do poder e de uma nova visão geracional. Como consequência, não são poucas as resistências, tanto ativas como por omissão de diversos setores da sociedade para dar prioridade aos jovens como cidadãos e atores estratégicos do desenvolvimento da sociedade.

As reformas políticas estruturais na Argentina durante a década de 90, estiveram ligadas a introdução do novo modelo econômico e social hegemônico de orientação neoliberal, baseado em uma economia de mercado livre, a consolidação dos estados mínimos, o fortalecimento da cidadania desde uma perspectiva individual e intensificação de reformas econômicas e sociais estruturais nos novos mandatos infringidos pela globalização. Dentro do campo educativo, os jovens foram considerados como atores ou sujeitos estratégicos do desenvolvimento, mas os fatos e a dada deficiência de solidificação dos postulados da reforma implementada na veia do Estado e de todos os seus dispositivos políticos e institucionais, estes atores se encontram desprovidos de capitais e ferramentas sociais e culturais suficientes para a integração efetiva num mundo cada vez mais complexo, ambíguo e incerto. Este peculiar cenário, os jovens de hoje e das futuras gerações estarão confrontados cada vez mais com fenômenos como a profundidade e pluralização dos processos de exclusão social, desintegração social, diversificação de trajetórias biográficas e educativas das pessoas etc. Por todo isso exposto, a elaboração de uma política de Juventude capaz de ser o articulador efetivo das demandas,

necessidades e dos direitos sociais dos jovens e potenciador da participação, auto-organização y consenso destes atores. Com isso resulta numa via possível para desenhar propostas, programas de intervenção sócia educativa compatível com a dimensão e a natureza das necessidades e dos problemas (APARICIO, 2005).

Alguns países da America latina criaram leis de juventude que consistem em instrumentos legais que começaram a ser aprovados nos anos 90 do século passado. A primeira delas aprovada em 1991, foi a lei que criou o Instituto Nacional da Juventude (INJ) do Chile, sua função limitada e seguida da lei que criou o Instituto Mexicano de Juventude (IMJ) em 1999 e o Conselho Nacional da Juventude do Peru (CONAJU) em 2002, igualmente limitadas.

Segundo Rodríguez (2008) com a aprovação da lei da Juventude de Colômbia em 1997 se abriu um processo distinto seguido por outros países da região (Republica Dominicana em 2000, Nicarágua, Costa Rica e a Republica Bolivariana de Venezuela em 2002, com pretensões mais amplas e integrais, pensadas em leis que abordam todos os temas relacionados com a juventude e centradas nos direitos dos jovens. Ao passar do tempo tem demonstrado a ineficácia destas leis, pois quase tudo que tratam regular já estava regulado em leis mais gerais destinadas aos maiores de idade, incluindo os jovens. Duas leis em particular (Equador 2001 e Honduras 2005) na medida em que incorporam a figura de instancias coletivas de participação e de tomada de decisões no domínio das políticas públicas de juventude, compostas por organizações da sociedade civil.

Já Bogotá apresenta um plano de elaboração de políticas públicas de juventude até 2016, numa perspectiva mais ampla e com a participação dos jovens no processo de elaboração. Foi formulada a partir de princípios que garantissem a proteção, a promoção, restituição e o exercício efetivo, progressivo e sustentável dos direitos

dos jovens na cidade. Foi uma política elaborada cujo enfoque era baseado nos sujeitos de direito. Um enfoque que delega a necessidade de reconhecer os direitos do sujeito enquanto ser humano e o outro sujeito que é o Estado que cumpre o papel passivo onde não deverá obstruir o exercício deste direito e atuar para garantir ou omitir sua ação para permitir seu exercício. Na formulação desta política pública de juventude deve considerar elementos de caráter político administrativo, econômicos, territoriais e simbólicos culturais que se convertem em espaços de materialização da política pública, mediante as instituições, os atores sociais e os diferentes processos de gestão na cidade.

Para Rodríguez (2010), há mais de três décadas que se vem acumulando diversos estudos centrados na realidade juvenil e nas políticas públicas da América Latina. Um balanço que se realizou no final dos anos 80, permitiu constatar que o Ano Internacional da Juventude em 1985, teve um impacto favorável nestas matérias, na medida em que se produziu um salto quantitativo e qualitativo considerável. Durante os anos 90 a produção acadêmica e técnica continuou em um bom ritmo até a primeira década do novo século, razão pela qual, na atualidade dispomos de um fecundo insumo para conhecer mais e melhor a realidade dos jovens e os impactos das políticas públicas de juventude na região. Assim, si comparamos o primeiro esforço de sistematização nos princípios dos anos 90 com o realizado a princípios desta primeira década do novo século e os realizados recentemente, podemos constatar as distancias referentes a respeito do tema. No entanto, não se conta com uma adequada sistematização dos conhecimentos acumulados em términos de revisão bibliográfica e estado da arte. Diz o autor, que algumas poucas exceções escapam desta constatação, relevante particularmente no terreno de políticas públicas de juventude até o momento.

Até o momento as políticas públicas em conjunto não atendem de maneira articulada as demandas da juventude. Seguem com os modelos concentradas na infância e seguem operando com lógicas tradicionais que já não respondem aos principais desafios do século 21.

No entanto, revela Rodriguez (2010, p 12) :

Algunas “señales” (por el momento no son más —ni menos— que eso) provenientes de algunos países en particular, permiten ser optimistas respecto a las posibilidades de cambio en los próximos tiempos. Así, comienzan a realizarse algunos estudios “diferentes” en América del Sur⁶, al tiempo que se comienzan a evaluar los impactos del conjunto de las políticas públicas en las generaciones jóvenes⁷, y a ensayar enfoques estratégicos innovadores en políticas públicas, que tratan de dotar al conjunto de las políticas públicas de una *perspectiva generacional*, tratando de superar la simple construcción de espacios específicos para la participación juvenil, impulsada hasta ahora por las instituciones gubernamentales especializadas.

A partir de 12 de agosto de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o ano Internacional da Juventude, buscando impulsionar a participação plena e efetiva dos jovens em todos os aspectos da sociedade.

Essa decisão foi tomada pela Assembléia Geral da ONU em uma resolução que convoca governos, instituições, comunidades e indivíduos de todo o mundo para respaldar as atividades que serão desenvolvidas em nível local e internacional neste sentido.

O tema do Ano Internacional da Juventude será ‘Diálogo e entendimento mútuo’ com a finalidade de promover a prática desses conceitos, os ideais de paz, respeito aos direitos humanos, às liberdades e à solidariedade.

Segundo a ONU, o Ano Internacional da Juventude também deve servir para estimular jovens na promoção de progresso, com ênfase nas Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Este nuevo Año Internacional de la Juventud (2010) puede constituirse en una gran oportunidad para valorar crítica y constructivamente los avances y las limitaciones de los últimos 25 años (desde el anterior AIJ) y para proyectar los principales desafíos a encarar en el futuro, con una perspectiva de mediano plazo mirando esta próxima década (RODRIGUEZ, 2010, p 12).

Um dos eventos promovidos pela UNESCO durante este ano de 2010 para celebração do Ano Internacional da Juventude e preparação para a conferencia Mundial da Juventude que se realiza em agosto do mesmo ano no México, foi a Pré-Conferencia Mundial da Américas, realizada no mês de maio em Salvador. Bahia , Brasil.

O evento, realizado por meio de um acordo de cooperação entre a UNESCO e a Secretaria Nacional de Juventude, antecede a Conferência Mundial de Juventude agendada para agosto no México. A Pré-Conferência debateu os avanços das políticas juvenis no Continente e deve construiu uma pauta conjunta que será levada ao encontro mundial.

A pré-conferência de Salvador foi organizada pelo Brasil a pedido do governo mexicano, em reconhecimento ao esforço que o país vem realizando nos últimos anos para consolidar uma política de juventude que seja capaz de assegurar plenamente os direitos dos jovens, para que estes exerçam, na prática, o papel de protagonistas nos projetos prioritários do país.

O evento esteve sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o governo da Bahia e com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de várias agências como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), entre outras; contou também com o apoio de outros organismos internacionais, como a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ).

Com produto principal deste evento foi a elaboração da Carta da Bahia com a participação de 259 pessoas jovens e adultas de 29 países das Américas, representando governos, parlamentos e membros da sociedade civil faz, por meio desta Carta, fizeram uma análise da situação da juventude na região das Américas, postula um *Chamado à Ação* e apresenta proposições com vistas a mudar paradigmas e a ampliar os enfoques de juventude na consecução dos Objetivos do Milênio (ODMs), consagrados por todos os países membros das Nações Unidas, cujo alcance só será possível com a redução das desigualdades e da pobreza, e com a promoção de um desenvolvimento equitativo, socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Em anexo se pode verificar na íntegra o conteúdo da carta da Bahia.

Entre os principais pontos acordados estão os esforços pela eliminação das discriminações e desigualdades; a promoção do trabalho decente e a participação juvenil na elaboração das políticas públicas; a busca pela igualdade de gênero, étnica e racial em todas as políticas públicas e como forma de combater a pobreza,

incluindo o acesso feminino ao mercado de trabalho com igualdade salarial; o acesso à educação universal de qualidade, incluindo a educação sexual e científica; a segurança alimentar, principalmente para as mulheres jovens e pobres, afro descendentes ou indígenas, das periferias e zonas rurais; novas políticas para prevenir a criminalização das e dos jovens e reduzir a mortalidade resultante da violência.

Segundo um jovem participante do evento, Alejandro Blancas (Espaço Ibero americano da Juventude – México): “A Carta da Bahia é o ‘mapa do caminho’ para os desafios e o trabalho que temos na América Latina. Pode ser um instrumento efetivo para articular governos e a cooperação das agências internacionais e, sobretudo, articular os jovens e sua participação; Outro ponto importante foi a aproximação com o Caribe, região que estava esquecida nas discussões sobre desenvolvimento e juventude”.

Entretanto, nesse evento realizado este ano não tinha nenhum representante do movimento ambientalista ou da própria REJUMA (Rede de Juventude pelo Meio Ambiente), o que reflete a que discussão ambiental ainda está bastante longe de ser incorporadas no âmbito das políticas públicas de juventudes na América Latina.

3.3 – Políticas Públicas de Juventude no Contexto Brasileiro

Falar de juventude no Brasil está mais do que justificável a necessidade, pois estamos falando de cerca de 34 milhões de habitantes na faixa de 15 a 24 anos sem contar com a população do jovem adulto até os 29 anos. Sabemos que a temática é nova no país e que vem alcançando consideráveis avanços atualmente. Embora não

exista uma vasta diversidade de referências na área, publicações sobre esse tema não são novidade no país. Há diversas organizações e movimentos atuando com foco no monitoramento, na construção, implementação e avaliação de políticas públicas de, para, com a juventude.

Na América Latina e especificamente no Brasil, nas quatro últimas décadas, o debate sobre as desigualdades sociais, econômicas e demográficas que afetam a população em geral e sua juventude passou por diferentes enfoques, motivados tanto pela conjuntura econômica, social e política quanto pela concepção predominante entre os pesquisadores da questão social (UNESCO, 2003).

As últimas décadas têm testemunhado profundas transformações sociais, econômicas e culturais, afetando as rotinas produtivas e as relações sociais, comerciais e trabalhistas em todo o mundo. Este novo contexto produziu novas desigualdades sociais que exigiram do campo das políticas públicas alternativas que enfrentassem o quadro de exclusão.

No que se refere à juventude, é recente a inclusão desta temática na agenda política do Brasil e do mundo. As políticas públicas passaram a incluir as questões relacionadas à juventude, de forma mais consistente, por motivos emergenciais, já que os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

As estatísticas demográficas de projeção demonstram que haverá uma evolução é crescente no número de população desta faixa etária na América Latina, o que ressalta uma preocupação para estes governos, sobretudo no que diz respeito a ser um segmento de população bastante ativa em vários sentidos e economicamente também, o que chama atenção para políticas que incorporem esta categoria no

atendimento de suas demandas e também que contribuirão no desenvolvimento econômico destes países. O quadro abaixo mostra esta progressão da população de 15 a 29 nos países da América Latina.

Quadro nº 05 - Jovens de 15 a 29 anos, segundo países, projeções 1970 –2050 (milhar)

Países	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050
Argentina	5.872	6.662	7.608	9.476	10.103	10.473	10.619	10.465	10.637
Bolívia	1.094	1.430	1.781	2.304	2.853	3.429	3.694	3.763	3.642
Brasil	25.222	35.508	42.428	48.607	49.933	47.661	48.442	48.536	48.426
Chile	2.461	3.281	3.701	3.686	4.100	4.260	4.214	4.311	4.304
Colômbia	5.926	8.522	10.491	11.582	13.063	14.082	14.214	14.407	14.335
Costa Rica	452	707	867	1.085	1.286	1.341	1.414	1.438	1.425
Cuba	2.131	2.602	3.354	2.567	2.349	2.088	1.896	1.879	1.817
Equador	1.516	2.201	2.935	3.669	4.104	4.281	4.260	4.165	4.174
El Salvador	929	1.223	1.420	1.902	2.029	2.271	2.325	2.302	2.287
Guatemala	1.363	1.808	2.329	3.230	4.274	5.314	6.019	6.263	6.195
Honduras	655	966	1.360	1.852	2.420	2.823	2.964	3.000	2.940
México	12.839	18.219	24.977	29.294	29.924	30.464	29.322	28.323	27.719
Nicarágua	547	798	1.054	1.477	1.914	2.340	2.535	2.566	2.509
Panamá	387	544	703	777	838	850	831	839	847
Paraguai	605	919	1.160	1.501	1.984	2.304	2.624	2.840	2.861
Peru	3.383	4.774	6.190	7.470	8.259	8.424	8.397	8.309	8.298
República Dominicana	1.130	1.670	2.153	2.348	2.583	2.609	2.583	2.587	2.554
Uruguai	635	667	714	779	788	831	828	824	838
Venezuela	2.774	4.415	5.521	6.642	7.829	8.291	8.460	8.377	8.385

Fonte: (UNESCO, 2004,p 105).

Atualmente está sendo realizado no Brasil o censo demográfico de 2010 e está se confirmando esta progressão realizada pela UNESCO em 2004. Com mais de 90% da população recenseadas a população total do Brasil se aproxima dos 184 milhões

de habitantes e indicam que a pirâmide etária brasileira se alterou na última década. Segundo o boletim do IBGE¹⁵, se confirma a redução do crescimento populacional, já verificada no censo de 2000 e com isso uma redução de natalidade, onde a pirâmide da população brasileira está envelhecendo e a população jovem está reduzindo. Atualmente não podemos comparar e confirmar os dados da tabela acima com os dados do censo demográfico de 2010, pois estes ainda não foram publicados pelo IBGE, mas o que notamos é que as progressões se confirmam.

A discussão sobre a questão dos jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude só recentemente avançou no Brasil, apesar dos esforços da Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), a partir dos anos 90, de colocar o tema nas agendas governamentais. Grande parte desse esforço deve-se à visibilidade conquistada pelos jovens, nos processos de democratização, ocorridos na América Latina na década de 80.

Apesar da preocupação mais sistemática dos governos brasileiros, a partir dos anos 90, em formular e implementar políticas específicas voltadas para os jovens, a maior mobilização para discutir uma Política Nacional de Juventude só foi realmente acontecer nos últimos cinco anos, com vistas a elaborar um Plano Nacional de Políticas Públicas – que contemple e aprofunde as questões que afetam os jovens – e um Estatuto dos Direitos da Juventude.

Ao traçar um panorama do tratamento governamental dado, nos últimos anos, às temáticas relacionadas aos jovens no Brasil – como se faz neste texto de Kerbauy (2005) –, observa-se que não resultaram, de fato, em políticas públicas, mas num

¹⁵ IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística responsável pelo censo demográfico brasileiro publica dados parciais do atual censo de 2010. Até o atual momento, existem cerca de 90 % da população brasileira recenseada e onde se pode confirmar as progressões realizadas anteriormente para o atual ano. <http://www.ibge.gov.br/home/> consultado em outubro de 2010.

conjunto de programas geralmente desconexos, focalizando grupos de jovens que compartilham determinada condição, tratados quase sempre de forma estereotipada. No Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações, afirmam os autores Sposito e Carrano (2003).

Os governos, ao conceberem políticas de juventude como políticas sociais setoriais destinadas a determinados tipos e realidades – enfim, ao utilizarem de forma limitada a noção de políticas públicas de juventude –, nada mais fazem do que, na verdade, criar políticas de governo, uma vez que se constata ausência de jovens e de suas expressões coletivas na construção de ativas políticas. Dessa maneira, as políticas de juventude foram caracterizadas por ser reparatórias e compensatórias em vez de realizarem valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil a fim de promover o desenvolvimento e a construção da cidadania, ressalta Kerbauy (2005).

No entanto, até recentemente, as políticas públicas eram restritas ao universo do jovem e/ou adolescente, de até 18 anos. O debate público e a mobilização que ocorreram em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente – uma das mais avançadas leis existentes no mundo – foram decisivos para a visibilidade dada aos direitos da infância e adolescência e às políticas públicas destinadas a essa faixa etária.

Assim, os jovens com idade superior a 18 anos eram atendidos por políticas voltadas para a população em geral e as políticas públicas de juventude eram marcadas por uma abordagem emergencial, cujo foco era o jovem em situação de risco social.

Ainda que esta perspectiva seja importante, ela é insuficiente, pois é preciso considerar as heterogeneidades da juventude. O universo juvenil é complexo, compreende múltiplas singularidades que precisam ser levadas em consideração na elaboração e implementação de políticas públicas.

As políticas públicas devem passar do tradicional enfoque clientelista e burocrático – que têm os jovens como simples destinatários de políticas assistencialistas, para um enfoque centrado no “empoderamento” dos jovens e de sua participação efetiva em todos os níveis – pode deixar como saldo mais frustrações do que contribuições efetivas, ao reforçar o seu isolamento social e a independência das dinâmicas específicas das diferentes políticas setoriais de juventude. Portanto deve-se assumir um enfoque integrado e transversal, que permita somar os esforços institucionais e organizacionais oriundos da lógica setorial, trabalhando em conjunto com os próprios jovens, mas também e muito especialmente com os adultos que mantêm estreitas relações com eles, como: docentes, dirigentes comunitários, empresários, policiais, comunicadores sociais e pais. Assumir esta perspectiva a partir da gestão pública, com a participação de todos os atores, implica uma profunda mudança dos paradigmas com os quais se trabalhou no século XX e mais especificamente a partir do ano de 2003.

Segundo Sposito & Carrano (2003) em linhas gerais, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos, esse autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da

educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

No Brasil, antes de 2003, o que havia era uma série de programas/projetos voltadas para o jovem em diversas áreas, desconectados entre si e sem nenhum objetivo comum que levasse a constituição de uma política pública. De acordo com uma análise realizada por Sposito & Carrano (2003) foram identificados cerca de 30 programas/projetos governamentais, incidindo com maior ou menor focalização nas faixas etárias comumente consideradas como jovens (adolescentes de 15 a 19 anos e jovens de 20 a 25), e três ações sociais não-governamentais de abrangência nacional: *Programa de Capacitação Solidária*, *Projeto Rede Jovem* e *Programa Alfabetização Solidária*.

O caráter de políticas integradas e transversais, defendidas no documento Unesco (2004), pede uma instância de coordenação em nível nacional central, também com o objetivo de garantir a participação e a representação dos jovens, nas diversas áreas que os tenham como beneficiários.

Tais reflexões embasam a consideração de que políticas de juventudes compreendem de fato políticas **de/para/com** juventudes:

- **de** – uma geração diversificada segundo sua inscrição racial, gênero e classe social, que deve ser considerada na formatação de políticas;
- **para** – os jovens considerando o papel do Estado de garantir o lugar e bem-estar social na alocação de recursos;

- **com** – considerando a importância de articulações entre instituições, o lugar dos adultos, dos jovens, a interação simétrica desses atores, e o investimento nos jovens para a sua formação e exercício do fazer política.

Uno de los desafíos más importantes para las políticas públicas orientadas a los jóvenes, es la capacidad con la que los planificadores cuentan para establecer condiciones favorables para la participación de los jóvenes en el ramo de la investigación sobre su propia situación, en la elaboración de propuestas, aplicación de acciones y evaluaciones de procesos relacionados con las políticas sectoriales para la juventud o, de políticas globales que necesiten contar con una amplia participación juvenil. (DAYRELL & CARRANO, 2002, p 12).

O conjunto dos fatores resenhados condiciona o desenvolvimento das políticas públicas com um enfoque de/para/com juventudes. Um dos principais problemas identificados se relaciona com as limitações inerentes às respostas setoriais e desarticuladas, predominantes ao longo de toda a história do século XX. Carentes de uma visão integral e articulada, essas respostas se concentraram em aspectos particulares da dinâmica juvenil – educação, emprego, saúde, atividades culturais e esportivo-recreativas e outros – e deixaram de lado a perspectiva de conjunto, segundo se analisa a Unesco (2004) em seu relatório.

Um importante referencial sobre a infância e a adolescência no Brasil é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde a sua publicação, em 1990, passou-se a considerar crianças e adolescentes como cidadãos em desenvolvimento, ancorados numa concepção plena de direitos. No contexto de uma ampliação da consciência dos direitos, a sociedade brasileira reconsiderou a precariedade histórica das crianças e adolescentes, especialmente de classes populares.

No entanto, a juventude não surge, nesse contexto, como protagonista com identidade própria, uma vez que parece reforçar a imagem do jovem como um

problema, especialmente em questões relacionadas à violência, ao crime, à exploração sexual, à “drogadição”, à saúde e ao desemprego. A partir dessa concepção limitada, os programas governamentais procuraram apenas – e nem sempre com sucesso – minimizar a potencial ameaça que os jovens parecem representar para a sociedade (KERBAUY, 2005).

El Estatuto sobre el Niño y Adolescente (ECA, por sus siglas en portugués), promulgado en 1990, constituye un marco legal del proceso práctico-reflexivo dirigido a la transformación de la situación de la minoría brasileña, especialmente, en lo que atañe a quienes se encuentran en un proceso de exclusión social o en conflicto con la ley. (DAYRELL & CARRANO, 2002, p 16)

O avanço no trato da infância e da adolescência advindo do Estatuto é indiscutível, ainda que não tenha sido viabilizada a totalidade de equipamentos públicos que permitam aplicar a lei em sua integralidade. Aliás, isso nos faz refletir que a existência de um estatuto legal nem sempre significa a implantação concreta do previsto em lei. No marco regulatório, a experiência da ECA pode servir como subsídio para a formulação de um estatuto legal para a juventude, comenta Unesco (2004).

No entanto como já foi mencionado anteriormente, foi a partir de 2003 que começou a pensar em uma política pública de juventude com um caráter mais consistente e levando em consideração os diversos contextos juvenis existentes. Diante do desafio de inovar esta concepção, o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a

juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional.

O Governo Federal inovou na concepção de política pública e passou a considerar a juventude como uma condição social, e os jovens, como sujeitos de direitos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p 7).

Foi instituído um grupo de trabalho interministerial, com membros dos 19 ministérios, especialistas e representantes da juventude. Esse grupo realizou um diagnóstico da juventude brasileira e levantou todos os programas voltados para o jovem. Esse trabalho do grupo serviu como subsídio para a construção de uma política pública e também mais tarde a criação da Secretaria Nacional de Juventude. Vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é responsável por articular os programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos; fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; interagir com os poderes Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas. A partir de ampla pesquisa das condições socioeconômicas do jovem brasileiro, foram identificados nove desafios para nortear a consolidação da Política Nacional de Juventude:

- ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;
- erradicar o analfabetismo;
- preparar para o mundo do trabalho;
- gerar trabalho e renda;
- promover uma vida saudável;
- democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;

- promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- estimular a cidadania e a participação social; e
- melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Dessa maneira, em junho de 2005 com a Lei 11.129 foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, programa emergencial e experimental destinados a jovem de 18 a 24 anos ; e cria o Conselho Nacional da Juventude considerado este ultimo, como o marco da Política Nacional de Juventude.

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve, 2007) é um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o governo e a juventude brasileira. É um órgão consultivo e tem por objetivo assessorar o governo federal na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

O Conjuve é formado por representantes do poder público e da sociedade. A sociedade civil é representada por dois terços dos membros do Conselho e participa por meio de entidades, movimentos e redes de jovens, de organizações não-governamentais que trabalham com os mais diversos segmentos juvenis e de especialistas na temática da juventude. Também integram o Conselho os Ministérios que desenvolvem programas e ações voltados para a juventude, representantes do Fórum de Gestores Estaduais e da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude e das entidades municipalistas. A constituição do Conselho transforma em política de Estado a questão da juventude e revela um consistente pacto pelos direitos dos jovens.

Vale ressaltar, que dentre os vários programas voltados para os jovens envolvendo uma diversidade de temática para a implementação da Política Nacional de Juventude, está o Programa Juventude e Meio Ambiente. Programa desenvolvido pelo Ministério da Educação, o qual é o objeto de avaliação do presente trabalho e será descrito com maior detalhe posteriormente.

De acordo com Conjuve (2007) no primeiro ano de funcionamento do Conjuve, conselheiras e conselheiros debruçaram-se sobre dados, diagnósticos e experiências de políticas públicas voltadas para o segmento juvenil. Dividiram-se em três câmaras temáticas, cada uma responsável pela produção de diretrizes e recomendações para a construção de uma Política Nacional de Juventude, que se estruturaram a partir dos seguintes eixos: desenvolvimento integral – educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação; qualidade de vida – meio ambiente, saúde, esporte e lazer; e vida segura – valorização da diversidade e respeito aos Direitos Humanos.

Nesse sentido vamos dar um destaque ao trabalho de grupo, o qual trata da temática de meio ambiente. A tarefa específica desta Câmara Temática é abordar a questão da qualidade de vida buscando a intersecção entre as áreas da saúde, esporte, lazer e meio ambiente no contexto das políticas públicas de juventude. O grande desafio dessa câmara técnica foi abordar os temas de uma maneira que compreendesse o contexto socioeconômico e ambiental que afeta a vida dos jovens dificultando o acesso à saúde, ao esporte, ao lazer e ao cuidado com o meio ambiente. O padrão de desenvolvimento do país afeta diretamente a vida dos jovens, por isto mesmo é preciso avaliar quais oportunidades estão sendo construídas para as juventudes no sentido de elevar, de maneira sustentável, sua qualidade de vida.

Segundo o Guia de Políticas públicas de Juventude (Presidência da República, 2006) atualmente existem diversos programas voltados para a juventude, programas estes que atendem as diversas demandas da categoria mas que são dignas de avaliação em função de suas eficácias. No entanto, são programas que em sua maioria estão em vigência e que são gestados por diversos ministérios do Governo Federal. A seguir segue a lista de alguns do programas:

- O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é uma ação continuada de assistência social destinada aos jovens de 15 a 17 anos. O Agente Jovem visa o desenvolvimento pessoal, social e comunitário e proporciona, no horário contrário ao turno escolar, capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-os para futuras inserções no mercado. Responsável: O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- O Programa Bolsa-A atleta tem como objetivo garantir apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos, que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais. O Programa permite que o atleta treine sem precisar abandonar os estudos ou o esporte para ajudar no sustento da família. Responsável Ministério do Esporte.
- O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo promover a alfabetização dos brasileiros com mais de 15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar. Lançado em 2003, o Programa transformou campanhas temporárias de alfabetização, de alcance limitado, em uma política pública permanente de acesso à educação. A alfabetização foi integrada à educação de jovens e

adultos com o propósito de garantir a continuidade dos estudos aos egressos do Programa. Responsável : Ministério da Educação.

- O Programa Escola Aberta amplia as oportunidades de acesso a atividades educativas, culturais, de lazer e de geração de renda por meio da abertura das escolas públicas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos fins de semana. As atividades são voltadas a toda a comunidade, e os jovens são os principais beneficiários do Programa. Responsável: Ministério da Educação.
- O Programa Escola de Fábrica possibilita a inclusão de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho por meio de cursos de iniciação profissional oferecidos no próprio ambiente das empresas. O Programa tem como finalidade estimular o ingresso e a permanência dos jovens na educação básica regular e envolver o setor produtivo na formação desses jovens, aliando responsabilidade social à necessidade da indústria de contar com trabalhadores qualificados. Responsável: Ministério da Educação.
- O Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed) tem a finalidade de melhorar a qualidade e a eficiência do Ensino Médio e de ampliar a capacidade de atendimento em todo o país. O Programa está estruturado em dois subprogramas: Projetos de Investimento das Unidades Federadas e Políticas e Programas Nacionais. Responsável: Ministério de Educação.
- O Programa Juventude e Meio Ambiente é coordenado pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente e busca incentivar o debate sobre o tema entre os jovens. Com foco em políticas públicas ambientais, o Programa visa ampliar a formação de lideranças ambientalistas e fortalecer os coletivos

jovens de meio ambiente nos estados e na Rede da Juventude pelo meio ambiente. Podem participar do Programa os jovens integrantes desses coletivos, com idade entre 15 e 29 anos. A formação é realizada em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política. A capacitação dos jovens é feita de forma presencial, nos encontros e oficinas; e a distância, via *chats*, videoconferências e tutorias virtuais com especialistas. Responsável: Ministério de Educação.

- Nossa Primeira Terra é uma linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, voltada para jovens rurais e destinada à aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica. Podem participar jovens sem terra, filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agro técnicas, na faixa etária de 18 a 28 anos, que queiram permanecer no meio rural e investir na propriedade. Responsável: Ministério de Desenvolvimento Agrário.
- O Programa Cultura Viva foi criado em 2004 com o objetivo de potencializar iniciativas culturais já existentes e que reconheçam a cultura popular brasileira em toda sua diversidade. Uma das cinco ações do Programa são os Pontos de Cultura, que estão espalhados em localidades rurais, indígenas e quilombolas e centros urbanos de todo o país. Cada Ponto de Cultura recebe cerca de R\$ 185 mil para a realização de suas atividades e para a aquisição de *kit* de produção multimídia com computadores, com Internet Banda Larga e programas de *software* livre, estúdio e ilha de edição. Os trabalhos produzidos são compartilhados entre todos os Pontos de Cultura, via Internet. Responsável: Ministério da Cultura.

- O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi criado em 2000 para ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a trabalhadores que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade regular. O Programa é direcionado a jovens e adultos que já concluíram o Ensino Fundamental e tenham, no mínimo, 21 anos de idade. Responsável: Ministério da Educação.
- O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) foi criado em 2003 com o objetivo de reforçar a qualificação socioprofissional para assegurar a inclusão social e a inserção do jovem no mercado de trabalho. O PNPE atende jovens de 16 a 24 anos, desempregados e integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Pessoas com deficiência, mulheres, afro descendentes, indígenas e ex-presidiários têm prioridade no atendimento. Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego.
- O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) é destinado aos jovens de 18 a 24 anos, que não têm carteira profissional assinada e que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental. O curso proporciona aos jovens a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias. Responsável: Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, MTE (Ministério de Trabalho e Emprego), MEC (Ministério da Educação e Cultura) e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social).

- O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) O Governo Federal ampliou a distribuição de livros didáticos de português e matemática para os alunos do Ensino Médio com a criação, em 2004. A distribuição de livros didáticos era feita apenas para os estudantes do Ensino Fundamental. Responsável: Ministério da Educação.
- O Projeto Rondon é uma ação coordenada pelo Ministério da Defesa que tem por finalidade levar estudantes de instituições de Ensino Superior a regiões menos favorecidas do Brasil. Os jovens dos estabelecimentos de ensino selecionados desenvolvem trabalhos nas respectivas áreas de estudo, sob a supervisão de professores, durante as férias universitárias. A idéia é levar universitários brasileiros a conhecer a realidade do país e proporcionar aos estudantes a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. O Projeto foi relançado em janeiro de 2005 e originou-se de uma proposta encaminhada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) ao Governo Federal sugerindo a sua reativação. A iniciativa conta com a parceria do Ministério da Educação, de governos estaduais e prefeituras, da UNE e da Associação Nacional dos Rondonistas, bem como com o apoio de empresas privadas e estatais. Responsável: Ministério da Defesa.
- O Pronaf Jovem é uma linha de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar especialmente criada para os filhos dos agricultores familiares. O Programa contempla jovens de 16 a 25 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional. Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

- O Programa Universidade para Todos (ProUni) concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para os estudantes brasileiros de baixa renda. O objetivo é democratizar o acesso à educação superior, ampliar vagas, estimular o processo de inclusão social e gerar trabalho e renda aos jovens brasileiros. As instituições de ensino que aderirem ao Programa ficam isentas de alguns tributos federais. Responsável: Ministério da Educação.
- O Programa Saberes da Terra dar oportunidade de escolarização para jovens e adultos agricultores familiares é o objetivo do Saberes da Terra, um programa nacional de educação que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos agricultores familiares no sistema formal de ensino. O Saberes da Terra é desenvolvido pelos ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Agrário e envolve parcerias com estados e municípios, além de contar com a participação efetiva de organizações não-governamentais e de movimentos sociais com atuação no campo. Responsável : Ministério da Educação.
- O Programa Segundo Tempo é uma iniciativa do Ministério do Esporte para democratizar o acesso à prática esportiva no turno oposto ao da escola. Pelo Programa, crianças e adolescentes da rede pública de ensino têm acesso à prática esportiva, complemento alimentar, reforço escolar e ao material esportivo. Responsável: Ministério do Esporte.
- O Projeto Soldado Cidadão foi criado em agosto de 2004 com o objetivo de preparar os jovens egressos do serviço militar para o mercado de trabalho. A maioria dos militares que integram o Programa tem perfil socioeconômico carente. Por meio do Programa esses jovens passam a ter a oportunidade de

aprender várias profissões nas áreas de telecomunicações, automobilística, alimentícia, construção civil, artes gráficas, têxtil, eletricidade, comércio, comunicações, informática, entre outras. Responsável : Ministério da Defesa.

Grande parte dos programas estão voltados para atender as demandas de um setor bastante importante e básico de país em desenvolvimento, que é a Educação. A educação ainda é uma lacuna¹⁶ no nosso país que atinge grande parte da população incluindo sem dúvida os jovens.

3.3.1 – O CONJUVE – Os avanços e as perspectivas

O cenário é o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) que - por sua natureza, mandato e composição - visa a concretização de políticas públicas voltadas para juventude. Pressupondo a presença do aparelho governamental/estatal em sua definição, validação, execução e avaliação, as políticas públicas de juventude - por meio de programas e ações- têm como missão abrir caminhos para o reconhecimento e implementação dos direitos dos/das jovens de hoje. Nesta perspectiva, é preciso lembrar que a ação discursiva do “direito” tem funcionado

¹⁶ A política educacional do atual governó brasileiro, voltada à inclusão e ao desenvolvimento social, considera a necessidade de ampliar o acesso a todas as etapas da educação básica e de garantir padrões de qualidade social ao ensino público brasileiro. Em si mesma, a pretensão de proporcionar às crianças e jovens brasileiros acesso à educação básica já exige grandes esforços governamentais. Afinal, se o contingente de crianças excluídas do ensino fundamental não chega a ser muito grave, o mesmo não ocorre em relação à educação infantil¹ e ao ensino médio – etapas em que o contingente, de fato, é muito alarmante. O país ainda possui milhões de brasileiros analfabetos, que segundo os dados no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira) baseado no censo demográfico do IBGE (2000) revela que a taxa de analfabetismo para faixa etária de 15 a 29 anos é de 21,6% o que significa que a categoria juvenil é diretamente afetada. Tendo o Brasil, como sua marca básica, as desigualdades sociais e regionais, não poderia ser diferente com o analfabetismo. O Brasil é um país plural, com diferenças regionais e intra-regionais; assim sendo, toda política educacional deve considerar essas diferenças, se deseja atingir seus objetivos, ainda mais na área do combate ao analfabetismo. Assim, o Nordeste brasileiro tem a maior taxa de analfabetismo do País, com um contingente de quase oito milhões de analfabetos, o que corresponde a 50% do total do País (INEP,2003).

como ferramenta pública, legitimando historicamente lutas sociais que se sucedem e se complementam como diz Novaes et al (2005).

A primeira geração foi a que consagrou os direitos civis e políticos, depois veio a segunda, marcando a emergência dos direitos sociais e, por último, a terceira caracterizada pela consagração dos direitos difusos. Seus titulares são grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais. Sua finalidade é garantir que tais grupos se desenvolvam integralmente, sem serem subjugados ou discriminados.

Com a consagração dos direitos difusos, modifica-se a configuração do espaço público. Se os tempos modernos se caracterizaram pela busca da igualdade e dos direitos individuais, no mundo contemporâneo reivindica-se também o reconhecimento e valorização da diferença e das identidades coletivas. Da combinação dessas dimensões, surge a noção de “jovens como sujeitos de direitos”.

O reconhecimento dos direitos da juventude envolve seu desenvolvimento integral (direitos civis e sociais), o que é de interesse de toda a sociedade, e contempla também a valorização da diferença e das múltiplas identidades coletivas (direitos difusos).

Por outro lado, também é preciso lembrar, que a idéia de “políticas públicas de juventude” ganha força em um contexto histórico em que os direitos de cidadania (civis, sociais e difusos) se ampliam através de movimentos e fóruns internacionais que se reúnem em torno da categoria “direitos humanos”. Justamente porque as principais transformações que atingem os jovens (transformações globais no mundo do trabalho, narcotráfico mundial, interesses da indústria bélica internacional), não se circunscrevem às fronteiras e controles de qualquer país, as recentes intercessões entre os direitos de cidadania e os direitos humanos tornam-se fundamentais para o reconhecimento da “juventude como sujeito de direitos”.

Com efeito, reconhecer os direitos da geração juvenil atual exige que se considere - ao mesmo tempo - as características da sociedade brasileira e o novo contexto mundial. Ou seja, é preciso levar em conta as desigualdades sociais que se acumularam ao longo do nosso passado histórico e lançar um olhar específico para as demandas dos/ das jovens que vivem no presente mundo globalizado e excludente. Compreender tais especificidades é essencial para a elaboração e implementação de políticas públicas de juventude é o que introduz a autora Maria Virgínia Freitas na primeira avaliação dos dois anos de funcionamento do Conjuve segundo os autores Freitas (2007) e também por Novaes et al.(2005).

Numa publicação onde se avalia os dois primeiros anos de funcionamento do CONJUVE, a autora Ana Claudia Teixeira relata um panorama histórico da formação dos conselhos no Brasil, destacando desde a sua origem e sua magnitude dentro do sistema democrático do país (TEIXEIRA, 2007).

Os conselhos não são formas recentes de diálogo entre sociedade civil e Estado, mas foi após a promulgação da Constituição de 1988 que eles tornaram-se parte do arranjo institucional da democracia brasileira. Há hoje centenas de conselhos espalhados pelo País, com diferentes formatos e estruturas de funcionamento, que resultam de uma demanda da sociedade civil e dos movimentos sociais, que reivindicaram maior participação e controle das tomadas de decisão do Estado. Não há um único modelo de conselho. Ao contrário, eles apresentam diferenças em relação à composição, à forma de seleção de seus membros, às suas competências e atribuições, entre outros.

A conquista dessa institucionalidade se dá em meio a uma série de discussões que se conectam à percepção de que: a) é necessário reivindicar a constituição de uma

sociedade organizada na democracia, repudiando formas e exercício do poder autoritário; b) as políticas públicas concebidas e implementadas sem a participação dos cidadãos, feitas de cima para baixo, são incapazes de produzir resultados satisfatórios, pois a Administração não consegue propor soluções adequadas sem levar em consideração os problemas enfrentados concretamente pelos destinatários de suas ações. A reivindicação de instâncias de participação nas tomadas de decisão do Estado, assim, refere-se à premissa de que é necessária a existência de uma esfera de controle social das decisões do poder público, por meio da participação de sujeitos políticos capazes de influir sobre a definição e rumos das políticas públicas, dos recursos orçamentários, das prioridades de ações, entre outros. A existência dos conselhos, nesse sentido, é fruto de um projeto de participação que foi se desenhando aos poucos, no decorrer da história e ao longo de uma série de processos de luta e disputa pelo Estado. Desde a Constituição de 1988, um número expressivo de conselhos foi criado nas três instâncias de governo da federação. Só para se ter uma idéia, no poder executivo federal, existem hoje 64 conselhos nacionais, sendo que treze deles foram criados na gestão Luiz Inácio Lula da Silva, portanto, nos últimos quatro anos. Outros nove conselhos passaram por reformulações e foram reestruturados.

De maneira bastante genérica, podemos classificar os conselhos em três tipos:

- 1) conselhos de programas – que são geralmente formados por representantes da sociedade civil e estão vinculados à operacionalização de ações governamentais específicas (esse é o caso, por exemplo, do conselho do Fundef – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental);
- 2) conselhos de setores ou segmentos sociais – que são formados por representantes da sociedade civil e representantes do poder público para cobrir

temas específicos como direitos humanos, políticas destinadas à população negra e para mulheres, crianças e adolescentes, juventude, educação ambiental, gestão ambiental etc.

Em muitos casos, esses conselhos se articulam com a existência de estruturas equivalentes no âmbito municipal e estadual, mas isso não chega a constituir regra.

3) conselhos de políticas públicas – que estão voltados para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas universais presentes nas três esferas da federação (União, Estados e Municípios). Esses são bastante difundidos porque em muitos casos União, Estados e Municípios precisam tê-los para poder receber recursos da política setorial (como na saúde, assistência social e criança e adolescentes). No caso dos conselhos de políticas públicas, há legislação nacional que traz algumas regras que os governos têm de respeitar. A composição desses conselhos nacionais é bastante diversa, dependendo sobretudo da função e atribuição de cada um dos conselhos: no Conselho Nacional de Saúde, que é uma referência bastante positiva de estrutura, trabalhadores do setor, governo, usuários e prestadores de serviço possuem lugar no órgão; o Conselho Nacional de Educação, que tem caráter normativo, é constituído sobretudo por especialistas e acadêmicos; atualmente, o Conjuve é composto por representantes do poder público e também por representantes da sociedade civil, dos mais variados campos – especialistas, representantes de movimentos e organizações juvenis e ongs que se dedicam à temática da juventude. No que diz respeito à proporcionalidade de composição, muitos conselhos são paritários. Alguns conselhos, como de criança e adolescente e assistência social, possuem composição paritária entre governo e sociedade, por força do que prevê a legislação nacional. Mas quando não há legislação federal

regulamentando os conselhos, o poder público ao qual eles se vinculam – federal estadual ou municipal – pode agir com discricionariedade nessas definições.

Cabe aqui, no entanto, dizer que dos treze conselhos criados na gestão Lula, um número expressivo é composto por membros indicados pelo próprio governo. Esse é o caso do Conjuve, por exemplo. Há riscos grandes desse tipo de composição, pois a disseminação de conselhos não está, necessariamente, comprometida com a garantia de participação nas tomadas de decisão. Nem sempre os conselhos são formas que buscam garantir um diálogo com a sociedade, mas podem se configurar como formas de legitimar uma gestão diante dela. Há um risco, sempre presente, dos conselhos serem usados para forjar legitimidade, sobretudo quando é o próprio poder público o responsável pela decisão de quem irá se sentar à mesa em que as decisões serão tomadas, ressalta Teixeira (2007).

Frente a este quadro geral dos conselhos no Brasil, um primeiro desafio é perceber qual é a singularidade do tema juventude e da sua emergência na atualidade. Nos últimos anos, o debate sobre a juventude e sobre as políticas públicas destinadas a esse segmento ganhou visibilidade pública. Essa emergência revelou e reuniu uma série de atores: ongs, fundações empresariais, organismos internacionais, acadêmicos, parlamentares, gestores municipais de organismos de juventude e, em especial, uma diversidade de organizações, movimentos e grupos juvenis.

Esse processo começou com mais força no âmbito local. Entre o final da década de 1990 e primeiros anos de 2000, observamos um crescimento de mecanismos institucionais – coordenadorias, assessorias, secretarias – municipais destinadas à juventude, assim como a criação de mecanismos de diálogo entre gestão pública e setores organizados da juventude (experiências inaugurais desse tipo são verificadas em Santo André e Porto Alegre).

Os primeiros passos do CONJUVE foram dados com a partir da criação das 3 câmeras técnicas cada uma delas foi criada a partir da articulação de temas que contemplam três importantes dimensões da vida de jovens brasileiros e brasileiras, a saber:

- CT1 - Desenvolvimento Integral (afirma a necessária interseção entre Educação, Trabalho, Cultura e Tecnologia de Informação, nos moldes do século XXI);
- CT2 - Qualidade de Vida (contempla a necessidade de ampliar acessos imediatos e cotidianos dos e das jovens aos equipamentos adequados de saúde, esporte, lazer e à sustentabilidade sócio- ambiental);
- CT3 - Vida Segura (aposta na articulação entre a universalidade dos direitos humanos e a valorização da diversidade para fazer frente às violências físicas e simbólicas).

Certamente, todas estas dimensões são inter-relacionadas e interdependentes. Mas, a articulação proposta busca evitar a clássica divisão temática em grandes áreas que não dialogam entre si e, também, sugere caminhos para efetivar a transversalidade do tema juventude através da integração de políticas estruturais, emergenciais e específicas.

A temática da juventude precisa ganhar corações e mentes. Não só dos jovens, mas de toda a sociedade. Seu dever é figurar como elemento central no debate geral sobre as políticas públicas no Brasil, oferecendo a elas, por meio da experiência do Conjuve. Um novo paradigma de construção de conteúdo e estabelecimento de processos inovadores de elaboração.

Ainda no que diz respeito a premissas, é importante destacar uma recomendação geral: a questão da participação juvenil deveria presente nas discussões de todas as

Câmaras Temáticas (CT), dado seu papel fundamental nas políticas públicas voltadas para esta faixa etária. Ao mesmo tempo, cada Câmara também deveria se deter nas particularidades das juventudes rurais e urbanas, assim como atentar para a diversidade de gênero, étnica e racial, de orientação sexual e dos/as jovens com deficiência.

Observando os resultados, veremos que muitas vezes não foi possível reunir informações que dessem conta de todas as identidades juvenis em questão. Outras vezes a ênfase nos direitos básicos e nas políticas estruturais não favoreciam recortes específicos. Contudo, com muito esforço, e na medida do possível, cada CT tentou corresponder ao desafio de pensar a juventude brasileira com suas desigualdades e diversidades.

Correspondia a CT2 de Qualidade de vida discutir a temática ambiental. Na câmara técnica foi enfatizada que mais recentemente a partir da Constituição de 1988 que o meio ambiente foi integrado como direitos de todos e para todos. No entanto a juventude ainda sim não estava sendo valorizada como categoria específica e os direitos estavam sendo diluídos diante dos outros segmentos sociais. E especialmente com a Eco 92 que a questão ambiental passou a ser claramente assumida como um direito universal ela passou a ser incorporada por diversos setores da sociedade.

A área é caracterizada pela inexistência de políticas específicas para a juventude. Diversas dificuldades são identificadas por se tratar de uma área recente. Meio Ambiente e Juventude, relacionada à falta de circulação de informações sobre o tema e sobre oportunidades e formulação e implementação de programas e ações na área. Decorrente da ausência de marcos legal identifica-se a quase inexistência de instâncias e espaços de participação da juventude no Sistema Nacional de Meio

Ambiente. Neste sentido, explicam-se as restrições ao trabalho conjunto e em parcerias entre organizações juvenis e instituições da área ambiental. A câmara técnica se debruçou nos diagnósticos e pesquisas realizadas em focando o tema para chegar a algumas propostas e perspectiva de inserção do tema nas políticas de, com e para a Juventude.

Teve como meta principal democratizar a gestão das políticas públicas de juventude por meio de participação e controle social. O que pressupõe a participação cidadã, crítica e efetiva das juventudes nas diversas instâncias políticas e de tomada de decisão; abrindo possibilidade para a dimensão do controle social que a juventude pode e deve exercer junto ao Estado. Com isso as câmaras técnicas trabalharam nesse espírito de incentivar cada vez mais o engajamento do jovem na temática ambiental.

3.3.2 - O Conselho Estadual de Juventude do Estado da Bahia- CEJUVE- BAHIA

O Conselho Estadual de Juventude foi criado através de decreto assinado pelo governador do Estado, Jaques Wagner no dia 11 de outubro de 2008. No dia 21 de janeiro de 2009, foram empossados os 30 conselheiros, dez do governo e 20 da sociedade civil organizada. Cabe ao CEJUVE, propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política estadual de juventude, apresentar políticas públicas para o segmento juvenil e promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da juventude baiana. A composição do CEJUVE podemos ver em anexo nº 06, bem como o decreto de criação no anexo nº 05.

A realidade baiana trata-se, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), 28,3% da população baiana e formada por jovens entre 15 e 29 anos de idade, que corresponde a 3,98 milhões de pessoas. Os jovens são 35,9% da população em idade ativa (PIA) e quase 40% da população economicamente ativa (PEA) baiana.

O processo de criação do CEJUVE começou em setembro de 2007 com a convocação por parte do governo federal das Conferências Livres de Juventude. Cada estado teria que mobilizar a juventude para participar das conferências e discutir os temas que a esta categoria interessava, dentre eles: juventude e política, juventude e família, juventude e trabalho, juventude e política e outros. Foram promovidas mais de 60 conferências municipais, sendo que 41 destas etapas eletivas, ou seja, que se elegiam o representante para a etapa Nacional que se realizaria em Brasília no ano de 2008. Na Bahia, foram reunidos mais de 12 mil jovens, percorrendo os 26 territórios de identidades¹⁷ do Estado da Bahia.

Em Março de 2008, na etapa estadual, estavam reunidos dois mil delegados e delegadas onde se aprovam os 7 desafios e 21 soluções prioritárias para a política de Juventude na Bahia. Em anexo nº 07 Resoluções Prioritárias da Conferência de Juventude da Bahia Balanço dos Principais Avanços – Nível Estadual.

Em Julho de 2008 é realizada a etapa nacional, a 1ª conferência Nacional de Juventude. A idéia do encontro é debater três grandes eixos: Democracia,

¹⁷ Territórios de identidade: conceito revolucionário criado pelo Geógrafo baiano Milton Santos (2000), que é entendida aqui como o conjunto de elementos que configuram a fisionomia de um determinado território, elementos esses que resultam do processo sócio-histórico de ocupação da região, das suas tecnologias produtivas, formas de sociabilidade, convívio e produção material e imaterial. Percebe-se na visão do autor, que o termo território aparece como cenários onde os sentimentos de pertencimento e/ou identidade estão atrelados ao que as pessoas sentem em relação aos territórios em que vivem. O território aqui é, portanto, o cenário de produção e reprodução do trabalho, das manipulações culturais, materiais e espirituais. Integram esse vasto mosaico da ação humana nesses ambientes os patrimônios histórico, artístico, cultural e ambiental. Com base neste conceito, muitos programas governamentais assimilaram esta divisão pois possuem princípios básicos da democratização das políticas públicas como a descentralização das decisões, a regionalização das ações e a co-responsabilidade na aplicação de recursos, e na execução e avaliação de projetos. O uso do território pode ser definido pela implementação de infra-estrutura, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade (SANTOS e SILVEIRA, 2004 p21)

Participação e Desenvolvimento Nacional, com dois objetivos: estabelecer Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude e Desafios e Prioridades para as políticas públicas de juventude.

O objetivo do encontro é promover o direito à participação, fortalecer a articulação da juventude e indicar ao poder público as prioridades de ações e programas relacionadas ao tema, além de contribuir para mudar o patamar de compreensão da sociedade sobre este segmento.

Os debates foram sendo dirigidos por metodologia específica e com base num documento elaborado pelo próprio CNJ, para dar suporte às discussões e alcançar os objetivos da conferência. Este documento resgatou parte desse acúmulo histórico e sugeriu como um ponto de partida para as conversas da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, um amplo processo de diálogo do governo com a sociedade, com debates nas escolas, universidades, grupos juvenis, etapas municipais e estaduais. O documento base foi dividido em três partes fomentando reflexões no que se refere ao panorama do tema com as questões: Por que falar de juventude?, afinal o que é ser jovem? e quais os desafios da juventude brasileira hoje? A segunda parte, intitulada Políticas Públicas de Juventude, começa justificando a importância desse tema e retoma a história das ações governamentais Para os jovens do Brasil. Em seguida, é apresentada a Política Nacional de Juventude. A terceira parte era um convite a participar da conferência destacando a importância deste momento para a categoria juvenil brasileira.

Ao final da 1ª Conferência Nacional de Juventude foram aprovadas as prioridades e algumas resoluções no tocante da política. Dentre as prioridades aprovadas o tema de meio ambiente ficou em 4º lugar, refletindo o avanço que o tema tem ganhado dentro da categoria juvenil, algo que em décadas passadas era prioridade e foi

sendo perdida. Talvez com este fato reflita um pouco ou ao menos um desejo de recuperar e inserir na luta juvenil a qualidade de vida percebendo que falar de meio ambiente é falar de outras demandas existentes para os jovens. Dentre as resoluções aprovadas com o tema meio ambiente está a de criar uma política nacional de juventude e meio ambiente que inclua o “programa nacional de juventude e meio ambiente”, institucionalizado em ppa (plano plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da agenda 21 da juventude que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis. E a outra para qualificar a juventude nas áreas ambientais, utilizando recursos como do fat (fundo de amparo ao trabalhador), entre outros, para atuarem em projetos de educação ambiental, unidades de conservação, ecoturismo, recuperação das áreas degradadas dentre outras. Em anexo nº 06 pode-se ver na íntegra todas as resoluções e dos temas eleitos como prioritários para a juventude do país.

Com isso, após o grande êxito da 1ª Conferência Nacional de Juventude, o estado da Bahia elabora por meio do GT de juventude uma proposta de coordenação, de criação do Conselho e o Plano Estadual de Juventude. Em julho de 2008 o GT entrega ao governador esta proposta. Composto por seis secretarias de estado, uma representação da Assembleia Legislativa e uma representação de especialista convidado, o GT sempre focalizou seus esforços no sentido de oferecer ao Governador da Bahia e à sociedade baiana como um todo, elementos concretos para a construção de uma Política Estadual de Juventude. No entanto, recebe críticas no sentido em que neste momento o jovem não foi ouvido, ou seja, não tinha representação da categoria no GT, mas o grupo levou em consideração todas as

demandas trazidas das conferencias livres nos municípios e na etapa estadual. Nos documentos elaborados nestas conferencias eram os reflexos da opinião da juventude baiana. O grupo também recebeu críticas do grupo de pesquisa bastante conceituado da Universidade Católica de Salvador, da professora Mary Castro Garcia, pesquisadora bastante qualificada sobre o tema e consultora da UNESCO.

O GT tinha como princípio garantir a opinião coletiva das juventudes baianas como principal referencia para a construção desta nova e urgente política; e por outro lado sem pretensão de encerrar, concluir nem mesmo reduzir o debate sobre a Política Estadual de Juventude e sim estimulá-lo (GT JUVENTUDE, 2008).

Em agosto do mesmo ano, o Governo do Estado promove um seminário sobre Juventude e define os eixos centrais do novo programa: educação, trabalho e desenvolvimento social.

Em outubro de 2008, em solenidade o Governo da Bahia reuniu cerca de 500 jovens baianos e lança o programa “TRILHA – juventude baiana no caminho do trabalho” constitui o Conselho Estadual de Juventude e adere ao Pacto Nacional de Juventude.

Reconhecer o jovem como sujeito portador de direitos específico e merecedor de atenção especial do Estado e um desafio admitido pelo Governo da Bahia desde 2007, com a convocação da Conferência de Juventude. A constituição do Conselho Estadual de Juventude e a principal marca desta política. Em um estado marcado pelo histórico de exclusão e injustiça social que atingia a juventude, especialmente os jovens negros e rurais, a instituição do Cejuve marca a possibilidade de consolidação dos direitos juvenis e do aprofundamento das políticas públicas voltadas para este segmento (GOVERNO DA BAHIA, 2010b, p10).

A figura nº 01 abaixo mostra a linha do tempo para constituição do Conselho Estadual de Juventude.



Figura nº 01 _ Linha do tempo do CEJUVE Bahia.

Fonte: (GT JUVENTUDE; 2008).

O Conselho funciona com reuniões ordinárias a cada dois meses, sendo convocada quando necessário se convocam reuniões extraordinárias. Até agosto do ano passado o CEJUVE já estava sendo elaborado o projeto do plano Estadual de Juventude para ser entregue ao Governador a título de apreciação. Em janeiro de 2010 em um ato solene, foi entregue ao governador do Estado, enviada a Assembléia Legislativa, uma compilação das políticas públicas voltadas para atender as demandas da juventude baiana, o Plano Estadual de Juventude. Tratava-se de um documento, portanto, do primeiro marco legal da história do Governo da Bahia, que reconhece a camada dos jovens como prioritária, garantindo o direito ao acesso à cultura, educação e trabalho. É a aprovação de um estatuto juvenil para reger, durante os próximos doze anos, as ações estaduais em prol do segmento etário entre 15 e 29 anos.

Resultado das Conferências Nacional e Estadual da Juventude, realizadas entre 2007 e 2008, com a participação mútua e colaborativa da sociedade civil e do Governo do Estado, o Plano traz metas como a erradicação do analfabetismo juvenil, a descentralização das ações governamentais de juventude concentradas em Salvador e região metropolitana e o desenvolvimento de ações específicas para jovens quilombolas, indígenas, mulheres e trabalhadores.

O Plano define, portanto, os parâmetros para os quais as diversas Secretarias de Estado terão de trabalhar para atingir um conjunto de objetivos com vistas a melhorar a qualidade de vida, empregabilidade, esporte, lazer e cultura dos jovens.

No último mês de julho, o Cejuve avalia o seu primeiro ano de funcionamento e destaca com principais avanços foram a entrega do Plano Estadual de Juventude na Assembléia, a Pré-conferência Mundial de Juventude realizada durante o mês de maio em Salvador, a Tenda da Juventude, além dos encontros, audiências e reuniões do conselho. Também como produto desta gestão a publicação da Revista Jovem geração como meio de divulgar as ações do governo e os avanços da política de juventude.

Entendemos que estamos vivendo um momento histórico no Estado da Bahia, pois quando reconhece a enorme dívida do Estado, retira-se a invisibilidade um importante sujeito social (o jovem) e busca-se assegurar o conjunto dos seus direitos (a juventude). É nesta perspectiva que caminha: acreditando no jovem, investindo na Bahia.

A ausência de políticas para esta categoria não quer dizer que não existiam demandas, no entanto a questão da não existência incide então numa invisibilidade produzida, numa descredibilidade construída de modo a apontar cenários sem alternativas.

Para o Boaventura Souza Santos (2003), procura desmostrar com a Sociologia das ausências que aquilo que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, como uma alternativa não-credível ao que existe. A Sociologia das Ausências procura “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (Santos, 2003,p 743).

Para Lage (2005), de fato, há uma estratégia de poder que visa silenciar outras alternativas de forma a difundir uma percepção de falta de opções ao modelo dominante. Neste contexto é possível encontrar argumentos fortes que suportam a idéia da falta de alternativas ao modelo neoliberal, sendo este a única alternativa credível para o desenvolvimento global das sociedades. Com estes argumentos tenta-se impedir que muitas outras experiências fora do eixo hegemônico sejam visibilizadas por não estarem alinhadas com seus princípios coloniais.

A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objecto de disputa política. A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social. Com isso, cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente. A ampliação do mundo ocorre não só porque aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, com elas, aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro (SANTOS, 2003,p 746).

Nesta esteira, o invisível, o não existente tem uma concretude física e sociológica e a ideia do aparente vácuo desfaz-se quando estas experiências alternativas são

iluminadas, tornando-se visíveis e passam a servir de referência para novos caminhos (LAGE, 2005 p 38).

A visão hegemônica do mundo é apenas uma das várias visões que, ao impor o seu domínio, reduz a realidade social à sua verdade anunciada como única e não como parte de um todo e, por isso, defendida como aquela que é universalmente válida.

A idéia do jovem como problema, como gerador de uma gama de problemas sociais, como eram vistos anteriormente pelos interesses dos governantes, era conveniente tê-los dentro da lógica da não existência, o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. No momento em que o invisível torna visível e que existe a possibilidade de corroborar com o sistema hegemônico, este se torna visível. Perante isto, o resgate da visibilidade destas realidades subalternizadas, que faz reaparecer outras totalidades, traz consigo uma cautela ousada. Cautelosa no sentido de evitar que o processo de recuperação da visibilidade possa conduzi-las a novas subalternidades, caso as experiências sejam reconduzidas para dentro da totalidade hegemônica, e ousada no sentido de apontar o exterior, não como um estar fora, mas como um conjunto de outras totalidades autônomas que negam a redução do mundo, de acordo com Lage (2005).

A Sociologia das Ausências propõe desvelar a inesgotável diversidade das experiências sociais, na medida em que amplia o universo de interação entre saberes, temporalidades, igualdades e diferenças, escalas e modos de produção, alargando o espectro das alternativas para a transformação do mundo.

A idéia do jovem como aquele que está de fora, as margens da sociedade, como problema e alvo de preocupação, reforçavam a criação de programas de

caráter assistencialista e não davam espaços aos jovens a participar desta elaboração ou seja, não davam a subsídios para empoderar de argumentos que realmente atendessem suas demandas. Paulo Freire (1997) dizia que a condição dos não alfabetizados devem ser considerados de fora de, à margem de, algo, estarem marginalizados em relação a alguma coisa, ou o que é o centro, em relação a periferia. Acrescenta ainda que este movimento, que é uma ação, pressupõe não somente um agente, como também a existência de algumas razões. Se se admite a existência de homens “fora de”, ou “à margem” da realidade estrutural, parece legítimo perguntar-se quem é o autor deste movimento do centro da estrutura para a margem. São aqueles que se dizem marginalizados que decidem deslocar-se para a periferia da sociedade? Por fim, conclui que se a marginalidade não é uma opção, o homem marginalizado tem sido excluído do sistema social e é mantido fora dele, quer dizer, é um objecto de violência (Freire, 1979,p 38). Ao analisar a categoria juvenil estava nessa condição de está a margem de um sistema que os levava a está fora do que foi estabelecido como estrutura social.

Mesmo com a juventude sendo durante muito tempo silenciosa , o silêncio trás à tona muitas vozes e que estão aparentemente sem vozes, nas quais se pode fazer-se voz e subversão, articulam-se muitas vozes - e criam formas transgressivas de lidar com a ideia da subalternidade, transformando-as em estratégias de lutas de resistências. Nesta medida, o silenciamento pode transformar-se num murmúrio transgressor capaz de subverter as condições de subalternidade. O silêncio pode ser também um ensurdecador grito de luta (LAGE, 2005, p 70).

Daí a importância da construção da identidade do jovem como sujeito social, como sujeito relacional, que possui os direitos e reconhece que o outro também o possui. A relevância de definir o eu na sua afirmação como sujeito social capaz de conhecer o mundo. Se assim é, o sujeito só se pode relacionar com o mundo como um experimento, se for constituído por uma identidade que lhe sirva de passaporte para transitar na vida social.

Desta maneira, sabendo quem é e quem é o outro, o sujeito consegue se estabelecer-se numa perspectiva relacional que irá definir a hierarquia de cada um na teia. Porém, a inserção na vida social, orientada pela perspectiva do questionamento sobre o mundo e da ação transformadora sobre esse mesmo mundo, também cobra que o sujeito possua uma representação identitária que lhe permita suportar a dúvida sobre si mesmo para poder visualizar outras possibilidades sobre si e sobre o mundo. Sem esta condição, estará destinado a permanecer à margem da vida em sociedade (Lage, 2005, p 72).

No entanto, a juventude deve se dar conta deste caminho a ser trilhado, a fim de que não perca de vista a construção de políticas públicas que realmente retratem e exerçam este tão difícil exercício de ser sujeito social, de direitos e pertencente a esta história.

3.4 – As Políticas Públicas de Juventude no Contexto Europeu

Diferente do que se passou no Brasil esse tema na Espanha e em toda União Europeia já tem sido debatido há muitos anos e as políticas de juventude implementadas já vêm desempenhando o seu papel fundamental do desenvolvimento dessa categoria

juvenil. Atualmente a Espanha possui cerca de 9 milhões de jovens para faixa etária de 15 a 29 anos.

A sociedade europeia está envelhecendo devido à baixa taxa de natalidade e o crescimento da longevidade. De acordo com o relatório da Comissão Europeia de 2002, entre 2000 e 2020, a porcentagem de pessoas entre 65 e 90 anos de idade passará a representar 16% da população total da União Europeia (UE), sendo que a faixa de idade correspondente ao intervalo de 15 a 24 anos apenas representarão 11% da população da UE.

Se esta situação não for invertida, será um elemento crucial das políticas públicas futuras para reorganizar este relevo populacional, a fim de evitar a ruptura dos sistemas sociais atuais e especialmente dos sistemas de pensões de aposentadorias, do sistema educativo e do mercado de trabalho, argumenta Redoli Morchón (2004).

No continente europeu nem sempre há existido a mesma ideia do que significa ser jovem, nem se tem correspondido com as mesmas idades. Assim, durante a idade média e o Antigo Regime, a juventude se definia como uma condição de gênero masculino que denotava pertencer aos níveis mais altos da sociedade.

La juventud era el periodo de tiempo durante el cual se formaba a los futuros nobles y aristócratas para reproducir las costumbres de la posición social adscrita a su linaje. Más tarde, iniciada ya la Ilustración, la juventud se convirtió en la categoría de edad en la que la educación debía intervenir muy intensamente para entrenar las virtudes cívicas y potenciar el desarrollo de las capacidades del joven (GINER, LAMO DE ESPINOSA, & TORRES, 1998, p. 413).

O conceito de juventude cada vez mais aparece dissociado da idade na literatura sociológica. No debate e na tomadas de decisões das políticas públicas de juventude, tanto executam desde uma perspectiva mais baseada no desenvolvimento do indivíduo durante a juventude como desde uma perspectiva da transição, onde a idade surge como um indicador para a aplicabilidade.

Dessa maneira, um dos maiores desafios ao observar a reconceitualização das políticas de juventude na modernidade é deixar radicalmente de fazer definições baseadas na idade e passar a definir os objetivos baseados nas necessidades e no status, ressalta Guidikova (2002).

Os estudos, os documentos de políticas públicas, os instrumentos legais e os programas de juventude a nível europeu – especialmente os do Conselho de Europa e a Comissão europeia – tem estabelecido claramente que a educação não formal, os direitos da cidadania, a aprendizagem intercultural, a mobilidade y a participação são os componentes principais destas políticas de juventude. Bem como outras áreas essenciais de bem estar juvenil, moradia, bem estar, saúde e outros, estão ausentes do terreno oficial das políticas de juventude europeia, apesar de serem ditas políticas públicas de juventude, holísticas, globais e integradas, integrais, transversais, presentes em distintas doses e proporções a nível nacional.

As políticas juvenis no contexto europeu são focadas de acordo com o conceito adotado. Muitas delas negligem a necessidade de adotar uma perspectiva holística das necessidades dos jovens, como por exemplo Estônia e Luxemburgo, por outro lado colocam grande ênfase na educação a Holanda, para Espanha, Portugal e França concentram os esforços nas transições ao mercado de trabalho, e o Reino Unido e Grécia a prevenção da exclusão social como objetivo político fundamental.

O debate internacional sobre os princípios e os conteúdos das políticas de Juventude, primeiro dentro da rede do Conselho Europeu, depois a nível mundial (Nações Unidas) e da União Europeia (dentro da estrutura do “Libro Blanco”) a levado a um conceito de política juvenil holística. Termo este que se aplica tanto no âmbito de cobertura das políticas, como no âmbito dos objetivos que compreendem a facilitação das transições juvenis, mas também a capacitação e a emancipação dos adultos jovens como plenos cidadãos.

O interessante é ver que a nível europeu, a preocupação pela prevenção e pelas questões relacionadas com a normalização da juventude considerada problema, nunca ocupou o lugar central. Talvez por influencia da sociedade civil organizada e pelas discussões na formulação do conceito de juventude, baseado na cidadania, na capacitação e na participação.

Em alguns países europeus a questões sobre juventude estão agrupadas em um ministério, um comitê especial ou uma secretaria especial com responsabilidades em assuntos específicos dos jovens como por exemplo, a Bulgária, Romênia, França, Luxemburgo, Rússia, Malta e Irlanda. Em outros existem ministérios particular que se dedica a estas questões, mas que não necessariamente estão exclusivamente dedicados a isso, como o Ministério da cultura, de assuntos sociais ou de educação (como por exemplo a Estônia, Letônia, Itália, Croácia e a comunidade francófona da Bélgica). Em outros países como Espanha e Portugal foram estabelecidos os Institutos da Juventude especiais para coordenar os diferentes projetos para a juventude a nível nacional, assim como a cooperação internacional e projetos de investigação no campo juvenil. Um terceiro grupo de países, não tem ministérios especializados com responsabilidades nos assuntos juvenis, nem um departamento,

as questões são tratadas por outros ministérios de acordo com o aspecto que queira tratar com é o caso de Polônia e Suíça (COUNCIL OF EUROPE, 1998).

Para Casal (2002), todo o panorama político europeu dos anos 80 e 90 estava voltado a questões de juventude como intervenção pública em formação, orientação e fomento ao trabalho. Durante este longo período, segundo o autor, a União Europeia (UE) teve como prioridade as políticas de TVA (denomina-se políticas da transição a vida adulta), acompanhada de políticas de saúde e de políticas sociais.

Com a publicação do “Libro Blanco” em 2002 dota a União Europeia de um novo marco de cooperação no âmbito da Juventude. Com ele nasce uma nova perspectiva de políticas públicas de juventude, baseado em princípios como da participação, emancipação e o voluntariado.

A Espanha constrói seu percurso de construção histórica das políticas públicas segue o contexto europeu, portanto oficialmente a partir da Constituição na década de 70, embora houvesse muitos indícios de políticas ou programas voltados para a juventude e que até hoje não é reconhecido como. Assim a seguir veremos todo o processo histórico das Políticas Públicas de Juventude na Espanha.

3.4.1 - O caso da Espanha

A Espanha inicia desde os anos 70 suas políticas e preocupações voltadas para os jovens, tomando como referência o período de redemocratização das instituições sociais no país, em 1979 com a Constituição Espanhola e seu artigo nº 48, foram

definidoras para o desenvolvimento das políticas de juventudes. Assim como também o artigo 149 do Tratado da União Europeia¹⁸.

O texto constitucional é muito evidente que as Políticas de Juventude da democracia espanhola deveriam articular de forma bastante precisa com os termos setoriais e com a promoção a participação em tudo aquilo que se supõe como direitos para o cidadãos e que a Constituição descreve como direito a igualdade legal, liberdade, a vida dentre outros. Claro que nenhum destes direitos é próprios e exclusivos dos jovens, mas de todo o conjunto de cidadãos, no entanto a promoção a participação sim é específica dos jovens maiores de 18 anos, ressalta (Comas Arnau, 2007).

Esta mesma Constituição indica que os poderes públicos deverão garantir todos estes direitos e estão, portanto vinculados o sucesso dos mesmos, ou seja, ainda que o artigo 49 não existisse, os poderes públicos estariam obrigados a assumir a promoção da participação de todos os cidadãos e o exercício dos direitos e deveres. Mas a existência do artigo 48 confirma alguma forma específicas de promoção a participação direcionadas aos jovens.

¹⁸ 1. La Comunidad contribuirá al desarrollo de una educación de calidad fomentando la cooperación entre los Estados miembros y, si fuere necesario, apoyando y completando la acción de éstos en el pleno respeto de sus responsabilidades en cuanto a los contenidos de la enseñanza y a la organización del sistema educativo, así como de su diversidad cultural y lingüística.
2. La acción de la Comunidad se encaminará a: - desarrollar la dimensión europea en la enseñanza, especialmente a través del aprendizaje y de la difusión de las lenguas de los Estados miembros; - favorecer la movilidad de estudiantes y profesores, fomentando en particular el reconocimiento académico de los títulos y de los períodos de estudios;
- promover la cooperación entre los centros docentes;
- incrementar el intercambio de información y de experiencias sobre las cuestiones comunes a los sistemas de formación de los Estados miembros;
- favorecer el incremento de los intercambios de jóvenes y de animadores socioeducativos;
- fomentar el desarrollo de la educación a distancia.
3. La Comunidad y los Estados miembros favorecerán la cooperación con terceros países y con las organizaciones internacionales competentes en materia de educación y, en particular, con el Consejo de Europa.
4. Para contribuir a la realización de los objetivos contemplados en el presente artículo, el Consejo adoptará:
- con arreglo al procedimiento previsto en el artículo 251 y previa consulta al Comité Económico y Social y al Comité de las Regiones, medidas de fomento, con exclusión de toda armonización de las disposiciones legales y reglamentarias de los Estados miembros;
- por mayoría cualificada y a propuesta de la Comisión, recomendaciones «La Gobernanza Europea – un Libro Blanco», COM (2001) 428 de 25.7.2001.

As Políticas de Juventude na Espanha democrática segundo a constituição garantem de forma prioritária, esta promoção da Participação e a formação e informação sobre os direitos e deveres.

El análisis de las Políticas de Juventud en la España democrática, debería orientarse, de acuerdo con nuestro ordenamiento básico, en el análisis de las políticas de participación (incluida formación e información) sobre estos derechos y deberes. Lo demás sería circunstancial y ligado a otros objetivos no propios de las Políticas de Juventud. Obviamente la Constitución no es inamovible, pero en estos casi treinta años de democracia es la que hemos tenido y deberíamos haber aplicado. En todo caso conviene resaltar que la noción de que las Políticas de Juventud son políticas de promoción de la participación goza de un extendido y amplio consenso (Comas Arnau, 2007p 14).

Conceitualmente, Políticas de Juventude sofre algumas alterações de entendimento seja no âmbito da Constituição, seja no âmbito acadêmico e também tem evoluído ao longo no tempo. No entanto, a perspectiva mais atual, mais consensuada nos textos acadêmicos as Políticas de Juventude descrevem um conjunto de ações cuja finalidade é a de proporcionar o acesso a plena cidadania por parte dos jovens, o que implica melhorar sua qualidade de vida, nos seus direitos e incorporação dos seus deveres, a trabalho a moradia bem como sua inserção nas dinâmicas e nas práticas sociais e institucionais da vida democrática do país. São políticas que consideradas de transição, porque apóiam o caminho do jovem a vida adulta e também emancipatórias. Esta definição tem sido aceita pela maioria dos atores sociais que promovem o discurso da juventude.

Se trata por tanto de la “definición que contiene el estatus de políticamente correcta sobre lo que son (o deberían ser) las Políticas de Juventud”. Queda claro que entre la definición Constitucional y la definición académica de

Políticas de Juventud, aparecen coincidencias, pero también una notable divergencia: para la Constitución Española las Políticas de Juventud se refieren a la relación (comprensión y reivindicación) de los jóvenes con sus derechos y deberes, mientras que la definición académica de lo que deberían ser estas Políticas hace referencia al logro de una parte, aunque se supone es el más sustancial, de estos derechos (COMAS ARNAU, 2007,p14).

Em Espanha e em todos os países da Europa, países considerados desenvolvidos e democráticos, consideram a segunda definição das Políticas de Juventude. Não por oposição a definição constitucional participação e sim por evoluir, por superar a mesma, sobretudo do que diz respeito ao próprio conceito de cidadania o que responde a lógica da civilização democrática que expressa à expansão dos direitos de cidadania e que transcende os limites das atuais constituições.

A seguir, descrevemos um pouco da evolução histórica das Políticas públicas de Juventude, desde a época do Franquismo até os dias atuais. Não é objetivo desta tese fazer um estudo aprofundado das políticas públicas de Juventude espanhola, mas sim uma recopilação resumida para que tenhamos uma referencia teórica da evolução do tema no país.

A Política de Juventude na época do Franquismo se articulou sobre três concepções, que representam três momentos conjunturais, que se superpõe a própria evolução do regime.

Ainda que não se sabe muito sobre a posição dos jovens durante esta época, pela falta de material ou documentos que registrados. Os historiadores que estudaram esta época não se dedicaram ao tema dos jovens só quando estes reiteram ou reforçavam sua linha de trabalho.

Segundo Comas Arnau (2007) em geral os jovens dessa época aparecem como objeto de recrutamento para a Frente de Juventudes¹⁹ ou com militantes da oposição política, ocupando lugares secundários, salvo quando alguns deles realizavam alguma ação destacada que permitia ser mostrado. Desta maneira, nos deparamos com 40 anos de invisibilidade com poucas exceções que iluminam.

A primeira etapa da ditadura, na década dos anos 40, chamada de “la etapa Del frente de Juventudes” se caracterizou por uma política cujo objetivo principal era o enquadramento, a adesão ou a submissão ideológica num contexto de repressão e rejeição. A execução dos programas correspondeu essencialmente à execução dos programas correspondeu essencialmente a organizações juvenis do regime, em particular a Frente de Juventude (FJ) e a Seção feminina do mesmo, assim como o Sindicato de Estudantes Universitários (SEU), criados para a formação e o enquadramento das forças juvenis e promover em termos ideológicos o sistema político franquista. Estas organizações eram resultados das transformações das organizações de partido, em organizações estaduais, no “Decreto de Unificación” de agosto de 1937, ainda que a lei de fundação da Frente de Juventudes é de 6 de dezembro de 1940, se estabelecem como objetivos principais do FJ a iniciação política, a prática do esporte, as atividades de educação extra escolar, as excursões e os acampamentos, com uma separação radical de meninos e meninas.

Ao menos nos anos 50, a Frente de juventude e as organizações afins, foram o Agente principal nas pratica das Políticas de Juventude. Ainda que com uma limitação etária pois suas competências concluíam aos 21 anos. Também é certo, a partir desta idade deixava de ser jovem e já não havia mais políticas de juventude.

Por tanto, as políticas se limitavam a questão da idade e também de orçamentária.

¹⁹ Frente de Juventudes é a denominação que recebiam as diferentes organizações juvenis para serem enquadrados e doutrinados segundo os princípios do Movimento Nacional. (http://es.wikipedia.org/wiki/Frente_de_Juventudes).

Quanto a sua influencia real, não cabe dúvida que a Frente de Juventudes tratava de enquadrar os jovens que vinham de família que havia perdido a Guerra Civil, e oferecia uma resistência mais ou menos silenciosa, ativa ou passiva à participação.

Juan Sáez ha calculado, para el momento álgido de hegemonía, en la segunda mitad de la década de los años 40, en torno a 150.000 afiliados y alrededor de un millón de “encuadrados”, es decir menos de un 5% de jóvenes eran “militantes” y alrededor de un tercio de los mismos se limitaban a “participar” en las actividades organizadas por el conjunto de organizaciones juveniles del régimen. Proporciones de compromiso político y de participación en organizaciones juveniles que se van a mantener más o menos estables en España desde entonces (COMAS ARNAU, 2007, p29).

Em todo o caso, os números de jovens que participavam da Frente de Juventude, pela criação de outras organizações privadas como a da Igreja Católica, e já na década de 60 foi totalmente eliminada e substituída pela Organização Juvenil Espanhola (OJE), uma organização menos política e mais orientadas a atividades lúdicas e ao ar livre, como acampamentos, esportes etc.

A segunda fase ou etapa, chamada de etapa nacional- catolicismo, na década de 50. A explicação é simples: Até o final da Segunda Guerra Mundial as relações do regime franquista e a igreja católica era muito cautelosa apesar do apoio prestado durante a Guerra Civil. Com a derrota da Itália e da Alemanha, as coisas mudaram e o regime se tornou essencialmente católico.

Para Comas Arnau (2007), o papel da igreja católica nas Políticas de Juventude nesta segunda etapa é partir da sua importância no ensino secundário. A década de 50 começou com 119 institutos públicos e 625 escolas de educação secundária dirigidas por ordens religiosas. No final desta década, ressalta o autor, o número de institutos seguiam o mesmo e as escolas haviam aumentado para 963.

En realidad esta segunda etapa se caracteriza no tanto porque la iglesia católica desarrollase algún tipo explícito de Políticas de Juventud (formalmente eran las organizaciones juveniles del régimen las únicas legitimadas para hacerlo), sino por el hecho de que las prácticas educativas y especialmente sus actividades extraescolares, por ejemplo los campamentos, así como las actividades de socialización extra-curriculares, eran muy similares, y a partir de un determinado momento seguramente más masivas, que las equivalentes desarrolladas por el Frente de Juventudes. En esencia se trataba de actividades cuya finalidad era propiciar la adhesión y la sumisión ideológica, pero no sólo al régimen sino a la doctrina de la Iglesia, aunque en compensación y a la inversa las actividades del Frente de Juventudes (y la Sección Femenina) vieron cómo se incrementaba el componente religioso (COMAS ARNAU, 2007,p 30).

Obviamente nem todos os jovens desta idade foram socializados com uma identidade nacional católica, em sua grande maioria, porque haviam poucos os que não entravam nos estudos secundários, portanto não estudavam em institutos de ordem religiosas. No entanto, representavam uma minoria qualificada, capazes de elaborar discursos sobre temas sócio-políticos.

Sem dúvida a igreja segue com sua influencia da etapa seguinte, mas teve que enfrentar alguns desafios, por lado uma transformação interna no vaticano e por outra parte a expansão do ensino público reduziu sua hegemonia nos processos de socialização dos jovens. “En la primera mitad de los años 60 el volumen de enseñanza pública de secundaria igualó a la de la iglesia y al llegar a la transición representaba casi el triple” assinala Comas Arnau (2007, p 30).

Alguns outros motivos foram aparecendo para o desaparecimento da hegemonia da Igreja Católica, além do aumento no numero de escolas públicas, o aparecimento de uma nova fase que tinha prioridade a ação política.

“En esencia, durante los años 60, se diseñó una ambiciosa política económica por parte del Estado, que se convirtió en una Política de Juventud implícita (y en ocasiones contraria a las Políticas de Juventud explícitas), que otorgó, sin

pretenderlo, el protagonismo a los jóvenes y al menos en dos territorios: la incorporación al mercado de trabajo y la participación en la oposición política a la dictadura” Comas Arnau (2007, p 31).

A terceira etapa, chamada etapa dos planos de desenvolvimento coincidiu com o plano de estabilização em 1959, identificaram como a crise da hegemonia ideológica com a conformação da tecnocracia e o fim do discurso das ideologias. Em todo caso, o crescimento econômico daquela época supôs priorizar as políticas de integração sócio. laboral dos jovens frente as políticas mais ideológicas nas décadas anteriores. Para conseguir este desenvolvimento econômico se requeria dispor de um capital humano melhor preparado, desde trabalhadores especializados até titulados superiores passando por técnicos a nível médio, e para alcançar este objetivo se dirigiram aos maiores esforços do Regime. Foi esta massa de jovens mais formados, muitos deles procedentes de classes sociais que de forma tradicional não havia tido possibilidade de chegar aos níveis médios e superiores de estudos, que apoiaram o processo de transição da democracia no país e com isso promoveu uma ruptura cultural, social e política.

Todo este cambio en la orientación de las Políticas de Juventud hay que entenderlo como una consecuencia inesperada al tipo de respuesta proporcionada a la situación crítica en la que se encontraba la economía española en el periodo 1957-1959. Está claro que el Plan de Estabilización y los dos siguientes Planes de Desarrollo eran imprescindibles para la supervivencia del Régimen Franquista, pero a la vez abrieron un camino de oportunidades de ascenso social a muchos jóvenes. El aprovechamiento de estas oportunidades supuso una especie de Política de Juventud implícita, sin otros programas específicos que la formación de este capital humano, pero que los jóvenes de la época, al romper con la cultura del régimen político de la dictadura, convirtieron en su propia Política de Juventud (COMAS ARNAU, 2007, p 31).

Segundo o autor o mais relevante dessa transformação social, se refere ao fato do protagonismo histórico que correspondeu aos próprios jovens, apesar da história não reconhecer muito isso. Assim, a maioria dos novos trabalhadores manuais e empregados das multinacionais que se instalaram na Espanha eram jovens menores de 30 anos, sendo estes emigrantes internos e externos.

Com isso, a industrialização do país foi feita pelos jovens trabalhadores das indústrias desta época.

Esta parte de la historia de los jóvenes españoles nunca aparece en los relatos, ni en los científicos ni en los culturales (por ejemplo en el cine) como una historia de jóvenes. Así la imagen de las figuras de los trabajadores industriales de la España de los 60, tanto de los inmigrantes internos que trabajaban en estas industrias como de los emigrantes externos que se desplazaron a diversos países europeos, siempre adopta el perfil de un trabajador de una edad avanzada, que se corresponde con la edad de su retorno o la de los procesos de desregulación que se iniciaron a mitad de los años 80. Nadie parece darse cuenta que los prejubilados con 55 años de las décadas de los años 80 y 90, así como los emigrantes que retornaron con más de 45 años en la década de los años 80 o los jubilados europeos, con 65 años, que retornan en la actualidad, tenían, como mucho, 18 años en 1960. Es decir, la industrialización, la emigración interna y la externa, fue un acontecimiento protagonizado por jóvenes, pero además por jóvenes menores de 25 años. La historia de los jóvenes en España no puede construirse, como hasta ahora, al margen de este hecho (COMAS ARNAU, 2007, p32).

A figura que aparece sempre no imaginário do jovem dos anos 60 era de um estudante, onde na verdade os jovens dessa época se transferiram de cidades para conseguir trabalhos nas indústrias e outros, com pouca formação, mas com muita motivação, e eram possivelmente mais jovens trabalhando que aqueles que realmente foram para universidade. Então não se considerava como representação dos jovens estes trabalhadores dos anos 60, porque no momento que se converteram em trabalhadores independentes, já não eram mais considerados como

jovens. Mas, no entanto, estes jovens trabalhadores foram os protagonistas absolutos da oposição ao sistema de ditadura e a reivindicação democrática.

Protagonizaron las movilizaciones y asumieron los costes de la actividad política, en ocasiones con graves desencuentros con la generación de los que “habían vivido la guerra”. Pero a pesar de su edad nunca han sido considerados jóvenes sino trabajadores y activistas y los únicos “jóvenes” antifranquistas fueron siempre los estudiantes. Esto explica, al menos en parte, que en la historia de la oposición al franquismo, los protagonistas sean en parte “jóvenes de edad” y en parte “jóvenes de categoría”, pero ninguna de estas figuras parece movilizarse por los “problemas de los jóvenes”, al menos hasta que llega la democracia, sino por “el conflicto político general” (SARTORIUS e SABIO, 2007,p 32).

Durante a década de 60, justo da terceira fase descrita das Políticas públicas do Franquismo, as transformações sofridas nas administrações públicas, consistia nas adaptações necessárias para adequar o aparato administrativo a necessidades que produzia a dinâmica do desenvolvimento econômico.

Estas transformações começaram com a criação do Instituto da Juventude do Instituto de Estudos Políticos (IJ/IEP), um organismo público com uma história e trajetória bastante peculiar. Nasceu com o desaparecimento da Frente de Juventude sendo substituído pela Organização Juvenil Espanhola, pela Delegação Nacional de Juventudes e a Delegação Nacional de Esportes. Este instituto da Juventude era um organismo autônomo, não pertencia aos outros organismos de Juventude do regime da Ditadura, que dependia do Instituto de Estudos Políticos que por sua vez dependia da Secretaria Geral do Movimento. Seu objetivo principal era realizar investigações em torno ao tema juventude. Por este motivo se converteu em órgão publico que acolheu algumas das primeiras investigações sociológicas realizadas em Espanha.

A rota institucional dos organismos de Juventude na transição política é um tanto complexa, no entanto existem fatos que marcaram esse caminho. A extinção da Secretaria Geral do Movimento criou a Subsecretaria da Família, Juventude e Esporte. Nesta Subsecretaria se inclui a Direção Geral de Juventude, assim o órgão sucessor do IJ/IEP que seria o futuro INJUVE. Este novo órgão integra ao TIVE, ou seja, organização dedicada a gestionar a mobilidade trans-nacional dos estudantes, assim como as infraestruturas e os acampamentos e da Rede de Albergues de Juventude.

Mais tarde, esta Subsecretaria se divide em uma criada chamada de Direção Geral de Juventude e Sócio Cultural que passa a depender do Ministério da Cultura. Bom com isso, todo o aparato do Franquismo havia sido desmontado e um novo organismo que assume as infraestruturas e os recursos humanos das antigas instituições. No entanto, em relação ao conteúdo a transformação era um pouco lenta.

Já em 1979, se cria a Estrutura Orgânica da Direção Geral de Juventude e o Instituto de Juventude. No ano seguinte, se suprime o Organismo Autônomo “Instituto de desenvolvimento Comunitário, cujas funções são assumidas pelo Instituto da Juventude que passa a ser chamado de Direção Geral de Juventude e Promoção comunitária. Finalmente em 1982 se cria a Comissão Interministerial de Assuntos Familiares, de qual vai formar parte a Direção geral de Juventude.

Em paralelo a isso, os conteúdos vão sendo reformados e em 1983 se inaugura o Centro Nacional de Informação e Documentação da Juventude. No ano seguinte em 1983, se realizou o primeiro encontro nacional dos Centros de Información Juvenil (CIJ) e em dezembro apareceu o livro monográfico da Revista de Estudios de

Juventude, na qual se descrevia as experiências já consolidadas nas comunidades autonômicas a exemplo, da Andaluzia, Cantabria, Catalunha e Murcia.

Após toda a criação destes órgãos em novembro de 1983 se cria o Conselho da Juventude da Espanha, o qual ficou constituído em dezembro de 1984 depois da primeira assembléia da organização. O Conselho se define como uma *“entidad de derecho público con personalidad jurídica propia y plena capacidad para el cumplimiento de sus fines”*.

Os objetivos do Conselho são: para colaborar com a administração pública fomentar o associativismo e a comunicação entre organizações juvenis. Também aparece com a finalidade de representar seus membros nos organismos internacionais de caráter não governamental, assim como propor medidas relacionadas com este fim.

Por ultimo, em 1986 cria-se a Comissão Interministerial da Juventude, com origem no Ministério de Assuntos Sócios, em 1989, ampliaram sua aplicação ao setor da infância. Na realidade, a Comissão Interministerial havia sido constituído informalmente antes, em 1983, como Comissão Interministerial Organizadora do Ano Internacional da Juventude.

Contudo para Comas Arnau (2007):

Entre el desmantelamiento de las Organizaciones de Juventud de la Dictadura y la creación de un modelo administrativo ajustado a las necesidades de la democracia transcurre casi una década. Un tiempo complejo en el que se producen transformaciones y adaptaciones y del que poseemos una información limitada. Conviene también tener en cuenta que la construcción de este edificio institucional se superpuso, en su última fase, con las primeras trasferencias a las Comunidades Autónomas históricas (COMAS ARNAU, 2007, p 45).

Em resumo, durante o período 1977-1985 se assistiu a conformação e a definição das políticas públicas de Juventude que foram aplicadas durante 20 anos. Fazendo

uma análise crítica do tema daqueles anos ajudará a compreender melhor estas políticas, mas também ao analisar as políticas de Juventude da Ditadura de Franco, nos permite ver alguns elementos que se estendem sua influencia da etapa democrática. Para Comas Arnau (2007), esta é uma afirmação pouco prudente e pouco comum em Espanha, mas que não podemos sustentar uma ficção paralisante de que as Políticas de Juventude na etapa democrática são parte de um processo que se inicia e que não existe passado. O mesmo justifica que nesta época a Espanha dormiu um dia imerso numa cultura Franquista e no dia seguinte se levantou em pleno processo democrático e com os valores adequados para ajustar-se a nova situação. “Quizá el “pacto de la transición” nos obligó, en aquel momento, a un olvido provisional, que redujo nuestra capacidad analítica. Pero la actual reivindicación de la Memoria histórica nos permite abrir la caja del pasado y entender así mucho mejor las razones de las Políticas de Juventud en la democracia” (COMAS ARNAU 2007, p 46).

No contexto concreto e na evolução histórica das políticas públicas de juventude em Espanha, podemos identificar uma serie de características que determinaram os resultados das mesmas:

- A juventude definida como algo negativo, quer dizer, a juventude é uma etapa cuja razão de ser é deixar de existir e passar a idade adulta. Assim as políticas eram pensadas de maneira que os jovens iam se converter em pessoas adultas integradas ao sistema social, político, econômico e cultural. Dessa maneira se constrói o modelo do jovem que dirige a política, sem atender a diversidade da condição juvenil. No entanto, atualmente se trabalha dentro de uma nova filosofia no conceito de juventude, com características próprias. Em acordo com esta antiga visão de juventude as políticas de

juventude foram traçadas de maneira linear, cujo objetivo principal era facilitar o caminho do jovem para a fase adulta e por isso os assuntos relacionados com emprego, moradia e formação eram primordiais. Estas medidas não tem colaborado para uma melhora substancial das capacidades e das oportunidades dos jovens para definir um projeto pessoal que facilite a emancipação.

- Apesar de declarada a intenção da política pública de juventude ser transversal a todos os departamentos governamentais, na realidade, estas políticas vem sendo na maioria dos casos uma soma de ações realizadas em torno dos jovens e neste sentido falta uma verdadeira perspectiva integral da mesma e os mecanismos de coordenação necessários entre os diferentes níveis administrativos.

Após as reinstalações das instituições democráticas, houve um estímulo às comunidades autônomas a criar seus organismos locais para a juventude. Desde essa época, as diversas Comunidades autônomas criaram suas políticas e órgãos de juventude.

O mandato do poderes públicos que estão no artigo 48 da Constituição Espanhola, implica no reconhecimento do papel das Administrações públicas com o fomento a participação juvenil e o desenvolvimento de uma política de serviços juvenis.

O Artigo 148 da Constituição estabelece uma lista de matérias sobre as comunidades Autônomicas deveriam assumir competências entre elas a juventude. Com vista as estas recomendações e previsões constitucionais, todas as Comunidades Autônomas incluíram nos seus Estatutos a competência da Juventude, com um caráter exclusividade, convertendo em um dos objetivos de articulação da Política Juvenil (IBARS MONTERO, 1984).

As competências dividida entre as administrações públicas com o tema da juventude, segundo Ibar Montero (1984) são as seguintes:

No âmbito da administração Central:

- A cooperação Interministerial através da comissão interdepartamental da Juventude;
- As relações e intercâmbios internacionais;
- A promoção da participação da Juventude no âmbito do Estado através do conselho de Juventude da Espanha;
- Informação e documentação através do Centro Nacional de Informação e Documentação de Juventude e;
- Coordenar os serviços de Juventude através das conferencias dos responsáveis da política Juvenil.

Quanto as Comunidades autonômicas:

- Realizar estudos dos problemas juvenis locais;
- O Fomento da cooperação, vida associativa e participação juvenil no âmbito territorial da Comunidade Autonômica;
- A direção e gestão das Casas de Juventudes, Centros Sociais, Clubes Juvenis e instalações recreativas;
- Organização e promoção de atividades de animação sócio-cultural, no âmbito artístico, artesanal, turístico e de tempo livre.
- Além de colaborar com os acampamentos, os censos juventude, a formação de animadores juvenis, fomento ao associativismo juvenil no âmbito dos conselhos de Juventude Autonômicos e outros.

E no âmbito da administração local as administrações locais centram suas políticas em três grandes objetivos:

1. Fomentar a participação tendo como seu instrumento principal o Conselho Local da Juventude;
2. A animação Sociocultural como um dos principais meios de mobilização juvenil e de manter a relação direta com os jovens;
3. A promoção do emprego para o jovem sendo um dos problemas estruturais mais evidentes entre a categoria, por isso a necessidade de desenvolver políticas setoriais dirigidas, tais como: moradia, emprego, turismo, ócio, ecologia, etc.

Uma etapa caracterizada por políticas de serviços para a juventude e se centravam centradas nas áreas de: saúde, moradia, emprego e lazer, na qual proliferaram casas de juventude em diversos níveis de territorialidade.

Em 1985 foi criado o Instituto da Juventude um organismo promotor das políticas públicas juvenis, ligado ao Ministério da Cultura. Nesse mesmo ano, foi declarado pelas Nações Unidas, o Ano Internacional da Juventude. Esse momento criou um clima favorável a destinar mais atenção às políticas de juventude e proporcionou mudanças conceituais e nas ações pragmáticas juvenil, introduzindo uma nova concepção das políticas de juventude baseado na concepção de políticas integrais, principalmente a **metodologia de intervenção e participação** que estava em discussão no momento.

Finalmente en 1985, coincidiendo con el año internacional de la juventud, la Dirección General de Juventud y Promoción Sociocultural se fusionó con el INJUVE, adoptando la denominación definitiva de INJUVE y la condición de organismo autónomo que acumulaba las tareas de ambas. Fue el Real Decreto de 24 de abril de 1985 que además establecía los fines y funciones, que ya van a ser permanentes, del INJUVE.

Aquel año se desarrolló bajo el lema de “participación, progreso y paz”. Los objetivos propuestos por Naciones Unidas eran claramente afirmativos y la proyección de futuro era más bien la de lograr una generación con “otros ideales”. La convocatoria no habla en ningún momento de empleo e inserción y en cambio establece directrices en torno a acciones relacionadas con la investigación, la participación de los jóvenes, la educación para la paz y una serie de eventos entre los que cita los relacionados con el cine, el teatro, la danza, la música, la fotografía, el

diseño de carteles y tarjetas postales, todo ello relacionado a su vez con la solidaridad. (COMAS ARNAU 2007, p 45 e p 46).

O Ano Internacional da Juventude de 1985 serviu como uma boa oportunidade para que a Política Juvenil ganhasse espaço diz Ibars Montero (1984). Serviu para examinar e avaliar a situação da Juventude em todas as esferas e a todos os níveis. Também para potenciar a reflexão e discussão pública sobre os problemas dos jovens e as alternativas para estes problemas. Definir, de maneira coletiva, uma política integral para a juventude a longo prazo e em conseqüência promover que as instituições privadas e públicas sejam convergentes a uma estratégia.

Surgem as políticas integrais de juventude, um novo conceito caracterizado por uma visão conjunta, horizontal e integral do jovem, com vistas a estabelecer uma mesma direção para os aspectos das políticas setoriais que chegam aos e as jovens com o fim de facilitar o processo de transição à vida adulta. Hoje em dia se fala de planos integrais em muitos âmbitos da política pública, mas a metodologia surgiu para abordar os problemas e demandas da juventude que não podiam solucionar-se, nem era responsabilidade exclusiva dos departamentos de juventude, daí a necessidade de implicar conjuntamente a os diferentes departamentos que atuam sobre a população juvenil.

El significado del Año Internacional de la Juventud en España no queda reducido sólo a esto, pues también concitó un alto grado de sensibilización social sobre los nuevos problemas que estaban afectando a la gente joven y la generalización de políticas y servicios de juventud en las administraciones públicas y en las organizaciones sociales. (ESPAÑA, 2005, p 9)

Para Cánovas, Riera e Carbonell (1984), o que vem a ser chamado de política integrais de Juventude representa uma importante mudança de orientação em respeito às políticas públicas que vinham sendo aplicadas nos últimos anos, portanto se trata de aplicar a um conjunto de ações articuladas que dêem resposta a todos aqueles fatores que incidem de forma determinante no processo de incorporação de jovens a vida social ativa como: condições de trabalho, condições culturais, necessidades sanitárias e outras. Com a política integral de Juventude, resume o autor, se trata de consolidar uma dinâmica de trabalho de coordenação e colaboração entre os departamentos que integram cada uma das administrações públicas e entre elas também. É imprescindível contra com esta dinâmica de trabalho e com as forças sociais mais decisivas, especialmente os jovens e suas organizações representativas, já que uma das prioridades era a fomentar a participação dos jovens nestas instancias.

De acordo com López Rojo & Escudero Fernández (2002) que quando fala de políticas públicas de juventude estamos falando de um conjunto de ações de verdadeiro impacto na forma e o fundo de ser, estar e desenvolver de uma coletivo cada vez menos numeroso mas cada vez mais importante qualitativamente. E segundo o autor até o momento algumas experiências tiveram sucesso da Espanha, consideradas como Planos Integrais de Juventude.

Assim na década 90 foram elaborados Planos de Juventude a luz da perspectiva integral e na tentativa de da vez mais incorporar outros tema nas políticas de jovens. Dessa maneira podemos destacar os planos na perspectiva integral ou global desse período:

1. O Plano Integral de Juventude (1991-1993) - Em estes anos, Educação, formação e emprego; Qualidade de vida; Igualdade de oportunidades; Participação e associativismo; e Cooperação internacional foram os eixos que se articulou o Plano sendo as prioridades daquele momento.
2. O Plano de Juventude (1994-1997) - Teve como áreas prioritárias Autonomia pessoal, solidariedade e igualdade de oportunidades; Saúde prevenção, qualidade de vida e participação.
3. O Plano de Ação Global (2000-2003) - Teve como temas em destaque: Formação, emprego e orientação; Moradia; Educação para a Saúde; Alternativas de ócio e tempo livre; Exclusão e integração social; Participação, Voluntariado, Associativismo e Solidariedade.

De acordo com Bernales Sastre (2002) fazer um balanço dos últimos anos, referentes aos planos até o ano de 2003, sobre os Planos Integrais não deixa de ter uma sensação agridoce, si analisamos os sucessos e os fracassos, ficamos com a sensação do que podia haver sido e não foi. O nascimento dos planos integrais de juventude e as primeiras experiências de Planos Jovens representaram uma nova forma de conceber as políticas institucionais de uma forma aberta, democrática, participativa e com expectativas.

... fue como abrir las ventanas y las puertas del viejo caserón que eran las Administraciones Públicas para que entraran bocanadas de aire fresco impulsadas por jóvenes concejales arropados de equipos jóvenes que creían en su propia capacidad de transformar la realidad desde el interior de las administraciones, teniendo la certeza que los cambios que se aportaban se hacían para y CON los jóvenes del municipio (BERNALES SASTRE, 2002, p 2).

Segundo o autor, houveram mais fracassos que sucessos no desenvolvimento dos planos integrais e outros ficaram como simples produtos da mídia com um logo jovem. Muitos dos projetos de ponta, há mais de uma década, estão sendo diluído e passando a formar parte da nossa memória romântica, mas deixando o legado que em muitos casos, não tem sido positivo para o verdadeiro desenvolvimento de políticas jovens.

De acordo com Muñoz Fernández (2002) a perspectiva integral serviu mais para detectar a nível interno da própria administração, carências e incentivar a criação de projetos e departamentos, do que para materializar serviços estáveis e unitários ao alcance do jovem.

Nadie ha reconocido todavía que los planes integrales iniciaron el camino para la aplicación de programas transversales en las administraciones locales. Precisamente uno de los valores más importantes de los planes integrales (la aplicación de la transversalidad intrainstitucional) ha sido la asignatura pendiente en muchos de estos Planes donde se ha aplicado incorrectamente, o no se ha sabido desarrollar en todas sus potencialidades.

Tenemos que aprender de esta experiencia e intentar adecuar nuevos modelos que rescaten todo lo bueno que tienen los planes integrales, que son muchas cosas, y buscar otras fórmulas que nos permitan desplegar políticas de juventud que incidan en las problemáticas de las y los jóvenes atendiendo a la concepción integral de las personas (BERNALES SASTRE, 2002 p 2).

Os autores Casanovas I Berdaguer, Coll I Amargós, & Montes I Sala (2002) se propõem a esclarecer num artigo alguns elementos tanto de uma análise sociológica sobre a nova condição juvenil, como da proposta concretas das chamadas políticas afirmativas. Neste artigo ele aprofunda em alguns aspectos sociológicos com relação à evolução das políticas de juventude. Confirma-se que as mudanças na condição juvenil demonstram até que ponto se está redefinido o ciclo

de vida e a sucessão das gerações. Assim mesmo, os autores, justificam a necessidade absoluta de diferenciar no debate teórico entre a condição juvenil e a situação social, sendo que as políticas públicas são pensadas a partir de uma análise na que vive os jovens no território e no momento determinado. Os autores discutem duas idéias principais: 1- Que a inserção social e profissional não constitui a razão de ser das políticas de juventude; 2 - Que as políticas integrais não são especificamente políticas de juventude. Diante disso também discutem a necessidade de diferenciar e distinguir duas lógicas políticas e administrativas diferentes: A primeira delas é que a política geral do Estado se sustenta no princípio de igualdade de oportunidade e que conduz a coesão social; e a segunda que a política de juventude através dos planos transversais busca dá respostas a necessidades globais dos jovens enquanto são jovens e cujo objetivo é melhorar a autonomia e a qualidade de vida destes.

A elaboração dos planos jovens pelos departamentos de juventude, em geral era a oportunidade de solidificar e normalizar serviços, quadro funcional e orçamento. Contribuíram no processo de auto afirmação dos departamentos de juventude e a equiparar com outras políticas municipais de atenção pessoal. Consigo levaram também a implantação de um modelo de gestão indireta dos projetos e serviços de juventude que transformou o papel que até então haviam tido dos técnicos de juventude ao abandonar progressivamente sua função animador e passar a desempenhar mais o papel de gestor (MUÑOZ FERNÁNDEZ,2002).

Para Martínez Sanmartí (2002), as reflexões feitas até agora demonstram que o campo de jogo das políticas de juventude e ainda que juntando a milhares de pessoas em todo o Estado, não tem um impacto social excessivamente relevante. Vale ressaltar que esta idéia muda um pouco a partir do livro Branco que tenta

democratizar a participação destas políticas. As políticas juvenis não formam parte da agenda não somente do resto da administração mas também de toda a sociedade. Quando os jovens se torna o foco de atenção pública, o discurso das políticas públicas está visivelmente ausente da opinião pública. São outros tipos de discursos de pânico morais em relação à violência, o baixo nível educativo, drogas e outros temas similares que fazem parte dos meios de comunicação, da mídia que confirmam os discursos do cotidiano e as vezes políticos sobre os jovens. Em outras palavras, a invisibilidade e a debilidade da mídia, política e social do campo de jogo das políticas de juventude é declarada.

Um dos aspectos básicos da política de juventude ao longo de todos estes anos foi o impulso a participação e ao associativismo juvenil. De forma paralela aos organismos de juventude, há-se consolidado também um extenso movimento associativo juvenil e suas estruturas de representação ou conselhos da juventude nos âmbitos estatal, autonômico e local que completam suas atuações e servem de interlocutores com estas administrações, especialmente no âmbito da participação juvenil. Este processo se viu impulsionado pela criação em 1983 do Conselho da Juventude da Espanha, como uma estrutura com funções representação e de diálogo diante da administração, e de fomento, promoção, apoio e coordenação do movimento associativo juvenil.

“Para llegar a ser plenos ciudadanos europeos, los jóvenes necesitan diseños institucionales que les permitan tener una presencia constante en la esfera pública de la sociedad y adquirir aceptables niveles de autonomía”, assim resalta Redoli Morchón (2004).

O Conselho está formado por 71 organizações juvenis (os 17 conselhos de juventude de cada uma das comunidades autônomas e outras 54 entidades juvenis

de âmbito estatal) , bastante diferente da composição do Conselhos brasileiros que tem uma característica de ser composta pela sociedade civil. Esta amplitude de membros permite uma diversidade de ideologias e opiniões que se discutam melhor seus interesses. Com o principal objetivo de propiciar a Participação da juventude no desenvolvimento político, social, econômico, e cultural do Estado espanhol em um contexto global. Na atualidade o CJE está composto por 76 entidades juvenis. Em anexo nº 08 se pode ver a Lei de criação do CJE.

Quanto à estrutura interna, o Conselho da Juventude de Espanha (CJE), consta com 3 órgãos de importância vital: a Assembléia General, o comitê executivo e a comissão permanente. A assembléia geral reúne a cada dois anos a todas as organizações membros do CJE. Juntos revisam o trabalho realizado desde a reunião anterior e se encarregam de fixar as linhas de atuação do Conselho e aprovaram o balanço econômico e orçamentário da organização (INJUVE, 2010).

“La existencia del Consejo de la Juventud de España supone un derecho y al mismo tiempo un compromiso: participar en el diseño de las políticas que de forma directa o indirecta afectan a los y las jóvenes y presentar alternativas a los problemas de este colectivo.” (CJE, 2010, p 14).

Nuestra labor representativa, crítica y reivindicativa ha consolidado al CJE como un interlocutor válido de los intereses de la juventud y a la vez nos ha permitido ir conquistando espacios de actuación en los que los y las jóvenes hemos dejado de ser meros espectadores para convertirnos en protagonistas. Y por ello seguimos trabajando. Nuestros valores son la participación democrática y plural, como medio para ejercer la plena ciudadanía en la sociedad, el compromiso social, la igualdad de oportunidades, el diálogo y el respeto a la diversidad en su más amplio sentido.(INJUVE, 2010²⁰).

²⁰ Retirado da pagina do INJUVE : www.injuve.es consultado em julho de 2010.

No último dia 17 de julho de 2010, o Conselho de Juventude de Espanha, realizou em Zaragoza sua XVII Assembléia Geral Ordinária, na que se aprovou o informe da gestão e a memória econômica da equipe e elegeram novos membros do órgão diretivo que dirigiram o CJE durante os próximos dois anos. “Un renovado equipo al frente del Consejo de la Juventud de España asume el reto de impulsar el protagonismo de la juventud durante los próximos dos años”.

Com o lema, Geração comprometida, a nova equipe defende um conselho capaz de tomar a iniciativa no contexto atual com o fim de situar aos jovens no centro das iniciativas que tem como melhorar suas condições de vida. Neste sentido reflete o projeto aprovado na assembléia geral, "además de ser la voz de la juventud, debemos ser el motor de la solución de los principales retos".

O CJE oferece espaço de reflexão, trabalho conjunto, formação, interlocução com os poderes públicos e as instituições do Estado, sistematização da experiência do movimento organizado juvenil e a abertura de novos canais e vias de atuação.

As atividades e programas que o CJE desenvolvem como a base de uma política de juventude são: emprego, moradia, educação formal e não formal, desenvolvimento sustentável, saúde, AIDS e drogas, deficientes físicos, diversidade sexual, imigração, infância, juventude rural, mulher jovem, comunidade cigana, educação para a paz, participação social, cooperação internacional, além da própria política de juventude e as questões do próprio conselho.

Posto que a juventude é o período por excelência que se leva adiante o processo de produção de cidadãos, é também responsabilidade dos organismos de governo da União Européia, de seus Estados membros e de suas regiões, ou por em marcha os mecanismos necessários para facilitar a emancipação juvenil.

Muitos os substantivos são utilizados, política, públicas e juventude que estão ligado por uma preposição que limita o conceito e o conteúdo das mesmas. Ou seja, as políticas são feitas cujo conteúdo se resumem no conjunto de ações relacionadas com o juvenil e não estão incorporadas mais vínculos de união que ampliem a dimensão das políticas públicas de juventude. Portanto, se defende atualmente uma política que seja de, para e com a juventude. E esta política só veio a ser consolidada mais tarde com a publicação do “ Libro Blanco de la Juventud” em 2002. Para o Conselho de Juventude Espanhol que seria uma política publica para, de e com a juventude:

... *para la juventud*: políticas cuya acción gire en torno a los y las jóvenes, los tome como el punto central de referencia, fomenten la cercanía a los mismos y las mismas, den respuestas reales a sus necesidades sentidas, pongan en contacto a sus diferentes realidades, sean integradoras de su diversidad, les proporcionen no sólo servicios o actividades, sino capacidades y habilidades para construir sus propios itinerarios vitales.

.... *desde la juventud*: políticas definidas, implementadas y evaluadas desde una participación real y efectiva de la propia juventud, con metodologías participativas que permitan una constante adaptación de las acciones a su realidad, que promuevan la autogestión de los servicios por parte de los y las jóvenes a través de sus propias asociaciones, que fomenten la creatividad para resolver sus problemáticas y que les dote de poder.

...*con la juventud*: políticas que cuenten con apoyo y medios desde las instituciones, asumiendo un papel corresponsable junto con los y las jóvenes, que pongan los instrumentos necesarios al servicio de las necesidades sentidas de los y las jóvenes, que contribuyan a generar confianza intergeneracional, permitiendo incorporar la visión de todos y todas a la construcción social (CJE, 2010 www.juventude.org.br)

Para o CJE, uma vez definido o papel da juventude em relação a políticas públicas,

considera-se necessário atender os princípios que devem guiar a ação governamental em torno desta política. Dentro deste ponto de vista, são três os princípios que devem guiar a ação administrativa:

- ✓ *Transversalidade:* existem necessidades específicas juvenis que são competência de departamentos específicos das diferentes administrações e vem incorporar a perspectiva juvenil, desde a análise de necessidades até o desenvolvimento de ações concretas para este coletivo.
- ✓ *Integralidade:* a etapa juvenil com características próprias se faz necessário que se reconheça esta etapa como uma etapa autônoma, e como um mero trânsito para a etapa adulta. Neste sentido, os jovens têm necessidades de aprendizagem específicas (aprendizagem social, participação, construção de projeto de vida, etc) que demanda uma atenção específica por parte do órgão especializado. O objetivo principal estaria centrado em promover a cidadania plena e fomentar a aquisição das competências e habilidades necessárias para o seu exercício.
- ✓ *Subsidiariedade:* dado a complexidade da matéria juventude e a multiplicidade de atores que desempenham algum papel na promoção das políticas públicas juvenil – desde o âmbito local ao europeu, passando pelo autônomo e o estatal. Neste sentido, afirmamos a necessidade de que o princípio da subsidiariedade²¹ se aproxime as ações aos seus destinatários de maneira que incorpore de forma efetiva a diversidade de necessidades demandadas pelos jovens. Este princípio requer o estabelecimento de

²¹ O princípio de subsidiariedade é definido no artigo 5.º do Tratado que institui a Comunidade Européia. O princípio de subsidiariedade pretende assegurar uma tomada de decisões tão próxima quanto possível do cidadão, mediante a verificação constante de que a ação a empreender a nível comunitário se justifica relativamente às possibilidades oferecidas pelo nível nacional, regional ou local.

mecanismos de coordenação efetiva da administração que evite a duplicidade de ações e as dote de coerência e assegure a igualdade de oportunidades para todos.

Um grande marco para a história da participação política de juventude internacional é a publicação do “Libro Blanco” em 2002, um novo impulso para a juventude europeia. Trata-se de uma síntese dos valores e princípios que devem nortear o trabalho da União Europeia, na perspectiva de subsidiar os Estados Membros, e para toda territorialidade espanhola, na relação com a juventude, suas demandas e políticas.

Fruto da evolução das políticas implantadas, a partir do período de redemocratização das instituições no país e a partir das eleições de 1979, a Espanha passa a discutir a questão da juventude e suas demandas, na perspectiva de incluir a juventude no processo social e político do país.

O Livro Branco vem a ser a síntese das ações já empreendidas e registra as conquistas na área de políticas juvenis, cujos objetivos se tornaram valores e métodos de toda política de juventude na Espanha tanto a nível nacional, comunitário e local sendo: participação, voluntariado, informação e melhor conhecimento da juventude, seus principais fundamentos. Leva também em consideração a transversalidade da dimensão juvenil em outras políticas setoriais tais como educação, emprego, luta pela pobreza, xenofobia e outros, e a necessidade de associar os jovens nos processos de cooperação, tanto em plano nacional como europeu.

A elaboração desse importante documento foi a partir de uma grande consulta entre 2000 e 2001, a destinatários juvenis assim como organizações juvenis, a

comunidade científica, os responsáveis políticos e administrações. Esta consulta, por sua amplitude, sua duração, a diversidade de pessoas consultadas e a riqueza dos seus resultados, não tem precedentes na Europa.

La decisión de publicar el libro blanco sobre la juventud y, en particular, la decisión de que estuviera precedido por una amplia consulta, reflejan ante todo la voluntad de promover nuevas formas de gobernanza europea. Así pues, el libro blanco se inscribe perfectamente en la línea trazada por la comisión en julio del presente año cuando adoptó el libro sobre la gobernanza, y que consiste en abrir el proceso de toma de decisiones de la unión europea a la participación de los ciudadanos y, por tanto, también de los jóvenes, por lo que les afectan.” afirma Viviane Reding, miembro de la Comisión Europea responsable de educación y juventud. (COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2001p 18)

Durante a consulta era evidente o desejo dos jovens em participar em serem escutados e além do mais demonstram que tem a capacidade de adaptação dentro de um contexto social e econômico complexo, já não são mais considerados como o problema.

Los jóvenes lo han dicho con claridad: quieren que se les escuche y se les considere como interlocutores plenos, quieren contribuir a construir Europa y quieren influir en el debate sobre su futuro. Ya es hora de considerar a la juventud como una fuerza en la construcción europea, en lugar de como un problema al que debemos hacer frente. Por tanto, debemos ofrecerles los medios para expresar sus ideas y confrontarlas con las de otros agentes de la sociedad civil (COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2001p 5).

Assim a proposta do Livro Branco veio para ser a via de criar as condições para uma plena participação dos jovens na vida das sociedades democráticas, abertas e solidárias. Escutar os jovens, incentivar as iniciativas locais, animar aos estados membros a cooperar melhor e empreender ações concretas no marco dos

programas europeus existentes e refletir melhor a dimensão da juventude no conjunto das políticas eram suas metas a ser atingido.

Os aspectos mais destacados do Livro Branco para a juventude europeia tem sido o enfoque a participação juvenil em processos políticos e sociais.

La participación de los jóvenes es uno de los ámbitos que entran normalmente dentro de las competencias de los Estados miembros. No obstante, la aplicación del método abierto de coordinación a este ámbito aportará un valor añadido europeo, en la medida en que el refuerzo de la participación contribuye tanto al desarrollo de la educación como al de la ciudadanía del joven. La participación debe reforzarse en primer lugar en la vida local, incluida la escuela, que es un espacio privilegiado de participación. Por otra parte, es necesario ampliar la participación a los jóvenes que no están organizados en asociaciones. (COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, 2001, p 17)

A publicação do Livro Branco constitui-se num marco que define a implementação de uma política participativa de/para e com a juventude. É, portanto a Participação como estratégia política e metodológica, que repousa a força inovadora, o valor e sentido do Livro. E partir desse marco importante para a juventude europeia, a participação passa a integrar as políticas publica de outros ares, da vida social e política da sociedade espanhola.

No âmbito da União Europeia, o processo das políticas de juventude foi similar ao espanhol. Desde os primeiros programas de intercâmbios de jovens - Juventude com a Europa até o atual Programa Juventude e os programa Sócrates e Leonardo. E todos esses programas foram aproveitados seu potencial, se convertendo em uma ferramenta da nova concepção preconizada pelo Libro Blanco.

Los cinco grandes programas específicos para jóvenes de la Comisión Europea, *Sócrates II*, *Juventud*, *Leonardo da Vinci II*, *Youth-Med* y *Tempos III*, junto con el sistema europeo de información juvenil *Eurodesk*, deben ser aprovechados al máximo, pero hacen falta medidas de mayor alcance, como por ejemplo, la rápida adopción por parte de los gobiernos de los Estados de la UE de las recomendaciones contenidas en el Libro Blanco de la Comisión Europea *Un nuevo impulso para la juventud europea* o la revitalización de los programas de juventud del Consejo de Europa (REDOLI MORCHÓN, 2004, p 323).

Atendendo as premissas definidas no “Libro Blanco” o Plano Interministerial de Juventude 2005-2008 vem para incorporar as perspectivas demandadas pelos próprios jovens no diagnóstico realizado. Também vem com uma estratégia inovadora de participação direta dos destinatários da política. O plano dispõe de recursos diversos que propicie a participação dos jovens, desde a elaboração, o desenvolvimento do plano ao longo do período de duração do mesmo. Dirigido para população juvenil residente na Espanha, estimada em mais de 9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o plano tem a intenção de proporcionar uma flexibilidade necessária para atender as situações socioculturais concretas, circunstâncias geográficas como insalubridades ou outras semelhantes, ou a coletivos específicos como jovens imigrantes, do âmbito rural, mulheres jovens, jovens em prisão e outras possibilidades, que requerem políticas diferenciadas.

Um dos grandes objetivos desse novo momento político da Espanha é a participação forte da juventude na elaboração das políticas e mais ainda no exercício dessa política.

O protagonismo deve basear-se na participação efetiva em todos os assuntos que lhes cabem, desde o desenho da política até sua implantação, desenvolvimento e implantação. Esse é o exercício de uma cidadania ativa que parte de um sentimento político. Político a partir de um sentido da pluralidade da ação humana como assinala a autora Arent (2003). Para ela, a condição humana do labor é a própria

vida. O trabalho é a produção da artificialidade da vida. E a ação corresponde à condição da pluralidade, a condição de toda vida política. Das três atividades e suas respectivas condições tem íntimas relações com as condições mais gerais da existência humana. No entanto a ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos cria condição para lembranças, ou seja, para a construção da história. Além disso, segue a autora, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade pode ser a categoria central do pensamento político, pois a cada ação significa um novo começo, um nascimento.

Assim sendo ao longo da história a participação da juventude no exercício político da cidadania teve seus períodos de altos e baixos, mas também uma história suficiente para entendermos a situação da juventude atual diante de um compromisso coletivo. Para fomentar ainda mais a participação dos jovens na política pública europeia, lançaram o programa “Jovens en acción” um plano de trabalho para o período de 2007-2013 criado pela Comissão Europeia, Parlamento Europeu e os Estados membros. Este programa já havia sido lançado anteriormente em 2000-2006 que reunia outros instrumentos de ação. Neste momento o objetivo do programa tinha como principal marco, reforçar a ideia de ajustar as políticas Sócios-Setoriais que possam prestar serviços aos jovens e que foram implantadas através de ações comunitárias.

Desde outra perspectiva, a organização juvenil no âmbito europeu é basicamente uma contribuição a uma construção de Europa que reforça a sociedade civil no bojo da União Europeia. A organização juvenil na Espanha tem um dos seus referentes uma associação criada para difundir e promover a ideia da União Europeia. A Inquietude europeia, nome da organização, promove a cidadania participativa e

comprometida na busca da igualdade de oportunidades, condições e valores para todos os jovens (BORRELL MERLÍN, 2004).

Este programa, ou seja, a versão de 2007-2013 articula 5 ações abertas à participação de jovens com idades compreendidas entre 13 a 30 anos e quem trabalha no âmbito da temática juventude. A comissão Europeia tem como prioridade que sejam jovens com menos oportunidade, seja por razões culturais, econômicas, sociais, geográficas ou com alguma deficiência física ou mental. Entre os objetivos do programa se destacam:

Promover a cidadania ativa nos jovens; potenciar a solidariedade e promover a tolerância, favorecer o entendimento mútuo entre os jovens de diferentes países e favorecer a cooperação europeia no âmbito da juventude.

As prioridades permanentes estabelecidas para todo o período do programa são: a participação dos jovens, a diversidade cultural, a cidadania europeia e a inclusão de jovem com menos oportunidades, ou seja, atendendo a todos os requisitos que estão descritos no Livro Blanco.

O programa tem como prioridades o ano de 2010 o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão social que se prestará maior atenção a projetos que fomentem os intercâmbios com jovens com ou sem deficiência, assim como projetos centrados na deficiência da nossa sociedade, jovens precedentes de ambientes migratórios ou de minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas. Neste contexto, se fomentarão os intercâmbios entre os jovens. Outro foco de ação será para o desemprego juvenil, no sentido de promover a participação destes jovens na sociedade e por ultimo a sensibilização e mobilização da juventude em torno das grandes metas globais, como mudança climática, desenvolvimento sustentável, migração, ou seja, os objetivos do milênio.

Se trata de un libro, cuya lectura es muy recomendable, porque permite visualizar los contenidos reales de las Políticas de Juventud en España. Aunque sea desde la mera óptica estatal.

“Los jóvenes de hace 10 años querían un lugar nuevo bajo el sol y los de ahora ya lo tienen”. Para finalizar as políticas Públicas de Juventude segundo López Rojo & Escudero Fernández, 2002, p 6) “un papel protagonista y contribuir, tomando claro partido en esa corriente a favor del progreso de la Humanidad, para intentar corregir las desigualdades y desactivar los factores que convierten la juventud en un viaje hacia ninguna parte, realmente en un no-viaje, en un desolado aparcamiento en el consumo y en una existencia estéril”.

CAPÍTULO IV- JUVENTUDE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 – A Sociedade Civil Organizada e Juventude – um casamento necessário para as Políticas Públicas

Considerando a elaboração de uma política pública para os jovens, é também condição indispensável a participação da sociedade e dos próprios jovens. Diversas experiências desenvolvidas por entidades da sociedade civil que representam os jovens vêm ao longo das últimas décadas mostrando um acúmulo considerável de alternativas de inclusão social da juventude brasileira. O amadurecimento dessas entidades as tornam preparadas para contribuir com a elaboração e a execução de políticas públicas que, de fato, consigam combater e eliminar a exclusão social e a conseqüente falta de oportunidades que muitos jovens enfrentam no país.

O que nos leva a ressaltar que não podemos falar apenas dos instrumentos legais como condição suficiente para a formulação de uma política pública de juventudes. Os instrumentos legais são condição necessária, mas não suficiente para que se construa uma política.

Na realidade, a juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra. Nas cidades, por exemplo, podemos encontrar desde aqueles jovens ligados aos movimentos políticos tradicionais – como o movimento estudantil ou de pastorais da juventude àqueles ligados aos movimentos ditos culturais – *hip-hop*, de grupos de *skatistas*, o que não acontece usualmente com os jovens que residem em áreas rurais. Um ponto interessante para se refletir sobre a diversidade entre os jovens.

Assim a sociedade civil organizada, a não organizada e os movimentos sociais vem conquistando espaço na gestão pública atualmente no Brasil, sobretudo em espaços de gestão das políticas públicas. A origem desta representação é a mais diversa possível e muitas vezes não estão estruturadas como uma Organização não governamental. Muitas destas iniciativas sociais partem de grupos de igrejas, como as pastorais, associação dos vizinhos ou até mesmo um grupo de amigos. Assim, estas iniciativas também têm seu destaque no que se refere à gestão de temas que são demandadas pela sociedade. No tema juventude isso acontece com bastante frequência, são varias as iniciativas que trabalham com o tema no país antes deste entrar na agenda governamental. Hoje, elas estão representadas nos conselhos da gestão pública, no entanto, estas iniciativas já existiam muito antes de serem reconhecidas pelo poder público.

Assim, neste item queremos fazer uma referência as iniciativas organizadas ou não, que atuam no município de Salvador com a temática juventude durante muito tempo e que vem desenvolvendo experiências bastante relevantes contribuindo as políticas públicas de juventude e de meio ambiente. A maioria delas trabalham com temas setoriais que demandam a juventude, como trabalho e renda, também o tema da cultura destacando o hip hop como expressão da cultura, ou questões étnicas raciais e muitos outros. Sobretudo, questões étnicas raciais tratando de ser Salvador o município brasileiro, onde 90% da população é negra e com isso muitos jovens são negros, onde o numero de homicídios juvenil é alto e a grande maioria é negra. Utilizaremos como base de dados as ONGs ambientalista que estão num cadastro oficial do Governo Estadual que possuem projetos com jovens e que foram utilizadas como fonte de pesquisas para esta investigação. Também foi utilizado as iniciativas sócias que estão representadas no Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE).

Muitas das instituições, movimentos sociais, ONGs, ou grupo sociais que citaremos, em sua grande maioria não fazem trabalho relacionando diretamente o tema Juventude e Meio ambiente, mas ao analisar seus projetos podemos verificar uma íntima convergência e aproximação com a temática ambiental, sobretudo no sentido mais amplo e político do conceito como foi discutido no capítulo 2.

Contudo para termos um pouco da idéia da dimensão do potencial juvenil no estado da Bahia e mais precisamente no município de Salvador, seguimos com alguns dados populacionais para termos um panorama geral.

A investigação foi realizada na cidade de Salvador, estado da Bahia, localizado no Nordeste Brasileiro. A Bahia mantém a posição de estado mais populoso do Nordeste, com cerca de 14,1 milhões de habitantes no ano de 2007, isto é, 27% da população nordestina, sendo o quarto mais populoso do país, abrigando 7,4% dos brasileiros. Em relação à população jovem, aproximadamente, 29,3% da população baiana é formada por adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos de idade, cerca de 4,1 milhões de pessoas. Estes dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgadas em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, autarquia da Secretaria de Planejamento.

É importante observar que estes numerosos contingentes de população que estão chegando à idade de trabalhar e atingindo os grupos etários onde são mais elevadas as taxas de atividade. Entretanto, este efeito da pressão demográfica juvenil já começa atenuar na atual década. O que vale dizer que, para os próximos anos, a participação dos jovens no mapa já passa a se reduzir (GT Juventude, 2008) e isso já vem sendo comprovado pelos ultima recontagem de população que está havendo uma redução da taxa de crescimento populacional.

Um rápido olhar sobre os indicadores sociais nacionais e estaduais revela que os jovens estão entre as principais vítimas do tipo de desenvolvimento econômico e social observado nas décadas anteriores, que aprofundou o problema de exclusão e da desigualdade. Tomamos como um exemplo, o índice de desemprego juvenil no Estado da Bahia é duas vezes mais que a média nacional e as estatísticas sobre o crescimento da violência nos grandes centros mostram que entre os jovens esta taxa é de 54,5% para cada 100 mil.

Com os indicadores e índices apontados não será difícil justificar a necessidade do olhar e de uma ação específica para este segmento nas mais diversas áreas.

Podemos destacar que das 4.095.536 de jovens baianos:

2.843.366 (69,4%) têm entre 15 e 24 anos;

2.062.771 (50,3%) são mulheres e 2.032.765 homens.

3.324.019 (81,2%) são negras e negros;

745.882 (18,2%) são brancas e 13.688 (0,3%) indígenas.

2,8 milhões (68,3%) vivem na área urbana e 1,3 milhão (31,7%) residem na área rural.

Com este breve diagnóstico da população jovem baiana, a seguir destacaremos algumas das iniciativas sociais que tem realizado trabalho com juventude no município de Salvador, algumas mais recentes outras de longas datas, mas estão preocupadas com as questões que envolvem o segmento e buscando de alguma forma diminuir a desigualdade mostrada nos dados estatísticos acima.

Como já foram citadas anteriormente, algumas delas vem explicitamente desenvolvendo trabalhos com questões ambientais e outras não tão de forma direta, mas que pode ser considerada de cunho sócio ambiental. Estão descritas em cada uma delas a descrição geral de suas atividades e divididas entre Organizações não

governamentais, as redes como espaço de mobilização social, os centros de pesquisas, os sindicatos e outros movimentos (incluo neste item as pastorais das igrejas, movimento escoteiros). Cabe destacar a magnitude que se tem ganhado as redes, como uma nova maneira de expressão, onde seus objetivos podem ir mais além de um espaço de trocas de e-mails e sim um espaço de trabalho de construção coletiva. Uma construção que poderá ter uma dimensão bastante importante dado a crescente progressão de uso da internet no Brasil. Uma dimensão que poderá contribuir para a construção de movimentos sociais juvenis, como marca a história de muitos movimentos sociais no mundo que utilizaram das tecnologias de informações para fomentar o movimento.

As Organizações não Governamentais:

Avante Educação e Mobilização Social (www.avante.org.br): Criada em 1991, a Avante tem o propósito de gerar desenvolvimento e inclusão social de diversos segmentos por meio da qualificação de processos educacionais. A entidade coordena e acompanha o projeto Consórcio Social da Juventude, que integra 18 outras organizações executoras e promove oficinas de qualificação social e profissional para o Primeiro Emprego.

PANGEA Centro de Estudos Socioambientais (www.pangea.org.br): Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público (OSCIP), o Pangea foi criado em 1996 por profissionais de diversas áreas preocupados em desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e justiça social. O Programa de Protagonismo Juvenil do Pangea atua, desde o final dos anos 90, com a juventude

negra, índio-descendente em situação de vulnerabilidade social, com a missão de promover o papel desse segmento nos processos de transformação da sociedade brasileira.

Cipó Comunicação Interativa (www.cipo.org.br): Há dez anos a Cipó atua como um laboratório pedagógico, criando e validando metodologias que utilizam as tecnologias da comunicação para garantir os direitos e promover a formação pessoal, social e profissional de crianças, adolescentes e jovens. A partir de 2006, a instituição deu início a um amplo processo de articulação política e comunitária que tem como foco utilizar a comunicação para promover o desenvolvimento dos indivíduos e de suas comunidades. O objetivo é contribuir de maneira cada vez mais efetiva para transformar a realidade da infância, adolescência e juventude brasileiras.

Centro de Referência Integral de Adolescentes – CRIA (www.criando.org.br): Constituída em fevereiro de 1994, o CRIA é uma associação sem fins lucrativos, de caráter pedagógico e artístico, sem vinculação político-partidária ou religiosa. Seu principal objetivo é fortalecer grupos artísticos e comunitários irradiadores de práticas de arte-educação e cidadania, provocando articulações e parcerias.

Ilê Ayê (www.ileaiye.org.br): Associação cultural e primeiro bloco afro do carnaval de Salvador, o Ilê Ayê tem como missão difundir a cultura negra na sociedade, visando agregar todos os afro-brasileiros na luta contra as diversas formas de discriminação racial. Para isso, desenvolve projetos carnavalescos, culturais e

educacionais lúdicos que resgatam a auto-estima e elevam o nível de consciência crítica das pessoas.

Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU

(www.acbantu.org.br): Fundada há nove anos, a ACBANTU tem realizado diversas atividades contra a intolerância religiosa e a favor da divulgação da cultura banto e da juventude negra. Além da Bahia, a Acbantu está presente em outros estados brasileiros, agrupando cerca de duas mil entidades: associações de terreiros de candomblé, quilombos e grupos de capoeira, dentre outras formas de organização.

A Organização Ambiental e Cultural CAJAVERDE, fundada em 22 de setembro de 2005, tendo como principal missão de organizar a comunidade e lutar por uma melhor qualidade de vida, conquistando uma sociedade mais humana e justa.

A Entidade vem desenvolvendo, várias atividades de proteção e educação ambiental, promoção da cultura com escolas municipais, estaduais e particulares no bairro, faculdades, comerciantes, audiências e atividades com órgãos e secretarias para discutir a implantação do Parque Ecológico no Rio Ipitanga, e participar de grandes fóruns institucionais.

Fundação Onda Azul – Espaço Juventude Tudo transformando – A fundação

criada em outubro de 1990. O Espaço da Juventude está idealizado para ser um ponto de convergência da juventude do lugar. Um lugar a que se sintam atraídos não apenas pelo que promove, mas também por ser atraente à convivência. Um lugar onde se possa divertir e aprender, onde se possa paquerar e se informar. A diversidade das ações em curso e previstas mescla grupos e tribos, ampliando redes

sociais e promovendo intercâmbios diversos. Para que isto aconteça o Espaço deve estar permanentemente desenvolvendo ações educativas, sociais, culturais, artísticas e profissionalizantes.

Pastorais da Juventude: Entidades católicas presentes em todas as dioceses da Bahia. Tem por objetivo animar, articular e dinamizar os espaços de vivência da juventude católica fomentando as dimensões da espiritualidade, da formação e da ação juvenil.

União dos Negros pela Igualdade – UNEGRO (www.unegro.org.br): Fundada em 1988, por um grupo de militantes do movimento negro de Salvador, a UNEGRO busca articular a luta contra o racismo e desigualdades de gênero com a luta de classes. Hoje, está presente nos estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Escola Olodum (www.olodum.com.br): Criada há 25 anos pela Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum, a ESCOLA OLODUM é um espaço idealizado para explorar todo o potencial criativo e empreendedor dos jovens afro-descendentes. A partir de suas experiências de vida, ritmo e interesses próprios é implementada a formação de valores sociais, étnicos e culturais, que permitam a convivência qualitativa com todos os segmentos sociais.

Coletivo Pegada Jovem (www.pegadajovemcomvida.blogspot.com): Criado em 2003, o Coletivo Pegada Jovem desenvolve ações de educomunicação na cidade de Salvador. Em parceria com a Prefeitura e o Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá),

o Coletivo divulga o Projeto Agenda 21 nas escolas municipais de ensino fundamental da capital baiana. Este grupo que é objeto de pesquisa desta investigação que detalharemos mais adiante.

As Redes Sociais como estratégias de mobilização social:

Rede de Jovens do Nordeste (www.rjneba.blogger.com.br): Articulação de mais de 300 entidades ligadas à juventude em nove estados nordestinos. Tem como objetivo o fortalecimento da participação juvenil nos governos e na construção de políticas públicas.

Rede Sou de Atitude (www.soudeatitude.org.br): Articulação nacional formada por adolescentes e jovens de diversas regiões do país com o objetivo de monitorar as políticas públicas e influenciar os governos para a garantia dos direitos da juventude. A Rede foi criada em 2003 pela Ong CIPÓ – Comunicação Interativa.

Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA (www.rejuma.org.br): Criada em 2003 a partir da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, a Rejuma está presente em todos os estados brasileiros. A articulação tem por objetivos reunir os jovens brasileiros interessados na temática ambiental e promover a troca de idéias, realidades e experiências acerca das questões sócio-ambientais.

Movimento Sindical:

Central Única dos Trabalhadores – CUT-BA: Desde 2004, o tema juventude está na pauta de discussões dos 385 mil filiados da CUT Bahia. A entidade é parceira do Governo do Estado na construção da Agenda de Trabalho Decente Bahia e de programas de formação e qualificação profissional de jovens.

Força Sindical (www.fsindical.org.br): Fundada em 1991, a Força Sindical tem participado ativamente da formulação de políticas nacionais de juventude, a exemplo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Para a central, contribuir para a qualificação e inserção dos jovens no mundo do trabalho é das prioridades do movimento sindical.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia - FETAG-BA (www.fetag-ba.org.br): Desde 1963, a FETAG-BA desenvolve atividades para a defesa, formação, assistência técnica e representação da categoria dos trabalhadores rurais. A Federação tem desenvolvido inúmeras ações voltadas para a qualificação da juventude do campo a exemplo do Consórcio Social da Juventude Rural (Ministério do Trabalho) e o Programa Jovem Saber, em parceria com a CONTAG.

Centro de pesquisa:

Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura - NPEJI/UCSal (www.npeji.com.br): Ligado à Pós-graduação em Família da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), o NPEJI promove discussões, de forma sistemática, através de projetos de pesquisa e extensão, acerca de temas como juventude e participação, juventude e raça, juventude e sexualidade, gênero e direitos e juventude e marcos legais. Em 2008, o núcleo firmou acordo de

cooperação técnica com a Fundação Luís Eduardo Magalhães com objetivo de ampliar sua atuação no que se refere à temática da juventude.

Outros movimentos:

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (www.mst.org.br): Há 25 anos, o MST luta não só por reforma agrária, mas pela construção de um projeto político popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro. Presente em 24 estados, o movimento tem protagonizado projetos sustentáveis de cooperativismo e ações nas áreas de educação, cultura, democratização da comunicação, diversidade étnica, saúde pública e combate à violência sexista.

Movimento Escoteiros da Bahia - O movimento escoteiro é conhecido no mundo, como um movimento educativo dedicado aos jovens, com ênfase da formação do caráter e na prática dos valores humanos. Teve com seu criador, Baden Pawell, inglês, nos princípios do século XX. Atividades lúdicas com objetivos educativos, nas atividades ao ar livre e prestação de serviços a comunidades são algumas das estratégias metodológicas para trabalhar a formação do caráter e dos valores no indivíduo. No Brasil foi fundada em 1910 e este ano comemora um primeiro centenário do movimento. Na Bahia, chegou a mais ou menos 89 anos por meio da Marinha e atualmente temos registrado cerca de 1012 pessoas no movimento. Mais detalhes deste movimento na Bahia está descrito no capítulo 5.

O Mapa nº 02 mostra a representação espacial do panorama da sociedade civil que trabalham com a temática de juventude no município de Salvador-Bahia.



Fonte: elaboração própria do autor.

Mapa nº 02 - Representação espacial do panorama da sociedade civil que atuam na área de juventude no município de Salvador-Bahia.

Com esse panorama apresentado que representa um processo histórico de lutas para amenizar a desigualdade social da categoria juvenil. São entidades, oficiais ou oficiosas, mas que têm um objetivo de construir o jovem emancipatório para o enfrentamento das condições econômicas, sociais, culturais, políticas o nosso país. Trata-se de iniciativas, como foi visto, das mais diversas áreas, seja, cultural, ambiental, trabalho e renda, educacional, mas que convergem à contribuição de uma igualdade de condições aos jovens e atualmente sem dúvidas a contribuir para as atuais políticas públicas de juventude e de meio ambiente. Eram espaços que talvez não eram visto pela sociedade, ou até mesmo discriminados, mas tem demonstra no contexto de local uma importância inquestionável.

Vale ressaltar, o papel das universidades, os centros de pesquisas como espaço de construção acadêmica e histórica sobre o tema, mas que agora mais que nunca devem saltar as fronteiras e de encontro a este outro mundo e servir de embasamento teórico para as ações que estão feitas in loco. E por outro lado, a academia deve se aproximar destes outros “fazedores de histórias” para ser atualizados no seu contexto.

Atualmente a gestão pública valoriza estas iniciativas para compor e elaborar as políticas públicas atuais. No entanto, estas iniciativas as vezes são tão locais dentro de um contexto tão específico que resulta um pouco difícil ter uma progressão na sociedade como um todo. No entanto são estas as iniciativas que estão fazendo algo diferente pelos jovens, as que realmente interferem, ainda que localmente, dentro de um quadro de tantas desigualdades como é a realidade do Município de Salvador. O grupo de jovens do Coletivo Jovem de Meio Ambiente – O grupo Pegada Jovem, objeto principal de estudo desta investigação, muitas vezes chamado de um grupo elitista e essencialmente urbano por não conseguir ter uma expressão em toda a população juvenil do município dado suas limitações. Mas temos que reconhecer o potencial que existe no trabalho destes jovens que poderá juntar-se com os jovens destas outras iniciativas e assim com este movimento em rede ir ampliando o leque de ações. Não devemos deixar de fomentar estas iniciativas, pois acreditamos que por mais difícil que seja este caminho é a maneira mais democrática e correta de chegar à execução das políticas públicas.

4.2 - A Juventude Brasileira e as Políticas Públicas Ambientais

Dentro desse novo cenário das políticas públicas brasileiras, a participação dos jovens na implementação de Políticas Públicas de Meio Ambiente tem sido bastante relevante e um processo crescente. A ocupação dos espaços coletivos de participação pelos jovens têm sido motivados por parte dos órgãos competentes governamentais e os jovens por sua vez têm respondido positivamente a esta participação. Claro que não foi de uma hora para outra que estruturas tão forte e conservadoras dos governos, seja ele federal estadual ou municipal se abriram para a participação da sociedade civil, tem sido uma luta constante de conquistas desse lugar, de exercer os direitos e cumprir com os deveres.

A participação dos jovens na área ambiental como já comentamos anteriormente, é histórica. No entanto, mais recentemente com a Constituição de 1988, a questão ambiental passou a ser claramente assumida como um direito universal, e especialmente após a Eco-92 (ou Rio-92) ela passou a ser incorporada por diversos setores da sociedade. A juventude brasileira se insere, portanto, na atualidade, num cenário de maior complexidade cuja problemática ambiental necessita de análises mais integradas. Não se trata apenas de um problema de controle de poluição, por exemplo, mas sim de questões sociais, culturais, éticas e políticas. Não é mais possível abordar a temática sem relacioná-la com modelo de sociedade, de civilização e de desenvolvimento. Tanto os jovens quanto suas organizações, coletivos e movimentos têm cada vez mais percebido essa complexidade de relações na área, e percebem que os desafios atuais e futuros são bem maiores do que sua própria capacidade de enfrentá-los. Isso, no entanto, têm ajudado a

retroalimentar seus anseios e perspectivas de atuação política, cidadã e profissional na área. Alguns instrumentos legais são relevantes para a área e merecem ser destacados: Lei 6.981/81. Institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), mas não menciona o segmento juventude como sendo um dos componentes desse sistema. A Constituição Federal de 1988 (artigo 225) estabelece que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações. A Lei 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental estabelece que ela não deve ser uma disciplina no ensino básico, devendo ser trabalhada de forma transversal. Define também que a educação ambiental não se restringe ao ensino formal, mas também é implementada na sociedade como um todo, por meio do poder público, de instituições educativas, meios de comunicação, empresas e organizações da sociedade. Verifica-se que o segmento juventude encontra-se difuso nos instrumentos legais existentes e vigentes. A área é caracterizada pela inexistência de políticas específicas para a juventude. Diversas dificuldades são identificadas por se tratar de uma área recente, Meio Ambiente e Juventude, relacionada à falta de circulação de informações sobre o tema e sobre oportunidades e formulação e implementação de programas e ações na área. Decorrente da ausência de marcos legais, identifica-se a quase inexistência de instâncias e espaços de participação da juventude no Sistema Nacional de Meio Ambiente.

Apesar disso, os jovens vêm cada vez mais lutando pelo reconhecimento da sua participação e vem exercendo um grande papel na implementação de algumas Políticas Públicas de Meio Ambiente. Verificamos jovens cada vez garantindo a sua participação nos espaços de diálogos da gestão ambiental em geral, como por

exemplo na Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9433/1997 que prever a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades por meio da composição de conselhos gestores das bacias hidrográficas; em alguns estados brasileiros como membro da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental- CIEA²²; outro exemplo de participação no exercício da gestão ambiental municipal; também verificamos participação dos jovens nos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação²³, como os parques naturais, as áreas de proteção ambiental e outros, além do próprio Conselho Nacional e o Estadual de Juventude.

Com isso, considero que a juventude brasileira vem contribuindo para implementação de políticas públicas e tem cada vez mais ganhado espaço dentro de uma lógica de participação distinta das tradicionalmente conhecidas ou espaços formais estabelecidos. A juventude vem expressando sua vontade de participação em espaços que expressem ações coletivas e que assegurem as demandas que emanam uma condição juvenil.

Essa vontade de participar se deve por algumas razões as quais podemos refletir. O desejo de discutir o meio ambiente vem aparecendo pouco a pouco nas pesquisas, nos debates juvenis, nas prioridades de conferências nacionais. Uma delas é o uso das novas tecnologias como ferramenta para debate e discussão da temática ambiental, seduz ao jovem despertando o interesse em participar. Daí a relevância da inserção da educomunicação ambiental como instrumento metodológico bem interessante no ponto de vista formação de geração de conhecimento. Educomunicação Ambiental, um conceito novo, que vem se afirmando como campo de intervenção social, o qual inclui os meios comunicação no processo de mediação

²² Comissão prevista pela Política Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de elaborar política, programas e planos de Educação Ambiental para cada estado brasileiro.

²³ Área de Proteção Ambiental

educacional, discutindo dessa forma as questões ambientais. A utilização da Educomunicação Ambiental, como forma de estimular e socializar o debate sobre as questões ambientais e suas problemáticas.

Outra questão é o fato da mudança de paradigma de entender conceitualmente o meio ambiental com uma vertente muito mais política trazida pela educação ambiental. Esse viés político socioambiental tem demonstrado um interesse por parte dos jovens em participar, dado uma histórica atração do jovem nas décadas passadas pelos movimentos de cunho político. Porém, embora não seja o tema mais discutido no âmbito dos espaços de participação política, mas tem ganhado bastante espaço. Isto está sendo refletida na últimas pesquisas realizadas onde aparece o meio ambiente na lista de demandas e de interesses da juventude, coisa que há alguns anos atrás não aparecia. Visto que na primeira Conferência Nacional de Juventude o tema meio ambiente foi escolhido como o quarto na lista das prioridades juvenis. Portanto, nota-se uma perspectiva de mudança no perfil da construção desse sujeito social. Um sujeito que é construído a partir dos processos formativos oferecidos pelos espaços de participação os quais estão inseridos, seja que não é perceptível de maneira pontual e sim com um acúmulo de experiências vividas nestes espaços, seja ele no espaço formal ou não formal mas que se complementam.

Uma tese recentemente publicada na Universidade de São Paulo, a única no Brasil relacionada com o tema juventude e meio ambiente até o momento, estudou os processos de engajamento ambiental de jovens com ênfase nas narrativas de vida de membros de grupos ambientalistas juvenis e na história do Coletivo Jovem de Meio Ambiente de São Paulo. Ou seja, justificado que pela trajetória de vida dos jovens que fazem parte do coletivo, como se interessaram em participar na

construção deste espaço de formação e de construção coletiva de conhecimento. Para Gonçalves (2010), as trajetórias de vidas foram analisadas em categorias que agregam diferentes influências das experiências de vida no engajamento, como: o contato com a natureza, as relações com a escola, família e trabalho e a participação nos grupos ambientalistas juvenis. O entrelaçamento de processos de aprendizagem, socialização e ação prática é observado ao longo da formação da identidade ecológica dos indivíduos e dos grupos. As condicionantes do engajamento ambiental e o entrelaçamento destes processos são discutidos e compreendidos dentro de uma perspectiva sócio-histórica, que valoriza a ação positiva de estruturas e espaços educadores produzidos pela sociedade e orientados para a cultura da sustentabilidade. O olhar analítico para a influência destas estruturas e espaços educadores na trajetória dos indivíduos e grupos dialoga com teorias pedagógicas e sociológicas, que valorizam as interações simbólicas presentes nas experiências do cotidiano, que promovem a formação do sujeito dentro de suas relações com os outros, com o meio e consigo mesmo. Os processos de “identização ecológica” que se dão, de forma singular, na vida de cada um dos jovens ambientalistas aqui estudados. Verificou-se que os grupos ambientalistas juvenis estabelecem comunidades de prática, que, no diálogo com os novos movimentos sociais, potencializam a aprendizagem, a formação de redes sociais e processos de intervenção na realidade orientados pela responsabilidade socioambiental (GONÇALVES, 2010).

No mundo ambiental os mapas biográficos são muito variados, mas suficientemente articulados para indicar uma comunidade de sentido (RORTY, 1987).

Assim, enfocando as trajetórias individuais e sua confluência na constituição do campo ambiental, pode-se ver aí as marcas que configuram este espaço como

constitutivo de uma identidade narrativa, que torna possível que sujeitos, desde sempre mergulhados na historicidade e lingüisticidade, agenciem os fatos de acordo com uma perspectiva de compreensão do mundo que quer comunicar certa experiência pessoal e social. Nesse sentido, pode-se dizer que os sujeitos sociais são ativos narradores, ao mesmo tempo em que são narrados, isto é, são formados pelas estruturas narrativas dominantes de seu tempo, e particularmente dos campos de ação onde estão inseridos (CARVALHO, 2007).

Em este capítulo daremos uma ênfase maior a relação da Juventude com a Política Nacional de Educação Ambiental. Trataremos de relatar com as estruturas governamentais estão se organizando para inserir a participação nestes espaços coletivos e como a juventude está inserindo-se no Estado da Bahia. Também destacaremos os programas desenvolvidos pelo Governo Federal sendo executados pelos estados e os estados pensando nas estratégias estaduais de implementação da política específica.

4.2.1 – Política Nacional de Educação Ambiental e sua implementação a partir da participação juvenil.

Como vimos no capítulo II onde tratou da evolução da EA no Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental publicada em 1999, sua implementação tomou mais corpo em 2003 com a entrada no novo Governo que direcionou a gestão pública tornasse mais participativa possível. Assim, os ministérios de Educação e O Ministério do meio Ambiente a través do Órgão gestor, começaram a lançar ações e programas de implementação da PNEA, foi instituído em junho de 2003, com a missão de materializar a Lei nº 9.795/1999 e o Decreto nº 4.281/2002. Trataremos

neste item de refletir sobre os espaços que foram criados para incentivar a participação de jovem na implementação da PNEA e no enraizamento da EA. Todos estes espaços sejam chamados de conselhos, comissões, conferências são espaço que tem antes de mais nada existem para exercer o papel de espaço educador ou estruturas educadoras. Todas essas estruturas precisam estar sintonizadas na missão de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis - através da educação das crianças, das professoras e professores, dos pais e das mães, de sindicalistas, de caminhoneiros e taxistas, de políticos e gestores, enfim de todos os setores e instâncias – para que cada indivíduo possa se tornar mais um/a educador/a ambiental.

Os termos estruturas e espaços educadores servem para abarcar algumas das dimensões pertinentes à Educação Ambiental, crítica, popular, emancipatória e transformadora. Fica evidente que o esforço de inserir a Educação Ambiental em todos os níveis e esferas da sociedade deve ocorrer também na perspectiva de que os espaços e a estruturas, com as quais convivemos e interagimos cotidianamente, sejam dotados de características educadoras e emancipatórias, que contenham em si o potencial de provocar descobertas e reflexões, individuais e coletivas simultaneamente (MATAREZI, 2005, p 163).

Dentro deste conceito de estruturas educadoras para as sociedades sustentáveis apresentaremos algumas aqui que mais se destacaram a participação da juventude nas Políticas Nacional de Educação Ambiental. Dentre elas estão as conferencias Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, os Coletivos Jovem de meio Ambiente as Rede de juventude e Meio ambiente (REJUMA) e as CIEAs. Também apresentaremos o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente importante

ferramenta para consolidar a juventude como sujeito das ações e a inserção em outros espaços e o que reúne as ações realizadas pela juventude.

As Conferências

Mobilizar todo o país, em menos de cinco meses, para um evento nacional que ditaria democraticamente a/s trajetória/s que órgãos públicos federais na área ambiental deveriam seguir. Esse foi o desafio embutido no Acordo de Cooperação Técnica MMA/MEC, assinado em julho de 2003, quando também se formou o OG-PNEA (Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental). Para a realização, envolveram-se outros ministérios e secretarias, organizações da sociedade civil, patronais, entre outros, além do patrocínio governamental e de empresas estatais.

Não seria um, mas dois eventos nacionais que ocorreriam entre 28 e 30 de novembro daquele ano, em Brasília: a I Conferência Nacional do Meio Ambiente, com o tema Vamos Cuidar do Brasil, para representantes dos mais diversos setores provenientes das 27 unidades federativas, e selecionados por um processo de discussões nos estados e municípios. E a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente, que mobilizaria jovens estudantes.

Os principais objetivos seriam: construir diretrizes para a consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), diagnosticar e mapear a situação socioambiental, e promover um processo de mobilização e educação ambiental, como já vimos no capítulo II.

Mas aqui o que interessa é destacar os passos na versão Infanto-Juvenil, a partir da onde começaram a render frutos para a mobilização de jovens para refletir sobre o meio ambiente.

Os passos foram bem definidos para a Conferência Infanto-Juvenil (CNIJMA), paralela à “adulta”. Sua lógica foi a de uma campanha pedagógica. O tema foi: Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas. Buscou-se envolver sobretudo estudantes do Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª séries) e comunidades no debate sobre os principais desafios socioambientais do momento, sob a ótica de suas realidades locais.

Como orientação para as escolas públicas e privadas, o OG-PNEA preparou a cartilha “Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola”. Nelas, havia os cinco temas geradores: como cuidar da nossa água? dos seres vivos? dos nossos alimentos? de nossa escola? de nossa comunidade?

E se fez um forte esforço de divulgação, com cartazes para as instituições de ensino, programas na TV Escola e Canal Futura, além de um sítio na internet. Foram criadas as Comissões Organizadoras Estaduais (COEs), compostas por representantes do Ibama, MEC, órgãos de educação e meio ambiente dos estados e capitais, União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), ongs de EA e movimentos sociais da juventude. Essas comissões estaduais retransmitiriam as informações sobre o evento para estudantes, docentes, jovens e gestoras/es locais, através de oficinas e encontros.

“Conferência é um processo no qual as pessoas se reúnem, discutem os temas propostos expondo diversos pontos de vista, deliberam coletivamente e, a partir dos debates locais, escolhem representantes que levam adiante as idéias

consensuadas”, era a explicação por trás do processo nas instituições de ensino. Os sete princípios metodológicos revelam o espírito da proposta:

- Jovem escolhe Jovem: decisões tomadas pelos próprios jovens, não por terceiros.
- Jovem educa Jovem: processo educacional construído a partir das experiências dos próprios adolescentes, respeitando e confiando em sua capacidade de assumir responsabilidades e compromissos de ações transformadoras.
- Uma geração aprende com a outra: reforço ao diálogo entre gerações, sobretudo com pais e mestres, responsáveis por dar condições para aprofundar conhecimentos e abertura para a participação necessária para as mudanças.
- Empoderamento: a partir da escola, com o envolvimento da comunidade, participantes da Conferência percebem-se parte de um contexto mais amplo, com vez e voz nos destinos da sociedade.
- Formação de comunidades interpretativas de aprendizagem: por meio de processos cooperativos com objetivos comuns, incentivo às ações compartilhadas, com resultados benéficos para todos.
- Ações afirmativas: desenvolvimento de instrumentos de inclusão social que buscam a equidade de direitos, respeitando sempre as diferenças e a diversidade.

O processo foi participativo. Cada escola colocaria os temas geradores em pauta, para a escolha coletiva do maior problema local e debate das possíveis soluções. Então, estudantes fariam cartazes e textos curtos, para responder a pergunta central: “Como vamos cuidar do Brasil, nesta escola?” Também seria coletiva a escolha do melhor trabalho e de quem se candidataria, em nome da escola, ao evento em Brasília. Foram escolhidos 14 jovens de cada estado, estudantes da 5ª a 8ª série, de 11 a 14 anos.

Em algumas unidades federativas, a seleção foi em conferências estaduais. Mas, em geral, foi das COEs, que aliás formaram Conselhos de Jovens de Meio Ambiente. Eram grupos informais de jovens de 15 a 29 anos, atuantes em organizações de juventude, integrados na organização e articulação para a I CNIJMA. Estes grupos de jovens foram responsáveis também pela mobilização a escolas a participar do projeto conferência e também de promover as formações ou assessorias necessárias para realização da conferência na escola.

No seguinte item já veremos de forma mais detalhada como o grupo dos conselhos jovens se formou no Estado da Bahia e mais especificamente no Município de Salvador.

Dois meses antes da conferência infanto-juvenil, em setembro, aconteceu o 1º Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente, em Luziânia (GO), promovido pelo MMA, MEC, com apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ). Entre os convidados, 162 membros dos Conselhos Jovens (CJs).

Em debate, a inserção da pauta ambiental entre jovens, o fortalecimento da participação nas pré-conferências nos estados e a Rede de Juventude pela Sustentabilidade (Rejuma), formada naquela ocasião. Muitos dos facilitadores que iam trabalhar nesta ocasião da Conferência eram jovens dos CJs formados nos estados.

“Cerca de 16 mil escolas, ou seis milhões de estudantes, docentes e familiares foram mobilizados, para trazer 380 jovens a Brasília, de todos os estados brasileiros”, acentuou a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, ao relatar sobre a Conferência Infanto-Juvenil, que também contou com 54 facilitadores dos CJs e 11 observadores internacionais: da Índia, África do Sul, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, México, São Tomé e Príncipe.

O principal produto do evento infanto-juvenil em Brasília foi a Carta Jovens Cuidando do Brasil. Mas o processo não parou na Conferência:

- Desencadeou o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, implementado no ano seguinte, que por meio da difusão de conhecimentos atualizados sobre questões científicas, saberes tradicionais e políticas ambientais, usando estratégias de rede, processos formativos, publicações e projetos com a sociedade, visa formar um sistema contínuo de implementação de políticas de EA nas escolas em suas diferentes dimensões.
- Já o processo prévio à conferência infanto-juvenil inspirou o nascimento de Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) nas 27 unidades federativas do país, através dos quais membros de organizações de juventude tornaram-se co-responsáveis pela organização das conferências nos estados, junto às COEs.

Com isso, permaneceu a missão de mobilizar jovens, bem como os movimentos para implantação de ações e projetos de EA, dentro do princípio “jovem educa jovem”.

- Deslançou a formação da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma), com o propósito de lutar por políticas públicas de juventude e meio ambiente. A Rejuma continuaria participando não só de encontros locais, regionais e nacionais de EA e meio ambiente, como no Conselho Nacional de Juventude, onde passaria a coordenar a câmara temática de Juventude e Qualidade de Vida.

Ainda sob efeito da mobilização obtida com a Conferência Infanto-Juvenil no ano anterior, decidiu investir no enraizamento da EA, tanto no próprio MEC, como junto às redes estaduais e municipais de ensino.

Para o meio escolar, a idéia foi planejar o percurso a partir do ponto a que se chegara até então. Ou seja, reunir num único programa ações para estimular a competência do professor-formador (direção adotada antes pelos Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação – Meio Ambiente), e a mobilização da sociedade civil (já trabalhada na Conferência Infanto-juvenil). O alvo seria ter a EA incorporada no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no currículo escolar. Mas também multiplicar Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas (Com - Vidas), estendendo a proposta às comunidades do entorno.

Foi assim que nasceu o Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, programa desenhado pela CGEA/MEC como um sistema contínuo de implementação de políticas de EA nas instituições de ensino. Os números revelam a ambição da proposta: atender 32 mil docentes e 32 mil estudantes das 16 mil escolas que haviam participado da I CNIJMA. Indo além do Ensino Fundamental, seriam oferecidos insumos às sete mil escolas de Ensino Médio, para que tivessem atividades de pesquisa, planejamento e implementação de projetos e ações de EA, por meio do uso das tecnologias de informação (TICs). O processo aconteceria por meio de órgãos estaduais e municipais de educação e de meio ambiente, bem como de ongs e universidades.

A participação da juventude através dos CJs, foi importante sobretudo porque eram eles os responsáveis pela a formação dos alunos para a criação na escola das Com-Vidas nas escolas, fazendo mais uma vez valer os princípios que regem os projetos dos coletivos, jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra.

Dois anos mais tarde, ou seja, em 2005, cerca de 86 mil pessoas de instituições governamentais, não governamentais, empresariais, tomando parte de uma seqüência de eventos que culminaria numa reunião nacional deliberativa em Brasília (DF), com 2 mil participantes, para interferir nos rumos da política pública ambiental. O que alguns anos antes parecia improvável no Brasil, aconteceu em 2005 com a II Conferência Nacional do Meio Ambiente (II CNMA). Dessa vez não houve a versão Infante Juvenil neste mesmo ano.

Dentre as deliberações da II CNMA haviam muitas citações com relação a EA em vários setores e uma bastante específica para que o programa Juventude e Meio Ambiente se tornasse referência de política pública de EA no Sisnama, voltada ao estímulo do protagonismo juvenil. Trata-se de um programa lançado meses antes pelo órgão gestor da PNEA, em resposta a demandas identificadas numa pesquisa de 2004/2005 que desenhava o perfil das/os jovens participantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs), já neste momento modificado o nome.

Em 2005 começaram a mobilização e organização nos estados para realização da II CNIJMA. A grande maioria dos jovens dos coletivos nos estados, entusiasmados com os projetos seguiam motivados a trabalhar na organização do evento.

Assim como a primeira conferência infante-juvenil, realizada em 2003 em paralelo à “conferência adulta”, a organização dessa edição também seguiu a lógica de campanhas pedagógicas. A começar pela divulgação e distribuição prévia de materiais de apoio para as escolas de todo o país, que optariam pela participação (ou não) no processo de mobilização.

A escola que aderisse seguiria etapas que incluíam a realização de conferência na própria instituição de ensino, seguida de evento estadual ainda em 2005, para culminar na mencionada conferência nacional, para onde afluíam cerca de 600

delegadas/os, estudantes da 5ª. a 8ª. série, com idade entre 11 e 14 anos, escolhidas/os durante o processo.

Uma sistemática similar à de 2003, pela qual cada escola elegeu representantes-candidatas/os à participação no evento estadual, no qual se fez a seleção final para o evento nacional. No Estado da Bahia não houve a etapa estadual, neste momento não se tinha o apoio financeiro da Secretaria Estadual de Educação, órgão responsável pelo ensino público no estado. O que foi realizado foi depois da escolha das propostas feita pelo CJ de Salvador, organizou uma preparação dos delegados escolhidos alguns dias antes da realização do evento em Brasília.

A escolha das propostas e dos delegados e delegadas para representar o estado da Bahia, foi realizada pelo CJ de Salvador o grupo Pegada Jovem, com o apoio da COE, onde os critérios para a escolha, foram elaboradas pelos próprios jovens do coletivo.

Também no evento de preparação dos delegados e delegadas escolhidas antes de ir a Brasília, eles organizaram as atividades em conjunto com COE e realizaram oficinas de formação com estes alunos.

A contribuição do Grupo Pegada Jovem e tomando como exemplo este evento é de tamanha relevância, dado a dimensão que é dada ao aspecto formativo de ambas as partes. Tanto para eles dos membros do coletivo, quanto para os demais segmentos que fazem parte da comissão organizadora e como para os alunos eleitos como representantes. É um processo de ensino-aprendizagem que consideramos explícita, onde se coloca em exposição os acertos e os erros e se aprendem com tudo isto. Sem contar com a legitimação dos princípios que regem toda a metodologia de trabalho com os Coletivos Jovens. A prática destes princípios,

quando se trabalhar com jovens é praticamente automático, pois isso é diretamente posta pela maneira desse jovem de agir e de colocar suas idéias.

De acordo com dados do MEC, cerca de 11,5 mil escolas e comunidades se engajaram, somando, ainda segundo as estimativas oficiais, mais de 3,8 milhões de pessoas espalhadas por mais da metade dos municípios brasileiros. Quer dizer, as jovens delegações levaram para Brasília (DF) os anseios e demandas de um contingente de brasileiras/os que não se limitou ao âmbito escolar. Vale dizer que algumas delegações representaram comunidades indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos rurais e em situação de rua.

Inclua-se na estatística da participação 80 facilitadoras/es dos Coletivos Jovens, 90 pessoas dos comitês estaduais e observadoras/es internacionais de 12 países, para chegar ao time que contribuiu na produção da Carta de Responsabilidades Vamos Cuidar do Brasil, documento final da conferência, entregue a Luís Inácio Lula da Silva, presidente do país, bem como aos ministros Fernando Haddad, da Educação, e Marina Silva, do Meio Ambiente.

Apesar das semelhanças, houve algumas diferenças entre a primeira e a segunda edição da CNIJMA, tais como:

- *Autonomia*. Dessa vez, a agenda do evento infanto-juvenil não coincidiu com a da conferência “adulta”. A desvinculação deu abertura para um caminho próprio para as/os jovens.
- *Tema desafiante*. Cada instituição de ensino recebeu a provocação de trazer para o universo local – escola e comunidade – conteúdo de quatro documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Trata-se de duas convenções, sobre as Mudanças Climáticas e sobre a Diversidade Biológica, e duas declarações – de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, e de Durban contra o Racismo,

Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Com materiais e orientações do MEC, a comunidade escolar foi incitada a mergulhar nos conteúdos desses acordos internacionais, para criar ações que trariam para a realidade local os compromissos que o país subscreveu: o combate ao aquecimento global, a proteção da biodiversidade, a defesa da segurança alimentar e da diversidade étnico cultural.

• *Responsabilidades*. Mais de que apontar problemas e reivindicar soluções, jovens se comprometeriam, em sua Carta de Responsabilidades, a trabalhar em prol de um mundo melhor. Quer dizer, as pessoas envolvidas nas atividades da escola e comunidade do entorno assumiram publicamente compromissos relacionados aos temas dos quatro acordos internacionais. Em seguida, as responsabilidades apontadas pelas comunidades escolares foram sistematizadas, orientando as conferências estaduais e a nacional. Estas, por sua vez, foram reorganizadas, resultando na mencionada carta finalizada pelas/os jovens em Luziânia. A seguir, um trecho da Carta de Responsabilidades escritas pelos jovens:

“Somos jovens do Brasil inteiro (...), buscamos construir uma sociedade justa, feliz e sustentável. Assumimos responsabilidades e ações cheias de sonhos e necessidades”, resume já no primeiro parágrafo a Carta de Responsabilidades dos jovens, reforçando que ela traz “as idéias coletivas de 12 mil escolas e comunidades de todo o país que realizaram suas Conferências em 2005, com os desejos de 4 milhões de pessoas”.

Essa postura, vale ressaltar, vai ao encontro do documento Responsabilidades Humanas, cuja construção se iniciara nos anos 1990 por empenho da Fundação Charles Léopold Meyer pelo Progresso Humano, sediada em Paris. Resultante de criação coletiva aberta à permanente atualização, o texto internacional ganhou adesões no mundo todo pela proposta de um novo pacto social entre seres

humanos. Pacto esse que, como explica o site da fundação, “trata das responsabilidades individuais e coletivas nas inter-relações humanas e com a biosfera, que cidadãos do mundo inteiro, governos e instituições podem adotar, numa perspectiva de construir sociedades sustentáveis”²⁴.

Em tempos em que a interatividade abre portas para o mundo, não é de estranhar o que ocorreu em seguida. O processo das conferências infanto-juvenis no Brasil inspirou uma proposta de uma inédita conferência infanto-juvenil internacional, que resultasse na criação coletiva de uma Carta das Responsabilidades – Vamos Cuidar do Planeta. Projetada para acontecer no país em 2010, ela seria aberta a estudantes de diferentes países, cursando os anos finais do ensino fundamental ou equivalente. O evento foi realizado em junho de 2010 com participação de jovens de varias partes do mundo, com uma mobilização bastante significativa dos países interessados em os jovens discutissem estratégias de como Cuidar do Planeta.

Em pleno período de efervescência dos debates sobre o aquecimento global, em julho de 2007, começaria a primeira rodada de reuniões para a articulação da III Conferência Nacional do Meio Ambiente (III CNMA), tanto no âmbito ministerial, como com comissões organizadoras estaduais, representantes de movimentos sociais, entidades empresariais, entre outros. Programada para o primeiro semestre de 2008, esse evento pretendia, novamente, trazer para Brasília (DF) delegadas/os de todos os segmentos sociais e todas as unidades federativas do país, que deliberariam sobre as políticas públicas na área ambiental.

Mas não era o único que ia acontecer em 2008, as COEs estaduais já estava, sendo incentivadas para a realização da III CNIJMA.

²⁴ <http://www.charte-responsabilites-humaines.net/>

Sua preparação começou também em 2007, com a escolha do tema “Mudanças Ambientais Globais” e a produção de material didático de apoio, para distribuição às mais de 50 mil escolas públicas de ensino fundamental do país. Dezenas de especialistas participaram voluntariamente, seja nas atividades de planejamento, ou pela leitura crítica durante a elaboração das publicações de apoio.

Nesta terceira edição, no estado da Bahia por primeira vez realizou a etapa estadual. Desta ocasião, a Secretaria Estadual de Educação resolveu levar adiante o projeto e realizou a etapa com a participação de todos os delegados e delegadas escolhidos pela escola. Por razões técnicas, houve um problema de entrega nas propostas de algumas escolas e a extensão do prazo de entrega por parte do MEC. Assim, a etapa estadual não houve escolha de delegados para ir a Brasília. A idéia não era criar um ambiente de disputa e sim de formação, de integração, de socialização de todos os jovens ali presentes. Mais uma vez o CJ de Salvador, o grupo Pegada Jovem, apesar das dificuldades de trabalho e de inserção da estrutura conservadora da máquina administrativa, realizou um trabalho muito interessante, desde a fase de organização do evento. E durante o evento, promoveu oficinas de formação para os jovens com os temas diversos e atendendo demandas dos próprios delegados e delegadas ali presentes. Vários produtos se destacam deste evento dentre os quais destacamos os desenvolvidos pelo núcleo de educomunicação do CJ.

A Conferência Internacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, encerrando um ciclo de sete anos de conferências nacionais no governo Lula. Os 59 países que aderiram à Conferência aderiram também à metodologia criada pelo Brasil. A Conferência Internacional teve como objetivo possibilitar que crianças e adolescentes do mundo todo se apropriem localmente de compromissos globais,

assumindo responsabilidades para a construção de sociedades sustentáveis. O tema desta conferência é o mesmo da conferência nacional anterior: mudanças socioambientais globais, com foco nas mudanças climáticas. A Confint 2010 reuniu 400 crianças e adolescentes de 12 a 15 anos, de 53 países de todos os continentes, para debater os problemas socioambientais globais, com foco nas mudanças climáticas, durante o mês de junho de 2010.

Assim como aconteceu no Brasil em 2008, a conferência nos demais países acontece primeiramente nas escolas e evolui até a etapa nacional; constroem a Carta das Responsabilidades Vamos Cuidar do País e elegeu até 12 delegados para a Confint2010, que aconteceu no Brasil de 5 a 10 de junho de 2010. A Confint 2010 também proporcionou o fortalecimento do protagonismo entre os jovens, envolve os coletivos jovens do Brasil e a participação de pelo menos um jovem de cada país para atuar como facilitador.

O documento final do evento foi escrito coletivamente pelas delegações de todos os países participantes, a Carta das Responsabilidades. Nele, os jovens assumem seu conhecimento dos problemas ambientais que a Terra enfrenta e, sobretudo, reiteram seu compromisso com ações para cuidar do meio ambiente, para cuidar de seu lar.

Conscientes da necessidade de assumir responsabilidades e ações para reverter à degradação ambiental e o futuro instável e incerto, as centenas de crianças e adolescentes que participaram da Confint 2010 demonstram que transformar a realidade está ao alcance de todos e todas. A idéia é que ao retornar à sua terra natal, cada criança e cada adolescente atuará como um disseminador de informações, conscientizando mais e mais pessoas.

Coletivo Jovem

Envolver a juventude na discussão ambiental e no engajamento na temática ambiental é um dos desafios da atualidade. Percebeu-se, a partir de 2003, ao longo do processo de construção da I Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, que a temática tinha forte potencial de mobilização e que poderia abrir canais de atuação política e possibilidades de transformações ambientais, culturais e sociais profundas e efetivas.

Para tanto, deveriam ser viabilizadas formas de esses jovens participarem deste processo, surgindo então à idéia de criação dos coletivos jovens preocupados e atuantes na temática socioambiental. Naquela ocasião, adotou-se o nome de Conselhos Jovens de Meio Ambiente que, embora com nome diferente, sua concepção estava plenamente sintonizada com a proposta de um coletivo de jovens. A estruturação dos chamados Conselhos Jovens foi realizada a partir de um processo intenso de articulação e de diálogo com diversas organizações de juventude, atuantes ou não na área ambiental. No decorrer do processo, foi diversas vezes apontado que o nome conselho não refletia o seu verdadeiro sentido, por estar vinculado a uma comissão organizadora criada para apenas um evento. Dessa maneira não faria sentido apontar para a formalização desse espaço, como se dá em conselhos de uma forma geral. Não se previa a definição de cargos nem de hierarquias, não era um espaço de representação da juventude e sua dinâmica de funcionamento também não refletia os pressupostos de diversos conselhos já difundidos na sociedade.

Dessa maneira já era possível identificar diversos elementos que apontavam para as perspectivas de coletivos, ainda que o nome adotado fosse conselho (Brasil, 2006).

Os Coletivos Jovens são grupos informais que reúnem jovens representantes ou não de organizações e movimentos de juventude que têm como objetivo envolver-se

com a questão ambiental e desenvolver atividades articuladas relacionadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Esses coletivos são como redes locais, para articular pessoas e organizações, circular informação de forma ágil, pensar criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejar e desenvolver ações e projetos, produzir e disseminar propostas que apontem para sociedades mais justas e equitativas, entre outras ações e realizações.

A idéia destes Coletivos Jovens (CJs) foi e vem configurando num interessante processo de estímulo ao envolvimento e à organização de jovens num processo de engajamento e atuação junto às questões socioambientais. Além de envolver os que já atuavam na área ambiental, os Coletivos Jovens podem favorecer a chegada de outros jovens nesse processo, aqueles que já ouviram falar sobre meio ambiente, mas que ainda não sentiram vontade de envolver-se com esse assunto.

Segundo Deboni & Mello (2006) são três os princípios que orientam a atuação desses coletivos jovens, como já mencionamos anteriormente:

- ✓ Jovem educa Jovem. À luz desse, assume-se claramente o papel de protagonista dos jovens como sujeitos sociais que atuam e intervêm no momento presente e não num futuro próximo como muitos argumentam. Assume-se ainda que o processo educacional pode e deve ser construído a partir das experiências dos próprios jovens, por meio de “Comunidades de Aprendizagem”. Esse conceito representa que um determinado grupo de pessoas, no caso o próprio CJ, pode se assumir como uma comunidade que atua aprendendo e que aprende atuando, sem necessariamente depender de agentes externos para tutorar ou conduzir esse processo.

- ✓ Jovem escolhe Jovem. Por esse princípio, demarca-se que são os próprios jovens os mais indicados para tomarem decisões relativas aos processos de escolha, sem a interferência de indivíduos e ou organizações do chamado “mundo adulto”. O princípio do “Jovem Escolhe Jovem” é um bom exemplo de exercício cotidiano do espírito de protagonista que o coloca no centro da tomada de decisões, a qual é feita pelos próprios jovens e não por terceiros. Para que este princípio seja exercitado, ele requer que os jovens experimentem nas suas práticas, maturidade e capacidade de demonstrar que são capazes de realizar, de implementar, de agir, de construir, de fazer acontecer e de executar seus projetos de interesse.
- ✓ Uma geração aprende com a outra. Toda a atuação social e a causa à qual ela se remete, encontram-se dentro de um processo histórico. Quem embarca em algum engajamento em prol da vida, do planeta e da humanidade, sempre está, de alguma maneira, dando continuidade a um processo acumulado por diversas outras pessoas ao longo de anos. Os novos “tripulantes” trazem sempre novas idéias, conhecimentos e percepções que inovam esse processo, enquanto os antigos possuem um acúmulo de experiências que é fundamental, especialmente para que os que chegam não precisem “reinventar a roda”. Sendo assim, afirma-se que as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender. Este diálogo é um aspecto fundamental para fortalecer os movimentos em prol do meio ambiente e quaisquer outras causas.

Cabe ressaltar que esses princípios não pressupõem o isolamento dos jovens no seu próprio mundo, mas ressalta a relevância do diálogo e da parceria entre eles e o

chamado mundo adulto. Não se pretende que essa ruptura com paradigmas tradicionais conduza a um distanciamento dos jovens dos outros sujeitos e das organizações sociais, mas que contribua para a construção de um processo de interação e de parceria. Neste sentido, emerge o terceiro princípio que, apesar de não estar explicitamente colocado no momento de criação dos chamados Conselhos Jovens de Meio Ambiente, esteve presente o tempo todo orientando e permeando esse processo. Trata-se do princípio do diálogo intergeracional, ou seja, do diálogo entre gerações e organizações de diferentes gerações (BRASIL, 2006).

Com o objetivo de traçar o perfil do Coletivo Jovem de Meio Ambiente, foi realizada uma pesquisa com os 27 CJS formados e que permaneceram em atividades após o término da I Conferência Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente realizada em 2003. Participaram da pesquisa 241 pessoas, sendo que 61 não eram membros desses grupos.

Para fazer um panorama geral com as principais questões relativas a este perfil, foram identificadas as seguintes características tais como: Sexo, faixa etária, Cor ou raça, nível de escolaridade, região de origem, tipo de comunidade, relação capital x interior, rendimento familiar, concepção de meio ambiente, atividades exercidas e motivações para atuar com o tema.

A coleta de dados foi realizada no período de 17/12/2004 a 10/01/2005. Entre os dias 19 e 24/11/2004 foi realizado o pré-teste com cinco jovens da equipe de facilitação nacional da REJUMA, que permitiu ajustes no formulário final.

Aqui destacaremos alguns dos resultados desta pesquisa que tem mais relevância para esta investigação.

Há um equilíbrio de gênero com predomínio do sexo feminino 56% e 44 % masculino. A maioria, ou seja, 66 % dos participantes possuem uma faixa etária de 18 a 25 anos.

Uns 65% pode ser considerada negra, segundo a aglutinação daqueles que se auto-declararam pardos e pretos.

A concentração de jovens é muito mais nas zonas urbanas, na capital (62%) que nas zonas rurais, no interior (38%). Aponta a necessidade de expandir os CJs para os municípios do interior e áreas rurais.

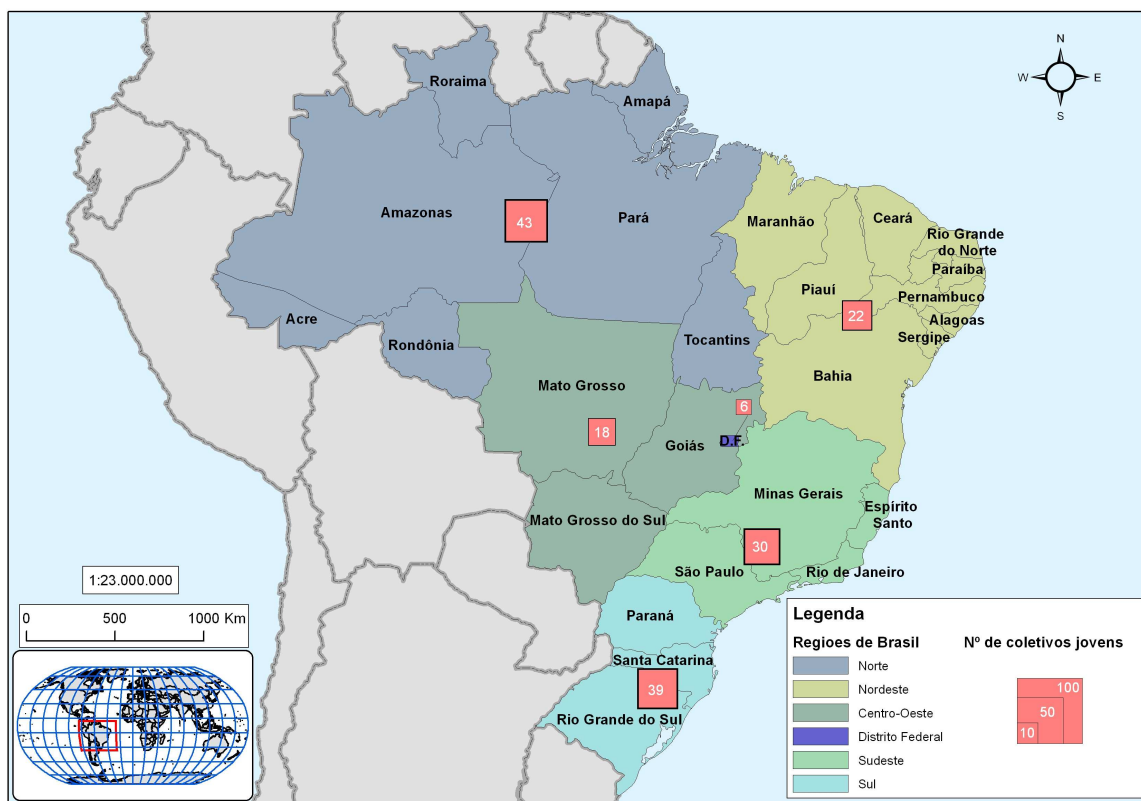
Quando se pergunta o que é o meio ambiente para você? Comparando os dois grupos, jovens do CJ tendem a ter uma visão mais integradora das relações de humano/meio ambiente, enquanto o grupo externo demonstra ter uma visão mais utilitarista.

A motivação dos jovens do CJ é o sentimento de co-responsabilidade, enquanto o grupo externo tende a agir em função da “conscientização” das pessoas.

O interesse em participar do CJ vem pelo objetivo do coletivo, de uma identificação com a proposta, pelos ideais parecidos entre o grupo, as questões sociais, educação, a motivação pela causa social, defesa e a melhoria da qualidade de vida e isso refletiu em 29% dos jovens. Em segundo lugar ficou a relação Juventude e meio e o interesse pela Educação ambiental (14%).

Na ocasião, grande parte dos jovens participa do CJ desde sua criação, favorecendo o processo de continuidade e a consolidação das ações desenvolvidas ao mesmo tempo em que é incentivada a ampliação dos novos membros.

O Mapa nº 03 mostra o número de coletivos jovens formados em cada unidade federativa do Brasil. Dados retirados da Serie Documentos. Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente. Ministério da Educação (2007).



Fonte : Ministério de Educação (2007).

Mapa nº 03 - Número de coletivos jovens formados em cada Unidade Federativa do Brasil.

Com relação a participação do jovens em outras ações de implementação da PNEA, dentre elas a CIEA, uma baixa participação de jovens nesta instância de participação. Os jovens têm interesse mas tem dificuldades em participar. Já no programa de formação Vamos Cuidar do Brasil com as escolas, criado pelas demandas dos delegados e delegadas da I CNIJMA em 2003, cerca de 69 % participaram.

Também apontam com aspectos positivos do CJ a integração, mobilização e a articulação são citadas por 70% dos jovens como aspectos positivos do CJ. A maioria aprova e se apropriou da proposta original.

Quanto aos aspectos negativos muitos apontam como a falta do reconhecimento institucional bem como, o fato de não ter uma estrutura física definida para os trabalhos do CJ. Isso é um tema sempre discutido entre os coletivos e é uma conquista ser alcançada. Alguns funcionam em parcerias com outras instituições e organizações que cedem um espaço de trabalho em caráter temporal para o grupo.

Os coletivos jovens de meio ambiente tem desenvolvidos projetos no se respectivo estado. Muitos deles motivados pelo Governo Federal que fazem parte das propostas elaboradas pós processos de conferências. O caso do coletivo Jovem da Bahia, chamado de Grupo Pegada Jovem falaremos mais detalhadamente dele a no seguinte item deste capítulo.

Destacaremos aqui alguns dos projetos realizados pelos CJs e motivados pela com mais relevância e que vamos descrever um pouco de cada um.

COM-VIDAS (Comissão de Meio ambiente e Qualidade de Vida) uma das ações estruturantes do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas. Aborda as possibilidades pedagógicas desta iniciativa no âmbito escolar, reunindo dados sobre o funcionamento de diversas Com-vidas no país e aponta perspectivas e desafios para sua consolidação e ampliação.

A idéia surgiu como resposta às deliberações da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, quando os estudantes propuseram a criação de *coletivos jovens de meio ambiente e a elaboração da Agenda 21* nas escolas do país.

A proposta das Com-vidas – Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas é consolidar na comunidade escolar um espaço estruturante e permanente para realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, com intercâmbio entre as escolas e comunidades.

Tendo em vista a sua relevância no processo de construção e reflexão de conhecimento local, e a sua missão de (re) aproximação escola-comunidade, tendo como fio condutor a questão socioambiental, o projeto visa à criação, consolidação e ampliação destas Comissões nas escolas, numa perspectiva de rede, ou seja, Com-vidas estabelecendo intercâmbios entre si.

O objetivo principal é criar espaços estruturantes na escola para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade, com foco nas questões socioambientais locais.

A proposta de criação de Com-Vidas surgiu como resposta às deliberações da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (I CNIJMA), realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação, em 2003, quando os estudantes envolvidos propuseram a criação de coletivos jovens de meio ambiente e a elaboração da Agenda 21 nas escolas do país.

As Com-vidas vêm enfrentar uma fragilidade do universo escolar: a baixa articulação entre escola e comunidade. Em geral, observa-se a instituição escolar fechada em si e se relacionando pouco com a comunidade do seu entorno (ORGÃO GESTOR DA PNEA, 2007).

O público a ser atingido são escolas do ensino básico, preferencialmente dos anos finais do ensino fundamental. De uma forma geral, participam da Com-vida na escola: estudantes, professores, funcionários e pessoas da comunidade (pais, mães, avós, vizinhos etc).

O fio condutor da proposta de maior aproximação entre escola e comunidade é a temática socioambiental, voltada para a melhoria da qualidade de vida ambiental. A Com-vida se constitui em um espaço estruturante da atuação da escola e da comunidade, sem perder o foco no papel social da escola, que é centrado na

construção do conhecimento. Ela oferece oportunidades de aprendizagens pautadas na convivência, com inserção na proposta curricular e no projeto político-pedagógico da escola.

A Com-vida não vem estimular que as escolas comecem a planejar ações que estão fora do seu papel, muito menos incentivar que os estudantes deixem de se envolver nas atividades corriqueiras da escola, mas procura relacioná-las com questões práticas da realidade que cerca o ambiente escolar e comunitário. Para isso, a metodologia de trabalho adotada é a proposta da Agenda 21, que já é uma ferramenta consagrada na área ambiental. Ela procura estimular que as pessoas e organizações envolvidas encontrem de forma participativa os principais problemas ambientais locais e busquem as soluções viáveis para eles. Portanto, a Agenda 21 não é apenas uma ferramenta técnica, mas é sobretudo política, na medida em que compartilha o poder (de fala, de decisões, etc.), contribuindo para tornar o dia-a-dia da escola mais democrático e participativo (ORGÃO GESTOR DA PNEA, 2007,p11).

O mais importante é que a idéia da Com-vida na escola seja implementada por pessoas interessadas pelos temas de melhoria da qualidade de vida e conservação, recuperação e/ou melhoria do meio ambiente. Na escola, a iniciativa parte inicialmente dos estudantes, e conta com o apoio de professores e funcionários, ampliando-se pouco a pouco para toda a escola e comunidade.

A Com-vida chega para colaborar e somar esforços com outras organizações da escola, como o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho da Escola, trazendo a Educação Ambiental para todas as disciplinas e projetos da escola. Ela pode também fazer parcerias com outras organizações da comunidade, como os processos de Agendas 21 Locais, as Associações (de bairro, de moradores), as Organizações Não-Governamentais (ONGs), a prefeitura, as empresas, e muitas outras.

É importante ressaltar que, apesar de se localizar **na** escola, a Comissão não deve ser compreendida como sendo **da** escola, pois se trata de um espaço que tem como objetivo central a aproximação da escola com a comunidade. Um dos objetivos da Com-vida é a construção da Agenda 21 **na** escola, convertendo-a no espaço irradiador de ações de Educação Ambiental. Mas ela não deve ser considerada a “dona” de tudo isso, e sim um “palco” onde tudo acontece.

Sabemos que ações na área socioambiental devem ter, cada vez mais, como princípio o “*agir e pensar local e globalmente*”, promovendo a percepção de que o espaço local é também global e vice-versa. Isso é plenamente aplicável no caso da Com-vida na escola, visto que ela desenvolve ações no espaço escolar chamando a comunidade para colaborar.

A Com-vida é na prática a educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Em suma, a articulação da educação formal com a não-formal para dar vida e viabilizar mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo (GOHN, 2006).

Tem como principais executores deste programa o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, composto pela Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação e Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, as Secretarias de Educação (Estaduais e Municipais).

E principalmente os Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs).

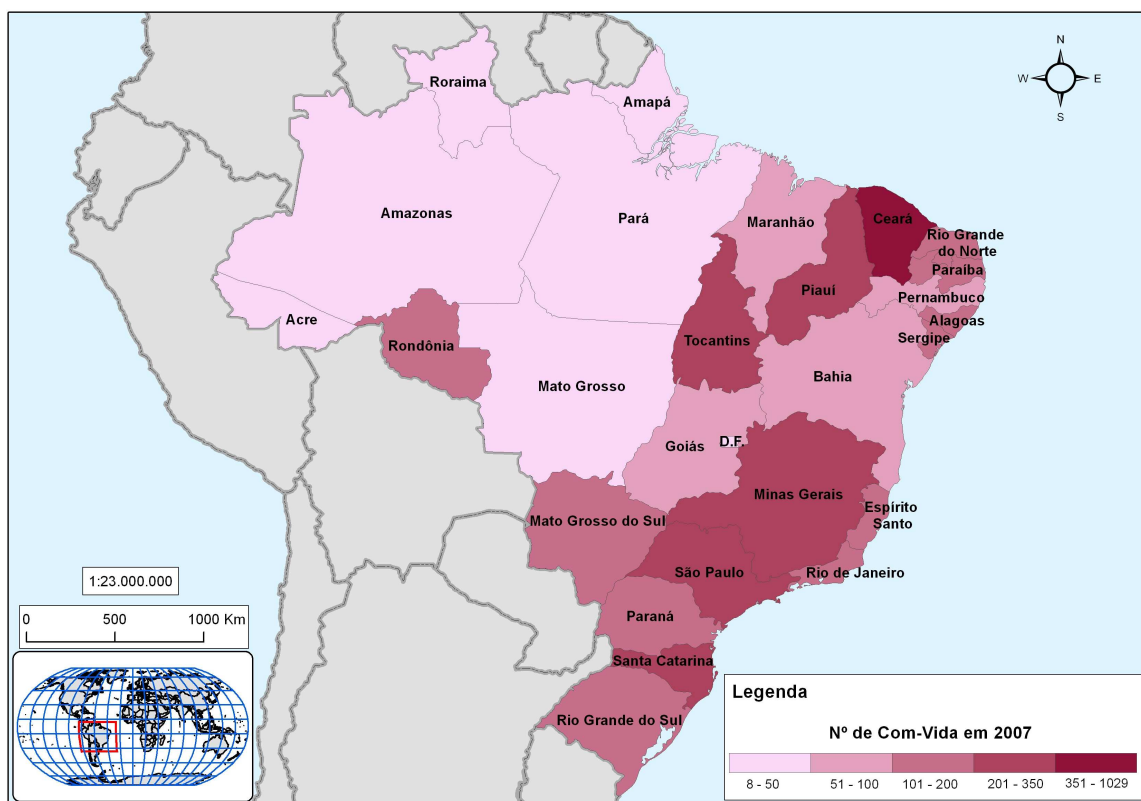
O Quadro nº 06 a seguir mostra os números de COM-VIDAS criadas até o ano de 2007.

Quadro nº 06 - Número de escolas e municípios que têm Com-Vida, por Unidade Federativa (UF), segundo dados de 2007.

UF	Com-vida	Municípios
AC	36	12
AL	118	35
AM	32	4
AP	11	4
BA	68	46
CE	1029	155
DF	8	1
ES	125	44
GO	77	39
MA	71	32
MG	315	184
MS	101	37
MT	39	19
PA	46	13
PB	109	59
PE	78	36
PI	214	87
PR	111	78
RJ	145	51
RN	151	65
RO	107	29
RR	23	4
RS	196	96
SC	267	107
SE	159	50
SP	277	135
TO	211	88
Total	4124	1510

Fonte: Dados retirados do site www.mec.gov.br/conferenciainfanto, em “conferências nas escolas”.

A seguir o mapa nº 04 da distribuição de com-vidas implantadas nos estados brasileiros.



Mapa nº 04 - Distribuição de Com-vidas implantadas nos estados brasileiros.

Fonte: Dados retirados do site www.mec.gov.br/conferenciainfanto, em “conferências nas escolas” (2007).

Com a COM-VIDA instalada na escola, um dos objetivos é implantar as AGENDAS 21 escolar, como previsto no compromisso da agenda 21 global da Rio 92. A Agenda 21 escolar é a formatação do texto base da Agenda 21 local para aplicação no meio de influência da escola, tanto nos recintos escolares, como no meio familiar e social onde tal influência é exercida. Visa, da mesma forma que as demais agendas, a sustentabilidade social e econômica, atendendo às necessidades

humanas para uma vida digna e a proteção do meio ambiente, tanto o ambiente utilizado pelos cidadãos, como formados pelos ecossistemas da região.

Para isso ser construído da escola, o coletivo jovem formatou uma metodologia de construção denominada Oficina do Futuro. Esta oficina se dividia em duas partes as Árvores dos Sonhos onde os alunos sonhavam em varias possibilidades de como ele queria sua escola ou sua comunidade. A segunda etapa da metodologia se chamava as Pedras no caminho, onde é indicado as dificuldades para realização destes sonhos. Uma vez discutido e sistematizado as duas etapas partiam para o plano de ação. No plano de ação eram definidos os responsáveis por cada ação, o apoio necessário, os recursos necessários, os prazos para realização e a avaliação dos resultados.

Os Encontros Nacionais de Juventude pelo Meio Ambiente

Entre 17 e 19 de setembro, em Luziânia (GO), ocorre o I Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente. Entendido como estratégia de formação, consolidação dos Coletivos Jovens, pela troca de experiências e articulação entre integrantes, o evento ganhou novas edições em setembro de 2005 e novembro de 2006. A partir do segundo, começaram os encontros estaduais, para que os jovens socializem a experiência vivida nos eventos nacionais.

O II Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente, em Luziânia (GO), reúne 200 jovens de 15 a 19 anos de idade, de todo país no ano de 2006. Na ocasião, acontece o primeiro módulo da formação presencial – previsto pelo recém lançado Programa Juventude e Meio Ambiente e abordando os temas que são os do

encontro: EA, educomunicação, fortalecimento organizacional, empreendedorismo e participação política. Criado em parceria com a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma), o novo programa planeja o biênio 2005-2006 para consolidar a participação nos 27 Coletivos Jovens estaduais, incentivar a criação de CJs municipais, fortalecer a Rejuma, e formar 100 jovens.

A realização das três edições do Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente, respectivamente em Setembro de 2003, Setembro de 2005 e Novembro de 2006, teve como estratégia a formação, a consolidação dos CJs, a troca de experiências e a articulação entre seus integrantes.

Em 2009 foi realizado a última edição até o momento, destes encontros e em 2010 já estão começando a preparação a quinta edição.

O objetivo principal do IV Encontro de Juventude e Meio Ambiente é construir um Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente que oriente ações para o enfrentamento da crise socioambiental global. O encontro foi permeado por muito trabalho e os debates foram norteados principalmente através das oficinas.

Uma das oficinas que merecem destaque foi a oficina Um milhão de histórias. Onde é possível através da construção da história de vida de jovem uma rede de mobilização em causa da juventude. Entre outras de tecnologias sociais. E o principal produto foi a minuta do programa de Juventude e Meio Ambiente para servir de documento base para o mês de mobilização de contribuição para formulação do programa.

O V Encontro Nacional de Juventude e Meio Ambiente terá 4 dias de duração e está previsto para a segunda quinzena de novembro de 2010.

Sua realização é fruto de um intenso processo de fortalecimento das Políticas Públicas de Juventude e Meio Ambiente. Com a realização do V Encontro Nacional

de Juventude e Meio Ambiente, espera-se contribuir para: o fortalecimento e autonomia dos movimentos de juventude e meio ambiente; o mapeamento da atuação destes movimentos no Brasil.

As CIEAs

A primeira ação como espaço ou estrutura educadora que queremos destacar são as CIEAS (As Comissões Interinstitucional de Educação Ambiental).

A CIEA criada a partir da publicação da PNEA é um espaço público colegiado instituído pelo poder público estadual destinado a constituir-se numa instância de coordenação das atividades de educação ambiental no âmbito do Estado. Como instância deliberativa para propor ações ao governo e aos seus componentes, a CIEA deve representar, de forma balanceada, todas as forças que atuam no campo da educação ambiental (por exemplo: capital/interior, Estado/mercado/sociedade, etc).

As CIEAs ganharam relevância no contexto da regulamentação da PNEA, num esforço para criação de espaços públicos coletivos nas unidades federativas, buscando construir canais de diálogo para a efetiva implementação desta política.

O processo de articulação e fortalecimento das comissões teve início em setembro de 2003, quando foi realizada uma reunião em Brasília com 19 representantes das CIEAs, escolhidos em reuniões estaduais, convocadas para esta finalidade.

Ressalta-se a importância de que a atuação das CIEAs, como espaço democrático e qualificado para definição e implementação de suas atribuições propiciando a participação e o controle social em seu âmbito.

Busca-se ainda estimular que a CIEA se pautasse pela Política e pelo Programa Nacional de Educação Ambiental ao elaborar, em seu respectivo Estado, a Política e o Programa Estadual de Educação Ambiental, de forma descentralizada, democrática e participativa.

Segundo o Relatório de Gestão (2003/2006) da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, as ações de enraizamento e descentralização da educação ambiental na óptica da lógica federativa, destinaram-se ao fortalecimento e democratização das CIEAS e, ao acompanhamento comprometido com iniciativas inovadoras de muitas delas no sentido da ampliação da participação de distintos setores da sociedade, de definição de novos critérios de representação e de criação de regionais que ampliassem as possibilidades de envolvimento dos atores deste campo.

Promoveu-se também o envolvimento das CIEAs com as Conferências Nacionais de Meio Ambiente, especialmente com as infantis-juvenis. E ainda, o diálogo sobre a importância da existência simultânea delas, CIEAS, e das Redes, em cada Unidade Federativa, como articulações que podem ser complementares no desafio de implementar uma educação ambiental que não tenha descontinuidade com as mudanças de governo e que promova permanentemente o controle social.

Todas as articulações para a inclusão das Redes, dos Coletivos Jovens e de outros atores nas CIEAS, destinam-se a ampliar o apoio e compromisso de todos na formulação, implementação e avaliação das políticas e programas estaduais de educação ambiental.

Hoje, existem CIEAs criadas por decreto ou por lei em 24 Unidades Federativas. Onde há resistência do Estado com a sua implementação, encontram-se as redes de educação ambiental pressionando para sua criação e, inclusive, assumindo a

responsabilidade por coordenar o debate voltado à elaboração da política e do programa estadual de educação ambiental (Ministério do Meio Ambiente & Diretoria de Educação Ambiental, 2007).

O Estado da Bahia, em seu histórico de atuação ambiental, destaca-se pela instituição do primeiro Conselho Estadual de Proteção Ambiental do país (CEPRAM), uma instituição tripartite e paritária que inclui o poder público, o setor produtivo e a sociedade civil baiana, em funcionamento ininterrupto há 32 anos.

A criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, em dezembro de 2002, fez ressurgir o grande desafio de identificar e agregar os profissionais locais atuantes na área de educação ambiental, numa comissão legitimamente reconhecida pelo estado e responsável pela elaboração da Política e Plano Estadual de Educação Ambiental.

Como consequência dessa grande mobilização e esforço coletivo, nascia em 2004, através do Decreto Governamental Nº 9.083 de 28 de abril, a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia – CIEA-BA.

A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA-BA) é um espaço público colegiado, de caráter consultivo, legalmente constituído através de Decreto Governamental, destinado à constituir-se em uma instância de coordenação das atividades de Educação Ambiental no âmbito do Estado. Os objetivos iniciais da CIEA-BA são: Elaborar o capítulo de Educação Ambiental do Plano Estadual de Meio Ambiente; Propor diretrizes e normas para a elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental ; Diagnosticar a Educação Ambiental no Estado da Bahia.

No Estado da Bahia, há poucos registros das ações e projetos de educação ambiental e da trajetória de seus profissionais tanto nos órgãos governamentais

como não governamentais, provavelmente devido ao não reconhecimento dessa matéria, até então, como instância institucionalizada.

Com a criação da CIEA-BA, algumas metas prioritárias foram traçadas a partir da identificação destes profissionais e suas ações, numa espécie de pré-diagnóstico estadual de educação ambiental. Para atingir este e outros objetivos, câmaras técnicas foram estabelecidas com o objetivo maior de elaborar os capítulos de um Plano de Educação Ambiental para o Estado que contemplassem de forma contextualizada seus diferentes biomas, regionalidades culturais e seus povos e, a partir de então, estabelecesse as bases de uma Política Estadual de Educação Ambiental realmente aplicável, ressalta Azevedo (2006).

Inicialmente composta por representantes de vários segmentos da sociedade que ao passar do tempo foram sendo incluídos aqueles outros que por ventura não havia sido contemplado. Era um grupo diverso com o olhar miscigenado onde muitas questões foram surgindo impulsionando uma reformulação de conceitos, comportamento e intenções comuns ao grupo.

Neste cenário de desconforto e inquietação imposto pela crise ambiental e toda sua complexidade, mas pertinente ainda torna-se a cautela de se executar a gestão participativa onde todos os sujeitos tenham chance de expressar integralmente suas ansiedades, interesses e bagagem cultural e consigam com isso estabelecer uma relação dialógica e não hierárquica de construção a partir da diversidade, dos conflitos e diferentes saberes (AZEVEDO, 2006,p3).

A categoria juvenil era uma delas que não estava representada inicialmente, mas o Estado da Bahia entendeu a relevância do jovem nessa construção e foi um dos primeiros estados brasileiros a oficializar esta representação.

Uma pesquisa realizada em 2006 com os coletivos jovens de meio ambiente em todo o Brasil, revelou que 80% dos jovens pesquisados não participavam da CIEA de seus respectivos Estados. O que refletiu deste momento um alto grau de distanciamento da juventude em espaços de formulação de políticas públicas em Educação Ambiental. “Esse cenário se deve muito mais às dificuldades criadas por organizações integrantes das CIEAs, as quais, em geral, são contrárias à participação direta da juventude nessas instâncias, que a eventuais posturas passivas dos jovens. Sabemos que esse panorama pode ser observado em espaços de formulação de políticas públicas nas áreas de educação, trabalho, saúde e etc “(DEBONI & MELLO, 2006, p 43).

Segundo uma avaliação feita por alguns jovens participantes ou ex participantes do Coletivo Jovem de Salvador, o Grupo Pegada Jovem, a participação da juventude na CIEA ao longo deste tempo não foi muito expressiva como poderia ser. E isso eles atribuem ao perfil do jovem que assumem este lugar, que muitas das vezes definem o nível de contribuição das discussões ou nas tomadas de decisões. Outro ponto a ser discutido quanto à participação dos jovens destes espaços é o exercício da representatividade, um dos pontos mais difíceis de ser exercido quando se representa um coletivo num espaço de participação. Esta avaliação pode ser verificada no capítulo V quando estão sendo analisadas estes espaços de construção e implementação de políticas públicas e a participação do jovem.

Numa trajetória de três anos da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia, algumas conquistas foram alcançadas, mas dentre elas destacam-se duas: o respeito e credibilidade adquiridos ao longo do tempo por parte da sociedade e do Governo e o convencimento do Estado que havia necessidade de modificar a legislação ambiental a fim de garantir a existência e o papel da CIEA-Ba.

A Lei ambiental do Estado foi então alterada e ganhou um novo capítulo dedicado a educação ambiental no âmbito do estado que coloca a CIEA-Ba como instância máxima deliberativa da Política Estadual de Educação Ambiental entre outras responsabilidades.

No ano de 2005, realizou, em parceria com o Órgão Gestor da PNEA e com a Rede de Educação Ambiental da Bahia (REABA), o I Encontro Nacional das CIEAs e o I Encontro Nacional de Educomunicação Ambiental, e participou, tanto da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Meio Ambiente, articulada com a Conferência Nacional de Meio Ambiente, como da comissão para a consulta pública do ProNEA.

Ao longo de 2006, a CIEA-BA trabalhou na construção da minuta do projeto de lei que instituíria Política de Educação Ambiental da Bahia, baseada nas duas mais recentes legislações do gênero no país, adotadas nos Estados do Rio Grande do Sul e Tocantins. A Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA) - um Grupo de Trabalho formado no âmbito da CIEA - articulou a proposta da Política Estadual com a participação efetiva da Rede de Educação Ambiental da Bahia (REABA).

Em 2007, com a mudança de governo estadual as atividades estiveram paralisadas em função do reajuste dentro da estrutura administrativa. Assim retomaram as atividades no final de 2007 ainda um pouco confusas pelo processo eleitoral que a CIEA-Ba havia já que realizar. Após as eleições de representantes retomaram a discussão do regimento e logo passaram para a dá seguimentos as atividades a elaboração da minuta da Política Estadual de Educação Ambiental, já iniciadas no ano de 2006. A minuta passou durante o ano de 2008 e 2009 por um processo de consulta publica por todos os territórios do Estado da Bahia. Um processo bastante

trabalhoso porém com uma riqueza de contribuições que tornou este processo autenticamente participativo e uma construção coletiva.

“Assim, para construir a minuta do projeto da Lei de Educação Ambiental, o Governo do Estado, em parceria com a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), colegiado que discute e coordena as atividades de educação ambiental na Bahia, reuniu mais de cinco mil pessoas dos 26 Territórios de Identidade. A finalidade foi construir uma lei legítima, com diálogo e transparência. Os seminários de consulta pública, que identificaram problemas, conflitos socioambientais e as potencialidades de cada região, contaram com a participação de comunidades tradicionais, sociedade civil organizada, representantes de universidades, escolas, setor produtivo, ONGs, movimentos sociais, empresários e poder público”.

Uma vez finalizado a consulta pública as CIEA-Ba e suas câmeras técnicas foram sistematizando as contribuições à minuta de lei para ser encaminhada ao Poder Legislativo. Atualmente a minuta da Política se encontra passando pela burocracia dentro da máquina administrativa do estado para a aprovação da lei na Assembléia Legislativa.

Paralelo a este processo da minuta da lei, durante a consulta pública, foram sendo coletadas contribuições para a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental. Finalizado este processo de consulta, em 2009 a CIEA-BA junto com suas câmeras técnicas, trabalharam para elaborar o programa Estadual de EA (PEA-BA) e em abril de 2010 finalizaram o documento do PEA-BA.

A Política Estadual de Educação Ambiental que vem sendo desenhada nos últimos anos encontra no Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia – PEA-BA caminhos para sua efetividade, seu enraizamento e capilaridade. Ambos ganham

corpo pela articulação de forças irresistíveis que vão construindo o edifício transparente da cidadania baiana.

O que se deseja do PEA-BA é que ele seja instrumento de transformação, de instauração de novas lógicas e da inauguração de um ciclo virtuoso na forma como construímos o ambiente em que vivemos (Governo da Bahia, 2010).

No anexo nº 09 mostra um desenho do mapa da Bahia com todos os territórios de identidades onde foram realizados a consulta pública para a minuta da Política Estadual de Educação Ambiental e para o PEA-BA.

REJUMA

Trata-se de uma rede, estimulada pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação para a *Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente*, em 2003, que tem como objetivo reunir jovens brasileiros e promover a troca de idéias, realidades e experiências acerca das questões ambientais e da sustentabilidade, dependendo unicamente dos membros o crescimento da rede. Trata-se de um espaço de discussão e articulação da juventude a nível local, regional, nacional e internacional, no que diz respeito às decisões relativas a política nacional do meio ambiente.

Outro objetivo da rede, além de promover a discussão entre os jovens do país, é possibilitar uma maior participação nacional, advindas da juventude dos estados, no que diz respeito às decisões relativas a política nacional do meio ambiente. O principal ponto de partida dessa ação é garantir a democratização dos direitos à formulação de políticas executivas nacionais, tendo como ponto de partida a

igualdade de participação nas contribuições relativas ao funcionamento dos órgãos executivos federais.

Visando ampliar a participação dos jovens (entre 16 e 25 anos) na Conferência Nacional do Meio Ambiente em suas duas versões, foi criado o Conselho Jovem (CJ) nas Comissões Organizadoras Estaduais, composto por membros de diferentes movimentos e organizações de juventude.

Seus integrantes foram os responsáveis pela seleção dos delegados da Conferência Infanto-Juvenil a partir dos cartazes das escolas, apoiaram a mobilização dos estudantes para participar das conferências nas escolas, inseriram a pauta ambiental nas organizações de juventude, incentivaram a participação de jovens nas Pré-Conferências Estaduais de Meio Ambiente “versão adultos”, iniciaram a organização da Rede da Juventude pela Sustentabilidade e foram os facilitadores da Conferência Nacional Infanto-Juvenil.

A primeira atividade presencial para planejar a Rede foi o *Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente*, realizado em setembro de 2003, em Luziânia – GO, onde cerca de 180 jovens de todos os estados brasileiros reuniram-se por 3 dias para estudar, aprofundar e delinear os primeiros traços da Rede da Juventude pela Sustentabilidade.

Atualmente participam jovens de 16 a 25 anos, que atuam em diversos setores da sociedade (ONGs, Poder Público, Partidos Políticos, Redes de Juventude, Movimentos Juvenis etc).

Poderá participar da rede todas as pessoas que: se preocupe com a problemática ambiental e de sustentabilidade; que tenha em si o desejo de mudança; tiver interesse em saber mais sobre o trabalho desta Rede - e o que vêm sendo desenvolvido pelo país - desde que concorde com a nossa carta de princípios.

A participação das pessoas que não estejam na faixa etária determinada (16 a 25 anos) será apenas através de opiniões, sugestões, relato de experiências e informações. Porém, tomadas de decisões, participação em reuniões presenciais e, quando solicitado, a presença de algum representante da rede, a pessoa deve estar dentro dos padrões estabelecidos.

A rede atualmente organiza-se por meio de uma lista virtual de comunicação e discussão. Também planeja realizar encontros presenciais de âmbito estadual, regional e nacional, e reuniões periódicas dos seus “elos” nos Estados.

As possíveis ações que a rede pode desenvolver são:

- Acompanhamento e continuidade aos trabalhos, resultados e desdobramentos da Conferencia Infanto-Juvenil. Sugestão: organizar encontros com os delegados ‘eleitos’ e ‘não eleitos’ para pensar com eles como poderíamos trabalhar pelos Estados.
- Estruturar melhor a rede, estudando formas de como continuar o trabalho começado pela CNMA. Uma forma de definir isto seria cada estado reunir o CJ e levantar possíveis ações a serem realizadas em cada estado, levando em conta o regionalismo.
- Potencializando ações locais
- Intercâmbio de visita com os integrantes da rede
- Manter um calendário acessível a todos com eventos relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável
- Fazer *chats* temáticos e discussões virtuais.
- Viabilizar parcerias com as instâncias governamentais locais
- Elaborar um projeto que oriente as ações da rede

- Participação de integrantes da Rede em eventos nacionais e internacionais, retratando a nossa articulação horizontal, democrática e com vínculos afetivos, na consolidação de uma rede de trabalho nacional.

A temática sócio-ambiental é o eixo orientador para a atuação da Rede, merecendo destaque alguns temas de considerável relevância para as interfaces: juventude e sustentabilidade:

Podemos definir esse documento, a partir de 5 perspectivas: ambiental, econômica, social, cultural e política: Educação Ambiental; Protagonismo Juvenil; Economia Ecológica; Temas da Conferência Infanto-Juvenil (água, seres vivos, alimentos, escola e comunidade); Pobreza; Cultura; Violência Infantil; Lazer; Redes sociais como estratégia para sustentabilidade; Geração de trabalho e renda ambientalmente sustentável e Políticas públicas para a juventude.

Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente

O Programa Juventude e Meio Ambiente surgiu em 2005 como uma estratégia do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (MEC e MMA) para estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras. Foi formulado a partir da sistematização de uma pesquisa realizada em 2004/2005 com mais de 150 jovens integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente – os CJs – de todo o país (MMA, 2004).

Esta pesquisa contribuiu para identificar o perfil destes jovens, que já comentamos anteriormente, já engajados e atuantes na área, por meio de suas ações no âmbito dos CJs. Possibilitou também a identificação de demandas, lacunas, perspectivas,

anseios e potencialidades deste segmento na educação ambiental. As principais demandas identificadas foram agrupadas como questões de caráter técnico-formativo, organizacional e material.

O Programa Juventude e Meio Ambiente surge com o objetivo de enfrentar esses três principais desafios identificados pela pesquisa, não de modo centralizado, mas catalisando um processo de parceria e diálogo entre o governo federal, por meio do Órgão Gestor, e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. São eles: Incentivar e aprofundar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, deflagrando um processo de formação de jovens e de fortalecimento dos seus espaços de atuação; Ampliar a formação de jovens lideranças ambientalistas e Contribuir para o fortalecimento e expansão dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos Estados e da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA). (Ministério de Educação, 2007).

A criação do Programa em 2005, foi resultado ou conseqüências de diversas ações que já haviam sido realizadas anteriormente como relacionados direta ou indiretamente com o tema Juventude e Meio ambiente, dentre os quais já comentamos alguns anteriormente como a criação dos coletivos jovens de meio ambiente nos estados; a formação da REJUMA como espaço autônomo de atuação; A formação das COM-VIDAS nas escolas; a inserção de diversos CJs em processos de juventude impulsionados por várias organizações e em diferentes âmbitos, como por exemplo: Vozes Jovens (Banco Mundial); Fóruns e Redes de Juventude; Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude, dentre outros e o acompanhamento das discussões relativas à elaboração do Plano Nacional de Juventude junto à Câmara dos Deputados e participação de diversos CJs na Conferência Nacional de Juventude em 2008.

O Programa “Juventude e Meio Ambiente” foi concebido para atuar diretamente com os Coletivos Jovens de Meio Ambiente e seus integrantes. Fazem parte dos CJs jovens com idade entre 15 e 29 anos, participantes ou não de organizações e movimentos de juventude ou meio ambiente.

a) Atuação direta:

- 800 jovens membros dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente de todos os estados brasileiros.
- 60 jovens de mesma faixa etária, integrantes do Projeto Geo Juvenil Brasil²⁵.

b) Atuação indireta:

- Jovens que atuam ou tenham interesse em atuar com essa temática junto aos CJs já existentes ou na criação de novos; Participantes dos Encontros Estaduais de Juventude pelo Meio Ambiente e das ações dos Coletivos Jovens.

A princípio o programa foi estruturado em três linhas de ação:

- **Formação:** Visa contribuir para a formação de jovens que já atuam na área socioambiental, seja nos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs), seja no Projeto Geo Juvenil Brasil. A formação foi concebida em cinco eixos temáticos: 1) educação ambiental; 2) educomunicação; 3) fortalecimento organizacional; 4) empreendedorismo; e 5) participação política.
- **Articulação e Gestão:** Busca ampliar e fortalecer as articulações entre os Coletivos Jovens e a REJUMA, com instâncias e espaços de formulação e indução de políticas públicas na área de juventude e de educação ambiental,

²⁵ Projeto de a ONG Interagir em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA que visa mobilizar os jovens e sistematizar suas idéias sobre o meio ambiente. Mais informações: www.geojuvenil.org.br

tais como Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude, Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), dentre outros. Frentes de atuação:

- ✓ Articulação entre CJs, REJUMA e as Redes de Educação Ambiental, por meio da interlocução direta com a Secretaria Executiva da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA);
- ✓ Articulação entre CJs e CIEAs;
- ✓ Articulação entre CJs e Conselhos de Juventude:

a) Nacional (CONJUVE), por meio da inserção da REJUMA como conselheira;

b) Estadual, por meio do apoio a diversos CJs no envolvimento com a criação e a implantação de Conselhos Estaduais de Juventude;

c) Municipal, idem ao anterior.

- Comunicação: Visa socializar informações de apoio às duas linhas de ação anteriores, incluindo a organização de publicações de subsídio à formação. Em 2006, foram publicados dois livros: “Manual Orientador para Coletivos Jovens de Meio Ambiente” e “Juventude, Cidadania e Meio Ambiente – subsídios para elaboração de políticas públicas”. Foi proposta a criação de uma identidade visual para os Coletivos Jovens, para fortalecer sua articulação e presença nacional e facilitar a identificação visual com a proposta dos CJs. Essa identidade visual foi incorporada por todos os CJs e acabou sendo adotada como a própria marca do Programa “Juventude e Meio Ambiente”.

Algumas ações transversais também foram concebidas e implementadas, dentre as quais, algumas merecem destaque:

a) a realização das três edições do Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente, respectivamente em Setembro de 2003, Setembro de 2005 e Novembro de 2006, como estratégia de formação, consolidação dos CJs, troca de experiências e articulação entre seus integrantes;

b) a realização dos Encontros Estaduais de Juventude pelo Meio Ambiente, pactuada durante o II Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente (Setembro de 2005), como um mecanismo de cada CJ socializar a experiência vivida nos Encontros de Juventude (nacionais), mobilizar mais jovens para os CJs, além de abrir suas portas para a comunidade, divulgando sua existência e suas propostas;

c) realização do Encontro Ibero-Americano de Juventude pelo Meio Ambiente, como evento integrado ao V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, reunindo cerca de 60 jovens de 15 estados brasileiros e da Argentina;

d) co-realização do Projeto Geo Juvenil Brasil, em parceria com Grupo Interagir, PNUMA e Secretaria Nacional de Juventude. Publicação decorrente do Projeto com lançamento no início de 2007;

e) realização da Formação de Facilitadores para a II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, com 80 jovens facilitadores brasileiros e 17 estrangeiros dos países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela.

Um dos principais resultados do programa além dos encontros de juventude foram o assento da REJUMA no Conselho Nacional da Juventude e a expansão dos coletivos nos municípios brasileiros, como pode ser vista no mapa nº 03.

Os principais apoiadores dos Cjs e conseqüentemente na execução das ações do programa. A seguir a figura nº 02 as principais organizações parceiras do CJ

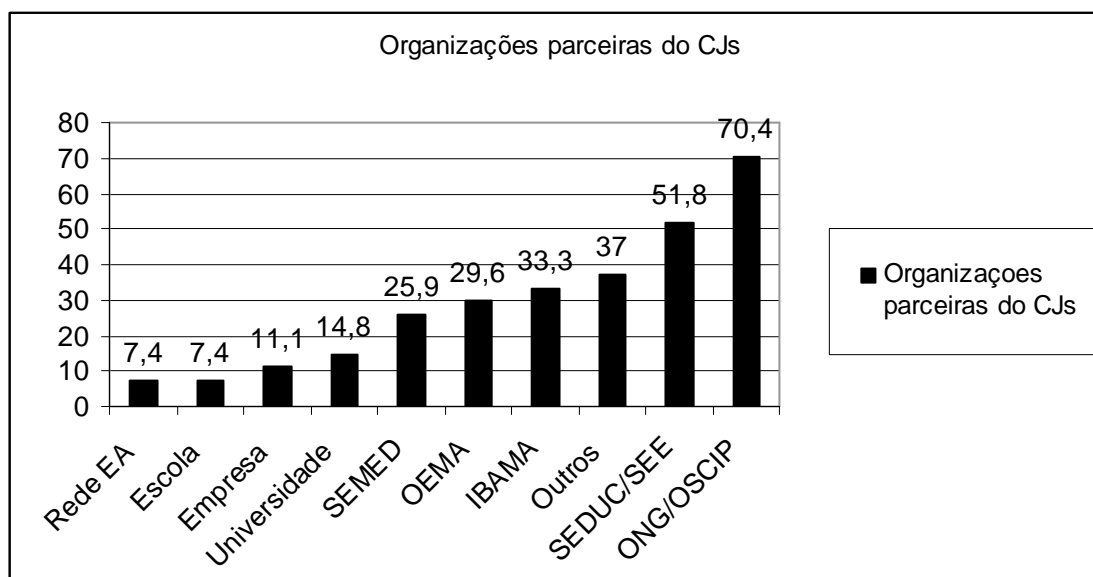


Figura nº 02- Principais organizações parceiras do CJ

Fonte: Serie Documentos Tecnicos, nº 9. Ministerio de Educação e Ministerio de Meio Ambiente (2007).

Neste primeiro período (2005-2006), que pode ser denominado Fase 1, o Programa Juventude e Meio Ambiente desenvolveu diversas ações que contribuíram para o alcance dos objetivos propostos e desencadearam novas ações e importantes resultados.

A Fase 2 do Programa (2007–2010) deverá centrar-se nos desafios identificados - questões político-institucionais; conceituais e técnicos; estruturais e materiais - procurando construir oportunidades e estratégias de superação, sem perder de vista os avanços construídos e os princípios do Programa. Merece destaque também a necessidade de uma maior integração entre os ministérios envolvidos na coordenação e gestão do Programa, por meio de planejamentos conjuntos,

encontros periódicos, otimização de recursos etc. A própria institucionalização do Programa pode contribuir para essa maior integração.

Em 2009, após o IV Encontro Nacional de Juventude o programa entra em fase de reformulação com o mês de mobilização. O mês de mobilização uma ação conjunta dos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente e da Secretaria Nacional de Juventude, juntamente com a REJUMA e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Visa o envolvimento de jovens de todo o Brasil na elaboração coletiva de diretrizes para as Políticas Públicas de Juventude e Meio Ambiente por meio de um processo amplo e difuso de aprendizagem e intervenção para a construção uma sociedade mais sustentável. O grande objetivo era Gerar um processo de aprendizagem e participação com vistas à mobilização, fortalecimento e instrumentalização de jovens em todo o Brasil para o enfrentamento da crise socioambiental local e planetária. E como objetivo específico gerar orientações para a Política e o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente (Objetivos e cronograma do Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude e Meio Ambiente). Era o caminho da institucionalização do programa que até então não havia acontecido.

O programa foi discutido e coletado contribuições com os jovens dos coletivos que participaram do IV Encontro. No entanto, foi elaborado estratégias de mobilização a participação de outros jovens que não estavam presentes no encontro. Foi realizado cerca de 30 eventos em todo o território nacional; participação de 1000 jovens nos eventos e processo virtual e a produção de um documento de referência para a orientação da Política e do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Considerando a grande demanda de participação em todo o Brasil, o perfil de mobilização do público foco, e a falta de institucionalidade e estrutura em âmbitos nacional e local para a realização de amplos processos de consulta nacional, o Mês

da Mobilização da Juventude e Meio Ambiente se mostra uma estratégia eficiente para contemplar a demanda de participação que os encontros nacionais não conseguem atender, estimulando as pautas nacionais, e oportunizando reflexões e percepções sobre as questões socioambientais locais fundamentais para a ação das juventudes.

O aspecto principal de concentrar ações de Juventude e Meio Ambiente em todo o Brasil, durante um período determinado, é criar a atmosfera de união entre a juventude brasileira empenhada no exercício de modelos sociais mais sustentáveis, oportunizando a partilha de objetivos e ações comuns, além de expandir e qualificar sua participação na construção das políticas.

Bom este movimento aconteceu e os resultados como sistematização de todas as contribuições para formatarem como um documento e ser compartilhado. E isso ainda não foi realizado, previsto para agosto de 2010.

A melhor forma encontrada para isso é estimular e apoiar a realização de eventos de diversas naturezas, mas com a mesma temática, em todo o território nacional. Eventos de pequeno, médio e grande porte. De pequenas reuniões, mutirões, grupos de estudo até Encontros Estaduais e Nacionais de Juventude e Meio Ambiente. O importante é que as ações e os produtos alcançados sejam amplamente comunicados com grande fluxo de troca de informações.

O documento final sistematizado com as contribuições do IV Encontro Nacional de Juventude e outras contribuições recebidas e outros grupos de jovens foi encaminhado e está aguardando o governo institucionalizar o GT Interministerial para então conceber o Programa. A missão desta nova versão é promover um processo intergeracional de aprendizagem e ação socioambiental a partir das

Políticas de Juventude, dentro da perspectivas do enfrentamento da crise socioambiental.

O GT foi solicitado, mas ainda não oficializado, o programa elaborado e por uma combinação de motivos políticos que se apóiam em motivos burocráticos, ainda não foi institucionalizado.

A estratégia mais forte que esta sendo seguida, já representa uma grande vitória por si só: O Plano Nacional de Juventude será aprovado em breve, ele será uma Lei. Nele há um capítulo sobre Sustentabilidade e neste capítulo uma Meta que é a Criação da Política e do Programa Juventude e Meio Ambiente. Além disso os objetivos principais do Programa estão também no texto desse capítulo. O que já fará o Governo e o Estado Brasileiro reconhecer a necessidade da Criação do Programa Juventude e Meio Ambiente. A partir daí abrem-se precedentes legais para o programa ganhar corpo e condições materiais para sua execução. Inclusive no próprio Estatuto da Juventude, também em andamento no congresso já consta os princípios do Programa.

Os principais pontos que foram inseridos no programa diz respeito a inserção de uma comissão de monitoramento e avaliação, bem como aspectos relacionados as estratégias de atuação como: contemplar as especificidades regionais e culturais e com isso a inserção do princípio Diversidade Étnico-Racial, Cultural, Realidades Sociais, Questões de Gênero e Orientação Sexual. Além dos demais princípios como: Transversalidade, Transetorialidade e Interdisciplinaridade, Descentralização Espacial e Institucional, Sustentabilidade Socioambiental, Democracia e Participação Social Juvenil e Soluções e Adaptações Políticas e Sociais.

A discussão e a ação socioambiental por parte das juventudes brasileiras é ainda recente e incipiente, se pensarmos nos mais de 35 milhões de jovens que vivem no

país na atualidade. Mas, ainda que se configure num tema novo, vem demonstrando ter um fabuloso potencial de mobilização e engajamento de jovens. O Programa Juventude e Meio Ambiente espera estimular cada vez mais jovens a envolver-se com o tema, por meio da organização e atuação nos chamados Coletivos Jovens de Meio Ambiente, assim como valorizar e reconhecer outros coletivos, redes, movimentos e organizações envolvidos com o tema.

Um desdobramento já identificado refere-se à presença cada vez mais clara do tema “meio ambiente” junto a movimentos, organizações, grupos, coletivos e eventos de juventude, ainda que de maneira pontual e parcial. Este pode ser o primeiro passo para a realização de um debate mais qualificado e crítico, numa perspectiva de atuação política na área socioambiental. Esse parece ser o legado que o Programa Juventude e Meio Ambiente deixa, ainda que seja apenas uma percepção inicial. A Fase 2 do Programa deverá se debruçar na avaliação deste indicativo e procurar traçar novos desdobramentos, desafios e perspectivas de ações de, para, com juventude na área socioambiental no país (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2007p17).

Atuar na formação dos participantes destes grupos (CJs, redes, organizações etc.) é uma estratégia do Programa, com impactos de curto, médio e longo prazo. Sabe-se que a demanda apontada por estes grupos é mais complexa e que requer ações coordenadas e conjuntas entre as diferentes esferas de governo e demais organizações da sociedade. Um passo importante está sendo dado à medida que se estimula a percepção e o envolvimento dos jovens no campo socioambiental, mas pode ser interrompido se não for seguido por outras ações nesta direção, compartilhadas também por outras organizações da sociedade.

4.3 - Grupo Pegada Jovem – Um caminho a sustentabilidade

Como encontrar jovens protagonistas e ambientalistas? Como fazer com que estes jovens se conheçam? Como produzir a mobilização destes jovens? Como gerar a sensibilização de jovens para a temática socioambiental? Como aproximar jovens do movimento de base que já acontece? Como fazer com que a ação do jovem seja reconhecida e apoiada?

Estes questionamentos permeiam até hoje a mente dos jovens que participam do Grupo Pegada Jovem, um grupo que surgiu da vontade de realizar o que se imaginava ser impossível. Pessoas de diferentes realidades, históricos e expectativas responderam a um chamado e curiosos foram verificar como poderiam participar de uma mobilização nacional de jovens pelo meio ambiente. Naquela ocasião nenhum deles poderia prever o que aconteceria depois daquele encontro. A diversidade de opiniões e experiências gerou um grupo crítico e proativo, disposto a superar os desafios que lhes foram propostos.

Especificamente no Estado da Bahia, o coletivo jovem teve sua formação em 2003 assim como os demais. Inicialmente esse grupo foi formado por jovens da cidade de Salvador e Região Metropolitana não sendo um grupo representativo do Estado da Bahia. Ao longo dos anos, foram sendo formados outros grupos no interior do estado.

Nascido como Conselho Jovem da Bahia (CJE), o grupo de 12 jovens que atuava na mobilização de crianças e jovens para a participação nas Conferências Nacionais Infante Juvenil e Adulta pelo Meio Ambiente (CNIJMA) reunia-se regularmente para se conhecer e determinar uma forma de ação eficiente. Foram muitos os encontros, e neste processo novos jovens eram envolvidos enquanto que outros se afastavam. Estava ocorrendo a “seleção natural” dos membros do grupo.

Desde a sua criação até a formação do grupo que permanece atuando, houve um amadurecimento individual e coletivo, através de uma avaliação constante da atuação e da convivência. Foi percebendo que:

- não é possível trabalhar em grupo sem a preocupação com o fortalecimento de cada membro;
- é necessário estar sempre passando por processos avaliativos e de reflexão, onde cada membro possa colocar suas ansiedades e expectativas;
- é preciso haver uma rotatividade de papéis para que todos possam assumir papéis de lideranças e ter experiências diversas;
- é preciso educar-se mutuamente, considerando que todos têm algo para compartilhar e contribuir com o crescimento do grupo.

As ações do coletivo inicialmente se concentravam em Salvador e cada dia os tornavam conhecidos. Com isso resolveram a atender a demanda de expandir o processo para todo o Estado. Assim organizaram o I Encontro de Juventude pela Sustentabilidade- Bahia que ocorreu nos primeiros de novembro de 2003, em Salvador reunindo cerca de 40 jovens do interior do Estado e 20 da Capital. Esta iniciativa inicialmente se pensava que era inédita, mas um evento como esse já havia ocorrido em Salvador já havia ocorrido antes, em 1994, o Fórum Global de Juventude e Meio Ambiente, como foi comentado no item 1.2 do Capítulo I.

A data de realização deste evento foi marcada de maneira estratégica anterior à Pré-Conferencia Estadual de Meio Ambiente, para que os jovens do interior pudessem participar deste evento, afim de que se candidatassem a participar da conferencia Nacional- Versão adulto.

No total foram 9 jovens eleitos delegados a participar da Conferencia Nacional pelo Meio Ambiente versão adulta. Uma conquista bastante significativa para o inicio de um movimento.

Passada a conferencia houve um esfriamento no movimento. O contacto com os jovens do interior se tornou quase inexistente, o grupo necessitaria de recurso financeiros e humanos e tecnologia de informação/comunicação. A situação precisava ser refletida pelo grupo. Eram reconhecidos, a mobilização produzida teve um grande sucesso mas necessitavam de uma estrutura mínima.

Não tínhamos uma sede, diferentes prioridades afastavam membros do grupo e necessitávamos de recursos financeiros para nos manter, visto que havia naquele momento um desgaste no grupo em virtude de termos realizado durante quase um ano, atividades que ultrapassavam o plano do voluntariado, quando estávamos investindo dinheiro para atuar (GODINHO, CUNHA, & MATOS, 2006,p 156).

Foi um momento de reflexão ao grupo que neste momento. Não era benéfica a ação deles permanecerem com o nome que não refletisse a realidade. Daí então se passou a chamar-se Grupo Pegada Jovem. Um grupo de jovem que buscava sensibilizar outros jovens com a temática sócio ambiental e com atuação mais específica no município de Salvador. O grupo tinha afinal uma identidade. Inicialmente eram 12 membros que se reuniam freqüentemente. Foram muitos encontros e neste processo muitos dos jovens se afastavam e outros novos se aproximaram uma situação típica de rotatividade de um movimento de juventude.

Paralelo a este processo o grupo foi recebendo muitos convites para participação de Eventos no estado, ganhou um assento na CIEA-BA, considerado pelo grupo um grande reconhecimento tendo em vista que os outros estados não tiveram esta

mesma percepção. Percebeu-se que atuava por uma demanda externa, e que era necessário mudar esta realidade. Mais uma vez tentamos estruturar um planejamento anual de atividades, contudo a falta de recursos financeiros e de infraestrutura desmotivaram a continuar.

Com a retomada das atividades propostas pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, com o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, voltaram a reunir-se, mais uma vez por demanda externa, para avaliar qual seria a nossa participação neste momento.

Não há dúvidas de que foi para o grupo um processo de aprendizado, amadurecimento e tomada de consciência das reais necessidades e demandas do Estado. Descobriram um novo espaço, mudaram a visão de mundo. Perceberam que precisamos multiplicar a possibilidade de que outras pessoas vivam experiências semelhantes. Continuam tentando se estruturar. Vivendo cada dia de uma vez, sem deixar com que a pressão externa influencie nos posicionamentos. O grupo mais maduros para construir ações em parceria com a diversidade de atores sociais, independentemente da política.

Precisamos encontrar uma forma de atuação que nos permitam atuar além das demandas, construindo as propostas que sempre almejamos, como a viabilização de uma rede estadual de jovens pelo meio ambiente que realmente possibilite o contato constante com jovens em todos os municípios do Estado. Queremos ser reconhecidos como catalisadores, de um processo que não nos pertence. É um momento muito mais amplo que nós mesmos. Semeamos uma nova cultura no meio social em que vivemos, quando é preciso perceber novas lideranças, envolvê-las, formá-las e deixá-las trilhar novos caminhos. Muitos dos que viveram o início desta caminhada hoje partem para novas descobertas, mas permanecem conectados e contribuindo para que esta rede se consolide cada vez mais. (GODINHO et al., 2006 p158).

Esse grupo vem crescendo e ampliando cada vez mais seu leque de ações. Além das atividades demandadas pelo Governo Federal, desenvolvem atividades como, por exemplo, participação ativa na construção da Política Estadual de Educação Ambiental, participação em Seminários de Educação Ambiental como palestrantes, elaborando, planejando e executando projetos em convênio com a Secretaria de Educação do Município de Salvador para implantação da Agenda 21 escolar, dentre outras atividades. Atividades que não dependem de demandas apenas governamentais e sim de demandas do próprio segmento juvenil da sociedade.

Atuou constantemente nas ações promovidas pelo governo Federal, as conferências e os programas já discutidos anteriormente.

Talvez seja interessante destacar realização do II Encontro Estadual de Juventude e Meio Ambiente já mencionado anteriormente no ano de 2006. Projeto elaborado e executado pelo grupo Pegada Jovem onde reuniu cerca de 60 jovens do interior do estado da Bahia. Neste encontro foi trabalhado temas tais como: Educação Ambiental, redes, educomunicação ambiental, além dos temas transversais como participação política e políticas públicas. Neste encontro foi incentivado que os jovens criassem coletivos jovens nos seus municípios para disseminar o movimento e a temática socioambiental. Também foi criada a Rejuma Bahia, a rede do estado da Bahia com os contatos dos jovens que participaram do evento.

Outro projeto talvez de maior destaque do Grupo Pegada Jovem é o projeto mencionado anteriormente de criação da Agenda 21 escolar nas escolas do Município de Salvador.

Agenda 21 escola no Município de Salvador

A Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Salvador, tendo em vista o desafio de promover a educação ambiental nas escolas da rede pública municipal de forma participativa, com base na legislação ambiental do município e conhecedora do investimento do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação, na formação e capacitação de jovens por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil, valorizou a já reconhecida experiência do Coletivo Jovem de Salvador (Pegada Jovem), como educadores e multiplicadores da consciência ambiental, convidando-os para elaboração e implementação do Projeto Agenda 21 nas Escolas.

Essa proposta promoveu a inclusão social, a valorização, o respeito à cidadania e à diversidade, bem como a responsabilidade socioambiental com a participação da juventude valorizando o princípio que norteia a atuação do CJ, no qual jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra. Pensando assim, as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender – esse diálogo é um aspecto fundamental para o fortalecimento dos movimentos.

Baseado nos princípios de “jovem educa jovem” e “uma geração aprende com a outra” “jovem educa jovem” e “uma geração aprende com a outra” estão pautados na atuação da juventude como sujeitos sociais que atuam e intervêm no momento presente e não em um futuro próximo. Assume-se, então, que o processo educacional pode e deve ser construído a partir das experiências dos próprios jovens, por meio de Comunidades de Aprendizagem.

A determinação em se trabalhar com comunidades escolares perpassa pela idéia do protagonismo juvenil no qual se coloca o jovem como o centro da tomada de

decisão, a qual é feita pelos próprios jovens e não por terceiros. Para esse princípio ser exercitado, ele requer que os jovens experimentem, nas suas práticas, maturidade e capacidade de demonstrar que são capazes de realizar, implementar, agir, construir, fazer acontecer e executar suas ações de interesse.

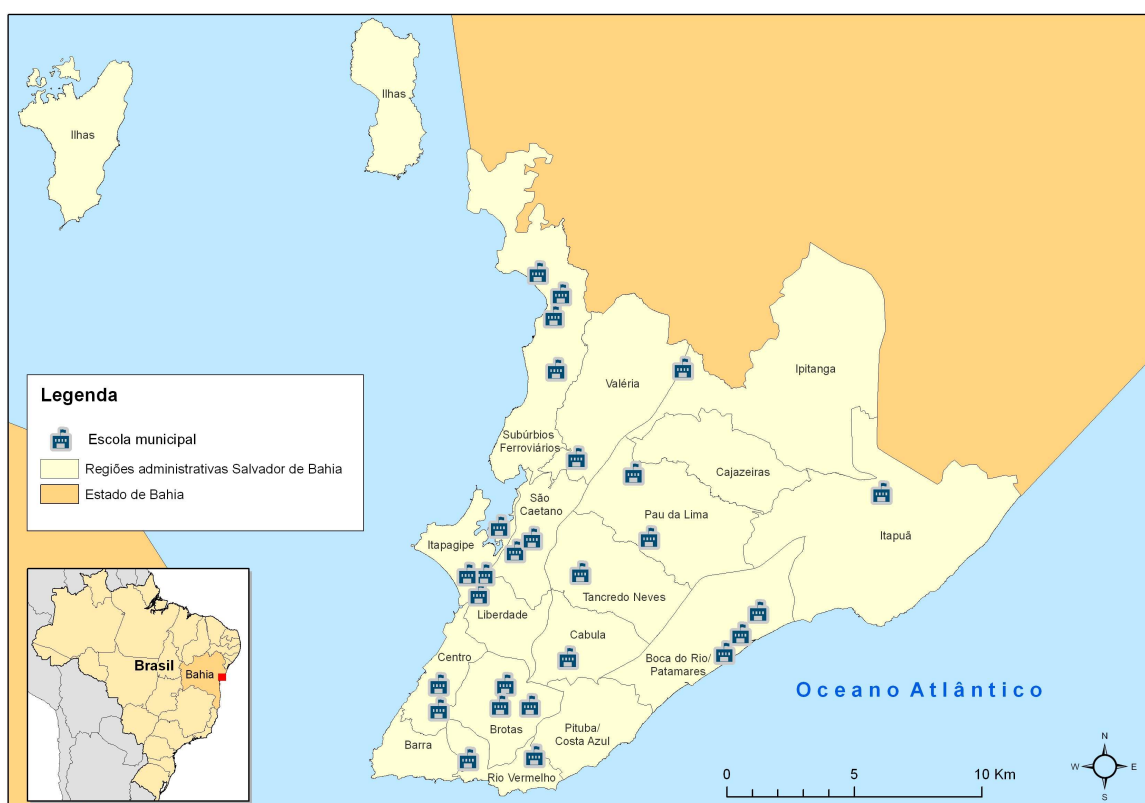
A educação ambiental constitui-se atualmente como um dos pontos mais importantes para a formação de indivíduos conscientes sobre seu lugar no mundo e na relação do homem com o meio ambiente. A realização de programas e projetos sobre essa temática se tornam muito preciosos, tanto para quem participa como para quem os realiza. Dessa forma, processos educacionais podem exercer um relevante papel para solucionar problemas socioambientais na medida em que a educação tem o poder de gerar e transformar atitudes.

A formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) e a implantação da Agenda 21 nas escolas, revelam-se como instrumentos singulares diante da possibilidade de integração de toda a comunidade escolar em uma ação que prioriza e, acima de tudo, valoriza todos os saberes reconhecendo sua importância para a construção de um ambiente escolar democrático, participativo e saudável.

O objetivo geral do projeto era construir as COM-VIDAS nas escolas de 5ª a 8ª série correspondente ao ensino fundamental da rede municipal de ensino público (RME).

Como objetivos específicos: Fortalecer a educação ambiental na comunidade escolar como tema transversal e interdisciplinar; Estimular a integração da comunidade escolar, permitindo a participação de todos na construção da Agenda 21 Escolar; Capacitar os estudantes das COM-VIDAS na temática socioambiental; Fortalecer a participação social dos estudantes da RME e a sua implicação nos movimentos locais.

Como publico alvo era dedicado a jovens estudantes da Rede Municipal de Ensino de Salvador cursando entre a 5ª e 8ª séries²⁶, bem como professores, funcionários, diretores das escolas, pais e lideranças locais de 27 escolas do município de Salvador. A seguir o mapa nº 05 com a localização das escolas onde foi executado o Projeto Agenda 21 escolar.



Fonte: Projeto Agenda 21 (2008).

Mapa nº 05 - Escolas do município de Salvador onde foi executado o Projeto Agenda 21 escolar.

²⁶ O sistema de ensino no Brasil é descentralizado e divide-se em educação básica e superior. A educação básica abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Segundo a atual legislação, compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos estados e ao Distrito Federal nos ensinos fundamental e médio. A primeira etapa da educação básica é a infantil, que é oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos. O ensino fundamental tem duração mínima de oito anos, é obrigatório e gratuito na escola pública.

O projeto foi executado com 7 monitores que visitavam semanalmente as escolas e desenvolviam as atividades com 4 horas de duração. A metodologia era a oficina do futuro, com a árvore dos sonhos, pedras no caminho e a construção do plano de ação, que visava facilitar a compreensão das dificuldades da escola.

A parte disso, também foi oferecidas oficinas de educação ambiental para os professores(as) das escolas, bem como outras oficinas específicas a depender da necessidade de cada escola e identificadas pelos educandos. São as oficinas de: educomunicação, rap, grafite, permacultura, entre outras. O projeto em 2009 entrou na terceira etapa com a previsão de encerramento. No entanto, por problemas de recursos da Prefeitura Municipal de Salvador este encerramento foi adiado e o encontro das COM-VIDAS não foi realizado.

Muitas foram as dificuldades apontadas pelo grupo para execução deste projeto, principalmente no que diz respeito a resistência por parte da escola pela falta de sensibilização e de não prestar a devido valor a Educação Ambiental. A falta de acompanhamento dos profissionais da Secretaria e o atraso no repasse do recurso provocou um atraso de quase um ano nas atividades do projeto que estavam previsto para seis meses.

Entendemos, então, que o caminho da transformação e emancipação proposto pelas políticas de Educação Ambiental esbarra nesse contexto e na tradicional metodologia pedagógica de ensino, em que o aluno, o ser sem luz, não é provocado para ter uma postura democrática e libertária no que concerne às tomadas de decisões para beneficiar a todos. Por outro lado, é desolador ver um número de jovens soteropolitanos sem interesse em participar das reuniões e das práticas que as oficinas propõem. Contudo, quando olhamos essa questão pelo ângulo social, diagnosticamos uma realidade mais complexa e angustiante no que tange ao núcleo familiar e ao próprio corpo pedagógico da escola, que muitas vezes não possui a linguagem própria para se comunicar com esses jovens, tratando-os como objetos que não possuem subjetividades, podendo o modo como eles/as pensam e agem (QUEIROZ, AGUZZOLI, SANTOS, & SOUZA, 2009,p 28).

No entanto, mesmo com as dificuldades enfrentadas que também passam a ser aprendizados, o grupo avalia como positiva a experiência em dois sentidos. Tanto para o próprio grupo como para os alunos que participaram do projeto. É fazer na prática exercer os princípios que regem as ações do coletivo e também aprender participando, pois os membros do grupo pegada amadurecem e aprendem muito com estas ações. Para eles é muito satisfatório quando ver surgir efeitos nos alunos que passam a construir coletivamente e levantando reflexões críticas sobre o determinado tema.

Nesse sentido, nós, jovens empenhados/as em ações que promovam o equilíbrio e a sustentabilidade da sociedade, vemos no processo de construção da Agenda 21 na escola uma forma local de diminuir os problemas socioambientais, mesmo com as dificuldades que vivenciamos cotidianamente dentro dessas instituições de ensino. Sabemos que não transformaremos tudo, mas as sementes foram plantadas, molhadas, germinaram e já observamos belos frutos. Continuemos a regar... a esperança da transformação (QUEIROZ et al., 2009p28).

Diante da realidade baiana atual, não podemos dizer que existe um movimento de juventude pelo meio ambiente na Bahia, mas podemos dizer que ainda de maneira bastante, tímida, há um grupo de jovens preocupados com a temática ambiental, interessados em envolver e seduzir a outros jovens, a buscar alternativas por mundo melhor. Este mundo logicamente não está sustentado apenas na utopia, mas esta dá argumentos necessários para seguir conquistando espaços. Não se trata se problemáticas distantes onde as soluções eram difíceis de serem imaginadas. Trata-se de problemas ambientais que fazem parte de todo cotidiano e que afetam de

imediate nossas vidas. São muitos os jovens baianos, com realidades bastante diversificadas, mas que se unem nas mesmas demandas.

O movimento é ainda tímido, bastante reduzido fisicamente restrito ao município de Salvador, mas que possuem um potencial agregador bastante interessante para o enfrentamento da atual crise socioambiental.

Também vale ressaltar que existem outras iniciativas nos municípios, de cunho não governamental que há muitos anos tratam das demandas juvenis e que a educação ambiental pode ser incorporado na agenda destas iniciativas e agregando a outros jovens e seguir regando a esperança de transformação.

No entanto, perceber o jovem como sujeito social com potencial transformar, inovar. Visualiza-se que quanto maior e consistente for seu envolvimento na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, maior a possibilidade de elas serem progressistas, inovadoras e mais sustentáveis. Envolver a juventude da discussão e no engajamento da temática ambiental é um dos desafios que está colocado na atualidade.

A construção da linha do tempo contada pelos membros do próprio grupo descreveremos no capítulo V no item construção da linha do tempo do Pegada Jovem.

PARTE II – CONSTRUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

CAPÍTULO V - BUSCANDO CAMINHOS PARA A AVALIAÇÃO

O capítulo aqui presente trata de descrever a abordagem teórica adotada para traçar o desenho da investigação, ou seja, o caminho traçado adotado para atingir os objetivos da pesquisa. Portanto, foi uma abordagem a partir das diversas estratégias metodológicas relacionadas aos métodos qualitativos, sem, no entanto deixar de fazer referências quantitativas para a elucidação do objeto de estudo da tese.

A construção teórica e a escolha do método para esta investigação, parte da concepção teórica da investigação qualitativa que sustentam uma nova forma de produzir conhecimento de fazer ciência. Essa nova forma se caracteriza por operar em um contexto que as questões emergem dentro do contexto aplicado, sem que tenha sido pré-definido anteriormente aguardando, portanto as determinações do meio em que se esta inserida. Esta nova forma de fazer ciência se caracteriza adotar o caráter transdisciplinária em lugar de mono, é mais heterogênea que homogênea. Esta nova forma não se limita apenas a uma metodologia positivista de investigação e sim incorpora métodos qualitativos desenvolvidos originalmente da antropologia.

Desde la perspectiva que aquí adoptamos, asumir una óptica de tipo cualitativo comporta, en definitiva, no solo un esfuerzo de comprensión, entendido como la captación, del sentido de lo que el otro o los otros quieren decir a través de sus palabras, sus silencios, sus acciones y sus inmovilidades a través de la interpretación y el diálogo, si no también, la posibilidad de construir generalizaciones, que permitan entender los aspectos comunes a muchas personas y grupos humanos en el proceso de producción y apropiación de la realidad social y cultural en la que desarrollan su existencia (CASILIMAS SANDOVAL, 1996 p 32).

Para Melucci (2005), ao enfrentar o problema do novo interesse pela pesquisa qualitativa parece importante o reconhecimento de que estamos trabalhando com o campo das práticas sociais, como por exemplo, práticas de numerosos atores coletivos, grupos ou movimentos ou mesmo práticas ligadas a novas questões que vêm do povo, no seu conjunto, pelos atores coletivos.

Outra dimensão da sociedade contemporânea, diz Melucci, é a importância da vida cotidiana como espaço o qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação. Esta atenção para a vida cotidiana estende o foco sobre a particularidade dos detalhes e a unidade dos acontecimentos que dificilmente servem para ser observados, contidos e organizados dentro dos modelos de análises unicamente quantitativos. Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é somente indicado pelas estruturas sócias e submetido aos vínculos da ordem constituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa. Isto muda a atenção para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse e a relevância da pesquisa de tipo qualitativo.

A definição de um novo campo de pesquisa vem de uma virada epistemológica. É como se a pesquisa qualitativa desenvolvesse a partir do acontecimento particular uma função geral. Passa-se, então, da conexão linear entre hipóteses e verificação das hipóteses, que era um modelo clássico da pesquisa científica, à explicação emergente e recorrente dos processos dos quais o conhecimento é produzido através da troca dialógica entre o observador e o observado. A explicação não é entendida como uma verificação objetiva de hipóteses, mas como um processo de

produção de conhecimento que se adéqua progressivamente através da interação entre o observador e o observado.

Segundo Casimilas Sandoval, (2002, p 34) “la necesidad de adoptar una postura metodológica de carácter dialógica en la que las creencias, las mentalidades, los mitos, los prejuicios y los sentimientos, entre otros, son aceptados como elementos de análisis para producir conocimiento sobre la realidad humana”.

Assim, problemas como os de descobrir o sentido, a lógica e a dinâmica das ações humanas concretas se convertem em uma constante desde as diversas buscas qualificadas de qualitativas.

Portanto, a pesquisa não tem mais a pretensão de descrever fatos reais, mas sim apresenta como construção de textos que dizem a respeito a fatos socialmente construídos e que mantêm da distancia que se separa a interpretação da realidade.

Para finalizar Casilimas define três condições mais importantes para produzir conhecimento e mostram as alternativas de investigação qualitativas, são elas:

- a) A recuperação da subjetividade como espaço de construção da vida humana;
- b) A reivindicação da vida cotidiana como cenário básico para compreender a realidade sócio cultural;
- c) A intersubjetividade como e o consenso como veículos para chegar à realidade humana.

5.1. Trajetória metodológica

O desenho metodológico foi dividido em duas etapas específicas I e II.

Etapa I – Construção do marco teórico

Quando pretendemos enveredar por um estudo de desenho experimental ou analítico, no qual propomos hipóteses sobre a associação entre variáveis, a revisão bibliográfica permite enquadrarmos o nosso estudo num modelo de causalidade e, assim, diferenciar quais serão as variáveis de exposição, de resposta e, sobretudo, as variáveis interferentes. Assim começou a trajetória investigativa. Com base nos autores e estudiosos sobre o tema no Brasil, Espanha e em muitos países da América Latina foi realizado um levantamento das referências bibliográficas mais importantes sobre o tema para a construção do marco teórico que sustenta as hipóteses suscitadas pela investigação. Esta etapa compreendeu em recopilar e revisar a literatura, elencando todos os estudos científicos e documentos fazendo uma análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes que abordam teórica ou metodologicamente o tema. Além disso, foram identificados estudos realizados tanto por iniciativas governamentais como não governamentais, no Brasil, na Espanha e na América Latina, onde se encontram muitas das fontes bibliográficas sobre o tema em questão. Este levantamento bibliográfico realizado serviu para a construção teórica da primeira parte desta tese em apreço.

Alguns autores chamam de marco de antecedentes e que está formado por o conjunto de conhecimentos que outros estudos já alcançaram sobre o tema ou o problema proposto pelo investigador. São referencias diretas a resultados obtidos dentro de uma mesma área de indagação.

El marco conceptual es, como lo indica su nombre, una elaboración que el investigador hace a un nivel más general que el formado por el marco de antecedentes, si bien habitualmente éste queda comprendido en este otro marco. En la elaboración conceptual, el investigador propone definiciones de algunos de los conceptos que utiliza, supuestos, hipótesis, etc. Se podría decir que el marco conceptual es una especie de teorización o de problematización hecha por el investigador sin grandes pretensiones de

consistencia lógica entre las proposiciones que utiliza, aun cuando se haga referencia a una o más teorías (BRIONES, 1996, p 21).

Vale ressaltar que o tema Juventude e Meio Ambiente é um assunto muito novo nos meios acadêmicos e também nos meios políticos e, portanto, não foram encontradas muitas pesquisas, publicações, porém há muitos estudos sobre a categoria juvenil e as políticas públicas que foram importantes para o andamento do estudo. Esta etapa foi realizada em todos os momentos da investigação sempre com o cuidado de está atualizando-as.

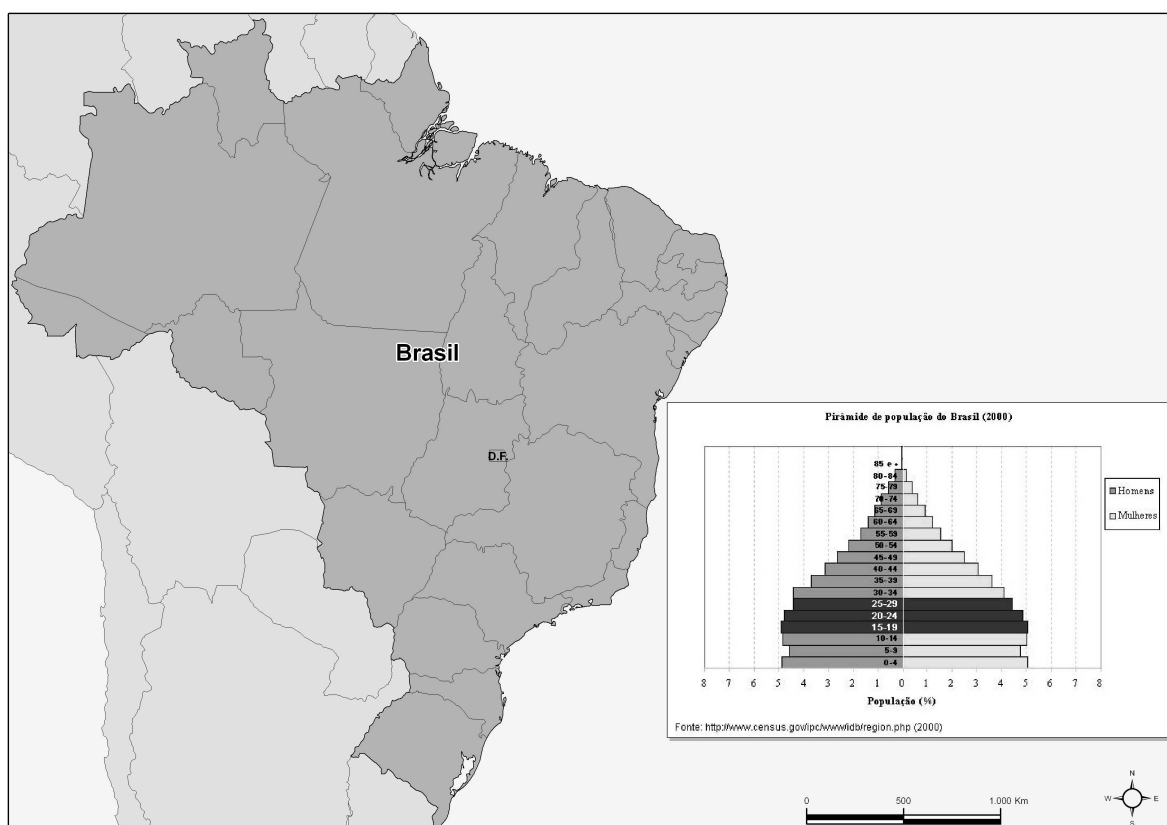
Etapa II – Pesquisa de Campo - Coleta de dados

A pesquisa foi realizada na cidade de Salvador, estado da Bahia, localizado no Nordeste Brasileiro, onde ocupa uma área de 567.295 km² e se abre para o oceano Atlântico numa extensão de 932 km. Limita-se a nordeste por Sergipe e Alagoas, ao norte por Pernambuco e Piauí, a oeste por Goiás e Tocantins e ao sul por Minas Gerais e Espírito Santo. (Ver mapa de localização pág 34)

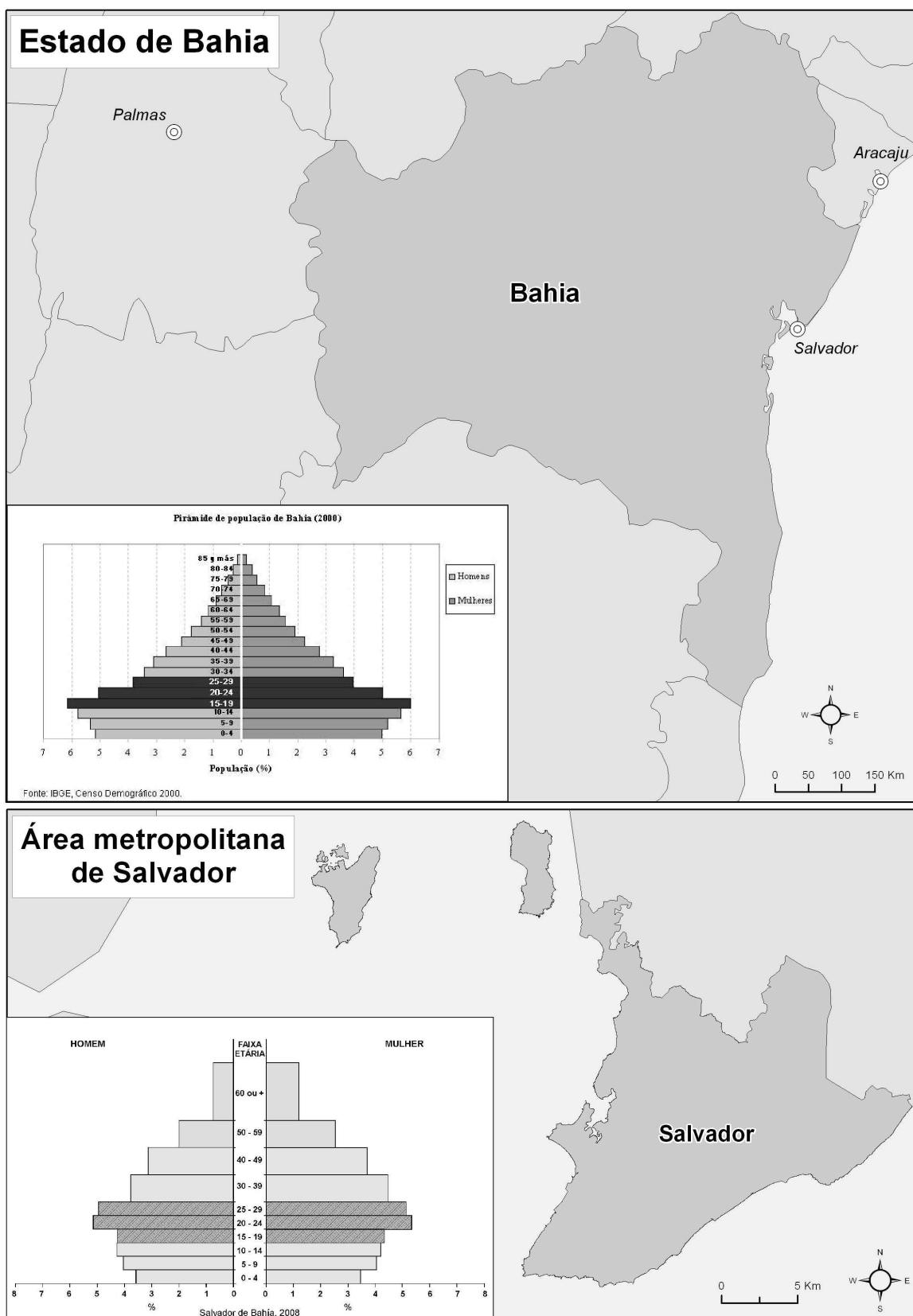
A Bahia mantém a posição de estado mais populoso do Nordeste, com cerca de 14,1 milhões de habitantes no ano de 2007, isto é, 27% da população nordestina, sendo o quarto mais populoso do país, abrigando 7,4% dos brasileiros. Estes dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgadas em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, autarquia da Secretaria de Planejamento. A população jovem baiana soma uma total de 4.095.536 jovens, sendo que 2.843.366 (69,4%) têm entre 15 a 24 anos, dos quais 50,3% são mulheres e 81,2% são negros e negras (GT Juventude, 2008).

A cidade de Salvador possuía uma população de 2.443.107 habitantes segundo o censo de 2000 (IBGE, 2000), sendo que aproximadamente 785 139 jovens na faixa etária de 15 a 29 (IBGE, 2000), cerca de 32% da população. Dados bastante significativos para a importância do tema na atualidade, tendo em vista também as condições sócio ambientais que vivem esses jovens na cidade de Salvador, em geral com baixa escolarização e sem perspectiva de trabalho, já que é considerada segunda capital do desemprego só perdendo para São Paulo.

A seguir se podem ver os mapas nº 06 e 07 onde mostram respectivamente as pirâmides demográficas do Brasil, Bahia e Salvador respectivamente, ressaltando a população jovem do país estado e município.



Mapa nº 06 - Pirâmide Demográfica do Brasil, com destaque a população jovem.



Mapa nº 07 - Pirâmides demográficas Bahia e Salvador respectivamente, com destaque a população jovem.

Fazendo um breve diagnóstico ambiental do município, os problemas ambientais da cidade de Salvador, não são recentes e hoje, em pleno século XXI, o que se vê é o agravamento destes problemas, gerado pela ação predatória do homem sobre os recursos naturais.

Os problemas urbano-ambientais da cidade do Salvador e sua região resultam do padrão de desenvolvimento implementado e formas de usos dos recursos ambientais, da complexa e contraditória relação entre problemas urbano-ambientais e pobreza urbana e, finalmente, da histórica deficiência e precariedade dos serviços básicos de infra-estrutura, particularmente de saneamento urbano-ambiental.

Essa constatação que, em linhas gerais, poderia referir-se à grande maioria das cidades brasileiras e latino-americanas, ganha significado especial quando referida a Salvador e sua região, e este significado encontra sua melhor expressão nos usos e relações que em Salvador se estabelecem com as águas. Nesse contexto, são as classes sociais mais desfavorecidas economicamente as mais diretamente expostas aos danos resultantes da degradação urbano-ambiental, sobretudo pela convivência diária com as águas poluídas.

A análise da qualidade dos recursos ambientais nas bacias de Salvador indica um vetor com sentido inverso ao processo de urbanização, ou seja, a preservação dos recursos ambientais é maior nas áreas ao norte do município, e isso se reflete nos índices de cobertura vegetal como também na qualidade das águas.

Um estudo realizado pela Universidade Federal da Bahia revela que o município de Salvador tem uma baixa qualidade ambiental dos rios. A idéia de que não existem rios na cidade e sim esgotos reforçam a idéia e o desconhecimento dos rios existentes na cidade e que atualmente são verdadeiros canais de esgotos. Para desconhecimento de muitos, o município de Salvador possui 10 bacias hidrográficas

denominadas de bacias da barra, do Lucaia, da Pituba, do Camurugipe, do Pituaçu, do Jaguaribe, do Ipitanga, da cidade baixa, do Subúrbio e do Cobre. Todas estas em estado de contaminação e degradação.

O uso e ocupação do solo é um fatores que mais afeta os problemas atualmente na cidade de Salvador. O uso do solo urbano é determinado por um conjunto de fatores econômicos e sociais, e influenciado por condicionantes ambientais, espaciais e de cunho cultural. Não deve ser analisado apenas como ocorrência pontual de empreendimentos e atividades no espaço das cidades, mas sempre que possível investigado em associação aos fatores que determinam e condicionam de forma mais ampla a sua configuração.

Esta etapa metodológica, considerada o coração da pesquisa, foi dividida, por sua vez em duas fases: uma individual e outra coletiva.

A fase individual consistiu em uma etapa onde foi buscada uma avaliação da participação da juventude na elaboração e na implementação das políticas públicas de Juventude e na de Educação Ambiental no país e no estado da Bahia, bem como a inserção do jovem nos espaços de coletivos de construção de políticas, sob as perspectivas dos gestores públicos, das ONG's, das universidades, dos líderes juvenis e do movimento social. Para executar esta avaliação de cada uma destas categorias, foi utilizada como estratégia metodológica, a entrevista aberta, com perguntas orientadoras para levantar reflexões sobre o tema.

Para alguns autores a entrevista é um método de capturar conhecimento, conectar práticas e significados. Implica em uma técnica que nos permite capturar a informação experimentada e absorvida pelo entrevistado e ao mesmo tempo em que captura a discursos particulares que remitem a outros significados sociais e gerais. De acordo com Merlinsky (2006), considerar a entrevista como forma de

conhecimento tem uma série de implicações. Em primeiro lugar a entrevista não se situa em um campo estrito da conduta nem um lugar puramente lingüístico. A informação que temos a partir das entrevistas tem um caráter pragmático, ou seja, um discurso atualizado em relação a uma realidade. Em segundo lugar a entrevista é uma ferramenta de caráter comunicativo que se próprios fatos puros ou simples estão mediados pela construção que fazem os próprios sujeitos com base na experiência. Em terceiro lugar, o manejo com a linguagem natural implica num certo grau de familiaridade com o grupo ou a sociedade a qual pertence.

Em principio o falado, aparece como algo preferente quase que exclusivo da entrevista, no entanto são nos silêncios que o entrevistador deve ficar atento para a confissão. O entrevistador deve sempre esperar que vá mais além do que foi dito.

Desde análises, os momentos de silencio do entrevistado marcam momentos de reflexão sobre o que este considera aquilo que tem que dizer, e o que calar, pois o silencio é um calar ativo, não é algo que se cala por que se ignora não, é algo que se omite porque se conhece.

Segundo Callejo Gallego (2002), o desenho da investigação quando é utilizada a entrevista, o principal passo é a seleção dos informantes. Dessa perspectiva, não importa tanto o número e sim a posição que é ocupada por cada um dos entrevistados com relação ao fenômeno observado. Portanto, para esse estudo a escolha foi feita com pessoas estratégicas e importantes que tratavam do assunto desde o ponto de vista da gestão pública até coordenadores de projetos, na escala nacional e local. Foram entrevistados gestores públicos responsáveis pela elaboração de programas ou das políticas públicas de juventude e de juventude e meio ambiente, pesquisadores sobre o tema, organizações não governamentais com

experiências com o tema, lideranças juvenis e movimentos sociais que tenha trabalhos relacionados com a categoria juvenil objeto de estudo.

A categoria gestores públicos foram entrevistados gestores públicos responsáveis nos órgãos governamentais por políticas de juventude ou programa de juventude e Meio Ambiente, por políticas de meio ambiente e educação ambiental em geral. Para isso, buscou-se entrevistar gestores de governo em nível federal, estadual e municipal. Na escala nacional ou no governo federal os responsáveis nos Ministérios de Educação e no Ministério de Meio Ambiente. Em nível estadual, órgãos governamentais ligados com a temática a Secretaria de Educação, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Relações Institucionais. E no município a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e a Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Na categoria de organizações não governamentais, muitas são as ONGs que trabalham com juventude no município de Salvador, no entanto buscou-se dentro do cadastro de entidades ambientalistas que trabalhassem com a juventude para chegar ao foco da pesquisa e que atuassem no município de Salvador. O anexo nº10 mostra o quadro das entidades ambientalistas que atuam no município de Salvador as quais foram contatadas. O contato inicial a estas entidades foi feito por e-mail, onde eram apresentados os objetivos do projeto e perguntando se a entidade trabalhava com o tema Juventude e meio ambiente em alguma ação. Em caso positivo e que a entidade aceitasse a participar do projeto, era enviado o resumo do projeto e era solicitado um material informativo da organização. Seguiu os contatos para ser marcada a visita da pesquisadora a organização. Todos os contatos foram realizados em junho e julho de 2009 para a coleta de dados em agosto e setembro de 2009. Dos 26 contatos realizados, apenas quatro trabalham com o tema

juventude e meio ambiente e aceitaram a participar da pesquisa. Estas entidades foram contatadas por diversos meios de comunicação e apenas com duas foi possível realizar as entrevistas. Para surpresa do pesquisador, pois aparentemente nas ONG`s teriam mais fácil acesso que aos órgãos governamentais, o que durante a pesquisa foi demonstrado o contrário.

Na categoria das universidades procurou-se as duas principais da cidade, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Católica de Salvador. Também nessa categoria teve a entrevista de uma pesquisadora, ex-gestora pública do estado e que seu tema de pesquisa é pertinente as políticas públicas de Educação Ambiental no estado da Bahia, o que foi bastante interessante pela relevância d trabalhos realizados no estado da Bahia. Na Universidade Católica de Salvador foi entrevistada uma das pesquisadoras mais importante do Brasil, estudiosa do tema Políticas Públicas de Juventude no país e coordenadora do núcleo de pesquisa sobre NPEJI - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude, Identidades Cultura e Cidadania. E na Universidade Federal da Bahia foi entrevistada uma pesquisadora área de formação de professor com o tema de Educação Ambiental.

Na categoria de líderes juvenis foram entrevistados jovens que foram os grandes mentores e que iniciariam o movimento de juventude e meio ambiente com a criação dos coletivos jovens e do Grupo Pegada Jovem. E muitos deles atualmente já não atuam diretamente no coletivo, mas ainda de alguma forma contribuem para a continuidade das ações. Alguns deles se afastaram por vários motivos, passaram da idade de fazer parte do grupo (16 a 29), outros em função do próprio trabalho desenvolvido no coletivo ocuparam cargos na gestão pública ou mesmo por outras questões que levaram a tomar outros rumos na vida. Assim, foram elencados líderes que atuam ou atuaram tanto na escala nacional como na local.

Na categoria de outro movimento o único entrevistado foi os movimentos escoteiros por ter em seus princípios as atividades dedicadas a jovens e para jovens, com mais de cem anos de experiência e com forte linha de ação dedicada a educação ao ar livre.

Ao todo foram 24 entrevistas realizadas. Algumas realizadas diretamente com o entrevistado, ou por meio do correio eletrônico ou também por ligações telefônicas. Para isto, todos os entrevistados foram contatados anteriormente e marcados os dias para a realização da entrevistas. O Mapa nº 8 representa as entrevistas realizadas nas cinco categorias escolhidas.



Mapa nº 08 - Representação das entrevistas realizadas durante o período de agosto e setembro de 2009.

Fonte : Elaboração do autor

Todas as entrevistas foram gravadas com um auxílio de um gravador de voz e posteriormente transcritas para proceder às análises. O anexo nº 11 está o modelo guia para entrevistas realizadas, bem como a sistematização de algumas delas. As demais estão gravadas num CD que integra a esta tese.

Para el caso de las entrevistas, sean estas individuales o grupales, es necesario contar con un sistema de almacenamiento que permita recoger las transcripciones de las grabaciones realizadas, de manera que sean fácilmente recuperables para su análisis e integración con los datos recogidos a partir de otras fuentes. Se sugiere digitar esas transcripciones en un procesador de palabra (CASIMILAS SANDOVAL, 2002, p 148).

A seguir o quadro nº 07 mostra a matriz das entrevistas realizadas durante o período de agosto a setembro de 2009 na cidade de Salvador- Bahia - Brasil.

Quadro nº 07: Matriz Das Entrevistas Realizadas

Categoria: Governo

Nível	Instituição	Entrevistado
Federal	Ministério da Educação	Coordenadora de Educação Ambiental
Federal	Ministério da Educação	Técnico de Educação ambiental/ REJUMA
Federal	Ministério de Meio Ambiente	Ex-diretor da Diretoria de EA
Federal	Ministério de Meio Ambiente	Coordenadora da Agenda 21
Federal	Ministério de Educação	Ex-coordenador EA
Estadual	Secretaria de Educação	Coordenadora de Educação Ambiental
Estadual	SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Diretoria de Currículos Especiais/ Cea-Coordenação de educação ambiental
Estadual	SEMA - Secretaria do Meio Ambiente	Coordenação Articulação Social/ Assessoria de Juventude
Estatal	SEMA - Secretaria do Meio Ambiente	Coordenação de Educação Ambiental
Estatal	SEMA - Secretaria do Meio Ambiente	Gestão ambiental e Infraestrutura Hídrica - Educação

		Ambiental/Assesora Técnica
Municipal	SECULT- Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer	Articulador Social e Líder Juvenil Membro do Coletivo Jovem de Meio Ambiente
Municipal	Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico	Assesora técnica e Líder Juvenil Membro do Coletivo Jovem de Meio Ambiente
Municipal	Geace- Gerência de educação ambiental e formação de consciência ecológica	Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico/ Assesora Técnica.

Categoria: Organizações não Governamentais

ONG	Cargo/ Entrevistado
Gambá	Coordenadora de EA
Pangea	Diretor –Coordenador Programa De Protagonismo Juvenil

Categoria: Líderes Juvenis

Atividades	Entrevistado	<u>OBS</u>
Membro do coletivo jovem, articulador social, REJUMA e outras redes	1	
Membro Coletivo Jovem, articuladora do MEC, REJUMA	2	
Membro do Coletivo Jovem	3	
Membro do coletivo jovem de Uruçuca , REJUMA, associação Juventude Ativa	4	Estado de Bahia
REJUMA, jornalista	5	

Categoria: pesquisadores:

Instituição	Cargo	Entrevistado
Universidade Federal da Bahia	Pesquisadora m Educação Ambiental Instituto de biologia	Professora e Pesquisadora
Universidade Católica de Salvador.	NPEJI- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude, Identidades Cultura e Cidadania.	Professora e Pesquisadora
Universidade de Brasília	Mestre pela Universidade de Brasília- Ex diretora de Educação ambiental do Estado da Bahia, Pesquisadora do	Pesquisadora

	tema	
--	------	--

Categoria: Outros Movimentos Juvenis

Nome do movimento	Cargo	Entrevistado
União dos escoteiros do Brasil/ Região da Bahia	Presidente	–

A fase coletiva consistiu no trabalho realizado com o coletivo Jovem de Meio Ambiente de Salvador - Grupo Pegada Jovem. Neste momento só haviam 10 membros ativos no grupo e participando de maneira mais concreta do projeto Agenda 21 escolar, tendo em vista a sazonalidade da participação dos jovens no grupo, em função de se envolver em outros caminhos para atender a suas demandas, sobretudo do ponto de vista econômico. Para isso foi escolhido como metodologia de trabalho o método grupo de discussão como a forma de viabilizar o estudo de caso. Portanto, se trata de uma combinação de dois métodos para alcançar os objetivos da presente investigação.

Para Cano Arana (2008) o número mínimo e máximo de participantes por grupo se estima entre cinco e dez membros. Com mais ou menos componentes a relação grupal é impossível. Com menos de cinco os canais grupais não se constituem e com mais de dez existem demasiados canais e seria impossível manejá-los. Quando o grupo é grande tende a fragmentar-se e começam a falar entre eles que estão mais próximos em pequenas conversas que atrapalham o andamento das atividades.

O mais importante do desenho é ter representado nos grupos de discussões, determinadas relações sociais que se pretendem explorar na investigação. Portanto a seleção de números de grupos responde a critérios estruturais e não estatísticos.

O estudo de caso permite que o investigador descreva e identifique os diferentes fatores que influenciam o fenômeno estudado e além de permitir explorá-lo para chegar às teorias que fundamentam este fenômeno. Segundo Martinez Carazo (2006) esse método é adequado para investigação científica na área de ciências sociais, em empresas, estudos de família, de políticas de juventude e outros. A autora também considera apropriado o estudo de caso para temas que são considerados praticamente novos. Refere-se também que o grande paradigma da investigação qualitativa é ver a realidade social como algo construído pelas pessoas, o investigador não pode permanecer distante do fenômeno social o qual está interessado. No entanto deve se colocar como instrumento de coleta de dados assim permite se aproximar do dito fenômeno e for capaz de descobrir, interpretar e compreender a perspectiva dos participantes da realidade em estudo. Outro aspecto importante desse método é que não consiste numa generalização estatística e sim numa generalização analítica que poderá ser ilustrar, representar ou mesmo generalizar a outro caso, desde que esteja na mesma base teórica.

O estudo de caso produz um conhecimento particularístico, em que procurar encontrar algo universal no particular.

Respecto a su propósito, las investigaciones realizadas a través del método de estudio de caso pueden ser: descriptivas, si lo que se pretende es identificar y describir los distintos factores que ejercen influencia en el fenómeno estudiado, y exploratorias, si a través de las mismas se pretende conseguir un acercamiento entre las teorías inscritas en el marco teórico y la realidad objeto de estudio (MARTINEZ CARAZO, 2006,p 171).

Selecionar a estratégia de investigação e o método de coleta de informações é um desafio que deve ser enfrentado para minimizar as limitações existentes. No obstante, debe adoptar el papel de *“instrumento para la recolección de datos”*, lo

cual le permite acercarse a dicho fenómeno y ser capaz de descubrir, interpretar y comprender la perspectiva de los participantes de la realidad social, indica (Shaw, 1999, citado por Martínez Carazo, 2006).

No obstante, es necesario aplicar el método de estudio de caso con la suficiente rigurosidad científica, lo cual es posible si se realiza un adecuado diseño de la investigación que demuestre la validez y la fiabilidad de los resultados obtenidos, garantizando con ello la calidad y la objetividad de la investigación, tal como se ha expuesto en el presente artículo (MARTINEZ CARAZO, 2006, p 190).

Para esta investigação a etapa da construção do marco teórico, juntamente com estas duas etapas de coleta de dados, as entrevistas e o grupo de discussão, permitiu uma confirmação das hipóteses levantadas inicialmente validando os métodos escolhidos, aplicando assim o princípio da triangulação.

Yin (1989) recomenda a utilização de múltiplas fontes de dados e o cumprimento do princípio de triangulação para garantir a validade interna da investigação. Isto permitirá verificar si os dados obtidos através das diferentes fontes de informação guardam relação entre si (princípio de triangulação); ou seja, si desde diferentes perspectivas convergem os efeitos explorados no fenômeno objeto de estudo.

Em consequência, o investigador poderá utilizar diferentes fontes de informação bases de dados, Internet, entrevistas, os investigadores da área, organismos públicos ou privados, documentos e estatísticas relacionadas com o fenômeno abordado na investigação.

O grupo de discussão é a expressão das diferenças coletivas com relação a um tema específico, não falam de qualquer coisa, falam do objeto social da

investigação. Onde os discursos circulam capazes de gerar resultados qualitativos e discursivos para a investigação.

El objetivo fundamental del grupo de discusión es ordenar y dar sentido al discurso social que se va a reproducir. Técnicamente el grupo de discusión lo que hace es reunir a un grupo de personas, o participantes seleccionados, que son una muestra estructural con características propias que en este momento constituye la dimensión grupal. Tratamos de recoger vivencias y experiencias de un grupo determinado de gente con unas características similares (CANO ARANO, 2008 p 1).

Os procedimentos qualitativos como os grupos focais ou as entrevistas individuais capacitam o investigador para se alinhar com o participante e descobri como a pessoa ver a realidade. Igual a outros procedimentos das ciências sociais, a validade do grupo focal depende dos procedimentos usados e do contexto que são usados. Segundo a literatura, alguma são as vantagens do grupo focal, entre elas:

1. Os grupos focais são socialmente orientados e situam os participantes em situações reais e naturais frente as condições rigidamente estruturadas das situações experimentais.
2. O formato das discussões nos grupos focais oferece ao facilitador ou moderador a flexibilidade necessária para explorar os assuntos que não foram debatidos.
3. Os grupos focais possuem validade aparente, a técnica é fácil de entender e os resultados são incríveis.
4. O custo das discussões de grupo focal é relativamente baixo.
5. Os grupos focais são ágeis na produção de seus resultados.

6. Os grupos focais permitem ao investigador aumentar a amostra do estudo sem aumentar dramaticamente o tempo de investigação.

Segundo Ibañez (1989), a linguagem (que é ao mesmo tempo instrumento e objeto de investigação) permite interpretar o mundo cognitivo na dimensão estrutural do componente simbólico. Os elementos da linguagem nos permitem aproximarmos aos mapas de percepção e ideológicos que os sujeitos constroem sobre o seu entorno e o conjunto da sociedade. A maneira como se gera esta informação é mediante discussão sob uma perspectiva que a vida social é uma conversa.

O Grupo de discussão permite uma circulação do discurso que representa um valor simbólico do grupo frente ao fenômeno estudado e expressa o ideal do grupo diante do tal fenômeno, segundo Callejo Gallego (2002). Desde o ponto de vista de uma prática de observação, a prática do grupo de discussão é um convite à reflexão e a figura do moderador é importante para dar vez a todos participarem e buscar consensuar as opiniões levantadas pelo grupo. Para isso foi utilizadas ferramentas da investigação-ação, dinâmicas de grupos específicas para atingir cada objetivo de cada encontro.

Para Cano Arano (2008) o grupo de discussão não é um grupo natural já que os componentes têm uma tarefa predeterminada pelo moderador. Por isso dizemos que não é um grupo natural já que existe por e para a tarefa que está encomendada. Tem uma duração finita, limitada que não vai mais além da duração discursiva. Muitas vezes na literatura encontram-se como sinônimo grupo de discussão e grupo focal. Ambas as técnicas se realizam da mesma maneira, no entanto a análise é feita de maneira diferente. O grupo focal leva em conta análise mais individual de cada membro do coletivo enquanto que o grupo de discussão se analisa de maneira coletiva e estimula o discurso. Nesta investigação o interesse era ter uma análise

coletiva sobre os temas que estavam sendo abordados, portanto foi adotado como método o grupo de discussão onde os participantes partindo de uma opinião individual chegavam ao coletivo, consensuando as opiniões.

O uso da investigação-ação que nesse momento se configura com importante ferramenta como proposta política pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma destes processos. Adotando uma dupla postura de observador crítico e de pesquisador ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido (BRANDÃO, 1981).

Com o objetivo de fazer um diagnóstico inicial do grupo de estudo, com algumas características para traçar, por exemplo, o perfil sócio econômico desses jovens, bem como o grau de instrução e também para complementar avaliação das ações desenvolvidas pelo grupo, foi aplicado um questionário com perguntas objetivas e subjetivas. O questionário foi construído com base em alguns modelos básicos de instrumentos para traçar perfil sócio-econômico e também levando em conta a experiência do investigador e do seu senso comum. No caso deste estudo, o questionário serviu para caracterizar o grupo com o qual foi o objeto de estudo e muitas das perguntas foram transformadas em qualitativas e analisadas qualitativamente. Ou seja, o questionário serviu para adquirir um diagnóstico do grupo Pegada Jovem no momento de realização do estudo de caso e para complementar as análises realizadas nos encontros com o grupo de discussão. Também, não foi utilizado nenhum método estatístico para analisá-los visto que o número de questionários obtidos não eram suficientes para configurar uma amostra representativa. O modelo do questionário aplicado pode ser visto no anexo nº 12.

Para realização dessa etapa metodológica foram realizados seis encontros com o grupo Pegada Jovem. O primeiro encontro teve como objetivo apresentar os objetivos do projeto já conhecido por muitos dos membros do grupo. E segundo encontro correspondia a primeira parte de aplicação dos questionários e ao primeiro momento que denominado de “Quem somos nós?”. O terceiro encontro, denominado de “Reconstruindo a história do grupo Pegada Jovem”. O quarto encontro, chamado “Avaliando nossas ações”. O quinto encontro denominado “Olhando para o futuro” e o sexto encontro “Olhando para o futuro desde uma perspectiva local”. Todos os encontros configuraram o grupo de discussão propriamente dito, cujo objetivo avaliar as ações do grupo ao longo dos anos, desde 2003 até aquele momento, avaliar e discutir novas perspectivas para o programa Juventude e Meio Ambiente e avaliar o projeto Agenda 21 nas escolas municipais de Salvador. A seguir estão com mais detalhes os momentos realizados nos respectivos encontros.

O primeiro momento foi de apresentação do projeto de tese ao grupo e combinar as datas dos seguintes encontros.

Segundo encontro : “Quem somos nós?” Este foi um momento de reconhecimento do grupo, individualmente e coletivamente. Cada membro do grupo expressava algumas características do companheiro, que poderia ser característica física ou subjetiva e assim foi uma maneira de um reconhecer o outro desde sua perspectiva e uma oportunidade do outro saber que ele é reconhecido. Além de manter o espírito de grupo de trabalhar no coletivo se reconhecendo como parte desse todo.

O terceiro momento ou encontro “Reconstruindo a história do Grupo Pegada Jovem”. Para reconstruir a história do grupo foi utilizada a técnica da construção da linha do tempo. Esta dinâmica consiste em que todos os participantes foram

reconstruindo sua história desde o momento de criação do grupo, destacando a motivação para tal, e as ações realizadas a cada ano até a atualidade. Foi utilizado para isso cartolinas e canetas de cores, aonde cada membro escrevia a ação e colando na cartolina ao ano correspondente.

O quarto encontro ou momento “Avaliando nossas ações”. Após a construção da história e agrupadas as ações desenvolvidas ao longo do tempo, foi procedida à avaliação de cada grupo de atividades, destacando os pontos positivos e negativos de cada uma delas. Nesse momento, foi utilizada a técnica do carrossel, onde foi dividido o grupo em duplas, sendo que um dos membros era mais antigo no grupo com um mais novo, para ter a possibilidade de compartilhar as experiências e ser possível fazer a avaliação do mais antigo para o mais atual.

O quinto momento ou encontro “Olhando para o futuro” baseado no texto base do programa de juventude e meio ambiente, a atividade consistia em destacar pontos importantes para avaliar coletivamente, fazendo as críticas e inserindo sugestões para serem inseridas no programa tomando como base a experiência adquirida pelo grupo ao longo do tempo. Vale lembrar, que neste momento, em agosto de 2010 o programa Juventude e Meio Ambiente passava por um momento de reavaliação e foi promovida por parte do Ministério de Educação, um mês de mobilização para que todos os coletivos jovens de todo o país, se reunissem e enviassem sugestões ao programa. Assim, foi feita com o Grupo Pegada Jovem, uma leitura do texto base e comparado com o antigo texto do programa e ao passo que se ia avançando na leitura, se fazia as sugestões e eram acordadas coletivamente e assim foram encaminhados ao ministério, em nome do grupo. O texto base que foi trabalhado deste momento está no anexo nº 13

O sexto e ultimo momento “Olhando para o futuro desde numa perspectiva local”, no sentido de avaliar a o projeto Agenda 21 nas escolas municipais de Salvador, executado pelo grupo iniciado no ano de 2008 e 2009. Foram elencados 10 itens para serem avaliados tomando como base os itens norteadores do projeto Agenda 21 na Escola, como pode ser visto no anexo nº 14. Cada item com características específicas que foram analisadas de maneira individual e depois coletivamente e de forma oral e escrita. Participaram dessa fase todos os membros que estavam diretamente atuando no projeto, no total de 10 jovens. A figura nº 03 a seguir mostra o desenho da investigação.

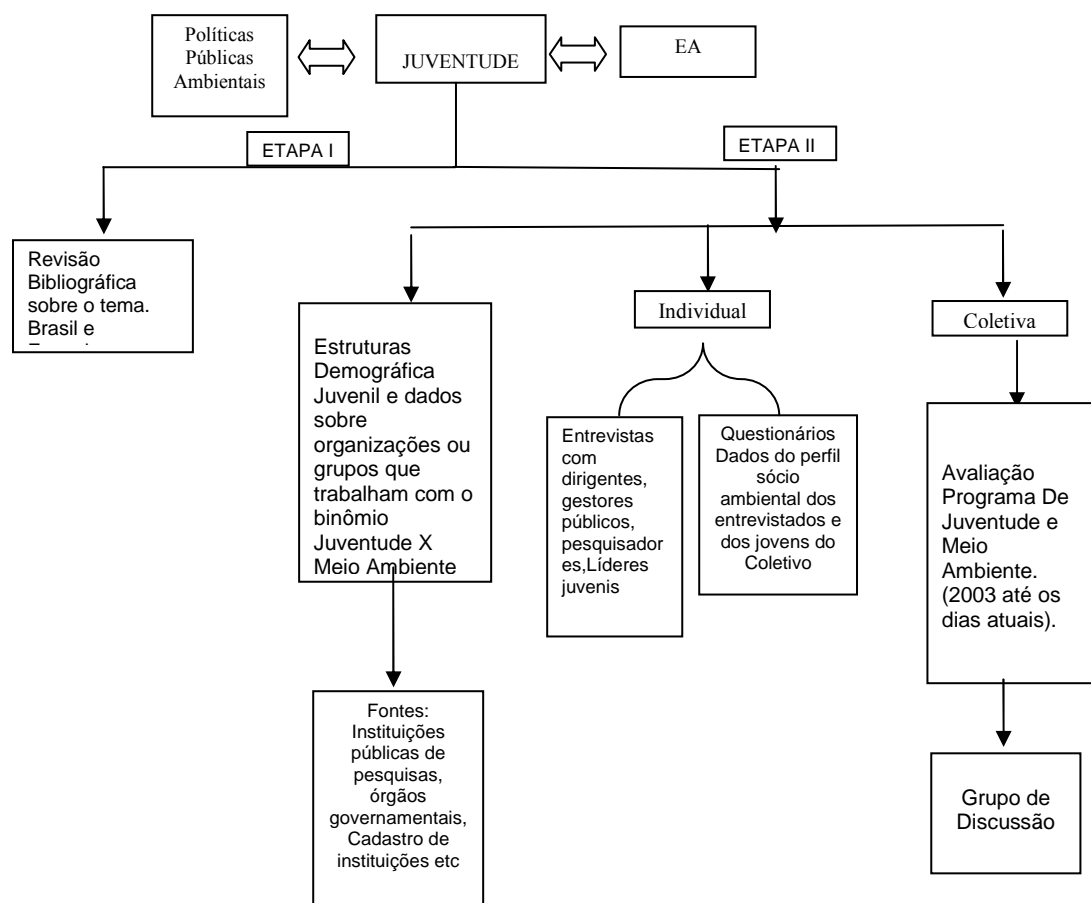


Figura nº 03 – Desenho da Investigação

5.2 - Análises Das Entrevistas

Para analisar as entrevistas foi utilizada a teoria do campo léxico onde parte do princípio que a partir do vocabulário se pode explicar uma sociedade ou mesmo explicitar uma ideologia. De acordo com García Crespo (1983), o léxico desempenha um papel de primeira ordem, é necessário considerá-lo parte integrante de um conjunto, com seus correspondentes conteúdos semânticos. Assim, sem dúvida, a linguagem exerce uma influência no pensamento. Um campo semântico não reflete apenas as idéias, os valores e as perspectivas da sociedade contemporânea e sim, os cristaliza e perpétua para as seguintes gerações. É importante ressaltar que na lingüística a elaboração de um campo léxico é um objeto principal de uma investigação determinada, para esta investigação foi utilizada como ferramenta para alcançar outro objetivo e dar um subsídio teórico metodológico para analisar as respostas dadas às entrevistas realizadas.

Dessa maneira nos aproximamos da sociolingüística como referencial teórico metodológico para o desenho dessa investigação. A relação língua e sociedade têm sido estudadas, segundo os estudiosos do tema, sob vários enfoques. Uma delas vê as relações entre a língua e outros aspectos da cultura como uma interdependência entre os fatores constitutivos e ações sociais. Outra tendência se vê a língua por um lado e aspectos culturais e sociais por outro lado, como sistemas paralelos que possuem pontos em comum. E uma terceira tendência ver a linguagem mais como um produto cultural ou uma herança coletiva que como um elemento de ação social ou como um acontecimento social. Essas reflexões estão mais próximas de posturas sociológicas, por tanto suas propostas partem de uma dimensão maior que a que tem um indivíduo, um coletivo ou grupo social. Por esta última tendência que

consideramos adequada adotar como um dos métodos de investigação a sociolinguística, visto que se trata de um tema que reflete idéias, posturas, ideologia de um coletivo específico.

Um princípio que consideramos para a metodologia, dado a flexibilidade permitida pelo tema, foi à adequação de técnicas. Foi aplicada uma serie de subsídios metodológicos tanto para a etapa de coleta de dados como na análise sempre tendo em conta os objetivos específicos propostos. Tratamos de selecionar os instrumentos metodológicos que consideramos mais aptos para dar conta dos objetos do estudo.

No tiene sentido en socio lingüística, utilizar el mismo patrón, una misma técnica, con cualquier tipo de datos. Por supuesto que puede un investigador tan sólo una técnica en todos sus trabajos, pero que hay que está consciente de que esta técnica sólo se adecua a unos casos muy concretos y que sobrepasar esos limites deteriorará el valor de sus resultados (MORENO FERNÁNDEZ, 1990,p 30).

Um aspecto importante a ser destacado, é o fato de que desde os anos 90 que vários pesquisadores brasileiros se dedicavam a investigar as demandas da categoria juvenil, em função do grande número de jovens que já se configurava daquela época no país. No entanto, a pauta ambiental foi incorporada nos debates juvenis e oficialmente nas instancias públicas governamentais, a partir de 2003. Com isso, trata-se de uma história recente que está fazendo parte da construção de um país atual e por tanto sem muitos registros, com que dificulta a obtenção muitos de dados, visto que estão sendo gerados e publicados mais recentemente. Por isso, escolhemos fazer entrevista semi-estruturadas com o objetivo de levantar os dados primários para desenvolvimento da pesquisa.

Em cada resposta foram selecionadas palavras chaves, que eram palavras que se repetiam e que tinham significados comuns, ou seja, foram agregadas palavras do mesmo grupo semântico, sinônimos a cada grupo de palavras chaves. Uma vez feito isto, foram agregados os adjetivos que dava algum sentido semântico e por ultimo os antônimos. A partir daí foram classificadas em categorias cada grupo de palavras-chaves, que foi chamado de campos de interpretativos e analíticos, onde foram interpretadas as respostas dadas à pergunta em questão.

1 - Campos Interpretativos e Analíticos

- 1) Questão 01- Em sua opinião, que mecanismos foram utilizados para garantir e incentivar a participação da juventude nas políticas públicas do país?

Para responder a primeira questão foram identificados dois campos de interpretação. Um campo que se refere aos elementos estruturantes ou estratégias iniciais para incentivar e garantir a participação da juventude nas políticas públicas no país. E um segundo campo que chamamos de estratégias teóricas e conceituais.

01) Campo interpretativo e analítico - Elementos Estruturantes

a) Mobilização - Em todas as categorias entrevistadas ficou bastante claro e de uma maneira quase que unânime que o primeiro passo para estimular a participação da juventude foi o processo instalado no país de mobilização nas mais diversas formas distintas. O fomento ao encontro, ao debate, a sensibilização, a construção, a articulação de lideranças jovens, entre outros, foram as principais estratégias

identificadas e consideradas importante para atender ao chamado por parte do governo federal para a categoria juvenil à participação. Essa primeira etapa teve como objetivo criar um espaço de confluência de interesses, onde pudesse ser inserida a temática ambiental nas discussões da juventude, dentro de um contexto político social bastante significativo para o país nesse momento, que estava passando por um período de aproximação entre a sociedade e a gestão pública, de democratização plena em todas as suas instâncias públicas. Com o objetivo de conhecer que categoria juvenil, visto que esse jovem tampouco não estava especificado na Constituição de 1988, foram realizadas diversas pesquisas por parte de diversos órgãos ou instituições distintas, com o intuito de ter um diagnóstico da categoria, uma espécie de radiografia dos jovens, que foi bastante importante para a construção desse espaço imaginário e se concretizar na consciência coletiva. Conhecer mais essa categoria também foi uma outra estratégia utilizada para se apropriar das demandas geradas pela categoria e com mais propriedade poder articular uma chamada à participação. Com essa fotografia, com esse diagnóstico foi identificado uma juventude diversa, com diversos olhares, provenientes de outros movimentos, com muitos interesses e o desejo de mudança. Uma vez conhecendo esse contexto social se depara com a complexidade conceitual do termo juventude, pois temos que falar em juventudes, visto que as diversas realidades existentes no país. Assim, reconhecer o jovem como sujeito social, como sujeito de direito, como sujeito formador de opiniões, empoderar esse jovem para a concretização de ações com um coletivo participativo da sociedade, foi uma maneira fundamental para inserção da categoria no debate e ao mesmo tempo uma espécie de fomento ao ressurgimento de um movimento emancipatório, de um movimento juvenil.

Todo esse movimento de chamada ao jovem a participação advém do processo de democratização no país iniciada nos anos 80 e com a publicação da constituição democratizante de 1988 está cheia de princípios, que refletem às vezes de maneira bastante abrangente, que refletem o início de uma mudança de foco sobre o entendimento da vida democrática do Brasil.

Outra questão interessante para ser analisada, foi que o crescimento da população jovem no país fez com que as instancias políticas despertassem para a problemática, visto os problemas sociais gerados por quem está na base da pirâmide. Isto provocou a mudança de estratégia passando a pensar em políticas públicas não mais setoriais e de caráter assistencialista, mas sim em busca de uma política pública com base em uma concepção democrática e de uma clara defesa dos jovens como sujeitos de direitos.

Também outro ponto a ser considerado o interesse por uma política de inclusão do jovem foi o fator econômico, a economia do país. A categoria juvenil é uma faixa etária que por está ausente do setor produtivo, pela falta de empregos e a na geração de renda, não produz uma receita e, portanto não movimentam a economia do país. Isto afetaria diretamente economia doméstica que trata da gestão social.

Sem dúvida, a sociedade moderna busca ampliar as possibilidades de integração social da juventude, principalmente através da sua participação gradual nos recursos culturais e processos decisórios, que caracterizam o regime democrático de governo. Isto passou a acontecer no Brasil nas últimas décadas, com a democratização do país iniciada nos anos 80.

No Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de

formação de valores e atitudes das novas gerações. Esse cenário passa a se alterar no final dos anos de 1990 e no início da década atual. Iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, e as várias instâncias do Poder Executivo – federal, estadual e municipal – são mobilizadas (SPOSITO, & CARRANO, 2003, p 17).

b) Estrutura Política

No que se refere à estrutura política, destaca-se como mecanismo bastante importante foi à criação ou a concretização de um espaço físico de debate e construção de políticas públicas. Espaço este que foi sensibilizado, debatido e amadurecido na etapa de mobilização e institucionalizado na estrutura política. O país estava num processo de abertura política, numa perspectiva de todas as instancias de governo, seja ela federal, estadual e municipal.

Assim, foram criados então espaços como a Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude como instancias de democracia participativa para a construção, elaboração e implementação de políticas públicas, DE, PARA e COM a juventude, com o objetivo de atender as demandas já previamente identificadas nas pesquisas realizadas.

A junção do Ministério de Educação e o Ministério do Meio Ambiente se configuram como o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental publicada em 1999, foi um passo para incorporação da temática ambiental nos debates da juventude. A instalação das Conferencias Nacional pelo Meio ambiente e a inserção do jovem como elemento propulsor para as comissões organizadoras das Conferencia Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente. As conferencias foram fundamentais para fomentar a inserção da categoria no cenário ambiental e foram

consideradas por parte dos entrevistados, como um mecanismo de peso para a garantia dessa participação.

Dentro da estratégia de mobilização para a organização das conferências foi à criação dos Coletivos Jovens de Meio ambiente antes chamado de Conselhos Jovens, que teve um papel fundamental para consolidação da inserção dos jovens de diversos movimentos na discussão ambiental. Outro aspecto importante foi a criação de uma Coordenação de Juventude e Meio Ambiente dentro do Ministério de Educação, iniciativa esta que consolida o espaço para um trabalho consistente e como um instrumento de participação popular.

Dentro da estrutura política foram criados instrumentos de participação popular e instalados espaços para aproximar mais a sociedade da gestão pública. Estes espaços tinham como desafios fomentar a cultura de participação, a criar um de espaço de participação política, de controle social e claro um espaço de elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas, tanto de juventude como de meio ambiente. Com isso, em todas as instâncias de governo foram também incentivados a instalação dos conselhos gestores para a participação da sociedade da gestão pública e claro que também na gestão ambiental.

Com a entrada do Governo Lula, 2003 o desafio maior era, contudo, inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista. Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas.

c) Ações Específicas

Como conseqüência do processo de mobilização e das mudanças nas estruturas políticas, outros mecanismos identificados pelos entrevistados para o engajamento da categoria juvenil nas políticas públicas e nesse caso especificamente nas políticas públicas de meio Ambiente, foram as ações específicas promovidas pelos órgãos gestores públicos. Então foram destacados como ações os seguintes: o Programa de Juventude e meio ambiente, os coletivos educadores, salas verdes, As agendas 21 locais e nas escolas, as redes de educação ambiental, as comissões interinstitucional de educação ambiental e o programa Vamos cuidar do Brasil com as escolas. Ainda que, houve um entrevistado que não tinha conhecimento de uma ação específica e mais sistemática com o foco juventude, mas se contradiz ao citar e reconhecer como mecanismos de mobilização as conferências e o Conselho Nacional de Juventude.

Como já comentamos anteriormente, o movimento de uma abertura democrática iniciada nos anos 80 teve em ascensão no país e em 2003 foi deflagrado processo de Conferências em vários setores com demandas da sociedade, como: pesca, saúde, educação, esporte, segurança alimentar e nutrição, dos povos indígenas, meio ambiente etc. O objetivos das conferências nada mais é do que constituir um grande mobilização nacional para que todos os segmentos da sociedade apresentem propostas sobre o determinado tema e consensuada e levada para o governo federal como diretrizes para a formulação das políticas, dos programas e ou dos planos de cada tema relacionado. Em outras palavras, as conferências nada mais é do que um espaço instituído, representado pelos segmentos da sociedade, de diálogo, de troca e, sobretudo de participação.

Como produto de um processo de mobilização, engajamento e ação das juventudes na área ambiental podem identificar como um marco, a realização da I Conferência

Nacional do Meio Ambiente, que teve o lema “Vamos Cuidar do Brasil” e incluiu a organização integrada da Conferência Infanto-juvenil durante o ano de 2003, sendo realizada em novembro do mesmo ano em Brasília. Para além de um evento, a Conferência significou um processo de mobilização e de organização de jovens em prol da questão sócio ambiental, envolvendo delegações de adolescentes entre onze e quinze anos, provenientes das escolas de Ensino Fundamental de todos os estados da união e do Distrito Federal.

O Programa Juventude e Meio Ambiente surgiu em 2005 como uma estratégia do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (MEC e MMA) para estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras. A concepção do Programa Juventude e Meio Ambiente procura ir além do conhecido jargão do ‘protagonismo juvenil’, criando espaços e oportunidades reais, e facilitando processos de reflexão sobre o papel dos seres humanos e das organizações no mundo atual.

É importante ressaltar, finalmente, uma crítica a essas estratégias de garantia de participação, não é preciso apenas fomentar a criação dos espaços e de mecanismos e sim consolidá-los, implementá-los e inseri-los dentro de uma estrutura de política, para que seja assegurada a visibilidade e execução dentro do estado brasileiro.

02 - Estratégias conceituais

a) Protagonismo Juvenil

Por todas as respostas dos entrevistados se nota que tem como plano de fundo e uma abordagem teórica baseada nos conceito do protagonismo juvenil. Todos os

mecanismos identificados para garantia da participação juvenil nas políticas públicas em geral no país, tomam como base a formação do olhar crítico, ver o jovem como o sujeito que pensa, se posiciona, discute e interfere nos processos, o jovem como sujeito social, formador de opiniões, capazes de discutir problemas específicos da realidade local, agentes multiplicadores de informações e outros, ou seja, o jovem como protagonista.

A atração da juventude pela democracia, pela participação nos processos políticos tem sido algo crescente nos últimos tempos, ressaltando o interesse pelo tema em diversos campos, isso é o que retrata uma pesquisa realizada em novembro de 2003 pelo Instituto pela Cidadania intitulada de “Perfil da Juventude Brasileira”. Sem dúvida, a sociedade moderna busca ampliar as possibilidades de integração social da juventude, principalmente através da sua participação gradual nos recursos culturais e processos decisórios, que caracterizam o regime democrático de governo. Isto passou a acontecer no Brasil nas últimas décadas, com a democratização do país iniciada nos anos 80 (KRISCHKE, 2004).

É depositada nesse jovem uma esperança de ação que vem dessa nova forma de compreender, viver e fazer a política. O protagonismo juvenil talvez seja a maneira da concretização de como exercer essa política, nas tomadas de decisões numa perspectiva de mudança.

Questão 02 - De que maneira, em sua opinião, a questão ambiental tem sido incorporada na vida cotidiana dos jovens?

Foram vários caminhos apontados como maneiras de que a questão ambiental está sendo inserida na vida dos jovens. Estes caminhos são os mais diversos começando

pela mídia, os meios de comunicação de massa (TV, Radio), internet, passando por processos educativos, por reflexões, discussões, questões em provas de concursos até o ativismo da sociedade. No entanto transmutar esses caminhos em uma vontade de agir e em uma potencia de ação, exige outros caminhos mais sofisticados que passa por processos mais sofisticados que passam pela reflexão crítica, pelo diálogo e pela organização. Destacamos assim três campos interpretativos e analíticos para essa questão:

1) Meios de comunicação

São os meios de comunicação as principais formas de acesso de inserção da temática ambiental na vida dos jovens, destacando a mídia. A mídia através dos meios de comunicação, televisão e radio principalmente, tem despertado um cuidado com o planeta terra, uma preocupação com o destino das futuras gerações, expondo a sociedade propagandas com os grandes problemas ambientais que tem afetado a população mundial, tais como: Mudanças climáticas, geração de resíduos sólidos, espécies em extinção e outros. A internet também vem contribuindo para o acesso a essas informações ambientais, tendo em vista a rapidez de chegada a essas informações e a facilidade cada dia maior de ter contato com essa ferramenta. Além disso, o jovem vem sido atraído pelo tema e assim vem incorporando de forma gradativa, porém tímida no seu dia-dia, tem sido bastante atrativo para o jovem. No entanto, as informações passadas tanto pela mídia, como pela internet muitas vezes são passadas de maneira superficial, errônea, e nada educativa. Segundo alguns respondentes dizem que: “Essa questão midiática é muito forte hoje em relação ao meio ambiente. E isso de alguma forma, mobiliza, preocupa chama atenção. Às

vezes atraindo de forma errada, não atrativa e não educativa, através até do pavor. Mas essa informação não leva um conhecimento maior”.

Outro ponto a ser destacado é que as informações que são passadas pelos meios de acesso a comunicação não são articuladas de forma que leve ao jovem a uma ação mais concreta ou a uma transformação da sua realidade. São informações que ficam na superficialidade, os jovens por sua vez não aprofundam esse conhecimento e não são transmutadas para uma ação articulada. Em outras palavras, as informações recebidas não passam por um processo de reflexão crítica, pelo diálogo e pela organização, não transmuda para um potencia de ação.

Muitas vezes a grande quantidade de informações recebidas, e isso é um privilegio dessa geração de jovens atual, não vem acompanhada do como fazer para se organizar ou se mobilizar em prol de mudança da realidade, e essa informação passa a ser catalítica gerando um pavor e conseqüentemente um suposta impotência de solucionar dos problemas ambientais que os afetam.

De acordo com Coelho & Costa-Pinto (2005), a potência de ação pressupõe uma atitude inconformista, pois busca a construção de caminhos de transformação da realidade com base na consciência sobre o que desejamos na percepção do outro como interlocutor para construção de tal transformação e no conhecimento das regras que regem os processos que se deseja modificar.

2) A relação homem-ambiente ou ambiente-homem

As alterações climáticas, efeito estufa e muitos outros problemas ambientais, são temas que vem afetando o mundo e têm cada vez mais chamado a atenção da sociedade e sendo incorporada na vida de todos. A transversalidade da temática

ambiental permite permear nos debates culturais, antropológicos, partindo de problemas globais para os problemas específicos. “Na medida em que a gente fala da desigualdade social, na medida em que a gente fala de educação que não atende as nossas necessidades, quando a gente fala do desemprego que é uma questão bastante importante no nosso país, quando a gente fala da questão da negritude no nosso estado da Bahia, agente está falando de questões ambientais. Então eu acho que é inegável que o jovem está afastado, pelo contrário, ele faz parte do que é a natureza e, portanto está até a alma no que seria essa questão ambiental.”

Para discutir esta questão temos que partir do entendimento do conceito, do que é meio ambiente e de que forma se dá essa relação homem-ambiente. Pensar a questão ambiental numa perspectiva apenas reducionista e naturalista que significa falar e bicho e planta, a gente pode dizer que o jovem urbano tem um distanciamento do que seria, portanto natureza e não se aproximaria do que se trata da questão ambiental. Agora quando falamos desde uma perspectiva de interação homem sociedade e partindo de um ponto de vista integrador, onde é o conjunto de elementos bióticos e abióticos, incluindo os seres humanos e suas manifestações, produções e construções. Visão esta que está mais próxima as concepções de uma educação ambiental crítica, emancipatória, política e que visa transformações culturais e sociais profundas (DEBONI & MELLO, 2006).

“Quando pensamos em meio ambiente numa perspectiva crítica que me parece mais apropriada se falar em questão ambiental, que seria pensar o meio ambiente como resultado dessa interação entre a sociedade e os elementos da natureza no sentido de constituir mesmo a cotidianidade, constituir a própria configuração da vida, será que isso se dá porque além de sermos seres humanos, somos sujeitos relacionais,

sujeitos historicamente determinados, qualquer um de nós e os jovens também estão mergulhados na questão ambiental até fio do cabelo.”

Para alguns respondentes, a relação homem e meio ambiente é intrínseca, não tem como separar as duas coisas. A questão ambiental está incorporada na vida de todos, talvez o que falta é a percepção de todos para isso. “Temos a tendência de fragmentar as coisas, de separar, portanto fica difícil visualizar que estamos nesse contexto”.

“A questão ambiental como ela abarca muitos temas, e ao mesmo tempo ela se insere em muitos temas, ou pelo menos deveria inserir em muitos temas, ela trás a tona as discussões das relações sociais e dos grupos sociais e quando chega ao grupo da juventude isso toma corpo. Então eu acho que a questão ambiental na medida em que ela vira claramente socioambiental, ela chega a muitos grupos e conseqüentemente chega à juventude também. Um segmento meio difuso que inclui outras juventudes, mas que tem um recorte específico.”

3) Responsabilidade intergeracional

A questão ambiental tem sido debatida na sociedade brasileira e mundial, no entanto ainda considerada de uma maneira muito tímida, já sendo inserida no discurso, mas pouco nas praticas.

A sociedade vem pouco a pouco despertando para a necessidade de agir diante dessa realidade, pois caso contrário, não conseguirá viver aqui nesse planeta e com isso a juventude também desperta para buscar as soluções possíveis de sobrevivência.

Mas são pelo ativismo da sociedade civil, os fomentos aos debates, as discussões, a criação de fóruns e etc que o tema vem ganhando espaço e sem duvida envolvendo a juventude também.

A partir da década de 80 e 90 a juventude atual que são os filhos dessa década, que nasceram no início da crise ambiental e tendo o privilégio de receber muitas informações relacionadas a essas mudanças mundiais, no entanto eram mais informações e menos estimulação. Ao mesmo tempo em que tem muitas informações não sabem o que fazer com ela. “A informação não vem acompanhada de como se organizar na sua cidade, de como fazer a diferença. Uma geração que está sujeita as técnicas mercadológicas, mais informação e menos estimulação. O mundo vai acabar e aí?” De uns tempos pra cá em função vem se notando iniciativas que estão tendendo para ações e menos para formulações, e estratégias que possam passar de uma geração para outra para construir ao longo do tempo sociedades mais sustentáveis. Ao mesmo tempo em que temos uma geração estabelecida que esteja nas lideranças da sociedade, nas empresas, nos governos que tem uma responsabilidade de construir as bases conceituais, as gerações mais jovens tem a obrigação de mostrar como se transforma, ou seja, tem uma responsabilidade intergeracional. Esta geração frutos dos anos 80 e 90, já dizem a muitos tempos que as coisas não podem ser assim, que precisam mudar, já possui bastantes informações, mas ainda emperram no como fazer.

“Uma geração que tem a função de fazerem essa transição e as gerações mais jovens que tem a função de mostrar como”. Então uma geração com responsabilidade de mostrar essa política e outra que a responsabilidade de mostrar o “como”.

Apesar de ser um tema que tem atraído à atenção do jovem e ele tem atuado, participado nessa área, mas ainda não é uma discussão que amplia na perspectiva da sustentabilidade, no próprio questionamento do sistema econômico, por exemplo, que é o responsável por toda a degradação ambiental e humana na atualidade. “A discussão ainda não está nesse nível de reflexão, mas de qualquer jeito todas as ações que agente vem implementando, já tem muito tempo que tem trabalhado com EA e a gente percebe que quando o jovem está envolvido nas ações, ações de mobilização, de discussão esse é um tema que mobiliza muito o jovem.”

4) Estruturas políticas

As estruturas políticas, ou seja, os espaços de participação que foram construídos para elaboração e implementação da política pública de Educação Ambiental no país, é observado como ponta pé inicial para o envolvimento da juventude em torno da questão ambiental. Assim destacam-se como instrumentos importantes para avançar nos debates e reflexões sobre a temática ambiental, as CIEAS, as conferências, os conselhos gestores, Conselho Nacional da Juventude, ou seja, espaços sociais e políticos que se configuraram importantes a esta inserção. Também foi destacada a responsabilidade dos órgãos centrais de governo, seja em diferentes escalas, de está incorporando e ampliando em suas ações ao debate ambiental. Foi também observado o papel importante da Secretaria de Educação do estado da Bahia, que fortaleceu no momento em que começa a implementar a Política Nacional de Educação Ambiental na escola, estimulando tanto professor quanto ao aluno a trabalhar como tema. No entanto, se sabe que isso não está totalmente instituída dentro da escola, mas é um espaço de construção com um

potencial bastante propulsor. O exemplo da participação de milhares de escolas realizando conferências e implementando as COM-VIDAS. A CIEA-BA foi um avanço ter um assento para juventude para favorecer essa inserção e o engajamento da categoria nas discussões de uma política de educação ambiental para o estado.

Também a Conferencia de Juventude espaço de discussão das políticas públicas DE, PARA e COM a Juventude, dentre as questões pautadas a questão ambiental foi a 4ª mais importante classificada pelas representações de juventudes que estavam ali presentes, o que demonstra não só atração do jovem pelo tema, mas a transversalidade inerente a essas questões e que permite transcender a outros espaços de juventude que tratam de outras questões.

Outro espaço muito interessante que tem o seu destaque pela dimensão que tem tomado é a REJUMA (Rede de Juventude pelo Meio Ambiente) é considerado como um espaço de uma discussão bem mais segura e numa perspectiva mais ampla do debate, que transcende outras juventudes e alcança uma dimensão sócio ambiental. Também se observa as ONGs como entidades importantes para incorporar a questão ambiental na vida do jovem por meio dos seus projetos que sempre atingem essa categoria, seja nos espaços formais ou não formais relacionadas com educação e formação de cidadão.

5) Escola

Muitos dos respondentes ver a escola como um meio mais adequado para incorporação da temática nos jovens, levando em consideração toda sua complexidade, a abrangência e amplitude e sendo a escola um espaço de formação onde os processos formativos poderiam alcançar a transversalidade que a natureza ambiental permite. No entanto, a realidade não é assim. A escola ainda não é onde

está inserida a questão ambiental no seu projeto político pedagógico, ainda em sua maioria segue abordando o meio ambiente de maneira pontual e em projetos momentâneos. As escolas têm dificuldades de implementar por dificuldades econômicas, ou que não tem condições dentro da estrutura física ou de outra ordem. Também um pouco do que falamos anteriormente, os alunos, jovens com acesso a informação pelos diversos meios de comunicação, sobretudo a mídia, mas isso não é aprofundado, nem tampouco há um estímulo por parte dos professores para que isso aconteça. “Os professores também não têm esse conhecimento pra estar realizando em sala de aula um trabalho crítico em EA, então fica sempre na superficialidade, não existe uma discussão que leve a uma mudança de comportamento.”

O governo federal com o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as escolas estimulou as escolas realizarem as conferências de meio ambiente escolares e a implantação das COM-VIDAS, que são propostas que estão dentro de uma perspectiva política e sócio ambiental da Educação Ambiental. Muitas escolas aderiram ao programa que também teve nas suas ações, não só atividades para os alunos, mas também para os professores. Apesar desse esforço, ainda é precária a forma de abordagem das questões ambientais nas escolas brasileiras. Os professores não têm formação sobre o tema e muitas vezes acabam por multiplicar o que é divulgado pela mídia. Apesar de existirem muitos grupos espalhados no país que discutem e pesquisam sobre as questões ambientais, isto não se reflete de forma qualificada nas escolas. Na maioria das escolas do país ainda existe uma cultura de realizar trabalhos pontuais sobre meio ambiente, não tratando o tema de forma transversal.

“Eu gostaria poder responder que seria nas escolas, na educação, por exemplo, um exercício bom de cidadania ambiental, ou de responsabilidade do espaço que você vive expressão de cidadania, de civismo. Mas eu não acho. Não acho que esteja na educação formal.”

As conferências de meio ambiente nas escolas são um avanço na política educacional, além das Comissões de meio ambiente e qualidade de vida nas escolas-Com-Vidas. “Mas esta ainda é uma política pública que chega a poucas escolas de forma realmente não qualificada. Apesar de termos um grande número de escolas que realizam conferências de meio ambiente escolar, sabemos que a qualidade em que os temas são trabalhados com os estudantes está aquém do que precisamos para formar cidadãos participantes e críticos perante os conflitos ambientais brasileiros. Ainda precisamos qualificar a inserção da educação ambiental no currículo escolar e universitário no Brasil.”

Questão 03 - Os espaços coletivos de participação juvenil são considerados estruturas potencialmente educadoras onde todos os sujeitos são participantes e executores dos processos de reflexão e ação, tomando as decisões coletivamente sobre um determinado tema. Qual sua opinião com relação a essa afirmação?

Reconhecer os espaços de participação como estrutura potencialmente educadora, é o desafio ainda a ser alcançado no processo democrático do país. Estamos ainda engatinhando e aprendendo a participar. Não temos na nossa história a cultura de participação de uma forma, dialógica, legítima e incorporada na gestão pública. Estamos aprendendo e ainda há muito que caminhar e desafios a vencer. É notório

que há um avanço bastante significativo nos processos decisórios da gestão pública do país, no entanto há uma diversidade e complexidade subjetiva que trata de uma mudança de paradigma e isso requer tempo e muito aprendizado. Para os respondentes, não há dúvidas que os espaços de participação sejam espaços onde se desenvolve um processo educativo, de reflexão e ação, onde os participantes aprendem participando e ensinam participando, num intercâmbio mútuo de saberes e conhecimentos. Entretanto, há desafios a serem superados.

Assim, podemos observar dois campos interpretativos analíticos:

1) Potencial Educador

Muitas das respostas para essa questão foram positivas, mas longe de serem conclusivas, pois sempre estava acompanhada de alguma crítica que qualificava a resposta e nos indica que há muito que considerar e avançar para que a hipótese seja confirmada. Reconhecer nos espaços o potencial educador, isso sim está explícita na maioria das respostas, no entanto fazem consideração com relação à efetividade dessa afirmação.

Estes espaços são criados com essa intenção, mas ainda é um enunciado de um desejo, de um objetivo, um sonho. “Bonito no discurso, porém pouco acontecendo na realidade.”

Nem todos os espaços criados conseguem atingir este objetivo. Nem todas as estruturas de participação juvenil são educativas, ou não são percebidos dessa forma. Isso se dá por vários motivos dentre eles podemos destacar a participação ainda tímida da categoria nesses espaços. E muito do destino deste espaço se dará em função da atuação dos atores sociais, desses sujeitos. Entretanto, se reconhece que aqueles que participam estes sim fazem deste espaço e constrói um espaço

educativo sim conseguem transformar a realidade. Mas não adianta pregar pros convertidos disse um respondente. “Esses espaços já reúnem aqueles que já atraem aqueles que já trazem uma tendência pra isso e às vezes não dialoga com a maioria da população, então o grande desafio é conversar com cada um fale da sua língua até que todos consigam falar numa mesma língua. O interessante que é uma grande diversidade de pessoas e que agregam outras por uma coisa comum.”

Para aqueles que se sensibilizam e participam dos coletivos é notória a mudança de comportamento desse jovem. O amadurecimento adquirido pelos jovens que participam dos coletivos é vista na medida em que assumem novos desafios. É possível enxergar uma transformação no processo aprender participando, seria colocar a práxis de uma educação transformadora.

Então essas pessoas fazem desses espaços sim, espaço de construção, de educação, de reformulação de política pública de ação de reflexão, em termos dos assuntos mais corriqueiros de Meio ambiente, seja eles aqueles de reflexão pro futuro, preparação para uma conferencia de Meio ambiente, preparação para algum encontro. Eu acredito que os espaços vão continuar existindo, mas acredito muito mais nas pessoas. Acho que a quantidade de jovens que continuam tentando uma estratégia de mudanças tem um perfil para isso, independente dos espaços eles vão estar sempre inquietos. Querendo mudar querendo propor, querendo ver à coisa um pouco diferente e de uma forma mais disponibilizada.

Também é observado que dos poucos jovens que participam desses movimentos, desses coletivos, são sensíveis em sua grande maioria por sua história de vida, seja ela por uma herança de cidadania familiar ou aqueles que estão envolvidos no ensino publico universitário. “Eu gostaria que fosse algo mais em massa. Acho que já teve um tempo de caminhada desses lideres, e que são lideres que fizeram um

trabalho muito bem feito. Já poderiam ser seguidos por outros jovens sem nomes. Acho que ainda está muito ligado ao ímpeto e a ideologia de jovens que tem nomes. Ainda não está transversal, restrito, não diria jamais elitizado. Mais no gueto. Eu gostaria de ver mais em massa. Pelo menos a juventude que eu vejo de classe econômica mais alta, de escolas formais, não conhece esse movimento e quando você vai explicar parece uma ficção científica.” É um processo de conquista constante. O envolvimento desses sujeitos está relacionado com diversos fatores que se interagem e se conectam ao longo da sua trajetória de vida não deixando de compreender a singularidade do indivíduo. Essa singularidade é entendida como uma interação de fatores de ordem biológico, cultural, histórica que se desenvolvem ao longo da vida de cada pessoa, de acordo com suas experiências, com especial atenção para o valor do contato com o outro, ou seja, para o convívio social. Na sua relação com a cultura, o indivíduo faz uso da linguagem e das mediações simbólicas em um processo de desenvolvimento psíquico que articula o seu aprendizado e a sua intervenção na realidade. Tem-se, assim, uma relação dialética em que a cultura e o homem se afetam mutuamente, tendo a linguagem enquanto mediadora das relações sociais e da própria organização do pensamento (GONÇALVES,2010).

“Por outro lado não se pode esquecer que vivemos em uma sociedade de classes, com perversas desigualdades sociais, onde mais de 60% dos jovens vivem em família com rendimento familiar abaixo de três salários mínimos, então protagonismo juvenil sem recursos é retórica solta, justifica a não participação do jovem brasileiro”. Outra questão bastante relevante é o espaço como via de mão dupla, ou seja, como aprendizagem mútua. Os jovens educam estes espaços, o sistema político e o sistema político educam muito os jovens. E isso é cada vez mais forte essa troca de saberes, fazer aprendendo e aprender com o outro, não só como discurso, mas

também na prática. Ou melhor, o espaço dentro de uma perspectiva pedagógica, na medida em que se constroem processos democráticos, dialógicos, reflexivos e de ação no cotidiano destes coletivos. Ele passa a ser pedagógico na medida em que a juventude passa entender o coletivo como o espaço de participação política, e é pedagógico na medida em que apresenta um desafio com relação ao diálogo com o poder público. E daí entra na esfera da negociação dos conflitos, põem estes espaços também como espaços de explicitação de conflitos, onde vão ser expostos pontos de vistas dos diversos segmentos, divergências e com diversos interesses conflitantes para pactuar na perspectiva da superação desses problemas ambientais. Esses espaços foram idealizados para abarcar os princípios que regem a Educação ambiental, que trata de uma dimensão crítica, popular, emancipatória, libertária e transformadora e são esses espaços que são capazes de estimular as pessoas desejarem realizar ações conjuntas em prol da coletividade e reconhecerem a necessidade de se educarem neste sentido.

Outro ponto relevante observado nas respostas é reconhecer o espaço coletivo ou espaço de participação como evento dentro do espaço formal de ensino, por exemplo. Seria realmente espaços educadores se permitissem que os jovens participassem de forma efetiva e que os debates construídos saíssem das esferas de discussão para prática nos espaços coletivo e cotidiano desses jovens. “As conferências, assim como a escola ainda é um evento, que muitas vezes pode ser apenas legitimador de “governo” caso essa não consiga auxiliar os espaços de vivência desses jovens a adotar ações e construções coletivas, de participação do jovem e para o alcance da sustentabilidade.” Conferência foi reconhecida um espaço onde floresceu jovens com um potencial argumentação, um processo muito enriquecedor e onde é visto a eficiência de um espaço educativo.

Também foram apontados ações previstas dentro da implementação da PNEA, como instalação das salas verdes, por exemplo, um espaço a princípio formal que tinha uma idéia de estabelecer uma interação com a sociedade, fazendo desse local não só um lugar de trocas de informações e sim um canal de participação, mas que, no entanto não funciona como tal, não foi alcançado o objetivo. “Estes espaços não têm funcionalidade”, segundo o respondente.

De acordo com Matarezi (2005), considerar que todo o espaço ou estruturas traz em si características educativas, mas não necessariamente se constitui num espaço e/ou estrutura educadora, é preciso haver intencionalidade, ou seja, intenção a propiciar-se aprendizagem aos nossos interlocutores.

E isso requer uma maturidade foram às escolas que realizaram conferencias ou que instalaram as COM-Vidas não enxergam

2) Desafios

Foram observadas nas respostas que muitas críticas foram feitas em relação à questão, pois em sua maioria pensam que estes espaços ainda não funcionam como se pensou inicialmente, ou seja, ainda não está implantado nos coletivos como um espaço de ensino e aprendizagem por diversos motivos discutidos no item anterior. Mas, no entanto, foram apontadas e recomendadas algumas sugestões ou pelo menos qual seria o desejo para a construção desses espaços, os quais denominados de desafios a serem enfrentados por estes coletivos para que os espaços se tornem de fato educativos. Assim, podemos observar alguns dos pontos mais importantes e que merecem algumas reflexões, tais como podemos destacar: A cultura de participação, a legitimidade e a representatividade.

A cultura de participação, ou seja, o exercício de usufruir dos direitos e assumir os deveres como cidadão. A participação política para a sociedade brasileira ainda é um evento recente tendo em vista, o recente processo de democratização do estado brasileiro a partir da década de 90, que se caracteriza por um movimento muito intenso de forças sociais que se engajam em práticas que demandam participação.

No início da década de 1980, no Brasil e na América Latina, a partir da volta da vigência das instituições democráticas formais básicas, o avanço do processo de construção democrática contribui para fortalecer uma visão sobre construção de cidadania e participação, que assumem um papel estratégico na compreensão da formação de novas identidades no contexto societal, assim como da emergência de novas formas de ação coletivas e de aprendizagem política numa perspectiva emancipatória (JACOBI, 2005 p 231).

“Eu acho esses espaços fundamentais não só por trazer o jovem a discussão política, fomentar o debate político, mas por incrementar intensificar a democracia em si, a participação popular na concretização da democracia no país. A democracia foi instalada depois da ditadura militar em 88 e 89 e então agente ver que ela vai amadurecendo, vai se constituindo cada vez mais e esses espaços são fundamentais para isso.”

Então, “é uma mudança paradigmática, que vai levar um tempo ainda para agente absorver isso, uma mudança cultural. Então tem uma coisa aí que vai da veia epistemológica a mudança de atitude, de comportamento”.

“A questão ambiental que a gente trabalha tem toda que quebrar muito a cabeça para entendê-la. Você tem que pesar seu papel no mundo, você tem que pensar na sua responsabilidade, é uma coisa profundamente filosófica, e assim não é toda a população Brasileira não está acostumada com esse alto grau de reflexão. Você

mexer nisso, mexe com muita coisa, e é exatamente por isso que existe este estigma do muito filosófico eu quero mais é ação”.

Sem dúvida, a sociedade moderna busca ampliar as possibilidades de integração social da juventude, principalmente através da sua participação gradual nos recursos culturais e processos decisórios. Para isso são criados estes espaços públicos que representa o principal instrumento de melhoria da vida democrática através da ampliação da presença de atores sociais que representam a diversidade e heterogeneidade da nossa sociedade.

“A ocupação do espaço público é parte da democracia que deve ir além do representativo, para o participativo e deliberativo. Mas no caso da juventude em políticas sociais o processo é recente e há complicadores como viés adultocrático e falta de disponibilização de recursos, capital cultural e social para os jovens poderem exercer de fato tal participação”.

Com essa não cultura de participação, esses espaços ficam sujeitos a tendências de interesse individual e não coletivo e transformar um espaço de participação em espaço de manipulação do poder público ou qualquer poder que esteja com os interesses postos. Por isso, sem sombra de dúvidas outro desafio a ser enfrentado por estes espaços para se tornarem educativos, será o cuidado em não tornar espaços de legitimação de interesses de um grupo específico e não de um bem coletivo. “A gente tem que tomar cuidado, porque muitas vezes esses espaços são criados para estimular uma falsa participação, ou seja, para tentar manipular. Então é importante termos uma consciência crítica em relação aquele espaço que participa, para não servir de objeto de manipulação”.

“Para a formação de uma cidadania baseada na participação para a construção de uma sociedade mais justa com a humanidade e todas as formas de vida, deve-se

sempre estar atento aos processos de adormecimento o de acomodação dos ideais do grupo, o que exige a capacidade de estar atentos às mudanças que se passam nos contextos de atuação, o que demanda posturas pró-ativas e de busca de esclarecimentos para a atuação nos espaços coletivos.”

Ou também estes espaços, podem ser utilizados como mecanismos de manobras políticas do poder local e muitos dos espaços são tomados com eventos isolados como analisamos anteriormente. “As conferências, assim como a escola ainda é um evento, que muitas vezes pode ser apenas legitimador de “governo” caso essa não consiga auxiliar os espaços de vivência desses jovens a adotar ações e construções coletivas, de participação do jovem e para o alcance da sustentabilidade. Por exemplo, como construir ações nas escolas para que as propostas construídas pelos jovens na conferência infanto juvenil sejam postas em práticas? Qual compromisso assumido por essas escolas ao levarem seus delegados as conferências?”.

Também os espaços são vistos como espaços de explicitação dos conflitos, em processos democráticos dialógicos onde vão ser colocados diversos interesses conflitivos e que ali precisa ser pactuados na perspectiva da superação dos problemas apresentados. Um espaço de pratica dialética. “Um aprende com o outro, um traz uma informação de uma região, outro trás de outra, e isso vai levando ao conhecimento comum. Esse debate das idéias ele não só fortalece a democracia como também dissemina o conhecimento, nessas questões de políticas públicas principalmente.”

A diversidade que encontra nesses espaços é cada vez maior. Há um processo de conquista desses colegiados por categorias diversas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas e outros. Entretanto, outro papel desafiador a ser enfrentado por estes espaços é a igualdade de condições nas discussões e ai talvez entre o

importante papel da educação ambiental e dos meios de comunicação para superar essas dificuldades. Esta questão também pode se relacionar com o papel da representatividade, o exercício de representar um coletivo, tarefa esta que consideramos que ainda não temos prática e maturidade para exercer como deveríamos. A representação dentro de um colegiado ou coletivo ainda está no âmbito da representação individual de uma categoria. Ou seja, exercício de representação ainda é um obstáculo a ser superado e a ser incorporado no cotidiano da nossa sociedade. Muitos vícios, costumes e tradições muitas vezes equivocadas, devem ser mudados comportamentos e atitudes e uma mudança de uma lógica de gestão pública. Precisamos aprender como se faz isso, como não temos a cultura de participação e nem tampouco sabemos representar um coletivo. “Agora é importante dizer que ele não pode estar lá, quem está lá nesses espaços não representa o seu segmento. Porque ele não é pautado pelo seu segmento e ele não retorna para o seu segmento. Ele está lá representando ele próprio. É preciso que a gente não perca de vista o fortalecimento dos espaços que se legitima, que se discute, para que quando eles se apropriem no espaço esteja verdadeiramente representando os interesses e as percepções da sua categoria.”

“A gente conta diferentes representações aqui no estado, com lideranças, entidades que trabalham com meio ambiente, políticas públicas, comunidades tradicionais, mas eu ainda vejo uma falta de maturidade desse entendimento da CIEA, ela tem quanto à atribuição principal, responsabilidade. Eu acho que tem que haver um trabalho de formação mais aprofundado para essas representações. Eu canso de dizer que há uma necessidade muito grande de fazer um aprofundamento sobre o papel de cada um dentro da CIEA.”

Agora é importante dizer que essa atribuição deve estar fundamentada no processo de formação para que as pessoas entendam as possibilidades dela enquanto participante deste espaço.

De acordo com Matarezi (2005), fica evidente que os esforços para inserção da Educação Ambiental, em todos os níveis e esferas da sociedade, devem ocorrer também na perspectiva de que os *espaços e/ou estruturas*, com as quais convivemos e interagimos cotidianamente, sejam dotados de características educadoras e emancipatórias, que contenham em si o potencial de provocar descobertas e reflexões, individuais e coletivas simultaneamente, a exemplo do poder provocador e até transformador de uma *obra de arte*. Mas, reconhecendo os múltiplos espaços de convívio e de contato com a cultura e percebendo a relevância da qualidade das experiências de vidas na formação do sujeito, a promoção das políticas públicas deve estar atenta para a ampliação das oportunidades de acesso aos processos de interação sociocultural, que não se limitam aos espaços escolares. Particularmente, dentro do campo do ambientalismo, os fóruns nacionais de educação ambiental, os simpósios, encontros e conferências, bem como as redes, são espaços de intensa troca e diálogo, verdadeiros alicerces para articulação de atores e, também, para a formação prática e teórica dos educadores ambientais (GONÇALVES, 2010).

Questão 04

A questão 04 se refere à avaliação da participação da juventude nas políticas públicas agora especificamente a de Educação Ambiental e nesse caso tratamos de

falar do espaço legítimo para elaboração e implementação dessa política, tanto a nível nacional dentro do órgão gestor, como em nível estadual dentro da CIEA, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. Para fazer essa avaliação e destacar os aspectos importantes a serem discutidos vamos dividir em dois campos interpretativos e analíticos.

1) Avaliação (potencialidades e debilidades)

Diante das respostas verificamos que grande parte dos respondentes vê a participação da juventude em espaços de elaboração e implementação de políticas públicas de meio ambiente, especificamente educação ambiental, de maneira positiva, um passo inicial importante, mas que precisa ser progressivamente qualificado e ampliado, tanto no sentido de abrigar novas juventudes, como no de trazê-las para outras esferas de formulação e implementação de políticas públicas. Os espaços estão sendo ocupados e tem se fortalecido nos últimos tempos. Muitos destes espaços estão sendo abertos pela iniciativa dos próprios jovens que se apropriam desse espaço e é extremamente educador na participação política destes jovens. Uma das razões atribuída a uma forma de trabalhar inovadora, uma maneira de trabalhar em coletivo, em rede sempre se lembrando dos princípios do Paulo Freire, de formar esses nichos de formação, “de energia de participação, esse conceito emancipatório que a base da nossa Educação Ambiental, que fez jovens autônomos.” O fortalecimento desses espaços se deve as iniciativas do governo federal com as conferencias de meio ambiente, conferencia nacional de Juventude, conjugado com o fortalecimento dos coletivos jovens de meio ambiente, tem proporcionado uma base de subsídios importantes para a elaboração de políticas

públicas para área de meio ambiente. No sentido de reconhecer o grande esforço feito por parte do Governo Federal para catalizar jovens e organizações para articular um movimento nacional de Juventude e Meio Ambiente. “Este processo é considerado sociologicamente paradoxal, pois um governo promove uma grande articulação social intencionado em formar redes, movimento de juventude e meio ambiente.” Já haviam iniciativas isoladas na sociedade, mas estavam dispersas e desarticuladas.

Observa-se uma disposição grande por parte da gestão pública atual de abertura de espaços de participação juvenil em outra política gerida pelo Ministério do Meio ambiente, por exemplo, numa perspectiva de que a participação da categoria potencializa as diversas políticas. “Outras políticas promovidas pelo MMA, através da metodologia, a participação da sociedade civil, tem como objetivo o desenvolvimento local, onde os jovens podem estar expressando seus anseios, pensamentos e experiências adquiridas nessa caminhada pela sustentabilidade”.

Reconhecer os espaços como espaço construído onde o jovem pensa na sua formação, na sua vida, na sua relação com o meio, na sua relação com indivíduo, na estrutura que compõe aquele espaço, o jovem veste camisa se empodera e se sente feliz de participar junto. “Esses espaços são extremamente positivos centrando nos jovens, porque eles se tornam sujeitos no sentido real da palavra. Ele interfere, ele opina, ele reage e ele age. Eu acho isso muito bom.”

Para outro respondente, houve um avanço significativo na participação dos jovens, no entanto estes espaços estão concentrados ainda nas cidades e nas capitais dos estados, no entanto já se percebem algumas iniciativas, ações de ampliação desses espaços. E graças a toda essa movimentação da sociedade que é destacado que a

Política Nacional de Educação Ambiental é muito mais da sociedade civil do que do governo, então a juventude tem mais espaço.

Por outro lado, há uma avaliação das debilidades desse movimento, pois ainda que houvesse um passo inicial para incentivar a participação nesse espaço ainda é considerada pequena diante da quantidade de jovem que temos no país. São poucos os jovens que discutem questão ambiental e a população pobre vai crescendo e entrando na marginalidade, por falta de políticas específicas e por falta de inserção desses jovens na sociedade. Um dos pontos a ser observado é o temor pela continuidade da mobilização iniciada e incentivada pelo governo federal. As iniciativas governamentais geraram certa dependência do movimento, o que gera uma contradição na sua autonomia.

Há outra preocupação com relação ao incentivo a criar gerações propositivas, com espaço, com informação, mas que peca na aplicação de tudo isto, que é a parte da aplicação da lei. Isso é um problema que acontece muito no Brasil na não efetividade das ações que se legitima para fazer de conta. Ou seja, “entendeu-se a política pública e está sendo entendida e sendo aplicado nas diversas formas sejam nos pontos de cultura, nos coletivos jovens, nas redes em todos os momentos. Fugiu do controle dos ministérios, está nas mãos dos jovens, agora esse respaldo é o que não está suficiente”.

Outro respondente observa que ainda muito tímida a participação da categoria nos espaços de elaboração e implementação de políticas públicas de educação ambiental, mas isso por uma timidez ainda na relação da sociedade civil com o poder pública nessas instancias de participação. Entretanto essa dificuldade de abertura de espaços depende do fortalecimento das instituições, segundo alguns entrevistados. “Se o poder público aposta na oportunidade de criar uma proposta de

uma política de juventude meio ambiente e dá a luz pra isso, a gente consegue pautar mais, construir mais relações que são fundamentais para o processo de articulação.”

Para outro, a participação da juventude perdeu fôlego com o enfraquecimento da Educação Ambiental dentro do ministério. Entende que é de fundamental importância, mas que ainda está “engatinhando.” “Por ser um programa oficial de governo enfrenta dificuldades imensuráveis. Algumas ações têm sido implementadas, mas até o momento o ganho que vejo é a própria participação em eventos e atividades oficiais”.

2) Desafios (debilidades)

Assim como a sociedade brasileira não está acostumada a participar de processos decisórios dentro da gestão pública, as próprias instituições logicamente também não estão preparadas estruturalmente para essa abertura. O tema da gestão social das políticas públicas no Brasil passou a ter mais relevância a partir da promulgação da Constituição de 1988, que legalmente promoveu um rompimento com a centralização das decisões e dos recursos no nível federal, por tanto tratasse de um assunto bastante recente onde ainda atualmente as estruturas políticas estão se organizando. Dessa maneira, um dos pontos apontado que dificulta a participação da juventude na política pública do país são as dificuldades institucionais. As Secretarias de Educação e de Meio ambiente, algumas delas tem pessoa que entendem a importância da participação da juventude nesses espaços e legitima esse processo, todavia não é a realidade de todo o país. Uma das dificuldades é que a pauta ambiental ela não é específica, ao contrario é uma pauta abrangente. “A

gente não está no movimento defendendo o direito da juventude pelo meio ambiente, a gente está lá para defender as responsabilidades com esse planeta.”

Dada à dificuldade e a cultura dessas instituições verticais muito hierarquizadas, a juventude consegue dá uma direcionada ou negar o que está sendo estabelecido pela Secretaria, escola, ONG e outros.

Outro ponto interessante a ser discutido é a dificuldade que o mundo adulto tem de se relacionar com o jovem. Há certa resistência, sobretudo dos antigos funcionários das instituições, que estão numa lógica ainda conservadora em trabalhar com uma nova forma de organização, com uma nova metodologia, ou seja, o medo natural daquilo que é novo que está fora do seu controle. “O mundo adulto ele tem que se abrir mais para a juventude. Até porque as tecnologias e os tempos estão mudando com tamanha rapidez, que o mundo adulto não assimila uma porção de coisas que os jovens estão lá na frente. Então está mais do que na hora das gerações dialogarem mais. Além do que o mundo adulto, por mais experiência que tenha, tem mais nuvens na visão, que própria experiência acaba trazendo. Olha as coisas com algum viés, algum clichê e os jovens trazem menos isso. Às vezes tem uma visão muito mais adiante que a voz da experiência. Não menosprezando a experiência, porque precisam escutar a experiência porque ajuda muito”.

Quando falamos de espaços de elaboração e implementação de políticas públicas de educação ambiental nos estados brasileiros, estamos falando de CIEA. A CIEA ela é considerada um espaço de constituição democrática, que as pessoas se reconhecem como educadores, como transformadores, reconhecem como espaço e a legitimidade dessa representação. No caso específico do estado da Bahia, a CIEA, foi um dos poucos estados brasileiros que logo permitiu um assento para a juventude dessa comissão. Foi uma conquista do coletivo jovem da Bahia,

especificamente o grupo pegada jovem, mas também o órgão gestor estadual entendia a relevância da participação dessa categoria.

Com isso, a entrada do jovem nessa comissão serviu de exemplo para que os outros estados também seguissem o caminhos, mas muitos, ou melhor, a grande maioria não conseguiu romper com o velho modelo hierárquico, vertical e conservador das instituições. Para a Bahia também está sendo um aprendizado, não temos dúvida disso, pois ao longo desses anos foi preciso desconstruir muitos dos vícios de trabalho de muitos anos, para inserir uma nova forma de trabalhar de perceber as coisas.

O fortalecimento das instituições será um passo para a abertura de espaços, segundo um entrevistando, pois será a maneira de executar o papel legal. “Eu acho que a gente começa há mudar um pouco esse quadro e perceber isso. Por exemplo, a participação da juventude na elaboração da política pública de meio ambiente do estado, ela começa a se consolidar mais agora. Com a clareza da situação. A gente na CIEA está claramente seguindo atribuição legal e vamos todos com o papel dos sujeitos de elaborar a política e o programa de EA do estado. Por outro lado no âmbito do conselho da Juventude, leva essa representação e permite que ela também seja discutida dentro desse outro espaço e com isso vai consolidando”.

Por outro lado, também percebemos que a representação da juventude dentro da CIEA, foi classificada com urbana. Uma vez que os jovens que ali estão representados são da cidade de Salvador. Ainda que estejam representantes de organizações não governamentais, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas que são jovens, mas o assento está sendo ocupado por um jovem do espaço urbano. E ainda faz a crítica de que esse jovem não é representativo da categoria de jovens da cidade de Salvador, são considerados urbanos e burgueses

e considera que não tem participação popular nesse espaço. Pois eles estão pautados em outra realidade que não é, por exemplo, da periferia de Salvador, muito menos no interior do estado. A linguagem é outra, assim como a realidade. O jovem do interior lida com questões ambientais relacionadas com a sua própria vida cotidiana, não é uma bandeira, nem uma luta pela causa. É a sua própria sobrevivência. Essa discrepância de realidades nos faz outra vez discutir a representatividade e suas nuances nesses espaços. Não há dúvida da relevância dessa iniciativa e que tenham jovens interessados, ainda que tratando de temas urbanos, mas isso não pode dizer que representam todas as demandas dos jovens de toda cidade de Salvador. “Esse movimento de Juventude e Meio ambiente não está mais estruturado nas cidades, não estão dialogando com outros jovens, como, por exemplo, jovens da periferia da cidade”. Também isso, nos dá conta da abrangência do movimento, que ainda é novo, com muito pouca inserção no interior do estado, mas que tem um potencial bastante interessante de ser tratado e motivado. Além do mais, o jovem que participa desses espaços são representantes de uma diversidade de juventude, que tem experiências diferentes, e formas diferentes de tratar a política pública. “Falar de juventude nesses espaços é falar de juventudes”. E nesse sentido também muitas vezes não há uma igualdade de condições nas discussões dentro do próprio espaço. Mas isso a idéia do espaço como potencial educador e a dinâmica do próprio espaço fazem com que essas diferenças ao passar do tempo se equilibrem.

“A participação do jovem como marcação do território”. Essa foi a idéia da inserção do jovem dentro desse espaço, segundo um entrevistando. “As lideranças participaram bem, foi fundamental para garantir o espaço e se posicionando. Ainda

que não entendesse ou não se aprofundasse do processo, ela dava um passo antes que era garantir o acento, garantir a participação.”

Por ultimo gostaríamos de destacar a falta de conhecimento, ou mesmo a falta de métodos para mensurar o grau de participação da juventude nas políticas públicas de Educação Ambiental. E isso vê mesmo dentro da universidade e de grupos de pesquisa que está envolvido de parâmetros técnicos mais de uma maneira direta ou indireta com o tema. O fato de ser um tema muito recente e com muitos caminhos a serem trilhados, ainda não se tem dados suficientes ou pesquisas acadêmicas que estabeleçam parâmetros técnicos definidos para mensurar a participação. Esse é uma das causas que nos motivou a pesquisar o tema de tamanho magnitude para a sociedade e a elaboração das políticas públicas específicas para o enfrentamento das questões ambientais. O fato que é notório que houve avanços bastante significativos no processo de democratização da gestão pública e, sobretudo no reconhecimento da juventude como categoria e na sua inserção no processo.

A integração do movimento juvenil com os programas do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (MMA e MEC) se perceber uma relação de mão dupla em que o governo investe na juventude e a juventude participa (coopera) com as ações do governo (situadas principalmente no âmbito do Programa Juventude e Meio Ambiente).

Questão 05 O que acha sobre o conceito do jovem como sujeito ecológico? Tendo em vista o grande interesse da juventude nos últimos anos pelas questões ambientais.

A questão ambiental surge, como uma causa com grande potencial de identificação e nova oportunidade para o engajamento político e social dos jovens no Brasil. A consciência ambiental ainda que difusa, parece está se disseminando entre os segmentos, ao menos como potencial motivação para a ação coletiva. Nesse contexto que emerge o conceito do jovem como sujeito ecológico, numa perspectiva de identidade do jovem que ingressa a esfera pública e que partilha de um projeto político emancipatório. Dessa forma, ao responder a esta questão, muitos dos entrevistados não conheciam o conceito, mas tinham uma idéia de que perspectiva estava falando, outros acham muito reducionista o conceito e acaba delimitando a categoria como gueto fora da sociedade e outros não responderam.

Com isso para analisar essa questão definimos os seguintes campos analíticos e interpretativos:

1) Complexidade

O termo sujeito ecológico causa dúvidas em relação a sua aplicação em função da diversidade de conceito que se pode estabelecer, pois trata de um sujeito que se debruça em uma realidade sócio-ambiental e isso não pode ser visto desde um ponto de vista cartesiano e sim em uma compreensão mais ampla da realidade. Com isso, foram observado alguns conceitos sobre o termo nas respostas dos entrevistados as quais podemos observar essa complexidade.

Primeiro o termo ecológico pode ser tomado no sentido restrito da palavra, o que não faz muito sentido para o contexto social que se coloca no sujeito, e o sentido mais amplo com o viés mais sócio-político. E como é um conceito não muito conhecido entre os entrevistados, mas que o fizeram refletir dentro de uma

perspectiva contemporânea da posição do jovem como sujeito de direito e como sujeito social.

Sujeito Ecológico numa perspectiva mais ampla e crítica, que não simplifica a realidade e sim a compreende dentro de várias problemáticas multidisciplinares da realidade. “Pensar em sujeito ecológico pra mim é pensar em sujeito relacional, sistêmico, complexo. Não fala de ecologia na visão unidirecional, determinista, então eu acho que é um sujeito que agrada bastante que cabe na discussão ambiental e na discussão de juventude e meio ambiente, porque a gente fala de sujeitos que estão em momentos de transformação pela própria constituição do seu sujeito, desenvolvimentos físicos, biológicos, políticas sociais, é uma explosão de coisas. E esse conceito dentro da categoria juventude permite inclusive que você comece uma discussão no momento chave de transformação. Porque a gente quando fala de juventude é no momento que tudo acolhe nos sujeitos e é uma possibilidade maior, a gente sabe que é um aprendizado maior nos adultos. Então é uma possibilidade interessante de você inserir essa vertente crítica transformadora e emancipatória da EA. Falar de sujeito ecológico e juventude é pensar nesse contexto de transformação e tentar juntar com questões outras que facilitam essa elaboração de conceitos. Falar de sujeito ecológico e juventude é pensar nesse contexto de transformação e tentar juntar com questões outras que facilitam essa elaboração de conceitos”.

Para os que acreditam no conceito e acha que é promissor pensando num processo educativo, como uma mola propulsora mais interessante para o movimento ambientalista. Essa geração tem uma percepção mais rápida da realidade, da modificação do ambiente, tem uma visão mais ampla. Ele já maduro o suficiente para ser responsável para as demandas sócio ambientais também, já que tem

maturidade para votar e também para cometer delitos. No entanto, ele não é suficiente maduro para ser moldados dentro de programas de governo, por exemplo, e para isso a presença das referencias, dos ícones na gestão pode deixá-los perdidos e não estão prontos para andarem sozinhos.

Para outro respondente ver o nesse conceito o potencial de mudanças, de transformação, dado a presença do jovem nas instâncias e nos espaços de participação. No entanto, essa participação ainda fica no campo da mobilização e ainda não atravessou o limite da ação propriamente dita. “Com o potencial de mudança eu concordo. Todas as vezes que os jovens participaram dessas ações, elas tomam outra conotação. Tomam uma dinâmica mais interessante. Tem uma alegria que entra no programa. E o jovem quando entra ele trás uma revigorada. E ele vai pra qualquer espaço. Ele não se sente tão condicionados as amarras sociais e faz a revolução. Isso ainda fica no plano da mobilização”.

Também o sujeito ecológico é visto como a condição do jovem como sujeito de direito, no reconhecimento dos pares ao reconhecimento de sua cidadania. E isso reflete outra perspectiva da complexidade do termo. Essa definição é muito complexa é muito maior do que as palavras que vou dizer aqui. Mas em resumo, eu acho que está relacionado à própria condição nossa enquanto sujeito, em quanto cidadão. Um pouco desse exercício da cidadania de cada um de nós, que a gente tem essa responsabilidade só por essa condição de cada um de nós, de ser cidadão. E enquanto cidadão a gente tem que participar das decisões, tem que reivindicar os nossos direitos e deveres que temos. Mas eu acho que a juventude se enxerga enquanto cidadão possível nessa modificação e nessa discussão de sustentabilidade que a gente vive atualmente. Ser sustentável de que maneira e em que condição. Então juventude busca se inserir nessa discussão de sustentabilidade

ambiental, tendendo que todas as discussões e as práticas só podem ser sustentáveis se agente de alguma forma faça com que os ciclos permaneçam que as coisas aconteçam. Então acima de tudo, essa condição de cidadão e sujeito ecológico nessa condição. De você participar das decisões, nas construções das ações, de igual pra igual com todo mundo, dentro da sua realidade, da sua posição, mas na igualdade de conteúdo, na igualdade da possibilidade de contribuir.

Os seres humanos são sujeitos ecológicos, mesmo aqueles que não se consideram. Partindo dessa idéia e de que o homem faz parte do meio ambiente, que não existe uma separação, somos todos seres ecológicos. Talvez só faça sentido fazer alguma separação para alguma ação específica como, por exemplo, de políticas públicas para a categoria juvenil. “ Todos nós somos seres ecológicos. Talvez possa auxiliar a nomenclatura do jovem como sujeito ecológico, num ponto de vista que você comece a pensar em políticas públicas mais direcionadas, menos amplas, mais focadas para ter um publico alvo mais delimitado. Mas eu acredito que pode está redundante ou simplista, mas pra mim não existe separação. Ser humano meio ambiente, mulher ecológica, jovem ecológico. A nomenclatura pode ajudar sim quando estamos querendo propor alguma coisa, em termos amplos. A esta tentando chegar num determinado público. Que publico seria esse? O jovem ecológico, então os projetos ou políticas públicas tem que ter um viés para que esse público seja abarcado e consiga corresponder as idéias “.

O jovem como sujeito social e não limitaria a sujeito ecológico, ampliaria sujeito ambiental. “O jovem como sujeito ambiental ou sujeito do ambiente. Porque a ecologia ela remete as relações entre seres, com esse ambiente em que vive. Mas a questão ambiental eu considero mais ampla, do que só o aspecto ecológico. Tem pessoas que consideram que a ecologia não foi fortemente acolhida na Educação

ambiental, não auxiliou esse processo, por conta dela não considerar o homem como um sujeito desse processo. E a EA considera tudo e todos. Então essa rede se amplia no conceito do jovem como sujeito ambiental do que especificamente ecológico, nada contra a ecologia. Mas nesse aspecto nessa visão e creio que ela restringe um pouco esse sujeito”.

A questão ambiental surge como uma causa com grande potencial de identificação e nova oportunidade para o engajamento social e político dos jovens e como um caminho de busca de novas formas de organizar e trabalhar em coletivo. No entanto, não é a questão ambiental o tema mais importante para o jovem em relação a outras demandas que sente a categoria. “Eu acho que é um segmento da sociedade que vem participando politicamente de vários processos, de luta, de embate político social, econômico. Então não limitaria o jovem a isso, ao jovem como sujeito ecológico. O mais importante do jovem hoje em dia é o emprego, porque é um segmento que está tendo dificuldades de se inserir do mercado de trabalho. E a outra é a segurança. É o grupo da população mais vitimado pela violência no país. Não só pela urbana mais rural. Acredito que é uma limitação muito grande você situa isso”.

O termo ecológico pode centrar-se em questões mais conservadoras ou em uma maneira mais ampla, que aborda todas as questões ambientais. A crítica ao conceito é feita pela redução à questão ambiental a uma visão ecossistêmica e isso não deve predominar. “Seria o ser humano situado nesse ecossistema que faz parte da teia da vida, mas numa condição em que se considerem também outras dimensões da existência humana que é o ser humano enquanto sujeito histórico, político, a cultura determinando a forma com se deve ser, relaciona com outros elementos ecossistêmicos”.

Então, em termos da terminologia é discutida um pouco a adequação desse termo, agora com certeza na perspectiva da visão de uma EA crítica, emancipatória é o que se espera não só do jovem, mas de qualquer sujeito histórico que faz parte da sociedade. Constituir esse sujeito.

2) Desconhecimento

Dentre os entrevistados há um desconhecimento sobre o conceito do termo, no entanto fazem uma reflexão em torno do conceito que é bastante pertinente a discussão do próprio sujeito.

A relação com o protagonismo juvenil – “Este Protagonismo Juvenil vem no sentido de se colocar enquanto uma alternativa pro Estado de pensar em outro modelo de encaminhamento, outro modelo de gestão, outro modelo de sociedade, como se fosse uma idéia de realmente ser um novo, com novos valores com uma nova perspectiva, e daí a juventude é o carro chefe pra isso. A questão ambiental é algo que é transversal ela faz parte do debate, é uma constância, então o debate de meio ambiente está completamente inserido no paradigma que a juventude traria para o desenvolvimento do estado e da sociedade, e aí o governo do estado aposta justamente nisso, nessa nova perspectiva, com novos valores e aí a questão ambiental faz parte desses novos valores”.

Ainda que não conheçam o que está por detrás do conceito pensam que é algo que deve ser incentivado, buscado e crêem ser uma tentativa de chamar o jovem a está participando. E há uma grande preocupação como isso está sendo motivado e passado para os jovens que não vire mera informação e sim uma mudança de comportamento de atitude, ou seja, com o processo educativo.

“Eu gostaria de entender mais o conceito para dar minha opinião. Eu acho que os conceitos acabam fragmentando um pouco, e o jovem não tem que ter interesse apenas na ecologia, ele tem que ser interessado em tantos outros temas. O jovem tem que discutir todo tipo de política para juventude como educação, saúde e outros. A questão ambiental é um todo, envolve questões sociais, econômicas, políticas...”. Alguns dos respondentes acham o termo bastante atrativo e interessante, pois ver nesse sujeito uma perspectiva futura de um desenvolvimento sustentável. Observam que esta categoria é mais vulnerável que outros cortes populacionais por um capitalismo selvagem que caracteriza o país e pelas utopias de tantos jovens por melhor qualidade de vida e mudanças mais estruturais, que só podem ser pautadas por convivência mais harmônica, não só com o eco eu, o eco nós e o eco planeta “.

3) Limite da categoria jovem

Ao destacar o jovem como sujeito ecológico, corre-se o risco de estereotipar, isolar da sociedade, o que faz parte da vida que é estar em contato com o meio em que vivemos. É um conceito que deve ser olhado com bastante cautela, pois há um receio de que se torne mais uma clã/grupo deslocado na multipluralidade da sociedade. Torna-se difícil compreender esse conceito associado somente ao jovem.

“As qualificações e valores que podemos dar a grupos específicos, podem ser categorizados para efeito de estudos, podem ter características específicas causando até o efeito de estereótipo. Acredito que a informação de que os jovens vem se interessando pelas questões ambientais nos últimos anos, por si só, não os caracteriza como sujeitos ecológicos”.

“Jovem como sujeito ecológico! Eu acho esquisito. Se a gente for pensar em sujeito ecológico todos os sujeitos devem ser ecológicos. Não só o jovem. Qualquer geração. Então acho meio esquisito, qualificar o jovem dessa forma, ele não pode ter essa diferenciação”. E isso não espera não só do jovem, mas de qualquer sujeito histórico que faz parte dessa sociedade.

Questão 06 A educação ambiental tem contribuído para a formação dos jovens? Como? (lacunas, demandas, perspectivas, anseios e potencialidades).

Ao falar de contribuição da educação ambiental para formação do jovem destacamos vários aspectos, que vão desde a implementação da política pública de EA, do espaço formal, do espaço não formal até o movimento político. Estes caminhos se destacaram nas entrevistas, que são como elementos orientativos para a inserção de uma nova concepção de uma educação ambiental, mais crítica, emancipatória, libertária, que sem dúvida amplia a visão de contexto, de território e de mundo e atrai a juventude para participação. Uma ação mais política, trazendo o sentido política da Hanna Arendt, que produz múltiplas possibilidades de ação, múltiplos espaços públicos a serem criados e redefinidos constantemente sem precisar de suporte institucional. Segundo Amorim (2005), esta potencialidade não é um privilegio, uma singularidade, mas um campo de criação de espaços públicos em que os sujeitos possam agir e começar experimentar algo novo.

Para a maioria dos entrevistados a EA têm sim desempenhado um papel importante na formação dos jovens, reconhecem a sua relevância e o diferencial que traz para a educação convencional trabalhar nessa perspectiva ambiental. Há processos

educadores e ambientalistas que têm contribuído para tanto, por meio da oportunidade que abrem para o questionamento, a reflexão, o diálogo e as ações – a práxis educadora. Promovem a organização e representação democrática, bem como o questionamento da mesma. No entanto, há muitas demandas a serem preenchidas, muitas lacunas e dificuldades a serem enfrentadas, e muitos campos a serem conquistados. “Talvez para muitos a EA é um política publica, pra outros é um linha de trabalho, de pesquisa que pode estar ajudando a formar opinião. Talvez tenha varias interpretações do que é a EA hoje.”

Em contrapartida, para uns respondentes o modelo de EA que vem sendo trabalhada, sobretudo nas escolas, se afasta dessa perspectiva crítica e prevalece uma visão de meio ambiente naturalista, reducionista e limitada e avaliam que não contribui para a formação desse jovem. O movimento político sim, este tem um potencial de contribuir para a formação do jovem. A participação política vem acompanhada de processos educativos e formativos dentro dos espaços que são em sua essência estruturas educadoras.

Dessa forma, chegamos aos seguintes campos interpretativos analíticos:

1) Política pública

A educação ambiental foi parcialmente apropriada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA–lei 9795/99) que em seu artigo primeiro define a educação ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Então a implementação

dessa política é que tem contribuído para a formação do jovem, por está fazendo “um esforço do enraizamento, um esforço de disseminação dessa idéia, de uma EA participativa, permanente, que envolve todos os segmentos”. E graças a implementação dessa política que nasceu o movimento de juventude e meio ambiente no Brasil. “Ele tomou várias outras formas, mas tem uma linha mestra que é esse tipo de Educação que se propaga e os jovens estão se agregando em torno disso. E com certeza, os momentos que o governo federal proporcionou para reunião, articulação e os momentos de formação, para construir metodologias de trabalho, de elaboração participativa, participação democrática, coisas desse tipo com certeza tem estimulado o nascimento desse movimento”.

Essa educação ambiental numa perspectiva mais crítica permite a inserção da juventude na discussão das políticas públicas, além de trazer o viés político da discussão ambiental. “EA mais crítica que permite isso, essa transversalidade pelas outras áreas, eu acho que ajuda muito a participação de outras juventudes, com, por exemplo, a inserção de um jovem que trata de temas como emprego e renda”.

“Eu acho que a EA tem um diferencial grande não sei se porque na EA tem muito jovem, a EA grita. Por pior que tenha os seus cenários tem uma voz, tem uma política publica.”

2) Espaço formal

A maioria da juventude brasileira não teve e ainda não tem contato com atividades de educação ambiental nos contextos da educação formal brasileira. As experiências de educação ambiental que tem sido ofertada pelas escolas ainda são muito pontuais e na maioria das vezes pouco embasadas em pesquisas ou

contextualizadas com as realidades das escolas. No entanto, os temas relacionados às questões ambientais vêm sendo cada vez mais abordados na mídia e nas instituições de ensino. É notável que as gerações que nasceram nas décadas de 80 e 90 têm mais acesso as informações referentes às questões ambientais do país, do que as gerações anteriores. Mas ainda está muito aquém do nível e da qualidade de informações que precisamos para uma real formação da cidadania da juventude brasileira. “Pra mim a EA tem de forma positiva, no cenário brasileiro, a questão de estar pautando assuntos ambientais para várias classes, principalmente juventude e principalmente a questão escolar.”

O contexto da educação formal, isso acaba não chegando ao jovem porque o professor que é o formador acaba não absorvendo isso. Então a necessidade da política de EA se entrelaçar com a política de educação tradicional, porque ainda é uma visão muito periférica de educação. Pois as atribuições do MEC estão restritas a escolas de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e a educação infantil fica de fora das ações do MEC. “Dessa forma acho muito difícil que a questão ambiental chegue às escolas, chegue aos jovens, chegue nessa formação, porque acho que ainda não temos um direcionamento em nível de políticas públicas de órgãos governamentais para um tipo de inserção mesmo de políticas. Muito complicado. Porque a gente acaba sempre vendo mesmo as coisas pontuais, por exemplo, as Com-Vidas elas chegam às escolas, mas elas não ficam. As conferências como você avalia que as escolas realizaram conferências. Não há uma avaliação, não há um acompanhamento. Então temos que ter muito cuidado com a educação ambiental que é uma coisa até mais recente, da gente tentar cortar esse mal pela raiz. Por que de uma forma geral na educação as políticas são soltas e não tem nenhum tipo de acompanhamento”.

No âmbito formal outro ponto importante é a formação de professores onde há uma lacuna muito grande entre as realidades da escola e a realidade do jovem. Há um distanciamento entre os subsídios teóricos metodológicos e a atuação do professor na escola. “A escola é violenta, os alunos são violentos não tem respeito, e ainda que você tente trabalhar essa relação ser humana-natureza com as múltiplas dimensões, a verdade é que as condições de funcionamento da escola às vezes terminam por emperrar esse processo, mas na medida em que o professor se envolve que de fato a escola dá algum suporte, as coisas acontecem”.

A distancia entre as realidades da escola e do aluno marcam um desafio da EA de desenvolver, por exemplo, a identidade, a identidade do local e a conexão das pessoas que vivem nesse local, o resgate da sua história, da sua cultura, do seu espaço. “O ser humano tem que se sentir situado no espaço que ele faz parte. Se ele não se sente situado é difícil avançar no sentido de outras ações. Porque o que agente está percebendo nessa sociedade do conhecimento da informação é que esse conhecimento só não basta. É preciso ter um desenvolvimento de valores, de atitudes de posturas, de outra ética. Outra forma de olhar, de se relacionar com o outro, o outro inclusive no sentido de outros seres vivos e que estão conosco nesse planeta. Então essa outra visão é que às vezes dificulta que os jovens sejam protagonistas com tanta ênfase”.

3) Espaço não formal

A educação não formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência. De acordo com Gohn (2005), o primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto

cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para compreensão dos interesses, do meio social e da natureza que o cerca, por meio das atividades grupais. O segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio das habilidades de aprendizagem. O terceiro aprendizagem e exercícios de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos e o quarto é a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Os espaços não formais são onde tem sido o palco de toda a formação desse jovem no campo da educação ambiental. É nos espaços de participação que se constroem os processos de ensino e aprendizagem, uma formação pela participação/ação. Com essa reflexão, se observa nas respostas que há um reconhecimento dessa contribuição da EA na formação do jovem, sobretudo pela participação dos mesmos nesses espaços. “Sim acho que faz parte no processo de formação de todos esses jovens. Está no currículo deles. Se eles incluíram participação em conferências, encontros em educação ambiental, coletivo jovem é porque faz parte. Faz parte porque todos são auto de data, não precisa da academia, são criticados por isso são, mas não necessariamente necessitam da academia”. Para o respondente processo educativo surge a partir da participação, ou seja, o processo de aprendizagem vem acompanhado.

O movimento político também foi destacado como quem realmente contribui com a formação do jovem e como uma maneira que indissociável do processo educativo e não a educação ambiental. Pois pela possibilidade de ser atraído pelas mudanças. “Todo o movimento político principalmente de oposição, que você quebra uma situação, gera mudanças e o jovem é atraído pela mudança. A situação de opor é muito atraente ao jovem. Se acredita da bandeira ele vai muito mais fundo que

outras gerações. A mudança política comoveu, a criação de espaços de participação atrai”.

4) Potencialidades/avanços

São muitas as potencialidades que proporciona a educação ambiental de forma mais ampla e no ponto de vista formativo e na maioria dos entrevistados isso aparece evidente, onde há um campo fértil para ampliação tanto do contexto como de territórios. Quando se tem a consciência do meio ambiente na sua complexidade e entendendo o sujeito como parte desse meio ambiente, muda a vida de qualquer pessoa e o jovem quando entende isso a vida dele muda totalmente e ele consegue levar isso para toda a sociedade. “Então eu acho que isso é o grande meio para se transformar alguma coisa nessa sociedade. Porque os adultos já têm outras preocupações e o jovem está mais aberto a novidades, entende mais o processo e tende a fazer coisas, no agir, a dinâmica do jovem é ação. Por isso que é um grande desafio educar o jovem nessa perspectiva ambiental. Porque se o jovem for educado pra isso, refletir sobre isso, com certeza os resultados no nível de sociedade serão outros, muito melhores”.

“Sim, a EA contribui de dentro pra fora e de fora pra dentro”. E isso se dá a partir da atuação de jovens educadores ambientais criando e participando de processos de formação de jovens educadores ambientais, criando e participando de processos de formação em EA.

O potencial é reconhecido imensurável, desde que não seja trabalhada como uma ferramenta parte da educação, mas sim incluída dentro das atividades e ações educativas. O senso crítico é um dos princípios que regem a EA, onde através da

discussão para melhoria de alguma coisa, contribui para a formação do jovem e o amadurecimento do adulto. “Um ponto positivo é que por meio da EA você passa ser mais crítico, porque você começa a ter contato com outras opiniões, com isso você passa a ser mais crítico em relação a realidade que vive. Você passa a rever suas atitudes, e isso é importante você se rever com cidadão, você se rever como pessoa mesmo. Então isso é um ponto super positivo, você se reavaliar na história, perguntar qual o meu papel?”.

Existem avanços reconhecíveis e de qualidade, como as ações que o Ministério da Educação vem realizando com jovens de todo o país através de um movimento de juventude pelo meio ambiente. Mas ainda temos muito para avançar, e mobilizar cada vez mais jovens. A juventude brasileira representa uma grande porcentagem da população do país, e é a faixa etária da população mais vulnerável à falta de emprego e pouco acesso a educação superior. Além de ser o grupo da sociedade que dentro de pouco tempo terá que tomar as decisões sobre as necessárias mudanças de padrão da sociedade.

5) Lacunas/dificuldades

A transversalidade da EA que tem sido um entrave para os sujeitos dos espaços formais e informais, por não entender que a EA é assim, ou por não entender que o transversalizado é está ligado a tudo e a todos. Então é um desafio que a gente está prestes a vencer, e vamos nos tornar seres mais felizes mais equilibrados porque a gente vai está tecendo uma relação mais de acordo com a nossa natureza, porque agente passou a tecer relação com o ambiente com os indivíduos, contra nossa natureza e esse equilíbrio da mão ele passa a se estabelecer quando a gente

entende a EA como tal, como espaço de direito de todos, que se pode falar opinar extrair, mas que da mesma forma retornar a esse espaço às condições de vida dele. Eu acho que isso se estabelece bem da EA e ela chegou em um momento bastante oportuno para isso.

O enraizamento da Ea no interior do Estado da Bahia é um objetivo ainda a ser alcançado. Há uma grande lacuna a ser preenchida para chegar nos espaços do interior. O movimento se ver de maneira mais clara, ainda que uma pequena expressão, nas capitais dos estados. No interior as ações ainda se limitam a ações pontuais no âmbito escolar e de alguma ong local em caso que exista. “no interior não consigo perceber a EA contribuindo na formação dos jovens em grande proporção. Percebo ações somente pontuais realizada pelas escolas através de Semana da Água, da árvore, do meio ambiente. E algumas ações mais efetivas, de formação e mobilização do cidadão e jovem realizado pelas ONG's e coletivo”.

Há uma enorme demanda pelo investimento na formação de qualidade desta juventude, e isto inclui desde uma educação básica de qualidade, que forme cidadãos para viver na sociedade do século 21, cheia de desafios ambientais e humanos para continuarmos a viver no planeta terra.

As políticas públicas ainda são soltas, não há nenhum tipo de acompanhamento, nem avaliação e isso se torna mais difícil que a questão ambiental chegue nas escolas. Não há um direcionamento no nível de políticas públicas de órgãos governamentais para uma inserção desse gênero. “Mas aí ainda temos a ineficiência do aparato estatal e mesmo a ausência de uma opção política clara, de governo e de estado, no sentido de fortalecer-se a organização da juventude ambientalista”.

E por último, não se pode mudar o paradigma conceitual de meio ambiente, quando se pensa de maneira ainda reducionista, naturalista e limitada. Tratar questões

ambientais é tratar de questões sociais, econômicas e “para a gente consegui levar e atingir todas as classes sociais, a gente precisa discutir EA completa, dessa forma crítica, emancipatória, política, social econômica. Todos os elementos estão interligados”.

“Há demanda e mais frustrações e boas intenções (ver currículos transversais em que se discute educação ambiental) do que práticas extensas em relação a tal exclusão, de conhecimento e práticas sobre meio ambiente “.

Questão 07 Você considera que a ação juvenil, como instrumento de transformação social, tem influenciado nas tomadas de decisões, nos processos de ensino e aprendizagem no âmbito dos espaços de participação? Por quê?

Há indícios de considerar a ação juvenil como instrumento de transformação social na formulação e implementação de políticas públicas, no entanto ainda é muito embrionária necessitando um aprofundamento, tanto do jovem, da sua relação com a sociedade e do próprio Estado de está garantindo as políticas públicas de maneira mais efetiva.

“A juventude é um precioso patrimônio da sociedade atual”, afirma Serrano (2006). É depositada nesse jovem uma esperança de ação que vem dessa nova forma de compreender, viver e fazer a política. O protagonismo juvenil talvez seja a maneira da concretização de como exercer essa política, nas tomadas de decisões numa perspectiva de mudança. Reconhecer que o jovem é a figura que precisa ter essa consciência que precisa entender que ele tem essa força, esse poder de pressão, de protagonizar de fazer, de perceber que estamos em um momento histórico bem complicado.

Na perspectiva do protagonismo juvenil, é imprescindível que a participação do jovem seja de fato autêntica e não simbólica decorativa ou manipulada. Essas últimas são, na verdade, formas de não-participação. Tais formas desviadas de participação podem causar danos ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens, além de minar a possibilidade de um convívio autêntico entre eles e seus educadores. A participação é a atividade mais claramente autocriadora, ou seja, formadora do ser humano, tanto do ponto de vista pessoal como social.

Educar para a participação é criar espaços para que o educando possa empreender, ele próprio, a construção de seu ser. Aqui, mais uma vez, as práticas e vivências são os melhores caminhos, já que a docência dificilmente dará conta das múltiplas dimensões envolvidas no ato de participar (LIMA, 2003).

A participação e o protagonismo são duas palavras que se complementam. Uma não pode existir sem a outra. Falar de protagonismo é falar de participação. É por meio da participação que se promove ações de mudanças e com diferentes estratégias.

“A participação juvenil tem sido cada vez mais valorizada nos espaços de decisão, mas ainda é muito aquém do que se deve alcançar em termos de participação e real atuação deste grupo da sociedade e nas decisões referentes às políticas públicas”.

Todavia houve entrevistado que não concorde e acha que há uma boa intenção, mas que isso ainda não é realidade. “Há instituições no movimento juvenil forte e com bom trabalho, mas a tônica é ainda um ouvir os jovens de forma tutelada e sem espaço para o exercício da autonomia, o que exige mais investimentos em educação de qualidade e uma educação crítica”.

Para outros a relação não é direta assim, é um processo construído, a exemplo disso são as conferências. “É um processo construindo o exemplo disso são as conferências tanto a de meio ambiente como a de juventude, onde as propostas da

Juventude e meio ambiente estão nas duas e isso influencia na tomada de decisões sem sobra de dúvida. Mas não é o resultado direto da intervenção que a REJUMA solicitasse espaços na conferência, mas foi todo um processo construído, desde as bases”.

Sob esta perspectiva, reconhecendo a importância da ação juvenil para a política pública, para analisar essa demanda de ampliação e a relevância do seu crescimento, foram escolhidos os seguintes campos analíticos e interpretativos:

1) Jovem x Sociedade x Estado

Um dos pontos relevantes encontrados nas respostas dos entrevistados, foi a relação da categoria juvenil com a sociedade mais especificamente a categoria adulta e como essa relação às vezes se torna um dificultador nos espaços de participação. O mundo adulto ainda tem resistência a aceitar o jovem trazendo sua energia, suas idéias e tomando decisões. Muitas vezes pelo medo do novo ou por achar que a experiência do adulto vale mais que qualquer nova idéia ou também por não reconhecer os novos sujeitos dentro da sociedade contemporânea.

A sociedade atual esta constituída por novos sujeitos, novos agentes sociais, novos atores. Refletir sobre o novo sujeito social significa relacionar as mudanças culturais, os câmbios com as quais se constituem esses agentes sociais hoje, suas características suas linguagens seus costumes.

Para alguns autores, a sociedade atual esta tipicamente constituída por uma heterogeneidade, caracterizada pela por uma pluralidade de posição do sujeito. As diferentes posições do sujeito moderno ou pós-moderno requer uma inversão dos papéis tradicionais, onde o sujeito oferece significado ao mundo. Essas diferentes

posições do sujeito contemporâneo estão dispostos e obrigados a conviver com um novo tipo de conhecimento reconhecido agora por sua natureza mutável, provisória, interdisciplinar, global e local.

Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos (SPOSITO & CARRANO, 2003).

Entretanto, a junção desses dois mundos são complementares. Um dos princípios que orientam o trabalho dos coletivos jovens é baseado na relevância de manutenção dos valores passados de uma geração para outra. Toda a atuação social e a causa à qual ela se remete, encontram-se dentro de um processo histórico. Quem embarca em algum engajamento em prol da vida, do planeta e da humanidade, sempre está de alguma maneira, dando continuidade a um processo acumulado por diversas outras pessoas ao longo de anos. Os novos “tripulantes” trazem sempre novas idéias, conhecimentos e percepções que inovam esse processo, enquanto os antigos possuem um acúmulo de experiências que é fundamental, especialmente para que os que chegam não precisem “reinventar a roda”. Sendo assim, afirma-se que as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender. Este diálogo é um aspecto fundamental para fortalecer os movimentos em prol do meio ambiente e quaisquer outras causas. “Então os princípios do jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra e é muito importante pra nós a aprendizagem intergeracional. Esse trabalho que agente faz é de movimento fluido e muito forte. Não são aqueles espaços que os adultos abrem para que os jovens falem aquelas coisas bonitinhas. Mas que eles mesmos vão se

inserindo nessas todas as áreas. A EA ou a questão ambiental ela não é setorial, ela não pode ser setorial. Ela tem entrar na pauta da sociedade. Todos nós precisamos ser educadores, educadoras ambientais, agente precisa pensar meio ambiente ou a partir do meio ambiente de forma orgânica”.

A ação juvenil contribui fortemente, porque o jovem por si só, tem essa disposição, intemperismo em alguns momentos, em querer as coisas, por lutar. O adulto por está mais vivenciado ele se acomoda mais rápido, o jovem não. E essa inquietação juvenil encontra na EA um eco e dá condições para que o movimento tome corpo. “Ele luta, ele quer conquistar, ele vai à frente, aquela energia juvenil ela é necessária nos espaços, contribuindo com a energia do adulto, então nas conferências os princípios de uma geração aprende com a outra, que é extremamente necessário e que mantém a via dupla que a gente vem falando aqui. Então a EA dá espaço legítimo a ele, dá condição a ele se posicionar e contribuir e ser também orientado, ser contribuído na sua formação e na tomada de decisões “.

Quando os jovens se organizam e se mobilizam eles conseguem gerar uma demanda, consegue fazer com que os adultos parem para pensar. Mas são movimentos que acontecem esporadicamente, ainda que a participação da juventude ao longo do tempo, ela é histórica, porém isolada. Foram poucos os movimentos políticos que mobilizaram a história do país, como por exemplo, o movimento estudantil da década de 60, as diretas já e o impeachment de Collor. Atualmente quando se vir uma discussão política é partidária.

“As barreiras foram quebradas nessa relação jovem e sociedade; jovem proponente. Os jovens quebraram muitas barreiras em termos de EA, de sociedade de sustentabilidade, de temas que faz parte do nosso cotidiano. Discussões que eram concentrados no nível acadêmico e rompeu essas barreiras da sociedade”.

Muitas vezes, a dificuldade maior é perceber que a mudança da proposta poderá ser positiva e que estas intervenções momentâneas, espontâneas e simultâneas são importantes para formação. Existe, para a sociedade, uma grande dificuldade de enxergar na juventude lideranças e atores efetivos de mudanças sociais. Na tomada de decisões, talvez não tanto quando as pontuações e ações que forma, realizadas para a educação. “As barreiras foram quebradas nessa relação jovem e sociedade; jovem proponente. Os jovens quebraram muitas barreiras em termos de EA, de sociedade de sustentabilidade, de temas que faz parte do nosso cotidiano. Discussões que eram concentrados no nível acadêmico e rompeu essas barreiras da sociedade”.

“Acho que tem impactado sim, mas pode ser aprofundada. Penso que os jovens pecam muitas vezes pela sua conduta “desencanada” e descompromissada em muitas oportunidades, sendo descredibilizados pelo mundo adulto. Muitas vezes suas ações têm potencial, são bem elaboradas e têm conteúdo, mas pecam na organização, na pontualidade, etc, e perdem oportunidade de influenciar mais os processos com os quais se relacionam”.

Dependendo do espaço que esteja, muitas vezes a voz do jovem é ouvida, mas não é levada em consideração ou também pode ser manipulada pelos partidos políticos e seus militantes que ocupam de forma sistemática estes espaços que são legítimos da participação juvenil, CONJUVE (Conselho Nacional da Juventude) e o CEJUVE (Conselho Estadual de Juventude) como ressalta o respondente. Porém, há um ponto de vista que contradiz isso. Segundo um respondente reconhece que a conferência de juventude no estado da Bahia, mostrou com suas demandas, com suas ações, com sua concepção de políticas públicas um resultado bastante positivo dessa influência juvenil, que foi a criação do conselho. Conselho este que cuide das

políticas públicas e conseqüentemente a elaboração do Plano Nacional de Juventude, para que estas políticas possam ser transformadas em projetos de lei. Assim como , o governo do estado da Bahia atual tem a intenção de criar um espaço oficial que seja voltado totalmente para as políticas de juventude, algo que foi demanda da própria conferência.

Ainda que tímida, mas a influência existe, mas ela não é admitida. “Tímida e provavelmente em alguns lugares o mundo adulto estruturado não vai admitir que fosse uma pressão dos jovens. Acho que tem um pouco isso. De repente a coisa surge foi à pressão do jovem, mas nem mesmo eles tenham a dimensão da sua influência. Muito menos mundo adulto”.

A influência embrionária também ocorre em relação também ao Estado e aos órgãos gestores do movimento e isso é uma grande contradição pois é a partir desses órgãos que saíram os mecanismos de fomento a participação às políticas públicas, no entanto, admitir no mundo estruturado adulto que sofreu influência do jovem é uma ainda bastante complicado. Segundo um respondente, “Através do acompanhamento do projeto agenda 21 nas escolas, eu vejo como é difícil se fazerem ouvir pela instituição. E ao mesmo tempo, a instituição capta as dificuldades, as sugestões de alguma forma, capta, sabem que aquilo foi dito, assimilou de alguma forma, lá pra frente vai tomar alguma medida e nunca vai dizer que o trabalho foi influenciado”.

Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre as juventudes, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos.

No que pese o maior ou o menor predomínio de determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção.

“Acho que sim, há uma influência. Mais nos espaços onde a pauta principal é a juventude e algo mais. Nos outros espaços, olhando pro nosso dia a dia, aqui no órgão gestor, eu não vejo essa abertura toda pelo menos aqui no estado. Eu acho que um programa uma ação mais consistente ajudaria nessa ampliação, nesse envolvimento. Agora a nível nacional não. Mais geral na participação em fóruns, eu vejo a juventude sim pautando, sendo ouvida. Agora em relação a meio ambiente acho que isso tem que ser mais trabalhado acha que podemos ter mais frutos dessa participação”.

Ainda nessa linha, segundo um entrevistado, não saberia te dizer nesse momento, que mecanismo o próprio estado deveria ter para que os jovens tivessem uma maior força política. Do ponto de vista histórico é impossível negar, que foi um espaço constituído e que está presente na formulação da nossa política, na construção da nossa realidade. Agora é necessário que haja um maior reconhecimento por parte dos órgãos, no sentido que eles de fato sejam reconhecidos como verdadeiros protagonistas. Não apenas você dizer que a gente está reconhecendo o coletivo jovem, que tem que formar COM-VIDAS nas escolas, que tem assento nos conselhos, se de repente não tem infraestrutura, se não tem material para se trabalhar na escola, se as escolas tem toda uma questão de segurança. Então se não partir de um novo relacionamento da escola real, muito pouco poderá avançar. Daí eles vão continuar tendo esse espaço, mas que de verdade não se tem a expressão que se esperaria, ou que talvez pudesse ter.

2) Apatia/Ação

Neste campo analítico reflete a dicotomia que existe na história do movimento juvenil ao longo do tempo, pois é observado momentos de apatia, de passividade e outros de total ação. A apatia marcou o cenário dos anos 90, foi caracterizado pela apatia e uma passividade, que a juventude se orientou a construção de que alguns chamaram de privado harmônico, onde o consumo material, o individualismo e o não pensar constituíam a norma, como reação e evidente frustração e impotência de gerações anteriores que não puderam realizar as mudanças na ordem social como rejeito a suas formas de fazer política, dizia Dominguez (2006).

Assim, para alguns entrevistados atualmente a juventude brasileira passa por um momento de passividade e apatia e não estão dando conta do atual momento sócio econômicos. “Sinto não ter mais aquele movimento dos estudantes. Sinto uma apatia. Porque as gerações que se mobilizaram na história do país mudaram um pouco a história”.

“O nosso jovem está numa passividade, numa letargia muito grande por conta de todo o contexto sócio econômico que vivemos. Então pra você mobilizar jovens é muito difícil. Eu coordenei um projeto com juventude para formação dos direitos humanos. Com bolsa e foi uma dificuldade mobilizar os jovens a participar. Eu sempre digo que precisamos ações de protagonismo juvenil nas escolas. Precisa de mais ações de mais projetos de mais intervenções que estimule o jovem a participar. Porque ele passivo, recebendo só a formação não vai a lugar nenhum”.

A ação pela ideologia, é como caracteriza a ação atual dos jovens nos coletivos jovens na cidade de Salvador e isso marcou a presença desses grupos em várias

ações governamentais, quando havia uma gestora que foi sensível e acreditou no potencial de mudança que carregava esse grupo. “Participam quase que puramente pela ideologia. Eles estão acreditando sem contaminação. Eles conseguem ir muito mais além. Acho que é um efeito rebote enorme a sociedade. Acho que eles garantiram. Mas acho que eles transformam inclusive a geração que está na frente dele. Acho que ele num embate de um exemplo, desprovido de poder, de dinheiro de gestão e acaba comovendo pelo lado mais puro que é o lado da ideologia”.

Por fim, a falta de uma política pública articulada, direcionada ao ensino e aprendizagem no campo formal como no campo não formal, tendo o jovem como ator desse processo. Esse é o grande desafio da educação. Assim como, fomento por parte do órgão gestor, a processos formativos aos coletivos jovens criados e os que serão criados, para que seja possível construir uma política pública de qualidade. E que não sejam processos formativos pontuais e sim continuados. “Acompanhamento, avaliação e formação são palavras chaves que têm sido excluídas de todo e qualquer política pública”.

Questão 08 Em sua opinião, essas instâncias de participação tem contribuído ou enfraquecido para a emergência de um movimento de juventude pelo meio ambiente para o enfrentamento da crise socioambiental do país?

No Brasil na área ambiental, a participação dos jovens, - por meio da sua participação em movimentos e organizações de denúncia e combate à degradação ambiental e poluição - é histórica. Entretanto, não ocorria no âmbito de um movimento de juventude, mas sim através da atuação de pessoas jovens engajadas na temática. Diante do contexto histórico e político vivido pelos brasileiros desde a

época da colonização passando pela escravidão, república, ditadura, enfim de anos que não se tem a cultura de participação, ou também nunca foi incentivado o interesse de tornar essa prática de forma incorporada em todos os processos decisórios. Apesar de está incorporado o controle social e a participação popular nas leis brasileiras e, sobretudo das legislações que tratam das questões ambientais, essa prática nunca foi disseminada e incentivada. A partir dos últimos 10 anos é que esse contexto vem sendo mudado e cada vez mais vê a necessidade da incorporação e criação de espaços de participação e espaços de decisão. A juventude brasileira se insere, portanto, na atualidade, num cenário de maior complexidade cuja problemática ambiental necessita de análises mais integradas.

As instâncias democráticas que foram criadas e instaladas no país, sobretudo a partir de 2003, foram mecanismos que tinham como objetivo fomentar a participação popular na formulação e implementação das políticas públicas do país. Estes espaços, ou instâncias de participação da área ambiental, favoreceram uma mobilização nacional de jovens interessados pela causa ambiental que vêm escrevendo sua história durante estes anos e como consequência disso, contribuindo para a emergência de um movimento juvenil pelo meio ambiente no país. Um movimento que possui pouca expressão, pouca abrangência, que necessitam de um amadurecimento mais profundo, mas que estão colaborando, no contexto atual, para o enfrentamento da crise socioambiental a qual vivemos. A juventude brasileira se insere, portanto, num cenário de maior complexidade cuja problemática ambiental necessita de análises mais integradas. Segundo um entrevistado, “é inegável que esse espaço político foi conquistado, agora de fato é mesmo esperar como processo”.

Assim, para analisar esta questão definimos os seguintes campos analíticos e interpretativos:

1) Espaço coletivo

Os princípios que estruturam o movimento de juventude e meio ambiente que são jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra são considerados como estruturantes para a constituição e a qualidade do espaço coletivo. É considerado um trabalho de alto nível, onde há um “planejamento coletivo, o exercício de participação, de educação e de tecnologia de informação”. Com grande destaque as conferências que surtiram um efeito bastante positivo, dito como estruturante, sobretudo na mobilização de milhares de jovens para a pauta ambiental e na constituição desse espaço coletivo. ” Um grande louvor para CNIJMA que conseguiu um espaço para os jovens de 16 a 25 a 29 anos, diferenciado e estruturante, uma ação afirmativa mesmo”. O jovem nesse espaço é instrumentalizado com todos os recursos criados para o evento (Educomunicação, facilitação de grupos, etc.) e com uma receptividade grande no maior exercício de participação que se pode ter. “Para mim a função desses espaços Coletivos conferência, etc para o movimento de juventude e meio ambiente é disseminar essas outras formas de fazer. Então no momento que estamos numa conferencia seja ela qual tema for, e se pergunta olha eu não sei qual é o melhor jeito, eu estou perguntando pra sociedade como é que é, isso flexibiliza tanto. Ele pode construir. No momento que se diz que a sua vai fazer diferença e que ele é instrumentalizado por formas de comunicação, de organização, metodologias e etc, empodera as pessoa muito rápido e é o que está acontecendo mesmo”.

Outro ponto interessante destacado pelos respondentes é o grande potencial desses espaços possuem de troca de experiências, de discussões pertinentes a pauta ambiental local, das intervenções ambientais e o que a sociedade civil pode fazer para melhorar a situação local. O empoderamento. “Esses espaços de participação são muito interessantes nisso, para que se dissemine cada vez mais de discutir o meio ambiente enquanto uma preocupação, para que se fortaleça a idéia da transversalidade da política de meio ambiente, que o meio ambiente está em todos os assuntos que permeiam ou se diz respeito a juventude “.

“Nesses espaços institucionais, que são espaços que se constroem as políticas, que se eles são realmente democráticos, ele tem que ter essa possibilidade de participação dos diversos setores segmentos, inclusive a juventude. Então a juventude participando desse processo ela tem a possibilidade de trazer novas inquietações, possibilidades, idéias. O que pode acontecer é outra geração que conviveu uma realidade diferente enxerga ou ainda não enxergou. Enfim, eu acho que é muito saudável essa troca de experiência”.

Reconhecer a importância do princípio de uma geração aprende com a outra, está clara na fala do entrevistado, pois parte desse princípio todo o trabalho desenvolvido pelo coletivo de jovens que tem atuado nesses espaços e também se dando conta que essa geração que estão implementando essas políticas públicas de meio ambiente no país é uma geração que tem um histórico de lutas, de participação nas lutas sociais e vive uma realidade atual. “O histórico dessa juventude que está hoje pautando, participando desses espaços trás, um histórico diferente dessas pessoas que estão implementando as políticas públicas no país, viveram. Então é fundamental seguir esse princípio de uma geração aprende com a outra mesmo. E você reconhecer que cada geração dessa, tem algo a contribuir”.

Ao longo da história, outros movimentos juvenis que foram marcantes e que influenciaram ao movimento juvenil no país como Maio Francês na década de 60, os movimentos contraculturas e subculturas da década de 70 e 80, os hippies, e na década de 90 caracterizado de uma maneira geral por uma apatia.

A pesar de ese retraimiento, las energías juveniles comenzaron a canalizarse en otras direcciones a través de movimientos ecologistas, culturales, comunitarios y, en algunos casos, de mayor compromiso social como la defensa de derechos humanos, la solidaridad y la ayuda contra la pobreza. De ahí que especialistas en el tema juvenil llamaran a considerar la participación de este sector de la sociedad no solo desde su relación de empoderamiento respecto del mundo adulto, sino a reconocer las formas propias de empoderamiento que construyen y las transformaciones que se han dado en la expresión de los contenidos de la participación juvenil (KRAUSKOPF, 1998, p.128).

Já em escala nacional, diretas já, fora Collor, movimento de estudantil pelo aumento de tarifa do transporte coletivo em Salvador, são exemplos de movimentos de certa forma rápido em termos de tempo. Esses movimentos surgiam e envolviam o outro para que saísse na rua para protestar. Já a questão ambiental tem uma característica de envolver toda a sociedade, pois se trata de uma dialética entre o ecológico e o econômico e isso tem mais peso na sociedade como todo, diz o entrevistado. “Eu acredito que será um movimento diferenciado. Que necessita um pouco mais na ciência. Acredito que a coisa está muito nova. Mas que está evoluindo”. Nesta resposta reflete que ainda não é um movimento estabelecido, mas que possui um potencial muito forte e duradouro.

Os conselhos estaduais de juventude têm levado a temática ambiental para outros espaços, um diálogo muito importante e positivo nesse contexto, enriquecedor e que transforma. “Então você considerar que o próprio órgão gestor participa e valida este

espaço já é um ponto positivo”. De uma forma geral o que se percebe é um distanciamento dos órgãos gestores com esses movimentos e essa aproximação só surte ganhos para a política pública, ou seja, para a sociedade em geral.

“Eu acho que é um movimento autêntico, ele contribui porque já faz diferente, já faz uma diferença, na medida em que já vai ocupando espaço, no poder público, nas empresas, nas organizações, nos pesquisadores da academia, já faz a diferença por está ocupando esses espaços. Todo mundo avalia que muda o astral, renova. Conseguindo enxergar coisas novas. Enxergar o que os vícios não deixam enxergar outra forma de fazer e isso é notória a diferença”. “Então hoje, por exemplo, o pessoal da Bahia, as ONGs e os ambientalistas que discutem contra o desmatamento da mata atlântica, estão querendo reativar a rede baiana que está inativa, adormecida, passando por um período de ausência total, sem atividade nenhuma, sem participação. Mas hoje não tem nenhuma força política. E então estão enxergando a possibilidade da juventude está ajudando a reativar essa rede que um dia foi muito ativa. A juventude tem se aprimorado nas redes sociais, na comunicação e tem ganhado uma força muito grande para o movimento. De resto é ânimo novo e eu acho, eu sinto é quem mais consegue hoje fazer o trabalho de convencimento, de aproximação a nível local, de enraizamento. Não é que todos não façam, mas é essa relação interpessoal. Na hora que se faz a observação participante, todos têm um trato de lidar com isso e faz acontecer de uma forma mais leve mais tranquila, sem ter o peso do conflito pelo poder. Então todos os teóricos apresentam isso pra gente, que é importante preparar o terreno, mas é preciso ter uma base sólida pra esse terreno. E a juventude gosta disso, gosta de trabalhar com isso. Dá um ânimo novo. E daí contagia os demais. E isso empolga os ambientalistas com 60 anos a continuar na luta.

E a diferença nas gerações é simples, entre os ambientalistas de 50 e 60 anos, faziam questão em pensar na utopia. De abraçar o mundo inteiro. E era necessário para aquele momento. A juventude de hoje não, dá mais prioridade no nível local. E mergulha mais profundamente nas questões “.

No entanto , há instâncias de participação que são instâncias que estão atreladas ao governo local e isso as vezes pode caracterizar um limitador ao movimento como um todo. “Tenho sentido que algumas instâncias de participação que estão atrelados ao governo estão limitando um pouco as ações, críticas e mobilizações dos jovens. A parceria apesar de importante, não pode limitar a visão crítica, os questionamentos, protestos e liberdade de ação dos movimentos não de juventude, mas sociais do país”.

Outro ponto bastante importante que foi observado é esse movimento tem proporcionado um surgimento de um ator social que há algum tempo atrás estava um pouco esquecido, o jovem surge com um sujeito social, reconhecê-lo como sujeito de direitos sociais dentro da perspectiva de BOURDIEAU (2000). “O ponto positivo disso tudo é a constituição de novos exemplos sociais e de lideranças que sejam efetivamente capazes de sensibilizar outros jovens”.

A tecnologia foi um dos elementos que apareceu nas respostas como uma das ferramentas que tem auxiliado a inserção do jovem nas questões da sociedade. No entanto, o acesso a essa ferramenta ainda é muito limitado a determinadas classes sociais, de condições econômicas média a alta.

Os benefícios do desenvolvimento tecnológico não favorecem por igual todas as classes sociais. Isto influi na polarização socioeconômica no interior das sociedades nacionais e na ruptura da fronteira para os grupos mais privilegiados economicamente. Assim, os jovens com maiores condições econômicas começam a

aparecer mais jovens com as mesmas condições econômicas de todas as partes do mundo. Tem acesso à informática, aos conhecimentos vigentes, mais exposição aos avanços. Nessa mesma linha de reflexão tem estimulado o otimismo e a confiança no futuro e tem permitido tecer redes de comunicação entres essa diversidade dos atores que gradualmente tomam consciência de que não estão sozinhos. O próprio lema do Fórum Social Mundial de que “Outro mundo é possível” e muitos pensadores dizem que será o produto da interação entre os movimentos.

Em contrapartida, o processo de conferencias mobilizou muito mais jovens das escolas públicas, jovens de periferia e de renda mais baixa. Com isso vemos que o jovem da classe média embora tenha mais acesso as inovações tecnológicas não se mobiliza muito.

Dessa forma, o movimento juvenil na cidade de Salvador, por exemplo, tem sido classificado como um movimento “urbano e burguês” e mesmo assim não chega a atingir todos os contextos desses espaços que não chega ao contexto de toda a cidade, não está sendo articulado. “No espaço urbano e esse movimento de classe media, acho que é muita segmentada. Há várias realidades mesmo do espaço urbano, muitos contextos e realidades diferentes e enquanto isso não estiver articulado não vai pra frente”.

Embora a maioria dos entrevistados reconhecem o papel relevante dessas instancias de participação para a emergência do movimento de juventude e meio ambiente no país é necessário aprofundamento e um amadurecimento desse movimento. E isso nos remete a um desafio da continuidade dessas ações, pois se trata de um movimento que não está consolidado.

“As instâncias que citei na questão 01, foram importantíssimas para a emergência do movimento”. De fato, vejo que já há um movimento de juventude pelo meio

ambiente em curso no país. Está consolidado? Está pronto e definido? Evidente que não. É um movimento e, portanto, dinâmico. Cresce, avança, pára, retrocede, anda em círculos, etc.

“O grande desafio é a continuidade dessas ações, porque as gestões passam, os governos passam, mas precisamos fazer um levantamento dos coletivos formados no Brasil, porque se você for ver cada estado já se formaram diversos pólos nos municípios. E ao mesmo tempo tem o telefone sem fio que cada vez mais fica distante da informação original, tem o efeito enraizamento que cada um edita a mensagem da sua forma e faz como achar melhor e o que é importante que o coletivo tenha esse voto de confiança, eu não sei o que vocês estão fazendo aí, mas eu confio totalmente em que vocês estão fazendo”.

“Esses espaços têm que ser fortalecidos, melhorados e difundidos. Esses espaços jamais devem ser esquecidos”, para mantê-los vivos diz o respondente.

Dentro da gestão pública estes espaços devem ser garantidos para que estes jovens continuem construindo essa história. Não existe uma projeção que gostaria, tudo é um processo e este processo deve ser no sentido de fortalecer. “Porque se você for analisar de 2003 pra cá, não é tanto tempo assim pensar que as grandes mudanças históricas demandam muito tempo, muita discussão, muita demanda por parte da sociedade”.

O significado desse renascimento dos movimentos sociais no início do século, é sem dúvida positivo, mas há uma valorização objetiva e crítica dos seus efeitos. Segundo DOMINGUEZ (2006):.

Lo que sí es incuestionable es que el siglo XXI se ha iniciado con un reforzamiento de las resistencias a escala planetaria y con evidentes expresiones de globalización de las mismas a partir de la convergencia en identificar al capitalismo y especialmente al neoliberalismo, como la principal fuente de problemas del mundo de hoy, en lo económico, social,

cultural y ecológico y la búsqueda de nuevas alternativas de desarrollo (DOMINGUEZ, 2006, p. 68)

2) Questão Ambiental

A pauta ambiental também foi destacada como um fator para a emergência desse movimento. A atração do jovem pela temática, tem sido cada vez maior nos últimos tempos e uma das justificativas é devido ao viés político que tem atribuído a esse tema. A questão ambiental quando ela é refletida a partir de uma perspectiva sócio, política, econômica e cultural toma uma dimensão da transversalidade e entra nas pautas de outras demandas já por muito tempo discutida pela juventude. Com isso, os movimentos estão se fortalecendo quando se discute o tema e agrega mais uma pauta de uma maneira mais crítica. “Quando ela está de uma maneira mais crítica, e começa a relacionar se com o sistema. Isso começa a dar sentido nas outras perspectivas. Na perspectiva na construção social, na perspectiva do trabalho e renda, da degradação da roça dele, na perspectiva da cadeia produtiva que o pai dele está inserido, e etc.. Então quando a questão ambiental entra dessa forma mais crítica então as pessoas começam a estabelecer conexões de uma coisa que está dita aí que é meio ambiente, meio ambiente, que ele já estava discutindo isso há muito mais tempo. Só que ela está tão diluída, porque a pauta que é colocada pra ele é geração de emprego e renda, a questão do campo, da reforma agrária “.

Mas essas discussões devem ser articuladas e o elo para essa discussão é atribuído a educação ambiental. “Quando a EA faz essa costura ela dá uma politizada na luta, que dá um sentido maior de vida, porque ela entra exatamente na questão das condições de vida dele e das outras espécies. Então acho que fortalece nessa

perspectiva crítica, não numa discussão ingênua, uma discussão despolitizada de meio ambiente vira pílula. Vira uma coisa encapsulada, que as pessoas escutam, dizem aquilo que é conveniente pra você ouvir, que você sai dali achando que fez muita coisa. A questão ambiental tem e pode dar uma ressignificação mais interessante”.

O Brasil tem uma infinidade de movimentos de juventude que discutem temas diversos, como racismo, gênero, inclusão, participação política, comunicação, meio ambiente e outros. Infelizmente o tema das questões ambientais ainda não é prioridade dos temas discutidos pela grande parte da juventude brasileira. “Já existe uma crescente participação de jovens em ong's ambientalistas e movimentos, mais ainda está longe de ser o tema mais buscado pela juventude”.

Questão 09 Conhece algumas das ações do Programa de Juventude e Meio Ambiente? (Coletivo Jovens de meio ambiente, REJUMA, Geo Ambiental, programa de formação de jovens pelo meio ambiente)? Qual sua avaliação desses programas?

O Programa Juventude e Meio Ambiente surge com o objetivo de enfrentar esses três principais desafios identificados pela pesquisa, não de modo centralizado, mas catalisando um processo de parceria e diálogo entre o governo federal, por meio do Órgão Gestor e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

Portanto, para avaliar o programa e conseqüentemente suas ações foram escolhidas dois campos analíticos e interpretativos:

- 1) Programa

A maioria dos respondentes conhecem o Programa, embora alguns disseram que tinha pouco conhecimento para emitir uma avaliação. O programa se tornou mais conhecido logicamente pelas ações foram desenvolvidas, principalmente o Coletivo Jovem e a REJUMA que tiveram mais repercussão nacional. Ainda assim, uma repercussão limitada, que não é possível atingir toda a categoria jovem, mas que sim atingiu ao jovem que se aproximou desse movimento.

Um dos pontos positivos que se destaca no programa é a capacidade de agregar e mobilizar pessoas em torno da causa ambiental, “participar dessas ações é fazer parte da história é construir história dentro do contexto brasileiro, é poder sensibilizar para transformação”.

São ações positivas, difusas e homogenias quanto ao grupo de jovens participantes. Tem uma importância ímpar porque fazem e estão diretamente envolvidos com a constituição do Programa de Juventude e Meio ambiente Nacional, diz o entrevistado.

Um dos criadores do Programa avalia de forma positiva o programa e diz que: “Como um dos indutores destes processos, avalio-os de forma positiva pois eles simbolizam uma grande ação de militância dentro do Estado. São programas que não constam no PPA²⁷, não têm recurso carimbado no orçamento do governo federal, não possuem servidores públicos lotados, etc, mas são uma realidade e geram impactos positivos na área. Evidentemente que merecem ter este reconhecimento oficial por parte do Estado e, portanto, ser ampliados e

²⁷ Plano Plurianual é uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

potencializados. Imagine o número de jovens que o Programa Juventude e Meio Ambiente poderia atingir se fosse do porte de um PROJOVEM²⁸?

O teor do programa muitas vezes não é conhecido, mas sim suas ações. E segundo um entrevistado avalia que há pouco investimento por parte do Governo Federal no programa, pois se trata de processos formativos, processos de educação que devem ser cada vez mais disseminados, expandidos e aumentando sua abrangência. “Ser sincera eu não conheço o teor do programa. Eu conheço algumas dessas ações. Eu só acho pena que o Governo Federal ao investe mais nisso. Por que é formação de pessoas e é educação. Porque a gente tem hoje uma rede de juventude, mas tem um núcleo em cada estado, você vai ter 15 a 20 jovens em cada estado, e acho que isso deveria ser muito mais disseminado. Por mais força de articulação desse jovem em cada estado, eles não têm pernas para alcançar, não tem estruturas, eles só têm muita vontade. E uma clareza suficiente pra poder entender que tem que alcançar mais. Mais eles não tem condições. É uma pena que o governo não tenha como investir nisso. A gente não tenha mais projetos, financiamentos, mais possibilidades de realização de encontros desse nível de qualidade. Eu já tive oportunidade de estar presente numa das conferências infanto juvenil e é um momento de muito aprendizado para esses jovens, agora ainda é para poucos. O maior problema é esse, a abrangência. Não chega a totalidade da população brasileira”. E essa questão da abrangência do programa e da divulgação do mesmo, não existe dentro do próprio MEC, quando em outros programas de formação de professores e outras estâncias educativas não se tem conhecimento do programa, é um sinal de que é preciso mais. “Porque não se trata de um interesse da pesquisadora, buscar essa

²⁸ Programa do Governo Federal lançado no ano de 2005, destinado a inclusão social dos jovens brasileiros com duas noções básicas: oportunidades para todos e direitos universalmente assegurados.

informação, mas é também de fato concretizar esse espaço político enquanto realidade. Então isso aponta para essa possibilidade”, diz a entrevistada.

“Conheço e participei de todas estas ações do programa”, diz o entrevistado. São experiências muito importantes para a mobilização da juventude se atentar e atuar pelas questões ambientais. Contam com pouco investimento para que sejam realizadas formações de qualidade para os jovens nas temáticas ambientais. “Além de que, ainda atendem a grupos muito pequenos da sociedade, sem muita força de divulgação, pelas limitações anteriormente citadas”.

“Todas as ações são válidas, mas é preciso de mais para amarrar este esteio”. A continuidade, a importância em assegurar essas ações no futuro, é uma das preocupações dos gestores do programa na atualidade. Para isso, mais recentemente o Governo Federal e o MEC está trabalhando para tentar garantir essas ações nos próximos governos e para isso realizaram uma série de estratégias internas para garantir essa gestão. Até o momento o programa Juventude e meio ambiente esteve focado em formação de jovens através dos encontros de juventude. Houve até o ano de 2009, quatro encontros. Depois de dois anos de distância entre o terceiro e o quarto encontro muita coisa se passou, a Conferencia Nacional de Juventude realizada em 2008, onde o tema de Meio ambiente ficou em 4º lugar de prioridade, ou seja, já em outra instancia. Então, a proposta foi a criação de um Programa de Juventude e Meio Ambiente e de uma política Nacional De juventude e Meio ambiente com a agenda 21 da juventude. “Porque o que a gente tem hoje, é uma seqüência de ações um velho histórico de mobilização da juventude, que vem num processo histórico de conferencias. Mas isso não garante recursos, não está previsto no plano plurianual, não tem uma legislação que dê suporte, então é mito frágil. O que a gente precisa agora é garantir que essa formação de jovens para o

enfrentamento da crise socioambiental global seja garantida pelo poder público, seja garantida por esses e os que vêm”.

Para consolidar isso, a primeira ação foi a constituição do Grupo de Trabalho Interministerial, entre Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação e a Secretaria Nacional de Juventude para iniciar. A juventude brasileira é o objetivo principal para atingir, mas as nossas pernas só chegam até os coletivos jovens de meio ambiente, os que estão organizados para chegar nesses espaços. “Temos que dar esse primeiro passo, que é os coletivos jovens de meio ambiente como parceiros estratégicos, como estratégias para a formação continuada, que é não é uma estratégia de governo e sim da sociedade e ao mesmo tempo uma articulação com outros programas, Pró jovem, Primeiro emprego, Casa Brasil (outros programas do governo federal destinados ao público jovem) para e inserir a questão de juventude e meio ambiente dentro disso. Então o GT interministerial tem seis meses de funcionamento para fechar uma proposta do programa e fazer uma gestão aí para colocar isso no PPA de 2011”. Para orientar este plano de trabalho desse grupo, foi realizado durante o mês de agosto de 2009 o chamado mês de Mobilização, como estratégias de reformulação do teor do programa, por meio das contribuições da Juventude Brasileira e sobretudo dos jovens que compõem os Coletivos jovens no país. “ Foi uma estratégia de realizar uma consulta a distancia e o Mec não tinha como executar isso. “Então a gente lançou a idéia que as pessoas contribuíssem da maneira que achassem melhor e com isso surgiram muitos eventos, muitas atividades e cada um com uma contribuição de uma forma. “E como agente não, tinha uma forma como nas conferências isso tudo acabou sendo uma plataforma muito rica, porque as pessoas estão contribuindo não só com conteúdo, mas também como fazer as coisas”. Com isso saíram produtos muito ricos que estão

orientando não só os textos do Programa, mas também o Plano de Trabalho Interministerial. “Então as próximas ações previstas é, por exemplo, audiências pública, com a Frente parlamentar da Juventude e com a Frente Ambientalista do Senado, para conseguir fortalecer, apresentar, mostra que tem três ministérios fazendo isso. Que agente fez uma consulta nacional legitimando, mostrar que há um movimento social e buscando umas possibilidades de emendas parlamentar e apoios dos legisladores também para 2010”.

Já na perspectiva da continuidade das ações, muitos estados brasileiros estão elaborando os seus programas de Juventude e Meio Ambiente estaduais e até municipais. Então, a Coordenação Geral de Educação Ambiental é dá suporte a estas iniciativas através de uma publicação que deve ser entregue aos conselhos, uma espécie de manual de como elaborar um programa de juventude e meio ambiente.

Outra ação prevista é a publicação de cadernos temáticos para aprofundar temas que compete a Juventude e Meio ambiente discutir pela sua transversalidade. Então está previsto temas como: juventude e meio ambiente e trabalho, juventude e meio ambiente e comunicação, juventude e meio ambiente e questões jurídicas etc. “Pegar boas práticas do que está acontecendo para fundamentar as ações e isso vai surgir a partir de uma ação que estamos fazendo que é o mapa da juventude pelo meio ambiente, que é uma grande pesquisa que estamos fazendo que vai além dos coletivos , além da REJUMA, pegar aí os assentamentos as COMVIDAS, Grupos de escoteiros, ONGs, pegar todas as iniciativas e partir daí lançar pegar as boas praticas. O portal do mês de mobilização do programa de juventude e meio ambiente foi um excelente indicativo de que com a qualidade do trabalho que está sendo

posto ali. Muitas pessoa que não são da Rejuma nem de coletivos estão entrando e contribuindo com isso”.

A falta de recurso também é um dos pontos que impedem a expansão do programa. Está claro a necessidade de expansão em quantidade e qualidade de participantes do programa. “Para isto, é necessário que se destine recursos para termos apoio continuado aos processos voltados ao planejamento e implantação de programas, projetos e atividades nesta direção”.

De uma forma geral os projetos ou ações que se desencadearam no Programa contribuíram para atrair o jovem na luta pelo seu espaço, por sua cultura, se empoderar e se entender como cidadão, que tem responsabilidade com seu meio, além de contribuir para a questão social, ou seja, atrai o jovem para outros caminhos que não seja a marginalidade, as drogas.

Também a EA como elemento estruturante para conexão do jovem como sujeito social desse espaço. “Através de a EA fortalecer a sociedade nesse aspecto de melhorar o espaço social, trazendo o jovem para o lugar que é o dele. Porque o lugar dele não é a droga, não é a marginalidade, mas é sua construção cidadã, é ele está opinando e contribuindo na construção de políticas públicas então espaços socialmente construídos. A EA tem enraizado muito e de uma forma muito sutil, a sociedade ainda não percebeu ainda, mas está trazendo esse jovem desses outros espaços que não queremos”.

2) Ações

a) Encontros de formação

Os encontros de juventude e meio ambiente realizados ao longo desses anos, nada mais foram que a consolidação do programa e da política pública implementada. “Depois houve a consolidação do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, com algumas ações como os encontros de formação que houveram e tentar definir uma linha de ação programa. Acho que isso foram ações fundamentais para que a temática tomasse essa dimensão toda na discussão e que trouxesse mais jovem pra essa discussão”. No entanto, ainda contam com pouco investimento para que sejam realizadas formações de qualidade para os jovens das temáticas ambientais.

Os encontros de formação não tiveram uma repercussão muito grande nos estados, nos sentido de multiplicar essa formação que era passada nos encontros. Havia alguma limitação nos próprios coletivos jovens de divulgar aquilo que tinha sido aprendido.

b) Coletivos jovens

Primeiros chamados de conselho jovem e logo mudaram para Coletivo jovem de meio ambiente, é considerada como a mola propulsora, ou a primeira ação do que mais tarde veio a ser o Programa de Juventude e Meio Ambiente. A criação desses espaços nos estados desencadeou um processo de mobilização, de agregar pessoas, de articulação, de ensino e aprendizagem. A formação do coletivo Jovem foi fundamental para a juventude saber organizar-se. “A formação desse coletivo nasceu com o objetivo no sentido das pessoas se conhecerem e começarem a planejar coisas” e organizarem as conferências nacionais de meio ambiente. Então o fomento, o apoio aos coletivos jovens que iniciaram a sua formação apoiando e

mobilizando a juventude a participar no processo de conferência e que depois tomou corpo, mais pessoas foram convidadas a participar e daí foi surgindo demandas e expandindo as ações. A partir daí vieram outras atividades e criação de outros coletivos em outras cidades. Muita gente interessada em participar, discutir os mesmos problemas ambientais, uma identificação, “muda os biomas, as regiões, mas os problemas são os mesmos”.

Para um entrevistado, o governo federal foi muito feliz quando lançou a forma de fazer política no coletivo, não institucionalizados, não formais, e ao mesmo tempo aguardando a resposta de como a coisa ia se formar, que desenho iria ter. “Isso foi interessante teve muitos riscos, mas que deu certo. O aprender fazendo. Todas as pedras no caminho e os vacilos, com a juventude e com os coletivos acho que aconteceram porque eles estavam aprendendo a fazer também, não tinha fórmula. Então a avaliação o saldo é positivo dessa primeira fase. Porque conseguiu conquistar, um encontro e isso foi possível fazer “.

A relação intergeracional, a relação com o mundo adulto é um exercício bem interessante na prática deste espaço, onde o mais importante é o tema que está sendo discutido. “O coletivo faz esse link muito bem feito, entre o mundo adulto e das pessoas adultas que estão no governo, implementando políticas públicas com o dialogo com esses espaços de formação de cidadão, seja o espaço formal ou não. Então eles fazem o religar e dão um ponto de equilíbrio para que todas as coisas que aconteçam”.

c) REJUMA

A Rede de Juventude pelo Meio Ambiente - REJUMA foi considerado como a segunda ação do programa que tem uma maior importância e que tem uma audiência bastante interessante diante de todos os mecanismos do programa. A Rede foi o canal de comunicação encontrado para manter e aplicar a educação continuada, com o uso da tecnologia social e sem tomar o caminho da institucionalização. E o fato de trabalhar num coletivo está vinculado a uma escolha política que foi definida naquele momento.

“A REJUMA é tomada com elemento importante de mobilização social, educação ambiental e construção de políticas públicas”. No entanto, o fato de ter nascido através de ações governamentais pesa nas ações do que hoje já é um movimento.

Para um respondente a rede funciona como um canal que tem um nível de aprendizagem bem interessante, que tem expandido suas discussões e temas debatidos. Um espaço realmente de diálogos, troca de informações ambientais e que tem a ação como estratégia. E dentro dessa estratégia ela coloca na prática o jovem como sujeito social e que passam para incorporarem a equipe e profissionais de meio ambiente. “Essa é a avaliação que faço. Passam por uma fase de sujeito social como profissionais da área. Antes eram sujeitos sociais como voluntários, depois viram sujeitos sociais como agentes ecológicos, depois vira sujeito social como mobilizadores e hoje são sujeitos sociais e profissionais da área de meio ambiente. E aquele que negue isso, porque tem 70 % da população para comprovar. Porque a juventude está na linha da comunicação domina a informação. A mídia quem contrata são os jovens, porque são mais baixos os salários. E então tem de alguma forma o domínio dos meios de comunicação. O programa atualmente quem conduz é a REJUMA”.

d) Agenda 21

O Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente contribuirá para o Programa Agenda 21 principalmente em três sentidos: 1) fortalecendo processos de Agendas 21 locais, na medida em que promoverá uma maior participação da juventude; 2) trazendo novas perspectivas para o processo de atualização da Agenda 21 Brasileira com a criação da Agenda 21 da Juventude; e

3) propiciando a articulação do Programa Agenda 21 com programas de outros ministérios. Sendo que a perspectiva adotada pelo Grupo Interministerial responsável pela elaboração de diretrizes para o PJMA é a de que o programa deverá fortalecer e consolidar ações já existentes, ao mesmo tempo em que criará uma plataforma comum para uso de diferentes ministérios, o PJMA surge como uma ótima oportunidade de expansão das ações do Programa Agenda 21.

Ao mesmo tempo, fazendo o entrelaçamento entre políticas ambientais, de educação e de juventude, serão reforçadas políticas que já vêm dando bons frutos, tais como a criação de Agendas 21 nas Escolas, Salas Verdes e Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

O projeto agenda 21 nas escolas executado pelo coletivo jovem de meio ambiente de Salvador, foi considerado um projeto com um desafio bastante difícil de ser superado,mas que ao mesmo tempo foi um grande salto de amadurecimento para muitos dos componentes do coletivo que permaneceram e executaram esse projeto.

Questão 10 Quais os projetos que desenvolvidos por essa instituição? (em caso de ser alguma instituição que trabalha ou trabalhou com o tema).

Para analisar esta questão dividimos os campos analíticos e interpretativos em função de cada categoria entrevistada, ou seja, na esfera de governo (federal, estadual e municipal), líderes juvenis, universidades, Ongs e o Movimento Escoteiro na Bahia. Os projetos citados foram ou são desenvolvidos pelas instituições correspondentes e onde no universo da amostra da pesquisa foi possível fazer um diagnóstico dos projetos que abordam a temática juventude e meio ambiente.

1) Governo

a) Federal

O Ministério de Educação não tem a prerrogativa trabalhar com projetos com juventude diretamente que não esteja inserido no âmbito formal de ensino. Portanto, tem trabalhado organizando os encontros de Juventude, o momento de formação dos jovens. Uma pesquisa com as COM-VIDAS, no sentido de acompanhar o desenvolvimento das mesmas. Uma parceria com a UNICEF para fortalecer os municípios do nordeste brasileiros e a Amazônia, com o programa municípios amigos da criança e um dos indicadores de seleção será a existência de COM-VIDAS. A idéia a trabalhar com os coletivos jovens de cada estado e ou município para fazer este levantamento das COM-VIDAS, junto as prefeituras, as secretarias de Educação e serão um total de 2000 municípios. A UNICEF está considerando as COM-VIDAS e os CJs como uma política publica que vale a pena eles fortalecerem para dar continuidade a política quando acabe o mandato dessa gestão do governo federal.

A Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC vêm estimulando a participação da juventude nas discussões sobre meio ambiente, a partir das suas escolas. Existe a proposta de se criar um programa de juventude e meio ambiente,

para dar formação aos jovens em temas relacionados ao meio ambiente. Este programa de Juventude e Meio ambiente tem muitas parcerias especiais com organismos internacionais que estão implantando esta política. E com isso a Conferencia Internacional Infanto Juvenil pelo meio ambiente realizada em 2010. E nesta conferencia terá representantes juvenis de cada país participante e a intenção será criar um movimento de juventude e meio ambiente internacional baseado na experiência brasileira.

Já o Ministério do Meio Ambiente possui diversas políticas que podem ser altamente potencializadas pela participação dos jovens. Especificamente na SAIC – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, da qual o Programa Agenda 21 faz parte, os jovens podem e devem participar de outros programas do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (Conferência Nacional de Meio Ambiente, Agenda Ambiental, para REJUMA Administração Pública – A3P; do Departamento de Educação Ambiental (Salas Verdes, educação em Unidades de Conservação, entre outros) e da área de Consumo Sustentável, que vem lançando campanhas de conscientização da população com relação à produção, consumo e destinação de resíduos.

Além destas ações, os jovens podem e devem se envolver com as outras políticas do MMA que promovem, através de suas metodologias, a participação da sociedade civil, e têm como objetivo principal o desenvolvimento local, tais como ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico, Gestar – Gestão Ambiental Rural, Projeto Orla e Proecotur. Outras ações, apoiadas pelo MMA, como a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, também podem ser potencializadas pelas perspectivas e demandas da juventude.

Por fim, foi lançado o III número da Revista Agenda 21 e Juventude com uma coletânea de artigos elaborados por jovens de todo o país sobre seus pensamentos, anseios e experiências adquiridas durante esta caminhada pela sustentabilidade.

2) Estadual

O CEJUVE – O Conselho Estadual de Juventude do Estado da Bahia, surge a partir de uma demanda da Conferencia Nacional de Juventude, realizada em 2008. Cabe ao Cejuve, propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política estadual de juventude, apresentar políticas públicas para o segmento juvenil e promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da juventude baiana. Foi criado em outubro de 2008 e os componentes tomaram posse em janeiro de 2009. A política de juventude do estado da Bahia tem como referencia e segue os passos da Secretaria Nacional de Juventude e os avanços do governo Lula. A Conferência Estadual de Juventude foi realizada a partir de uma convocação nacional, seguindo o modelo recomendado pela Secretaria Nacional de Juventude para estarem inseridos na Conferencia Nacional. No âmbito do CEJUVE já foram realizados diversos debates com temas de interesse da juventude - A questão ambiental é tomada como um tema que é transversal a todos os demais debatidos no âmbito do conselho, assim como questões de gênero e raça.

O conselho está dividido em grupos de trabalhos que são: Saúde e bem estar da Juventude, Políticas públicas de Juventude e um grupo de trabalho conselho que cuida do próprio funcionamento do conselho, do regimento e etc.

A composição do CEJUVE está ao máximo de representação da juventude baiana, ainda que não chegue a sua totalidade. “Fazemos com que o CEJUVE seja o

máximo da representação da juventude. Apesar de que compreendemos que o CEJUVE não é a juventude baiana em si, porque a juventude baiana ela é muito ampla e muito diversificada. Mas entendemos a dificuldade de chegar a uma representação ampla”. Procura-se chegar na máxima representação possível. Atualmente está composto por 2/3 da sociedade civil e 1/3 do estado, do poder executivo. No poder executivo estão todas as secretarias que possuem projetos, ações, ou seja, políticas voltadas para a juventude. Na sociedade civil buscam-se a máxima representação possível, jovens mulheres, juventude negra, juventude indígena, juventude do campo e outros.

O Plano Estadual de Juventude foi elaborado a partir das resoluções advindas do processo de conferência estadual, das contribuições feitas pelos 50 mil jovens que se envolveram nessa construção de debates. Estas contribuições foram sistematizadas no CEJUVE e colocadas numa linguagem mais jurídica para torna-se lei no futuro. No momento que foi realizada a entrevista, o plano estadual de Juventude estava sendo encaminhado para o poder Legislativo para ser avaliado, amadurecido e torna-se lei.

Outro ponto que avançou bastante e que também veio como demanda da conferências, tanto a Nacional como a Estadual, foi a criação dos conselhos municipais no estado da Bahia. Foi feito uma parceria com a UNESCO para fazer uma campanha e as prefeituras avançarem nas políticas públicas de Juventude, na criação do espaço, de um conselho, uma coordenação ou uma secretaria de juventude e na elaboração de um plano municipal de juventude. Com essa parceria, a prefeitura que aderir a campanha ganhará um selo da UNESCO por reconhecimento da preocupação com os debates de políticas públicas de juventude.

Outra ação do CEJUVE será a realização de um Festival da Juventude. Este festival terá um cunho mais lúdico, discutir políticas de juventude, anseios da categoria, a partir de uma expressão cultural.

A preocupação com a formação dos conselheiros é uma demanda bastante importante e atualmente mais ainda pela ampliação desses espaços de participação e o exercício da representatividade no âmbito desses espaços é uma prática que todavia temos muito que aprender. Com essa preocupação, o CEJUVE firmou uma parceria com a Universidade Católica de Salvador, com o Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura para elaboração de um curso de formação para os conselheiros, no sentido de formar em aspectos metodológicos e conceituais. Este curso seria com a intenção de dar aos conselheiros todos os subsídios, ferramentas para avaliar projetos submetidos ao conselho, bem como ter a real noção de como funciona a máquina administrativa do Estado, por exemplo. O que se observa muitas vezes é que a falta de compreensão desse tema leva a avaliação muitas vezes não pertinentes. Além de estar discutindo conceitualmente a temática com o núcleo de referência em pesquisa sobre Juventude no país e com especialista que trabalham a bastante tempo nessa temática.

“Nunca na história do Brasil o jovem foi chamado pra falar em política pública de juventude, para indicar quais são as políticas que devem ser feitas. E aí é muito desse novo paradigma do Governo Lula de enxergar a juventude com outros olhos, como mecanismo de transformação. Dentro dessa lógica do meio ambiente, da igualdade de gênero, da igualdade racial, a idéia de um novo mundo, os novos valores, novas perspectivas, e aí a juventude é o carro chefe pra isso. E daí o governo vê a juventude com um mecanismo, trás a juventude para se empoderar

disso. O governo deixa de ver o jovem como o elemento de estorvo e passa vê-lo como elemento fundamental da construção de políticas que se tornem parceiros dessa construção. O estado deixa de ser a visão tutelar, paternalista, assistencialista, de controlar, de manipular etc Então hoje o governo dá fala a juventude. E canalizar a energia que a juventude tem e utilizar para outras coisas “.

Estamos dando os primeiros passos diz o respondente. O tema juventude até na academia é um tema recente, algo muito novo. Quando toma como referência outros segmentos sociais tem um grau muito maior de maturidade que o de juventude. “As pessoas tendem está comparando a minha ação com a geração de 68, com se todos dessa época fossem ativista político e não era, eram setores da juventude que participavam. Daí os veículos de comunicação tendem a estar falando da nossa geração como uma geração amorfa, apática, que não tem gosto pela política e as conferencias mostraram o contrario. Você imagina um conferencia com 50 mil jovens para discutir políticas públicas de juventude. E isso mostrou que não é bem assim. E essa questão do meio ambiente não tem um jovem que não se sensibilize com essa temática”.

No âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente podemos destacar alguns projetos que foram apoiados por este órgão, tais como: Vídeo da Juventude e meio ambiente o documentário resultado do II Encontro Estadual de Juventude e Meio Ambiente, com a idéia de apresentar um pouco as diferentes formas de participação da juventude na discussão ambiental; o projeto Jovens Ativistas, uma ação concreta durante o ano de 2007-2008, com a juventude ligada a escola de Vitória da Conquista, município localizado no sudoeste da Bahia. Um convênio de uma ONG que já trabalhava com a temática de juventude para apoiar o projeto de formação de jovens que tendo como produto a confecção do Atlas Ambiental da cidade e COM-

VIDAS nas escolas. Este projeto trabalhou com jovens da faixa etária de 14 e 15 anos em 30 escolas públicas e foi finalizado em 2008. No entanto, não foi considerada uma experiência com muito êxito, não funcionou com uma lógica que dentro dos princípios de uma EA crítica, mas serviu para dar o melhor formato ao Programa Estadual de Juventude e Meio Ambiente, reconhecendo que de fato teria que ser uma política pública, com acesso público de uma forma democrática. E por fim reconhecer o espaço da CIEA, como espaço legítimo de participação da juventude da elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental.

O Instituto de Gestão de Água e Clima do estado da Bahia, um dos projetos que desenvolve é trabalhando com Educação Ambiental nas ações que envolvem sistemas de abastecimento de água. Este projeto é desenvolvido nos municípios baianos e como um das etapas que faz parte da metodologia do trabalho é identificar os atores sociais locais. E ao fazer esse levantamento foi verificado que todos os atores sociais eram jovens. A princípio não era uma ação para juventude mas que tornou sendo, pois ao incorporar a juventude o projeto deu uma dinamização impressionante. Assim, foi incorporada ao projeto uma linha de educomunicação. “Incorporamos a linha pra que fosse junto com a cultura, as artes, para discutir a questão ambiental e fazer com que esses processos tivessem um caráter pedagógico. Quando a gente já estava fechando essa relação com o Pro água, o programa que financiava o sistema de abastecimento de água. Não tínhamos focado o jovem e ele que tinha contribuído tanto, resolvemos fazer um Encontro de Educomunicação inserindo a pauta da juventude. E quando fomos fazer o mapeamento da comunicação, da cultura, a gente percebeu que estávamos lidando como público jovem também. E quando a gente foi fazer o levantamento dos meios de comunicação nos municípios, quem estava lá também eram os jovens “.

Dessa maneira, foi realizado o primeiro Encontro de Educomunicação onde eles participaram de oficinas, produziram coisas, discutindo o tema comunicação, juventude e meio ambiente. O interessante desse processo é que se percebeu uma aumento da auto estima dos jovens participantes, um maior engajamento e uma discussão mais focada na questão ambiental. E ademais, com uma vontade de “transformação e de promover mudanças”. A partir daí começaram a surgir projetos, os jovens passaram a ser mais críticos com relação ao poder público, em relação as escolas, enfim começaram a ser mais críticos em relação ao seu município e muitos deles se tornaram lideranças. A demanda foi tão grande que realizaram um segundo encontro de Educomunicação.

“O importante é que tudo isso não esteja desvinculada de uma questão maior, se não vira evento. E que o estado incorpore essas ações e encare enquanto política pública de estado “.

No âmbito da Secretaria Estadual de Educação o projeto de grande desafio foi a realização da I Conferência Estadual Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente. O grande objetivo era que a conferência atingisse as escolas do segmento estadual, municipal e particular. E os desafios enfrentados foram os mais diversos possíveis, desde as questões da burocracia da maquina administrativa, passando por de que maneira ia construir a metodologia, compra de materiais, contratação de oficineiros etc. “Tivemos uma série de desafios dentro da estrutura de governo, para promover essa divulgação e depois ara construir a própria conferência, por conta de ter um formato das coisas e que a maneira como agente construiu em forma de oficinas. E a compra do material para as oficinas até a contratação dos oficineiros, tudo isso foi um desafio dentro da burocracia do departamento financeiro da secretaria estadual. Foi um processo orçúlio, mas de numa construção pedagógica bastante valiosa “. A

opção de fazer uma conferência fora dos modelos convencionais, requereu uma quebra na estrutura burocrática na própria instituição, mas isso também foi considerado um aprendizado e um desafio a ser vencido para possibilitar que o jovem fosse realmente sujeito, que ele realmente participasse. A conferência foi desenhada em oficinas de Educomunicação, onde nelas foram trabalhadas as responsabilidades construídas no processo da conferência da escola. A tecnologia da informação é uma ferramenta que atrai bastante os jovens e com isso foram trabalhados os temas nas oficinas de uma maneira pedagógica, garantindo um grande aprendizado a todos. “Foram oficinas de Rap, de radio, de vídeo clip, que são coisas que atraem os jovens e muito ligado a questão da Educomunicação, que o tema da tecnologia da informação está aí e que não podemos fechar os olhos e que eles têm uma atração muito grande. Então eles escolhiam as oficinas que queriam participar e foi um aprendizado muito grande para todos. As atividades foram pensadas para que quando eles voltassem para suas escolas pudessem desenvolver lá. Que não fosse uma atividade estanque, mas que tivesse continuidade. Todas as atividades foram pensadas para que o aluno voltasse ao seu município e pudesse ser aplicado e continuado”.

Para dar continuidade à esta atividade, a Secretaria de Educação do estado está pensando em uma maneira de retornar aos municípios dos delegados que participou da conferência e verificar o andamento da execução das responsabilidades, verificando os desafios que estão sendo enfrentados, as dificuldades e os êxitos.

“Para gente dar continuidade ao processo e para não ser um evento simplesmente, se parou e se perdeu, mas dar a permanência e a continuidade e fortalecer os delegados e delegadas ao retornarem para o seu município e eles precisam ser amparados e fortalecidos na escola, então acho que isso também é o nosso papel”.

A conferência não foi um espaço de competição de escolha dos delegados, porque em função do atraso das cartilhas do MEC muitas escolas não enviaram seus cartazes e por todas as escolas que participaram foram para Salvador para participar da Conferência Estadual. O desejo era que aquele espaço fosse um espaço de compartilhamento e de construção e não de disputa e competição. “Os delegados depois iam ser escolhidos pela comissão, porque infelizmente não dava para ir todos para Brasília, mas o espaço da Conferência Estadual era de todos e para todos. Nós queríamos construir um clima de que cada uma tinha uma responsabilidade um compromisso a cumprir”.

3) Municipal

Dentro do governo municipal os Projetos de Educação Ambiental estão divididos entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, onde neste último há um setor de meio ambiente e uma coordenação educação ambiental.

Na Secretaria Municipal de Educação e Cultura foi desenvolvido o projeto Agenda 21 nas escolas, desenvolvido em parceria com o Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Salvador, o Grupo Pegada Jovem. O objetivo geral do projeto foi de construir da escola uma cultura de pensar o meio ambiente como uma proposta que surge dentro da escola, a partir das necessidades das escolas, das vivências dos alunos e a partir das necessidades da escola e do seu entorno. Com isso, a idéia foi fomentar uma reflexão de EA como uma coisa imprescindível dentro da escola. Tudo isso por meio da construção de COM-VIDAS nas escolas dos municípios de 5ª a 8ª série ²⁹.

²⁹ O Ministério da Educação do Brasil define a educação básica em três níveis: educação infantil, ensino fundamental e médio. A Educação Infantil de 0 a 6 anos, Ensino Fundamental com duração de 9 anos e o Ensino Médio com duração de três anos.

O projeto cobriu 26 escolas das 29 existentes na rede municipal. Toda a metodologia foi fundamentada na oficina do futuro trabalhada pelo coletivo, a árvore dos sonhos e o planejamento das agendas 21 escolares. No primeiro momento houve um evento para sensibilização das escolas com o fim de mobilizar as escolas e motivarem a participar. A adesão do aluno ao projeto era voluntária. Houve um segundo evento, já com os alunos que desejavam participar do projeto, com muitas atividades com o Coletivo Jovem, oficinas etc. A partir daí foi a execução do projeto já nas escolas que aderiram e com os alunos interessados. Eles escolhiam as oficinas que gostariam de trabalhar e atender as demandas possíveis da escola. Cada monitor foi encaminhado para trabalhar em duas escolas.

O projeto teve recursos financeiros previsto pela Secretaria Municipal de Educação e viabilizado por uma ONG o Grupo Ambientalista da Bahia, onde teve além do apoio para viabilizar o recurso financeiro, teve o apoio no planejamento e acompanhamento pedagógico das atividades que foram desenvolvidas. Aconteciam sistematicamente reuniões para avaliação e acompanhamento do projeto.

Algumas dificuldades foram encontradas no caminho para realização desse projeto. A falta de uma estrutura mínima de trabalho nas escolas para execução do projeto. A precariedade da rede pública de ensino é uma realidade, onde muitas vezes não tinha salas para realizar as atividades. O atraso do recurso financeiro prejudicou bastante o andamento do projeto, pois o grupo que estava mobilizado ficou durante muito tempo parado, desmobilizando-o. Isso rompe o encaminhamento das ações.

O projeto foi inserido no meio do curso letivo o que não foi favorável, dificultando o início das ações. Outro ponto bastante importante, segundo o respondente os membros do coletivo não estavam preparados para atuar em escolas, lidar com alunos e com o perfil dos professores da rede de ensino público que é muito difícil.

“Mas para mim um aspecto fundamental é no nivelamento das pessoas que fazem parte do Coletivo, pra que tenha discurso comum, para que tenha práticas semelhantes e para que não enfraqueça o próprio grupo. Todos esses fatores enfraqueceram muito o grupo, não só o projeto, mas o grupo também”, diz o entrevistado.

Conciliar os horários dos alunos para que participassem das atividades do projeto foi um desafio grande e que dificultou a participação de muitos alunos. “Foi uma falha do projeto. Era uma preocupação deles também, mas enfim a gente não deu conta de superar”.

Nas avaliações realizadas pelo grupo Pegada Jovem e a Secretaria de Educação, foi verificado que muitos dos problemas apontados pelos alunos, eram difíceis de ser solucionados, pois se tratava de mudanças de uma infra-estrutura às vezes físicas, mas também de mudanças na infra-estrutura sistêmica.

No entanto, com tudo isso e apesar disso tudo, muitos jovens se sensibilizaram, se mobilizaram e se transformaram. “Foi uma experiência muito rica que serviu para nos mostrar que em EA nos temos que praticar o que agente fala. Ela deve ser incorporada nas outras práticas da escola. E esse conhecimento para inserção do CJ na escola ele precisa entender o universo da escola, quais são as ferramentas, as instancias, eu acho que isso falta, apesar de ser oriundas da escola publica, mas isso falta, pratica e o conhecimento institucional. Esse amadurecimento ainda falta no grupo. Muitos que estavam e saíram por não saber segurar a onda “.

Na Secretaria de Desenvolvimento Urbano foram desenvolvidos muitos projetos bastante interessantes na área de educação ambiental e com jovens o que proporcionou um desenvolvimento da área, no âmbito das escolas do município mas que infelizmente não deu continuidade na gestão política seguinte.

a. Escola, Música e Meio ambiente - Um projeto que culminava com a realização do Festival de Música sobre o meio ambiente. Então esse projeto a escola ficava durante um semestre fazia contatos com as escolas, sensibilizava os professores para falarem da temática ambiental para depois os meninos começarem a elaborar alguma música com a temática. E foram gravados 5 CDS e 6 festival realizados. Algumas escolas conseguiram fazer um trabalho de qualidade, com produção músicas interessantes, por outro lado a maioria das escolas faziam um trabalho incipiente, superficial, voltado para vertente preservacionista do meio ambiente. “Então que eu posso dizer depois de 6 anos desse projeto: Foi um projeto que tinha um poder de mobilização muito grande. As escolas realizavam internamente um mine festival para escolherem a música que realmente iam concorrer”. A qualidade do conteúdo das músicas crescia quando havia um envolvimento dos professores, motivando e trabalhando mais profundamente o tema com os alunos.

“Eu diria que 20% daqueles que participaram de fato o projeto representou uma mudança na maneira de enxergar o meio ambiente. Mas para maioria foi uma forma de participar para ganhar um premio. Para participar da festa do festival. Então foi um projeto que mobilizou bastante, mas como caráter formativo deixou muito desejar. Mas não tiro os méritos não. Foi um projeto interessante”.

b. Outro projeto foi do jovem monitor ambiental, que foi um processo que começou a discutir a construção da agenda 21 escolar, nas escolas da rede municipal. Havia umas dificuldades de chegar com a proposta do MEC, da construção das COM-VIDAS nas escolas, sem antes mobilizar o jovem, porque tinha que partir dele, não era uma questão de simplesmente do professor dizer que queria construir uma agenda 21. “Então antes de pensar em construir a agenda 21 a gente propôs o projeto que era o jovem monitor ambiental, passávamos nas salas de aula

para sensibilizar os alunos, formávamos um grupo de jovens de cada escola e esses passavam por um processo de formação de educação ambiental, uma oficina, que no final davam certificado. E aqueles jovens eram os responsáveis para puxar na sua escola todo o processo de formação das agendas 21”. Foi um projeto que aconteceu em algumas escolas da rede de ensino e que segundo avalia o entrevistado teve uma repercussão boa no sentido de conteúdo, de surtir efeito. “Notava-se que aquele tinha mudado aquele jovem que participava”. As agendas 21 nessas escolas não foram implantadas por falta de continuidade e interesse da gestão pública. Houve mudança de governo e com isso uma falta de recurso para qualquer atividade do tipo.

c. O projeto Arte Educação Ambiental, mas na modalidade teatro. Era um projeto que trabalhava a EA tendo como modalidade de expressão o teatro. Foi apresentada a proposta para as escolas de 5^o a 8^a série e aquelas que tinham interesse aderiam ao projeto e daí levava a oficina para escola. Tinha dois estagiários de teatro que desenvolviam um trabalho com os meninos, selecionavam os participantes. Os textos foram criados pelos alunos e elaborados de acordo com as demandas da própria escola. E no final as peças foram apresentadas para todos os alunos da rede. Essas peças também foram convidadas para serem apresentadas em outros lugares e eventos. “Outra coisa interessante é que além da questão ambiental, houve também a formação em interpretação”, diz o entrevistado. O projeto foi desenvolvido em parceria com a SMEC, atual SECULT. “Todos os projetos foram feitos na gestão anterior, tinha um interesse de fazer programas voltados para o jovem”.

d. O Atlas Ambiental veio partir da crise pela dificuldade de recursos de continuar os projetos. Então o que se poderia fazer dentro das salas de aulas com o

material que se tinha guardado? Então surgiu a idéia de fazer um Atlas Ambiental, algo que fosse com o caráter didático para ser utilizado nas escolas. Junto com o Atlas foi desenvolvido outro projeto foram às diretrizes de EA para as escolas. Foi elaborada uma publicação com o fim de orientar os professores para trabalhar com EA com sugestões de atividades. Para isso, houve um curso de formação de professores de como utilizar essas diretrizes. Por falta de interesse da própria secretaria de Educação não houve continuidade no projeto. Alguns professores começaram a desistir, tinha que se deslocar para o local do curso. E por conta de desorganização da infra-estrutura realmente não conseguiu dar continuidade. Mas mesmo assim o curso chegou a formar 150 professores da rede.

4) Líderes Juvenis

Dentre os projetos atualmente desenvolvidos pelos jovens entrevistados destacam-se alguns que estão sendo executados no interior do estado e isso é bastante relevante para o início do processo de enraizamento das ações do coletivo jovem. Ações estas que estão relacionadas à questão socioambiental, cultural, de sustentabilidade e juventude. Rodas de diálogos e oficinas.

Por outro lado, um projeto inter redes que tem um potencial bastante interessante com a implantação do fundo de recursos para financiar pequenos projetos de juventude. A inter-redes é uma rede de juventude do nordeste e a REJUMA está inserida nela. Nasceu de uma articulação de outras redes que atuam com juventude e a partir de um projeto do subúrbio ferroviário de Salvador, bairro bastante povoado da periferia da cidade, chamado Redes Juventudes que trabalham com arte, educação e comunicação.

A rede de jovens do Nordeste trabalha a política pública de uma forma geral, em todos os temas. E a Rede de Juventudes também trabalha em todos os temas, mas acaba trabalhando mais a juventude excluída e nos bairros de periferias urbana. A rede de jovens do nordeste tem uma veia partidária e trata com muita propriedade a questão racial, de gênero. E todas as redes têm uma veia artística muito forte. A REJUMA por sua vez conquista um assento no Conselho Nacional da Juventude e desperta curiosidade de todos os demais, pois era a única rede de jovens que trabalhavam com escolas, um universo ainda não tocado por este outro movimento de jovens, e a convida a participar do Rede de Jovens do Nordeste.

A Fundação AVINA e a Kellogs financiaram os primeiros encontros para reconhecimento de todas as redes com inter-redes. E posteriormente a Fundação Kellogs fechando as portas de sua atuação na América Latina, finalizando os projetos, propôs um financiamento de um projeto no Nordeste e com jovens. Daí então surgiu a idéia do fundo inter-redes, para dar uma injeção na continuidade das ações, e sobretudo para atender as demandas do interior do nordeste, região bastante escassa de recursos financeiros e com muitas demandas a serem atendidas. “Este projeto vai acontecer durante 2 anos e foi contratado um jovem por meio de uma ONG de Natal, para coordenar o projeto”.

5) Universidades

De acordo com os entrevistados das universidades da cidade de Salvador, não existe projetos com esse tema específico. Existe sim, uma grande experiência com pesquisadores de nomes bem reconhecidos, com políticas de juventude em geral, como é o caso do núcleo de pesquisa da Universidade Católica de Salvador: No

entanto, com o tema Juventude e Meio ambiente é muito recente e bastante novo para academia também. E isso é nos demonstra a necessidade de linhas de pesquisa nessa área para fundamentar as políticas específicas.

6) ONG's

O Grupo Ambientalista da Bahia- Gambá tem uma linha de atuação que é a formação de voluntários do Gambá. Este projeto inicialmente não tinha o objetivo de trabalhar especificamente com jovens, mas que acabou sendo atraído por um público mais jovem. Envolver o jovem na discussão nacional da Educação Ambiental era a perspectiva do projeto, tentando envolver-los nos espaços para que ele pudesse expressar suas idéias, necessidades, sempre com o viés ambiental.

“Embora o trabalho com a formação de voluntários não tenha sido pensado especificamente para jovens, ele acabou quase se tornando um trabalho com jovens voltado para questão ambiental”.

Daí houve uma diversificação, teve jovem que acompanhou o processo de conferencia, acompanhou jovens que se engajaram nas discussões de colegiado de meio ambiente, jovens que trabalharam com alfabetização, jovens que se incorporaram no processo de mobilização para a Conferência Infanto Juvenil e na incorporação de outros jovens vindos do interior da Bahia e outros.

Além dessas atividades que estavam dentro do Programa Formação da Cidadania, outro programa da ong, Conservação do Ecossistema, tem todo um trabalho voltado para jovens voluntários ligados na questão do reflorestamento e na discussão da conservação da mata, da fauna, e da flora local, trabalho com a comunidade local, no interior da Bahia. “Teve neste programa toda uma preocupação educativa de

formarem jovens e formar voluntários com essa perspectiva de preocupação da causa ambiental”.

Existe outro programa de Acompanhamento de políticas públicas, que tinha como meta acompanhar políticas públicas em diversas temáticas ambientais. “É um acompanhamento que forma pessoas e colabora nesse processo educativo, com as pessoas voltadas para discutir as Políticas públicas, tanto nas áreas temáticas que o Gambá se envolve com também nas outras políticas públicas no estado da Bahia”.

E por último, destacamos o apoio dado ao Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Salvador, Pegada Jovem, no acompanhamento administrativo e pedagógico do projeto Agenda 21 escolar. “O Gambá colabora acompanhando esse” processo, dando uma assessoria pra atividades que eles realizam ou facilitando momento de planejamento e de avaliação e nesse sentido acompanha isso também, vendo toda a preocupação com essa EA que está posta a partir da PNEA. Ora com acertos ora com erros. Acho que nesse projeto agenda 21, a perspectiva de aprender fazendo e fazer aprendendo é constante e nesse ponto eles têm nota 10. Podem ter dificuldades em varias outras questões. Mas eles estão o tempo todo buscando esse aprendizado e isso como formação pra eles e incrível é fundamental é um aprendizado para vida.

7) Movimento Escoteiro da Bahia

“O movimento é um movimento de jovem, para jovem. O adulto só está no movimento para trabalhar pra esse jovem”.

O movimento escoteiro é conhecido no mundo, como um movimento educativo dedicado aos jovens, com ênfase da formação do caráter e na prática dos valores

humanos. Teve com seu criador, Baden Pawell, inglês, nos princípios do século XX. Atividades lúdicas com objetivos educativos, nas atividades ao ar livre e prestação de serviços a comunidades são algumas das estratégias metodológicas para trabalhar a formação do caráter e dos valores no indivíduo.

No Brasil foi fundada em 1910 e este ano comemora um primeiro centenário do movimento. Na Bahia, chegou a mais ou menos 89 anos por meio da Marinha e atualmente temos registrado cerca de 1012 pessoas no movimento.

São realizadas diversas atividades dentro do movimento dos escoteiros são as mais variadas desde uma leitura de uma letra de música até uma atividade de esporte radical, por exemplo. São utilizados uma diversidade de estratégias metodológicas para atender aos grupos de diferentes idades. No norte e no nordeste do país tem uma dificuldade muito grande de inserção no movimento. Isso, segundo o entrevistado se dá por diversos motivos e dentre elas a questão econômica, cultural e de certo preconceito por pensar que é algum movimento ligado a religião.

“Ele não é um movimento caro, mas é um movimento que requer uma disponibilidade econômica, não é muito barato. Então algumas pessoas de determinada faixa econômica não conseguem investir no garoto. Porque às vezes em um acampamento precisa dar uma cota de 10 reais, para as despesas. Por outro lado, as pessoas que tem uma disponibilidade econômica melhor elas não entram no movimento, porque acham que é uma coisa religiosa, cafona, antiga, acredita que vai ter muitos e muitos entraves, quando na realidade não conhece o movimento e não entram. E aparece que com os que nós trabalhamos são valores, parece que a sociedade não está muito interessada”.

O movimento trabalha na realidade com o jovem que possui uma referência familiar, não é o jovem em situação de risco é sim o jovem com um mínimo de núcleo familiar.

É um movimento feito do adulto para e com o jovem. Com isso o adulto é um ponto bastante no desenvolvimento do trabalho dos escoteiros. O sucesso das atividades vai depender do adulto que está à frente coordenando. No entanto, ter o adulto é um para executar as atividades é bastante difícil diz a entrevistada, pois se trata de um trabalho voluntário, onde a pessoa gasta para ter a formação com os cursos e comparecer nas atividades. É difícil atrair o adulto para uma atividade como essa.

O que se percebe é que o princípio da geração aprende com a outra é um princípio que está dentro do movimento na prática, no fazer acontecer as atividades. Também vejo outro princípio que direciona os trabalhos com o coletivo jovem que é a prática do fazer aprendendo e aprender fazendo. Os meninos do movimento escoteiros atuam dessa maneira, praticando as atividades propostas e aprendendo com elas.

A estratégia de atração do jovem é através de um jovem que participou de alguma atividade e gosta convida o outro.

As atividades buscam trabalhar o físico, o intelecto, o afetivo, o social e a espiritualidade e com metodologias distintas para cada uma delas e para cada faixa etária. Busca também desenvolver o olhar crítico nestas atividades para desenvolver capacidade de avaliar o outro e a si mesmo na convivência em grupo.

Ter o jovem como o sujeito, este a viés atual do movimento escoteiro. Foi mudada um pouco a estrutura para que o jovem diga o que quer, opine e expresse suas demandas. E para isso foi preciso em 1998 mudar um pouco o método, deixando mais flexível. “Não é o adulto que vai dizer faça ou deixe de fazer. Não queremos criar ditadores, queremos formar protagonistas, sujeitos”.

Questão 11 Sr (a) conhece algum programa de Juventude em outros países? Quais?

A falta de informação e de conhecimento sobre o tema no país é refletido nas respostas dos entrevistados, onde a maioria não respondeu a questão por um desconhecimento acerca do tema. Mas aqueles que lidam diretamente com o tema na escala governamental e na universidade tem informações de alguns programas, sobretudo na América Latina onde está bastante avançado em relação as políticas de juventude.

Essa falta de conhecimento também se dá pela barreira lingüística que existe entres o Brasil e os demais países da América Latina. O idioma segundo um entrevistando é uma barreira para estreitar as relações com estes países e com isso disseminação do conhecimento.

Mas ainda assim foram citados alguns países latinos que se destacam nos avanços da política de juventude e que tem servido de referências para as políticas de juventude brasileiras. Com isso destacam-se a Argentina, México, Colômbia, Venezuela, Chile como destaque na América Latina e também algumas referências européias, como Portugal e Espanha, também no Japão, bem como alguns países africanos de língua portuguesa como é o caso de Angola.

A Argentina tem um programa bem forte dos ECOCLUBES. São gerenciados pelo Ministério do Meio Ambiente argentino que levam a cabo as ações do Programa Nacional de Juventude.

Já o México segundo o entrevistado tem um programa bastante completo, forte politicamente e conceitualmente fraco. É um programa que está respaldado na lei e com um Plano de Juventude bastante avançado.

O México, Colômbia, Venezuela e Chile e os programas discutidos no Relatório do Banco Mundial sobre Futuras gerações, de 2007. A Comissão de parlamentares que estava elaborando o Plano Nacional de Juventude em 2007-2008 subsidiados pela UNESCO esteve visitando as experiências de Portugal e Espanha. “Quando participamos na elaboração do documento Política de/para/com juventude que subsidiou a formação do sistema de políticas de juventude, em 2008 tivemos a colaboração do consultor internacional Ernesto Rodrigues que trabalhou em vários planos de juventude na América Latina”. E alguns projetos brasileiros, como o PROJOVEM e o Primeiro Emprego, tiveram formatação bastante parecidas com os programas de México, Chile e Colômbia, mas claro com adaptações.

Questão 12 Quais foram os avanços em termos de políticas públicas de Juventude que houve durante esses anos? (Líderes políticos, pesquisadores, estudiosos).

Houve avanços isso é que deixa claro a grande parte das respostas daqueles que tinham elementos para avaliar os avanços. Como se trata de um tema novo e recente nas discussões políticas brasileiras, ainda há muito que caminhar nesse sentido.

Dessa maneira, destacamos os seguintes campos analíticos interpretativos:

a) Estrutura Política

O formato metodológico das conferências realizadas que envolvem o tema, tanto a de Juventude e a de Meio ambiente, foram consideradas estratégias metodológicas bastante adequadas para enfrentar os desafios da juventude na construção dessa

política pública. O fortalecimento das organizações juvenis e dos movimentos de juventudes é algo que deve ser prioridade nos programas específicos dos estados brasileiros. Também importante considerar a possibilidade de se construir um programa Nacional de Juventude e Meio ambiente é um grande avanço.

A articulação com a REJUMA e o CJ's fundamental para o controle social das políticas públicas e conseqüentemente o aprimoramento e expansão.

A criação do Conselho Nacional de Juventude tem um grande potencial para dar espaço para as políticas de juventude, no entanto, "o governo brasileiro não vem pondo em prática as políticas de juventude aprovadas pelos jovens na Conferência Nacional de Juventude", diz um entrevistado. Talvez não tenham correspondido as expectativas geradas no processo de conferências, mas temos que reconhecer que algo avançou num país onde a categoria juvenil não era reconhecida como tal. Claro que há muitos caminhos a ser percorrido, a implementação dessas políticas que está sendo pensada é o momento talvez de maior importância para garantir a continuidade das ações.

Em alguns estados a constituição e a motivação para que os municípios constituam um setor de dedicado a juventude dentro das Secretarias de meio ambiente.

b) Diálogo

O diálogo intergeracional, este foi considerado um dos principais avanços para o estabelecimento da política. "Contemplar o jovem numa política estadual, legitimar esta categoria, reconhecer que ele está ali pra fazer acontecer, e não só pra observar as coisas que estão passando então que essa discussão política tem sido positiva, inserir esse jovem nesses espaços fazer com que ele participe ativamente. É só o cuidado de como fazer essa inserção".

A Educomunicação tem sido um tema de bastante atração para os jovens e saiu da Educação Ambiental e tem servido muito ampliar a discussão ambiental nos diálogos. “O diálogo entre o novo e o velho foi bem rico e bastante interessante o diálogo e isso é muito positivo na EA. O respeito ao outro, ao saber do outro”.

c) Publicações

A dimensão acadêmica também é uma área que vem ganhando espaço, pesquisas e que os estudos vão contribuir para compreender todo esse processo, seus limites, potencialidades e impactos.

“São muitas as pesquisas e publicações a maioria data dos últimos 5 anos. Vários cursos de qualificação de gestores foram realizados no país. Há algumas poucas representações no legislativo jovens, mas há em nível do Congresso Nacional uma Comissão que trata de políticas de juventude, estando em pauta para ser aprovado o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude.

5.3 - Grupo de discussão – Grupo Pegada Jovem

Para analisar os produtos gerados pelos encontros do grupo de discussão buscou-se avaliá-los tomando como base as sistematizações dos encontros que foram feitos pelo investigador e o conteúdo dos discursos dos jovens, de maneira a está mais próxima da realidade. Todos os encontros foram gravados e sistematizados.

1 – *Quem somos nós?* - Caracterização do Grupo Pegada Jovem

O grupo pegada jovem foi criado no ano de 2003 para organizar a 1ª Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente no estado da Bahia. Sua função era mobilizar as escolas a participarem e fazer parte da Comissão de organização Estadual. Neste momento o grupo se chamava Conselho Jovem da Bahia e não era denominado como Pegada Jovem. Depois quando passou a ser coletivo jovem e os jovens mais envolvidos se encontravam em Salvador e região metropolitana o grupo passou a ter identidade e chamado de Pegada Jovem. Na época de sua criação, o grupo contava com aproximadamente 40 jovens, e contava com jovens de diferentes origens, tanto instituições e movimentos diferentes bem como condições sócias econômicas distintas. Ao passar do tempo, alguns dos membros do grupo se mantiveram, mas outros tomaram outros rumos na vida, alguns começaram a trabalhar, outros entraram na universidade e não conseguiram seguir com a atividade do coletivo. Com isso, o grupo sofreu com um esvaziamento de pessoas, pois se tratava de um trabalho voluntário e para muitos jovens não foi possível conciliar com as demais demandas que possui a categoria. Então, ao longo dos

anos este número foi variável e o grupo funcionava quando havia alguma demanda dos ministérios (MEC e MMA) para serem atendidas. Essa sazonalidade de pessoas sempre foi característica do grupo, pois à medida que os jovens vão se tornando mais velhos existem outras carências que devem ser supridas e outros interesses, assim tomam outros rumos. Mas ainda assim, existem alguns membros, que mesmo iniciando outras atividades, permanecem da maneira que podem, mas por uma escolha até mesmo política e de atração pelo tema. E muitos deles se formaram, se tornaram profissionais e assumem cargos importantes na gestão governamental na área ambiental, em nível federal, estadual e municipal. O que reflete uma influência positiva na formação profissional destes jovens. E há também os jovens que não estão mais na idade prevista pela Unesco, passaram dos 29 anos e já não podem está nos coletivos, ainda que muitos seguem contribuindo com o movimento ambientalista. No seguinte item da linha do tempo, estarão melhores descritas todas as ações executadas pelo grupo Pegada jovem.

5.3.1 – Traçando o perfil sócio econômico e político do Grupo Pegada Jovem

Atualmente o grupo conta com 10 membros ativos e participantes do projeto Agenda 21 nas escolas municipais de Salvador. São jovens com idade entre 20 a 24 anos em sua maioria. Possuem grau de instrução que varia desde o segundo grau completo a curso superior completo, ou seja, existe uma diversidade de níveis de instrução. Um 80% vivem com sua própria família, mas são independentes financeiramente da sua família, ou seja, exercem outras atividades que lhes dão condições de subsistência. Dos 10 que responderam 50% vivem em casa própria, 40% alugada e 10% alugada. As casas que vivem todas possuem energia elétrica e

sistema de abastecimento de água, 90% rede de coleta de esgoto e coleta de lixo e 20% drenagem pluvial. O que reflete que estes jovens vivem em bairros que possuem as estruturas mínimas de saneamento, o que não é toda a população do município que dispõe destes serviços.

O bairro onde vivem possui associações seja ela de moradores ou de outro tema, e eles de alguma forma estão vinculados a uma delas.

Um 50 % do grupo fazem parte do coletivo desde o ano de criação, 20% se incorporaram durante o período de 2006, 2007 e 40 % nos últimos anos 2008 e 2009, o que revela que há uma permanência de alguns membros do grupo desde sua origem. Foram varias as maneiras que tomaram conhecimento sobre o CJ, por meio de amigos que convidaram, por meio das instituições que fazem parte ou pelo processo das conferências. O interesse pelo coletivo foi despertado 70% dos componentes por ser um grupo que trata de temas da relação do tema Juventude e Meio Ambiente e um 50% pela possibilidade de realizar trabalhos com Educação Ambiental.

Redes sociais, movimentos sociais ou ONG's

O interesse pelos espaços de participação como redes sociais, organizações não governamentais ou movimento social é notória, dado que todos os membros do coletivo fazem parte de algum espaço de participação seja virtual ou presencial, e foram citadas redes virtuais como a REJUMA (Rede de Juventude e Meio Ambiente), a REABA (Rede de Educação Ambiental da Bahia), Rede Sou de atitude, espaços como a CIEA e outros. A REJUMA tomou uma dimensão muito grande para além da proposta inicial, se fortaleceu, e hoje é um grande instrumento que vem

conquistando espaço e fortalecendo o Movimento de Juventude e Meio ambiente no país. A rede ultrapassou os limites do projeto inicial e hoje participa de espaços importantes para a construção da política pública no país, como o CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude), onde recentemente foi criado um Grupo de trabalho de meio ambiente no âmbito desse conselho. Além de está inserida em outros espaços como o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. E também inseridos em projetos como o Inter-redes no Nordeste do país. Sem contar com os mais variados temas debatidos na rede que desempenha o caráter educativo e formativo dessas instâncias.

As novas tecnologias de comunicação são fundamentais para a existência destes movimentos: são considerados sua estrutura organizativa. Sem internet, fax ou outros meios de comunicação alternativos, segundo Castells (1998) o movimento los patriotas, movimento social estadunidense da década de 90, não seriam uma rede influente, senão uma série de reações desconectadas e impotentes. Também segue o autor, sem a comunicação os zapatistas no México, movimento de camponeses, não teriam chegado as cidades e ao mundo no tempo real, seguiriam sendo uma força isolada e localizada como muitas outras que seguem lutando na América latina.

Por outro lado, no Brasil o uso das novas tecnologias, por parte das organizações não Governamentais tem avançado como ferramentas educativas, formativas e como mobilização para a luta da cidadania em busca de sociedade democrática. E os movimentos sociais populares no Brasil seguem na mesma linha, tem cada vez mais utilizado os recursos audiovisuais, principalmente o video, para os mais diferentes aspectos de seu trabalho: animação, mobilização, formação,

documentação de eventos e registros de sua historia, como recurso pedagógico na busca de uma metodologia de pesquisa participante.

Quando se refere à atuação desse jovem no movimento ou na instituição que atua ou até mesmo nas redes são bastante variadas, onde se destaca ações de articulação, facilitação, formação e capacitação. Também foram destacados atividades de eventos, execução de projetos, gestão administrativa e mobilização. Para todos os membros do grupo revelam o conceito meio ambiente numa visão integradora, onde a interação das diferentes formas de vida existentes no planeta, incluindo os seres humanos.

A educação ambiental nas escolas é o tema considerado o mais importantes para serem debatidos pela juventude, seguido da gestão ambiental local, relações humanas, mudanças climáticas e biodiversidade.

A participação nos espaços coletivos- CJ

Todos os componentes consideram importante a juventude participar nesses espaços de participação. São nesses espaços que os jovens podem falar das suas expectativas em relação ao meio ambiente e as políticas públicas, além de democratizar as discussões e o processo de tomada de decisão. Além de exercer a cidadania e do controle social. É um grupo social que poderá aportar perspectivas imprescindíveis para a construção das políticas públicas, colabora com a melhoria da qualidade de vida, heteroginiza a visão dos conflitos socioambientais locais, além do viés educativo, a participação promove a formação e assim terão mais oportunidade de trabalhar o mundo. Por outro lado um incremento a participação da juventude nesses espaços, denota um interesse maior da categoria ao temas

relacionados a ela mesma. Dá voz a suas demandas é algo bem importante, ainda que a decisão final não seja favorável, pois se trata de ser sujeito da história e ainda se tem os maiores índices de desemprego, de educação bem como de mortalidade. No entanto, de uma forma geral não era o CJ que assumia os espaços e sim pessoas que eram do CJ que assumiam os espaços de formulação de políticas públicas e mesmo esse de EA, não tem o envolvimento do CJ como deveria ser, diz um membro do coletivo.

Em relação à participação desses jovens no coletivo jovem, o grupo ver de uma forma geral bastante positiva. Reconhece no CJ um papel motivador tanto para formação da vida pessoal como a profissional, auxilia na formação humana e considera uma atividade prazerosa. Também ver a importância de participar do CJ, pois aperfeiçoa e desenvolve as práticas em EA, conhece diversas realidades, descobre as vocações profissionais sem contar com as mudanças de hábitos e de atitudes. Participar de um espaço autônomo auto gerenciado é ter a oportunidade de compreender melhor e ter noção de co-responsabilidade, por exemplo. E também proporciona a inserção do jovem não só na participação de políticas públicas, mas também o exercício dela, na sua implementação, bem como dando oportunidade para a formação e a capacitação dos mesmos. Em suma, para este grupo percebe-se o papel educador que proporciona a participação da juventude dos espaços de participação e isto é notado por eles próprios. Para o grupo a oportunidade de está inserido e participar desse grupo mudou em muitos aspectos da sua vida como a maneira de ver o mundo, vocação profissional, mudanças de hábitos, de tomar iniciativas e até muda a relação com sua própria cidade, com o seu bairro.

A identidade do grupo deve ser discutida. A sazonalidade do grupo faz com que mude o perfil do mesmo, chegam outras pessoas que não tem o mesmo objetivo do

grupo e esse é um problema de todos os CJ's. A identidade segundo Castells (1998), é a autodefinição do movimento, do que é e em nome de quem fala. Com objetivo social, faz referência ao tipo da ordem social, ou organização social que deseja ter no horizonte histórico da ação coletiva.

São muitos os aspectos positivos do coletivo jovem destacados pelo grupo Pegada Jovem tais como: promoção de um entusiasmo entre os jovens, ações bem sucedidas, a comunicação como forma de fortalecimento do grupo e as construções coletivas. Esta última destaca-se como uma das mais importantes tanto na estrutura como na gestão do CJ e muitas delas construídas na lista de discussão, ou seja, na rede virtual. Muito embora, a lista de discussão não seja suficiente para a comunicação.

Também o coletivo vem contribuindo para o enraizamento da Educação Ambiental, uma vez que promove uma capacitação de jovens, motiva a participação de outros jovens e a formação de outros coletivos no interior do estado da Bahia e também através de palestras, encontros, conferências, capacitação e realização de projetos nas escolas.

Os aspectos negativos destacados se referem à falta de compromisso de alguns membros do coletivo, desorganização de algumas reuniões, falta de planejamento e o fato de não ter um espaço físico para o grupo realizar e organizar suas atividades, com equipamentos adequados.

5.3.2 - Reconstruindo a História do Grupo Pegada Jovem.

Ano 2003

Foi criado no ano de 2003, durante um processo de mobilização em prol da Educação Ambiental: Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), realizada pelo Ministério de Meio Ambiente - MMA e Ministério de Educação - MEC. Houve em março de 2003 em Salvador uma reunião sediada na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), convocada pelo Ministério do Meio Ambiente. Foram convidados jovens de diversas ONG's de Salvador para participar dessa reunião e constituir o Conselho Jovem (nome inicialmente dado ao que depois veio a tornar Coletivo Jovem). Esses primeiros jovens que compareceram a reunião, foram os primeiros membros do Conselho Jovem da Bahia, publicado no Diário Oficial do Estado. Após esta reunião inicial foram convocadas outras reuniões para mobilizar mais jovens a participar e integrar ao Conselho Jovem. Nesse momento o objetivo principal do conselho era mobilizar as escolas a participar da 1ª Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente e formar parte da COE (Comissão organizadora estadual). O grupo era formado inicialmente por 12 jovens reunia-se regularmente para se conhecer e determinar uma forma de ação eficiente. Foram muitos os encontros, e neste processo novos jovens eram envolvidos enquanto que outros se afastavam. Estava ocorrendo a “seleção natural” dos membros do grupo.

Apesar do chamado feito pelo Ministério do Meio Ambiente para a constituição da proposta, não havia nenhum apoio institucional, teria que contar com o voluntariado tanto por parte dos órgãos gestores, das ONGs que participavam os jovens bem como dos próprios jovens.

Em setembro de 2003 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Juventude e Meio Ambiente que teve como objetivo era a preparação para a 1ª Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, com a apresentação da metodologia, sensibilização e escolha dos delegados para a conferência. Foi realizada uma simulação do que iria acontecer da conferência. Além de estudar, aprofundar e delinear os primeiros traços da Rede da Juventude pela Sustentabilidade, REJUMA, que foi criada desta ocasião do encontro.

Em outubro de 2003 o Conselho Jovem da Bahia organiza o 1º Encontro Estadual da Juventude e Meio Ambiente da Bahia, realizado na EBDA, com presença de 16 municípios do interior da Bahia e no total de 60 jovens, tanto do interior como da capital. Alguns jovens que participaram desse encontro também participaram da etapa estadual e se fizeram representantes para a Conferência Nacional pelo Meio Ambiente -Versão Adulto.

O Estado da Bahia neste ano não realizou Conferência Estadual, no entanto houve uma etapa estadual para escolha de delegados do estado da Bahia. Esta foi realizada no mês de novembro, onde houve a eleição do segmento jovem para a etapa nacional.

E nesse mesmo mês foi a etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional pelo Meio Ambiente tanto na versão adulta como na versão infanto juvenil, Universidade de Brasília, em Brasília, Distrito Federal. Os jovens do conselho jovem da Bahia foram para Brasília e desenvolveram atividade de formação, acompanhamento dos delegados e facilitação de oficinas.

Ano 2004

A partir deste ano o CJ-Ba começou a ampliar suas atividades, seu leque de possibilidade foi aumentando. Passado a conferência o grupo se dedicou a recadastrar as cartilhas (material didático orientativo para as escolas realizarem as conferencias) das escolas baianas que realizaram conferências, que foram aproximadamente 500 escolas.

Como resposta as deliberações da 1ª CNMA feita pelos delegados, os MEC e o MMA lançou o programa Vamos Cuidar do Brasil com as escolas, com o objetivo de formação continuada para professores e alunos. E também a criação de outros conselhos jovens no interior da Bahia. O programa foi executado com a parceria do governo estadual da Secretaria de Educação e a Secretaria de Meio Ambiente e o CJ.

Ano 2005

Realiza-se o 2º Encontro Nacional de Juventude e Meio Ambiente. Neste ano cria-se o Programa Juventude e Meio Ambiente com o objetivo de contribuir para fortalecer pessoas, organizações e movimentos de juventude do país com foco na educação ambiental e juventude, com especial atuação junto aos Coletivos Jovens.

Muda o nome de conselho para coletivo, dado a ampliação das ações.

O foco deste encontro foi a formação conceitual para os coletivos nos seguintes temas: formação política, educomunicação, educação ambiental, elaboração de projetos e facilitação de grupos. Também foi fomentada a ampliação dos CJs para o interior do Estado, nos municípios, visto que neste momento o CJ era concentrado no município de Salvador. O incentivo a participação dos jovens nos espaços de elaboração de políticas públicas de educação ambiental como a CIEA, por exemplo.

Neste ano começa a formação do Projeto Geojuvenil, que objetivava proporcionar a jovens e a organizações de juventudes brasileiras a oportunidade de expressar seus sentimentos e suas idéias em relação ao meio ambiente, culminando com uma publicação-referência com impressões, dados, análises, metodologias e fazeres políticos.

Também neste mesmo ano começam a organização e mobilização para a 2ª Conferencia Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente e os CJ Bahia se apresenta para participar na COE estadual. Desempenha atividades de sensibilização e mobilização de escolas para participarem.

Foi realizado neste ano o 5º Fórum de Educação Ambiental em Goiânia, onde o CJ articulou e viabilizou a ida de jovens para participa do evento, organizando uma caravana.

Devido à diversidade de atividades, ao perfil do grupo e as condições estruturais e organizacionais, a identidade do grupo era algo importante a ser discutido para seguir exercendo e atingir o objetivo de catalisador e fomentador de um processo de ampliação do CJ. Assim o grupo passa ter uma identidade e denominou-se Grupo Pegada Jovem, como seus componentes eram da cidade de salvador com poucos membros da região metropolitana o grupo de caracterizou como o Coletivo jovem de Salvador.

Ano 2006

Como se tratava de ano de conferência, houve um encontro preparatório em Salvador com os delegados escolhidos pelo CJ, para a 2ª Conferência Nacional Infanto juvenil pelo Meio Ambiente.

Várias reuniões de formação do grupo pegada jovem foram realizadas neste ano. Bem como, muitas reuniões de planejamento para a realização do 2º Encontro Estadual de Juventude e Meio Ambiente. Nestas reuniões foram executadas atividades de elaboração de projeto, captação de recursos, organização e execução. Também na ocasião do 2º Encontro foi criada a rede da REJUMA Bahia, para manter vivos os elos feitos no 2ª encontro com os jovens do interior e dar continuidade das ações incentivadas pelo grupo Pegada Jovem. Neste encontro participaram em torno de 60 jovens, no interior e da capital do estado.

Na ocasião do 2º Encontro foi produzido e elaborado o documentário Juventude e Meio Ambiente reflexões e conexões necessárias.

Foi publicado o livro Juventude e Meio Ambiente: Subsídios para elaboração de Políticas Pública, onde há um artigo publicado sobre a história do grupo pegada jovem.

Foi neste ano que surgiu o convite por parte da Secretaria Municipal de Educação do município de Salvador, para elaborar um projeto Agenda 21 nas escolas, onde seria o grupo Pegada jovem mentor e executor do projeto. E inicia-se a elaboração do projeto.

O grupo seguia recebendo convite para participar de debates temáticos, para inserir nos espaços de políticas pública nas instituições públicas e alguns exercendo postos de trabalhos em órgãos governamentais.

Ano 2007

Em maio de 2007 é lançado o projeto Agenda 21 nas escolas municipais de Salvador. O projeto tinha como objetivo criar um espaço de discussão da EA nas escolas por meio das COM-VIDAS.

O recurso foi liberado em setembro de 2007 com um atraso que atrapalhou o andamento do projeto, mas ainda assim foi executado da 1ª fase.

O Ministério da Educação por meio na Universidade de Campinas lança um edital para que os coletivos jovens formem Com Vidas nos municípios de cada estado.

Avaliação e planejamento das atividades do CJ desenvolvida de maneira contínua no grupo.

Lançamento do Documentário Juventude e Meio Ambiente - reflexões e conexões necessárias.

Ano 2008

Foi executado a 2ª fase do projeto agenda 21 escolar por atraso do recurso financeiro, o que desmobilizou e desmotivou os alunos das escolas, já feita as referências anteriormente.

Houve o Encontro O Olhar da Juventude sobre o Tratado da Educação Ambiental em Pirinópolis - Goiás.

A formação do núcleo de educomunicação ambiental dentro do CJ e esse núcleo participou do Encontro de Educomunicação da Bacia do Rio Corrente com participação de 100 jovens de 5 municípios.

Formação do Fórum Sócio ambiental pela Sustentabilidade, uma iniciativa que vem do Projeto Observatório de Políticas Públicas coordenado pelo Grupo Ambientalista da Bahia, Gambá.

Foram promovidos debates sobre EA na rede municipal de ensino de Salvador.

Em 2008 foi ano de Conferência, a 3ª edição e a Bahia neste ano teria a 1ª Conferência Estadual Infância Juvenil pelo Meio Ambiente, por tanto foi

desenvolvidos atividades de mobilização das COEs para que as escolas participassem. Núcleo de Educomunicação facilitou as oficinas nas Conferencia Estadual.

Também a inserção do grupo Pegada Jovem e da discussão ambiental no âmbito das políticas de juventude participando das conferencias Estadual e a Nacional de Juventude, momento bastante importante para os avanços das políticas públicas de juventude do país.

Ano 2009

O grupo Pegada Jovem ganha um assento no Conselho Estadual de Juventude-CEJUVE da Bahia, mas uma conquista de inserção nos espaços de participação. Também na CIEA se escolhe novos membros para participar dessa comissão que passava por um momento bastante importante da elaboração da política publica Estadual de Educação Ambiental.

Houve a 3ª Conferencia Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente em Brasília, onde membros do grupo foram participarem como facilitadores de oficinas.

Retoma-se o Projeto Agenda 21 escolar no município de Salvador que foi mais uma vez parado por falta de recursos.

Realizado o IV Encontro Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Encontro da REJUMA no VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental no Rio de Janeiro.

Lançamento da Revista AGENDA 21 e Juventude, com publicação de um artigo do Grupo Pegada Jovem.

Como etapa do projeto agenda 21 escolar, foi realizado e oferecido aos professores das escolas que participaram do projeto o Ciclo de Formação. Com o intuito de

imbuir os professores com temáticas que estavam sendo tratada nos projetos com os alunos, advindos de suas próprias demandas e subsidiá-los teoricamente para dar continuidade às ações iniciadas pelo projeto.

5.4 Avaliando nossas ações

Após construir da linha do tempo e destacando e agrupando-se as atividades desenvolvidas pelo grupo nesse período, partimos para a avaliação de cada agrupamento de ações com o uso da técnica carrossel explicada anteriormente, e destacando os pontos positivos e negativos. Ações foram agrupadas da seguinte maneira: Grupo Pegada Jovem, Processos de Conferencias, Encontros estaduais e Nacionais de Juventude e Meio Ambiente, participação nos espaços públicos, redes, publicações, debates e projeto Agenda 21 escolar. Vale ressaltar que foi uma avaliação feita pelo próprio grupo e aprofundada no quinto momento, onde houve um aprofundamento de cada item. A seguir estão descritos os pontos positivos e negativos:

1. Grupo Pegada Jovem

Aspectos positivos: A capacidade de formação e articulação dos membros, capacidade de influenciar os órgãos públicos, bem como a articulação com outros grupos e movimentos sociais foram destacados como pontos importantes do desempenho do CJ e com isso tem favorecido o acompanhamento das políticas públicas nas instâncias competentes, além de proporcionar a inserção de membros do CJ em cargos políticos nas instituições públicas. A autonomia do grupo, o fato de

não está ligado a nenhuma instituição ou organização dá uma liberdade de trabalhar de exercer a democracia. A discussão sobre o exercício da autonomia está diretamente relacionada à própria construção da democracia desde Rousseau, para quem o princípio inspirador do pensamento democrático sempre foi à liberdade entendida como autonomia, há não institucionalização ou a não conexão com outro. A construção de novas amizades e as dinâmicas utilizadas nos programas formativos fortalece o grupo enquanto coletivo. A criação do núcleo de educomunicação potencializou a atividade de inserção de técnicas de comunicação na formação do jovem. As tecnologias informação sempre são atrativas aos jovens e com isso favorece o engajamento no debate ambiental por estas técnicas.

Aspectos negativos: Apesar da utilização da tecnologia de informação há falhas na comunicação virtual. A formação do grupo é questionada pela falta de envolvimento nas formações e de estudo sobre temáticas ambientais para referenciar a prática. A não vinculação dos antigos membros passa pelo processo de perda das referências e isso de certa forma enfraquece a continuidade do coletivo do grupo. Sem estrutura física própria e sem recursos para gestão são elementos que apontam algumas das dificuldades que são desafiadas pelo grupo.

2. Processos de Conferência

O grupo avalia importante e que foi fundamental a participação do Coletivo Jovem nos processos de conferências, como uma ponta pé inicial para encaminhar todas as atividades desenvolvidas posteriormente. E destacam pontos que foi fomentado por este processo, como a estimulação do diálogo nas escolas em torno das questões ambientais e a criação de propostas para serem realizadas nelas. O

controle social através do acompanhamento de políticas públicas proporcionado pela participação da juventude nestes espaços, favorecendo a articulação com outros atores sociais. E claro, a formação que este espaço dialógico promove para os participantes por meio das metodologias participativas introduzidas neste processo.

No entanto, não socialização das informações e metodologias recebidas, a falta de organização, falta de recursos para participação nas conferências de meio ambiente e a não participação da juventude em outras conferências são aspectos considerados negativos e sem contar com um pouco de incredibilidade pela falta de execução das propostas deliberadas nas conferências. Apesar de ser um processo amplamente democrático não há uma abrangência quantitativa da população, ou seja, a totalidade da sociedade.

3. Encontros Estaduais e Nacionais de Juventude e Meio Ambiente.

Sem dúvida os encontros presenciais promoveram uma melhor articulação com os jovens, no sentido do reconhecimento dos sujeitos que estão atuando em todo país, mas também colaborou para o fortalecimento da própria REJUMA nacional e a criação REJUMA - Bahia. No ponto de vista formativo dos membros do CJ, proporcionou um adensamento teórico e prático bastante interessante para cumprir um dos objetivos do próprio coletivo e fundamentá-los para a elaboração das políticas públicas pertinentes. Os encontros, também possibilitaram a articulação de jovens de vários movimentos de juventude.

Vale um destaque importante ao 2º Encontro Estadual de Juventude e Meio Ambiente, pois foi um projeto criado, elaborado e executado por jovens membros do

CJ. Foram desenvolvidas atividades desde a captação de recursos até a execução do evento incluindo a facilitação das oficinas.

Por outro lado, houve até o segundo encontro estadual uma ausência do estado, ou seja, uma falta de apoio do órgão gestor estadual de educação. Os recursos dos encontros, sobretudo os nacionais foram geridos de cima pra baixo, sem uma gestão participativa. Não houve uma socialização tanto de conteúdo como de produtos mostrados e passados nos encontros, uma vez que, nestes encontros não participavam todos os membros do CJ e sim representantes, com o intuito destes serem multiplicadores de todo o conteúdo para o seu coletivo correspondente. Também se nota uma falta de manutenção na articulação. Os coletivos sofrem de uma sazonalidade não só de pessoas, mas também de atividades e muitos deles ficam esperando alguma atividade motivada pelo governo federal e isso é um ponto a ser questionado. Claro que há a relevância com relação às referências, aos ícones, que podem ser pessoas ou não, que são sumamente importantes para dar o estímulo, mas o grupo na sua formação deve buscar sua autonomia, sua independência. Então a articulação muitas vezes não é mantida nem mesmo pelo próprio grupo e os encontros não conseguem atingir este objetivo.

4. Espaços Públicos de Participação

Para outros autores o conceito é entendido como “criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. A inserção da juventude nos espaços políticos de participação tem sido uma grande conquista nos últimos tempos para esta categoria. Opinar, levar suas demandas,

contribuir nas tomadas de decisão, influenciar na construção de políticas públicas é um grande avanço para a sociedade. A juventude vem expressando sua vontade de participação em espaços que expressem ações coletivas e que assegurem as demandas que emanam uma condição juvenil.

As atividades que proporcionam um espaço de participação vêm contribuindo, sobretudo na formação e capacitação dos membros dos coletivos jovem, uma vez que estes espaços possuem um potencial educador bastante forte e isso é reconhecido. A articulação com o governo e outras organizações da sociedade civil promovida por estes espaços, é um diferencial bastante enriquecedor e faz com que a juventude se insira cada vez mais e ganhando mais espaços para intervir nas políticas públicas e se articule com outros espaços de participação. E em consequência disso, dá uma maior visibilidade ao Coletivo Jovem, pois é uma oportunidade de conhecer as atividades que desenvolve para outras juventudes que tratam de outros temas.

Como somos um país que não possui uma cultura de participação, pois vivemos muitos anos de ditadura e uma fase de transição, onde o conservadorismo era a principal estratégia de gestão de governo. Assim, a participar é um verbo que a sociedade brasileira ainda está dando os primeiros passos dessa grande caminhada. Primeiro por há uma discussão epistemológico em torno do termo e segundo que se livrar dos vícios enraizados durante anos e anos não é de um dia para o outro. Portanto, a sociedade brasileira ainda não sabe como atuar nesses espaços e assim se nota espaços que não são deliberativos, um exercício de liberdade vigiada. Há uma reprodução de muitas práticas políticas antigas. Uma não autonomia, sem um acompanhamento sistemático além do grande problema na não socialização das informações.

5. Redes

A rede tem dado um grande impulso na articulação das atividades dos coletivos bem como para o movimento de Juventude e meio ambiente no país. É um espaço de agrupamento de outras redes dentro da própria rede. É um local de debate, de troca de informação e de formação. Porém, é apontada como dificuldade a falta de cultura de trabalhar em rede, que passa por uma nova forma de trabalhar e de fazer contatos ao mesmo tempo com vários membros do grupo, A possibilidade de desenvolver ações práticas, a distancia, e que tem sido uma estratégia de fortalecimento de vários movimentos sociais em outros países. No entanto não há formação dos membros participantes da rede, não há uma formação a distancia e isso tem sido evidenciado quando não se utiliza o próprio espaço para a formação.

6. Publicações

As publicações são importantes e necessárias para compartilhar as ações, os conhecimentos e divulgar os trabalhos realizados pelos coletivos de jovens não só no Brasil como em outros países. Serve também para ser registros da história dos grupos, como maneira de não perder a origem e servir de fundamento teórico para as futuras ações. É considerado um local para disseminação de metodologias e divulgação das praticas dos CJs.

Mas ainda há poucos registros em publicação, pois se trata de um assunto novo com pouca publicação. Há dificuldades a serem vencidas como falta de idéias de

capacidade de síntese e quando existe a publicação não há uma participação de todos. As publicações existentes há uma dificuldade na distribuição desse material.

7. Debates

Os debates é um espaço que proporciona a troca de experiências, a participação do poder públicos e os movimentos sociais e onde são discutidas propostas levantadas pelo coletivo que participa.

Mas ainda falta uma organização nos debates no sentido de obter recursos para subsidiarem a realização dos mesmos. A não produção de matérias sobre os temas debatidos bem como a síntese dos debates. Outro aspecto negativo foi a não articulação com outros grupos de jovens.

8. Projeto Agenda 21 Escolar

Neste momento o grupo avaliou o projeto apontando alguns aspectos positivos avaliando-lo em caráter mais geral. A seguir no momento “Olhando para o futuro desde numa perspectiva mais local”, a seguir será avaliado mais detalhadamente o projeto.

O projeto agenda 21 escolar foi talvez o segundo projeto construído e executado, de grande escala assumida localmente, pelo grupo Pegada Jovem. O primeiro sem sombras de dúvidas foi o 2ª Encontro Estadual de Juventude e Meio Ambiente. Então considerado um desafio grande e sendo reconhecido pelo órgão municipal de educação que fez a proposta. Assim projeto teve uma projeção bastante interessante no sentido da formação de professores com oficinas de EA e o ciclo de

formação; fomentou a criação de diálogos entre a escola e a Secretaria Municipal de Educação; uma importante mobilização de alunos; contatos com outras experiências de formação e sem dúvida promoveu o fortalecimento do CJ.

Com a execução do projeto foi possível entrar em contato com a realidade do sistema de ensino municipal da cidade de Salvador e está em contato é lidar com situações bastante complexas que muitas vezes inviabilizou o andamento do projeto. O atraso da saída do recurso financeiro foi um fator que dificultou o início do projeto, pois houve uma paralisação nas atividades uma vez que os alunos já estavam mobilizados. A mobilização dos alunos foi outro ponto com bastante dificuldade, havia certa resistência e uma não sensibilização por parte dos gestores das escolas, o que apresentou um entrave para o relacionamento entre os jovens e esse gestor. A precariedade das estruturas escolares foi outro fator que interferiu no andamento do projeto, pois não tinha um espaço apropriado para trabalhar com as oficinas e etc. Pouco tempo para execução do projeto somado ao não cumprimento de prazos pré estabelecidos tanto por parte da Secretaria como por parte do Grupo Pegada Jovem, foram dificuldades também encontradas, mas que também foram considerados aprendizados. O projeto na íntegra pode ser visto no anexo nº 13

5.5. Olhando para o futuro

O principal objetivo neste momento foi contribuir para a construção do Programa Juventude e meio ambiente que estava naquele momento passando por um processo de escuta nacional por meio de atividade denominada de mês de mobilização pelo meio ambiente. Este mês de mobilização foi uma ação conjunta

dos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente e da Secretaria Nacional de Juventude, juntamente com a REJUMA e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Teve como objetivo o envolvimento de jovens de todo o Brasil na elaboração coletiva de diretrizes para as Políticas Públicas de Juventude e Meio Ambiente por meio de um processo amplo e difuso de aprendizagem e intervenção para a construção de uma sociedade mais sustentável. Teve uma perspectiva de concentrar ações de Juventude e Meio Ambiente em todo o Brasil, durante um período determinado, e criar a atmosfera de união entre a juventude brasileira. Considerando a grande demanda de participação em todo o Brasil, o perfil de mobilização do público foco, e a falta de institucionalidade e estrutura em âmbitos nacional e local para a realização de amplos processos de consulta nacional, o Mês da Mobilização da Juventude e Meio Ambiente se mostrou uma estratégia eficiente para contemplar a demanda de participação que os encontros nacionais não conseguem atender, estimulando as pautas nacionais, e oportunizando reflexões e percepções sobre as questões socioambientais locais fundamentais para a ação das juventudes. Para isso, uma das estratégias metodológicas foi a realização de eventos e dois de grande porte e principais que foram o IV Encontro Nacional de Juventude e Meio Ambiente e o VI Fórum de Educação Ambiental. Nestes eventos a juventude que ali estavam reunidas pode contribuir, sugerir, fazer propostas e encaminhar para serem incorporadas no programa e dessa forma foi procedido. A parte disso foi criado um espaço virtual, onde o jovem que não estava nos eventos presenciais pudesse contribuir encaminhando sugestões ao programa por esta plataforma. Também foi sugerido que os coletivos jovens se reunissem nos seus estados e municípios para também contribuir com o programa, possibilitando que aquele que não tivesse tido a chance de está nos eventos participasse também.

As propostas realizadas no IV Encontro foram encaminhadas e inseridas no documento base. Ver documento anexo nº 13 a Sistematização de Propostas, Sugestões e Encaminhamentos e Propostas Incorporadas ao Documento Base do Programa.

Embora o grupo Pegada Jovem tivesse representado no IV Encontro Nacional de Juventude e Meio Ambiente, este quarto momento desta investigação seria dedicada a uma leitura e avaliação do programa para socializar e acordar as sugestões feitas no encontro nacional e inserir outras com as demandas locais. No entanto, esse momento com o grupo Pegada jovem não teve muito êxito. A socialização do programa foi realizada para que todos do grupo tivessem conhecimento do texto base, algumas sugestões de mudança foram feitas, mas não houve um avanço nas reflexões visto que até este momento a sistematização da etapa nacional não havia sido publicada. E os membros do grupo pegada jovem que estavam presentes na etapa nacional se posicionavam no sentido que a grande parte das inserções que estavam sendo feitas já tinha sido incorporada no IV encontro. Por isso, considera-se que este momento não atingiu em sua totalidade os objetivos previstos, mas ainda assim foi interessante no ponto de vista da socialização do conteúdo do programa.

5.5.1 – Projeto Agenda 21- Olhando para o futuro desde uma perspectiva local

Neste momento foi avaliado com mais detalhes o Projeto Agenda 21 na Escola. Projeto como já foi mencionado anteriormente, executado pelo grupo Pegada Jovem em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Município de Salvador. O

modelo de avaliação e a sistematização do projeto pode ser visto projeto no anexo nº 15.

A avaliação teve como eixos norteadores os itens do Projeto Agenda 21 na Escola, os quais se destacam:

1. Auto-avaliação
2. Grupo de monitores
3. Facilitação do grupo
4. Com-Vida
5. Oficinas/Oficineiros
6. Relação com a SECULT
7. Relação com o Gambá
8. Material
9. Resultados alcançados
10. Continuidade e encaminhamentos

1. Auto-avaliação

No item da auto-avaliação foram analisados pontos como: Presença nas reuniões dos monitores; pontualidade; busca da comunicação com o grupo; realização de planejamento das visitas; Realização das atividades planejadas; Acompanhamento dos oficineiros; Relação com a Escola (direção, professores, funcionários); Relação com os integrantes da Com-Vida; Elaboração dos relatórios e registro fotográfico e Compromisso.

O grupo avaliou que a maioria das pessoas participantes do projeto se fez presentes nas reuniões, com poucas faltas e a pontualidade não foi algo preservado e mantido ao longo do período de execução do projeto. Em geral quase todos atrasavam.

Quanto a comunicação, segundo o grupo ocorreu de maneira fluida o que facilitou o planejamento das visitas às escolas e a realização das atividades planejadas.

O acompanhamento aosicineiros e às oficinas se deu de maneira próxima, com contatos antes, durante e depois das atividades, o que facilitou a qualidade dos encontros temáticos. Boa parte das relações dentro da escola foi de harmônica, porém alguns monitores demonstraram dificuldade em se relacionar com representantes da direção e coordenação pedagógica por conta do abuso de autoridade ou do ruído no processo comunicativo. E para solucionar este tipo de problema o grupo buscava ter bastante “jogo de cintura”, o que não quer dizer que muito deles não estavam preparados para tal, mas em conjunto as soluções foram encontradas de forma mais pacífica e os ruídos eram solucionados. Os registros escritos e visuais ocorreram dentro do possível e com alguns atrasos no envio do material. Embasado nas colocações acima, entende-se que o compromisso com o projeto esteve assegurado.

2. Grupo de Monitores

Para este avaliar o Grupo de Monitores foi destacados os itens como: Compromisso; Local de reuniões; Presença nas reuniões; Pontualidade; Relacionamento; Produtividade das reuniões (pauta e seu cumprimento); Capacidade de solucionar os problemas; Entrega dos relatórios e Gestão financeira.

O compromisso foi avaliado de maneira positiva, porém com falhas no quesito da relatoria e os locais da reunião (Pracatum e Gambá). Mas atendeu as necessidades do coletivo, sendo de fácil acesso e arejado. A presença de todos era com uma frequência variada, mas nada que atrapalhasse o desenvolvimento da reunião e os atrasos era algo corriqueiro.

Entre o grupo havia uma boa relação e de confiança, sendo a sinceridade um compromisso. A gestão financeira foi algo considerado bastante desafiador mas que foi feita sem dificuldades e com o grande apoio do setor administrativo do Gambá. Apesar dos momentos de dispersão, conseguíamos suprir as necessidades da pauta nas reuniões. Quando havia problemas, o grupo apresentava soluções de maneira orgânica.

3. Facilitação de grupo

Os itens que orientaram a avaliação deste ponto foram: Planejamento das reuniões; Condução das reuniões; Relatoria das reuniões; Instrumentos produzidos para realizar as atividades; Cumprimento das tarefas acordadas, Comunicação com o grupo (lista de discussão), Relação com a SECULT e Relação com o Gambá.

As reuniões eram sempre planejadas, primeiramente com a equipe de coordenação, e depois junto ao coletivo, o que facilitava acontecer o encontro do grupo. Algumas vezes tinha uma dispersão, mas era possível contornar e cumprir as demandas levantadas. A relatoria das reuniões foi iniciada, mas não teve continuidade.

Durantes as reuniões cada monitor trazia uma atividade ou dinâmica como proposta para ser realizada na escola. Esta proposta era discutida em grupo onde era discutida a possibilidade do uso. Esta tarefa foi cumprida por todos, porém houve outras demandas acordadas que foram executadas com dificuldades. Principalmente

os relatórios que muitas vezes não foram enviados dentro da data estabelecida. A comunicação entre os membros do grupo não foi muito eficaz pela lista de discussão, tendo que fazer o uso de outras formas de meios de comunicação, como telefonemas, mensagens via celular, redes sociais e outros.

Essa relação com a Secult – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer não existia, pois os representantes dessas instituições não cumpriam as suas funções.

Com relação ao Gambá, ONG a qual deu o apoio administrativo para viabilização do projeto, foi uma relação harmoniosa, apesar de pouca presença física da representante da organização.

4. COM-VIDA

Para avaliar a COM-VIDA destaca-se os seguintes itens que são mais perguntas que foram avaliadas.

- Quantos membros? São 30?
- Qual o interesse desse grupo?
- Qual a rotatividade desse de integrantes nas 3 etapas do PA 21?
- Houve a participação da comunidade? Quem?
- Tem algum deles que esteve nas 3 etapas?
- Os encontros semanais eram produtivos?
- Utilidade das dinâmicas realizadas
- O plano de ação foi relacionado com as questões socioambientais da Escola?
- Como ficou a relação da Com-Vida com a I CEIJMA e a III CNIJMA?
- Houve a sensibilização de algum professor?

- Considerada a Com-Vida implantada?
- O que imagina que vai acontecer quando você não mais aparecer na escola?

As COM-VIDAS foram formadas com em média 15 pessoas com interesse de: ser participativo, fazer a diferença na escola, ocupar o tempo, rever os colegas e aprender algo de novo. O grupo caracteriza-se por ser bastante rotativo e por ter uma razoável participação da comunidade escolar, como mães e pais, vizinhas da escola, comerciantes de bairro e etc.

Os encontros nas escolas dependiam da disponibilidade e do comportamento dos meninos e das meninas, mas sempre ocorria um processo de aprendizagem mútua. A recepção à dinâmicas eram positivas, pois fugiam das metodologias convencionais adquiridas na sala de aula.

Quase não houve relação das COM-VIDAS com as Conferências Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, mas por outro lado ocorreu o envolvimento de professores nas COM-VIDAS. Porém o Grupo Pegada Jovem não considera que as COM-VIDAS foram implantadas, por conta do pouco tempo de atividade, demora do repasse do recurso e por haver uma desconfiança por parte da direção em relação aos educandos. Imagina-se que com o fim do projeto, as pessoas envolvidas tornem-se referência para a escola, mas para eles o grupo ficará disperso, sem uma identidade, o que dificultará o desenvolvimento das ações.

A relação da COM-VIDAS com as questões socioambientais não foi avaliada.

5. Oficinas/Oficineiros

Para avaliar as oficinas e osicineiros destacam-se os seguintes itens: Critérios de escolha das oficinas e dosicineiros; utilidade das oficinas realizadas e a metodologia foi adequada aos objetivos e às condições da escola?

Em geral o grupo avalia que as escolhas foram bem feitas e de acordo as necessidades dos planos de ações das escolas, pois osicineiros já conheciam a realidade da escola através dos relatórios e das conversas com os monitores e a coordenação do projeto.

As atividades foram de grande qualidade, com boas recepções, porém a execução dos conhecimentos adquiridos por parte dos educandos ficou a desejar. Em alguns casos faltou o material solicitado pelosicineiros.

6. Relação com a SECULT

A presença nas reuniões, o acompanhamento do projeto Agenda 21 e o atendimento às solicitações do projeto, foram os itens avaliação nesta relação do grupo Pegada jovem na execução deste projeto com o gestor do mesmo.

Além das poucas presenças nas reuniões, não se tinha praticamente nenhuma respostas frente aos questionamentos levantados pelos monitores. Não houve acompanhamento pedagógico do Projeto Agenda 21 na Escola e o acompanhamento administrativo teve diversas dificuldades e também dificuldades de comunicação, por conta da burocracia.

Poucas solicitações foram atendidas. Alguns técnicos da SECULT fizeram visita a duas escolas, depois da solicitação dos membros das COM-VIDAs para demonstrar a situação de descaso. Os alunos da escola fizeram uma série de reivindicações aos

técnicos, mas não solucionaram os problemas, nem realizaram as atividades as quais se comprometeram.

7. Relação com o Gambá

Também foi avaliada na relação com o Gambá a presença nas reuniões, acompanhamento do projeto e o atendimento as solicitações.

A presença e o acompanhamento pedagógico da representante do Gambá foram produtivos e participativos, porém nem sempre presencial. Já o atendimento as solicitações realizadas a organização, sempre foram atendidas. No âmbito do acompanhamento administrativo do projeto, a relação foi tranqüila e objetiva. As solicitações foram atendidas e as questões resolvidas.

8. Material

A adequação às atividades e as quantidades utilizadas durante a execução do projeto, foram elementos avaliados com relação ao item material.

O material escolhido para as atividades foi de boa qualidade e tinha quantidade suficiente para as escolas, o que facilitou o desenvolvimento dos encontros com as educandos ou educandas. Porém, por falta de estrutura física precária nas escolas, muitas vezes não havia local adequado para guardar o material. E também algumas gestoras, o material era aprisionado pela escola.

9. Resultados alcançados

Para avaliar os resultados alcançados foi listado as metas do Projeto Agenda 21 nas Escolas e cada membro do grupo teria que avaliar se o item foi Ótimo, Bom, Regular e Inferior. Com os comentários pertinentes a cada avaliação de cada meta. O Quadro nº 08 a seguir mostra a avaliação deste item.

Quadro nº 08 – Resultados alcançados com o Projeto Agenda 21 Escolar no município de Salvador

	Meta/especificação*	Ó	B	R	I	Comentários/ justificativas
1	Sensibilização das escolas para a III CNIJMA	X				Algumas escolas já estavam mobilizadas, por conta disso e das estratégias utilizadas a recepção do projeto foi possível. 24 escolas participaram, sendo que oito foram para a etapa estadual e uma para a nacional em Luziânia- GO.
2	Estimulação dos participantes da III CNIJMA nas escolas para avaliar o processo				X	Não houve incentivo para a realização da avaliação, por conta das demandas da retomada do projeto Agenda 21 na Escola.
3	Contatos com a SMEC para viabilizar a divulgação do Projeto Agenda 21 na Jornada Pedagógica		X			O grupo Pegada Jovem não compareceu ao lançamento da jornada pedagógica, porque a programação não permitia a participação e apresentação do projeto, porém os monitores foram à escola expor o cronograma. Além disso, durante reunião, houve pedido a SECULT para avisar às escolas sobre a importância do projeto.
4	Detalhamento do Plano de Trabalho das atividades de 2009	X				Durante reunião com todos os monitores foi feito o detalhamento da avaliação. Primeiramente em Outubro de 2008 e depois em Fevereiro de 2009.
5	Divulgação do Projeto Agenda 21 na Jornada Pedagógica				X	Não houve, por conta da estrutura da programação.
6	Resgatar e/ou estimular a formação das COM-VIDAs nas escolas		X			Houve estímulo a formação das COM-VIDAs em 23 escolas.
7	Levantamento e intercâmbio de Atividades Socioambientais Realizadas na Comunidade			X		Ocorreu levantamento de instituições locais e relacionamento com a comunidade, em algumas escolas com mais e em outras com menos intensidade.
8	Detalhamento do planejamento e execução da Ação escolhida na III CNIJMA, associados ao Plano de Ação resultante da 1ª etapa do Projeto Agenda 21				X	Por conta das outras demandas, perdeu-se o referencial ao longo do processo.

9	Realização de 02 oficinas temáticas em cada escola		X		Ocorreu na maioria das escolas com boa recepção dos educandos.
10	Realização de 02 oficinas temáticas em cada escola			X	Houve conflito de agenda e resistência das professoras a uma nova proposta.
11	Participação no Encontro de Escolas, organizado pela SMEC			X	Houve um atraso por parte da SECULT em viabilizar o transporte, como acordado no convênio em 2007. Estava previsto para o final de Julho e apenas em Setembro a secretaria disponibilizou o transporte.
12	Avaliação		X		(Alguns monitores se comprometeram em passar o material da avaliação após o evento de finalização do projeto na escola.)
13	Elaboração dos relatórios de atividades e financeiro				(O envio do relatório final estava previsto para o mês de outubro, nesta ocasião ainda não tinha sido entregues.)

10. Continuidade e encaminhamentos

Neste ponto foram discutidas as diversas estratégias para dar continuidade e seguimentos as ações do Projeto agenda 21 nas escolas, visto que se trata de um projeto que requer um acompanhamento para que as ações da COM-VIDA tenham um efeito e possa se propagar nas escolas. Então foram discutidos pontos como: como divulgar os resultados do Projeto Agenda 21 e onde e para quem divulgar? Como divulgar os resultados do Ciclo de formação? Onde e para quem? Como envolver a SECULT? Como animar as COM-VIDAS criadas? Como divulgar a Carta das conferências? Como fazer os resultados do Projeto Agenda 21 influenciar nas políticas públicas da SECULT e na EA?

Para divulgar o projeto Agenda 21 na Escola o grupo propõe a divulgação dos resultados e processos nos meios de comunicação, nas redes e organizações da sociedade civil, através de revista, textos ou livro para educadores, membros de ONG's, pessoas do movimento social, rede de escolas municipais, etc.

Com o intuito de fortalecer a interação entre os participantes das COM-VIDAS, sugere-se a criação de uma comunidade nas redes sociais, com o Orkut, por exemplo.

Para envolver os representantes da SECULT foi pensado através dos eventos de finalização do projeto nas escolas e da divulgação, pedindo apoio para a execução, dos planos de ação.

Para a publicidade da carta das responsabilidades sugere-se que ela seja incluída nas peças comunicativas e lida nos eventos de finalização do projeto.

Propõe-se, que nos espaços de participação como CEJUVE, CIEA, REJUMA, a divulgação da experiência do projeto visando a influencia nas políticas públicas, assim como na construção do programa Juventude e Meio Ambiente e no programa da SEC, que visa formar COM-VIDAs no Estado da Bahia.

CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhando é que se faz o caminho³⁰. Todavia, este caminho não chega ao destino final. Dizemos destino final por que quando se trata de uma tese nunca chegamos ao fim de tudo porque há um mundo de temas que podem ser investigados ao longo da construção deste caminho. No entanto, nesse momento determinamos onde se pode chegar e colocamos as idéias e fazemos algumas considerações finais em relação a tudo que tem sido discutido e refletido no presente trabalho.

Dessa maneira chegamos a algumas respostas as hipóteses levantadas no início dessa investigação.

Do contexto

Partimos do Maio Francês que é uma grande referência do movimento juvenil, essencialmente político, mas que influenciou o despertar de muitos outros jovens no mundo. Foi o primeiro movimento juvenil que inseriu em sua agenda, temas ecológicos.

Além do movimento do maio francês outro movimento que influenciou o mundo contra o capitalismo instalado foi chamado movimento contracultura, os hippies. Esse movimento era formado por jovens que após a Segunda Guerra Mundial rebelaram-se contra a sociedade e seu modo de organização, o sistema capitalista.

³⁰ Cruz, Antonio (2004). CAMINHANDO É QUE SE FAZ O CAMINHO- DIFERENTES METODOLOGIAS DAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES NO BRASIL. *Revista Venezuelana de Economia Social*, 4(8), 38-57.

Introduziram o espírito de liberdade, esperança de um mundo melhor, paz, felicidade, mudança e revolução. Adotavam um modo de vida comunitário, tendendo a uma espécie de socialismo-anarquista ou estilo de vida nômade e à vida em comunhão com a natureza, negavam o Nacionalismo e a Guerra do Vietnã. Tivemos grandes jovens protagonistas dessa época que lideraram o movimento tanto na arte, na música, na política, na escrita, tentando expressar seus ideais, ainda que reprimidos ou sendo obrigados a calar-se.

Na década de 70 surgiu o movimento ambientalista no Brasil com a crise do petróleo, formado por jovens, muitos, vindos do movimento político vivido na época da ditadura.

No Brasil o tema de políticas públicas de Juventude só veio ser pesquisado pelos estudiosos a partir da década de 90. No entanto, as políticas públicas só vem sendo implementadas nos últimos cinco anos. Grande parte desse esforço deve-se à visibilidade conquistada pelos jovens, nos processos de democratização, ocorridos na América Latina na década de 80.

O atraso no Brasil em investir nas políticas de juventude, apesar de haver pesquisadores a partir da década de 90, se baseia praticamente em uma questão de contingência populacional. O Brasil é um país essencialmente jovem, onde a pirâmide populacional passou a ser inchada por uma população de faixa etária de 15 a 29 anos, principais vítimas do desenvolvimento econômico e social observado nas décadas anteriores que aprofundou o problema de exclusão e da desigualdade. É importante observar que quando esses numerosos contingentes populacional chegam à idade de trabalhar, não há trabalho para esse grupo. Portanto trata-se também de um problema econômico brasileiro. Com isso desperta a atenção dos dirigentes políticos em elaborar políticas dirigidas a este panorama populacional. Esses jovens

não tinham acesso a nenhuma política pública, nem mesmo na Constituição de 1988. Estão a margem do Estado, expostos a criminalidade e com suas famílias destruídas social e economicamente.

Parece-nos que a outra razão que o Brasil não ter investido em políticas públicas é a ausência do Estado. Essa ausência ocorreu também em outros setores da vida elevando a condição de banalização da cidadania para a maioria da população pobre, agravando ainda mais os problemas sociais e as desigualdades sociais já existentes.

A democracia só veio acontecer no Brasil a partir da Constituição de 1988 e de maneira mais avançada a partir de 2003 com a chegada do Governo Lula, onde foi instalado um processo mais ampliado de democratização das instâncias de poder do Estado brasileiro, por meio da instauração dos espaços coletivos de participação da sociedade. Dessa forma tivemos os avanços na gestão pública brasileira por meio da criação de instâncias de participação como mecanismo de incentivo para a inserção da sociedade nas tomadas de decisões e dando orientação acerca dos modos de realizar a gestão dessas iniciativas. Ainda que o processo, ao longo do tempo, não tenha sido adequadamente democrático, não podemos negar que houve muitos avanços no sentido desta ampliação da democracia, de fato, para a sociedade, com a criação dos espaços de participação. Contudo, a legitimação desses espaços de participação pode se tornar, paradoxalmente, um entrave ao exercício da democracia, uma vez que muitos espaços são criados para legitimar processos participativos, mas estão sendo usados para legitimar os interesses privados que se tornam públicos, mas não interesses coletivos. São esses procedimentos que consideramos entraves à democracia brasileira.

Participar é algo novo no cotidiano dos brasileiros que necessita não só de incentivos governamentais, mas de acompanhamento contínuo.

Ao fim ao cabo, apresentamos questões fundamentais dos movimentos juvenis no Brasil, alguns de um modo geral em Espanha, nas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI. No que se refere a Brasil e Espanha, em ambas as margens há um movimento de migração de jovens, uma como terra de saída e a outra como terra de chegada. A construção das identidades juvenis também é um tema de forte debate tanto na Península Ibérica como na América Latina, não como divagação, mas como parte essencial nas trajetórias juvenis e na sua simbolização do que é a realidade. O passo da dependência a autonomia não são nada evidentes em nenhum dos lados, seja porque o trânsito é menos fluido, ou seja, porque passa por outros códigos, ritmos e mecanismos. Igualdade de oportunidade e negociação na vida dos jovens são os dois lados da mesma moeda. E a moeda roda também na reflexão e na elaboração de políticas de ambos os lados do oceano.

Das entrevistas

As entrevistas nos possibilitaram afirmar que não temos dúvidas da importância da participação da juventude e o quanto ela potencializa o processo de elaboração e implementação das políticas públicas, no entanto não basta apenas fomentar a participação e a criação de espaços, deve haver uma sustentação na estruturas deste espaço por parte do Estado, tanto no aspecto formativo, como no organizacional e no material.

As iniciativas brasileiras acerca educação ambiental, como política pública, no Brasil, estão mostrando a relevância do ensino e da aprendizagem não formal e que deve

ser valorizada tanto quanto o ensino formal. Essa é uma das principais respostas que esta investigação nos proporcionou. E essa formação não é somente em relação ao meio ambiente, pois atinge a formação de sujeitos críticos. Não se pode falar de uma educação ambiental crítica sem falar de educação não formal. Nesse sentido, o ensino não formal é um processo que possibilita diferentes intervenções: aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos; aprendizagem de conteúdos que possibilitam aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo compreendendo o que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

A educação não- formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento, cuja prioridade é a melhoria qualificada da cidadania.

Entendemos que os espaços de participação juvenil dentro da sociedade exercem sem dúvida o papel educador, pois opera estruturas educadoras. É uma ação que proporciona aprender participando, com características emancipatórias que contém em si o potencial de provocar descobertas e reflexões individuais e coletivas simultaneamente. Esses espaços, portanto, funcionam na prática como educação não-formal que completadas com as escolas, ou seja, com os espaços formais viabilizam mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo.

Assim, vale ressaltar, que a existência dos espaços de participação como: conselhos, coletivos, comissões, redes etc são urgentemente necessários, no

entanto não são suficientes para que exerçam sua função educadora. É necessária uma preparação contínua, uma formação também desses espaços, uma permanente de reflexão e ação e que seja um projeto político pedagógico capaz de formar cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro, preocupados com o universal e não com particularismos. Portanto, querendo ou não, conscientemente retomar as utopias e priorizar a mobilização e a participação da comunidade levando à construção de novas agendas.

Reiteramos, portanto, que não se pode apenas fomentar a criação dos espaços de participação e de mecanismos é preciso consolidá-los, implementá-los e inseri-los, objetivamente, dentro de uma estrutura política, para que a participação seja assegurada a visibilidade e execução dentro do Estado Brasileiro.

No que diz respeito aos mecanismos utilizados para incentivar, garantir a participação da juventude nas políticas públicas do país reconhecemos que a partir de 2003 com o Governo Lula foram diversos. Destacamos neles aspectos estruturantes, ações específicas e aspectos conceituais.

Dos aspectos que denominamos estruturantes, sem sombra de dúvida, a mobilização gerada pelo Governo Federal para organização da Conferência Nacional pelo Meio Ambiente, foi de fato e de direito um dos mecanismos mais importantes para o start e levantamento do debate no país. Para além de um evento, a Conferência significou um processo de mobilização e de organização de jovens em prol da questão sócio ambiental, envolvendo delegações de adolescentes entre onze e quinze anos, provenientes das escolas de Ensino Fundamental de todos os estados da união e do Distrito Federal.

No que se refere à estrutura política foi a criação dos espaços de participação outro mecanismo adotado que teve um papel bastante importante para a inserção do

jovem nas políticas públicas. Espaço que possibilitou a sensibilização, o debate e o amadurecimento no âmbito da institucionalização da e na estrutura política. Assim, foram criados, então, os espaços como: a Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude, instância de democracia participativa para a construção, elaboração e implementação de políticas públicas, DE, PARA e COM a juventude.

A PNEA também foi considerado um mecanismo importante não só para garantir a participação da juventude nas instancias políticas, mas também para, a partir daí, desenvolver ações específicas à categoria juvenil como a implementação da PNEA, propriamente dita.

Outro aspecto importante da estrutura política foi à criação dos coletivos jovens de meio ambiente, que sem dúvida foi a pedra fundamental, ainda com muitas fragilidades e dificuldades, para consolidar a inserção de jovens provenientes de diversos movimentos no debate da temática ambiental. A criação de uma Coordenação de Juventude e Meio Ambiente dentro do Ministério de Educação também consolidou dentro da estrutura política os espaços de participação da juventude principalmente os coletivos jovens de meio ambiente.

Como conseqüência do processo de mobilização e das mudanças nas estruturas políticas, outros mecanismos foram identificados pelos sujeitos deste estudo, tendo em vista o engajamento da categoria juvenil nas políticas públicas e especificamente nas políticas públicas de meio Ambiente. Para nossos jovens as ações específicas promovidas pelos órgãos gestores públicos foram: o Programa de Juventude e meio ambiente, Os coletivos educadores, Salas verdes, As agendas 21 locais e nas escolas, As redes de educação ambiental, As comissões interinstitucional de educação ambiental e o Programa Vamos cuidar do Brasil com as escolas.

Dentro das estratégias conceituais dos mecanismos de incentivo à participação da juventude nas políticas públicas nota-se que tem como pano de fundo uma abordagem teórica baseada nos conceito do protagonismo juvenil. Todos os mecanismos identificados para garantia da participação juvenil nas políticas públicas em geral no país tomam como base a formação do olhar crítico, ver o jovem como o sujeito que pensa, se posiciona, discute e interfere nos processos. O jovem como sujeito social, formador de opiniões, capaz de discutir problemas específicos da realidade local. Agentes multiplicadores de informações, ou seja, o jovem como protagonista.

É depositada nesse jovem uma esperança de ação que vem dessa nova forma de compreender, viver e fazer a política. O protagonismo juvenil talvez seja a maneira da concretização de como exercer essa política nas tomadas de decisões numa perspectiva de mudança.

As entrevistas mostraram questão ambiental está sendo cada vez mais incorporada no cotidiano dos jovens. Nesse sentido, os meios de comunicação ganham o destaque nas avaliações como a forma mais rápida de chegar à informação. No entanto, esta informação muitas vezes não gera conhecimento, portanto, é necessário que essa informação seja articulada com processos formativos, seja no âmbito formal ou não formal. Sobretudo a mídia e a internet são ferramentas de comunicação que os jovens têm acesso mais rápido e fácil a informação. O interesse da juventude pelas novas tecnologias é uma das causas que tem despertado a sua inserção nas questões ambientais, cada vez mais crescentes. A REJUMA tem um enorme potencial de mobilização, articulação de ações e é responsável pela dimensão desse movimento emergente de Juventude e Meio Ambiente no país. É considerado como um espaço de discussão bem mais seguro e

numa perspectiva mais ampla do debate, que transcende outras juventudes e alcança a dimensão sócio ambiental.

Desse modo, acreditamos que a questão ambiental está intrinsecamente no cotidiano dos jovens, na medida em que pensamos o meio ambiente como parte da vida dos homens. Contudo, essa percepção da questão ambiental, assim nos parece, não faz parte de modo satisfatório, do contexto baiano e brasileiro. Outro aspecto importante é percebido que a questão ambiental no momento que se torna socioambiental ela atinge a muitos grupos e conseqüentemente a juventude também. Ela traz a tona reflexões sobre as relações sociais e grupos sociais.

Nesta tese observou-se também o importante papel da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que fortaleceu no momento em que começa a implementar a Política Nacional de Educação Ambiental na escola, estimulando tanto professor como aluno a trabalhar com o tema. No entanto, se sabe que isso não está totalmente instituído dentro das escolas, mas é um espaço de construção com um potencial bastante propulsor.

Não há dúvida que a temática ambiental está cada vez mais chamando a atenção dos jovens. Vale lembrar que a Conferência de Juventude, em 2008, dentre as questões pautadas a questão ambiental foi a 4ª mais importante classificada pelas representações de juventudes que estavam ali presentes. Isso demonstra, por si só, não somente a atração do jovem pelo tema, mas a transversalidade inerente nas questões de meio ambiente em outras e nos outros espaços de juventude que tratam de outras questões.

Ainda se observam que as ONGs, exercem um papel fundamental, a parte de iniciativas governamentais, como entidades importantes para incorporar a questão ambiental na vida do jovem por meio dos seus projetos que sempre atingem essa

categoria, seja nos espaços formais ou não formais relacionadas com educação e formação de cidadão.

No que se refere ao reconhecimento dos espaços de participação como estruturas potencialmente educadora como já comentamos anteriormente, não temos, ainda, na nossa história a cultura de participação de forma, dialógica, legítima e incorporada na gestão pública. Estamos aprendendo e ainda há muito que caminhar e desafios a vencer. É notório que há um avanço bastante significativo nos processos decisórios da gestão pública do país. No entanto, há uma diversidade e complexidade subjetiva que trata de uma mudança de paradigma e isso requer tempo e muito aprendizado.

Nem todos os espaços criados conseguem atingir o respectivo objetivo. Nem todas as estruturas de participação juvenil são educativas, ou não são percebidas dessa forma. Isso se dá por vários motivos dentre eles podemos destacar a participação ainda tímida da categoria nesses espaços. E muito do destino deste espaço se dará em função da atuação dos atores sociais, desses sujeitos. Entretanto, se reconhece por meio desta investigação de que aqueles que participam destes espaços coletivos constroem espaços de modo educativo sim e conseguem transformar a realidade.

Por outro lado, esses espaços, na maioria das vezes, já reúnem aqueles que já são portadores de uma reflexão acerca de meio ambiente. Nesse sentido, esses espaços trazem uma tendência para isso e às vezes não dialoga com a maioria da população. O grande desafio é estender isso para outras juventudes para outra parte da população.

Vale reiterar que nossa pesquisa mostra que aqueles que se sensibilizam e participam dos coletivos é notória a sua mudança, não apenas com meio ambiente,

mas como cidadão. Essas pessoas fazem desses espaços, espaços de construção, de educação, de reformulação de política pública de ação e de reflexão.

Outrossim, observamos que dos poucos jovens que participam desses movimentos, isto é, dos coletivos, em sua grande maioria tem na história de vida o que denominamos herança de cidadania familiar, ou seja, os familiares são pessoas engajadas, de modo geral, politicamente e especificamente com as questões de meio ambiente. Além desses, têm aqueles que estão envolvidos no ensino público universitário, que é em geral um perfil de jovem que tem um interesse maior por alguma causa pública ou pela política universitária.

Podemos, então, afirmar que esses espaços exercem uma função pedagógica, na medida em que a juventude passa entender o coletivo como um espaço de participação política, e também na medida em que gera, nesses próprios espaços, um desafio em relação ao diálogo com o poder público, entrando na esfera da negociação dos conflitos. Nesse sentido, os espaços de participação são também como espaços de explicitação de conflitos. Neles serão expostos pontos de vistas dos diversos segmentos, divergências e com diversos interesses conflitantes para encontrar a superação dos problemas ambientais. Esses espaços foram idealizados para abarcar os princípios que regem a Educação Ambiental e são esses espaços que são capazes de estimular as pessoas desejarem realizar ações conjuntas em prol da coletividade e reconhecerem a necessidade de se educarem a esse respeito. Espaços como, por exemplo: as conferências, as salas verdes, os coletivos educadores, as Com-Vidas, CIEAs, conselhos de gestores, enfim, são espaços reconhecidos com o potencial educador onde foi estabelecido um canal de comunicação entre a sociedade e o governo.

Contudo alguns desafios devem ser enfrentados nesses espaços para que se configurem educadores em sua plenitude. E esses são também elementos de aprendizados. Alguns deles: a cultura da participação, a legitimidade e a representatividade, características bastante recentes para a sociedade brasileira.

Como já comentamos anteriormente, com a não cultura de participação da sociedade brasileira, esses espaços ficam sujeitos a tendências de interesse individual e não coletivo e transformar um espaço de participação em espaço de manipulação do poder público ou qualquer poder que esteja com os interesses colocados. Por isso, sem sombra de dúvidas outro desafio a ser enfrentado. Há uma tendência de reprodução de muitas práticas de políticas antigas.

Outro elemento desafiador é a diversidade que se encontra nesses espaços, no sentido de dá igualdade de condições nas discussões, já que é um espaço que tem sido inserido categorias diversas de povos, como os ribeirinhas, quilombolas, indígenas etc.

O exercício de representação ainda é um obstáculo a ser superado e a ser incorporado no cotidiano da nossa sociedade. Muitos vícios, costumes e tradições muitas vezes equivocadas. Devem ser mudados comportamentos e atitudes e uma mudança de uma lógica de gestão pública. Precisamos aprender como se faz isso, como não temos a cultura de participação e nem tampouco sabemos representar um coletivo.

A Bahia foi um dos poucos estados brasileiros que entendeu a relevância da inserção da juventude na implementação da PNEA, colocando um acento na CIEA.Ba para o coletivo jovem de meio ambiente. Foi um passo inicial importante, mas que precisa ser progressivamente qualificado e ampliado, no sentido de abrigar novas juventudes. Foi uma conquista do coletivo jovem da Bahia, especificamente o

Grupo Pegada jovem, mas também o órgão gestor estadual entendia a importância da participação dessa categoria. Com isso, a entrada do jovem nessa comissão serviu de exemplo para que os outros estados também seguissem o mesmo caminho. Mas a grande maioria não conseguiu romper com o velho modelo hierárquico, vertical e conservador das instituições. Por outro lado, também percebemos que a representação da juventude dentro da CIEA foi classificada como urbana. Uma vez que os jovens que ali estão representados são da cidade de Salvador. Ainda que estejam representantes de organizações não governamentais, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas que são jovens, mas o assento está sendo ocupado por um jovem do espaço urbano. Essa discrepância de realidades nos faz outra vez discutir a representatividade e suas nuances nesses espaços.

Entendemos que para o Estado da Bahia também está sendo um aprendizado. É reconhecida uma grande disposição por parte da gestão pública atual de abertura de espaços de participação juvenil. Não temos dúvida disso, pois ao longo desses anos foi preciso desconstruir muitos dos vícios de trabalho de muitos anos, para inserir uma nova forma de trabalhar de perceber novas coisas.

No entanto, ainda que positiva de maneira geral a participação da juventude nas políticas públicas é considerada tímida. E essa dificuldade de abertura de espaços depende do fortalecimento das instituições e da vontade política dos gestores públicos. Temos que avançar para que o fortalecimento desses espaços avance para que tenham autonomia independente de entrada ou saída de gestores.

Outra questão diz respeito à relação do jovem com o mundo adulto. Também é um desafio a ser vencido para a efetiva inserção do jovem nestes espaços. Há certa resistência, sobretudo dos antigos funcionários das instituições, que ainda estão

atuando dentro de uma lógica conservadora e resistem a uma nova forma de trabalhar, uma nova organização com uma nova metodologia.

Por ultimo gostaríamos de destacar a falta de conhecimento, ou mesmo a falta de métodos para mensurar o grau de participação da juventude nas políticas públicas de Educação Ambiental. E isso se vê mesmo dentro da universidade e de grupos de pesquisa que estão envolvidos com os parâmetros técnicos mais de uma maneira direta ou indireta com o tema. O fato de ser um tema muito recente e com muitos caminhos a serem trilhados ainda não se tem dados suficientes ou pesquisas acadêmicas que estabeleçam parâmetros técnicos definidos para mensurar a participação.

A distância da Universidade das políticas públicas ainda é notória. Estreitar as relações entre a Universidade e a sociedade, manter diálogo permanente, propor alternativas que venham beneficiar e minimizar as questões sociais da maioria da população pobre, e dessa forma contribuir para o desenvolvimento da sociedade dentro das funções básicas de Ensino Pesquisa e Extensão, estaria assim cumprindo uma das suas funções básica da Universidade, além de contribuir para a compreensão mais ampla e efetiva da política pública.

As universidades da cidade de Salvador não existem projetos com esse tema específico. Existe, uma grande experiência e com pesquisadores renovados nacionalmente sobre políticas de juventude em geral, como é o caso do Núcleo de pesquisa da Universidade Católica de Salvador. No entanto, o tema Juventude e Meio ambiente é muito recente e bastante novo também para a academia. E isso é nos demonstram a necessidade de linhas de pesquisa nessa área para fundamentar as políticas específicas.

Os dados revelam também que a questão ambiental surge como uma causa com grande potencial de identificação e nova oportunidade para o engajamento político e social dos jovens no Brasil. A consciência ambiental, ainda que difusa, parece estar se disseminando entre os segmentos, ao menos como potencial de motivação para a ação coletiva. Nesse contexto é que emerge o conceito do jovem como sujeito ecológico, numa perspectiva de identidade do jovem que ingressa a esfera pública e que partilha de um projeto político emancipatório.

No âmbito das entrevistas realizadas o termo “sujeito ecológico” é pouco reconhecido, ou seja, há um desconhecimento do termo. Segundo os entrevistados o conceito de sujeito ecológico é reducionista e que acaba delimitando a categoria juvenil como gueto fora da sociedade. Ao destacar o jovem como sujeito ecológico, corre-se o risco de estereotipar, isolar da sociedade. É um conceito que deve ser olhado com bastante cautela, pois há um receio de que se torne mais um clã/grupo deslocado na multipluralidade da sociedade. Torna-se difícil compreender esse conceito associado somente ao jovem. Na realidade, acreditamos que é um termo que não é muito utilizado no meio das políticas públicas e talvez por isso pouco entendido. No entanto é bastante complexo dentro da diversidade do tema. O uso dessa terminologia é discutido pela adequação do conceito, agora com certeza na perspectiva da visão de uma EA crítica, emancipatória é o que se espera não só do jovem, mas de qualquer sujeito histórico que faz parte da sociedade. Constituir esse sujeito é importante. E o conceito está claro que está em construção.

Sobre o fato da educação ambiental contribuir para a formação dos jovens, podemos destacar vários aspectos que vão desde a implementação da política pública de EA, do espaço formal, e do espaço não formal, até a emergência do movimento juvenil político. Estes aspectos constituem elementos orientadores para a

inserção de uma nova concepção de uma educação ambiental, mais crítica, emancipatória, libertária.

Concluimos que para a maioria dos entrevistados a EA têm sim desempenhado um papel importante na formação dos jovens. Reconhecem a sua relevância e o diferencial que traz para à educação convencional trabalhar nesses espaços com a referida perspectiva ambiental. Promovem a organização e representação democrática, bem como o questionamento da mesma.

O modelo de EA que vem sendo trabalhado, sobretudo nas escolas, se afasta dessa perspectiva crítica e prevalece a visão de meio ambiente naturalista, reducionista e limitada. Os entrevistados avaliam que essa educação não contribui para a formação adequada desse jovem. Ainda com o esforço do enraizamento da EA por meio das ações de implementação da PNEA estas ações chegam, mas não ficam. As experiências de educação ambiental que tem sido ofertada pelas escolas ainda são muito pontuais e na maioria das vezes pouco embasadas em pesquisas ou contextualizadas com as realidades das escolas. Nesse sentido, a escola é vista como um meio mais adequado para incorporação da temática nos jovens, levando em consideração toda sua complexidade, a abrangência e amplitude e sendo a escola um espaço de formação onde os processos formativos poderiam alcançar a transversalidade que a natureza ambiental exige. No entanto, a realidade não é assim. A escola ainda não inseriu a questão ambiental em seu projeto político pedagógico. As escolas têm dificuldades de implementar por dificuldades econômicas, ou porque não tem condições dentro da estrutura física ou de outra ordem. A escola muitas vezes não entende este projeto de criação de espaços de participação como um projeto pedagógico, como um compromisso da comunidade com a escola e sim como mais uma atividade pontual, ou dia de festa comemorativa.

A transversalidade da EA é destacada como um entrave para os sujeitos dos espaços formais e informais, pela falta de conhecimento do conceito e de entender como se faz para transversalizar a EA.

Além disso, a EA acaba não chegando ao jovem porque o professor que é o formador acaba não absorve essa idéia. Então, há necessidade da política de EA se entrelaçar com a política de educação tradicional. Portanto, é necessário investir na formação de professores. No âmbito formal outro ponto importante é a formação de professores nas licenciaturas universitárias, onde há uma lacuna muito grande entre as realidades da escola e a realidade do jovem. Há um distanciamento entre os subsídios teóricos metodológicos e a atuação do professor na escola. Também há uma carência de formação continuada aos professores em exercício para desenvolver trabalhos na escola. Com isso o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, foi criado para preencher esta lacuna. Foi uma solicitação feita pelos estudantes que participaram na 1ª Conferência Nacional Infância Juvenil pelo meio ambiente, ao MEC de formação continuada para seus professores. Apesar desse esforço, ainda é precária a forma de abordagem das questões ambientais nas escolas brasileiras.

Apesar das conferências de meio ambiente nas escolas serem um avanço na política educacional é uma expressão tímida na sua qualidade. Apesar de termos um grande número de escolas que realizaram conferências de meio ambiente escolar, sabemos que a qualidade em que os temas são trabalhados com os estudantes está aquém do que precisamos para formar cidadãos participantes e críticos perante os conflitos ambientais brasileiros. Ainda precisamos qualificar a inserção da educação ambiental no currículo escolar e universitário no Brasil.

Por isso os espaços não formais estão sendo o palco de toda a formação desse jovem no campo da educação ambiental. São nos espaços de participação que se constroem os processos de ensino e aprendizagem, uma formação pela participação/ação. Com essa reflexão, se observa nas respostas, que há um reconhecimento dessa contribuição da EA na formação do jovem, sobretudo pela participação dos mesmos nesses espaços.

Por fim, a falta de uma política pública articulada, direcionada ao ensino e aprendizagem no campo formal como no campo não formal, tendo o jovem como ator desse processo. Esse é o grande desafio da educação. Assim como, fomento por parte do órgão gestor, a processos formativos dos espaços criados e os que serão criados, para que seja possível construir uma política pública de qualidade. E que não sejam processos formativos pontuais e sim continuados.

O movimento político, sim, este tem um potencial de contribuir para a formação do jovem. A participação política vem acompanhada de processos educativos e formativos dentro dos espaços que são em sua essência estruturas educadoras.

O enraizamento da EA no interior do estado da Bahia para a formação dos jovens ainda é uma lacuna a ser vencida, sobretudo da formação dos jovens.

Parece-nos que para os entrevistados considerar a ação juvenil um instrumento de transformação social na formulação e implementação de políticas públicas é necessário, mas atualmente ainda de forma bastante embrionária. Necessitando de um aprofundamento, tanto do jovem, da sua relação com a sociedade e do próprio Estado em garantir as políticas públicas de maneira mais efetiva. É depositada nesse jovem uma esperança de ação que vem dessa nova forma de compreender, viver e fazer a política. O protagonismo juvenil talvez seja à maneira da concretização de como exercer essa política, nas tomadas de decisões numa

perspectiva de mudança. Reconhecer que o jovem é a figura que precisa ter essa consciência que precisa entender que ele tem essa força, esse poder de pressão, de protagonizar de fazer, de perceber que estamos em um momento histórico e político propício para isso.

Outro problema mostrado pelos dados é que dependendo do espaço muitas vezes a voz do jovem é ouvida, mas não é levada em consideração ou também pode ser manipulada pelos partidos políticos e seus militantes que ocupam de forma sistemática estes espaços que são legítimos da participação juvenil com os próprios CONJUVE (Conselho Nacional da Juventude) e o CEJUVE (Conselho Estadual de Juventude).

O coletivo jovem é um exemplo de uma ação juvenil grupo privilegiado de jovens que não está apático diante do contexto atual. A ação pela ideologia caracteriza a ação atual desses jovens nos coletivos jovens na cidade de Salvador. E isso marcou a presença desses grupos em várias ações governamentais, quando havia um gestor público sensível e que acreditou no potencial de mudança que carregava esse grupo. Então a vontade política é um elemento bastante importante e necessário. Reiteradamente as instâncias que foram criadas, os mecanismos de mobilização adotados pelo governo federal na atualidade, foram imprescindíveis para o ressurgimento de um movimento juvenil cuja pauta é o meio ambiente.

Os princípios que regem as ações dos espaços coletivos de meio ambiente, que são jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra são considerados como estruturantes para a constituição e a qualidade do espaço coletivo.

A tecnologia foi um dos elementos que apareceu na pesquisa como uma das ferramentas que tem auxiliado a inserção do jovem nas questões da sociedade com

um todo. A juventude tem se aprimorado nas redes sociais, na comunicação e tem ganhado força, por meio das tecnologias da informação para o movimento. No entanto, o acesso a essa ferramenta ainda é muito direcionada a determinadas classes sociais, principalmente em classes econômicas média e alta. Os benefícios do desenvolvimento tecnológico não favorecem por igual todas as classes sociais. Isto influi na polarização socioeconômica no interior das sociedades nacionais e na ruptura da fronteira para os grupos mais privilegiados economicamente. Assim, os jovens com maiores condições econômicas começam a conhecer mais jovens com as mesmas condições econômicas de todas as partes do mundo. Tem acesso à informática, aos conhecimentos vigentes, mais exposição aos avanços. Nessa mesma linha de reflexão tem estimulado o otimismo e a confiança no futuro e tem permitido tecer redes de comunicação entre diversidade dos atores que gradualmente tomam consciência de que não estão sozinhos. Percebemos assim, que o movimento juvenil na cidade de Salvador, por exemplo, tem sido classificado como um movimento “urbano e burguês” que não chega a atingir todos os contextos da categoria juvenil da sociedade da cidade de Salvador.

No que diz respeito ao Programa de Juventude e Meio Ambiente nas entrevistas realizadas constatamos que ele não é muito conhecido, porém suas ações sim. A ideia do programa se tornou conhecida por meio das ações que foram sendo desenvolvidas, principalmente pelo Coletivo Jovem e a REJUMA que tiveram mais repercussão nacional. Todavia, não existem informações precisas por parte dos entrevistados para uma avaliação destas duas ações. Acreditamos que esta visão deve-se ao fato de que quem trabalha com a temática juventude, nem sempre lida com a questão ambiental. Já tinham ouvido falar dos programas mas não tinham elementos para avaliá-los.

Além disso, o fato do Programa Juventude e Meio Ambiente até a presente data, não estar institucionalizado dentro do governo federal, é também uma dificuldade de inserção e de divulgação das ações. Apesar de o processo estar a quase 3 anos e por uma combinação de motivos políticos e questões burocráticas o Programa de fato ainda não existe. No entanto, o Plano Nacional de Juventude que será aprovado em breve e terá formato de lei foi a estratégia mais significativa implementada e representa uma grande vitória. Nele há um capítulo sobre Sustentabilidade e em tal capítulo uma das metas que é a Criação da Política e do Programa Juventude e Meio Ambiente. Além disso, os objetivos principais do Programa estão também no texto desse capítulo.

Um dos pontos positivos que se destaca no programa é a capacidade de agregar e mobilizar pessoas em torno da causa ambiental. Participar dessas ações é fazer parte da história é construir história dentro do contexto brasileiro, é poder sensibilizar para transformação.

Apesar, ainda, do pouco conhecimento do programa algumas ações são conhecidas e devem ser reforçadas pelo Governo Federal investindo em processos como esse e garantindo, esses processos, dentro da estrutura governamental.

Enquanto isso, a coordenação de educação ambiental do MEC cria estratégias de como dar continuidade nas ações e não desmobilizar os coletivos formados nos estados brasileiros.

Dentre as ações mais conhecidas do Programa e que se destacaram entre os entrevistados foram os encontros de juventude, coletivos jovens, agenda 21 e REJUMA. Os encontros foram fundamentais para a formação do jovem que estava no movimento e para agregar outros jovens. Foram realizados 4 até então com embasamento teórico prático bastante interessante.

Os coletivos jovens mencionados anteriormente como um espaço coletivo na visão dos entrevistados estabelece relação intergeracional que avança e convém à conexão com o mundo adulto. Ademais, esses espaços têm potencialidade educativa exerce seu potencial de espaço educador.

A REJUMA, para os sujeitos entrevistados neste estudo é importante espaço de mobilização social, educação ambiental e construção de políticas públicas. A rede funciona como um canal de aprendizagem bem profícuo, que tem expandido suas discussões e temas debatido. Um espaço realmente de diálogos, troca de informações ambientais, cuja estratégia fundamental é a ação, isto é a prática. Com essa estratégia, a REJUMA possibilita ao jovem a prática social. Com essa estratégia, a REJUMA possibilita na prática ao jovem a prática social. Esse sujeito social incorporam a equipe e profissionais de meio ambiente. Passam por sua vez, por uma fase de sujeito social e se tornando profissionais da área

O Projeto Agenda 21 e mais especificamente o executado pelo grupo da Bahia, foi considerado pelos sujeitos da pesquisa, um projeto com um desafio bastante difícil de ser superado, mas que ao mesmo tempo foi um grande salto de amadurecimento para muitos dos componentes do coletivo que executaram esse projeto.

Muitos estados estão elaborando os seus programas de Juventude e Meio Ambiente estaduais e até municipais. A Coordenação Geral de Educação Ambiental dá suporte a tais iniciativas através de uma publicação que deve ser entregue aos conselhos, uma espécie de manual de como elaborar um programa de juventude e meio ambiente.

Outra ação prevista para divulgar as ações do programa Juventude e Meio Ambiente é a publicação de cadernos temáticos para aprofundar temas que compete a Juventude e Meio ambiente, tendo em vista sua transversalidade interna. Então, do

tema em questão juventude e meio ambiente está previsto temas como: juventude e meio ambiente e trabalho, juventude e meio ambiente e comunicação, juventude e meio ambiente e questões jurídicas etc.

O Ministério do Meio Ambiente no Brasil possui diversas políticas que podem ser altamente potencializadas pela participação dos jovens, além das específicas de educação ambiental. Especificamente na SAIC – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, da qual o Programa Agenda 21 faz parte. Os jovens ainda podem e devem participar de outros programas do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental tais como:(Conferência Nacional de Meio Ambiente, Agenda Ambiental, para REJUMA Administração Pública – A3P; do Departamento de Educação Ambiental (Salas Verdes, educação em Unidades de Conservação, entre outros) e da área de Consumo Sustentável, que vem lançando campanhas de conscientização da população em relação à produção, consumo e destinação de resíduos. Além destas ações, os jovens podem e devem se envolver com as outras políticas do MMA que promovem, através de suas metodologias, a participação da sociedade civil, e têm como objetivo principal o desenvolvimento local, tais como ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico, Gestar – Gestão Ambiental Rural, Projeto Orla e Proecotur.

Na esfera Estadual, outras ações foram desenvolvidas. Além da implantação do CEJUVE, reconhecido como o avanço da inserção de políticas públicas de juventude dentro da estrutura estatal, a elaboração do Plano Estadual de Juventude ocorreu a partir de uma grande mobilização de jovens no estado da Bahia para discutir temas que competem a esta categoria como, por exemplo, a preparação para a I Conferência Nacional de Juventude em 2008. O CEJUVE, sem dúvida marca a história da juventude baiana motivando-o a participar e promovendo suas demandas

e ainda garantindo-as legalmente. O Estado da Bahia ainda não tem um mecanismo de inserção da juventude em todas as competências do governo. Dentro da gestão pública estes espaços devem ser garantidos para que estes jovens continuem construindo essa história. Não existe uma projeção que gostaríamos tudo é um processo e este processo deve ser no sentido de fortalecer.

É impossível negar que foi um espaço constituído e que está presente na formulação da nossa política, na construção da nossa realidade. Agora é necessário que haja um maior reconhecimento por parte dos órgãos, no sentido que eles de fato sejam reconhecidos como verdadeiros protagonistas. E com isso não é apenas criar os espaços mas sim criar uma infraestrutura que possa mantê-los vivos.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente, além das ações demandadas pelo governo federal, também desenvolveu outras ações que envolvem o tema juventude e meio ambiente. Por exemplo, a produção de um vídeo da Juventude e meio ambiente o documentário que é resultado do II Encontro Estadual de Juventude e Meio Ambiente, com a idéia de apresentar um pouco as diferentes formas de participação da juventude na discussão ambiental. Outra ação desenvolvida foi o projeto Jovens Ativistas, uma ação concreta durante o ano de 2007-2008 com a juventude ligada a escola de Vitória da Conquista, município localizado no sudoeste da Bahia. Este projeto trabalhou com jovens da faixa etária entre 14 e 15 anos em 30 escolas públicas e foi finalizado em 2008. No entanto, não foi considerada, pelos próprios gestores da secretaria de meio ambiente uma experiência com muito êxito, não funcionou com uma lógica que dentro dos princípios de uma EA crítica. Mas serviu para dar o melhor formato ao Programa Estadual de Juventude e Meio Ambiente, reconhecendo que de fato teria que ser uma política pública, com acesso público e de forma democrática.

A dinamização que o jovem estabelece nos projetos é um fator reconhecido pelo Instituto de Gestão de Água e Clima do Estado da Bahia, órgão que cuida da gestão das águas do estado. Este instituto, certamente, percebeu que essa dinamização em um dos projetos que desenvolve, trabalhando com Educação Ambiental nas ações que envolvem sistemas de abastecimento de água. É um projeto desenvolvido nos municípios baianos onde um dos seus objetivos, e faz parte da sua metodologia identificar os atores sociais locais. E ao fazer esse levantamento foi verificado que todos os atores sociais eram jovens. A princípio não era uma ação para juventude, mas se tornou. Assim, foi incorporada ao projeto uma linha de educomunicação e isso deu um novo tom do projeto engajando os jovens na discussão do tema e tornou-se um ambiente de transformação, de promoção de mudanças.

Também no âmbito da Secretaria Estadual de Educação foi realizada a I Conferência Estadual Infante Juvenil pelo Meio Ambiente, enfrentando os mais diversos e possíveis desafios, inclusive, as questões da burocracia da máquina administrativa. Mas não deixou de ser uma construção coletiva valiosa. A opção de fazer uma conferência fora dos modelos convencionais requereu uma “quebra” na estrutura burocrática na própria instituição, que a promovia, o que também foi considerado um aprendizado e, claro, um desafio a ser vencido, tendo em vista possibilitar que o jovem fosse realmente sujeito, que ele realmente participasse.

Vale a pena chamar atenção às iniciativas de projetos desenvolvidos no âmbito do governo local, ou seja, no que se refere ao governo municipal de Salvador. Todavia, por iniciativa da gestora (a coordenadora no projeto naquele momento) e não pela gestão da Prefeitura de Salvador, propriamente dita. Essa iniciativa foi bastante positiva e mobilizou muitos jovens da rede municipal de ensino. Contudo, e lamentavelmente, como essas ações não foram iniciativas da gestão pública e sim

da pessoa do próprio gestor, esses projetos não tiveram continuidade. Nesse sentido, projetos de cunho pedagógico que motivavam o jovem a refletir o meio ambiente e com material didático publicados, não são utilizados atualmente. Exemplos de projetos executados: Jovem monitor ambiental. Atlas ambiental, Festival de musica e o Arte e Educação Ambiental.

Ainda no âmbito municipal, segundo os dados da pesquisa, a Secretaria Municipal de Educação financiou o projeto Agenda 21 na escola, projeto executado pelo Grupo Pegada Jovem, coletivo jovem de meio ambiente de Salvador. Projeto protagonizado por jovens, desde a concepção do projeto à sua execução. Apesar de muitas dificuldades de execução muitos jovens se sensibilizaram, se mobilizaram e se transformaram.

As ONGs desenvolvem trabalhos com juventude numa perspectiva do protagonismo juvenil, de processos formativos, de uma EA critica e de ensino formal e não formal. Muitos dos jovens que são atuantes nas linhas de trabalho das ONGs estão nos espaços de participação, ou exercendo cargos na gestão publica ou executando as ações de EA no Grupo Pegada Jovem.

E, por ultimo, o exemplo de outra ação de juventude no Estado da Bahia é o movimento Escoteiro. No Brasil, o escoteirismo foi fundado em 1910 e sua concepção é diferente dos princípios dos coletivos jovens. O movimento escoteiro é um movimento onde as atividades são totalmente orientadas para o jovem, no entanto pensadas pelos adultos. O adulto está no movimento para trabalhar para esse jovem. Um movimento educativo dedicado aos jovens, com ênfase da formação do caráter e na prática dos valores humanos. Desenvolvem nas suas atividades ações de educação ambiental, mas sem uma proposta mais libertária.

O que se percebe é que o princípio da “uma geração aprende com a outra é um princípio que está dentro do movimento na sua prática. Também outro princípio que direciona os trabalhos do movimento dos escoteiros e que faz parte dos princípios das ações do coletivo jovem que é a prática do fazer aprendendo e aprender fazendo. As atividades buscam trabalhar o físico, o intelecto, o afetivo, o social e a espiritualidade e com metodologias distintas para cada uma delas e para cada faixa etária. Busca também desenvolver o olhar crítico para desenvolver a capacidade de avaliar o outro e a si mesmo na convivência em grupo.

A falta de informação e de conhecimento sobre programas de juventude e meio ambiente em outros países da América Latina, entres os sujeitos entrevistados nesta investigação, mas reconhecem que em termos de políticas públicas de juventude, está muito mais avançado nesses outros países. Essa falta de conhecimento também se dá também pela barreira lingüística que existe entre o Brasil e os demais países da América Latina. O idioma é uma barreira no estreitamento das relações com os países latinos americanos e com isso precariza-se a disseminação do conhecimento.

Mas ainda assim foram citados nas entrevistas, alguns países latinos que se destacam nos avanços da política de juventude e que tem servido de referências para as políticas de juventude brasileiras. Entre eles destacam-se a Argentina, México, Colômbia, Venezuela, Chile como destaque na América Latina. As referências européias são Portugal e Espanha, também no Japão, bem como alguns países africanos de língua portuguesa como é o caso de Angola.

O avanço das políticas públicas de Juventude no Brasil são evidentes. Sem dúvidas, o Governo Lula, foi fundamental para inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista. Essa inscrição deve

pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas e no caso específico, de meio ambiente.

Desde a criação de espaços na estrutura política, o dialogo intergeracional, publicações e registros acadêmicos estão pouco a pouco respaldando, teoricamente, a elaboração dessas políticas específicas. Mas ainda há muito que caminhar!

Diante da atual realidade baiana, não podemos dizer que existe um movimento de juventude pelo meio ambiente na Bahia, mas podemos dizer que ainda de maneira bastante, tímida, há um grupo de jovens preocupados com a temática ambiental. Interessados em envolver e seduzir outros jovens, buscar alternativas para um mundo melhor. Este mundo logicamente não está sustentado apenas na utopia, mas dá argumentos necessários para seguir conquistando espaços. Não se trata se problemáticas distantes em que as soluções eram difíceis de serem imaginadas. Trata-se de problemas ambientais que fazem parte do cotidiano e que afetam de imediato nossas vidas. São muitos os jovens baianos, com realidades bastante diversificadas, mas que se unem nas mesmas demandas.

Vale ressaltar que existem outras iniciativas nos municípios de cunho não governamental que há muitos anos tratam das demandas juvenis e que a educação ambiental pode ser incorporada nas agendas destas iniciativas agregando outros jovens e regando a esperança de transformação. Nesse sentido, as experiências desenvolvidas por entidades da sociedade civil que representam os jovens vêm ao longo das últimas décadas mostrando um acúmulo de experiências de inclusão social da juventude brasileira. O amadurecimento dessas entidades as tornam preparadas para contribuir com a elaboração e a execução de políticas públicas que,

de fato, consigam combater e eliminar a exclusão social e a conseqüente falta de oportunidades que muitos jovens enfrentam no país.

Do Grupo Pegada Jovem

O Grupo Pegada Jovem atual está composto por 10 membros, com idade entre 20 a 24 anos. Um grupo que possui graus de escolaridade variados, desde o segundo grau completo ao superior completo. Grande parte dos membros apesar de viverem com a família são independentes financeiramente. A maioria vive em casa própria que possuem as estruturas básicas de saneamento. São jovens que vivem no centro urbano, porém com diferenças de nível socioeconômico entre si. A metade do grupo faz parte do coletivo desde o ano de criação, 20% se incorporaram durante o período de 2006, 2007 e 40 % nos últimos anos 2008 e 2009. O que revela que há uma permanência de alguns membros do grupo desde sua origem. Foram de várias as maneiras que tomaram conhecimento sobre o CJ, por meio de amigos que convidaram, por meio das instituições que fazem parte ou pelo processo das conferências. O interesse pelo coletivo foi despertado 70% dos componentes por ser um grupo que trata de temas da relação do tema Juventude e Meio Ambiente e 30% pela possibilidade de realizar trabalhos com Educação Ambiental.

Observamos que ao longo do tempo o grupo foi sofrendo um esvaziamento, pois se tratava de um trabalho voluntário e para muitos jovens não foi possível conciliar sua participação com as demais demandas que possuía a categoria. Os coletivos jovens

têm essa característica peculiar de entradas e saídas de jovens, característica própria de trabalho voluntário. Essa sazonalidade de pessoas acontece à medida que os jovens vão se tornando mais velhos existem outras carências que devem ser supridas e outros interesses, assim tomam outros rumos. Por outro lado, esta sazonalidade é uma dificuldade para o grupo, pois quebra a sua identidade. Ainda assim, mesmo os jovens que não estão mais participando do grupo, muitos deles, seguem colaborando com o grupo, por uma escolha política ou por uma atração ao tema. Muitos deles não são mais considerados jovens pela UNESCO, mas continuam contribuindo com o movimento ambientalista.

Percebe-se que essa participação constitui uma estratégia de formação de sujeitos sociais como voluntários, depois sujeitos sociais como agentes ecológicos, depois sujeitos sociais como mobilizadores e hoje são sujeitos sociais e profissionais da área de meio ambiente, assumindo cargos nas gestões públicas nas três esferas governamentais. Nesse sentido, muitos dos jovens que passaram ou atuaram no grupo Pegada Jovem assumem cargos importantes na gestão governamental na área ambiental, tanto em nível federal como estadual e municipal, o que reflete uma influência positiva da atuação nas ações do coletivo na formação profissional desses jovens.

No que se refere ao engajamento dos jovens nesses coletivos notamos que a história de vida desses sujeitos influencia o engajamento. Quando existe uma herança familiar, pessoas que de algum modo, atuam politicamente.

Nos bairros onde vivem os membros desse grupo possuem associações diversas. Grande parte dos membros do grupo está vinculada a essas associações. Isso mostra que já trazem uma experiência em espaços coletivos. O interesse pelo espaço de participação como redes sociais, organizações não governamentais ou

movimento social é notória, dado que todos os membros do coletivo fazem parte de algum espaço de participação seja virtual ou presencial, e foram citadas redes virtuais como a REJUMA (Rede de Juventude e Meio Ambiente), a REABA (Rede de Educação Ambiental da Bahia), Rede Sou de atitude, espaços como a CIEA e outros.

A REJUMA tomou uma dimensão muito grande para além da proposta inicial, se fortaleceu e hoje é um grande instrumento que vem conquistando espaço e fortalecendo o Movimento de Juventude e Meio ambiente no país. A rede ultrapassou os limites do projeto inicial e hoje participa de espaços importantes para a construção da política pública no país, como o CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude), onde recentemente foi criado um grupo de trabalho de meio ambiente no âmbito desse conselho. Além de estar inserida em outro espaço como o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. E também inseridos em projetos como o Inter-redes no Nordeste do país. Sem contar com os mais variados temas debatidos na rede que desempenha o caráter educativo e formativo dessas instâncias.

A atuação do jovem membro do Grupo Pegada Jovem é a mais diversa possível, onde se destaca ações de articulação, facilitação, formação e capacitação. Também foram destacados atividades de eventos, execução de projetos, gestão administrativa e mobilização. Todos os membros do grupo compreendem o conceito meio ambiente numa visão integradora, onde há interação das diferentes formas de vida existentes no planeta. A educação ambiental nas escolas é o tema considerado pelo grupo mais importante para ser debatido pela juventude, seguido da gestão ambiental local, relações humanas, mudanças climáticas e biodiversidade. Todos os componentes consideram importante a juventude participar nesses espaços de

participação. São nesses espaços que os jovens podem falar das suas expectativas em relação ao meio ambiente e às políticas públicas, além de democratizar as discussões e o processo de tomada de decisão, exercendo a cidadania e o controle social.

A articulação com o governo e outras organizações da sociedade civil promovida por esses espaços é um diferencial bastante enriquecedor e faz com que a juventude se insira cada vez mais e ganhe mais espaços para intervir nas políticas públicas articulando-se com outros espaços de participação. E em consequência disso dá maior visibilidade ao Coletivo Jovem, pois é uma oportunidade de conhecer as atividades que ele desenvolve e outras juventudes que tratam de outros temas.

A questão da “não cultura de participação” também surgiu no Grupo Pegada Jovem, pois os membros não consideram satisfatória a representação do grupo nos espaços de participação. O exercício de representar não foi assumido pelo grupo. Parece-nos que isso ocorreu pela falta de entendimento por parte do grupo do exercício da representação num espaço cuja natureza é coletiva. Contudo havia, sim, pessoas do grupo que assumiam os espaços, ou seja, representam individualmente e não coletivamente.

Em geral o grupo reconhece de forma bastante positiva a participação no CJ para sua vida. A oportunidade de estar inserido no grupo e participando das ações transforma a vida de cada jovem que participa. O potencial transformador, motivador, formador é reconhecido pelo grupo, tendo em vista a influencia desse potencial em muitos aspectos da vida de cada um : como a maneira de ver o mundo, despertar a vocação profissional, mudanças de hábitos, de tomada de iniciativas e mudando, inclusive, a relação com sua própria cidade, com o seu próprio bairro. Para eles participar de um espaço autônomo auto gestado é ter a oportunidade de

compreender melhor e ter noção de co-responsabilidade diante de todas as coisas do mundo. Outros aspectos positivos do Coletivo Jovem destacados pelo Grupo Pegada Jovem tais como: promoção de um entusiasmo entre os jovens, ações bem sucedidas, a comunicação como forma de fortalecimento do grupo e as construções coletivas. A contribuição do grupo para o enraizamento da EA é significativa uma vez que promove uma capacitação de jovens, motiva a participação de outros jovens e a formação de outros coletivos no interior do Estado da Bahia. As palestras, encontros, conferências, capacitação e realização de projetos nas escolas são também de muita importância para esses jovens.

No que se refere aos aspectos negativos apontados pelos jovens do CJ são: falta de compromissos de alguns membros do coletivo, desorganização de algumas reuniões, falta de planejamento e também o fato do grupo não ter uma infraestrutura física adequada para realizar e organizar suas atividades, com equipamentos adequados.

Este estudo não serviu apenas para mostrar os dados sobre o Grupo Pegada Jovem, pois serviu também para mostrar aos sujeitos dessa investigação a relevância que tiveram e têm o Grupo Pegada Jovem para a história da EA na Bahia e talvez no Brasil. Reconstruindo a história do CJ desde sua fase de criação de 2003 até os dias atuais foi possível perceber a diversidade e o grande número de ações realizadas pelo grupo. Também foi possível com este trabalho fazer com que os membros do grupo se dessem conta, sobretudo os antigos membros, de quantas coisas já foram realizadas e que já possuem história para ser contada para as gerações futuras. E nesse exercício que também vai se construindo um movimento.

Nesse sentido, merecem destaque dois projetos que foram protagonizados pelos jovens do Grupo Pegada Jovem ao longo desses anos. O primeiro deles é o II

Encontro Estadual de Juventude e Meio Ambiente realizado em 2006. Esse projeto foi elaborado desde sua concepção do projeto até a execução, passando pela captação de recursos todo pelos membros do grupo. O segundo é o Projeto Agenda 21 escolar, realizado nas escolas no município de Salvador-Bahia, projeto também financiado pela Prefeitura de Salvador e elaborado e executado pelo Grupo Pegada Jovem.

Ressaltamos que ao avaliar todas as ações desenvolvidas pelo grupo verificamos que as experiências foram bastante exitosas apesar das dificuldades enfrentadas pelo grupo e que enfrentam até os dias atuais. São reconhecidos os grandes avanços para a inserção do jovem nessa perspectiva ambiental seja nos espaços de implementação de política pública, seja na não execução de projetos, seja na promoção de eventos.

Portanto, as ações realizadas pelo Pegada Jovem consideramos um processo de ensino-aprendizagem explícito, onde se coloca em exposição os acertos e os erros e se aprende com tudo isto. Sem contar com a “legitimação”, por parte dos jovens, dos princípios que regem toda a metodologia de trabalho com e nos Coletivos Jovens.

Quando o grupo avaliou as ações realizadas afirmam que o fato de não estar ligado a nenhuma instituição ou organização dá uma liberdade de trabalhar, exercendo, de fato, a democracia. A construção de novas amizades e as dinâmicas utilizadas nos programas formativos fortalece o grupo enquanto coletivo. A criação do núcleo de educomunicação potencializou a atividade de inserção de técnicas de comunicação na formação desses jovens e possivelmente de outros.

Sem dúvida os encontros presenciais promoveram uma melhor articulação entre os jovens, no sentido do reconhecimento dos sujeitos que estão atuando em todo país. Também colaborou para o fortalecimento da própria REJUMA nacional e a criação

REJUMA - Bahia. Do ponto de vista formativo dos membros do CJ proporcionou um adensamento teórico e prático bastante interessante para cumprir um dos objetivos do próprio coletivo e fundamentá-lo para a elaboração das políticas públicas pertinentes. Os encontros também possibilitaram a articulação de jovens de vários movimentos de juventude, reitera-se.

O grupo Pegada Jovem considerou que as publicações publicadas pelo MEC e MMA, como a cartilha das COM. VIDAS, o manual dos Coletivos, a Revista Agenda 21 e Juventude, o livro Políticas Públicas Juventude e Meio Ambiente entre outras, são importantes e necessárias para compartilhar as ações, os conhecimentos e divulgar os trabalhos realizados pelos coletivos de jovens não só no Brasil como em outros países. Serve também como registros históricos dos grupos, uma maneira de não perder a origem e servir de fundamento teórico para as futuras ações das futuras gerações. Porém, ainda, há poucos registros em publicações, pois se trata de um tema novo, portanto, pouco investimento acadêmico, como já apontamos anteriormente.

Com a execução do projeto Agenda 21 o grupo avalia que foi possível entrar em contato com a realidade do sistema de ensino municipal da cidade de Salvador e significou lidar com situações bastante complexas, que muitas vezes inviabilizaram o andamento do projeto. Por exemplo, o atraso da saída do recurso financeiro, a mobilização dos alunos, resistência a não sensibilização, a precariedade das estruturas escolares, pouco tempo para execução do projeto, somados ao não cumprimento de prazos pré estabelecidos tanto por parte da Secretaria como por parte do Grupo Pegada Jovem, foram algumas das dificuldades também encontradas. Contudo, o grupo pesquisado considera que essas dificuldades constituíram aprendizagem para o próprio grupo. O grupo ainda hoje funciona com o

apoio de alguma estrutura governamental, ou não governamental, que assegurem e viabilizam a execução dos projetos. No caso do projeto Agenda 21 nas escolas o grupo contou com o apoio pedagógico e administrativo do Gambá (Grupo Ambientalista da Bahia) e o apoio físico do projeto Pracatum.

A propósito do âmbito administrativo dos coletivos jovens de modo geral, sempre foi uma discussão na Coordenação de Educação Ambiental do MEC que diria a respeito desses coletivos se tornarem ou não estruturas independentes ou autônomas, pois institucionalizar esses grupos, talvez, perdesse o objetivo central: ser um coletivo de construção coletiva. No entanto, para manter esses jovens nas ações não pode ser um trabalho voluntário por longo prazo, pois outras necessidades vão surgindo, sobretudo de sobrevivência, para aqueles que são independentes financeiramente da família. Nesse sentido, alguns outros coletivos no Brasil se tornaram ONGs ou foram incorporados pela estrutura governamental estadual aos órgãos de meio ambiente etc, como maneira de viabilizar os projetos e ações e minimizar as dificuldades de esvaziamento, espaço físico e financeiro. O Grupo Pegada Jovem ainda resiste e não está ligado a nenhuma instituição, mantendo o modelo original. Mas sua existência é preocupante, devido as razões que apresentamos acima. As políticas públicas devem e precisam fortalecer esses espaços para garantir a existência de grupos como o Pegada Jovem para as próximas gerações.

Observamos, que é notório o nível de maturidade que se encontra o grupo atualmente. Claro que esta maturidade é graduada e está relacionada diretamente com o perfil de cada um, com o grau de envolvimento no grupo e nas ações do grupo e, inclusive, com a história de vida de cada integrante. Percebe-se a diferença que existe nos membros do Grupo Pegada Jovem, quando os comparamos com o

início de sua participação no respectivo grupo. São visíveis os avanços atingidos pelo grupo no que refere à maturidade pessoal, profissional, ao nível de discussão sobre um determinado tema e o grau de profundidade dos projetos executados. O que nos confirma a hipótese de que a participação nesses espaços forma opinião. Nesse sentido, esses espaços cumprem o papel educador.

Baseado em todas as experiências das ações desenvolvidas pelo coletivo, aprendendo com os erros, refletindo e melhorando os acertos o grupo pôde contribuir para o formato do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente. Todavia, esse programa não existe institucionalmente como comentamos anteriormente, mas na realidade suas ações estão sendo praticadas graças às boas práticas realizadas pelos coletivos jovens em cada estado brasileiro. A continuidade e acompanhamento das ações são palavras imprescindíveis para manter vivo não só o projeto Agenda 21 escolar, mas o próprio coletivo jovem. Estratégias de continuidade são diversas, que devem ser respaldadas institucionalmente ou politicamente por meio das políticas públicas. Garantir estas instâncias e o que está contido nelas devem ser os desafios a serem enfrentados na atualidade.

Estruturar o Programa de Juventude e Meio Ambiente e inseri-lo numa proposta de governo com peso político é um dos caminhos para institucionalizá-lo e garantir a proposta coletiva de cunho formativo de sujeitos sociais ambientais no país. Contudo, um passo já foi tomado, qual seja a inserção da temática no Plano Nacional de Juventude já aprovado pelo governo.

Vemos que a juventude atual é uma geração absolutamente estratégica para a mitigação e adaptação da crise socioambiental em tempo hábil, transformando aos poucos os sistemas de consumo, produção e aprendizagem. O que se compreende por juventude atual é basicamente os indivíduos nascidos nas décadas de 80 e 90,

as duas décadas nas quais se concentraram os maiores desastres ambientais causados pela ação humana e ao mesmo tempo o maior número de informações, eventos, políticas voltadas às questões ambientais. E percebemos que todas as estratégias políticas e ações para o enfrentamento da crise socioambiental global são essencialmente intergeracionais.

Percebemos também com esta investigação que a geração mais estratégica para a transformação socioambiental necessária em curto prazo é justamente a parte da população com os maiores índices de vulnerabilidade social, menos proteção e atenção da sociedade e menos oportunidades de formação e estruturação social. É uma perigosa combinação para uma sociedade e um meio ambiente ameaçados. Sob diversos aspectos configura-se como uma tendência social suicida. É uma grande oportunidade de reverter à dívida histórica com a juventude compreendendo-a e tratando-a como o agente principal para a construção de sociedades mais sustentáveis, de modo que as Políticas Públicas de Juventude prevejam o enfrentamento da crise ambiental como ação prioritária.

Consideramos que a juventude brasileira vem contribuindo para implementação de políticas públicas e tem cada vez mais ganhado espaço dentro de uma lógica de participação distinta das tradicionalmente conhecidas ou espaços formais estabelecidos. A juventude vem expressando sua vontade de participação em espaços que permitam ações coletivas e assegurem as demandas que emanam uma condição juvenil.

Essa vontade de participar se deve por algumas razões as quais podemos refletir. O desejo de discutir o meio ambiente vem aparecendo pouco a pouco nas pesquisas, nos debates juvenis, nas prioridades de conferências nacionais. O uso das novas tecnologias como ferramenta para debate e discussão da temática ambiental, a

inserção da Educomunicação Ambiental como instrumento metodológico para a formação e produção de conhecimento e a mudança de paradigma conceitual do que é meio ambiente como uma vertente mais política inserida pela Educação Ambiental são elementos que tem seduzido os jovens despertando o interesse em participar.

Isto está sendo refletido nas ultimas pesquisas realizadas onde aparece o meio ambiente na lista de demandas e de interesses da juventude, coisa que há alguns anos atrás não aparecia. Vale lembrar que na primeira Conferência Nacional de Juventude o tema meio ambiente foi escolhido como o quarto na lista das prioridades juvenis. Portanto, nota-se uma perspectiva de mudança no perfil da construção desse sujeito social. Um sujeito que é construído a partir dos processos formativos oferecidos pelos espaços de participação. No governo Lula, houve investimento público na participação popular para elevar a capacidade de formulação, organização e mobilização social da juventude em busca de direitos.

Um resultado recente que, objetivamente, corrobora com nossa tese de que os espaços de participação possibilitam processos formativos positivos à conscientização, ou seja, possibilitam a construção de sujeitos sociais conscientes foi o das eleições brasileiras deste ano de 2010. Até mesmo os brasileiros se surpreenderam com o fato de a senadora Marina Silva ter obtido 20 milhões de votos. Essa quantidade de votos provoca uma aura de vitória, não apenas ao Partido Verde ao qual Marina encontra-se atualmente filiada, mas também à participação da juventude brasileira responsável pela maioria dos votos da candidata a presidente da Republica. Sem sombra de dúvida se deve ao resultado da mobilização da juventude pelo meio ambiente iniciada nos processos de conferencias nacional pelo Meio ambiente e outras ações realizadas desde 2003, já comentadas anteriormente.

Marina Silva foi ministra de Meio Ambiente nos dois mandatos do Governo Lula até o ano de 2008. Foi a responsável pelos grandes avanços das ações de implementação da Política Nacional de Educação Ambiental como, por exemplo, as Conferências Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente. Sem dúvida esse resultado das eleições expressa que a sociedade brasileira volta-se para as questões ambientais. Não precisamos ter cautela para afirmar que o ressurgimento da juventude em prol da causa ambiental foi, sobretudo, capitaneado por ela através dos programas e ações de EA durante sua passagem pelo Ministério do Meio Ambiente. A senadora acredita que a categoria juvenil pode e deve transformar o quadro ambiental atual do país. No entanto, o legado de Marina Silva como Ministra do Meio ambiente fez com que muitas pessoas, principalmente muitos jovens, se dessem conta da responsabilidade que cada um tem com a agenda ambiental planetária.

A candidatura da senadora foi fruto de um movimento construído ao longo desses anos e os jovens juntamente com outros movimentos sociais criaram oficialmente em 2007 o Movimento Marina Presidente. Num encontro informal entre ativistas da Paz que descobriram que tinham todos a mesma convicção: acreditavam que Marina seria a única pessoa que poderia encarnar o papel de presidente depois de Lula, por entenderem que seria a única alternativa para o processo avançar em favor de um mundo e de uma humanidade melhor. O movimento ganhou tanta repercussão em 2008 que foi suspenso a pedido de Marina. Em 2009 no encerramento da III Conferencia Nacional Infanto Juvenil pelo meio ambiente 700 crianças gritavam “Brasil pra frente, Marina Presidente.” Atendendo ao chamado das crianças o movimento voltou e progrediu imensamente, o que foi facilitado pelas redes sociais.

Essa expressão eleitoral nos demonstra que quando a agenda ecológica sai do nicho e passa a ser uma agenda nacional toma maior dimensão e avança. Sem dúvida o Brasil e o mundo ganhariam muito se Marina assumisse a Presidência, pois criaria estratégias para preservação da natureza e ensaiaria uma nova benevolência para com a Mãe Terra. Para além da aritmética e da existência de outras motivações mais circunstanciais o voto em Marina, trouxe para o primeiro plano a questão ambiental e a juventude deixou de ser invisível.

A sociedade brasileira, historicamente, todos sabem, é ambiental e socialmente predatória. Desde quando éramos colônia portuguesa até os dias atuais nós nos comportamos de maneira perdulária, sem medir as conseqüências das nossas ações. Por outro lado, somos a maior potência ambiental do planeta e com a maior biodiversidade. A questão ambiental é global, interessa ao mundo e fará parte da afirmação do Brasil na comunidade internacional.

Esta tese aponta que as estratégias analisadas aqui que visavam à inserção da juventude a participar da implementação de Políticas Públicas foram exitosas. No entanto, estas políticas públicas devem ser fortalecidas, ampliadas e garantidas para as seguintes gerações, tendo em vista a construção de uma sociedade sustentável.

Levando em consideração os diferentes caminhos que poderiam ser trilhados com esta investigação e seguir contribuindo para avançar teoricamente com o tema no Brasil, apontamos alguns pontos que podem servir para dar continuidade a essa linha de investigação:

- Fomentar as políticas públicas específicas para atender as demandas de Juventude e Meio Ambiente. Neste sentido as pesquisas podem colaborar com os formuladores dessas políticas públicas por meio do incentivo à inserção da linha de investigação do tema Juventude e Meio Ambiente. Além

de aproximar as instituições dessa realidade social, o tema necessita de aprofundamentos teóricos, portanto é necessário produzir pesquisas que contribuam para a formulação desse embasamento. Além de que subsidia a sociedade e a juventude de argumentos referenciados para implementar a política pública de Juventude e Meio Ambiente. Acreditamos que o incentivo por órgãos financiadores de pesquisas deverá colaborar muito para o aprofundamento teórico e prático das políticas de juventude e meio ambiente, fazendo com elas não sejam transformadas em mais uma lei que não sai do papel. A Universidade é um dos espaços essenciais para colaborar nas elaborações das políticas públicas brasileiras.

- Formular indicadores de avaliação dos espaços de participação, de construção das políticas, quanto aos aspectos formativos, participativos, legítimos, de representatividade etc. Trata-se de um assunto novo para a sociedade brasileira, portanto, avaliá-lo, refleti-lo e modificá-lo são ações bastante importantes para seguir buscando e consolidando as conquistas sociais no se refere a participação. Portanto, elaborar estes indicadores partindo da observação do funcionamento dos próprios espaços e avaliar sua qualidade a partir de indicadores construídos nesses espaços.
- Elaborar um Mapa da Juventude e Meio Ambiente. Formular um mapa das boas práticas da Juventude em termos de EA, por meio de um diagnóstico nacional. Ou seja, um mapeamento de todos os projetos realizados por jovens com educação ambiental. Seria uma pesquisa ampla para ter uma aproximação mais real do que os jovens estão realizando como ações ou projetos de EA. Com isso teremos oportunidade de conhecer de fato como

está sendo implementada a Política Nacional de Educação Ambiental e sua efetividade social, fortalecendo assim uma cultura de avaliação das políticas públicas instituídas no país. E também um diagnóstico desse tipo servirá de base para construção de uma política pública específica futura de Juventude e Meio Ambiente.

- Elaborar um mapeamento das ações de iniciativas não governamentais que são responsáveis por muitos projetos de juventude e já exercem a política pública a parte da gestão pública ambiental. Durante a realização do presente estudo, foi bastante relevante o número de organizações não governamentais que possuem uma história de experiências e de lutas a favor a categoria juvenil e de políticas públicas específicas. Em sua grande maioria trabalham com jovens de classes menos favorecidas e que proporcionam uma formação em várias áreas de conhecimento, sobretudo, na área da cultura. Percebemos que muitas delas trabalham com princípios de formação dentro da Educação Ambiental e que fazem fora do cenário governamental a prática de uma política pública com cunho social.
- Reforçar por meio das políticas públicas a não institucionalização dos grupos de Coletivos Jovens, mas que essas políticas garantam a estrutura mínima de funcionamento. A necessidade de dar continuidade as ações dos coletivos jovens de maneira efetiva e mais segura. Garantir dentro desta estrutura política sua existência e formas de financiamento das ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, M. (2002). Las Políticas De Juventud Desde La Perspectiva De La Relación Entre Convivencia, Ciudadanía Y Nueva Condición Juvenil. *Ultima Década*(16), 117-152.
- ABRAMO, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5 e 6.
- ABRAMO, H. W. (2006). Onda Jovem: Sujeitos De Direitos: Em busca da afirmação de sua identidade e de seus direitos, o jovem experimenta novas formas de participação social. *Quais Direitos?*, ano 2(5), 34-37.
- ALBARRACÍN, D., IBÁÑEZ, R., & ORTÍ, M. (1999). La participación social de los jóvenes n un nuevo contexto laboral: en torno a la génesis en España del Tercer Sector. *Revista de Estudios de Juventud*(45), 61-76.
- ALBERONI, F. (1983). La Juventud frente al desafío de la historia. In UNESCO (Ed.), *La Juventud de los años 80* (pp. 245-254). Paris: Ediciones Sígueme-Salamanca-España.
- ALEA GARCÍA, A. (2005). Breve historia de la educación ambiental: del conservacionismo hacia el desarrollo sostenible. *Revista Futuros*, 12(3), 11p.
- ALZATE, P. (1995). El Dimensionamiento de la problemática ambiental. *Universidad de Córdoba* (8), 69-81.
- AMORIM, A. C. R. (2005). Educação. In L. A. Ferraro Junior (Ed.), *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores* (Vol. 1, pp. 143-150). Brasilia.
- ANDER-EGG, E. (1996). Participación ciudadana y protagonismo de la sociedad civil. *Revista Ciclos*(1), 22-23.
- APARICIO, P. C. (2005). Los Jóvenes, Educación Y Política De Juventud En Argentina: Restricciones Y Desafíos De La Integración Social En El Contexto De La Globalización. *Artículos Arbitrados, Año 9*(30), 287-296.
- ARENDT, H. (2003). *A Condição Humana* (10 ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- AVANZI, M. (2004). Ecopedagogia. In P. P. Layrargues (Ed.), *Identities da educação ambiental brasileira* (pp. 35-49). Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- AZEVEDO, C. T. (2006). A Educação Ambiental No Estado Da Bahia E Sua Inserção Como Política Pública. Unpublished Artigo. Universidade De Brasilia.
- BALBONTÍN ARTEAGA, I. (1983). Participación, socialización y juventud. *De Juventud-Revista de Estudios e Investigaciones*, 10, 153-168.

- BARRETO, V. (2004). *Paulo Freire para educadores*. São Paulo: Arte & Ciencia.
- BARÓN RUIZ, A. (2002). Ética ecológica y educación ambiental en el siglo XXI. In J. M. HERNÁNDEZ DÍAZ, L. M.P & L. VEGA (Eds.), *La educación y el medio ambiente natural y humano* (pp. 21-37). Salamanca: Universidad.
- BENAYAS, J., GUTIÉRREZ, J., & HERNANDEZ, N. (2003). *La investigación en educación ambiental en España*. Madrid: MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE.
- BERNALES SASTRE, J. G. (2002). Políticas de juventud y nueva condición juvenil. *Revista de Estudios de Juventud*(59), 7.
- BORRELL MERLÍN, M. D. (2004). Políticas públicas (políticas sociales) y medioambiente en la U.E. *Observatorio Medioambiental*(7), 55-74.
- BOURDIEAU, P. (2000). La "Juventud" solo es una palabra. In *Cuestiones de Sociología*. Madrid: Istmo.
- BRANDÃO, C. R. (1981). *Pesquisa Participante* (5 ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- BRASIL. (1998). *Implantação da Educação Ambiental no Brasil* (1 ed.). Brasília: Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporte.
- BRASIL. (1999). *Lei 9795- Política Nacional de Educação Ambiental*. Brasília: Presidência da República.
- BRASIL. (2005). *Programa Nacional de Educação Ambiental*. Brasília Ministério do Meio Ambiente.
- BRASIL. (2006). *Coletivos Jovens de Meio Ambiente - Manual Orientador*. Brasília: Governo Federal.
- BRASIL. (2007). *Educação Ambiental : Aprendizizes de sustentabilidade*. Brasília: Ministério de Educação.
- BRIONES, G. (1996). *Metodología de la investigación cuantitativa en las ciencias sociales* (Vol. Módulo 3). Colombia: ICFES.
- CALATRAVA, A., & MELERO, A. M. (1998). La Educación Ambiental En España: Análisis Y Perspectivas. *Revista Internacional de Sociología - Tercera Época*(19-20), 295-314.
- CALLEJO GALLEGO, J. (2002). Observación, Entrevista y Grupo de Discusión: El Silencio de Tres Prácticas de Investigación. *Revista Española de Salud Pública*, 76(5), 409-422.
- CALVO ROY, S. (2006). La Educación Ambiental en España. In R. M. Castellón (Ed.), *Actas De La Viii Aula De Ecología Educación Ambiental* (pp. 33-40). Almería-España: Instituto de Estudios Almerienses.

- CALVO ROY, S., & CORRALES, M. (1999). *El libro blanco de la educación ambiental en España*. Madrid: MMA.
- CANO ARANA, A. (2008). Técnicas conversacionales para la recogida de datos en investigación cualitativa: El grupo de discusión(I). . *Nure Investigación*, 35(4).
- CÁNOVAS, F., RIERA, J. M., & CARBONELL, J. M. (1984). Políticas de juventud y Administraciones Públicas. In I. d. I. J. INJUVE (Ed.), *Políticas de juventud y Administraciones Públicas*. Madrid: Ministerio da Cultura.
- CARIDE GOMES, J. A. (2005). La Educación para el desarrollo sostenible. In L. E. ESPINOSA & V. CABERO (Eds.), *Sociedad y Medio Ambiente* (pp. 113-146). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- CARIDE GOMES, J. A. (2007). A Educação Ambiental como investigação educativa. *Ambientalmente sustentável - Revista Científica Galego Lusofona de Educación Ambiental*, 1(3), 32-55.
- CARNEIRO, S. M. M. (2006). Fundamentos epistemo-metodologicos da educação ambiental. *Educar em revista*, nº 27, 17-35.
- CARRANO, P. C. R. (2007). Juventude e Participação social no Brasil – evidências de um diálogo nacional com jovens de regiões metropolitanas. Retrieved 24 DE MARÇO, 2008, from www.uff.br
- CARVALHO, I. C. (2007). Biografia e Identidade: Aportes para uma Análise Narrativa. *Ambientalmente sustentável - Revista Científica Galego Lusofona de Educación Ambiental*, 1(3), 18-31.
- CARVALHO, I. C. M. (2004). Ambientalismo e Juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In R. Novaes & P. Vannuchi (Eds.), *Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 53-74). São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania.
- CARVALHO, I. C. M. (2006a). As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade. *Revista Brasileira de Educação*, 11 nº32, 308-374.
- CARVALHO, I. C. M. (2006b). O Sujeito Ecológico e Identidade Social: A Juventude nas trilhas da Reinvenção de Si e da Política. In M. d. M. Ambiente (Ed.), *Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: Subsídios para elaboração de políticas públicas*. Brasília.
- CASAL, J. (2002). TVA y políticas públicas sobre juventud. *Estudios de juventud*, nº 59, 1- 13.
- CASANOVAS I BERDAGUER, J, COLL I AMARGÓS, J., & MONTES I SALA, P. (2002). Razones y tópicos de las políticas de juventud. Qué quieren ser las políticas afirmativas. *Revista de Estudios de Juventud*(59), 11.
- CASIMILAS SANDOVAL, C. (2002). *Investigación Cualitativa* (Vol. 4). Colombia: ARFO Editores e Impresores Ltda.

- CASTELLS, M. (1998). *La Era de la Información* (1ª ed. Vol. 2). Madrid: Alianza Editorial.
- CASTILLO, A. (1999). La Educación Ambiental Y Las Instituciones De Investigación Ecológica: Hacia Una Ciencia Con Responsabilidad Social. *Tópicos en Educación Ambiental*, 1(1), 35-46.
- CASULLO, N. (2002). Las Tribulaciones De Un Joven Sujeto Político. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*(35), 13.
- CEPAL. (2004). *La juventud en Iberoamérica: Tendencias y urgencias*. Santiago do Chile: CEPAL Naciones Unidas.
- CLEMENTE CUBILLAS, E. (1992). Política medio ambiental y municipios In *Desarrollo Local y Medio Ambiente en Zonas Desfavorecidas* (pp. 167-176). Madrid: MOPT.
- CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, Conjuve. (2007). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento: agosto 2005 a março de 2007*. Brasília-DF, São Paulo - SP: Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa.
- CONSEJO DE JUVENTUD ESPAÑOL. (2010). ¿Qué es el CJE? Retrieved 28/07, 2010, from www.cje.org
- COELHO, C. S., & COSTA-PINTO, A. B. (2005). Potencia de Ação. In MMA (Ed.), *ENCONTROS E CAMINHOS: Formação de Educadoras (es) ambientais e Coletivos Educadores* (Vol. 1, pp. 297-302). Brasília.
- COMAS ARNAU, D. (2007). *Las políticas de juventud en la España democrática* (1ª ed.). Madrid: INJUVE - Instituto de la Juventud.
- COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. (2001). *Libro Blanco De La Comisión Europea : Un Nuevo Impulso Para La Juventud Europea*. Bruselas.
- COUNCIL OF EUROPE. (1998). Comparative study on the Youth Policies and Legislation in the Council of Europe Member States. Retrieved 02 de agosto, 2010.
- CRUZ, A. (2004). Caminhando É Que Se Faz O Caminho- Diferentes Metodologias Das Incubadoras Tecnológicas De Cooperativas Populares No Brasil. *Revista Venezuelana de Economia Social*, 4(8), 38-57.
- DALLARI, D. A. d. (2003). *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva.
- DAVID, R. (1997). Prologo. In R. DAVID (Ed.), *Sustentabilidad. Desarrollo económico, medió ambiente y biodiversidad*. Madrid: Parteluz.
- DÁVILA LEÓN, O. (2004). Adolescencia y Juventud: De Las Nociones a Los Abordajes. *ULTIMA DÉCADA*(21), 83-104.
- DAYRELL, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de*

- Educação*(24), 40-53.
- DAYRELL, J., & CARRANO, P. C. R. (2002). Jóvenes de Brasil : DIFICULTADES DE FINALES DEL SIGLO Y PROMESAS DE UN MUNDO DIFERENTE. *Jovenes, Revista de Estudios sobre Juventud*, ano 6(17), 160.
- DAYRELL, J., & REIS, J. (2006). Juventude, Pobreza E Ações Sócio educativas No Brasil. *GT: Movimentos Sociais e Educação*(3), 18p.
- De ALBA, A., & GONZALÉZ GAUDIANO, E. (1997). *Evaluación de Programas de Educación Ambiental - Experiencias en America Latina y Caribe*. México: SEMARNAP-UNAM.
- DEBONI, F., & MELLO, S. (2006). Panorama da Juventude Ambientalista. In O. G. d. P. N. d. E. Ambiental (Ed.), *Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: Subsídios para elaboração de políticas públicas*. Brasília.
- DÍAZ, A. P. (1994). Educación Ambiental en la Unión Europea. In R. M. Castellón (Ed.), *ACTAS DE LA VIII AULA DE ECOLOGÍA EDUCACIÓN AMBIENTAL* (pp. 11-32). Almería-España: Instituto de Estudios Almerienses.
- DOMINGUEZ, M. I. (2006). Los Movimientos Sociales Y La Acción Juvenil: apuntes para un debate. *Sociedade e Estado*, 21(1), 67-83.
- ESPAÑA. (2005). Plan Interministerial de Juventud 2005 -2008 - Un Compromiso Con El Protagonismo De La Juventud.
- ESTEBAN IBÁÑEZ, M. (2001, 25-05-2001). La Educación Ambiental en Francia, Inglaterra y España. Una Perspectiva Comparada I. *Revista Iberoamericana de Educación*.
- FIEN, J., & TILBURY, D. (1999). Education for Sustainability: Some Questions for Reflection. *Roots educación Journal*, 17, (6).
- FOLADORI, G., & GONZALÉZ GAUDIANO, E. (2001). En Pos de La Historia de la Educación Ambiental. *Tópicos en Educación Ambiental*, 3(8), 28-43.
- FREIRE, P. (1997). *Pedagogia da Autonomia* (6 ed.). São Paulo: Coleção Leitura - Paz e Terra.
- FREITAS, M. (2006). Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável?Uma Análise Centrada Na Realidade Portuguesa. *Revista Iberoamericana de Educación*(41), 133-142.
- FREITAS, M. V. d. (2007). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento*. Brasília- DF/ São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa.
- FRUTOS GARCÍA, J. (1980). Ecología, Ecologismo y juventud. *De Juventud-Revista de Estudios e Investigaciones*, 4, 111-119.
- FURTADO, M. L. S. F., & GUTMAN, S. M. (2010). O Desenvolvimento, a Igualdade e

a Diversidade Etno-Territorial: Por uma análise do programa Territórios de Cidadania do MDA. In L. Cunha, M. M. Dos Passos & R. Jacinto (Eds.), *As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa. Paisagens, Territórios, Políticas no Brasil e em Portugal* (Vol. 16). Guarda-Portugal: Centro de Estudos Ibéricos - CEI.

GARCÍA CRESPO, C. (1983). *Léxico E Ideología En Los Libros De Lectura De La Escuela Primaria (1940-1975)* (Vol. 14). Salamanca: Ediciones Universidad De Salamanca.

GARCÍA , J. E., & CANO, M. I. (2006). ¿Cómo Nos Puede Ayudar La Perspectiva Constructivista A Construir Conocimiento En Educación Ambiental? *Revista Iberoamericana de Educación*(41), 117-131.

GARCIA, R. L. (1993). Educação ambiental uma questão mal colocada. *Cadernos de CEDES*(29), 31-38.

GIL PEREZ, D., VILCHES, A., TOSCANO GRIMALDE, J. C., & MACÍAS ALVAREZ, O. (2006). Década de la Educación para un Futuro Sostenible (2005-2014): Um punto de inflexión necesario en la atención a la situación del planeta. *Revista Iberoamericana de Educación*(40), 125-178.

GINER, S., LAMO DE ESPINOSA, E., & TORRES, C. (Eds.). (1998) *Diccionario de Sociología*. Madrid: Alianza Editorial.

GODINHO, C., CUNHA, J., & MATOS, S. M. (2006). Grupo Pegada Jovem – Aprendendo A Caminhar. In O. G. D. P. N. D. E. Ambiental (Ed.), *Juventude, Cidadania E Meio Ambiente: Subsídios Para Elaboração De Políticas Públicas*. Brasília: Mma Mec.

GOHN, M. D. G. (2005). *Educação Não-Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor* (3 ed. Vol. 71). São Paulo: Cortez Editora.

GOHN, M. D. G. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14(50), 27-30.

GONÇALVES, P. M. D. C. (2007, 11 a 13 de julho de 2007). *Juventude, Meio Ambiente e Educação: Da Investigação Das Trajetórias De Vida À Discussão De Políticas Públicas, Considerações Iniciais para a Pesquisa*. Paper presented at the IV EPEA - Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, UNESP-Rio Claro- São Paulo.

GONÇALVES, P. M. D. C. (2010). *de Gaia no Encontro das Águas": Trajetórias de aprendizagem de jovens nas trilhas do ambientalismo.*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GONZALEZ-GAUDIANO, E. (2000). Complejidad En Educación Ambiental. *Tópicos en Educación Ambiental*, 2(4), 21-32.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E. (2006). Imaginario Colectivo e Ideario de Los Educadores Ambientales en América Latina Y El Caribe: ¿Hacia Una Nueva Matriz Disciplinaria Constituyente? *Revista Iberoamericana de Educación*(40),

71-89.

- GOUGH, A. (1993). *Founders in environmental education*. Geelong-Austrália: University Press.
- GOVERNO DA BAHIA. (2010b). Programa De Educação Ambiental Do Estado Da Bahia Pea-Ba- Versão preliminar. . CIEA-BA,Secretaria de Meio Ambiente,Diretoria de Educação Ambiental.
- GOVERNO DA BAHIA, & Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia. (2010). Bahia tem nova Política de Juventude. *Jovem Geração, Ano 1(1)*, 32p.
- GRUN, M. (1996). *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papirus.
- GT JUVENTUDE. (2008). *Jovem Geração - Relatório Final do Grupo de Trabalho de Juventude*. Salvador -Bahia: Governo do Estado da Bahia- Secretaria de Relações Institucionais.
- GUIDIKOVA, I. (2002). Tendencias y perspectiva de las políticas europeas de juventud. *Revista de Estudios de Juventud(59)*, 12.
- GUILLÉN, F. C. (1996). Educación, medio ambiente y desarrollo sostenible. *Revista Iberoamericana de Educación, 11*, 103-110.
- GUTIÉRREZ, J., BENAYAS, J., & CALVO, S. (2006). Educación Para El Desarrollo Sostenible: Evaluación De Retos Y Oportunidades Del Decenio 2005-2014. *Revista Iberoamericana de Educación(40)*, 25-46.
- HERNÁNDEZ DÍAZ, J. M. (2006). *Cinco estudios de Ciencias Sociales*. Salamanca: Globalia.
- HERNÁNDEZ RAMOS, M. J., & TILBURY, D. (2006). Educación Para El Desarrollo Sostenible,¿Nada Nuevo Bajo El Sol?: Consideraciones Sobre Cultura Y Sostenibilidad. *Revista Iberoamericana de Educación(40)*, 99-109.
- HERRERO I GOMAR, S. (1995). El movimiento ecologista y los partidos de izquierda. *Revista Cuadernos Africa America Latina- Sujetos Colectivos y Movimientos Sociales, 1(17)*, 107-113.
- HÖFLING , E. d. M. (2001). Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Políticas Públicas e Educação Cadernos CEDES - Campinas-SP, XXI(55)*.
- IBAÑEZ, J. (1989). Cómo se realiza una investigación mediante grupos de discusión. . In J. I. F. ALVIRA (Ed.), *El análisis de la realidad social. Métodos y técnicas de investigación*. (Vol. 3 ed pp. 283-297). MADRID: Alianza Editorial.
- IBARS MONTERO, J. A. (1984). La coordinación y articulación de las Administraciones en materia de juventud. In D. G. d. Juventud & C. N. d. I. y. D. d. Juventud (Eds.), *Políticas de Juventud y Administraciones Públicas*. Madrid: Ministerio de Cultura.

- IBGE (2000). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-Censo Demográfico. Governo Federal. Brasil.
- INEP. (2003). *Mapa de Analfabetismo de Brasil*. Brasília-DF: Ministério de Educação: Governo Federal.
- INJUVE, I. d. I. J. (2010). Consejo de la juventude. Retrieved 28/07, 2010, from www.injuve.es
- JACOBI, P. (2006). Educação Ambiental e o Desafio da Sustentabilidade Socioambiental. *Mundo da Saúde*, 30(4), 17p.
- JACOBI, P. (2003a). Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n.118, 189-206 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=pt&nrm=iso>.
- JACOBI, P. (2005a). Educar para a Sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios. *Revista Educação e Pesquisa*, 31(2), 31p.
- JACOBI, P. (2003 b). Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In Wagner Costa Ribeiro (Ed.), *PATRIMÔNIO AMBIENTAL BRASILEIRO* (Vol. 1, pp. 624). São Paulo: EDUSP.
- JACOBI, P. (2005b). Participação. In MMA (Ed.), *Encontros E Caminhos: Formação de Educadoras (es) ambientais e Coletivos Educadores* (Vol. 1, pp. 231-236). Brasília.
- JACOBI, P. (2006). Sociedades Sustentáveis- Educação, meio ambiente e cidadania. Retrieved 10 DE NOVIEMBRE, 2007, from http://www.teia.fe.usp.br/bibliotecaamb_X3.htm
- KERBAUY, M. T. M. (2005). Políticas De Juventude: Políticas Públicas Ou Políticas Governamentais? *Estudos de Sociologia*, 18(19), 193-203.
- KRAUSKOPF, D. (1998). Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. San José: Fondo de Población de Naciones Unidas.
- KRAUSKOPF, D. (2005). Desafíos en la construcción e implementación de las políticas de juventud en América Latina. *Nueva Sociedad - Las políticas de juventud en America Latina*(200), 141-153.
- KRISCHKE, P. J. (2004). Perfil Da Juventude Brasileira: Questões Sobre Cultura Política E Participação Democrática. *REVISTA INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR INTERTHESIS - Ppgich Ufsc*, 2(2), 27.
- LAGE, A. C. (2005). *LUTAS Por Inclusão Nas Margens Do Atlântico: Um Estudo Comparado entre as Experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. Universidade de Coimbra, Coimbra-Portugal.

- LEFF, E. (2001). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.
- LEITE, S. c., FLEXOR, G., MEDEIROS, L., DELGADO, N. G., & MALUF, R. (2006). Avaliando a gestão de políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policymakers. . In C. U. CNPq (Ed.), *Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro.
- LEROY, J. P., & PACHECO, T. (2006). Dilemas de uma educação em tempos de crise. In P. P. Layrargues & R. S. CASTRO (Eds.), *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez.
- LIMA, G. D. C. (2003). O Discurso da Sustentabilidade e suas implicações para a Educação. *Ambiente & Sociedade*, VI(nº 02).
- LÓPEZ ROJO, I., & ESCUDERO FERNÁNDEZ, J. A. (2002). ¿Algo nuevo bajo el sol? *Revista de Estudios de Juventud*(59), 6.
- LOUREIRO, C. F. B. (2003). Emancipación, Complejidad Y Método Histórico Dialectico: Repensar Las Tendencias En Educación Ambiental. *Tópicos En Educación Ambiental*, 5(13), 21-30.
- MARTÍN, C. (2002). Educación ambiental y cambio de valores en la sociedad. Crónica bibliográfica. *Observatorio Medio Ambiental*, 5, 357-364.
- MARTÍN SERRANO, M. (2002). La prolongación de la etapa juvenil de la vida y sus efectos en la socialización. *Revista de Estudios de Juventud*(56), 103-119.
- MARTÍN SOSA, N. M. (1989). La ética en la Educación Ambiental. In N. M. MARTÍN SOSA (Ed.), *Educación ambiental: sujeto, entorno y sistema*. (pp. 140-163). Salamanca: Amarú.
- MARTÍN SOSA, N. M., JOVAIN, A., & BARRIO JUARÉZ, F. A. (1998). La Educación ambiental veinte años después de Tbilisi. In F. A. BARRIO JUARÉZ (Ed.). Salamanca: Amaru.
- MARTINEZ CARAZO, P. C. (2006). El Método de estudio de caso: Estrategia metodológica de la investigación científica. . *Pensamiento y Gestión, Universidad del Norte*(20), 165-193.
- MARTÍNEZ SANMARTÍ, R. (2002). Ilusión y reflexividad en el campo de juego de las políticas de juventud en España. *Revista de Estudios de Juventud*(59), 10.
- MATAREZI, J. (2005). Estruturas E Espaços Educadores: Quando Espaços E Estruturas Se Tornam Educadores. In Mma (Ed.), *Encontros E Caminhos: Formação De Educadoras (Es) Ambientais E Coletivos Educadores* (Vol. I). Brasília.
- MEIRA CARTEA, P. Á., & CARIDE GÓMEZ, J. A. (2006). La Geometría de la Educación para el Desarrollo Sostenible, o la Imposibilidad de una Nueva Cultura Ambiental. *Revista Iberoamericana de Educación*(41), 103-116.
- MELUCCI, A. (2005). Busca de qualidade, ação social e cultura : Por uma Sociologia

- Reflexiva. . In A. M. M. d. C. A. BOMFIM (Ed.), *Por uma Sociologia Reflexiva*. . Petrópolis: Vozes.
- MERLINSKY, G. (2006). La Entrevista como Forma de Conocimiento y como Texto Negociado: . *Notas para una pedagogía de la investigación. Cinta Moebio*(27), 27-33.
- MINISTERIO DE EDUCAÇÃO. (2007). *Serie Documentos - Programa Juventude e Meio Ambiente* (Vol. 9). Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, & DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. (2004). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília- Brasil: MMA.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, & DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. (2007). *RELATÓRIO DE GESTÃO 2003/2006*. Brasília: MMA.
- MORIN, E. (2001). *Los siete saberes necesarios para la educación del futuro* (Vol. 151). Barcelona: Paidós.
- MUÑOZ FERNÁNDEZ, L. B. (2002). Políticas integrales de juventud versus políticas afirmativas. Presupuestos para un debate. *Revista de Estudios de Juventud*(59).
- NAREDO, J. M. (1998). Sobre el rumbo del mundo In J. M. SANCHEZ RON (Ed.), *Pensamiento crítico vs pensamiento do único*. Madrid: Debate.
- NOGUEIRA, M. A. (1998). Do fracasso à reforma do Estado. . *Um Estado para a sociedade civil.*, 37-76.
- NOVAES, R., & VANNUCHI, P. (2004). Apresentação. In *Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 7-17). São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania.
- NOVAES, R., CARA, D. T., & PAPA, F. d. C. (2005). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Fundação Friedriche Ebert.
- OFFE, C. (1994). *Contradicciones en el Estado del Bienestar*. . Madrid: Alianza Editorial. S.A.
- ORELLANA, I. (2001). La Comunidad de Aprendizaje en Educación Ambiental. Una Estrategia Pedagógica en el Marco de los Cambios Educativos Actuales. *Tópicos en Educación Ambiental*, 3(7), 43-51.
- ORGÃO GESTOR da PNEA. (2007). *Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola -Com-vida* (Vol. 10). Brasília.
- PILOTI, F., & CAMACHO, M. C. (2003). Políticas Y Programas De Juventud En América Latina Y El Caribe: Contexto Y Principales Características. *The World Bank*, 56p.

- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, S.-G. d. (2006). *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: Governo Federal.
- QUEIROZ, I., AGUZZOLI, I., SANTOS, L., & SOUZA, P. (2009). Grupo Pegada Jovem E A Construção Da Agenda 21 Nas Escolas De Salvador. *Agenda 21 E Juventude*, 3(3), 27-28.
- REDOLI MORCHÓN, D. (2004). La participación política de los jóvenes en la Unión Europea. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 4(2), 303-336.
- REIGOTA, M. (1995). *Educação Ambiental e representação social*. São Paulo: Cortez.
- REVILLA, B. (2005). Una parte del arco iris. El Ecologismo Y El Pacifismo Y Sus Efectos Transformadores. In P. Román & J. Ferri (Eds.), *Los movimientos sociales: conciencia y acción de una sociedad politizada* (pp. 169-192). Madrid: Federación de Asociaciones de Vecin@s de Valladolid.
- RIBEIRO, R. J. (2004). Política e Juventude: o que fica da energia. In R. NOVAES & P. VANNUCHI (Eds.), *Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 19-33). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- RODRÍGUEZ, A. (2004). Los Valores De Los Jóvenes Y Su Compromiso Con Las Instituciones Y Con La Transformación Social. In A. Canteras Murillo (Ed.), *Los jóvenes en un mundo en transformación: nuevos horizontes en la sociabilidad humana* (Vol. III, pp. 33-42). Madrid: INJUVE.
- RODRIGUEZ, E. (2003). *Políticas Públicas de Juventud en América Latina: Empoderamiento de los jóvenes, enfoques integrados, gestión moderna y perspectiva generacional*. Chile: Unesco.
- RODRÍGUEZ, E. (2008). Políticas públicas de juventud en América Latina: experiencias adquiridas y desafíos a encarar. *Pensamiento Iberoamericano : Inclusión y ciudadanía: perspectivas de la juventud en Iberoamérica*(3).
- RODRÍGUEZ, E. (2010). *Políticas públicas de juventud en américa latina: Avances concretados y desafíos a encarar en el Marco del Año Internacional de la Juventud* (Vol. Mayo). Santiago do Chile, Brasília UNESCO.
- RORTY, R. (1987). "Solidariedade ou objetividade?". *En Novos Estudos. CEBRAP*, 109-121.
- SALVADOR, P. M. (2006). *Atlas Ambiental - Infante Juvenil de Salvador* (1ª ed.). Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura Superintendência de Meio Ambiente.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), *Um discurso sobre as ciências*. 14ª edição. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, M. (2000). *Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

- SANTOS, M., & SILVEIRA, M. L. (2004). *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro- São Paulo: Record.
- SARTORIUS, N., & SABIO, A. (2007). *El final de la dictadura*. Madrid: Temas de hoy.
- SHAW, E. (1999). A guide to the Qualitative Research Process: Evidence from a Small Firm Study. *Qualitative Market Research: An International Journal*, 2(2), 59-70.
- SERRANO, O. (2006). Juventude, Cidadania e Meio Ambiente. In M. d. M. Ambiente (Ed.), *Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: Subsídios para elaboração de políticas públicas*. (pp. 89-95). Brasília-Brasil: Ministério do Meio Ambiente.
- SIMONNET, D. (1983). *El Ecologismo*. Barcelona: Gedisa.
- SOLÍS TRELLEZ, E. (2000). *La Educación Ambiental Y Las Utopías Del Siglo Xxi. . Tópicos En Educación Ambiental*, 2(4), 7-20.
- SORJ, B. (2001). *A Nova Sociedade Brasileira*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar
- SORRENTINO, M., TRAJBER, R., MENDONÇA, P., & FERRARO JUNIOR, L. A. (2005). Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, 31, 285-299.
- SPOSITO, M. P., & CARRANO, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*(24), 16-40.
- SUBIRATS, J. G. R. C. (1999). *Políticas Públicas en España. Contenidos redes de actores y niveles de gobierno*. (Ariel ed.). Barcelona.
- TAVOLARO, S. B. F. (1999). A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. *Ambiente & sociedade*, 217-222.
- TAVOLARO, S. B. F. (2005). Ação Comunicativa. In L. A. Ferraro Junior (Ed.), *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores* (Vol. 1, pp. 15-25). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental.
- TEIXEIRA, A. C. (2007). Conselhos Nacionais: participação ou apaziguamento de conflitos? In M. V. d. FREITAS (Ed.), *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento - agosto 2005 a março de 2007*. Brasília- DF/ São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa.
- TILBURY, D. (2001). Reconceptualizando la Educación Ambiental para um nuevo siglo. *Tópicos en Educación Ambiental*, 3(7), 65-73.
- TOMMASI, L. D. (2004). Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. *Revista Brasileira de Educação*(25), 177-181.
- TOURAINÉ, A. (1998). *Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*. Trad :Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

- TRÉLLEZ SOLÍS, E. (2002). La Educación Ambiental y las Utopías del siglo XXI. *Tópicos en Educación Ambiental*, 2(4), 7-20.
- TOZONI-REIS, M. F. D. C. (2001). *Educação Ambiental e Paradigmas de Interpretação da Realidade: Tendências Reveladas*. Paper presented at the I Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental -EPEA, Rio Claro- São Paulo.
- TOZONI-REIS, M. F. D. C. (2006). Educación Ambiental Y Paradigmas En Transición. *Tópicos en Educación Ambiental*, 5(14), 75-86.
- TOZONI-REIS, M. F. D. C. (2006). *(Re)Pensando A Educação Ambiental*. Paper presented at the V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental, Joinville- Santa Catarina- Brasil.
- TRISTÃO, M. (2005). Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. *Educação e Pesquisa*, 31 n. 2, 251-264.
- TRISTÃO, M. (2005). Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. *Educação e Pesquisa*, 31(2), 251-264.
- UNESCO. (1976). La chartre de belgrade. *Connexión*, 1(1).
- UNESCO. (2003). Relatório de Desenvolvimento Juvenil. In J. J. Waiselfisz (Ed.), *Relatório de Desenvolvimento Juvenil* (pp. 194). Brasília: UNESCO- Brasil.
- UNESCO. (2004). *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Brasília: UNESCO.
- VAQUERO, C. (2005). Movimiento Estudiantil y Cambios Políticos En La España Actual. La Influencia del Cambio de Época En La Acción Colectiva Estudiantil. In P. Román & J. Ferri (Eds.), *Los movimientos sociales: conciencia y acción de una sociedad politizada* (pp. 87-136). Madrid: Federación de Asociaciones de Vecin@s de Valladolid.
- VEIGA-NETO, A. J. (1994). Ciência, ética e educação ambiental em um cenário pós-moderno. *Educação e Realidade*(19), 141-169.
- VILCHES, A., GIL PÉREZ, D., TOSCANO, J. C., & MACÍAS, O. (2007). Educación para la sostenibilidad. Retrieved 31/10/2007, 2007, from <<http://www.oei.es/decada/accion004.htm>>
- VIOLA, E. J. (2003). O Movimento Ecológico No Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo À Ecológica [Electronic Version]. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm Retrieved 23/10/2008 from http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm
- YIN, R. K. (1984/1989). *Case Study Research: Design and Methods, Applied social research Methods Series.*: Sage: Newbury Park CA.

